Dossiê n39

Temporalidades

Revista de História

Produzindo Ciências

história científica do Brasil pós-independência

revista discente do programa de pós-graduação em história da ufmg

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 39, v. 15, n. 1 (Mar. 2023/Set. 2023) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2023

Quadrimestral a partir de 2013 / Semestral em 2022
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades
http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index

1. História - Periódicos 2. Historiografía - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com *homepage*: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Setembro/2023.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Wanderley Reis

Departamento de História
Chefe: Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta

Colegiado de Pós-Graduação
Coordenador: Prof. Dr. André Luis Pereira Miatello

Editor Chefe
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2023/2024
Amanda Ribeiro dos Santos
André Luis Martins Amaral
Andrezza Alves Velloso
Gabrielle Pacheco Noacco
Maria Júlia Viana Matoso
Pietro Monteiro da Silva
Samuel Torres Bueno
Taína Camila Resende
Thabata Tosta Lima

Conselho Editorial Consultivo Nacional
Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Raquel Costa Santos (UESB)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão
Amanda Ribeiro dos Santos
André Luis Martins Amaral
Andrezza Alves Velloso
Gabrielle Pacheco Noacco
Maria Júlia Viana Matoso
Pietro Monteiro da Silva
Samuel Torres Bueno
Taína Camila Resende
Thabata Tosta Lima

Diagramação e montagem
André Luis Martins Amaral
Samuel Torres Bueno
Taína Camila Resende
Thabata Tosta Lima

Capa Thabata Tosta Lima

***Open Journal Systems*/Banco de Dados**
Pietro Monteiro da Silva

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição da *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre à nossa disposição.

Adna Gomes Oliveira (UNIVERSO)
Aline Cristina Fortunato Cruvinel (UFRJ)
Alexandra Sablina do Nascimento Veras (UFRJ)
Amanda Sylmara da Rocha Moreira (UFPA)
Amanda Teixeira da Silva (UFCA)
André Portela do Amaral (UFPEL)
André Ricardo Nunes Martins (UNB, TV Senado)
Andressa Antunes de Freitas (UFOP)
Bruno Dias Santos (UNESP)
Bruno Martins de Castro (UFRJ, SEE/MG)
Cairo de Souza Barbosa (UERJ, IFRJ, PUC-Rio)
Carlos Eduardo Pinto de Pinto (UERJ)
Carita Pelição (UNESP)
David Anderson Zanoni (Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas/RS)
Dalton Sanches (FADIP)
Daniel Lopes Saraiva (USP)
Daniel Venâncio de Oliveira Amaral (UFMG)
David Anderson Zanoni (UPF)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)
Diego Santos Barbosa (UNIRIO)
Elias Alfama Vaz Moniz (UFBA)
Elison Antonio Paim (UFSC)
Eric Fagundes de Carvalho (UFRJ)
Erick Vinicius Pereira Lopes (PUC/MG)
Everton Luiz Simon (Unisc; PUCRS)
Felipe Moreira Barboza Duccini (UFBA)
Felipe Riccio Schiefler (UFFS)
Fábio Monteiro (PUC/SP)
Gabriela Isbaes (Unicamp)
Gabrielle Legnaghi de Almeida (UEM)
Gisele Oliveira de Lima (IFAL)
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG; Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG)
Iamara Silva Andrade (UFBA, SEC/BA)
Isaac Facchini Badinelli (Secretaria de Educação/SC)
Isadora de Mélo Escarrone Costa (UERJ)
Israel Aquino Cabreira (UFRGS)
Júlia Boor Nequete (PUCRS)
João Paulo Rossatti (UFMT)
José Humberto Carneiro Pinheiro Filho (UFPE)
Kédima Ferreira de Oliveira Matos (Centro Paula Souza)
Laila Thaise Batista de Oliveira (UFB)
Leandro Gonçalves de Rezende (Faculdade Dom Luciano Mendes; Secretaria de Educação/MG)
Leonardo Dangelo (UFRJ)
Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos (IFPB)
Luis Filipe Maiolini (UFOP)
Luiz Henrique Costa de Santana (UFPE)
Luiz Mário Ferreira Costa (UFJF)
Lucas Augusto Pietra (USP)
Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira (IFMG)
Mariana de Mesquita Santos (UNB)
Mariana Rodrigues Rosell (USP)
Marta Almeida (MAST)
Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho (UFMA)
Marina Lima Rocha Pereira (UFF)
Miléia Santos Almeida (UFOB)

Monique Palma (Universidade do Porto)
Nelson Lage da Costa (Camino Education Corp Brazil)
Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRRJ)
Pedro Martins Mallmann (UPF)
Rafael de Campos (UFRGS)
Raylane Marques Sousa (PPGHIS-UnB)
Rodrigo Goyena Da Silveira Soares (USP)
Rodrigo Luis dos Santos (IFFar)
Tatiana de Carvalho Castro (UFF)
Thomas Dreux Miranda Fernandes (Università degli Studi di Cagliari)
Victoria Regina Borges Tavares Melo (UFRJ)
Viviane Machado Caminha (UnB)
Vitor Lucas de Faria Pessoa (UFMG)

SUMÁRIO

Editorial - "Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência" 09-20
Thabata Tosta Lima

Dossiê
Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência

Apresentação 21-24
Pietro Monteiro da Silva

Gazeta Medica da Bahia: reflexões em torno das seções de correspondência e aviso do periódico / Gazeta Medica da Bahia: reflections around the correspondence and notices sections of the journal 25-51
Davilene Souza Santos

Potencialidades do uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais (1916-1920) / Potentialities of using literary sources in order to establish a History of Natural Sciences Teaching 52-66
Ana Vila Pacheco

A anexação do Instituto Vacinogênico ao Instituto Butantan e o desenvolvimento das ciências médicas em São Paulo / The annexation of the Vacinogênico Institute to the Butantan Institute and the development of medical sciences in São Paulo 67-91
Beatriz de Lima Ruschioni

Do átomo ao Estado: uma análise sobre as controvérsias do discurso modernizador autoritário na política militar brasileira (1964-1985) / From Atom to State: An Analysis of the Controversies in the Authoritarian Modernizing Discourse in Brazilian Military Politics (1964-1985) 92-118
Iandry Jessica Ferreira Soares

Artigos Livres

Conexões atlânticas e a construção do sujeito livre: a trajetória de Frederick Douglass / Atlantic connections and the construction of the free subject: the trajectory of Frederick Douglass 119-135
Daiani Barbosa

História e Indígenas Mulheres na História à luz da Epistemologia Feminista Decolonial / Historia y Mujeres Indígenas en la Historia a la luz de la Epistemología Feminista Decolonial 136-149
Verônica Araújo Mendes

"O peso do silêncio vai acabar nos engasgando": O uso de Escrevivências como estratégia contra-hegemônica para uma educação decolonial / "El peso del silencio terminará por asfixiarnos": El uso de las Escrituras como estrategia contrahegemónica para una educación decolonial 150-170
Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Arranjos conjugais entre africanos libertos e escravizados: gênero e estratégias matrimoniais nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade em Mariana, Minas Gerais – Brasil (século XVIII) / Marital arrangements between freed and enslaved Africans: gender and matrimonial strategies on slavery and liberty margins in Mariana, Minas Gerais – Brazil (eighteenth century) 171-194
Natã Freitas

Irmandade de São Gonçalo de Mariana: sociabilidade e perfil social dos dirigentes (1749-1769) / Brotherhood of São Gonçalo of Mariana: executive's sociability and social profile (1749-1769) 195-220
Pedro Fosque Sanches

Colaborações de viajantes e missionários para a elaboração de uma história regional: um olhar sobre os relatos de Simão Estácio da Silveira e Padre Antônio Vieira / Collaborations of travelers and missionaries for the elaboration of a regional history: a look at the reports of Simão Estácio da Silveira and Father Antônio Vieira 221-237
Kacia Mikaela de Sousa

Uma genealogia da Lei para o ensino de 1º e 2º graus de 1971 / Una genealogía del derecho para la enseñanza de 1º y 2º grados de 1971 238-261
Fernanda Monteiro Rigue
Guilherme Carlos Corrêa

A relação Aluno-Professor em tempos de Pandemia: limites e possibilidades de aprendizado na educação básico / The Student-Teacher relationship in times of the Pandemic: limits and learning possibilities in basic education 262-286
Israel de Jesus Borges Almeida

Pensamento conservador no Brasil: aspectos históricos e especificidades conceituais em relação ao conservadorismo clássico europeu / Conservative thought in Brazil: historical aspects and conceptual specificities in relation to classical European conservatism 287-307
Guilherme Ferreira Defina

Ausências: uma análise do centenário da Guerra do Paraguai através das páginas do Jornal do Brasil / Absences: an analysis of the centenary of the Paraguayan War through the pages of Jornal do Brasil 308-332
Beatriz Barbosa Bender

O antipetismo do jornal O Estado de S. Paulo na eleição presidencial de 2010 / The antipetismo of the newspaper O Estado de S. Paulo in the 2010 presidential election 333-354
Cássio Augusto Guilherme

A presença invisível: o papel da mulher no projeto civilizador ultramontano / The invisible presence: the role of women in the ultramontane civilizing project 355-379
Ana Rosa Cloclet da Silva

Para bom telespectador, meia imagem basta: discurso de "Pantanal" realça patriarcado e combate masculinidade tóxica / For a good viewer, half an image is enough: the speech of "Pantanal" highlights patriarchy and fights toxic masculinity 380-397
Aurora Miranda Leão

História dos divertimentos de Barbacena-MG (final do século XIX e início do século XX) / History of fun of Barbacena - Minas Gerais (late 19th century and early 20th century) 398-422
Igor Maciel da Silva; Sarah Teixeira Soutto Mayor

Intersecções entre Neoliberalismo e Criatividade Musical: Uma análise histórica / Intersections between Neoliberalism and Musical Creativity: A Historical Analysis 423-444
Luciano da Costa Nazario

Detalhes da oligarquia da Castanha De Marabá (PA): As fotografias da Visita do secretário geral de Estado do Pará, Deodoro Machado De Mendonça em 1927 / Details of the marabá Brazil nuts' oligarchy (PA): the photographs of the visit of the general secretary of the state of Pará, Deodoro Machado De Mendonça, in 1927 445-468
Sergio Ricardo Almeida da Hora

A postura do Fatah e do Hamas em relação ao grafite nos Territórios Palestinos Ocupados: uma disputa político-visual / Fatah and Hamas posture in relation to the graffiti in Occupied Palestinian Territories: a political-visual dispute 469-488
Vitória Paschoal Baldin

Histórias da iconologia: perspectivas historiográficas sobre a construção do método iconológico de Erwin Panofsky / Histories of iconology: historiographical perspectives about the construction of Erwin Panofsky's iconological method 489-504
Cíntia Chaves Rodrigues

Artes visuais como ferramenta de inteligibilidade para o conhecimento histórico: análises sobre o tempo nas obras de Tiago Sant'Ana / Visual arts as an intelligibility tool for historical knowledge: analysis about the time in the works of Tiago Sant'Ana 505-522
Ligia Kalina Domingueti Faria

Documentário Terra Cabocla: os sons e as vozes remanescentes do Contestado / Documentary Terra Cabocla: the remaining sounds and voices of Contestado 523-537
André Vinicio Bialeski Vieira

Saudade dos "anos dourados" e a alegoria da debacle nacional em Santiago (2007), de João Moreira Salles / Longing for the past and the allegory of national decay in Santiago (2007), by João Moreira Salles 538-561
Vinícius Alexandre Rocha Piassi

Cinema, História e Memória: O testemunho no documentário Compañero Victor Jara of Chile (1974) / Cine, Historia y Memoria: El testimonio en el documental Compañero Victor Jara of Chile (1974) 562-588
Maria Luiza Franca Ramalho

Cinema e legislação censória: reflexões relativas à censura cinematográfica durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) / Cine y legislación de censura: reflexiones relativas a la censura cinematográfica durante la dictadura militar brasileña (1964-1985) 589-611
Gabriel Bandeira Alexandre

Resenhas

As mobilizações e o protagonismo do movimento feminista no Brasil: indícios, associações e lutas 612-616
Jamile Pinheiro da Silva

Transcrições

Conexões Angola e Portugal para além da dominação portuguesa: o protagonismo dos Axiluanda e Nâmbios 617-624
Mariany Mathias Rosa dos Santos; Rafaela Ferreira de Andrade; Gabriella Oliveira Silva Araujo; Francisca Cardoso do Prado Maciel; Bruna de Almeida Pereira; João Guilherme Gomes Mansur

A revolta dos escravizados de José Henriques Flores (Vale do Itajaí, 1867): transcrição do processo judicial 625-662
Vinícius Bonsignori

Entrevistas

Entrevista com o Dr. Frederico Duarte Garcia 663-676
Entrevista com a Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes. 677-682
Entrevista com a Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos 683-687

Temporalidades

Editorial

"Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência"

Thabata Tosta Lima
Doutoranda em Estudos do Património
Universidade do Porto (UPorto)
Mestranda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
thabatatosta@gmail.com

É com muita satisfação que a Equipe Editorial da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta a sua trigésima nona edição. O atual dossiê temático, *Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência*, vem a público com o número 15, volume 1, edição número 39 do periódico. Além dos textos do dossiê, composto por 4 artigos e 3 entrevistas, a edição também traz à comunidade acadêmica 23 artigos livres, 2 transcrições documentais comentadas e 1 resenha, recebidos em fluxo contínuo.

Este dossiê temático, *Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência,* contempla a Linha de Pesquisa de Ciência e Cultura na História. A motivação da escolha pelo tema advém da importância e necessidade prementes pela valorização de uma ciência e sua história no âmbito nacional de cunho não colonial. A *Temporalidades* pretende, então, levar o leitor a uma jornada por este percurso tão logo em sua arte de capa. Nesta edição, homenageamos alguns dos nomes que foram marco para a história da ciência no país pós-independência, como o abolicionista e engenheiro André Pinto Rebouças (1838-1898); o médico, biomédico e imunologista, Doutor Vital Brazil Mineiro da Campanha (1865-1950); o também médico, sanitarista, bacteriologista e epidemiologista, Doutor Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917); o biólogo e médico sanitarista, infectologista e bacteriologista, Doutor Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (1878-1934); a ativista feminista, bióloga e diplomata brasileira, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976); a socióloga psicanalista Virgínia Leone Bicudo (1910-2003); a maior taxonomista do

país, a chamada "Primeira Dama da Botânica do Brasil", a Doutora Graziela Maciel Barroso (1912-2003); a primeira engenheira negra do Brasil, Enedina Alves Marques (1913-1981); o geógrafo e polímata Doutor Milton Almeida dos Santos (1926-2001) e a filósofa e antropóloga ativista, Doutora Lélia Gonzalez (1935-1994).

Nesta proposta, pesquisadores e entrevistados (cuja contribuição será descrita mais ao final deste Editorial) elaboraram diferentes reflexões sobre o desenvolvimento das ciências na história do Brasil pós-independência. Optamos por seguir uma linha cronológica por alguns destes avanços. Assim, para dar início aos escritos deste dossiê, temos o artigo "Gazeta Medica da Bahia: reflexões em torno das seções de correspondência e aviso do periódico" de Davilene Souza Santos. Este é um artigo que objetiva identificar como os redatores do periódico médico-científico *Gazeta Medica da Bahia* (GMBahia) se relacionavam com o público leitor e colaboradores, a respeito de assuntos científicos e administrativos da revista, por meio das seções de correspondência e aviso nos primeiros números do periódico, entre os anos de 1866 e 1867. Souza Santos evidencia uma aproximação entre o grupo fundador do periódico e seus pares brasileiros e estrangeiros, em torno do debate científico da época. Pontua ainda a ocorrência de traduções de artigos estrangeiros no periódico baiano, assim como de artigos da Gazeta em publicação francesa. Em uma análise de seções a apresentar a relação da gazeta com outros órgãos da imprensa científica, a autora se propõe ainda a apontar as adversidades administrativas desse tipo de empreendimento.

De fontes jornalísticas para as literárias, apresentamos o artigo de Ana Vila Pacheco, "Potencialidades do uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais (1916-1920)". Tendo como ponto de partida a análise de passagens da obra "Chão de Ferro", publicada no ano de 1976 pelo médico e escritor Pedro da Silva Nava (1903-1984), a narrarem detalhes sobre as aulas de História Natural no Colégio Pedro II e no antigo Instituto Anatômico do Rio de Janeiro entre os anos de 1916 a 1920, a autora discute o uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais. Pacheco propõe ainda demonstrar como os textos literários podem servir de suporte para a tecitura de narrativas sobre o passado, para além de sua utilização ilustrativa ou confirmação e reconstituição dos fatos ocorridos.

O artigo a seguir, "A Anexação do Instituto Vacinogênico ao Instituto Butantan e o desenvolvimento das ciências médicas em São Paulo" de Beatriz de Lima Ruschioni, relata a

investigação da autora sobre dois institutos estabelecidos no início da Primeira República, o Instituto Vacinogênico do Estado de São Paulo e o Instituto Butantan. O artigo discorre, em especial, sobre a temática pouco abordada da sanção, datada do ano de 1925, na qual o Vacinogênico e o Butantan seriam unificados. Ruschioni considera aqui os antecedentes dos órgãos e o processo de anexação em si, com o intuito de desenvolver hipóteses sobre este momento pontual na história da saúde paulista.

Como último artigo do dossiê, temos "Do átomo ao Estado: uma análise sobre as controvérsias do discurso modernizador autoritário na política militar brasileira (1964-1985)", de Iandry Jessica Ferreira Soares e Victor Hugo Silva de Paiva. O objetivo dos autores é analisar as controvérsias dos projetos de produção de energia nuclear no Brasil durante os chamados "Anos de Chumbo" (1968-1974). Soares e Paiva propõem que, a compreensão de tais controvérsias é crucial para o entendimento de como a ciência e a tecnologia podem ser usadas como ferramentas estratégicas para aplicar uma política autoritária e como suas aplicações podem gerar consequências significativas para o desenvolvimento nacional do país.

Os artigos livres desta edição levam o leitor a uma jornada pelo mundo escravista, dos estudos decoloniais e do feminismo. Abordamos ainda histórias regionais, a educação brasileira e a política nacional em diferentes séculos. E, por falar em política, em nossas páginas temos extenso diálogo sobre este tópico entrelaçado ao lazer, música, fotografia e cinema. Tal percurso tem início com o artigo "Conexões atlânticas e a construção do sujeito livre: a trajetória de Frederick Douglass", de Daiani Barbosa. Sua proposta é de demonstrar de que forma a trajetória do abolicionista, escritor e estadista americano, Frederick Douglass (c.1817/1818-1895) se relaciona com a História Atlântica por meio da análise de sua primeira autobiografia, *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* (Uma narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano) de 1845. Neste artigo, Barbosa ainda aponta a complexidade dos contatos e diálogos no mundo escravista do século XIX, notadamente nos continentes europeu e americano, para a construção da identidade de Douglass.

Em "História e Indígenas Mulheres na História à luz da Epistemologia Feminista Decolonial", de Verônica Araújo Mendes, adentramos na temática dos estudos decoloniais e feminismo. Mendes busca oferecer ao leitor um panorama da história indígena e de indígenas mulheres com o intuito de problematizar narrativas historiográficas, textuais e imagéticas,

responsáveis pelo esvaziamento das ações protagonistas das indígenas mulheres nos processos e dinâmicas históricas ao longo do tempo. O artigo tem por embasamento as epistemologias feministas decoloniais de nomes como María Cristina Lugones (1944-2020) e Rita Laura Segato (1951-) a auxiliar na tecitura de crítica e decolonização do conhecimento, a evidenciar, segundo Mendes, a dialética da colonização e da violência que lhe é inerente e de efeitos avassaladores para as indígenas mulheres.

Ainda em estudos decoloniais, o artigo de Daniela Oliveira Ramos dos Passos e Juliana Moreira Borges, "'O peso do silêncio vai acabar nos engasgando': O uso de Escrevivências como estratégia contra-hegemônica para uma educação decolonial", objetiva apresentar as "escrevivências" como ferramentas de incentivo para uma educação decolonial e antirracista. Passos e Borges propõem uma nova forma de pesquisa, a de pensar, a partir da literatura como relatos de vivências, principalmente das mulheres negras, as identidades brasileiras e a valorização da história dos povos negros. O artigo utiliza da escrita de si para evidenciar saberes, culturas e realidades da vivência cotidiana feminina negra, além de apresentar estratégias para a manutenção de uma memória contra-hegemônica.

Em "Arranjos conjugais permeados pela escravidão em Mariana (século XVIII)", Natã Freitas aborda casais cujas relações foram formadas a partir de vínculos conjugais e escravista, numa proposta de investigar os casamentos mistos celebrados na cidade de Mariana, Minas Gerais, de meados do século XVIII. A partir de referenciais culturais dos africanos e os influxos específicos do universo colonial, Freitas enfatiza suas trajetórias em relação a estratégias matrimoniais no contexto do local e da época. Além disso, discute ainda os prováveis desdobramentos deste tipo de união num universo cultural e religioso carregado de expectativas distintas e desiguais para homens e mulheres. Por fim, reflete sobre quais foram os impactos destes arranjos conjugais nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade.

Ainda na Mariana do século XVIII, em "A Irmandade de São Gonçalo de Mariana: sociabilidade e perfil social dos dirigentes (1749-1769)", Pedro Fosque Sanches investiga os aspectos socioculturais da Irmandade de São Gonçalo entre os anos de 1749 e 1769. Sanches propõe a reconstrução do perfil social de uma parcela dos oficiais a partir de considerações quanto aos índices sociais e culturais presentes, visto que, para o autor, estes auxiliam na compreensão de aspectos da sociabilidade experimentada nesta associação. Este artigo recorre

aos inventários *post mortem* produzidos por ocasião do falecimento de irmãos que tenham sido identificados nos manuscritos da irmandade e tem como hipótese, a possibilidade que a Irmandade de São Gonçalo tenha reunido pessoas de níveis socioculturais distintos.

No que diz respeito à história regional, desta vez na região nordeste do país, temos o artigo "Colaborações de viajantes e missionários para a elaboração de uma história regional: um olhar sobre os relatos de Simão Estácio da Silveira e Padre Antônio Vieira", de Kacia Mikaela de Souza, faz uma análise crítica os relatos feitos sobre o território maranhense por um dos pioneiros da colonização portuguesa no estado Maranhão, o capitão Simão Estácio da Silveira (s/d) em sua obra "Relação sumaria das cousas do Maranhão", do ano de 1624, e as descrições do Padre Antônio Vieira (1608-1697) na narrativa de viagem "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba" sobre a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará, escrita no ano de 1656. No decorrer do texto, Souza propõe ao leitor, a partir das obras supracitadas, a compreensão do debate da formação historicizante, o viés teórico, assim como a teia discursiva como intuito de permitir avanços em relação àquilo que já foi produzido e orienta o olhar para singularidades ainda pouco ou nada exploradas.

Por sua vez, Fernanda Monteiro Rique e Guilherme Carlos Corrêa, adentram na temática na educação com o artigo "Uma genealogia da lei para o ensino de 1º e 2º graus de 1971". A partir de Paul-Michel Foucault (1926-1984), a dupla discorre sobre as condições que contribuíram para emergência do arquivo referente à Lei que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil, a Lei número 5.692, do ano de 1971. Os autores tratam essa Lei como um acontecimento que instituiu uma espinha dorsal do que se conhece até os dias de hoje como a escolarização do país. Desta feita, veem o trabalho histórico genealógico como aquele que vem a permitir tensionar aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam e configuram o recorte temporal do estudo.

Outro artigo a abordar a temática da educação é "A Relação aluno professor em tempos de pandemia: Limites e possibilidades de aprendizagem na educação básica", onde Israel de Jesus Borges Almeida, propõe uma reflexão sobre como a relação entre alunos e professores na educação básica foi impactada, bem como o processo de ensino e aprendizagem, com o advento da pandemia da Sars Cov-19. No texto, o autor destaca a acentuação de desigualdades com o uso da modalidade de ensino remota e/ou híbrida, além de ressaltar a necessidade de adaptação à

nova realidade deste estilo de ensino e a reinvenção do aprendizado e suas possibilidades a partir de tais circunstâncias. Isto posto, Almeida busca ainda entender quais estratégias os professores da educação básica têm utilizado para minimizar os impactos na relação aluno-professor.

No que diz respeito à política, o artigo "Pensamento Político no Brasil: particularidades históricas e diferenças conceituais entre o pensamento conservador europeu e brasileiro", de Guilherme Defina, objetiva analisar as particularidades históricas e as diferenças conceituais entre o pensamento político conservador, nascido na Europa, com as reflexões do economista e filósofo estadista Edmund Burke (1729-1797), e a ideologia conservadora desenvolvida no Brasil após a recepção das ideias europeias. O texto busca compreender as adaptações do pensamento em questão ao território e realidade política, social, econômica e cultural nacionais. Para Defina, enquanto Burke fundou as bases do pensamento conservador clássico na manutenção de determinadas instituições e tradições, o pensamento conservador brasileiro se baseou essencialmente na negação do passado colonial que, segundo o autor, foi pautado na tentativa de conciliação entre o advento do liberalismo econômico internacional e a manutenção interna do sistema escravocrata.

Cronologicamente, outro evento de relevância política no país foi a Guerra do Paraguai (1864-1870), abordada por Beatriz Barbosa Bender em "Ausências: Uma análise do centenário da Guerra do Paraguai através das páginas do Jornal do Brasil". No decorrer de suas décadas posteriores à Guerra, Bender aponta para inúmeras interpretações acerca do evento desenvolvidas por diferentes agentes sociais. A partir disso, seu texto objetiva introduzir a problemática da memória do conflito, tendo como fonte de análise primária aquilo que foi publicado no Jornal do Brasil, um dos periódicos mais antigos do país, e, ainda em existência, fundado no ano de 1891.

Outro evento de cunho político, ainda mais próximo de nós numa linha temporal, é objeto de estudo do artigo Cássio Augusto Guilherme em "O antipetismo do jornal O Estado de S. Paulo na eleição presidencial de 2010". Guilherme narra e discute o posicionamento antipetista do jornal *O Estado de S. Paulo*, também conhecido por Estadão, na eleição presidencial do ano de 2010. Para tanto, o autor utiliza como fonte os editoriais publicados pelo periódico no período em questão e ainda propõe um debate com parte da bibliografia pertinente ao tema. O texto tem como hipótese inicial que o Estadão manteve uma histórica postura antagônica ao Partido dos

Trabalhadores (PT), de esquerda, e pró Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), de centro, em oposição à candidata Dilma Vana Rousseff (1947-) e em apoio ao candidato José Serra Chirico (1942-), e que, ao sustentar tal postura, abusou de alarmismos políticos ligando os petistas a supostas pretensões autoritárias e econômicas pró-neoliberais.

No viés do feminismo, Ana Rosa Cloclet da Silva e Emily Bueno Pereira apresentam o artigo "A presença invisível: o papel da mulher no projeto civilizador ultramontano", onde analisam o papel conferido às mulheres no âmbito do projeto civilizador ultramontano, no Brasil da segunda metade do século XIX. Para tanto, tomam como fonte o jornal "A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico", editado no Rio de Janeiro entre os anos de 1861 e 1864. Silva e Pereira ponderam sobre a maneira com a qual a condição feminina foi concebida e moldada nas páginas deste periódico a partir dos significados mais amplos, associados ao par conceitual civilização-cristianismo. As autoras averiguam as associações da mulher ao lugar doméstico da família, da educação moral e religiosa dos filhos, assim como à condição das mulheres enquanto leitoras. Investigam ainda como a condição feminina foi interpretada a partir do conceito de civilização ultramontano e como, a partir de sua inserção circunstancial na sociedade brasileira da época, ajudou a moldá-lo.

Do meio de comunicação impresso para o visual, é a partir da ficção televisiva da telenovela *Pantanal* (TV Globo, 2022), obra original de Benedito Ruy Barbosa (1931-), com texto ressignificado por Bruno Luperi (s/d), que Aurora Miranda Leão elabora seu artigo "Para bom telespectador, meia imagem basta: Discurso de 'Pantanal' realça patriarcado e combate masculinidade tóxica". Leão propõe o entendimento da representação do rincão pantaneiro e sua relevância a partir da reflexão sobre a cultura machista, na qual misoginia e violência de gênero se fazem presentes que, neste contexto, foram exibidos em, senão outro, que o horário nobre da TV aberta no Brasil. No decorrer do texto, suas investigações apontam para como a teleficção salienta os estragos causados pela colonialidade, e tenta compreender como a construção da diegese evidencia a opressão encravada no sistema patriarcal e favorece a percepção dos danos causados pelas ciladas do machismo.

Após apresentarmos um artigo cujo objeto de estudo são as telenovelas, nada mais justo que abordarmos a temática do lazer com o artigo de Igor Maciel da Silva e Sarah Teixeira Soutto Mayor: "História dos divertimentos de Barbacena-MG (final do século XIX e início do século

XX)". Com o objetivo de mapear alguns dos divertimentos existentes na cidade de Barbacena, Minas Gerais, entre o final do século XIX e início do século XX, os autores pretendem demonstrar ao leitor a permanência de certas práticas entre esses tempos. Em suas linhas e, a partir de um tema pouco explorado, Silva e Soutto Mayor propuseram considerações sobre a história das diversões em Barbacena em uma narrativa inédita, ao investigar uma cidade que buscou se adequar ao ideário de modernidade vigente por meio de hábitos e práticas de entretenimentos que, por vezes, foram pautas de censuras.

A temática cultural e seus desdobramentos políticos continua a figurar em nossas páginas, desta vez por intermédio da música em "Intersecções entre Neoliberalismo e Criatividade Musical: Uma análise histórica", de Luciano da Costa Nazario e Rheuren da Silva Lourenço. Neste artigo, os autores apresentam uma visão global do panorama histórico e sociocultural que regeu o entendimento de criatividade musical no ocidente, vislumbrando os elementos que possibilitaram a emergência de um "sentido neoliberal de criatividade" e suas ações no campo da música. Esta investigação percorreu áreas da história da música e dos direitos autorais, estudos socioculturais e psicanalíticos sobre o neoliberalismo, além de investigações nos campos da psicologia e filosofia. Trajeto este que, segundo Nazario e Lourenço, vem a evidenciar uma junção entre criatividade musical e neoliberalismo, no qual o valor da criatividade individual está intrinsecamente ligado à capacidade de empreendedorismo.

Numa volta à história regional, porém com suas significâncias políticas envoltas num olhar construído a partir da fotografia, Sergio Ricardo Almeida Da Hora aborda em "Detalhes da Oligarquia da Castanha de Marabá (PA): As Fotografias da Visita do Secretário Geral de Estado do Pará, Deodoro Macha", investigam uma Marabá, cidade do estado do Pará, que, a partir da década de 1920, se vira dominada por alianças e grupos políticos ligados à cultura da castanha. Neste artigo, Almeida da Hora propõe a análise e interpretação de 9 (nove) fotografias representativas de fragmentos da visita do secretário geral de estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça (1889-1968), à cidade no ano de 1927. O autor busca refletir como a política marabaense e a transformação urbana da cidade na década de 1920 foi influenciada por uma elite dominante e, ainda, a demonstrar, por meio destas fotografias, como, esta mesma elite era controladora de uma cidade na qual o cenário político-econômico mostrava grandes contrastes.

Vitoria Paschoal Baldin, por sua vez, em "A postura do Fatah e do Hamas em relação ao grafite nos Territórios Palestinos Ocupados: uma disputa político-visual", trás o grafite como objeto de estudo. Desta vez, em um olhar voltado para fora do Brasil, o leitor é levado à cidade palestina de Gaza e aos territórios palestinos da Cisjordânia, onde o grafite vem sendo utilizado por diversos grupos políticos como forma de marcação de sua influência e atuação com o intuito de difundir suas ideologias entre a população. A partir disso, Baldin objetiva compreender a forma pela qual a disputa entre o Fatah (Movimento de Libertação Nacional da Palestina) e o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) opera no campo visual através das expressões de arte de rua.

Em uma breve pausa do diálogo entre a arte e a política, Cíntia Chaves Rodrigues se volta para um dos nomes mais icônicos nos estudos em história da arte, Erwin Panofsky (1892-1968). No artigo "Histórias da iconologia: perspectivas historiográficas sobre a construção do método iconológico de Erwin Panofsky", o objetivo é inventariar modelos explicativos para as transformações sofridas pelo método iconológico de Panofsky. Isto porque, segundo a autora, a historiografia tende a explicar tal processo apenas com a migração definitiva do autor da Alemanha para os Estados Unidos. Contudo, o texto argumenta que, apesar da inegável importância de tal elemento, a explicação para a trajetória de transformação do método não pode se esgotar nela. Rodrigues pontua aqui a necessidade construção de novos percursos analíticos a considerar como se deu a iconologia na obra de Panofsky e na própria disciplina da história da arte.

As artes visuais brasileiras contemporâneas são exploradas por Ligia Kalina Domingueti Fari com o artigo "Artes visuais como ferramenta de inteligibilidade para o conhecimento histórico: análises sobre o tempo nas obras de Tiago Sant'Ana". Domingueti Fari, propõe um caminho contrário à corrente presente na História da Arte que tende a tratar as imagens exclusivamente como fontes documentais. Com o intuito de demonstrar a possibilidade desse movimento, Fari utiliza obras do artista visual baiano Tiago Sant'ana (1990-), produzidas entre os anos de 2017 e 2019, criações estas que dialogam com o tempo presente e o passado brutalizador da colonização.

De volta à expressão audiovisual, André Vinicio Bialeski Vieira nos leva ao início de uma incursão de artigos voltados para os documentários com o artigo "Documentário Terra Cabocla:

os sons e as vozes remanescentes do Contestado". Segundo o autor, marcada pela "Guerra do Contestado" (1912-1916), a região do planalto catarinense ainda tem como habitantes os descendentes dos sujeitos que lutaram nesse conflito, o que acabou permitindo que sua cultura se mantivesse até os dias de hoje. Vieira busca, em sua interpretação, dar voz aos principais atores e valorizar sua cultura. Assim, o objetivo deste texto é a análise dos sons e das vozes presentes no documentário "Terra Cabocla", do ano de 2015, produzido por Marcia de Gusmão Paraiso Cavalcanti (1968-).

O segundo artigo a abordar documentários em nossas páginas foi escrito por Vinícius Piassi. Intitulado "Saudade dos 'anos dourados' e a alegoria da debacle nacional em Santiago (2007), de João Moreira Salles", discute a articulação de um discurso saudoso dos chamados "anos dourados", a década de 1950, com um diagnóstico de decadência contemporânea do Brasil no documentário Santiago, datado do ano de 2007, do cineasta e produtor carioca João Moreira Salles (1962-). A partir de uma análise fílmica, voltada para o percurso espacial traçado na rememoração das lembranças de infância e juventude do diretor nessa produção, Piassi propõe um foco na construção imagética no filme da antiga residência da família Moreira Salles no Rio de Janeiro, onde destaca a atribuição de um sentido alegórico totalizante para o seu cenário e a elaboração de um discurso ancorado na saudade de um passado áureo, tanto familiar quanto nacional.

O terceiro e último artigo a abordar um documentário é "Cinema, História e Memória: O testemunho no documentário Compañero Victor Jara of Chile (1974)", de Maria Luiza Franca Ramalho. A proposta é a análise do documentário *Compañero: Victor Jara of Chile* (Companheiro: Victor Jara do Chile), do ano de 1974, dirigido e produzido pelos cineastas Martin Smith (1957-) e Stanley Forman (1921-2013). Em seu texto, Ramalho objetiva examinar a formulação de uma narrativa de memória sobre Víctor Lidio Jara Martínez (1932-1973), bem como, a elaboração do testemunho de Joan Turner (1927-) sobre a Unidade Popular (UP) e o golpe civil-militar chileno de 11 de setembro de 1973, no início de seu exílio.

Como último artigo a compor nossa lista de artigos livres, apresentamos "Cinema e legislação censória: reflexões relativas à censura cinematográfica durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)", onde Gabriel Bandeira Alexandre discute a atuação censória ao cinema durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O autor aborda as distâncias entre as normas e

as práticas censórias; os diferentes atores, para além dos censores, interferindo nas atividades de censura; as proximidades e os distanciamentos entre normas censórias, durante o pré-1964 e o pós-1964; a dificuldade de afastarmos a censura política da censura moral; e, a relação entre censurar e liberar, na medida em que a atividade censória não se restringe a interditar, mas, igualmente, a ditar o que e como se expressar. Alexandre propõe que o leitor pense a censura enquanto enraizada culturalmente na sociedade brasileira, e que perceba-a como uma prática não circunscrita a períodos ditatoriais.

A única resenha desta edição é "As mobilizações e o protagonismo do movimento feminista no Brasil: indícios, associações e lutas", de Jamile Pinheiro da Silva. É abordado aqui a publicação de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, "Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer", publicada pela Editora Bazar do Tempo, no ano de 2022 no Rio de Janeiro, de 352 páginas. Esta obra é um dos mais recentes trabalhos sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil. Descrito por Silva como um livro que busca, a todo instante, apresentar fontes como imagens e entrevistas, é composto por uma reunião de artigos com contribuições para a história do feminino e da memória social das mulheres.

Nossa seção de transcrições é composta por duas submissões. A primeira, a tratar de uma carta patente datada do ano de 1763, na qual é expressa a nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos (s/d), para o cargo de governador dos Maxiluandas é intitulada "Conexões Angola e Portugal para além da dominação portuguesa: o protagonismo dos Axiluanda e Nâmbios", e foi feita por Mariany Mathias Rosa dos Santos; Rafaela Ferreira de Andrade; Gabriella Oliveira Silva Araujo; Francisca Cardoso do Prado Maciel; Bruna de Almeida Pereira e João Guilherme Gomes Mansur. A segunda transcrição é "A revolta dos escravizados de José Henriques Flores (Vale do Itajaí, 1867): transcrição do processo judicial", feita por Vinícius Bonsignori. São informadas a comarca, a cidade de Itajaí, no estado de Santa Catarina; a ação; e as partes, a saber o senhor José Henriques Flores e os autores, listados como "escravos do Capitão José Henriques Flores". Tal processo é datado do ano de 1867.

Encerramos esta edição com três entrevistas de interesse e relevância para o campo da história da ciência. A primeira delas, concedida pelo Doutor Frederico Duarte Garcia, médico professor associado no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG, líder do Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS) e coordenador do Centro de Regional

de Referência em Drogas (CRR) da UFMG. Em nossa conversa, abordamos saúde mental, dependência química, e a pesquisa da vacina terapêutica chamada "Calixcoca", desenvolvida pela UFMG. Nossa segunda entrevista foi concedida pela Doutora Maria Amélia Mascarenhas Dantes, física e historiadora, professora (sênior) aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Conversamos sobre a importância para o Brasil em conhecer e reconhecer as mulheres nas ciências, história da física e da ciência. A terceira e última entrevista foi concedida pela Excelentíssima Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos, primeira mulher na história do Brasil a assumir o cargo de chefia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Conversamos sobre o que a Ministra tem feito e ainda pretende fazer para honrar as milhares de mulheres que pesquisam e produzem ciência no país, sobre a história da ciência e patrimônio científico nacionais e, ainda, sobre as maiores expectativas e esperanças para o futuro da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil.

Agradecemos aos entrevistados, Doutor Frederico Duarte Garcia, Doutora Maria Amélia Mascarenhas Dantes e a Excelentíssima Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos por concederem um pouco de seu tempo para compartilhar seus conhecimentos conosco. Agradecemos aos pareceristas pelas análises e considerações pertinentes para que pudéssemos continuar a garantir artigos de qualidade para a revista. Não menos importantes, agradecemos ainda aos autores pela submissão de seus trabalhos.

Com este dossiê, a *Temporalidades* espera ter sido capaz de elaborar uma edição que, não só venha a despertar o interesse de seus leitores para a história nacional das ciências, mas também a expandir seus horizontes para narrativas plurais, diversas e instigantes. Esperamos ter contribuído para a ampliação do conhecimento sobre temas que merecem e precisam ser estudados, sejam eles pertencentes ao nosso passado, presente ou futuro. Almejamos por um país no qual a ciência não seja relegada e negada, mas sim espargida, discutida e fruída em sua melhor e maior capacidade. Desejamos a todos uma excelente leitura.

Temporalidades

Dossiê Temático

Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência

Pietro Monteiro da Silva
Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
pietroms@aol.com

A 39ª edição da Revista Temporalidades contempla o dossiê "Produzindo Ciências: história científica do Brasil pós-independência", que propõe abordar contribuições científicas, tanto no campo da historiografia, quanto da história da ciência relacionados ao Brasil após 1822. A presente edição apresenta-se enriquecida de uma pluralidade metodológica que buscou mostrar as formas como a História da Ciência constrói-se enquanto área do conhecimento responsável por resgatar as contribuições científicas realizadas ao longo do tempo – compreendendo, assim, a própria Ciência enquanto uns dos vestígios humanos pertinentes às investigações de historiadores e historiadoras –, como ocorre o processo de construção do conhecimento e qual(is) o(s) retorno(s) que a ciência pode garantir para a sociedade.

O diálogo que interrelaciona Ciência e Nacionalismo torna-se pertinente às nossas inquietações quando exploramos os discursos e explorações acerca de um Brasil pós-independência, ainda em seu processo embrionário, construindo-se enquanto nação recém "emancipada". Nesse sentido, a História da Ciência auxilia na exploração de tal relação, buscando entender todos os aspectos desta interação e apresentando análises que partem do panorama da história da atuação das ciências no processo histórico de formação do Brasil como uma nação.

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, é possível identificar uma influência direta do iluminismo europeu sob os intelectuais brasileiros quando analisamos a quantidade de intelectuais que buscaram referências nas fontes da Universidade de Coimbra nos prelúdios da

instalação de um império no Brasil; refletindo, assim, uma influência da coroa portuguesa nas terras brasileiras. Como parte do processo de consolidação de uma nação durante o século XIX, acompanhando o movimento de *enciclopedização* do mundo e das nações a ele pertencentes, a Ciência ganha destaque no auxílio para a construção de discursos e compreensões que serviriam ao progresso da nação, a fim de auxiliar na forma como tal país é reconhecido pela Europa e, portanto, nas próprias condições de habitação dos moradores locais. Essa influência fez que urgisse a necessidade de um alinhamento e reconhecimento acerca da consciência nacional, em um movimento de *coletivização* da memória que refletiu no *modus operandi* de se fazer ciência no Brasil. A Ciência, assim, correspondia aos interesses do período: ao alcançar o reconhecimento (territorial, social, cultural, político) por parte do escopo científico consolidado no período, reconhecia-se também enquanto nação.

A consolidação do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil ocorreu em meados do século XIX, período contemporâneo ao entendimento de tal relação entre a ciência, a edificação da consciência nacional e a formação do Estado. Neste período, é possível apontar como a Comissão Científica de Exploração desempenhou papel fundamental na construção do Estado Imperial ao incentivar as viagens científicas, que tinham o cunho de auxiliar na formação dos naturalistas, e promover o conhecimento ao auxiliar no processo de exploração do novo país. Foi um período em que havia uma elite científica, composta de maneira significativa por naturalistas e engenheiros que, até então, ocupavam grandes cargos e atuavam nos diversos processos de interesses imediatos do país em construção.

Já no fim do século XIX, como consequência do processo de consolidação da identidade nacional através da ciência identificado até então, ocorre um incentivo na criação de instituições nacionais voltadas para o reconhecimento e valorização da ciência, como comissões geológicas, laboratórios, museus e instituições superiores de ensino que proporcionam a difusão dos ideais das teorias evolucionistas, doutrinas positivistas e as pesquisas experimentais que floresciam a cena científica da época. Nascia, assim, um novo modelo organizacional para identificação,

reconhecimento, catalogação e distribuição da Ciência – em muito, como tentativa de compensar um suposto atraso em relação às outras nações.

Com o avanço para o início do século XX e o surgimento de novas problemáticas no campo social, as atividades científicas encontravam legitimidade por meio da capacidade de oferecer possíveis soluções aos problemas latentes da sociedade brasileira. Neste novo contexto, os cientistas apresentavam-se como pontos de respostas para as questões que atribulavam ou adoeciam a população, bem como continuavam buscando, incessantemente, criar artifícios que permitissem que as atividades científicas dentro do país tivessem a sua promoção como um valor social da ciência a fim de profissionalizar as atividades científicas.

A II Grande Guerra que despontou na Europa trouxe consigo, na década de 1940, um novo elemento para despertar as inquietações científicas: a tecnologia. Aqui, destacamos os discursos que apontam a capacidade tecnológica de auxílio no processo de elevação dos níveis socioeconômicos da América Latina. No Brasil, fortalece-se assim uma forte tendência à modernização do país como resposta à crescente tecnológica global. Com auxílio da ciência e de alta tecnologia, desenvolvida de forma nunca observada antes do conflito geopolítico marcado entre EUA e URSS no século XX, diversos projetos político-econômicos foram desenvolvidos sob a lógica do *desenvolvimento* – o principal protagonista dos discursos ideológicos associados aos *avanços* tecnológicos e econômicos do país durante tal época. Aqui, a nação constrói-se a partir da industrialização, da urbanização e da automação de processos, em concordância com a nova fase da Revolução Industrial que se desenrolava no cenário econômico global.

Na década de 1960, é possível identificar um abalo na relação entre governo e ciência, sobretudo entre as instituições científicas e os detentores do poder após o golpe civil-militar de 1964. Afinal, tendo em vista o cenário de repressão e opressão que demarcaram o país entre o ano de tal golpe e 1985, interessava ao Estado a deslegitimação de discursos que pudessem colocar em risco a predominância dos militares no Governo Federal. Dessa forma, um cenário de censuras e perseguições dentro de academias, universidades e institutos é acarretado; tornando possível observar as formas como o Estado ditatorial buscou inibir o avanço científico. O tema também pode ser

observado nas décadas anteriores, onde alguns avanços demonstram-se aparentes e urgentes; como a redemocratização pós período ditatorial.

O presente quadro situacional acerca da ciência do Brasil nos faz refletir em como a ciência é uma construção social, coletiva e que promove – e é promovida – a partir de processos. Ela é construída pelo entorno da comunidade acadêmica, composta por pares que a nortearão e darão forma a seus ideais, refinando-a. Também é feita por múltiplas mentes pensantes que auxiliarão no seu desenvolvimento, bem como o processo gradativo de contribuições acarreta um processo de construção do conhecimento científico. Por fim, é possível observar como a atuação da ciência é de suma importância para a sociedade quando esta se insere em um escopo que acarreta no auxílio de soluções para problemas cotidianos da sociedade.

Nesta edição da Revista Temporalidades buscamos explorar tudo que envolve a construção do conhecimento científico feito em um Brasil independente e ávido em se reconhecer enquanto nação, considerando a forma como a ciência contribuiu para tais construções acerca do Brasil – e dos diversos Brasis a este momento associados.

Boa leitura!!!

Referências bibliográficas:

CONDÉ, M.L.L. **Um papel para a história: O problema da historicidade da ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

LIMA, N.T.; DE SÁ, D.M.; CASAZZA, I.F.; BRITO, C.A.G. As ciências na formação do Brasil entre 1822 e 2022: história e reflexões sobre o futuro. **Estudos Avançados**, v.36, n.105, 2022.

Temporalidades

Gazeta Medica da Bahia[1]: reflexões em torno das seções de correspondência e aviso do periódico

Gazeta Medica da Bahia: reflections around the correspondence and notices sections of the journal

Davilene Souza Santos
Doutoranda em História das Ciências
Assistente em Administração
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
davilenes13@gmail.com

Recebido: 18/04/2023
Aprovado: 04/06/2023

Resumo: O artigo tem por objetivo identificar como os redatores da *Gazeta Medica da Bahia* se relacionavam com o público leitor e colaboradores, a respeito de assuntos científicos e administrativos da revista, por meio das seções de correspondência e aviso nos primeiros números do periódico, entre 1866 e 1867. De natureza bibliográfica e documental, o estudo adota uma abordagem qualitativa. Evidencia-se uma aproximação entre o grupo fundador do periódico e seus pares brasileiros e estrangeiros, em torno do debate científico da época. Pontua-se a ocorrência de traduções de artigos estrangeiros no periódico baiano, assim como de artigos da gazeta em publicação francesa, permitida em virtude do trânsito de alguns médicos nucleares do periódico no ambiente científico europeu. A revista baiana comunicou diversos resultados de pesquisas médicas de doenças consideradas típicas do clima tropical, ampliando a visibilidade para a medicina tropical e a ciência brasileira. As seções analisadas apresentam a relação da gazeta com outros órgãos da imprensa científica e apontam as adversidades administrativas desse tipo de empreendimento.

Palavras-chave: História da ciência; Medicina baiana; Gazeta Medica da Bahia.

Abstract: The article aims to identify how the editors of *Gazeta Medica da Bahia* related to the readership and collaborators, regarding scientific and administrative issues of the journal, through the correspondence and notice sections in the first issues of the journal, between 1866 and 1867. Of a

[1] Os primeiros números do periódico apresentam a grafia do termo (Medica) sem acento, por essa razão utilizaremos nesse artigo a grafia original, por se tratar de uma pesquisa que abarca apenas o primeiro ano de circulação da revista.

bibliographical and documental nature, the study adopts a qualitative approach. There is evidence of rapprochement between the founding group of the journal and its Brazilian and foreign peers, around the scientific debate of the time. The occurrence of translations of foreign articles in the Bahian journal, as well as articles from the gazette in a French publication, is noted, allowed due to the transit of some nuclear doctors from the journal in the European scientific environment. The Bahian magazine communicated several results of medical research on diseases considered typical of the tropical climate, expanding the visibility of tropical medicine and Brazilian science. The analyzed sections present the gazette's relationship with other scientific press organs and point out the administrative adversities of this type of enterprise.

Keywords: History of science; Bahian medicine; Gazeta Medica da Bahia.

Reflexões introdutórias

O investimento em pesquisas científicas no Brasil é evidenciado a partir da chegada da Corte Real Portuguesa no país, em 1808, por ocasião da Guerra Napoleônica. Uma das primeiras ações do então Rei de Portugal, Dom João VI, foi a criação de duas escolas de ensino superior, dias após o desembarque. A primeira foi a Escola de Cirurgia da Bahia e a segunda denominada Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro. Nessas instituições "[...] se formaram não apenas profissionais científicos, mas também intelectuais, políticos, naturalistas e pensadores brasileiros do século XIX" (DANTES, 2001, p. 10). Entretanto, outras instituições nasceram nesse período para atender a uma transformação política, econômica, social e cultural evidenciada na época.

Assim, além das duas Escolas da área médica, foram criadas algumas instituições que contribuíram com as iniciativas científicas, dentro dos termos considerados como ciência para o século XIX, tais como: a Imprensa Régia e o Horto em 1808. Este último, posteriormente denominado de Jardim Botânico, que de acordo com Dantes (2001, p. 9) "focalizava um tipo de institucional bastante valorizado no final do século XVIII e início do século XIX, pelo papel econômico que desempenhava na aclimatação de plantas".

Já em 1810 evidencia-se a fundação da Real Biblioteca e "em 1818, o Museu Real, depois Museu Nacional de História Natural", Dantes (2005, p. 27), de modo a permitir que a Família Real Portuguesa e todos os acompanhantes da Corte até o Rio de Janeiro, obtivessem acesso a instituições dessa natureza (DANTES, 2001; PEARD, 1999). Nessa perspectiva do advento de inúmeras

instituições, é que nasce uma concepção científica no Brasil, em especial após a independência do país em 1822.

A partir desse período, percebe-se uma atenção de Dom Pedro II junto aos estudos da ciência para que seja efetivada por meio da doação de obras e artefatos para o Museu Real, como participações nas sessões da Academia Imperial de Medicina (AIM). Evidencia-se, também, o apoio imperial a investigações médica, diante do alastramento das epidemias Febre Amarela e Colera Morbus identificadas em meados do século XIX, entre 1849 e 1856 respectivamente, ampliando as possibilidades do nascimento da pesquisa científica no Brasil (PEARD, 1999).

Com a transformação da Escola de Cirurgia em Faculdade de Medicina da Bahia, e a Escola de Anatomia e Cirurgia em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ambas em 1832, evidencia-se a formação de médicos em solo brasileiro, o que não ocorria antes, em virtude da ausência de uma instituição de ensino superior no Brasil (CUNHA, 2007). Dessa forma, os profissionais que exerciam a atividades médicas e de ensino no Brasil foram formados em instituições estrangeiras, em particular, nas universidades portuguesas e francesas.

Nesse sentido, a metodologia até então adotada nas faculdades brasileiras estava ligada a uma forma teórica de ensino, por meio de compêndios franceses, nos quais as especificidades locais dos trópicos eram contempladas superficialmente e estavam distantes da realidade da população (EDLER, 2011). É nesse contexto que surge dois médicos estrangeiros na província da Bahia, um de origem alemã, o Dr. Otto Wucherer, e o outro de origem escocesa, o Dr. John Paterson, na década de 1840. Ambos os médicos participaram ativamente das discussões acerca das duas grandes epidemias e alguns anos posteriores, a epidemia de Febre Amarela e Colera Morbus (COOPER, 1975, 1986).

Os médicos associados à Academia Imperial de Medicina (AIM) apresentam explicações acerca de algumas enfermidades que levavam em consideração o clima tropical brasileiro e o ambiente como causa, relacionando-as aos miasmas, putrefações que emanavam do solo. Por outro lado, os médicos estrangeiros radicados na Bahia pautavam suas considerações em torno do estudo clínico observacional de modo a identificar o agente causador da enfermidade (BENCHIMOL, 2001; FERREIRA, 1993; REGO, 2020).

A esse respeito, Cooper (1975) aponta a existência de uma possível disputa científica que envolvia o grupo de médicos institucionalizados pelas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, assim como dos associados da AIM diante futuros fundadores da GMB. O autor destaca que ao ser ventilada a possibilidade de febre amarela pelo trio de médicos estrangeiros radicados na Bahia, estes foram considerados como "estrangeiros intrometidos". (COOPER, 1975, p. 676).

Percebe-se que o trânsito e a permanência dos esculápios estrangeiros em terras baianas não ocorreu sem maiores embates. Após a passagem avassaladora das epidemias de Febre Amarela em 1849 e de Colera Morbus entre os anos de 1855 e 1856, surge na Bahia um periódico médico científico em 1866, a *Gazeta Medica da Bahia* (GMB) como forma de atender aos anseios da classe médica divergente do pensamento assimilado pela AIM. Originado a partir das discussões clínicas e científicas ocorridas quinzenalmente à noite na casa do Dr. Paterson, contemplava estudos voltados às doenças consideradas de clima tropical em uma perspectiva divergente da adotada pela AIM.

Aqueles esculápios da Bahia, quase um século depois, ficaram conhecidos como formadores de uma "Escola Tropicalista Baiana" (CONI, 1952). Essa denominação encontra ressonância com o conceito de *habitus* de Bourdieu (20014, p. 64), no qual destaca ser a presença de "princípios de produção de práticas diferenciadas de acordo com variáveis de género social, certamente de nação (através da formação escolar)".

Para Bourdieu (2004) o *habitus* está relacionado a uma prática que se opõe de forma diferenciada ao que está estabelecido pela tradição. Assim, a condição de estrangeiros dos médicos atuantes na Bahia, com formação na europeia e com ligações estreitas com a comunidade estrangeira, configura uma potencialidade para o desenvolvimento de investigações científicas por outra perspectiva, diferentemente da teoria miasmática adotada pelos representantes da AIM.

O texto mobiliza o conceito de habitus e capital científico de Bourdieu (2004), além de discutir a teoria de Kuhn (2013) em torno do paradigma científico e da natureza da ciência por meio de Fleck (2010) e o pensamento coletivo. Dessa forma, busca identificar como os diretores e redatores da Gazeta se relacionavam com o público leitor e colaboradores locais e estrangeiros.

Por meio das seções de correspondência e aviso da revista, é possível compreender aspectos administrativos que permearam os caminhos da publicação e reverberaram na trajetória do periódico. Desse modo, destaca-se que o capital científico intrínseco na concepção da revista, que de

acordo com Bourdieu (2004, p. 52) é uma "espécie de capital simbólico que age na e pela comunicação", se relaciona com o anseio de uma parcela da comunidade médica.

Nesse sentido, o acesso a um canal de comunicação que exprimisse a perspectiva reprimida vinculada aos interesses epistemológicos da medicina na segunda metade d século XIX, formava um coletivo de pensamento diretamente relacionado à natureza da ciência (FLECK, 2010). Nesse quesito, Fleck (2010, p. 82) aponta que um coletivo de pensamento pode ser definido "[...] como a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos", conceito que podemos relacionar com as evidências que giram em torno do grupo formador da *Gazeta Medica da Bahia*.

Essa perspectiva emerge a partir da verificação de diversas informações contidas nessas seções do periódico, que podem auxiliar na compreensão da longevidade da revista, que permaneceu ativa entre 1866 e 1934, quase ininterruptamente. A partir da identificação de uma rede de colaboração de agentes da comunidade científica nacional e internacional, junto ao corpo editorial da revista, pretende-se traçar caminhos possíveis para a manutenção e abrangência do periódico em meados do século XIX e início do século XX.

De acordo com Ferreira (1996) os periódicos científicos do século XIX participaram ativamente na constituição da ciência no Brasil, identificando-os como uma instituição científica própria do período oitocentista. O argumento de Ferreira (1996, p. 1) perpassa por uma lacuna identificada em torno do "papel dos periódicos médicos no processo de institucionalização da ciência brasileira no século XIX". Essa perspectiva introduz os periódicos científicos no rol paradigmático daquele período, de modo que a acomodação da prática médica de outrora encontra no periódico um meio de propagação do conhecimento produzido (KUHN, 2013).

Nesse sentido, Ferreira (1996) aponta que os periódicos naquela época "funcionaram como instituições típicas de uma fase específica da institucionalização da ciência no Brasil". Destacando que "eles foram o modelo de organização social assumida pelos grupos médicos empenhados na legitimação social e na produção efetiva de conhecimento científico, no momento em que a ciência não era ainda uma atividade altamente profissionalizada" (FERREIRA, 1996, p. 1).

Desse modo, objetiva-se analisar um dos seus representantes baianos, a *Gazeta Medica da Bahia*, por meio da premissa deste para além de uma fonte de informação. Dessa forma, busca-se

adentrar no universo da GMB enquanto objeto de pesquisa, visto que o periódico adquiriu *status* de objeto investigativo apenas em uma pequena parcela das pesquisas acadêmicas perante o campo científico da História da Ciência.

Apoiada pela análise de discurso fundamentada por Orlandi (2015), na qual a ideia de entremeios discursivos se apresenta como fundamentais para o entendimento do enunciado, busca-se apresentar disputas e aproximações desenvolvidas no campo científico da pesquisa médica do século XIX. Nessas circunstâncias, o capital científico e o *habitus* se apresentam como fatores norteadores para o nascimento da revista (BOURDIEU, 2004). Por outro lado, buscamos demonstrar como esse periódico científico adquiriu amplitude e abrangência investigativa no cenário nacional e internacional por meio da interlocução com atores dos mais diversos círculos da ciência estrangeira, o que de algum modo fortaleceu para a continuidade da revista, apoiada pela epistemologia e natureza da ciência de Ludwik Fleck (2010) em torno do pensamento coletivo e Thomas Kuhn (2013) por meio do conceito de paradigma desenvolvido na ciência moderna.

Estudos contemporâneos acerca da GMB revelam que a revista apresenta originalidade e representatividade no que compete a perspectivas investigativas no âmbito da medicina, e diversas contribuições na área da saúde de forma geral (MARTINELLI, 2014; PEARD, 1990; 1999; SANTOS, 2008; SANTANA, 2013). No entanto, ao analisar o periódico, nota-se que as seções de correspondência e aviso podem responder diversas perguntas a respeito da administração e manutenção da revista, que circulou por quase meio século, entre 1866 e 1934. Esse período de circulação compreende tanto o Brasil Império quanto o início do Brasil República, abarcando o desenvolvimento e evolução das pesquisas científicas na perspectiva dos oitocentos por meio da circulação do conhecimento produzido.

Percurso teórico-metodológico

O levantamento que por ora desenvolvemos, tem por perspectiva a realização de uma pesquisa documental e bibliográfica. De natureza aplicada, a investigação adota a abordagem qualitativa como forma de apresentar uma amostragem do universo de estudo, o primeiro volume da revista científica *Gazeta Medica da Bahia*, que compreende o ano de 1866 e 1867 (MARCONI; LAKATOS, 2011). Dessa forma, analisamos alguns números iniciais do periódico por meio da

análise de discurso filiada a Orlandi (2015) e ancorada pela perspectiva teórica e metodológica de Ludwik Fleck (2010) e Thomas Kuhn (2013) no que compete a comunidade científica e a natureza da ciência.

Crítico do "Círculo de Viena", Fleck (2010) aponta uma ausência de neutralidade e objetividade na ciência. Desse modo, a sua epistemologia pautada na biologia permite transcender aos conceitos positivistas correntes, ancorados na lógica para a construção de um fato científico. Nesse sentido, ao verificarmos a atuação dos médicos que criaram a *Gazeta Medica da Bahia*, observamos que o modo como às doenças consideradas de clima tropical foram abordadas, estavam alinhadas a um pensamento envolto na coletividade das reuniões realizadas quinzenalmente entre o grupo, para discussão e análise subjetiva de cada caso clínico enfrentado por eles.

A união de esforços em prol da análise de casos oriundos da prática médica cotidiana, e a leitura de textos médicos estrangeiros que apontassem as temáticas discutidas internacionalmente ampliavam o raio de visão dos médicos considerados formadores de uma medicina tropical no Brasil. Por outro lado, as viagens a Europa e o contato com médicos de outros países, assim como o intenso intercâmbio científico de novas descobertas científicas, potencializavam o desenvolvimento da medicina pautada na observação clínica (BARROS, 1998).

Nesse ponto, é possível associar o conceito de Fleck (2010) para estilo de pensamento e coletivo de pensamento, alinhado ao que Thomas Kuhn (2013) denominou de paradigma na obra *A Estruturas das revoluções científicas*, no que compete à dinâmica da ciência em um determinado momento e ao pensamento epistemológico desenvolvido pelos médicos fundadores do periódico baiano. Entretanto, destacamos a presença problemática do termo paradigma na literatura científica. Com diversas interpretações para esse termo, o que quase culminou no cancelamento da expressão, Thomas Kuhn buscava no lançamento do livro, imprimir uma ideia de padrão, atingindo o tema de forma local e não tão global como passou a ser adotado (KUHN, 2013).

Dessa forma, entendemos que a presença de médicos estrangeiros em solo brasileiro, com formação em instituições europeias tenha contribuído para que o pensamento médico que se iniciava no Brasil na segunda metade do século XIX começasse a fluir em outra direção. Em estudo desenvolvido a respeito de um dos mais proeminentes médicos da *Gazeta*, o Dr. Pacífico Pereira, Malaquias (2019) aponta a presença do conceito de experimentação do médico Claude Bernard,

considerado o pai da medicina experimental na década de 1860, junto à atmosfera da prática médica de observação que se formava na Bahia. O período coincide com o lançamento da obra seminal de Claude Bernard, intitulada *An Introduction to the study of experimental medicine* em 1865, e a fundação da *Gazeta Médica da Bahia* em 1866.

A criação da GMB tem o seu alicerce nas discussões do grupo fundador, em reuniões realizadas no período noturno, após os casos clínicos enfrentados. Desse modo, o pensamento coletivo maturado nesses encontros culminou na necessidade de comunicar o nascimento de outra perspectiva investigativa para algumas enfermidades.

Nesse sentido, Fleck (2010, p. 84) aponta que "Os três fatores que participam do processo de conhecimento [são], o indivíduo, o coletivo e a realidade objetiva (aquilo que é para ser conhecido)", destacando que estes fatores "não são seres metafísicos, [portanto], também são passíveis de análise das relações entre eles". De certa maneira, os fatores apontados por Fleck (2010) se alinha ao debate evidenciado no século XIX, em torno das doenças do clima tropical.

A ocorrência de doenças epidêmicas ocorridas anos antes da fundação da GMB, como a febre amarela e cólera morbus, respectivamente em 1849 e 1855, que acometeu milhares de pessoas, descortinava uma carência metodológica e epistemológica para o enfrentamento a episódios daquela natureza (MALAQUIAS, 2012). Na perspectiva teórica de Fleck (2010) compreendemos que o combate às doenças se efetivaria por meio de uma coletividade de pensamento que confrontasse a ciência normal e dogmática de outrora (KUHN, 2013).

Em um cenário que se mostrava dificultado pela ausência de apoio institucional, já que a maioria dos membros do grupo de médicos da revista não estava ligada a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB), a fundação da *Gazeta* surge como uma alternativa viável para a comunicação de ideias renovadas de um pensamento de outrora (SANTOS, 2008). As investigações médicas do início do século XIX pautavam-se em características miasmática, no que compete ao que se convencionou denominar como doenças tropicais, que apontavam o solo e o meio ambiente como causadores de distúrbios por meio da matéria em putrefação.

A possibilidade investigativa pautada nos miasmas, que tinha o apoio da Academia Imperial de Medicina (AIM) encontrava divergência epistemológica e metodológica das adotadas pelos médicos fundadores da gazeta baiana (BARROS, 1998). Desse modo, a literatura demonstra que uma

mudança de paradigma se iniciava na segunda metade do século XIX, e para isso, o apoio de outros membros da comunidade científico entrava no radar dos médicos radicados na Bahia.

O conceito de paradigma de Kuhn (2013) apresenta a ciência como uma função social passível de rupturas, posto que se desenvolve ao redor da comunidade científica e suas subjetividades. Dessa forma, a renovação, a mudanças, as alterações e as perspectivas ocorrem de tempos em tempos, transformando uma ciência normal em algo paradigmático, que revoluciona práticas e teorias anteriores.

O papel dos agentes científicos nessa ruptura aparece em momentos distintos. Primeiro, na perspectiva do membro de uma comunidade científica atuante da ciência normal, constituída, aceita e, portanto, estática. Por outro lado, há o membro aspirante à cientista que promove mudanças significativas ou não, de modo que o peso da responsabilidade de ser um membro sênior não lhe recae sobre os ombros. Nesta última opção, reconhecemos o aparecimento dos médicos estrangeiros, de origem alemã, escocesa e portuguesa, respectivamente o Dr. Otto Wucherer, o Dr. John Paterson e o Dr. Silva Lima, na constituição de uma nova dinâmica para a ciência médica baiana.

É nessa perspectiva que se evidencia a relevância apontada pelas seções de correspondência e aviso do periódico médico *Gazeta Medica da Bahia*. Por meio da publicação dessas comunicações, na própria revista, o grupo apresentava uma dupla ação. Primeiro, demonstrava para sociedade e para a comunidade científica a repercussão das ideias que transitavam ao redor daquele grupo e nas páginas do periódico. Por outro lado, angariavam novos adeptos ao círculo que se formava em torno da medicina tropical brasileira (BARROS, 1998).

A adesão da comunidade científica a uma iniciativa dessa natureza definiria os rumos do desenvolvimento da ciência na Bahia e no Brasil. Por essa razão, os primeiros números buscaram demonstrar por meio de artigos represados o estado da doença e dos acontecimentos epidêmicos no país. Desse modo, outros médicos e pesquisadores dos assuntos recorrentes no período tiveram a oportunidade de aproximação com um círculo científico que se formava. A coletividade se apresenta como algo inerente ao fazer científico, de modo que as aderências epistemológicas e metodológicas se pautam na subjetividade do sujeito, corroborando com Fleck (2010) ao apontar a ciência como distante da neutralidade e objetividade própria do positivismo lógico.

Considerando a relevância dos periódicos na discussão das ideias na primeira metade do século XIX (FERREIRA, 1996), apontamos a *Gazeta Medica da Bahia* como o canal de comunicação responsável por promover a circulação do pensamento médico voltado à medicina tropical a partir de 1866. Desse modo, a apresentação das seções de correspondência e aviso demonstra a repercussão do periódico no período de intensas transformações metodológicas e epistemológicas no campo da medicina brasileira.

Gazeta Medica da Bahia: análise das seções de correspondência e aviso

A maioria das investigações científicas em torno da GMB na contemporaneidade tem se apoiado em uma perspectiva na qual o periódico científico contribui enquanto fonte de informação para os estudos desenvolvidos. Entretanto, a revista apresenta diversos campos investigativos que perpassam pela história da medicina, comunicação científica, sociologia e história da ciência dentre outros. Trata-se de uma revista aberta a um leque de publicações médicas diverso, com campo variado de atuação dentre as especialidades médicas disciplinarizadas ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, como a parasitologia, epidemiologia, bacteriologia.

Dessa forma, busca-se compreender como um periódico criado em meados do século XIX, na província da Bahia, extramuros da Faculdade de Medicina Bahia, instituição criada em 1832, conseguiu avançar em direção a mais de meio século de atuação. Em 1866, em particular para a criação de um periódico na periferia da ciência, os recursos institucionais, financeiros e científicos para a manutenção de uma iniciativa dessa natureza eram escassos (PEARD, 1999).

Entender qual a participação dos atores administrativos e autores dos artigos publicados e de que forma ocorriam às comunicações entre a direção do periódico e o público leitor e seus colaboradores é algo que auxilia a compreender a dimensão da repercussão da revista, no Brasil e no Exterior. Essa investigação perpassa por compreender a comunidade científica e o pensamento coletivo que unia uma parcela significativa de médicos produtores de conhecimento e autores da GMB (FLECK, 2010).

A *Gazeta Medica da Bahia* circulou em diversas províncias do Brasil, tais como: São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco dentre outras. A partir disso, infere-se a existência de uma rede de colaboradores ampla, ao redor do mundo, que buscava ampliar o capital científico. Desse modo,

conforme destaca Bourdieu (2004, p. 53) "O capital científico [que] é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento" buscava amparo nas "relações de força entre os agentes científicos".

De certa maneira, o capital científico é um "poder que funciona como forma de crédito, pressupõe a confiança ou a crença dos que o suportam porque estão dispostos (pela sua formação e pelo próprio facto de pertença ao campo) a atribuir crédito" (BOURDIEU, 2004, p. 53). Assim, os fundadores da *Gazeta* estavam atentos aos acontecimentos mais recentes da medicina internacional, por meio dessa relação de unidade com agentes científicos nacionais e internacionais.

Por outro lado, buscamos observar algumas ações que podem ser consideradas de cunho administrativo, mas que contribuem para identificarmos a forma de atuação e recebimento de originais pela revista, além do relacionamento cordial e direto com os colaboradores, denotando uma espécie de aceite ao artigo enviado para publicação. Algumas respostas aos recebimentos de textos originais para publicação na GMB podem ser identificadas nos primeiros números da revista, bem como a informação de mudanças administrativas quanto à inclusão de anúncios e a transferência da execução editorial para uma empresa especializada a partir do segundo ano de publicação do periódico.

Dados dessa natureza revelam informações para além da perspectiva da história da medicina. Permitem identificar os pormenores da direção de um periódico científico, bem como expõe os inúmeros desafios e assuntos com os quais o periódico científico teve que lidar. Outro fator significativo evidenciado nessas seções são os avisos referentes a fraudes, que porventura os assinantes da revista poderiam sofrer, bem como dados financeiros quanto a valores da assinatura do periódico e custo do exemplar avulso.

Na investigação de Martinelli (2014), a autora destaca as seções de correspondência e aviso por uma perspectiva da análise de conteúdo, o que permite, portanto, que sejam realizadas as análises dessas seções por meio da análise de discurso, o que amplia o raio de visão para as seções em questão, conforme este texto tem realizado. Dessa forma a autora sintetiza que:

> Na seção Correspondência, em geral havia agradecimentos pelo envio de periódicos por outros países, de trabalhos para publicar, de permutas com revistas estrangeiras, de votos de êxito enviados por outras associações internacionais e por editores de revistas estrangeiras. Finalmente, na seção Aviso, colocada sempre ao final de cada fascículo, havia recomendações sobre a assinatura da Revista, o endereço do local a

> fim de subscrever para a publicação, o preço da assinatura e instruções aos que enviavam escritos à Revista (MARTINELLI, 2014, p. 70).

Considerando que a receita da revista advinha das assinaturas, e inferindo que com a inserção de anúncios a partir do segundo ano de circulação, pontuamos que essas informações são essenciais para uma investigação mais ampliada a respeito da manutenção e duração do periódico. Por outro lado, é por meio dessa seção que podemos identificar as localidades de circulação da GMB e quaisquer outras informações que os redatores necessitavam divulgar aos seus leitores de forma abrangente e sem intermediários.

Dessa maneira, apresentamos em seguida alguns exemplos de comunicações evidenciadas nas páginas da GMB, em especial, situadas nos primeiros números da revista, que fornecem a dimensão dialógica dos redatores com os seus pares e como essas publicações podem ter potencializado uma aproximação com os colaboradores e leitores do periódico. Nesse sentido, pontuamos que uma amostra reduzida de comunicações das seções de correspondência e avisos foi utilizada neste texto, sem a intenção, portanto, de esgotar as comunicações dessas seções nas centenas de números do periódico.

Entretanto, busca-se apresentar a dimensão e potencialidade dessas seções para uma investigação mais aprofundada. Por outro lado, resgatamos alguns artigos significativos da GMB, fora das seções de correspondência e aviso, que também revelam aspectos de interação da administração da revista junto ao seu público leitor e colaborador.

Seção de Correspondência: relação com os colaboradores nacionais e internacionais

Verifica-se nos estudos realizados por Martinelli (2014) um tópico significativo relativo às "características editoriais da GMB: 1866-1867" e um levantamento relacionado às seções desses números da revista que compreendem esse período. Para a seção de "Avisos" informa que:

> Os Elementos pós-textuais, por sua vez, incluíam as Instruções editoriais destinadas aos autores; havia na seção AVISO, em todos os fascículos, a seguinte informação: "Os escriptos, que nos forem remetidos, ainda que não tenham sido publicados, não serão restituídos." Todas as correspondências e reclamações devem ser dirigidas a esta Typographia. "Typografia de Tourinho & C.ª, e endereçadas ao Dr. Virgílio C. Damázio. (MARTINELLI, 2014, p. 65)

Recuperamos do trabalho de Martinelli (2014) o tópico intitulado "Análise de Conteúdo da Revista: 1866-1867". A autora apresenta dados relativos à quantidade de comunicações em cada seção da GMB no primeiro ano. Dessa forma, obtivemos um panorama da quantidade de publicações dessas seções de forma organizada. Assim, foi possível identificar que para a seção de avisos a autora quantificou um total de 14 comunicações e na seção de correspondência foram recuperadas 23 publicações. Nota-se, portanto, que a análise de conteúdo ocorreu de forma global, sem uma análise detalhada ou discursiva para cada seção. Contudo, fornece subsídios para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas subsequentes.

Por meio dos dados apresentados por Martinelli (2014) temos a dimensão quantitativa das seções da *Gazeta* objeto dessa investigação. Assim, a partir dessas informações é possível avançar em direção a uma análise de discurso, buscando retratar a relação do corpo editorial da revista com os seus pares e leitores, bem como apresentar aspectos relevantes da administração e manutenção da revista. Nesse sentido, esta análise tem como amostra qualitativa algumas comunicações da seção de correspondência e aviso, escolhidas de acordo com a qualidade das informações recuperadas em cada uma das comunicações identificadas.

As informações contidas na seção de correspondência revelam-nos a amplitude da circulação da *Gazeta* em seu primeiro número de publicação. Identifica-se inúmeras respostas de agradecimento aos canais de comunicação locais e internacionais, pelos redatores, referente às citações realizadas à GMB por ocasião do lançamento da revista. Diversos jornais de variedade e científicos noticiaram a criação da GMB e parabenizaram pela iniciativa. Nesse ponto, a GMB não poderia deixar de expressar os agradecimentos a essas importantes notas que certamente ampliaram a visibilidade desta iniciativa editorial, haja vista, que todo novo canal de comunicação da ciência precisa de uma divulgação para sua efetiva circulação.

Por outro lado, nessa seção é possível identificar os agradecimentos aos mais diversos periódicos científicos, nacionais e estrangeiros, que enviavam seus exemplares e ofereceram a condição de permuta entre estes e a GMB, como forma de uma mútua contribuição para a circulação e divulgação dos artigos de ambos os canais. Esse fato demonstra um alinhamento de parte da comunidade científica com a perspectiva abordada pela *Gazeta Medica da Bahia,* além apresentar a

intenção de estreitamento dos laços científicos, o que sugere um estilo de pensamentos em comum (Fleck, 2010).

Primeiramente, apresentamos os agradecimentos ao *El Siglo Medico*, de Madrid. Indicando o recebimento de exemplares para publicação e mencionando a "espontaneidade da troca que se dignou fazer do seu importante semanário com a nossa modesta Gazeta". Esse periódico desponta como um dos colaboradores mais assíduos da GMB, com indicações de recebimento dos números 7, 14 e 21 de outubro, remetido à revista baiana, descrito no número dez deste (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866d, p. 120).

Nota-se nessa mesma página, tanto a informação de publicação próxima para dois artigos enviados, um da cidade de Maceió e outro do Rio de Janeiro, como a justificativa para a ausência da publicação do artigo enviado pelo Dr. J. A. A. Ribeiro, da província do Ceará, naquele mesmo número. Infere-se nessa comunicação, alguma prioridade de publicação, em virtude do assunto tratado e sua urgência de comunicação na revista. Percebe-se, que essa pronta justificativa se trata de uma resposta de reconhecimento à contribuição desse mesmo médico na seção de "Correspondência Scientífica" em número anterior da revista, na qual destaca suas contribuições com as pesquisas circuladas no periódico (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866b, p. 56-57).

Canais de comunicação de países europeus não foram os únicos a manifestar interesse em realizar permuta junto a GMB, por ocasião do seu lançamento. Destaca-se, portanto, o recebimento do *Medical Record,* de Nova York, que nas palavras do redator da GMB, pontua ser a revista em questão um "novo periódico bimestral de medicina, dirigido pelo Sr. Dr. Jorge F. Shrady, a quem agradecemos a remessa, e espontaneidade da troca", permitindo inferir desse tipo de correspondência algum modo de permuta entre os periódicos mencionados (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867a, p. 156).

Outra comunicação dessa natureza ocorreu como resposta ao *Boston Medical and Surgical Journal,* na qual o redator da GMB o "benevolente e lisongeiro acolhimento que se dignou fazer à Gazeta Medica", destacando o apreço, "tanto mais estas relações scientificas e confratenaes como nossos colegas da imprensa médica dos Estados-Unidos, quando ellas revertem em nosso quasi exclusivo interesse" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867a, p. 156). Essas comunicações

demonstram inicialmente uma intenção de cooperação entre o periódico Espanhol e a GMB e uma repercussão do lançamento do periódico baiano no país norte americano.

Os redatores estavam sempre atentos ao menor sinal de menção a GMB fora do Brasil. No volume um, no número sete ainda no seu primeiro ano de criação, foi publicado um agradecimento ao "ilustrado redactor da *Union Médicale*, de Paris, o Sr. Dr. O. Garnier, [pelo] benévolo acolhimento que, na Chronica estrangeira do mesmo jornal fez à Gazeta Medica da Bahia, as palavras de animação que lhe dirige, e os bons desejos que manifesta pela sua prosperidade" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866c, p. 84).

Acrescentando que "no Imperio e no Estrangeiro tem recebido a *Gazeta Medica* as maiores demonstrações de apreço e cordeal animação, vendo muitos de seus artigos translados para as colunas dos mais importantes jornaes, [...] tão importantes órgãos da Sciencia Medica dizem que tem ella feito alguma cousa pela sciencia a que se dedica" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1873, p. 1). Dessa forma, apresentamos abaixo os periódicos citados por essa comunicação da GMB: *Sociedade das Sciencias Medicas de Lisbôa; Abeille Medicale; Gazette Medicale de Paris; O Siglo Medico de Madrid* e *O British Medical Journal de Londres.*

Desse modo, ainda adverte para o fato da reduzida produção em torno de algumas especialidades médicas importantes para o desenvolvimento da ciência no país, informando que:

> [...] a *Gazetta Medica* tem archivado muitos e importantes factos que são os melhores elementos para a constituir-se a patologia e therapeutica medica brasileira, muito lhe resta fazer para chegar a um dos seus melhores desideartos. A etiologia e patologia de muitas de nossas molestias, e a sua competente medicação ainda não foram o assumpto, como o está exigindo a sciencia, de artigos dos nossos inteligentes praticos e ilustrados colaboradores. Essa falta, bem o sentimos nós, é devida as pesadas occupações da clinica, e as fadigas consecutivas aos grandes trabalhos n'um paiz como o nosso em que as forças, com tanta facilidade se enfraquecem e se extenuam. Quizeramos que nossos colaboradores, logo que pudessem, dirigissem suas vistas para esses estudos, e que nos comunicassem o feliz resultados de suas lucubraçoes. Temos archivado pouco a esse respeito. Os trabalhos de um dos mais vigorosos talentos, e tão cedo roubado a Sciencia [Dr. Otto Wucherer, falecido em maio de 1873] de que era uma das melhores glorias, ficarão na Gazzetta Medica como os princípios, como os elementos que devem servir para esses e outros estudos. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1873, p. 1).

Por outro lado, presta referência a um dos mais proeminentes médicos que participou ativamente não apenas da criação do periódico, mas também nos desenvolvimentos de investigações

importantes, inclusive com a descoberta de um agente etiológico parasitário, o qual foi reconhecido o seu mérito no século XX, o Dr. Otto Wucherer, falecido naquele ano de 1873.

O acesso a essas informações por meio do próprio periódico torna-o não apenas objeto de estudo, mas, sobretudo uma fonte de informação para a investigação que gira em torno dele. Corrobora o fato de estar a serviço da ciência enquanto fonte de informação de tantas outras pesquisas científicas, que não teria como deixar de servir como testemunho da sua própria existência, e relacionamento com os seus pares.

Contudo, não apenas a imprensa estrangeira noticiou a chegada da GMB no circuito científico brasileiro. No volume um, número dois da GMB, o redator menciona e agradece aos jornais "*Diário da Bahia* e *Jornal da Bahia,* que saudaram o aparecimento da *Gazeta Medica da Bahia*, assim como o acolhimento da sociedade" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866a, p. 24). Infere-se dessa comunicação que jornais locais noticiaram a chegada da *Gazeta Medica da Bahia*, e, por conseguinte, podem ter noticiados outros assuntos que permearam o periódico científico.

Nota-se ainda, a incidência de uma seção denominada de "Correspondencia Scientifica", na qual a GMB publicava correspondências enviadas por seus pares, em razão da observação de textos publicados na revista ou até mesmo como forma de contribuição em algumas pesquisas em desenvolvimento. Nesse sentido, o volume um, número cinco apresenta uma comunicação do Dr. J. A. A. Ribeiro, do Ceará, fato esse que exprime a abrangência das publicações do periódico em território nacional (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866b, p. 56).

É possível identificar que há uma distinção entre as seções de "Correspondência Scientífica", que se destina a consultas de ordem clínica e científica. Já a seção de Correspondência, se apresenta ao final de cada número, pontua os *feedbacks* aos recebimentos de textos para publicação, bem como as correspondências recebidas de diversas ordens, inclusive de felicitações pela iniciativa de publicação da GMB. Nesse sentido, a seção de correspondência desse mesmo número, encontramos uma notificação do recebimento de uma carta que relata o seguinte:

> No seguinte número publicaremos a interessante carta, que nos dirigiu da Côrte o Sr. Dr. Julio Rodrigues de Moura; estimamos muito que a missão da Gazeta Medica seja comprehendida, e coadjuvada por todos os membros da nossa profissão, cmo o é por este nosso distinto collega, a quem agradecemos o interesse com que apoia a nossa nascente empreza (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866b, p. 60).

Em alguns números da GMB é possível notar comunicações a respeito do recebimento de artigos do interior da Bahia, como da cidade de Feira de Santana, como de outras províncias como: Rio de Janeiro; Maceió e Ceará, com o anúncio de publicação na próxima edição e justificativa para publicação futura.

Um exemplo desses "aceites" é evidenciado no número seis do volume um da revista (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866b, p. 72), no qual foi descrito um artigo enviado pelo médico Dr. Ernesto Moreira, da cidade de Feira de Santana (BA), intitulado, "Breves reflexões nascidas da leitura de uma nota sobre a uretrotomia interna", do Sr. A. M. Barbosa, o qual foi recebido e notificado na seção de correspondência que seria publicado brevemente na revista.

Dessa forma, evidenciou-se que essa publicação aconteceu no mesmo volume um, número oito (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866c, p. 94), conotando em uma aceitação pública do artigo enviado. Nesse sentido, as correspondências antes de serem notificadas, passavam por um filtro para que a informação transmitida já fosse mais próxima possível da efetividade de publicação.

Cita-se ainda uma nota explicativa das razões da não publicação de um artigo recebido do Ceará. Este teria chegado com pouca antecedência, o que teria prejudicado a sua inserção naquele número dez, apresenta a promessa de publicação no número seguinte. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866d, p. 120)

Avisos e interação com o público leitor

Na seção de "Aviso" do número sete consta uma informação intrigante a respeito do recebimento de valores referentes às assinaturas da GMB, que destaca que o único autorizado a receber o montante seria o Horácio Henriques de Farias. Por meio desse dado, infere-se a existência de um tesoureiro, informação que necessita de uma apuração aprofundada. Dessa forma, podemos perceber a existência de possíveis golpes de pessoas não autorizadas, que se passavam por recebedores dos valores das assinaturas. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1866c, p. 84).

Destaca-se que a primeira ilustração de uma enfermidade apresentada no periódico ocorreu no número 13 (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867a, p. 149). Essa é uma das características que elevam o reconhecimento da *Gazeta*, posto que descortinou ao conhecimento do público as deformidades exercidas por uma enfermidade no corpo humano. Já na seção de "Aviso" do número

14 identifica-se a primeira notificação a respeito das assinaturas em débitos de pagamento, bem como novo endereço completo para correspondência, além da tipografia que editava o periódico e da tipografia do jornal *Diário*, onde também poderia ser localizada a coleção da GMB, bem como na livraria Viúva Lemos.

Dessa forma, pontua-se as nuances da administração de um periódico científico, que perpassa não apenas na publicação dos artigos científicos, mas sobretudo na dinâmica de manutenção da mesma. Além de informar sobre as redes de contatos dos diretores e redatores da GMB em escala nacional e internacional, apontando para outras formas de circulação da revista em esfera global, com a indexação desta em bibliotecas estadunidense como a *National Library of Medicine*, a respeito da desse fato, Martinelli (2014, p. 83), ao finalizar sua análise de conteúdo da GMB, destaca que:

> Quando realizava estágio na National Library of Medicine, em 1967, Briquet de Lemos (professor do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, UNB) escreveu ao professor da Universidade de São Paulo, USP, Dr. José Ribeiro do Valle. Informou-o, então, que percorrera as estantes onde estavam as Revistas médicas brasileiras, e se surpreendera ao constatar que a coleção da GMB se encontrava completa. O conjunto apresentava-se encadernado, bem conservado, e com sinais indicativos de que já havia sido microfilmado.

Esse fato demonstra a atenção dispensada ao periódico baiano em terras estrangeiras, de modo que sua coleção estivesse preservada e disponível para consulta. Por outro lado, as traduções e menções sobre a GMB percorreram a comunicação científica europeia, com publicações em diversos números entre 1867 e 1880 do periódico francese *Archive de Medicine Navale,* nos quais apresenta significativas referências ao Dr. Otto Wucherer e o Dr. Silva Lima.

Esse último, inclusive, tornou-se um representante destacado da medicina baiana, com a participação em diversos episódios nos quais a medicina, exercida na Bahia, necessitou ser representada no exterior. Um dos exemplos dessa atuação é evidenciado no envio de uma carta à revista *Lancet* em 1878, como forma de desfazer uma divergência em torno da descoberta do agente causador da Filariose, por Otto Wucherer, já falecido desde 1873.

O conteúdo dessa comunicação havia sido debatido nas páginas da GMB nos volume nove, nos números nove e 11 no artigo intitulado "Nova phase na questão da natureza verminosa da Chyluria; descoberta do representante adulto da filaria adulta de Wucherer", divido em parte 1 e 2, de modo a informar aos leitores e colaboradores os desafios enfrentados para a obtenção do

reconhecimento da originalidade da pesquisa desenvolvida entre 1866 e 1868, na Bahia, pelo Dr. Wucherer. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1877a, p. 387; 1877b, p. 481). Ademais, na primeira parte dessa comunicação, ainda é citado o Dr. Manoel Victorino, que viria a ser governador da Bahia logo após a Proclamação da República em 1889, e que teria estudado em sua tese inaugural de doutoramento na Faculdade de Medicina da Bahia, a questão das fases da verminose, intitulada "Moléstias Parasitárias Intertropicais".

Evidencia-se que o termo "Wuchereria" que viria a ser utilizado para nomear o agente etiológico da Filariose de Wuchereria-Brascoft a partir de 1921 (GURGEL; CARNEIRO; COUTINHO, 2010), quando foi reconhecida a participação do Dr. Otto Wucherer, já havia sido mencionado pelo Dr. Silva Lima na comunicação de 1877 na GMB. O artigo em questão anuncia a pesquisa do Dr. Wucherer de 1868, no qual apresenta as notícias preliminares da investigação sobre a filariose.

O investimento do Dr. Silva Lima, no andamento das pesquisas desenvolvidas pelo proeminente Dr. Wucherer, bem como a rede de contato daquele com a comunidade científica internacional, confere uma amplitude de circulação das ideias que permeavam a GMB em âmbito global, com traduções de texto da GMB para o Francês pelo Dr. Le Roy De Méricourt (ARCHIVES DE MÉDECINE NAVALE, 1867; 1868).

Por outro lado, retornando às associações entre a GMB e outros periódicos científicos, destaca-se que no número nove da GMB do volume nove, o recebimento de permuta por parte dos "periódicos medicos *Gazeta científica da Venezuela*, revista quinzenal cujos redatores proprietários são os Drs. M. M. Pont e J. I. Torralbas, publicada em Caracas [e] *Union Médicale et scientifique du Nord-Est*, publicação mensal de Reims". Confirmando a permanente permuta exercida entre a GMB e periódicos científicos ao redor do mundo.

Dessa forma, destacamos que um dos avisos relevantes dessa seção ocorre no volume um, em três números seguidos 22, 23 e 24, nos quais são apresentadas algumas reformas administrativas para a revista. Informa-se que o periódico em breve estaria ingressando no segundo ano de circulação e passaria a ser administrado por uma editora profissional, transmitindo que:

> Do 1º número do segundo volume em diante, isto é, a começar do nº 25, toda parte administrativa e economica da *Gazeta* passará á cargo dos Srs. Torurinho &C. - editores, que prometem melhorar, quanto for possível, a impressão e todo o

> material, segundo o acolhimento e aceitação com que a classe medica for auxiliando tão difícil, quão dispendiosa empreza (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867d, p. 276).

Assim, o editor acrescenta informações relativas a novas regras de disposição das páginas e entrada de anúncios na GMB, tais como: "livros, instrumentos cirúrgicos, medicamentos, menos os que constarem de remedios secretos, não reconhecidos nem aceitos pela profissão" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867d p. 276). Esse dado permite inferir uma possível dificuldade administrativa e financeira para manutenção da revista, dado que os próprios médicos colaboradores exerciam as funções científicas e administrativas à frente do periódico, o que poderia demandar um esforço ampliado no que compete ao exercício da profissão médica.

No entanto, faz-se uma ressalva de que "os preços das assinaturas [permaneceriam] os mesmos da tabella já publicada, quaesquer que sejam os melhoramentos adotados no segundo anno da publicação *Gazeta*", o que se infere ter sido uma estratégia para não perder receita com a possível saída de alguns assinantes, já que ficou aberta essa possibilidade se algum assim desejasse (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867d, p. 276).

No número 24, que findava o volume um, a seção de "Aviso" reforça os anúncios anteriormente publicados a respeito das alterações pelas quais a revista passará, acrescentando que com o "seguinte número será distribuído o índice do primeiro volume da *Gazeta Medica*". Entretanto, informava que o segundo volume da publicação, a partir daquele momento, já passava a receber anúncios "para a folha exterior da Gazeta: o preço de 100 rs por linha" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867d, p. 276). Salienta-se, portanto, que na parte exterior, conforme consta no aviso das mudanças estruturais do periódico, seria o espaço comercial destinado aos anúncios publicitários.

Essa informação referente ao valor do espaço para anúncio, com a especificação da forma de cálculo do valor por linha, apresenta dados significativos para o entendimento da receita da revista. O periódico naquele momento ampliaria sua receita, que estava associada aos valores das assinaturas, para também recolher recursos para sua manutenção por meio da venda do espaço publicitário. Por outro lado, resguardava-se quanto a informar o novo responsável pelo recebimento dos valores das assinaturas, bem como a responsabilidade da emissão dos recibos a cargo dos editores Tourinho & C.

Essas informações expressam uma mudança significativa no gerenciamento do periódico, que pode ter possibilitado a sobrevivência da revista por mais de seis décadas.

O texto de abertura do segundo volume da GMB expressa de forma solene o quão dispendioso se dava a manutenção da revista. Contudo, apresentava informações significativas quanto aos benefícios da iniciativa e como ampliou os horizontes dos médicos que "disseminados pela vastidão d'essas provincias do Imperio, vivam isolados senão desconhecidos uns dos outros. Hoje confraterniza-os um laço comum; e a *Gazeta Medica* torna-se a meza, franca para todos, d'essa communhão scientifica" (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1867e, p. 2).

Essas informações relativas a um balanço do primeiro ano da GMB coadunam com o que aponta Bourdieu (2004) quando trata do conceito de campo científico. O autor destaca que o campo científico é regido por relações de disputa, de modo a conferir legitimidade ao cientista. Por outro lado, Fleck (2010, p. 78) nota que "Qualquer tentativa de legitimação, realizada concretamente, possui apenas um valor limitado: ela é vinculada a um coletivo de pensamento".

Assim, o sentimento de pertença que envolve um grupo de pesquisadores de uma comunidade científica tende a ampliar a perspectiva associativa. Dessa forma, a constituição de um capital científico pertinente ao propósito da área, junto com suas demarcações, disputas e sistemas de recompensa, atrelada a uma visão epistemológica ampliada, contribui para o desenvolvimento e progresso da ciência.

Considerações Finais

A originalidade da *Gazeta Medica da Bahia* não se apresenta apenas nas temáticas, perspectivas investigativas e nos tratamentos das enfermidades, mas também no relacionamento com o público colaborador e leitor. Por meio dos *feedbacks* na seção de "Correspondência", assim como na atenção dispensada aos assuntos de interesse geral para determinados períodos, o leitor acompanhava a dinâmica da revista de modo amplo.

A GMB inovou ao se articular diretamente com médicos nacionais e internacionais, vocacionados à investigação e ao estudo das doenças consideradas típicas do clima tropical, criando um novo paradigma, e consequentemente iniciando uma disciplina voltada a medicina tropical. Por outro lado, os redatores e diretores conseguiram manter uma relação próxima dos médicos

assinantes, de modo que aqueles, ao mesmo tempo em que foram leitores também atuaram enquanto colaboradores.

Ao expandir o leque de temas tratados nas páginas da revista, a administração do periódico adquiriu um portfólio que mesclava tanto as doenças epidêmicas e suas mais diversas manifestações, como destacava outras enfermidades de interesse mundial. Desse modo, a partir do trânsito dos fundadores do periódico em outros continentes, em particular justificado pelas suas origens, o intercâmbio de informações, metodologias e perspectivas investigativas a colaborações científicas se acentuavam.

Percebe-se que inúmeros estudos que têm a GMB como fonte pesquisa geralmente pontuam uma parcela do que de fato foi publicado no periódico. Esse fato deve-se à delimitação dos temas de pesquisa, que por vezes abarcam apenas um dos diversos assuntos abordados no periódico. Entretanto, o potencial da revista se apresenta na dimensão dos variados temas publicados, e por essa razão infere-se que sua longevidade, além do comprometimento dos diversos redatores e diretores que por ela passaram, tenha na diversidade dos assuntos circulados a sua maior marca de perpetuação e herança cultural deixada para futuras gerações.

A especialização, a hierarquização e a individualização por vezes afastam um ou outro potencial colaborador ou leitor de um periódico científico, por não tratar de forma diversificada de outros assuntos, de modo a atender um público mais abrangente. Com a GMB essa carência era pouco refletida, haja vista a gama de "especialidades" médicas com espaço para discussão. Os estudos iniciais revelam que, de forma a atualizar os leitores, os redatores da GMB procuravam sempre que possível, apresentar informações a respeito da própria revista, menções em jornais e circulação dos seus artigos em periódicos estrangeiros, estadunidenses e europeus.

Essas publicações não só tinham a intenção de eternizar a informação, como também dava a dimensão da projeção do periódico. Dessa maneira, pesquisar a respeito da GMB permite compreender processos sociais, culturais, políticos e comerciais dos periódicos em circulação no período oitocentista, que envolve um pensamento coletivo em torno de uma perspectiva metodológica da época. Por outro lado, a própria *Gazeta* torna-se fonte de si mesma, ao passo que é o objeto desse estudo, permitindo recuperar informações sobre si em suas páginas.

Um fator expressivo da GMB se encontra na forma positiva como angariava e mantinha os colaboradores e leitores. Essa inferência é perceptível nas seções de "Correspondência" e "Aviso". Desse modo, essas seções da revista revelam um manancial de informações que nos levam a identificar o círculo de atuação do periódico, nacional e internacional e suas estratégias administrativas que reverberaram ao longo da sua trajetória.

Fontes

ARCHIVES DE MÉDECINE NAVALE. Paris. v. 8, p. 206. 1867. Disponível em: https://archive.org/details/s423id13662380/mode/2up?q=bahia. Acesso em 05 abr. 2023.

ARCHIVES DE MÉDECINE NAVALE. Paris. v. 10, p. 127. 1868. Disponível em: https://archive.org/details/s423id13662390/page/126/mode/2up?q=wucherer. Acesso em 05 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n.2, 1866 (a). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/23/17. Acesso em 10 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 5 e 6, 1866 (b). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/24/18. Acesso em 10 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 7 e 8, 1866 (c). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/25/19. Acesso em 10 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 9 e 10, 1866 (d). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/26/20. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 13 e 14, 1867 (a). Disponível em:https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/27/21. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 17 e 18, 1867 (b). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article /viewFile/29/23. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 22, 1867 (c). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/42/36. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 1, n. 23 e 24, 1867 (d). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/30/24. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 2, n. 25 e 26, 1867 (e). Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/31/25. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Seção de Correspondências e avisos. v. 7, n. 145, 1873. Disponível em: https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/133/125. Acesso em 14 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. v. 9, n. 9, 1877a. Disponível https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/169/160. Acesso em 11 abr. 2023.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. v. 9, n. 11, 1877b. Disponível https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/171/162. Acesso em 11 abr. 2023.

LANCET. The Late Dr. Wucherer and The Filaria Bancrofti. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673602431145. Acesso em: 11 abr. 2023.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. Bethesda, Maryland. Disponível em: https://indexcat.nlm.nih.gov/vivisimo/cgi-bin/query-meta?v%3Asources=indexcat&v%3Aproject=indexcat&sortby=ID&query=Gazeta+medica+da+bahia. Acesso em: 11 abr. 2023.

Referências

BARROS, Pedro Motta de. **Alvorecer de uma nova ciência**: a medicina tropicalista baiana. Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 411- 459. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pH5KwwDM8HHKDNBw568Phst/. Acesso em: 09 nov. 2022.

BECHIMOL, Jayme Larry. **Febre amarela, a doença e a vacina, uma história inacabada**. Rio de Janeiro: Fiocruz: UFRJ, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.

CONI, Antônio Caldas. **A Escola Tropicalista Bahiana:** Paterson, Wucherer, Silva Lima. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda, 1952.

COOPER, Donald B. **Brazil's long fight against epidemic diseases, 1849-1917, with special emphasis on yellow fever**. Bulletin of the New York Academy of Medicine. New York, v. 51, n. 5, p. 672-696, May, 1975.. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1749529/pdf/bullnyacadmed00161-0108.pdf. Acesso em: 10 de jul. 2022.

COOPER, Donald. **The New "Black Death"**: Cholera in Brazil, 1855-1856. Social Science History, v. 10, n. 4, p. 467-488, 1986. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/social-science-history/article/abs/new-black-death-cholera-in-brazil-18551856/AEFE85245F0A6EC5B230FE344D819569. Acesso em: 06 fev. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas (org.). **Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 57, n. 1, jan./mar. 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n1/a14v57n1.pdf. Acesso em: 8 abr. 2023.

EDLER, Flávio. **A Medicina no Brasil Imperial**: clima, parasitas e patologia tropical. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FERREIRA, Luiz Otávio. Das doutrinas à experimentação: rumos e metamorfoses da medicina no século XIX. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 43-52, 1993 Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=261. Acesso em: 20 jul. 2022

FERREIRA, Luiz Otávio. **O nascimento de uma instituição científica**: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26436. Acesso em: 9 abr. 2023.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; CARNEIRO, Fernanda Carneiro; COUTINHO, Elaine Coutinho. Ciência no século XIX: a contribuição brasileira para a descoberta do agente etiológico da filariose linfática. **Revista de Patologia Tropical / Journal of Tropical Pathology**. Goiás, v. 39, n. 4, p. 251–260, 2010. Disponível em: https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/13060. Acesso em: 08 abr. 2023.

KUHN, Thomas. **Estrutura das revoluções científicas**. 12. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e divulgação científica**: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/AndersonGoncalvesMalaquias.pdf?msclkid=e76a37d3ade811ec93fcb122feb93783. Acesso em: 05 abr. 2023.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **A trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira**: um estudo de caso sobre a concepção de medicina e ensino na Bahia (1862- 1922). 2019. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7713623. Acesso em: 27 mar. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINELLI, Maria de Fátima Mendes. **Comunicação científica em saúde**: a Gazeta Médica da Bahia no século XIX. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15067. Acesso em: 12 abr. 2023.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes editores, 2015.

PEARD, Julyan G. **The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1860 - 1889**. Dissertation (Doctor of Philosophy in the Graduate School of Arts and Sciences) New York: Columbia University, 1990.

PEARD, Julyan G. **Race, Place, and Medicine: The Idea of the Tropics in NineteenthCentury Brazilian Medicine**. London: London Duke University Press, 1999.

REGO, José Pereira. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850**. São Paulo: Chão editora, 2020.

SANTANA, Celeste Maria de Oliveira. **Comunicação científica na medicina tropical no contexto da ciência da informação (séculos XIX e XX)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18157. Acesso em: 12 abr. 2023.

SANTOS, Adailton Ferreira. **Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13391. Acesso em: 18 jan. 2021.

Temporalidades

Potencialidades do uso de fontes literárias para uma História do Ensino de Ciências Naturais (1916-1920)

Potentialities of using literary sources in order to establish a History of Natural Sciences Teaching

Ana Vila Pacheco
Graduada em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
anavilapacheco@gmail.com

Recebido: 14/05/2023
Aprovado: 27/07/2023

Resumo: O artigo objetiva apresentar potencialidades do uso de fontes literárias para uma História do ensino de Ciências Naturais, valendo-se da análise de passagens da obra Chão de Ferro (1976), do médico e escritor brasileiro Pedro Nava. A obra, de caráter memorialístico, fornece detalhes sobre as aulas de História Natural no *Colégio Pedro II* e no antigo *Instituto Anatômico* (RJ), especificamente entre os anos de 1916-1920, contexto de intensos debates, no campo das Ciências Naturais, nas esferas de produção de conhecimento científico internacional e brasileira. Pretende-se demonstrar como os textos literários podem servir de suporte para a tecitura de narrativas sobre o passado, para além de sua utilização ilustrativa de uma realidade preexistente, ou para confirmação/reconstituição dos fatos ocorridos. Propõe-se a abordagem do texto literário como lugar fecundo ao pensamento histórico, que pode possibilitar a elaboração de novas perguntas e problemas para a pesquisa do tema em questão, bem como o escrutínio das sensibilidades de uma dada temporalidade.

Palavras-chave: Ensino; História Natural; Literatura.

Abstract: The paper aims to present the potentialities of employing literary sources in order to establish a History of Natural Sciences Teaching whilst analyzing excerpts from Chão de Ferro (1976), by brazilian physician and writer Pedro Nava. The novel, which has a reminiscing aspect to it, discloses details about the Natural History lessons at Colégio Pedro II and Anatomic Institute (more specifically, between 1916 and 1920) in a profitable context for discussion – especially in the Natural Sciences field – regarding scientific knowledge making, both national and international. I intend to demonstrate how literary pieces can serve as templates for "knitting" narratives about the past beyond their use as a tool for illustrating pre-existing reality, reconstituting former events or fact checking. What is being proposed is an approach in which literary pieces are conceived as fertile room for historical thinking, enabling new questions and problematics on the research matter, as well as allowing the scrutiny of the general feelings surrounding a given time and place.

Keywords: Teaching; Natural History; Literature.

Introdução

Entre os anos de 1916 e 1920, os quartos do Internato do *Colégio Pedro II* abrigaram como estudante um "menino moreno, tímido, quase sonso que se esgueirava entre os grandes e gostava de ficar pelos cantos olhando tudo, ouvindo tudo, guardando tudo, tudo" (NAVA, 2012a, p.228). Colecionador de memórias - seu futuro martírio -, o médico e escritor brasileiro Pedro Nava publicou, ao longo da década de 70, em seis vigorosos volumes, o resultado de um longo trabalho de pesquisa e rememoração de sua infância, adolescência e madurez. Na obra naviana, nos encontraremos com uma densa narrativa que, tendo como fio condutor a sua autobiografia, e através de um movimento constante de transposição da memória voluntária e involuntária[1] (AGUIAR, 1998, p.21), abordará acontecimentos literários e políticos, as paisagens da cidade, a vida cotidiana, retratos e biografias, e, enfoque do presente artigo, a sua experiência escolar e as aulas de História Natural. Partindo de uma discussão historiográfica sobre as relações entre a História e a Literatura, que pretende dialogar com as próprias interjeições do autor acerca de seu trabalho como escritor de memórias, o artigo objetiva apresentar algumas das potencialidades do uso de fontes literárias no campo da História do Ensino e História da Ciência.

Se enquadrássemos os tipos literários em classes do reino animal, poderíamos considerar os memorialistas como os anfíbios. São aqueles que praticam a sua arte em um terreno híbrido, área cinzenta (uma das) situada entre o historiador e o cronista (AGUIAR, 1998, p.22). Esta situação híbrida dificulta a classificação do memorialismo nos gêneros canônicos: ao portar subjetividades, afastar-se-ia do trabalho historiográfico, de outra parte, o apego ao retrato e às memórias prejudicaria o texto ficcional (AGUIAR, 1998, p.22). Nava reivindicava para os memorialistas um lugar ao lado dos autores de literatura, e se colocava, antes de tudo, como um ficcionista. É através da permeação da subjetividade na rememoração do acontecido que se abriria espaço para as criações imaginárias: "essa emoção, desprezível para o historiador, é tudo para o memorialista." (NAVA, 2012b, p.166).

Está no campo da Literatura o texto que, lançando mão da subjetividade, corrompe as "imagens reais" do passado. Logo, enquadra-se em historiografia aquele que, seguindo a trilha da

[1] Segundo Aguiar, "à memória voluntária ligam-se a cronologia dos acontecimentos, o fato, o documento e a história. À memória involuntária ligam-se a simultaneidade das lembranças que podem justapor-se umas às outras, a recriação do fato, a ficção." (AGUIAR, 1998, p.21)

objetividade, saltando de pedra em pedra as águas que inundam o caminho com as emoções, visa reconstituir o passado tal qual ele ocorreu. Simples seria se considerássemos a História e a Literatura, o "real" e a "ficção", como margens opostas de um rio, para utilizar a metáfora de Durval Albuquerque Júnior (2007), inspirada no conto de Guimarães Rosa[2]. Mas não é tão simples assim. É a partir da década de 1970, em decorrência da crise dos paradigmas científicos explicativos da realidade, que a ficção se tornará questão chave para a historiografia, e novas relações entre os campos de saber - principalmente no sentido de sua aproximação - serão traçadas (PESAVENTO, 2003, p.34). Transformações que também conduzirão historiadores a repensar as formas de operar com o texto literário.

Diversos autores se debruçaram sobre questões epistemológicas da produção do conhecimento científico moderno, tal qual concebido pela ciência ocidental. Segundo Durval Albuquerque Júnior (2007), para Michael Foucault e Bruno Latour, um dos produtos da sociedade moderna e seu pressuposto fundamental é a cisão radical entre o mundo das coisas e o mundo das representações, entre o objeto e o sujeito, entre o material e o simbólico (DURVAL, 2007, p.22). Obtemos como resultado dessa cisão o enquadramento da Literatura no polo da ficção, negando-lhe a esfera da verdade, do fato, da realidade (DURVAL, 2007, p.26). Durante boa parte do século XX, predominou-se a visão deslegitimadora, por parte de historiadores, da utilização de textos literários como material de inquirição para a construção de narrativas, e, por outro lado, a ilegitimidade da História de voltar-se às obras literárias e autores como seus objetos de estudo (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.18).

Uma grande mudança paradigmática ocorre com a chamada virada linguística. É a partir da década de 60 que a figura do sujeito historiador será profanada, não mais entendido como sujeito ausente no processo da escrita, mas como aquele que traça uma narrativa e participa da elaboração do fato. Compreende-se, portanto, que tudo o que existe se faz através das operações da linguagem, dimensão que não se trata apenas de uma película transparente através da qual o sujeito observa a realidade tal como ela é (DURVAL, 2007, p.21; PESAVENTO, 2003, p.35). Os próprios objetos aos quais a História Cultural se voltará, principalmente da década de 70 em diante, contribuem para a sua desnaturalização, e passam a ser pensados, eles mesmos, como fabricações humanas (DURVAL,

[2] Me refiro ao conto "A terceira margem do rio" (1962), que serve de inspiração para a escrita da introdução do livro de Durval, "História: a arte de inventar o passado" (2007).

2007, p.21). Em síntese, a História é lançada contra a margem onde repousava a Literatura, e passa a ser entendida enquanto narrativa, "como um discurso que encadeia ações e, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados sobre o passado" (PESAVENTO, 2003, p.33). E, porque não, como propõe Durval (2007), como *invenção*.

Mas, ao tropeçarmos na dimensão inventiva da História, nos deparamos com duas posturas epistemológicas distintas: uma que enfatiza a função do discurso e da narrativa no processo de invenção dos objetos históricos, e do passado em si, e outra que, mesmo considerando impossível apreender em sua totalidade o fato histórico, toma os objetos como preexistentes ao discurso (DURVAL, 2007, p.22). A segunda postura aproxima-se da visão de Nava que, pensando seu trabalho de rememoração, considerou "impossível restaurar o passado em estado de pureza. Basta que ele tenha existido para que a memória o corrompa com lembranças superpostas." (NAVA, 2012a, p.221). É como se, traçando um paralelo entre o historiador e o memorialista, ambos estivessem tentando acesso a um passado cristalizado, mas eternamente reféns das deformações da memória e da linguagem.

Podemos considerar História e Memória como construções do imaginário que, ao invés de corroer, inventam e substituem, de modos diferentes, o passado (PESAVENTO, 2003, p.37). O *menino que guardava tudo, tudo* não só guardava pensamentos, mas também pedaços de memórias materializadas. Nava trabalhou a partir de um vasto arquivo, que incluía documentos da família, diários, jornais, fotografias, frases soltas, desenhos, fichários e cadernos de anotações (AGUIAR, 1998, p.14). Como um historiador, manuseava os documentos em favor da tecitura de sua narrativa. No entanto, no processo de rememoração sua fonte principal é ele mesmo, e a habilidade de operar criativamente com a própria memória (AGUIAR, 1998, p.14). Algo bastante diferente do ofício do historiador, a quem está negada a *alegria da memória,* já que esse não é testemunha direta da experiência sobre a qual escreve, e a História se encontra no âmbito do não verificável, e do irrepetível (PESAVENTO, 2003, p.37).

Camilotti e Naxara (2009) observam que as duas posturas epistemológicas traçadas por Durval tomam forma em dois modos distintos de operar-se com o literário: uma historiografia *do literário*, e uma historiografia *a partir do literário*.

> Num extremo, o literário é tomado como substrato de inquirição pelo historiador, tendo em vista a reconstituição do que é identificado pelo nome de História, como algo que o antecede; no outro, o literário é tomado como substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal. (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.28)

Trata-se da compreensão de que tanto a História quanto os documentos de que se vale são formas de enunciação, e, portanto, construtores de evidências e de realidades (DURVAL, 2007, p.25). Dessa forma, os textos literários não simplesmente revelam uma realidade encoberta, mas são eles próprios produtores de sentidos no momento em que são recebidos pelo mundo e pelo leitor, que os apropria, reescreve, transforma ao mesmo tempo que é transformado (BORGES, 2010, p.95).

Entendemos a História e Literatura como discursos portadores de um imaginário, narrativas que se valem dos "efeitos de verdade" e dos "recursos ficcionais" para a construção de representações que atribuem ao mundo significados (PESAVENTO, 2003, p.33). Portanto, não estamos interessados em submeter a fonte literária à provas de veracidade e verossimilhança, e nem de tomá-la como um reservatório de informações a serem pescadas pelo historiador, mas antes compreendê-la "como lugar de boas perguntas acerca de um problema, como lugar de fecundação do pensamento" (DURVAL, 2007, p.17), ou, ainda, explorar "as múltiplas perspectivas que podem se abrir ao historiador pelos escritos literários" (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p.43). Trabalhar em favor da Literatura, e não contra ela, deixar com que o documento fale, que sugira perguntas e que sirva de suporte para a invenção de evidências, momento em que o historiador transforma o texto, mas também se deixa transformar por ele.

Operando com o texto literário: um exercício prático

Em uma época de exaltação dos novos estilos e das vanguardas, o médico e escritor brasileiro Pedro Nava (Juiz de Fora, 1903 - Rio de Janeiro, 1984) se reclui em seus aposentos para a escrita de uma longa obra voltada às suas memórias (AGUIAR, 1998, p.8). O empreendimento tem início em 1968, e resulta em seis obras publicadas ao longo das décadas de 70 e 80, além de *Ciro das Almas*, que é deixada incompleta pelo autor em decorrência de seu suicídio, e publicada somente em 2006. Antes do sucesso de suas memórias, Nava era mais uma personalidade literária do que um escritor

propriamente dito. Havia participado do movimento modernista em Minas Gerais, ao lado de figuras como Carlos Drummond de Andrade - seu amigo íntimo -, mas ocupou uma posição secundária no grupo em termos de produção (AGUIAR, 1998, p.9). No entanto, do momento de sua publicação, a obra naviana se torna um *best-seller,* e a cada volume ocupa os primeiros lugares nas listas de mais vendidos (AGUIAR, 1998, p.8).

A escrita de Nava, de perfil enciclopédico e aspiração à monumentalidade, versa sobre um amplo leque de temas (AGUIAR, 1998, p.13). O espaço escolar ocupa um espaço importantíssimo na narrativa naviana, tanto em termos de experiência, quanto em número de páginas, estando dividida entre os livros *Balão Cativo* (1973) e *Chão de Ferro* (1976). A escola abriu, para o escritor, caminhos decisivos: a carreira de medicina (escolha que podemos colocar à cargo das aulas de História Natural), o acesso às humanidades, e o passaporte para participar do "Grupo Estrela", Movimento Modernista de Belo Horizonte, junto à seus colegas de sala (AGUIAR, 1998, p.116). A entrada no *Colégio Pedro II* marca a passagem do autor da infância à adolescência, e representa a ampliação de um mundo: novos contatos familiares, novos amigos, professores, disciplinas, e uma nova cidade - a capital do país. Nova, também, era a viagem na qual ingressaria através do contato com as ciências, durante as aulas do professor Lafayette Rodrigues Pereira[3]: "Ah! a prodigiosa viagem no verbo flexível e poderoso do mestre - homem afora, mundo afora, universo afora" (NAVA, 2012b, p.289).

Felices qui trahuntur ad Scientiae cupiditatem [Felizes os que se deixam levar pelos prazeres da Ciência] (tradução nossa) era a frase que figurava na divisa do Internato do *Colégio Pedro II*, no ano de formação da turma de 1916-1920. Na entrada, a musa grega de peitos desnudos representava a grande SCIENTIA (NAVA, 2012b, p.323). A imagem reflete o reinado dos princípios positivistas na orientação das instituições de pesquisa e ensino no Brasil, influência que chega ao país a partir de 1870. Naquele momento, e durante toda a Primeira República, a produção científica esteve voltada à compreensão dos motivos (históricos, políticos, econômicos, sociais e biológicos) da suposta condição de atraso do país, a fim de colocá-lo na marcha de desenvolvimento dos países europeus (GUALTIERI, 2003, p.45). A educação escolar era pensada como um caminho para superar os

[3] Lafayette Rodrigues Pereira foi médico e professor do *Colégio Pedro II*, ainda bastante jovem, a partir de 1919. Autor dos livros "Zoologia Elementar" (1923) e "Botânica Elementar" (1921).

problemas apontados pelos intelectuais da época, como o obscurantismo e a ignorância, contra as forças deterministas que impedia a elevação do povo (VIVIANI, 2008, p.23).

Na segunda metade do século XIX, em vários países ocidentais, os estudos científicos passaram a ser considerados fundamentais, em detrimento da tradição humanista clássica. Apesar disso, nos primeiros anos da República, não se efetiva a substituição de um ensino pelo outro, e sim uma somatória de matérias (VIVIANI, 2008, p.23). A disciplina de Biologia foi implementada com a reforma educacional de 1890 proposta por Caetanos de Campos, e pode ser entendida como parte do projeto reformador republicano de laicização do ensino, direcionado ao desenvolvimento da cidadania e do progresso no país (VIVIANI, 2008, p.22. SANTOS, p.79, 2021). Já o ensino de História Natural[4] foi estabelecido em 1901, para os 5º e 6º ano do Ensino Secundário, através do Código Epitácio Pessoa (SANTOS, p.79, 2021). Compunham a disciplina de História Natural o estudo dos animais (zoologia), plantas (botânica) e minerais (mineralogia), conteúdos que comporão a disciplina escolar (LORENZ, 2010, p.61).

Pedro Nava, no momento da escrita de suas memórias, reconhecia a forte presença do positivismo da educação escolar, e traçava uma caracterização desse ensino. "[Paula Lopes][5] Era um homem muito pálido, meio calvo, barba muito negra entremeada de tufos brancos e autor duma Biologia recheada de seus princípios positivistas", escreve (NAVA, 2012b, p.287). E, adiante, complementa: "Dentro do nosso ensino vagamente antiquado e cheio de preconceitos quase escolásticos, as aulas do Lafayette foram como a abertura de largas janelas aos ventos da natureza e do mundo, tudo junto, num largo sopro de vida orgânica" (NAVA, 2012b, p.288). Através dessas passagens, o texto literário abre uma primeira fresta para a indagação sobre o presente da escrita, para a aproximação à realidade do imaginário de determinado tempo (PESAVENTO, 2003 p.40). Não estamos interessados em verificar a veracidade das informações, ou utilizá-las para comprovar o que já se sabe (ou se supõe saber). Mas, a partir das considerações de Nava, podemos indagar: Na década de 70, como se representava o ensino do *Colégio Pedro II*, e quais eram as críticas voltadas à

[4] Nava escreve que: "A cadeira de história natural fora dada só no quinto ano até a uma turma antes da nossa. Decidira-se que a partir de 1919 a matéria seria desdobrada em dois períodos letivos". (NAVA, 2012b, p.286).
[5] Rodolpho de Paula Lopes (1862-1947) foi médico e professor do Internato do *Colégio Pedro II* até 1919, quando passou ao Externato. Foi substituído, então, por Lafayette. Publicou, em 1911, o livro *Elementos de Biologia*, adotado no programa de ensino de Ciências.

ele? O que se compreendia por "princípios positivistas", e como esses eram percebidos pelos sujeitos? Em que se constituía um "ensino antiquado"? Afinal, como propõe Pesavento (2003, p.39):

> Se o historiador busca a confirmação dos fatos ocorridos no passado, a Literatura não é a melhor fonte a ser utilizada, mas sim se este estiver interessado no resgate das sensibilidades de uma época, dos valores, razões e sentimentos que ela permeiam e que constituem o "clima" de um dado contexto histórico, ou em captar como os homens representavam a si próprios e ao mundo.

O ensino escolar durante a Primeira República é tido, pelos historiadores, como duro, eloquente e enciclopédico, características que também compõem a descrição de Pedro Nava das aulas de Lafayette. Mas, mesmo estando inserida nessa tradição, as aulas de Ciências representaram um "sopro de vida orgânica". O autor nos chama a atenção para uma outra dimensão do ensino no início do século XX, que, se nos atermos somente a conceitos rígidos, pode passar despercebida. Diz respeito ao caráter criativo da escola, formadora de uma cultura própria - a *cultura escolar* -, que influencia e modifica aspectos culturais da sociedade como um todo (CHERVEL, 1990; BITTENCOURT, 2009). Para além de um projeto republicano de laicização do ensino, quais foram os impactos subjetivos, dentre os alunos, das aulas de Ciências? Como, e em que medida, a introdução do ensino de Ciências modificou a compreensão de mundo daqueles sujeitos do início do século XX? Qual papel o ensino de Ciências poderia desempenhar, em uma instituição permeada por tais "preconceitos escolásticos"?

Durante décadas, parte da historiografia da História da Educação considerou que o ensino escolar traria para a sala de aula a ciência comprovada em outras instâncias. O conhecimento seria trazido da esfera acadêmica por agentes externos, e inseridos na escola através de uma mera simplificação (VIVIANI, 2008, p.17). Autores como Chervel (1990) e Bittencourt (2009) direcionaram críticas a essa concepção, enfatizando o processo de produção de conhecimento que tem lugar na escola, através da interação de diversos atores. Parte do caráter construtivo da escola é revelado através da relação entre os conteúdos que constituem o currículo escrito, e os que são trabalhados em sala de aula (o chamado "currículo em ação"). Os currículos escritos fixam frequentemente parâmetros importantes para a prática em sala de aula, e por isso não podem ser minimizados (GOODSON, 1990, p.20). Não obstante, durante a prática pedagógica o conhecimento

é a todo momento manipulado, reescrito, transformado, movimento cuja apreensão pode ser facilitada pelas fontes literárias, como nos sugere o trecho a seguir:

> Estávamos entusiasmados com seu exórdio sobre os três reinos da natureza distinguidos no aforisma de Linneu. *Mineralia sunt. Vegetalia sunt et crescunt. Animalia sint, crescunt et sentiunt*. E ele mostrava os erros da máxima porque os minerais não só existem, como crescem - a prova o crescimento dos cristais. Que os vegetais existem, crescem, mas que também sentem - como a *Mimosa pudica* e a *Dionea musciphaga*. Finalmente, que os animais além de existirem, crescerem e sentirem - faziam mais. Perpetuavam-se, venciam o Tempo dentro do qual projetavam-se pela reprodução. O Lafayette triunfara galhardamente. (NAVA, 2012b, p.287, grifo nosso)

Os livros didáticos do século XIX entendiam a Natureza como organizada entre dois grupos: o dos produtos orgânicos e inorgânicos. Os corpos naturais eram classificados em 3 grandes reinos: o animal, o vegetal e o mineral (LORENZ, 2010, p.62). A taxonomia de Linneu, no entanto, não se impôs sem gerar debates. A partir do excerto, nos deparamos frente a frente com o trabalho do professor em ação, sua autonomia e agência, para além da transposição mecânica dos conteúdos expostos nos compêndios didáticos, e como seu discurso age sobre os alunos. Lafayette aponta os erros daquele pensamento tido como "máxima", e insere sua visão, transformando o conhecimento através do ato de ensinar. O professor, inclusive, propõe que "o livro principal seria ele mesmo, ele, Lafayette, que ia dar um curso, e não ficar nessa de marcar lição, tomar lições" (NAVA, 2012b, p.297). Nava segue o relato:

> Mostrou Geoffroy de Saint-Hilaire, orgulhosamente, querendo separar essa imundície humana num quinto reino onde tronaria sozinho o *Homo sapiens*. Ele, Lafayette, era contra isso e propunha que dividíssemos os seres da natureza num primeiro grupo de inérticos, ou inorganizados, ou brutos; e num segundo, comportando os seres vivos ou orgânicos. Nesse estávamos nós, os homens, em comum com as serpentes, os morcegos, os sapos, as lesmas, as zebras, as hienas". (NAVA, 2012b, p.297)

Mais uma vez, o jovem médico se demonstra disposto a participar das controvérsias científicas que movimentavam os intelectuais no fim do século XIX e início do século XX. Agora, Lafayette Rodrigues Pereira propõe uma discussão com o influente zoólogo francês Geoffroy de Saint-Hilaire. De um lado, o *Homo sapiens* reina sozinho em sua própria categoria. De outro, é

classificado junto à todas as demais espécies. Bruno Latour (2000) considera que a produção de conhecimento científico é um empreendimento coletivo feito de *controvérsias*. Podemos considerar que a sala de aula também é um laboratório em que se produz conhecimento, e onde as controvérsias científicas se revelam e constroem a realidade. De certa forma, as fontes literárias nos permitem acesso à dimensão da construção do fato científico, desnaturalizando os objetos, abrindo as *caixas-pretas* da ciência, e dando a ver sujeitos e debates que nem sempre apareceriam em relatos de outra ordem.

A partir do final do século XIX, as ideias evolucionistas ganham grande expressão no Brasil. Sobretudo o evolucionismo de Charles Darwin, mas também o recapitulacionismo de Ernst Haeckel e o determinismo histórico de Herbert Spencer, influenciaram diversos campos do conhecimento, e pautaram o programa político que estava sendo elaborado pelas elites de combater os suportes teóricos da monarquia, entendida como um obstáculo ao progresso (GUALTIERI, 2003, p.47). A revolução darwinista configurou um novo paradigma científico porque necessitava uma completa reinterpretação do papel e da função do homem na criação, descartando a sua superioridade como a obra-prima de Deus (BOWLER, 1989, p.2). Não obstante, muitos historiadores enfatizaram que o evolucionismo do final do século XIX não era propriamente darwiniano, já que a ideia de seleção natural, seu componente mais radical, não foi amplamente aceita (BOWLER, 1989, p.24). Dessa forma, múltiplas teorias evolucionistas foram elaboradas, e certos aspectos da visão tradicional religiosa puderam, inclusive, ser preservados ou até reforçados por algumas dessas interpretações (BOWLER, 1989, p.3).

Segundo Glick (2003, p.22), em todo o mundo latino as ideias darwinistas geraram um forte debate entre católicos e evolucionistas. No entanto, três fatores mitigaram a polarização entre pensamento religioso e científico no Brasil: o primeiro, que o Imperador não era totalmente contrário às teorias darwinianas. O segundo, que elementos da elite católica se apropriaram do evolucionismo poligenista como uma base científica legitimadora da supremacia branca. E o terceiro, que havia simpatizantes do darwinismo no comando das principais instituições. O Brasil participou de forma ativa do novo paradigma, não tão intensa quanto a "metrópole", mas não passivo como foram os outros países latinos (GLICK, 2003, p.25).

Os pressupostos de que o mundo vivo está em contínua transformação e que todas as espécies descendem de um ancestral em comum foram mais amplamente aceitas pelos cientistas.

Mas, a concepção de seleção natural, o enquadramento do ser humano no reino animal e a negação de um Criador agindo diretamente no processo de transformação das espécies, foram diferentemente mobilizadas pelos evolucionistas, mesmo por aqueles reconhecidos como darwinistas (GUALTIERI, 2009, p.21-22). Isso porque a teoria de Darwin não era tida como monolítica, sendo que rejeição de uma única ideia não à ameaçava. Assim, "os cientistas aceitavam, do conjunto de proposições, aquelas que não entravam em conflito com suas convicções e valores". (GUALTIERI, 2009, p.22.) Mas, em meados de 1880, quando August Weismann nega, de forma categórica, que o uso e o desuso dos organismos pudesse ser transmitido à geração seguinte, eliminando os mecanismo lamarckistas e sugerindo a centralidade total da seleção natural, a teoria darwiniana perde a sua flexibilidade original (GUALTIERI, 2009, p.210). Uma onda teórica antidarwinista emergirá, e, junto a ela, toda a sorte de teorias evolucionistas.

A ciência é feita de polêmicas. A sala de aula é, também, lugar onde as polêmicas aparecem e as teorias científicas tentam se impor e se legitimar, em detrimento a outras formas de pensamento. Os alunos, como sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem, participam desse movimento. "E a alma? doutor, onde? fica nossa alma [...]", os alunos perguntam, atônitos, ao professor. "[...] Ele riu largamente. Que alma? Foi uma bomba." (NAVA, 2012b, p.288). As perguntas não param por aí:

> [...] E Deus? Dr. Lafayette. Que Deus? Adão fora uma longa caminhada, meus filhos. Pré-homínio de Modjokerto, um menino-bicho vindo da base do Pleistoceno inferior e dando uma longa linhagem de pitecântropos e sinântropos terminada no Pleistoceno médio com o Homem de Ngandong. Uma besta-fera. Os homens de Mauer, Heidelberg, Steinheim - bestas antepassadas da besta de Neandertal. Os homens de Swanscombe e Fontéchevade e o *Homo sapiens* fóssil - bestas armadas do boxe de pedra e da lasca. (NAVA, 2012b, p.289)

Lafayette se coloca como um evolucionista e materialista, ao negar a existência da alma, o criacionismo e a agência de Deus como força motriz da evolução. O desenvolvimento da espécie humana fora uma longa caminhada trilhada pelas espécies que antecederam o *Homo sapiens*. Não está claro, no entanto, somente a partir do breve trecho, qual ou quais mecanismos o professor considerava como responsáveis por este processo, sendo precipitado enquadrá-lo como um darwinista.

A passagem nos convida a refletir sobre os inúmeros evolucionismos que podem ter tido lugar nas aulas do *Colégio Pedro II*. Afinal, os cientistas não são, tampouco os professores, apenas "sujeitos de conhecimento", mas incorporam e rejeitam teorias em função de seus valores individuais, concepções filosóficas, políticas e religiosas, são fruto de um meio cultural, e de um itinerário formativo (GUALTIERI, 2003, p.52). Se nos voltarmos à relação do professor-aluno, muitas perguntas também podem ser suscitadas: Como era a recepção dos estudantes, vindos de uma formação e cultura tradicionalmente religiosa, dessas constatações inovadoras? Para além da mera recepção, haveria espaço, naquele ensino, para contestações ao mestre? Qual era a liberdade do professor para fazer afirmações mais ou menos categóricas? Haveria reações negativas por parte dos pais dos alunos? São perguntas que dizem respeito, também, à realidade atual do ensino escolar de Ciências.

As aulas de História Natural continuavam fora da escola, para alguns entusiasmados meninos que já haviam decidido pela carreira médica. Nava relata que foi junto a Paiva Gonçalves e Ari Teles Barbosa, companheiros de sala, a uma aula prática de dissecação com o médico [João] Benjamin Batista, no antigo *Instituto Anatômico*[6]. Descreve o homem "[...] belo, simpático, sorridente, indo de mesa em mesa, ensinando aqui, corrigindo ali, tomando dos alunos bisturi e pinça-dente-de-rato para transpor um trecho difícil das dissecações, confiando depois bigodes e a barbicha com as mãos úmidas de cadáver e formol" (NAVA, 2012b, p309.), e que usava "[...] avental maculado amarelado de gordura, perduras de sangue velho, manchescuras de bile, sânie e monco" (NAVA, 2012b, p.309). A narrativa nos oferece riquíssimos detalhes para pensar a dimensão prática do fazer científico (e do seu próprio ensino), que, não são detalhes secundários à história da ciência, mas sim componente crucial, como nos chama a atenção Latour (2000). Nos abre uma porta de acesso ao mundo da ciência e da tecnologia pela porta de trás, e não pela grandiosa porta da ciência acabada (LATOUR, 2000, p.19).

É naquela sala que cheirava à "queijo roquefort, de mijo podre, manteiga ardida, bosta velha, banha rançosa e formol formol formol de fazer correr as narinas e lacrimejar os olhos" (NAVA, 2012b, p), em que ele e os meninos da turma descascavam "laranjas com o escalpelo que nos servia para abrir carnes mortas e quantas vezes afastávamos um pé ou mão de defunto para fazer lugar, na

[6] O *Instituto Anatômico* foi inaugurado em 1918, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Ali, ministrava-se algumas aulas da Faculdade de Medicina.

mesa de mármore, para os nossos sanduíches." (NAVA, 2012b, p.309). A frieza na relação entre o pesquisador e o elemento não-humano é historicamente e socialmente construída. Mas os corpos, os pedaços de músculos e tendões que eram manejados com indiferença por aqueles jovens cientistas, não serão meros objetos passivos na vida de Nava:

> De um, jamais esqueci, deitado de borco, forma atlética, sozinho na sua arca, oscilando devagar, boiando, afundando, seu cabelo liso se agitando lentamente segundo o corpo subia ou descia no banho de azinhavre e aldeído. Esse é que não me deixou dormir àquela noite, noites depois. [...] Esse é que me visita à hora das insônias e do balanço deve haver da vida e que no meu automatismo espanco rezando Ave-Maria cheia de graça o Senhor é convosco. (NAVA, 2012b, p.310)

As passagens podem suscitar inúmeras perguntas sobre a prática do fazer científico. Os cheiros, as cores, os instrumentos, a organização do espaço, os elementos não-humanos, nada passa despercebido, pois tudo possui impacto sobre a ciência que ali se fazia e sobre o autor. As aulas de História Natural, de fato, marcariam a vida de Pedro Nava para sempre. Ao final da viagem conduzida pelo professor Lafayette, cujo ensino fora, para o escritor, "a origem de tantas vocações médicas brotadas no quarto de 1919 e no quinto de 1920" (NAVA, 2012b, p.290), decide com afinco pela carreira hipocrática. Apesar de entregue para aqueles *prazeres da Ciência* que a divisa do *Colégio Pedro II* anunciara, o jovem estudante, provando um pouco da realidade da prática científica, deixa escapar seu anseio pelo futuro: "Ai! de nós que dentro de dois anos estaríamos naquela" (NAVA, 2012b, p.309).

Conclusão

Há muitas maneiras como o historiador pode operar com os textos literários. Neste artigo, pretendemos ultrapassar sua utilização para a ilustração de uma realidade preexistente, ou para a confirmação/reconstituição dos fatos ocorridos. Nesse sentido, a escolha de *Chão de Ferro* (1976) como suporte para a reflexão que pretendeu-se traçar, não se justifica pelo suposto status de veracidade do conteúdo da obra, no sentido de valer-se de efeitos de verdade tanto internos quanto externos ao texto, mas pelos temas que aborda e a riqueza de detalhes que oferece. Não tivemos como objetivo, ao menos neste breve escrito, aprofundar os veios de investigação que nos apareceram como caminhos possíveis através do contato com a obra naviana, é dizer, responder às

perguntas que nos foram suscitadas pela narrativa. Para isso, seria necessário debruçar-se de maneira muito mais profunda sobre os temas que foram levantados, bem como sobre a obra de Pedro Nava, aspectos como sua intencionalidade, intertextualidade, a sua dimensão estética e recepção.

O presente artigo objetivou, antes, demonstrar um exercício prático em que o literário é abordado como lugar fecundo ao pensamento histórico, que pode possibilitar a elaboração de novas perguntas e problemas para a pesquisa do tema em questão, bem como o escrutínio das sensibilidades de uma dada temporalidade, tanto na qual se inscreve o presente da escrita, quanto sobre a qual fala. As perguntas que se podem elaborar são infinitas, e serão únicas em função do contato entre o pesquisador e a obra. Assim, espera-se ter contribuído para a fertilização da discussão sobre a relação entre a Literatura e a História, especialmente nos campos da História da Educação e História da Ciência.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A arte de inventar o passado**. Edusc São Paulo, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2009.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. rth|, v. 3, n. 1, p. 94-109, 2010.

BOWLER, Peter J. **Evolution**: the history of an idea (revised edition). Berkeley: University of California, 1989.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C**.** História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História**: Questões & Debates, v. 50, n. 1, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

AGUIAR, Joaquim Alves de. **Espaços da memória**: um estudo sobre Pedro Nava. Edusp, 1998.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. **Ensino de História Natural e Biologia**: reformas educacionais e programas da escola secundária (1920-1951). 2021.

GLICK, Thomas. Introdução. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A recepção do darwinismo no Brasil**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2003.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria & Educação**, v. 2, p. 230-254, 1990.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Evolucionismo no Brasil**: ciência e educação nos museus, 1870-1915. Editora Livraria da Física, 2009.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. **A recepção do darwinismo no Brasil**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2003. p.45-97.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Unesp, 2000.

LORENZ, K. **Ciência, educação e livros didáticos do século XIX.** Os compêndios das ciências naturais do Colégio Pedro II [Science, education and textbooks of the XIX Century. The natural science compendiums of the College Pedro II]. Uberlândia, Brasil: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo**. São Paulo: Companhia das Letras (1ª edição), 2012a. 432p.

NAVA, Pedro. **Chão de Ferro**. São Paulo: Companhia das Letras (1ª edição), 2012b. 520p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **Revista História da Educação**, p. 31-45, 2003.

VIVIANI, Luciana Maria. **A biologia necessária**: formação de professoras e escola normal. Fino Traço Editora; 1ª edição. Belo Horizonte, 2008. p.269.

Temporalidades

A anexação do *Instituto Vacinogênico* ao *Instituto Butantan* e o desenvolvimento das ciências médicas em São Paulo

The annexation of the *Vacinogênico Institute* to the *Butantan Institute* and the development of medical sciences in São Paulo

Beatriz de Lima Ruschioni
Graduanda em História
Universidade de São Paulo (USP)
beatrizruschioni@usp.br

Recebido: 01/06/2023
Aprovado: 09/09/2023

Resumo: O objetivo deste artigo é investigar a incorporação do *Instituto Vacinogênico* do Estado de São Paulo ao *Instituto Butantan*, em 1925. Esta pesquisa tem caráter qualitativo, e busca divulgar as primeiras conclusões atingidas sobre este processo de anexação por meio da análise das fontes primárias que compõem o Fundo Vacinogênico do Centro de Memória do Instituto Butantan e da iconografia do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Estabelecidos no início da Primeira República, o *Vacinogênico* e o *Butantan* foram essenciais para a agenda de saúde pública de São Paulo, focada em medidas saneadoras para manutenção da economia cafeeira do Estado. Progressivamente, ambos se tornaram modelo na assistência aos cidadãos e nos estudos das ciências médicas. Numa estratégia de centralizar a produção de imunizantes do Estado em um único laboratório, a reforma Paula Souza do Serviço Sanitário Paulista uniu os órgãos na década de 1920. Nesse momento, suas distinções técnico-científicas e a força de seus atores na esfera institucional foram centrais para definir qual instituto permaneceria, inicialmente, como autarquia.

Palavras-chave: Instituto Vacinogênico; Instituto Butantan; História da Saúde Pública.

Resumen/Abstract: The objective of this article is to investigate the incorporation of the *Vacinogenico Institute* to the *Butantan Institute*, in 1925. This research is qualitative in nature and seeks to disclose the first conclusions reached about this annexation process through the analysis of the primary sources that form the Vacinogênico Fund of the Butantan Institute Memory Center and the iconography of the Memory Center of the Faculty of Public Health of the University of São Paulo. Established at the beggining of Brazil's First Republic, the *Vacinogênico* and *Butantan* were essential to São Paulo's public health agenda, focused on sanitizing measures to support the state's coffee economy. Progressively, both became models on the assistance for citizens and on the studies of medical sciences. In a strategy to centralize the state's production of immunizers in a single laboratory, the Paula Souza reform of the Sanitary Service united these institutes in de the 1920s. At

this moment, their technical-scientific distinctions and the power of their actors in the institutional sphere acquired a central role in defining which institute would still be, initially, an autarky.

Palabras clave/Keywords: Vacinogênico Institute; Butantan Institute; History of Public Health

Introdução

Os Institutos de Pesquisa Científica no Brasil, particularmente aqueles dedicados às ciências médicas, protagonizaram, no decorrer de mais de um século, esforços para enfrentamento de doenças e investigação sobre suas transmissões. Essas organizações refletem as prioridades da agenda pública da saúde, orientadas pela administração do Estado Republicano que aplicava "um liberalismo à *brasileira* limitado ao campo econômico, e a oligarquização do poder" (Tellaroli Junior, 1996, p.67). Especificamente em São Paulo, as oligarquias cafeeiras participaram da logística da gestão sanitária e seus órgãos de pesquisa científica ligados à saúde. Os republicanos paulistas compreendiam que a produção de café era negativamente afetada pelas epidemias, além de sua ideologia política ser orientada por uma concepção de assepsia da sociedade como sinal de "progresso" (Lima; Hochman, 2000), que diferenciaria sua imagem do restante do país.

A história desses institutos em São Paulo, criados nos últimos anos do século XIX, tem sido amplamente estudada, elucidando as tramas complexas que levaram à expansão ou à extinção de estruturas científicas de saúde pelo Estado (Hochman, 1998; Mascarenhas, 2006; Blount III, 1972; Mota; Schraiber, 2013). Dentre essas movimentações, no cenário da saúde paulista, destaca-se a trajetória do *Butantan*, um dos principais centros de pesquisa brasileiros. Diversificando a produção de imunoterápicos, o Instituto cresceu em estrutura e prestígio, chegando a absorver outros institutos, como o *Vacinogênico*, então responsável pela produção de vacina antivariólica em São Paulo. Esta absorção, foco do artigo, além de ser importante na trajetória dos dois institutos, faz parte de uma proposta administrativa de saúde na década de 1920.

A existência do *Vacinogênico* como autarquia do Serviço Sanitário é também explorada na literatura consolidada, porém, sua incorporação a outro laboratório tende a ser negligenciada nestes estudos. Os trabalhos de Maria A. Dantes (2012; 2016), Luiz A. Teixeira e Maria Almeida (2003) são as principais referências, trazendo o histórico geral do instituto, mas sem abordar com mais vagar a anexação do *Instituto Vacinogênico* ao *Instituto Butantan*. Este processo é mencionado nos textos sem

seus pormenores, permanecendo dúvidas sobre como e por que ele ocorreu. A pesquisa em questão iniciou-se com o intuito principal de confrontar essa lacuna na história do *Butantan*, estudando a atividade dos atores públicos envolvidos nessa anexação, um processo de incorporação e desenvolvimento de tecnologia.

Utilizando como referência Bruno Latour (2011), compreende-se a ciência como bifronte, estando em construção, ou pronta. Aquilo que é consolidado, os fatos ou caixas-pretas do conhecimento, foi fruto de intenso debate, envolvendo a formulação de artigos, experimentos, conferências, discussões acaloradas, entre muitos outros exemplos de práticas primordiais da comunidade científica. Dentre os fatos, produtos da complexa rede da ciência, são incluídos os fenômenos de incorporação de tecnologias e construção de instituições científicas (ou grandes laboratórios). Tendo isso em mente, destacando a importância de analisar as movimentações da ciência para construção do conhecimento, o seguinte artigo objetiva expor as primeiras hipóteses acerca da incorporação do *Instituto Vacinogênico* ao *Instituto Butantan*, sancionada em 1925, fruto de pesquisa ainda em andamento.

Apesar da unificação dos institutos ter sido pouco abordada, ao olhar atento confere-se que a decisão está relacionada a uma série de questões que dizem respeito ao desenvolvimento científico, sanitário, político e institucional de São Paulo no princípio da República. Foi fruto de um complexo processo, implicando em mudanças na produção, nas instalações e nos atores envolvidos. Recorreu-se, principalmente, ao Fundo documental do Instituto Vacinogênico e aos Relatórios de gestão do Instituto Butantan, ambos sob custódia do Centro de Memória do Instituto Butantan. Conforme o artigo demonstrará, a pesquisa possui o potencial, ainda pouco explorado, de articulação de variados acervos ligados à história da ciência paulista, mas é preciso estabelecer alguns esclarecimentos sobre as principais fontes em que o artigo se baseia.

O Fundo do Instituto Vacinogênico do Centro de Memória do Instituto Butantan, de datação limite 1892-1927, possui a documentação textual produzida por esse órgão que foi preservada. É um acervo composto por livros de registro de ofício, livros com a relação de vitelos vacinados, livros de registro de entrega de vacinas, livro de visitantes, livro registro de despesas ordinárias, relatórios de gestão, além de memorandos, tabelas e gráficos. São 0,5 metros lineares de conteúdo parcialmente processado. O projeto de Iniciação Científica - CNPq, que orientou este

artigo, pretende se debruçar em dois propósitos principais: de que forma e quais os motivos que culminaram com o encerramento das atividades do *Vacinogênico* e por que o *Butantan* foi escolhido como órgão que absorveu atividades, pessoal e equipamentos, além da organização deste fundo documental.

Até o momento, os esforços com essas fontes primárias ficaram limitados ao exame pormenorizado dos ofícios e relatórios. O enfoque, nessa documentação, deveu-se tanto à brevidade de uma iniciação científica, como também pela natureza desses documentos. Os ofícios e relatórios são fonte de informação mais generalizada sobre os institutos em análise, já que os ofícios explicitam seus procedimentos ordinários, fornecendo material para compreensão de seu funcionamento, e os relatórios, compêndio dos feitos anuais das organizações, informam suas principais movimentações anualmente. Assim, num processo duplo de classificação de acervo e pesquisa em história, foi-se adquirindo o conhecimento necessário para compreender as atividades do *Instituto Vacinogênico* e sua progressiva perda de autonomia. Paralelamente estamos, aos poucos, realizando o mapeamento de documentos ligados ao *Vacinogênico* em outros acervos institucionais e, por hora, vale a referência ao acervo iconográfico do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública na USP.

A construção da saúde pública em São Paulo durante a Primeira República

Como as instituições de pesquisa em ciências médicas refletem tanto a técnica quanto aspectos políticos e socioeconômicos, é preciso fazer um breve retrospecto do contexto de criação de tais órgãos. O período em questão é o da República, em que houve o desenvolvimento da moderna saúde pública. O Brasil independente herdou um sistema administrativo antiquado, o que se refletiu no sistema sanitário deficitário do Brasil Império (Blount III, 1972). As tentativas de organizar uma administração de saúde eficaz não lograram, pois o governo resistiu em investir os recursos necessários. Dessarte, nos mais de 60 anos que sucederam à existência do Brasil como nação autônoma, as ciências da saúde não se desenvolveram de maneira satisfatória, mas sim com serviços defasados sob a responsabilidade dos municípios e autoridades imperiais. Porém, com a Proclamação da República, há uma mudança no cenário da saúde.

A busca pela modernidade, no cerne dessa nova organização política, fortalece novas técnicas, formas de trabalho e de produção, que incluem as novas práticas das ciências médicas. A Constituinte de 1891 legou às unidades federativas a responsabilidade pelos serviços de higiene. Nesse contexto, os estados e o próprio governo federal lentamente construíam sua estrutura sanitária. Porém, antecipando-se ao que Hochman (1998) define como "A Era do Saneamento", momento de consolidação dos serviços sanitários nacionais nas décadas de 1910 e 1920, São Paulo, já no fim do século XIX, iniciou a formação de sua sólida e complexa estrutura sanitária, o que foi compreendido como uma exceção.

São Paulo foi um local de condições privilegiadas para o desenvolvimento pioneiro de políticas de saúde pública. Para compreendê-las, tem-se como pressuposto que "a saúde pública em São Paulo estaria fortemente vinculada aos interesses da elite cafeicultora" (Hochman, 1998, p. 213). Essa classe dominante possuía grandes preocupações com as demandas de sua economia, sendo uma delas a condição de saúde de seus trabalhadores e a imagem do estado no contexto do comércio internacional. O complexo cafeeiro "não poderia conviver por muito tempo com uma situação em que epidemias [...] afetam suas atividades em quase todas as etapas do processo produtivo" (Tellaroli Junior, 1996, p.67). Tais questões atingiam proporções mais preocupantes com a expansão da cafeicultura ao oeste paulista e da urbanização do estado, que aumentavam a complicada situação epidemiológica em São Paulo, repleta de surtos de doenças até então letais. Esta situação foi potencializada pelo aumento do fluxo de imigrantes, que desembarcaram em Santos e na Hospedaria de Imigrantes, situações de aglomeração propícia ao contágio de diferentes moléstias, além do fluxo da malha ferroviária em expansão levar o contágio para todo Estado (Tellaroli Junior, 1996). Era um cenário incompatível com a imagem de "locomotiva paulista" que as oligarquias cafeeiras queriam imprimir, sendo um consenso entre as oligarquias a necessidade de implantar medidas saneadoras para proteger "seu território, sua população e sua economia" (Hochman, 1998, p. 232).

Ainda, além das preocupações com o desenvolvimento técnico-científico e com a saúde de sua mão-de-obra, havia uma preocupação de natureza ideológica. As classes dominantes queriam se distinguir do restante do país, adotando "todos os progressos das civilizações mais desenvolvidas" (Blount III, 1972, p. 41) para se apresentarem como mais "civilizadas". A ciência social institucionalizada no Brasil no início do século XX, segundo Lima e Hochman (2000, p. 314),

"buscava identificar os sintomas de nossa cultura, submetendo-os ao espelho crítico de um outro civilizado". O "outro civilizado" pode ser entendido como o modelo europeu, considerado avançado e moderno, abarcando ciência, indústria, arquitetura, etnicidade, costumes, entre outros aspectos. Quando oposto a este "outro", o brasileiro era compreendido como "atrasado, indolente e resistente aos projetos de mudança" (*Ibid.*, p.314). Os paulistas desejavam ser "civilizados", ou seja, parecidos com a Europa moderna, distanciando-se do restante do país compreendido como "primitivo". Essa intenção mobilizou ações para alcançar os "progressos" de tal "civilização", que incluíam as medidas sanitárias.

Desta maneira, em 1892 foi estruturado o Serviço Sanitário Paulista, subordinado à Secretaria de Negócios do Interior, criando uma série de instituições que deveriam suprir as necessidades do estado, incluindo quatro laboratórios: o *Vacinogênico*, o *Bacteriológico*, o de *Análises Clínicas*, e o *Farmacêutico*. Era o princípio da "construção de uma rede de centros de pesquisa e produção em saúde pública, pelo governo paulista, os quais passaram a colaborar com os serviços sanitários federais, formando uma base científica que poderia garantir a independência e a eficácia dos serviços estaduais" (Hochman, 1998, p.217).

O *Instituto Vacinogênico* - criação e funcionamento como autarquia (1892-1917)

O enfrentamento da varíola, remonta aos tempos da colônia. Segundo Teixeira e Almeida (2003, p. 478), "na Capitania de São Paulo, os constantes surtos da doença tiveram início a partir de 1725." A ação contra a varíola era de eficácia limitada, já que a vacina antivariólica humanizada, a primeira vacina, foi difundida mundialmente a partir de 1798 (Fernandes, 2010, p. 129). Ela era o produto da retirada da "linfa" ou "pus variólico" das erupções de humanos contaminados pelo *cow-pox,* inoculado em outras pessoas. A vacinação antivariólica é feita oficialmente no Brasil com a criação da Junta Vacínica da Corte em 1811. A Câmara Municipal de São Paulo regulamenta em 1819 a Instituição Vacínica da Capitania de São Paulo (Teixeira; Almeida, 2003, p. 478), mas, como a atuação da administração pública da saúde era muito restrita, a vacinação não avançou de maneira satisfatória.

A situação mudou com a importação da vacina animal da França pelo Barão de Pedro Affonso, em 1887. Esse tipo de vacina contra a varíola consistia no produto extraído diretamente da pústula do vitelo com *cow-pox* e inoculado no homem. Ela era mais segura por não ter risco de transmitir doenças como sífilis, um perigo da vacina humanizada, além de ter uma virulência maior. Affonso organizou e dirigiu o *Instituto Vacínico Municipal* no Rio de Janeiro num contrato de subvenção, mas suas intenções eram de "divulgar a vacina [animal] em outros estados" (Fernandes, 2010, p. 71). Ele enviou diversos comissários de vacinação para todo Brasil, dentre eles, o médico Dodsworth, que foi para São Paulo em 1888 trazendo um vitelo vacinado e efetuando vacinações públicas (Dantes; Silva, 2012, p. 27). Em 1889, Arnaldo Vieira de Carvalho[1], médico recém-formado, foi enviado para fazer um estágio de 15 dias no *Instituto Vacínico Municipal*. No ano de 1890, ele é contratado para ser responsável pelas "diversas atividades relacionadas à produção de vacina e vacinação" (*Ibid.*, p.29) em São Paulo. Carvalho continuou esta mesma linha de atuação após o fim do Império, quando participou da nova estrutura do Serviço Sanitário no *Instituto Vacinogênico*.

O decreto n. 94 de 20 de agosto de 1892 delimitou as diretrizes do *Instituto Vacinogênico*, definindo que ele "tem por fim fornecer, a todo tempo e em quantidade indeterminada, vírus vacínico às administrações, aos médicos e mesmo a particulares" (São Paulo, 1892, p. 3906). A legislação, além de delimitar os objetivos da instituição, criou um local para seu funcionamento, e definiu seu pessoal: um diretor, um adjunto preparador, um médico veterinário (cargo oficialmente suprimido em 1899), um escriturário e empregados subalternos necessários conforme a ocasião, número que, em anos sem surtos epidêmicos, ficou por volta de três serventes. Arnaldo Vieira de Carvalho foi nomeado diretor, continuando em seu papel de comando da produção da vacina antivariólica animal em São Paulo. O Instituto permaneceu provisoriamente instalado na casa de José

[1] Arnaldo Vieira de Carvalho (1867 - 1920) foi fundamental na construção da moderna medicina em São Paulo. Como diretor da Santa Casa de Misericórdia, de 1897 a 1920, melhorou seus serviços e ampliou instalações, tornando-a uma referência na cirurgia brasileira. Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia (1895) e da Policlínica do Estado (1896), além de central na criação do Instituto do Câncer do Estado (1920). Dentre suas especializações, como a cirurgia, ele se profissionalizou na preparação da vacinação jenneriana, por isso foi nomeado diretor do Instituto Vacinogênico em 1893, cargo que exerceu até ser convidado para dirigir a Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1913, onde introduziu métodos modernos na formação dos novos médicos paulistas, permanecendo nesse cargo até o final de sua vida. Cf. DANTES, M. A. M.; SILVA, M. R. B. da (org.). **Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867 - 1920).** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

F. de Carvalho[2], começando em 1894 suas atividades na sede definitiva, na Rua Pires da Mota, bairro do Cambuci. A partir desse momento, o *Vacinogênico* protagoniza a luta contra a varíola no estado, sendo o primeiro instituto do Serviço Sanitário com instalação própria, contendo cinco pavilhões.

As edificações do instituto comportavam ambientes para todas as etapas de produção da vacina, do animal, funcionando por muitos anos de maneira satisfatória. Dantes (2016), a partir dos Relatórios da Secretaria do Interior e de um texto de Alfredo Medeiros[3], fez uma minuciosa descrição das instalações do *Vacinogênico*, pensadas para a fabricação mais eficiente e salubre de vacina variólica. Ao fundo do terreno, havia dois prédios que acomodavam os vitelos, uma à esquerda, com baia para seu acondicionamento e cuidados e, do lado direito, havia outra construção para raspagem dos vitelos a serem vacinados. Depois, o prédio central possuía um grande laboratório com as instalações para os principais processos da vacina: a mesa para vacinação de vitelos, onde se efetuavam os escoramentos na face interna da coxa do animal e eram introduzidas as sementes vacínicas; equipamentos para purificação da vacina e enchimento de tubos; laboratório de microbiologia para análise da virulência; frigorífico para conservação; e baias onde se instalavam os animais vacinados. Por fim, havia outras instalações para funções administrativas e depósito.

O *Vacinogênico* foi enérgico em sua produção, suprindo a demanda do estado e aprimorando seu processo produtivo. São variados os registros que demonstram os esforços para obter-se a melhor vacina possível, como a revisão da infraestrutura, adoção de equipamentos modernos, e elaboração de novas tecnologias produtivas. A título de exemplo, é possível mencionar diversos apelos do diretor do *Vacinogênico* ao diretor do Serviço Sanitário, presentes nos livros de ofícios do Fundo Documental Instituto Vacinogênico, mencionando aquisições de novas tecnologias, aparelhos modernos e práticas que iriam otimizar a qualidade da vacina. Destaca-se o ofício n.º 713, de 15 de novembro de 1903, em que solicitava a autorização, para importação da Europa, de aparelhos que são "a última palavra da assepsia da vacinação" (FDIV, 1903, ofício 713), justificando ser necessário o

[2] No Diário Oficial, nos Ofícios ao Tesouro do Estado, há o seguinte registro: "Ao aluguel da casa de José F. de Carvalho, onde funcciona o Instituto Vaccinogenico". Cf. SÃO PAULO. **Resolução do Tesouro do Estado**, de 6 de abril de 1893. Diário Oficial do Estado de São Paulo, n.º 547, p. 6237, 7 abr. 1893.

[3] Alfredo Augusto de Castro Medeiros (sem data) foi um médico que segue uma incógnita aos pesquisadores da saúde brasileira. Das poucas informações disponíveis, sabe-se que foi ajudante preparador do *Instituto Vacinogênico* de 1892 a 1913, ano em que se tornou diretor. Ele permanece no cargo até 1917, quando passa a ser assistente principal da instituição com sua incorporação ao *Bacteriológico*, posição que permanece até sua saída em 1923. Esteve em quase toda história do *Vacinogênico*, ajudando a estruturar o instituto.

acompanhamento de progressos no ramo para que o Instituto se mantivesse a altura de sua reputação. É possível observar que tanto na gestão de Arnaldo Vieira de Carvalho (1892-1913), quanto na de Alfredo Medeiros (1913-1917), o Instituto conseguiu assistir satisfatoriamente São Paulo no enfrentamento à varíola. Os números falam por si, como constam os dados apresentados nos Relatórios da direção do *Instituto Vacinogênico* ao Serviço Sanitário de São Paulo (1892-1918) reproduzidos abaixo:

- 1894: foram distribuídos 37964 tubos, um ano descrito como normal no sentido epidemiológico e o primeiro na sede definitiva no Cambuci;
- 1895: 93265 tubos distribuídos, o diretor descreve que São Paulo resistiu a invasão da varíola vinda da capital, o que mostraria o empenho da campanha profilática paulista e crescimento da capacidade produtiva;
- 1901: 220095 tubos produzidos, ano de epidemia em São Paulo;
- 1908: 802000 tubos produzidos, cujas doses conseguiriam imunizar metade do Estado de São Paulo na época. Foi um ano de devastadora epidemia de varíola no país, que vitimou apenas 136 pessoas no Estado;
- 1914: 793000 tubos distribuídos, um ano sem notações de epidemia, e agora sob a direção de Alfredo Medeiros, mostrando que o instituto continuou com sua produção otimizada mesmo com mudanças estruturais.

Conforme indica a documentação disponível, conclui-se ser acertada a tese de Teixeira e Almeida (2003, p.483), que diz que, durante o funcionamento do *Vacinogênico* na Rua Pires da Mota, de 1894 a 1924, "foram desenvolvidas somente atividades de produção e envasamento". O Instituto forneceu vacinas em escala industrial, como se vê nos dados acima, otimizando seus processos produtivos, mas raramente desenvolvendo experimentação científica puramente dita. Mesmo assim, ele atuou, assim como a maioria das instituições de ciência paulista, com um orçamento não condizente com suas práticas, sendo comum os apelos em ofícios e relatórios para o aumento de verba, além do requerimento rotineiro à verba de socorros públicos. Foi um laboratório que, nessas condições, se consolidou quando "os serviços sanitários estaduais obtiveram avanços e que a oposição ao alargamento dos mesmos se enfraqueceu, gradativamente." (Hochman, 1998, p. 215),

levando as reformas que aumentaram as prerrogativas do serviço paulista e posteriormente modificaram o *status* administrativo do *Vacinogênico*.

A perda de autonomia do Instituto Vacinogênico - as primeiras hipóteses

Conhecendo o funcionamento do *Vacinogênico*, questiona-se como ele perdeu sua autonomia e mudou de sua localização bem estruturada para ser incorporado ao *Butantan*. No cerne desta grande indagação, que norteia essa pesquisa, está o próprio funcionamento da ciência. Retomando a teoria de Bruno Latour, é preciso aplicar o que define como primeira regra metodológica, já que "estudamos a ciência em ação, e não a ciência ou a tecnologia pronta; para isso, ou chegamos antes que os fatos e máquinas tenham se transformado em caixas pretas, ou acompanhamos as controvérsias que as reabrem" (Latour, 2011, p. 405).

Uma incorporação aparentemente simples, mostra-se o produto de intensas discussões na saúde pública paulistana da década de 1920. Por isso, precisamos refletir brevemente sobre o que significa a união de laboratórios, especificamente num momento de desenvolvimento das ciências médicas, em que os chamados "progressos das civilizações" dos séculos XIX e XX, incluem a revolução bacteriológica, período de construção da moderna ciência medicinal, e de formação de uma teoria de imunização que progressivamente englobou as relações interdependentes entre os conceitos acerca de vacinação, soroterapia, entre outros. A noção de imunologia, que centraliza procedimentos de produção de diversas categorias de imunizantes, como apontaram Teixeira e Almeida (2003), não é algo inerente ao desenvolvimento da medicina, surgindo à medida que as descobertas dos cientistas produziam conhecimento o suficiente para enxergarem a conexão entre diferentes aspectos da saúde.

Assim, conclui-se que, como essa imunologia centralizadora estava em construção, a proposta de unificar a produção dos meios de proteção contra doenças em um só laboratório não foi dominante durante a criação do Serviço Sanitário Paulista em 1892. Isto, pois, como não se via claramente as ligações entre esses imunizantes e sua produção, não se via a necessidade de unir sua fabricação em uma só instituição. A estruturação desse serviço, que resultou em diversos laboratórios, alguns focados na manufatura de apenas um fármaco, como o *Instituto Vacinogênico*

(instituído para suprir a vacina variólica), orientou os primeiros anos desse sistema, com poucos defensores da criação de um centro único até então. É importante lembrar que esta concepção não era exclusiva de São Paulo, já que, pelo mundo, existiam institutos com a mesma característica, como o *Instituto Chambon* de Paris, que produzia o imunizante contra a varíola na França. No Brasil, o pioneiro *Instituto Vacínico Municipal*, criado pelo Barão de Pedro Affonso, produzia apenas a vacina animal, sendo um modelo para Arnaldo Vieira de Carvalho. Esta matriz tecnológica de Affonso foi espalhada pelo país, gerando a formação de laboratórios vacinogênicos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e Pernambuco (Fernandes, 2010).

A concepção de unificação dos laboratórios de imunizantes em São Paulo foi apresentada, quase de forma pioneira, por Arnaldo Vieira de Carvalho. No relatório de 1895 do *Instituto Vacinogênico*, ele fala sobre a fundação de variados institutos fabricantes de meios profiláticos e curativos, uma tendência da administração do Serviço Sanitário da época, e sugere "transformar o Instituto Vaccinogenico de S. Paulo em um centro Vaccinogenico onde sejam preparadas vacinas, serus, etc …, reunindo em um só todos os institutos projectados e alguns outros que venham a ser." (RIVSP, 1895, p. 14) Ele prossegue seu apelo concluindo serem "indissolúveis os laços prendendo a soroterapia a bacteriologia" (*Ibid.*, p.15), registrando, dessa maneira, um germe da ideia de criação de um centro único de produção de imunizantes. Carvalho ainda procede unindo a perspectiva sanitária à econômica, pontuando que "a maior glória de Pasteur consiste nos milhares de contos poupados à Europa com os estudos das differentes episostias" (*Ibid.*, p.16), mencionando algumas vantagens de se criar esse laboratório centralizador. Dentre elas, destaca a economia que seria feita pelo Serviço Sanitário na construção de um prédio que facilmente se adaptaria as novas descobertas de agentes infecciosos e métodos curativos, evitando mais gastos com novas edificações.

Esta tese que une a ciência à economia e ao desenvolvimento de São Paulo na defesa da criação de um centro unificado para produção de imunizantes, baseada na possibilidade de enxugar gastos da máquina pública, é um ideário que se fortalece com o tempo. Como diz Hochman (1998, p. 216), "ao longo da Primeira República, São Paulo buscou organizar sua própria base de pesquisa e produção de soros, vacinas e medicamentos, que serviria de apoio às ações sanitárias locais, independente dos órgãos federais." Vê-se a progressão dessa ideia com as reformas sanitárias mais amplas, por exemplo, a reforma de 1917 chefiada por Arthur Neiva, que suprimiu o cargo de diretor

do *Instituto Vacinogênico* e o subordinou ao *Instituto Bacteriológico*, mas ainda manteve a produção da vacina variólica na rua Pires da Mota. A reforma que encarnou o pensamento da centralização de laboratórios imunológicos foi encabeçada por Paula Souza[4] e oficializada na lei n.º 2121 de 30 de dezembro de 1925. Porém, nos anos que precederam a sua sanção no Diário Oficial, foram efetuadas diversas movimentações para viabilizá-la, deixando-a parcialmente consolidada antes mesmo da confirmação de seu registro legal. Dentre as articulações aplicadas para a reforma, o *Instituto Vacinogênico* foi incorporado ao *Butantan* no ano de 1924.

Se quisermos compreender esse processo, é preciso abrir a caixa preta da reforma sanitária de 1925. Isso, pois essa reorganização, assim como todo fazer científico, explica-se pelas negociações que culminaram nela, já que "nunca devemos usar o resultado - Natureza - para explicar como e por que uma controvérsia foi resolvida" (Latour, 2011, p.153). O número 17 do "Boletim do Instituto de Higiene de São Paulo" (1923) contou com uma memória escrita pelo Dr. Geraldo Horácio de Paula Souza, Diretor Geral do Serviço Sanitário de São Paulo, texto que delimita os principais intentos da reforma e os primeiros feitos para esse rearranjo que afetou o *Vacinogênico*. Segundo Campos (2002, p.134), "a proposta de Geraldo Paula Souza para a cidade de São Paulo significava, claramente, a implantação de um modelo de saúde pública importado dos Estados Unidos". O médico defendia uma visão mais "racionalizadora" da saúde, avesso ao modelo de policiamento e campanhas sanitárias. Esta visão inclui a defesa de maior participação dos municípios na gestão da saúde pública, o desenvolvimento da educação sanitária e a simplificação das instituições subordinadas à Inspetoria de Higiene. Em sua exposição, Paula Souza (1923, p. 5) ressalta que, em São Paulo, há uma "multiplicidade de laboratórios inconveniente". Ele complementa apontando que:

> Um só [laboratório], com varias secções subordinadas, offereceria maior vantagem. A nosso ver, em Butantan, não fosse a difficuldade ainda existente de meios de locomoção e transporte para o mesmo, é que se deveriam reunir todos os nossos laboratorios e unificar-se, assim, diversos serviços de uma só natureza. Alguma

[4] Geraldo Horácio de Paula Souza (1889 - 1951) foi um médico e sanitarista de renome em São Paulo. Em 1918, vai aos Estados Unidos estudar na primeira turma da escola de saúde da Universidade John Hopkins, especialização importante. Ao retornar, seu conhecimento faz com que, ao retornar, torne-se professor de higiene da Faculdade de Medicina e Diretor do Instituto de Higiene. Em 1922, é nomeado diretor do Serviço Sanitário, por indicação do diretor da *Rockfeller Foundation*, cargo que exerce até 1927, dirigindo a reforma do Serviço Sanitário de 1925. Dentre suas contribuições para a saúde, ele cria o primeiro Centro de Saúde do Brasil, e centralizou os esforços para fundação da Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Os ideais de suas gestões na saúde foram frutos de sua formação liberal nos EUA, uma maneira distinta de modelo sanitário definida como "racionalizada" Cf. CAMPOS, C. de. **São Paulo pela Lente da Higiene:** As Propostas de Geraldo Paula Souza para a Cidade (1925 - 1945). São Carlos: RiMa, 2002.

> cousa já fizemos nesse sentido, como a annexação do Instituto Vaccinogenico ao Sorotherapico, que assim formarão um instituto para o preparo de todos os sôros, vaccinas e demais productos de que necessite o Serviço Sanitario. (*Ibid.*, p. 5)

O Diretor do Serviço Sanitário prossegue expondo seus planos e intenções com seu projeto de reorganização do Serviço Sanitário, depois focando em seu aspecto econômico e institucional. Continua propondo que "Diminuamos o funccionalismo improductivo, melhoremos os vencimentos dos funccionarios necessarios e gastemos dinheiro em serviços de real efficiencia e não nesses que a burocracia crystallisou como realidades e que não passam, afinal, de inutilidades" (*Ibid.*, p. 17). Desta maneira, Paula Souza apresenta um projeto ambicioso, que foca na redução de gastos e simplificação da burocracia num novo sistema organizacional. Esse modelo, segundo Hochman (1998, p.220) baseava-se na "promoção de ações de saúde permanentes", o que inclui a criação dos centros de saúde para consolidar um lugar duradouro para assistência médica e a delimitação de um laboratório estratégico para indefinidamente fornecer todos os produtos necessários ao tratamento e profilaxia de doenças. Por isso, já colocou em ação seu projeto, definindo a anexação do *Vacinogênico* ao *Serumtherapico*[5], que se assentou no ano seguinte à publicação do texto.

Permanece o questionamento: por que a escolha do *Butantan* para reunir as repartições laboratoriais do Serviço Sanitário? Partindo-se do pressuposto definido por Latour (2011, p. 139), o poder de um laboratório "é proporcional ao número de actantes que ele mobiliza a seu favor", compreendendo que a expressão **actante** descreve aquele que exerce o ato na ciência, podendo ser um agente humano (o cientista) ou não (por exemplo, a máquina). Na unificação de um laboratório a outro, há uma inerente disputa que definirá qual permanece e aumenta, precisando examinar qual detém mais poder. É importante observar que aquele que se fortalece é justamente o que procura aumentar seu potencial científico e produtivo, adquirindo mais instrumentos, contratando mais profissionais, produzindo mais artigos, além de também se considerar o laboratório detentor de porta-vozes influentes. Porta-voz é "aquele que fala em lugar do que não fala" (Latour, 2011, p. 108), e assim, no caso em questão, eles seriam os diretores dessas instituições da ciência, representando suas conquistas e o pessoal por elas responsável. Vale lembrar que em 1924, Vital Brazil, havia retornado como diretor do *Instituto Butantan* após pouco mais de 3 anos de afastamento para a

[5] É preciso esclarecer que *Instituto Serumtherapico* e *Instituto Butantan* são a mesma coisa. Quando criado, foi *nomeado Instituto Serumtherapico*, localizado na fazenda do Butantan, mas progressivamente a localização e o órgão ficaram tão associados que houve uma mudança oficial de nome para *Instituto Butantan*.

criação, em Niterói, próximo da capital do país, outro instituto com seu nome, o *Instituto Vital Brazil*, retornando à comunidade científica o poder e prestígio de várias décadas dedicadas à saúde em São Paulo.

Desde seu surgimento, quando ainda como repartição do *Instituto Bacteriológico*, o *Instituto Butantan* ganha autonomia em 1901, não se limitando a produzir somente o antídoto da peste, diversificando pesquisas e a produção de imunizantes para São Paulo. Consolidou-se com trabalhos originais, como aqueles registrados na coleção "Memórias do Instituto Butantan", publicados entre 1918 a 1933, relacionados a diversas áreas como ofidismo, farmacologia, virologia, entre outras. Com o tempo expandia suas pesquisas e produtos, fabricando uma gama variada de soros. O *Instituto Butantan* aumentou sua estrutura em consonância com os trabalhos de seus cientistas, com mais equipamentos e prédios, como seu edifício central, os serpentários, as cocheiras (atual Museu Biológico), o atual pavilhão Lemos Monteiro, o Edifício Cara de Cavalo, entre outros. Além disso, é preciso destacar a importância de uma direção que foi firme porta-voz dos seus feitos. Vital Brazil geriu o *Serumtherapico* com muita competência desde 1901, realizando estudos pioneiros, conquistando prestígio e capital político em São Paulo, defendendo o Instituto em seus aspectos científicos e político-econômicos. Após seu afastamento do *Serumtherapico* em 1919[6], seus sucessores também eram influentes e prestigiados, homens da ciência que conseguiram atuar no jogo institucional.

O *Vacinogênico*, como visto anteriormente, focou em desenvolver aspectos produtivos de apenas um único produto, não diversificou seus experimentos científicos e não ampliou as edificações utilizadas para suas funções. Ao avaliar as publicações do *Vacinogênico*, não há muitos registros sobre pesquisas do Instituto, nem indícios de renovação de método, apesar do interesse em se manter atualizado. Os mais de 30 anos de existência foram praticamente dominados por um esforço contínuo de otimização da produção, com técnicas industriais altamente eficazes. Os seus

[6] Vital Brazil ficou afastado do Instituto Butantan devido a tensões com a diretoria do Serviço Sanitário. Elas foram motivadas principalmente pelo contrato de venda de produtos do Butantan pela Casa Ambrust e desentendimentos relacionados à orientação do Serviço Sanitário, agora sob o comando de Arthur Neiva. Segundo o próprio Vital Brazil, "de facto, tendo dirigido e orientado o Instituto, pelo largo espaço de vinte anos, ao que parece, a contento do público e do Governo, vi, de um momento para o outro, mudada a sua orientação, por quem tinha o direito de o fazer, pois ocupava cargo hierarchico superior" (RIBSP, 1924, p.2). Cf. IBAÑEZ, N.; WEN, F. H.; FERNANDES, S. C. G. Instituto Butantan: História Institucional - Desenho metodológico para uma periodização preliminar. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.128, 2005.

porta-vozes também se distinguiam em poder. O primeiro diretor, Arnaldo Vieira de Carvalho, responsável pela estruturação do Instituto, época de solidificação do prestígio da entidade, saiu de seu posto ao ser convidado pelo Governo de São Paulo para assumir o cargo de Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo em 1913. Sua posição de prestígio na elite paulistana, devido a seu pai, José Joaquim Vieira de Carvalho, advogado e vice-presidente da Província em 1887, fez com que ele começasse a carreira médica em posição privilegiada, traçando aliança com os principais nomes da gestão de saúde paulista (Dantes; Silva, 2012). Seu prestígio apenas aumentou com o tempo, rendendo a indicação do Governo paulista para o cargo de diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, sendo assim uma figura de renome com poder no jogo institucional sanitário.

Porém, Alfredo Medeiros, seu substituto, aparentemente não consegue prosseguir com a mesma influência de seu antecessor, sendo uma figura pouco lembrada no desenvolvimento da saúde brasileira e de difícil obtenção de informações, atuando como diretor do *Vacinogênico* até 1917. Com a incorporação ao *Bacteriológico* e a supressão do cargo de diretor, ele permaneceu seu principal assistente, cargo que, ao que tudo indica, deixou em 1923, quando o Dr. Potyguar Medeiros assumiu a função interinamente.[7] Por fim, segundo o Relatório do *Instituto Butantan* de 1924, o Dr. Rocha Botelho, assistente do *Instituto Serumtherapico*, foi designado para substituir o cargo do Dr. Potyguar, em 25 de outubro do mesmo ano, ato que oficializou a incorporação ao *Butantan*. Observamos, desta forma, uma instituição que deixou de criar actantes, logo acumulou menos poder no jogo científico, e teve fracos porta-vozes, que não conseguiram sustentar perante as autoridades, a importância da autonomia de seu instituto.

O *Vacinogênico* incorporado ao *Butantan*

Toda essa explicação foi feita angariando hipóteses para falar sobre a incorporação desses atores científicos que se materializou no ano de 1924, onde houve troca de gestores e de sedes. Para

[7] "Por decreto de 8 do corrente foi nomeado o Dr. Potyguar de Medeiros, para exercer, interinamente, o cargo de assistente do Instituto Vaccinogenico". In: SÃO PAULO. Secretaria do Interior. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, n.º 33, p. 990, 10 fev. 1923.

falar sobre isso, é preciso mencionar rapidamente a breve trajetória do *Instituto de Veterinária* dentro do *Butantan*, subordinado à direção da Secretaria de Agricultura.

Em 1917, foi definida a instalação de um *Instituto de Veterinária* nas dependências do *Butantan*, subordinado à Secretaria de Agricultura do Estado. Foram tomadas as providências para tal, construindo um prédio, hoje nomeado de Pavilhão Lemos Monteiro, com instalações anexas, começando seu funcionamento em 1919. A instituição funcionou neste local por pouco tempo, já que, em 15 de abril de 1924, o Dr. Paula Souza, em ofício para o então diretor do *Instituto Bacteriológico*, solicitou a troca de sedes entre *Vacinogênico* e o *Instituto de Veterinária*: o primeiro "iria para o *Butantã*, e a *Escola de Veterinária* para o prédio do *Instituto Vacinogênico*, na rua Pires de Motta" (Assis, 2019, p.57). Assim, como aponta Vital Brazil no Relatório anual de 1924, ao retornar no cargo de diretor, "uma pequena instalação que pertencera também ao Instituto de Veterinária encontrei-a adaptada para o *Instituto Vaccinogenico*, que nelle já estava funcionando quando me foi entregue pela diretoria geral do Serviço Sanitário" (RIBSP, 1924, p. 7).

Imagem 1 - Instalação do *Instituto Vacinogênico* no Butantan

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública. Sem data.

Imagem 2 - Instalação do *Instituto Vacinogênico* no Butantan

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública. Sem data.

Nessas instalações, retratadas nas imagens 1 e 2, foi onde funcionou a Seção de Vacinas Jennerianas até o desenvolvimento de uma nova Seção de Vírus. As imagens das edificações foram obtidas no Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública, descritas como "Instituto Vacinogênico no Butantan", e classificadas na seção de imagens avulsas. Destaca-se que as legendas que titulam as fotos são as mesmas presentes neste acervo iconográfico, indicando um testemunho ativo da incorporação da produção da vacina antivariólica no *Butantan* (a incorporação do *Instituto Vacinogênico*) por meio de fotografias. Além do exterior dos prédios, esse acervo conta com mais imagens do *Vacinogênico* no *Butantan* em seu interior (Imagens 3, 4 e 5), armazenando assim ricas fontes sobre a incorporação idealizada por Paula Souza. O histórico dessas fotografias carece de maiores investigações, mas a sua existência mostra os diálogos entre os acervos que armazenam a história da Saúde Pública paulista, expandindo as possíveis fontes a serem consultadas neste estudo. Esse potencial foi pouco explorado pela pesquisa que orienta o seguinte artigo, sendo um caminho de investigação para ser considerado.

As atribuições do *Instituto Vacinogênico* foram levadas ao *Serumtherapico*, adaptadas em um espaço menor que a Rua Pires da Mota. Por meio das imagens e as informações fornecidas no texto "Do preparo da linfa vacínica", de Lemos Monteiro e Raul Godinho (1930), encarregados da chefia do serviço de produção da vacina no Instituto *Serumtherapico*, é possível reconstruir como funcionavam as atribuições do *Vacinogênico* dentro do *Butantan*. Neste artigo, publicado nas "Memórias do Instituto Butantan", há uma descrição breve das instalações direcionadas a produção deste produto, definindo a existência de dois pavilhões (Imagens 1 e 2) dedicados para a produção da vacina nos primeiros anos de sua produção no instituto, em oposição aos cinco do antigo *Vacinogênico*. O texto descreve seu interior, retratando que

> Em um pavilhão central acha-se installado o grande laboratório industrial para o tratamento da polpa, com os differentes apparelhos necessarios para o seu preparo, conservação e acondicionamento. Annexo, encontra-se um laboratório bacteriologico para as pesquizas e controle das differentes partidas preparadas quanto à sua pureza e actividade do virus. (Monteiro; Godinho, 1930, p. 4)

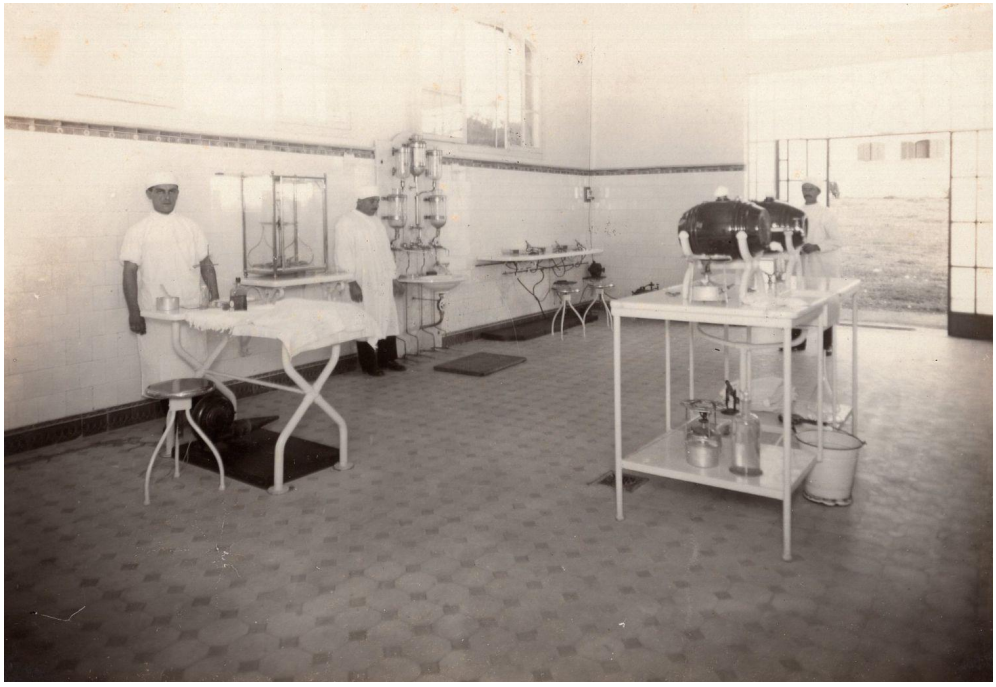
Neste trecho, cientistas descrevem a dependência retratada na imagem 3. Este era o espaço para análise do material, pesquisas sobre o imunizante da varíola, e procedimentos industriais para formação e conservação do produto final, a linfa vacínica retirada dos vitelos purificada com substâncias e processos químico-físicos (centrifugação, aplicação de glicerina, entre outros). É importante mencionar que nele foram reutilizados maquinário do Vacinogênico, presente no Relatório do Instituto Butantan de 1925, como uma máquina de encher tubos e uma máquina de centrifugação (RIVSP, 1925, p. 35). Monteiro e Godinho continuam sua exposição, agora mencionando outras instalações, relatando que

> Em pavilhão ao fundo estão installadas outras dependencias relacionadas com os animais necessarios: sala com baias para os vitelos em observação; sala com baias para os vitelos vaccinados; sala com balança para pesagem dos animais; sala para "toilette" dos vitelos (raspagem e preparo); sala para a vaccinação e colheita da polpa, tendo 2 mesas appropriadas á contensão dos animais e outras installações necessarias (agua esterilizada, etc.); sala com apparelhos de esterelização do material (autoclave, forno Pasteur e aparelho para esterelização da agua); sala-bioterio, para os pequenos animais vaccinados (coelhos) e os utilizados para as verificações das polpas, e finalmente, salas para o depósito do material e forragem. Este pavilhão tem um largo corredor central, communicando com as várias dependencias assignaladas. (Monteiro; Godinho, 1930, p. 4)

O processo de vacinação e cuidado com os vitelos, desta forma, ocorria em outro pavilhão. A imagem 4 mostra o local onde eram vacinados os animais, colocados numa mesa de vacinação especial que os imobilizava com correias para impedir movimentos relacionados à dor da operação da vacina. Isto, pois ela se constituía de diversas escarificações no vitelo, feitas no *Instituto Vacinogênico* na parte interna das coxas, e no *Butantan* na parte tóraco-abdominal (RIVSP, 1925, p.104). Ao lado, havia uma mesa para suporte dos materiais de vacinação e o produto das coletas. Na imagem 5, observamos a "sala com baias para os vitelos em observação" (Monteiro; Godinho, 1930, p.4), com o retrato de uma vaca tosada, envolta por um curativo na região em que foi vacinada.

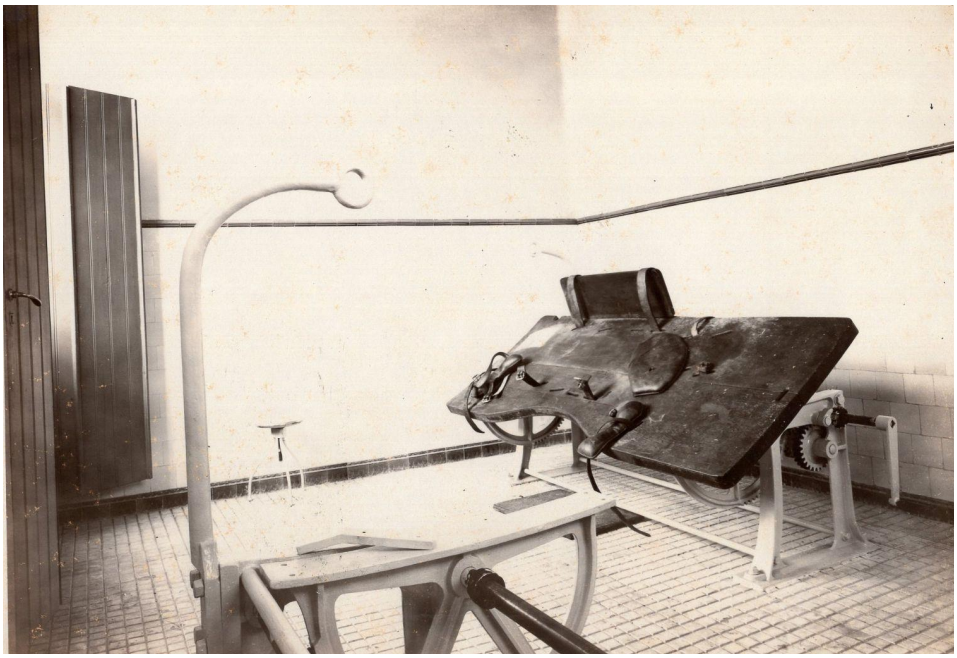
Assim, já na metade do ano de 1924, antes mesmo da troca de assistentes que aconteceu em outubro, as funções do então *Instituto Vacinogênico* já se encontravam incorporadas ao *Butantan*. Finalmente o *Instituto Serumtherapico de São Paulo* assumia posição de laboratório central do Serviço Sanitário do Estado, "preparando todos os soros e vacinas reclamados pela defesa sanitária." (RIBSP, 1925, p. 1) Em 1925, a reforma já estava encaminhada, detalhada no relatório deste ano. Foram transferidas as atividades (Imagens 3, 4 e 5), incorporados todos os bens do *Vacinogênico*, como consta o Inventário presente no Relatório deste ano, e alguns funcionários foram transferidos: Gabriel Girandon Júnior, escriturário experiente, e os ajudantes Eugenio Morrone, Donato Damato e Manasses de Oliveira, que integraram a transição de institutos, colaborando com seus conhecimentos das práticas técnico-administrativas na produção da vacina variólica.

Imagem 3 - Laboratório Industrial do *Instituto Vacinogênico* no Butantan



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública. Sem data.

Imagem 4 - Laboratório do *Instituto Vacinogênico* no *Butantan*, sala de vacinação de vitelos



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública. Sem data.

Imagem 5 - Sala com baia para vitelos nas instalações do *Instituto Vacinogênico* no *Butantan*

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública. Sem data.

Sob responsabilidade do *Butantan*, as práticas da produção da vacina variólica sofreram adaptações, e o Instituto adquiriu as técnicas de produção industrial efetuadas pelo agora extinto *Vacinogênico.* Em 1925, a Seção da Vacina Jenneriana, como foi nomeada a parte que recebeu a herança do *Instituto Vacinogênico*, o departamento do *Butantan* onde se produzia as vacinas variólicas, muda de direção, passando do Dr. Rocha Botelho para o Dr. José Bulcão Ribas, veterinário que também cuidava da inspeção sanitária e necropsia dos animais do *Butantan*. Já nesse ano, Ribas sinaliza em seu relatório uma série de mudanças efetuadas no processo de vacinação, abrangendo três eixos: o processo de emprego da tuberculina, da vacinação do vitelo e do tratamento da polpa vacínica. Transformações mais profundas acontecem do ano seguinte. Segundo o Relatório de 1926 do *Butantan*, uma epidemia assolou o estado de São Paulo, e as vacinas da varíola produzidas pelo Instituto apresentaram um problema grave de virulência. A diretoria, verificando "reclamações recebidas pelo Instituto quanto a falta de actividade de certas partidas de lympha diestribuida"

(RIBSP, 1926, p. 67), encarregou a direção do Serviço de Vacina Jenneriana ao Dr. José Lemos Monteiro em 11 de dezembro.

Lemos Monteiro teve de repensar as normas de preparo da vacina para conseguir um produto com virulência. Junto de seu assistente Raul Godinho, escreveu o artigo "Do preparo da lympha vacinica" (1930), mencionado anteriormente, em que descreve as tanto as instalações, quanto normatiza as práticas utilizadas para produção e purificação da polpa vacínica desde que Monteiro assumiu a chefia do serviço. Na exposição sobre as atividades do setor, são detalhados passo a passo do processo: a escolha dos animais; primeiros cuidados higiênicos; a raspagem; a vacinação; escolha da semente; o período de evolução da vacina no vitelo; a colheita da polpa; necropsia do vitelo; pesagem, glicerinamento, e primeira trituração da polpa; segunda trituração, tamisação e extração do excesso de ar; pesquisas bacteriológicas; verificação de atividade do vírus; enchimento de tubos, fechamento e embalagem. No texto, são abordados os novos métodos que se aplicam na produção da vacina, como também se aborda a manutenção de procedimentos desenvolvidos pelo agora extinto *Vacinogênico,* como, por exemplo, "o processo de enchimento [de tubos] é o utilizado pelo antigo *Instituto Vaccinogenico* de S. Paulo" (Monteiro; Godinho, 1930, p. 9). Avalia-se que o processo de incorporação tecnológica foi bem-sucedido, uma vez que o *Instituto Serumtherapico* adaptou o processo de produção da vacina, introduziu novidades e absorveu procedimentos, inclusive do antigo *Vacinogênico*. Lemos e seu assistente Godinho, formatam o sistema de produção da vacina animal, antecedentes da vacinação de produção in ovo.

Considerações finais

A pesquisa que orientou o artigo, e ainda está em andamento, estudou mais profundamente o complexo processo de incorporação do *Instituto Vacinogênico* ao *Butantan*. Esta avaliação preliminar da anexação procurou trazer algumas respostas pelo exame de fontes e bibliografia, ainda havendo espaço para novos debates sobre o assunto. O trabalho de análise documental abriu o diálogo entre diferentes acervos, como os dos Centros de Memórias do Instituto Butantan e da Faculdade de Saúde Pública, todos convergindo para uma interpretação que observa a complexidade desse momento da história da ciência paulista na década de 1920. Deve-se considerar que, assim como o governo, a sociedade e a economia vivenciavam um tempo de intensas transformações focadas na

"ordem e progresso", e a dinâmica do serviço sanitário também sofreu alterações profundas nas suas primeiras décadas de existência, remodelado constantemente. A ciência da imunologia ganhou grande reconhecimento social, expandindo-se conforme o estado crescia.

Com o contexto de florescimento dos laboratórios experimentais medicinais, há uma disputa de poder junto aos atores envolvidos (laboratórios e cientistas) no Serviço Sanitário. O *Vacinogênico* atuou competentemente durante toda sua existência, cumprindo sua missão institucional, mas com um grande potencial desperdiçado para formação de pesquisas científicas inéditas e diversificação de fármacos. O *Butantan* tornou-se referência, desenvolvendo teorias pioneiras na saúde que marcaram a trajetória da história da ciência permanentemente. A reforma de Paula Souza de 1925, com seu impulso centralizador, levou o embate entre instituições científicas às últimas consequências, colocando em pauta qual deveria deixar de ser uma autarquia, e qual aumentaria de tamanho, concentrando a produção de todos os imunizantes do estado de São Paulo em suas mãos. No fim, comparados os actantes mobilizados por cada um, há uma inevitável vantagem do *Instituto Butantan*. A entidade científica progrediu o aperfeiçoamento da produção da vacina variólica, incorporando suas tecnologias aos procedimentos importados do *Vacinogênico*, e adaptando aquilo que o mesmo trouxe para outras atribuições da corporação. Houve um processo de adaptação entre 1924 e 1926, mas, a partir daí, o *Butantan* atuou como protagonista da luta contra a varíola, iniciando seus trabalhos originais na área com nomes como o Dr. José Bulcão Ribas e o Dr. Lemos Monteiro.

O presente artigo procurou esclarecer algumas das questões desses antecedentes, demonstrando alguns dos prognósticos encontrados acerca dessa anexação que legou a responsabilidade pela produção da vacina contra a varíola ao *Butantan*. Pensando na história da saúde pública, o estudo deste processo de incorporação tecnológica contribui na discussão sobre os desenvolvimentos técnicos-científicos realizados nos diferentes laboratórios brasileiros de pesquisa científica, além de situar este processo numa ampla discussão sobre a remodelação da saúde paulistana na década de 1920 e o fortalecimento do *Instituto Butantan* no cenário institucional sanitário. A partir desta incorporação, o *Butantan* adquiriu as técnicas da vacina animal contra a varíola, utilizados até 1970 (Soares, Solosano, 2005, p.24), ano em que se começou a utilizar a produção em ovinos no Instituto. Em 1971, a varíola foi oficialmente erradicada do Brasil. Para

conquistar esta marca, o *Butantan* foi considerado fundamental (Soares, Solosano, 2005), aperfeiçoando a vacina antivariólica herdada do extinto *Vacinogênico*.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Fotografias do acervo do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo.

Fundo Documental Instituto Vacinogênico (1892 – 1927)/FDIV. Acervo do Centro de Memória do Instituto Butantan.

MONTEIRO, L.S.T.; GODINHO, R. Do preparo da linfa vacínica. **Memórias do Instituto Butantan**. São Paulo, Tomo V, 1930.

SOUZA, G. H. de P. (2015). O Estado de São Paulo e alguns de seus serviços de saúde pública. **Boletim Do Instituto De Higiene De São Paulo**, n. 17, p.3-24, 1923.

Relatórios da Direção do Instituto Butantan ao Serviço Sanitário de São Paulo/RIBSP (1924-1926). Acervo do Centro de Memória do Instituto Butantan.

Relatórios da Direção do Instituto Vacinogênico ao Serviço Sanitário de São Paulo/RIVSP (1892-1918). Acervo do Centro de Memória do Instituto Butantan.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.º 94, de 20 de agosto de 1892. **Cria um Instituto Vaccinogenico**. São Paulo, 20 ago. 1892. Diário Oficial do Estado de São Paulo, n.º376, p. 3906, ago. 1892

SÃO PAULO. **Resolução do Tesouro do Estado**, de 6 de abril de 1893. Diário Oficial do Estado de São Paulo, n.º 547, p. 6237, 7 abr. 1893.

SÃO PAULO. **Secretaria do Interior.** Diário Oficial do Estado de São Paulo, n.º 33, p. 990, 10 fev. 1923.

Bibliografia

ASSIS, G. P de. Do Instituto de Veterinária à Escola de Medicina Veterinária de São Paulo (1919 - 1937). In: VISINTIN, J. A. (org.). **Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo**: 100 anos de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, 2019.

BLOUNT III, J. A. A administração da saúde pública no estado de São Paulo: O serviço sanitário, 1892-1918. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 40-48, dez. 1972.

CAMPOS, C. de. **São Paulo pela Lente da Higiene**: As Propostas de Geraldo Paula Souza para a Cidade (1925 - 1945). São Carlos: RiMa, 2002.

DANTES, M. A. M.; SILVA, M. R. B. da (org.). **Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867 - 1920).** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

DANTES, M. A. M. O Instituto Vacinogênico de São Paulo– Uma instituição de saúde pública no bairro do Cambuci (1894–1924). **Cadernos de História da Ciência**, v. 12, n. 2, p. 10-29, 2016.

FERNANDES, T.M. **Vacina Antivariólica**: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

HOCHMAN, G. **A Era do Saneamento**: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

IBAÑEZ, N.;WEN, F. H.; FERNANDES, S. C. G. Instituto Butantan: História Institucional - Desenho metodológico para uma periodização preliminar. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115–144, 2005.

LATOUR, B. **A ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000. FapUNIFESP (SciELO).

MASCARENHAS, R. dos S. História da saúde pública no Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 3-13, fev. 2006.

MOTA, A.; SCHRAIBER, L. B. Institucionalização da saúde pública paulista nos anos 1930-1940. **Revista de Saúde Pública** (Impresso), v. 47, p. 839-845, 2013.

SOARES, M. A.; SOLOSANO, A. Apontamentos acerca da luta contra a varíola. **Cadernos de História da Ciênci**a, v. 1, n. 1, 2005.

TEIXEIRA, L. A.; ALMEIDA, M. de. Os primórdios da vacina antivariólica em São Paulo: uma história pouco conhecida. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 475-498, 2003.

TELAROLLI JUNIOR, R. **Poder e saúde**: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

Temporalidades

Do átomo ao Estado: uma análise sobre as controvérsias do discurso modernizador autoritário na política militar brasileira (1964-1985)

From Atom to State: An Analysis of the Controversies in the Authoritarian Modernizing Discourse in Brazilian Military Politics (1964-1985)

Iandry Jessica Ferreira Soares
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
iandryjessica.s@gmail.com

Victor Hugo Silva de Paiva
Mestrando em Física
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
victorakpaiva@gmail.com

Recebido: 30/04/2023
Aprovado: 12/09/2023

Resumo: A Ditadura Militar mudou o rumo da história do Brasil, estabelecendo uma nova política repressiva que colocou fim ao sistema democrático implantado em 1946. Para legitimar o seu poder, os militares utilizaram um discurso de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico, apresentando a energia nuclear como uma opção promissora para modernizar e demonstrar a capacidade do país como avançado. No entanto, essa tentativa de buscar um Brasil moderno acabou se tornando contraditória ao próprio discurso modernizador em que se apropriaram, uma vez que se torna um instrumento autoritário. Assim, o objetivo deste artigo é analisar essas controvérsias que giraram em torno dos projetos de modernização, especialmente, no que tange a energia nuclear no Brasil durante os Anos de chumbo. Compreender essas controvérsias é crucial para entender como a ciência e a tecnologia podem ser usadas como ferramentas estratégicas para aplicar uma política autoritária e como suas aplicações podem gerar consequências negativas para o desenvolvimento nacional do país.

Palavras-chave: controvérsias; ditadura militar; energia nuclear.

Abstract: The Military Dictatorship changed the course of Brazil's history by establishing a new repressive policy that put an end to the democratic system implemented in 1946. To legitimize their power, the military used a discourse that encouraged technological and scientific development, presenting nuclear energy as a promising option to modernize and demonstrate the country's capacity as an advanced nation. However, this attempt to seek a modern Brazil ended up becoming

contradictory to the modernizing discourse they appropriated, once it became an authoritarian instrument. Thus, the objective of this article is to analyze these controversies that revolved around modernization projects, especially regarding nuclear energy in Brazil during the Years of Lead. Understanding these controversies is crucial to comprehend how science and technology can be used as strategic tools to apply an authoritarian policy and how their applications can generate negative consequences for the country's national development.

Keywords: controversies; military dictatorship, nuclear energy

Introdução

Com a ascensão da Ditadura Militar e o fim do sistema democrático e republicano implantado em 1946, os militares buscavam legitimar seu poder através do discurso que enfatizava um desenvolvimento modernizador, embora autoritário (MOTTA, 2014, p. 11a). Isto significava que, para preservar a manutenção do *status quo* e da ordem tradicional, precisou-se implementar pautas modernizadoras que estimulassem o combate à esquerda revolucionária. Essas pautas também serviram como um forte instrumento governamental na expectativa de acelerar o progresso econômico, tecnológico, científico e industrial (MOTTA, 2014, p. 289a).

No entanto, a modernização autoritária se torna contraditória e ao mesmo tempo paradoxal dentro do discurso militar, uma vez que apresentava três fontes ideológicas que divergiam entre si, sendo elas: o conservadorismo, o liberalismo e o nacionalismo autoritário (MOTTA, 2014, p. 288-290a). A única característica consensual que unia esses grupos distintos era o desejo de tirar o poder de um governo que, para eles, caminhava rumo à catástrofe (MOTTA, 2014, p. 21b).

Na ideia de implementar esse projeto, o governo militar brasileiro propôs um plano de fornecimento de energia elétrica baseado na construção de usinas operando por meio do processo de fissão nuclear. Isso se torna crucial para esse cenário brasileiro devido a contribuição que a produção de energia nuclear poderia acarretar para uma alternativa promissora da geração de energia elétrica. A ciência e a tecnologia foram concebidas como "alavancas" para o crescimento econômico e industrial, sustentando que o progresso tecnológico, em sentido amplo, que abrangia a educação, a pesquisa e a inovação, representava um fator cada vez mais crucial para aumentar a capacidade de competição entre as nações (MALLMANN, 2020, p. 32).

O processo de produção de energia nuclear ocorre, de forma geral, ao bombardear nêutrons em um núcleo de um átomo de urânio (U-235). Esse fenômeno libera grandes quantidades de energia, visto que esse bombardeamento é suficiente para quebrar as ligações entre os prótons e nêutrons que estão presentes no núcleo de U-235 (EISBERG; RESNICK, p. 752). Essa liberação de energia pode ser captada e usada para diversas atividades humanas, e para uma compreensão maior da importância da energia nuclear, tomemos como exemplo a produção de energia a partir de 1 kg de Urânio-235, uma vez que, com apenas metade dessa quantidade seria possível abastecer uma cidade de cerca de 250 mil pessoas por um mês, e esse valor de abastecimento energético equivale a 2 milhões de litros de óleo diesel ou 2400 toneladas de carvão (TAVARES, 2019, p. 26). Em decorrência disso, logo surgiram nos centros de pesquisas usinas com dispositivos conhecidos como reatores, que são capazes de gerar energia de forma controlada, autossustentável e segura.

Porém, entramos em contato com as controvérsias do regime militar, onde veremos ao longo do artigo uma relação complicada entre os militares, os cientistas, as universidades e as pesquisas (CLEMENTE, 2005, p. 8). Assim, a Ditadura Militar manifestou-se como duas concepções distintas, sendo, ao mesmo tempo, destrutiva e reformadora, já que buscava legitimar o seu poder por meio de um impulso modernizador, embora de maneira repressiva e violenta (MOTTA, 2014, p. 21b).

Portanto, o presente artigo tem como objetivo apresentar as controvérsias que giraram em torno dos projetos de produção de energia nuclear no Brasil durante os governos de 1964 a 1985, onde teremos na História do nosso país uma sequência de militares no poder. Todos os governos militares deste recorte temporal prometiam um país moderno, desenvolvimentista e tecnológico, mas veremos que determinadas iniciativas fizeram com que esse caminho não fosse concretizado. Este trabalho será dividido em duas fases. A princípio serão examinados, de forma breve, mensagens para o Congresso Nacional e discursos em cerimônias, dos governos anteriores à presidência de Castelo Branco, como Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, tendo em vista que suas ações tiveram um impacto direto na construção do discurso modernizador e autoritário dos militares.

Depois desse contexto, serão analisadas as falas dos militares no poder e os feitos que cada um propôs a fazer no que se refere à energia nuclear. Nessa direção, iremos expor as controvérsias do regime militar no que diz respeito aos discursos usados por eles, especialmente no que está ligado

com o desenvolvimento do avanço e da ciência no país. Para alcançar esse objetivo, adotamos duas abordagens metodológicas, a pesquisa de fontes orais e documentais a fim de chegar a uma maior compreensão sobre esse assunto. Deste modo, usamos registros oficiais, tais como decreto, documentos originados de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPMIs), mensagens presidenciais para o Congresso Nacional, boletins informativos e também, o uso de registros jornalísticos. Além disso, será usado depoimentos de pessoas, fontes históricas orais, que possuem o potencial de oferecer as narrativas e memórias de pessoas que experienciaram diretamente os acontecimentos desse período, proporcionando então informações importantes que muitas vezes não estão presentes nas fontes documentais.

Neste espaço, é importante explicarmos a escolha da frase "discurso modernizador autoritário", visto que desempenha um papel fundamental para a compreensão das nossas considerações neste trabalho. O discurso modernizador autoritário usado neste trabalho é uma expressão tirada das obras de Rodrigo Patto, onde ele analisa a estratégia usada pela Ditadura Militar ao legitimar seu poder e ações, apresentando-se como agentes de modernização, progresso e uma boa transformação para a sociedade. Esse tipo de discurso procura criar uma imagem governamental que tende a buscar reformas e mudanças para melhorar diversos aspectos da vida social, econômicos e políticos. No entanto, o autor Rodrigo Patto nos mostra que ao invés de abraçar a modernidade, esses governos frequentemente adotaram abordagens antagônicas, recorrendo a métodos repressivos, censura, perseguição política e o uso desmedido da violência contra qualquer ideia discordante.

Além disso, ao explorarmos a interligação entre a análise política e a análise linguística, queremos trazer que o termo "discurso" não é apenas empregado para representar as expressões verbais que surgem em momentos políticos específicos. Para isso, usamos a perspectiva da Análise do Discurso (AD), citada na obra "Analisando o discurso – Na ciência da linguagem, o termo "discurso" vai muito além daquele feito pelos políticos", da autora Helena Brandão, onde concebe o discurso como um produto complexo, fortemente influenciado pelas condições circundantes que moldam sua criação, ou seja, elas englobam um conjunto de fatores históricos, sociais, culturais e ideológicos que permeiam a gênese de um enunciado. Através dessa lente analítica, é possível desenterrar não apenas

os aspectos superficiais das palavras proferidas, mas também os significados subjacentes e as intenções subjacentes que emergem das complexas interações entre linguagem e contexto.

O caminho para a catástrofe?

Apesar das primeiras usinas nucleares só terem sido instaladas no Brasil durante o governo militar, isso pode levar a uma falsa impressão de que o país não tinha acesso à tecnologia nuclear de nenhuma natureza, o que não é verdade, pois na segunda metade dos anos 1950 ocorreram esforços para o estudo e uso dessa tecnologia no Brasil. Dentre os profissionais, agentes e forças nesse projeto, estava o Alm. Álvaro Alberto da Motta e Silva, e juntos elaboraram e criaram institutos e centros de pesquisa nucleares para aplicação médica, pesquisa e formação de profissionais a partir do uso dos primeiros reatores nucleares produzidos e operados no Brasil (TAVARES, 2019, p. 29). Portanto, essas ações e instituições se marcam como pioneiras no desenvolvimento de pesquisa e tecnologia nuclear, iniciando o Brasil na era do átomo.

Nesse prelúdio nuclear brasileiro, destaca-se, em 1957, o reator nuclear IEA-R1, que foi o primeiro em operação no Brasil, e isso ocorreu no Campus da Universidade de São Paulo (Capital) pelo atual Instituto de Pesquisas Energéticas Nucleares, anteriormente chamado de Instituto de Energia atômica. Após isso, em 1960 foi colocado em operação o reator TRIGA Mark-1 no Campus Pampulha, da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo atual Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, anteriormente nomeado de Instituto de Pesquisas Radioativas (TAVARES, 2019, p. 30). Aqui, é possível verificar que os projetos de instalação de usinas nucleares no Brasil não foram os primeiros contatos nacionais com a tecnologia nuclear, pois já existiam centros no país com reatores funcionais direcionados para pesquisa, aplicação e produção de isótopos de elementos. Então, é possível ver que as discussões e implementações sobre a questão nuclear no Brasil se iniciaram fortemente a partir da segunda metade dos anos 1950.

Dado esse contexto, podemos nos beneficiar em analisar brevemente a questão atômica durante o governo dos presidentes Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros e João Belchior Marques Goulart, dado que, será de suma importância para a comparação de suas posturas

com os governos militares em seguida, especialmente considerando que esses três presidentes tiveram uma postura nacional com relação ao desenvolvimento de tecnologia nuclear.

Ao assumir a presidência do Brasil, Juscelino Kubitschek estabeleceu como prioridade a aceleração do desenvolvimento econômico do país. Para atender às demandas dos setores autonomistas presentes no Executivo e na sociedade brasileira e conciliar as pressões internas de diversos indivíduos e grupos políticos, JK vislumbrou a necessidade de se preparar para a "era das usinas nucleares" (JESUS, 2011, p. 843). O presidente propôs a construção de usinas nucleares de pequeno porte como parte do processo de expansão da indústria de eletricidade, e trabalhou para capacitar engenheiros a utilizarem a tecnologia nuclear envolvida (ibidem, 2011, p. 843). Além de ver a energia nuclear como uma oportunidade para promover o desenvolvimento tecnológico brasileiro, JK também acreditava que essa fonte de energia poderia ser usada para combater o subdesenvolvimento do país (ibidem, 2011, p. 843). Assim dizia Kubitschek,

> desde as mais elementares aplicações das radiações em processos, industriais, ao emprego da fissão de urânio na produção da energia elétrica e de propulsão, vastas possibilidades se oferecem à atividade humana e lhe prometem novas e extraordinárias conquistas, no campo da saúde, do bem-estar e da riqueza coletiva (BRASIL, 1960, p. 252).

Além disso, Juscelino Kubitschek acrescentava que:

> Surgido sob a pressão da guerra, como o mais aterrador dos recursos bélicos de todos os tempos, o aproveitamento da energia nuclear logo deixou entrever, porém, que em vez de destruição podia trazer criação, em vez de provocar a morte, podia cooperar com a vida. Os luminosos caminhos que abria à cultura dos povos e à felicidade humana inspiraram, por isso, às nações, um trabalho associado, uma ação conjunta, que permitisse ampliar e aprofundar as excelências com os "Átomos para a Paz", pelo benefício comum da humanidade (BRASIL, 1960, p. 253-254).

Diante desses pronunciamentos, o presidente JK criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e intitulou um grupo de indivíduos para tomar a frente dessa nova organização para o setor de energia nuclear (JESUS, 2011, p. 843). Para viabilizar essa empreitada, JK empenhou-se em habilitar engenheiros a utilizarem a tecnologia nuclear envolvida (ibidem, 2011, p.

843). Não obstante, Jesus (2011, p. 843) nos adverte que nenhum desses indivíduos nomeados para a Comissão Especial atuaram de fato na área nuclear[1].

Já em 1961, apesar do breve governo, foi durante a gestão de Jânio Quadros que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) criou o projeto para a construção de uma usina nuclear na região do rio Mambucaba, localizado na porção Sul do Estado do Rio de Janeiro. Além da proposta da construção da usina, o projeto tem destaque pelo fato de ter exigência de que a maior parte dos componentes do reator da usina deveriam ser de produção nacional. Posteriormente ficou estabelecido que 80% do reator deveria ser de peças fabricadas pela indústria brasileira e que ele funcionaria com urânio natural e refrigeração por gás (OLIVEIRA, 1991, p. 137-138). Devido à renúncia de Jânio Quadros, o projeto de construção da usina não avançou, mas ele deixou o importante marco de priorizar uma tecnologia de reator atômico que fosse construída com a valorização da indústria local.

No governo do presidente João Goulart ocorreu a permanência das medidas do setor nuclear que beneficiam a ala nacional ao propor determinações que favoreciam a autonomia energética do Brasil e também uma forte participação dos aparatos industriais nacionais. Dentro disso, a CNEN ganhou maior autonomia financeira e administrativa, que proporcionou uma maior liberdade nas propostas políticas que eram relacionadas com o setor nuclear (OLIVEIRA, 1991, p. 139). Dadas essas condições e as inclinações à corrente nacional de João Goulart, o presidente enviou ao congresso, em 1964, uma carta recomendando a construção da primeira central nuclear do Brasil, motivado para evitar um futuro problema de abastecimento energético. Dentro dessa proposta, que deveria ser um projeto de longo prazo entre Governo e setor privado, foi sugerido o uso de reatores que operassem com urânio natural, que poderia ser extraído dentro do próprio país, e a construção com máxima participação da indústria brasileira (ibidem, 1991, p. 140). Então, a proposta de João

[1] O autor Jesus apud Andrade & Santos (2011, p. 843) nos informa que os nomeados para o cargo foram: o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares; da Guerra, Henrique Teixeira Lott; da Marinha, Antonio Alves Câmara; da Aeronáutica, Henrique Fleiuss; e da Agricultura, general Ernesto Dornelles; o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Anor Teixeira dos Santos; o secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento, o engenheiro Lucas Lopes; o vice-presidente do CNPq, Joao Christovão Cardoso; e o chefe do gabinete militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general de brigada Nelson de Mello (Andrade & Santos, 2009, p.226-227).

Goulart era salutar à indústria e mão de obra nacional, pois dessa forma o projeto nuclear brasileiro seria menos dependente de profissionais, materiais e equipamentos que viessem dos estrangeiros.

Prólogo do projeto brasileiro de usinas nucleares

Pelos discursos, observamos que a ciência era essencial para o desenvolvimento do país, onde acarretaria uma série de investimentos e financiamentos na pesquisa científica no intuito de acelerar o progresso econômico, tecnológico, científico e industrial (MOTTA, 2014, p. 289). Como também em outras falas presidenciais, que foram colocadas neste artigo, podemos afirmar que todos os planos nacionais que discursavam sobre esse desenvolvimento almejavam inovações para aumentar o poder brasileiro em grande parte dos setores econômicos.

O governo de Castelo Branco, por exemplo, foi marcado pelo passo inicial, que se perpetua nos governos militares seguintes, onde se apoiou medidas que priorizavam a produção de energia nuclear com base em recomendações e modelos externos, afinal, a modernização brasileira nesse período estava intrinsecamente ligada com os moldes estadunidenses, barrando o conhecimento e a produção dos cientistas brasileiros (MOTTA, 2014, p. 67-70). Mas veremos a seguir que ao mesmo tempo que ocorreu essa simpatia aos modelos externos, também ocorreu uma confusa sinalização à valorização da formação de profissionais e pesquisadores no Brasil no setor nuclear. Em fase com isso, em uma mensagem de 1965 ao Congresso Nacional, o presidente diz:

> No tocante à energia nuclear, concentrar a atividade na formação de técnicos, na pesquisa, na prospecção, na produção de isótopos e, eventualmente, na instalação de uma usina átomo-elétrica pioneira. A energia atômica não deve ser considerada como fonte geradora de energia elétrica em larga escala.(BRASIL, 1965, p. 131).

Não obstante, o próprio presidente discursou a seguinte frase: "Sentimo-nos honrados em tê-los aqui, discutindo, com técnicos e organizações brasileiras, problemas e métodos científicos numa área cuja importância aumenta, dia a dia, no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil (BRASIL, 1966, p. 92)".

Nessas declarações presidenciais, podemos interpretar que formar profissionais e criar tecnologia para a área nuclear eram ações que tinham a atenção do governo, como também a construção de uma usina nuclear, embora o presidente considerasse que a energia nuclear ainda não seria capaz de ser usada em grandes quantidades. Dois anos depois, Castelo Branco expressou em uma mensagem para o Congresso Nacional, em 1967, que o Brasil seria beneficiado se ficasse em expectativa pelo desenvolvimento das tecnologias nucleares (OLIVEIRA, 1991, p. 141). Dessa forma, caberia ao Brasil, diante de tal expectativa, ser um espectador de todo o processo de aprimoramento da energia nuclear, conduzido por nações que investiam nessa área.

Comparando a mensagem de 1965 com a de 1967, é possível verificar um passo para trás na fala de Castelo Branco com relação ao desenvolvimento e ações no campo nuclear, posto que, inicialmente, foi proposto investimentos em pesquisa, mão de obra e também na produção de energia. Porém, dois anos depois ele determina o Brasil a um papel passivo e contemplativo com respeito às mesmas propostas que ele emitiu.

A política nuclear brasileira se transformou com o passar dos acontecimentos internacionais, pois o Brasil assinou acordos como o Tratado de Não-proliferação das Armas Nucleares, ao mesmo tempo que se posicionava querendo o uso de tecnologia nuclear para fins pacíficos (OLIVEIRA, 1991, p. 142), ou como reforça Patti (2014, p. 7) "o Brasil interessou-se em adquirir o domínio desta energia para fins científicos, médicos, industriais e militares." Então, anseio brasileiro pelo uso de tecnologia nuclear para fins pacíficos suscitou certa oposição às grandes potências detentoras de tecnologia nuclear, uma vez que uma das formas de se produzir energia nuclear é através do enriquecimento de Urânio-235, técnica que também pode ser utilizada para produção bélica atômica.

Com isso, podemos comparar as políticas nucleares dos governos de Jânio Quadros e João Goulart com as do início do regime militar, e é possível interpretar que os dois governos anteriores aos de Castelo Branco foram muito mais zelosos pela indústria e profissionais nacionais, pois deixavam explícita a participação e importância da mão de obra e produtos brasileiros na construção de uma usina nuclear. Em termos de projeto, o governo de João Goulart entendia que a questão nuclear no Brasil deveria ser um grande projeto de longo prazo, pois avanços tecnológicos e pesquisas são feitos em conjunto para a construção de saberes consistentes. Por outro lado, a gestão

de Castelo Branco colocou o Brasil para apenas contemplar os avanços dessa tecnologia em outros países, deixando a impressão de nação passiva com relação ao desenvolvimento de pesquisas e projetos brasileiros nessa área. Isso em nenhuma hipótese significa que não havia produção de ciência no Brasil na área nuclear, mas indicava que o governo parecia não ter grande apreço para que o país desenvolvesse propriedade intelectual nessa área.

Em 26 de junho de 1967, o presidente Marechal Arthur da Costa e Silva proferiu um discurso durante a cerimônia de assinatura do contrato de financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Na ocasião, expressou seu desejo de empregar a tecnologia nuclear para fins pacíficos, enfatizando que a geração de eletricidade por meio dessa tecnologia desempenhava um papel crucial no desenvolvimento nacional, na segurança interna e no progresso da América Latina.

Em 26 de junho 1967, o presidente Marechal Arthur da Costa e Silva na ocasião da assinatura do contrato de financiamento, pelo banco interamericano de desenvolvimento (BID), discursa sobre o seu desejo de utilizar a tecnologia nuclear para fins pacíficos, alegando que no programa de seu governo a produção de eletricidade por meio da tecnologia atômica era crucial para o desenvolvimento nacional, segurança interna e progresso da América Latina:

> A política nacional de energia nuclear estabelecida pelo meu governo, e ora em fase de elaboração formal, considera que a utilização pacífica da energia atômica será fator preponderante do desenvolvimento nacional, interessando à nossa segurança interna e também à perspectiva de progresso de toda a América Latina (BRASIL, 1967, p. 234).

Nesse mesmo discurso, o presidente manifesta a ordem para o Ministério de Minas e Energia, em parceria com a CNEN, elaborar um programa com recomendações para instalar a primeira usina nuclear no Brasil:

> O considerável progresso tecnológico, observado nestes últimos anos, na utilização da energia nuclear para a produção de eletricidade, impele o Brasil, obrigatoriamente, a se utilizar e manter-se preparado para a aplicação de novos e prodigiosos recursos postos ao alcance do homem. Adianto aqui que já determinei ao Ministro das Minas e Energia que, em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, elabore um programa de produção comercial de eletricidade, com base na energia do átomo, incluindo uma recomendação específica em relação à oportunidade, dimensão e local da instalação da primeira usina geradora núcleo-elétrica (BRASIL, 1967, p. 234).

Assim, o governo propunha fornecer meios para a formação de profissionais capacitados para atuar na área de energia nuclear. Com essa proposta, o Estado indicava que profissionais aptos seriam integrados no setor nuclear, porém, conforme já mencionado anteriormente, o Brasil já tinha mão de obra atuando na área de tecnologia e pesquisa atômica desde os anos de 1950, embora com finalidades que não eram direcionadas exclusivamente para a produção de energia a partir de uma usina. Com mais promessas, o governo militar ainda detém de mais uma contradição, e, para entendermos essa situação, foi necessário a utilização metodológica da história oral, no intuito de reexaminar momentos e eventos passados por meio das memórias de determinados indivíduos, uma vez que nos fazem registrar as vozes que, muitas vezes, são silenciadas. Tomando como exemplo, o depoimento de Jair Albo Marques de Souza, registrado por Marly Motta e Tatiana Coutto em 2010 no Rio de Janeiro, traz à tona a criação do "Grupo Lane":

> O fato de gostar muito de física de reatores, de projetos, levou-me a fazer vários cursos sobre o assunto e contribuiu para minha ida para a área nuclear. Certa vez um professor francês veio a Belo Horizonte dar um curso no antigo IPR, atual CDTN; interessei-me e pensei em fazer um curso exterior na área de física de reatores. Mas, em 1968, o governo decidiu que deveriam ser tomadas decisões para a construção da primeira usina nuclear, embora então não se soubesse exatamente o que fazer. Por isso, o governo pediu a participação de uma assessoria internacional constituída de vários especialistas. Nesse momento foi criado o Grupo Lane (PATTI, 2014, p. 76).

Esse grupo desempenhou um papel crucial na primeira usina nuclear, já que ninguém possuía conhecimento prévio sobre a operação nesse espaço, no entanto Jair Albo também nos informa que o Grupo Lane era composto por "Ian MacKay, do Canadá, Bellmond, da Suécia, Mr.Tilbe, do Reino Unido, Peter Magen, da Suécia, e uma pessoa da AIEA[2]" (PATTI, 2014, p. 76-77). Em resumo, era uma comunidade, que em sua maioria eram estrangeiros. A relevância dessa comunidade torna-se ainda mais patente quando consideramos a decisão do Marechal Costa e Silva de construir a primeira usina nuclear brasileira, que surpreendentemente, optou por seguir especificações que eram contrárias às recomendações da própria sociedade científica nacional e, interrompeu várias pesquisas promissoras para esse contexto (MOREIRA, 2014, p. 49).

[2] Agência Internacional de Energia Atômica

O governo optou por um modelo de usina que funcionava com urânio enriquecido, enquanto os cientistas brasileiros recomendavam operar com urânio natural (OLIVEIRA, 1991, p. 142-143). Essa escolha do governo foi duramente criticada, pois o discurso governamental girava em torno de exaltar a nação e de ter uma independência tecnológica, mas na prática aumentava a submissão do país, deixando o país dependente de fornecedores externos (ibidem, 1991, p. 142-143), tendo em vista que, mais adiante, o Brasil não tinha domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio, então a consequência disso é que o país não seria autossuficiente em combustível nuclear. Em síntese, as orientações dos cientistas brasileiros eram condenadas ao ostracismo, uma vez que eram favoráveis à construção de uma usina que operasse com urânio natural, que, conforme foi citado na mensagem de João Goulart, era encontrado em reservas minerais dentro do Brasil, enquanto o Governo militar desejava um modelo estrangeiro que funcionaria com urânio enriquecido.

Médici: Esperança renovada?[3]

Em 30 de outubro de 1969, se iniciava no regime militar: a era Médici. Essa fase ficou conhecida como a mais repressiva de todos os governos militares, embora visava elevar o país à condição de nação desenvolvida. Para alcançar esse objetivo, foi planejado uma série de investimentos nas áreas da ciência e tecnologia, com a finalidade de alavancá-las para o desenvolvimento econômico e industrial do país (CLEMENTE, 2005, p. 62-64). Em decorrência disso, Médici se apropria de estratégias discursivas para transformar o Brasil em um país avançado e em "potência" industrializada, para assim, adquirir autonomia tecnológica suficiente e não depender de outras nações desenvolvidas. Essa ação ficou conhecida como Projeto Brasil Potência.

De acordo com Mallmann (2020, p. 31), não existiu uma declaração oficial para o Projeto Brasil Grande Potência. Esse nome foi usado pela imprensa em 1970, no jornal Diário de Notícias, nas Notas políticas, para se dirigir às ações desenvolvimentistas que já existiam no país, embora mais aprimoradas (MALLMANN, 2020, p. 30-32). Entretanto, é importante mencionar que o projeto nacional de Brasil Grande Potência apresentava contradições e conflitos internos significativos.

[3] O nome do tópico foi retirado da manchete do Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, 1ª seção, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093718_05&Pesq=geisel&pagfis=3> . Acesso em: 30/04/23.

Enquanto o país buscava se tornar uma potência global, centenas de cientistas e professores universitários foram excluídos desse movimento. Em 1968, as universidades começaram a receber investimentos significativos, algo que não era comum até então e, o mesmo discurso que promovia a valorização da carreira e do salário dos professores universitários, acabou por minar parte desse esforço ao presenciarem a perseguição dos seus colegas de forma repressiva e violenta (CLEMENTE, p. 64, 2005). Segundo Clemente (2005, p. 16), "os militares brasileiros desencadearam uma "caça às bruxas", um verdadeiro "arrastão" nas universidades, nos sindicatos, nos partidos de esquerda e em entidades estudantis", uma ação que ficou conhecida como "Operação Limpeza", onde reprimiram alunos e professores envolvidos com o comunismo ou apenas por serem considerados "suspeitos" (CLEMENTE, 2005, p. 23-25).

Conforme exposto anteriormente, os cientistas sempre tiveram um posicionamento com relação a vários elementos da política nuclear do governo, e aos princípios do Brasil Potência. Diante disso, é possível pensar como o projeto modernizador autoritário tratou esse grupo de indivíduos que eram mais ativamente críticos às decisões do regime sobre política nuclear, enquadradas dentro desse Projeto Potência. Sobre o tratamento que o governo militar deu aos conhecimentos dos cientistas brasileiros, Oliveira (1991, p. 166) expõe que:

> A despeito de todo avanço na área de Física Nuclear, seu conhecimento não foi aproveitado e nem utilizado pela política governamental oficial, voltada apenas ao interesse de know-how estrangeiro. A comunidade científica permaneceu marginalizada das opções políticas e os institutos de pesquisa resumiram-se a agências formadoras de recursos humanos para resolver problemas operacionais e fornecer conhecimentos úteis, porque a política nuclear, essa política de segredo que apenas irrompe vez por outra, sempre foi implementada de cima para baixo (OLIVEIRA, 1991, p. 166).

Dentro dessas propostas de impulsionar o país, ocorreu o projeto nuclear proposto pelo governo, que visava a busca por um Brasil moderno e energeticamente independente em termos de tecnologia nuclear, mas que não contemplava esforços para buscar uma autonomia pelas vias autorais da ciência brasileira. Em 31 de março de 1972, o presidente Garrastazu Médici emite uma mensagem ao congresso (BRASIL, 1972, p. 46) em tom satisfatório sobre a concretização do projeto para a construção da Usina Nuclear de Angra dos Reis: a primeira em solo nacional e com previsão para início de construção naquele mesmo ano. O presidente também informou que uma atenção especial

deveria ser dada ao desenvolvimento de tecnologia dos reatores e também das operações que envolvem o uso do combustível nuclear, com uma projeção de que o Brasil conseguiria, em médio prazo, suprir suas próprias necessidades desse tipo de combustível.

Para ilustrar, traremos ao longo deste artigo a análise de um decreto, que é uma fonte escrita importante devido ao seu papel que registra o ato de autoria dos chefes do Poder Executivo na regulamentação de uma lei já existente, e assim, nos auxiliam na reconstrução de cenários históricos. Cumprindo com essa função, o Decreto Nº 71.207 de 5 de Outubro de 1972, vai nos apresentar uma série de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos da América com respeito às atividades econômicas e projetos envolvendo tecnologia e materiais nucleares. No artigo VII, consta:

> A Comissão (de Energia Atômica dos Estados Unidos da América) fornecerá o referido urânio enriquecido no isótopo U-235, para inventário em favor do Governo da República Federativa do Brasil, ou pessoas por este autorizadas, e nas mesma condições em que o faz para os licenciados dos Estados Unidos , providenciando, a produção ou enriquecimento, ou ambos do urânio enriquecido no isótopo U-235. A Comissão estará pronta a fornecer o urânio natural necessário, nos termos e condições que vierem a ser acordados, desde que haja comunicação oportuna de que qualquer urânio natural necessário a uma determinada entrega de urânio enriquecido, feita de acordo com tais ajustes de serviço, não possa se conseguida com razoável facilidade pelo Governo da República Federativa do Brasil, ou pessoas por este autorizadas (BRASIL, 1972).

Como podemos perceber, esse trecho revela que o Brasil firmou um acordo com o governo dos Estados Unidos para comercializar urânio enriquecido, possibilitando à nação-americana tanto a produção desse elemento a partir de suas próprias reservas, quanto o enriquecimento do urânio natural enviado pelo Brasil.

A partir dessa ação e das declarações anteriores, podemos inferir que essa medida fica em contraste com o pronunciamento feito pelo presidente em 1972, pois havia desejo por uma independência em médio prazo com relação aos combustíveis nucleares ao mesmo tempo que tal acordo facilitava que o Brasil comprasse urânio enriquecido para operar seus reatores e futuras usinas. Porém, o urânio enriquecido não era a única alternativa viável, pois o país já tinha reservas de urânio natural que poderia ser extraído e usado em modelos de reatores próprios para tal, conforme a comunidade científica brasileira apontava. O caminho mais próximo para essa independência parecia ser explorar o urânio natural do Brasil e usá-lo em usinas que funcionassem a partir do

mineral nessa forma natural. No entanto, a opção do governo foi por comprar urânio enriquecido pelo aparato dos Estados Unidos para depois ser utilizado dentro do país.

Ainda sobre este decreto, o artigo VIII estabelece algumas condições de negociação entre Brasil e Estados Unidos e diretrizes para o Brasil transferir materiais nucleares:

> Nenhum material nuclear especial produzido mediante a utilização do material transferido para o Governo da República Federativa do Brasil ou para pessoa autorizada sob sua jurisdição, de conformidade com o presente Acordo ou o Acordo Substituído, será transferido para a jurisdição de qualquer outra nação ou grupo de Nações, salvo se a Comissão (de Energia Atômica dos Estados Unidos da América) concordar com tal transferência (BRASIL, 1972).

Isso aponta que o governo de Médici assinou um contrato com os Estados Unidos de tal maneira que evidencia uma subordinação que o Brasil tinha, na medida em que os EUA detinham a autonomia para autorizar ou não a transferência de materiais nucleares para outros países. Essa citação revela uma contradição no discurso do presidente, sendo que, na carta de 1973 ao Congresso Nacional (MÉDICI, 1973, p. 43), o presidente Médici reforça novamente que a tecnologia nuclear é uma necessidade de investimento, para que as jazidas de combustíveis nacionais sejam exploradas e passem a se integrar fortemente no ciclo de produção de energia atômica. Se por um lado ele revela interesse na autossuficiência de combustível nuclear, por outro ele endossa decretos e projetos que limitam e deixam o Brasil dependente de autorização dos Estados Unidos sobre questões comerciais atômicas. Porém, nessa mesma carta o presidente apenas cita a parceria com o governo dos Estados Unidos para aquisição de combustível nuclear de forma breve, e logo em seguida cita um acordo de financiamento com a instituição *Eximbank*[4] para compra de equipamentos destinados ao projeto da primeira usina nuclear nacional, que teve sua primeira autorização de funcionamento autorizada pela CNEN em 1984 (BRASIL, 1985, p. 46).

Acordo Brasil-Alemanha

Apesar do desejo do Brasil em obter a tecnologia atômica, e a disponibilidade de fornecimento dela pelos Estados Unidos, essa parceria para obter material nuclear apresentou

[4] Banco de Exportação-Importação dos Estados Unidos.

divergência de interesse entre os dois países. Então, como será exposta a seguir, esse contrato entre Brasil e Estados Unidos foi dissolvido e o governo brasileiro buscou um acordo de fornecimento de tecnologia nuclear com a Alemanha Federal.

As propostas do contrato com os Estados Unidos não cobriam todos os interesses do Brasil de instalar usinas para enriquecimento e reaproveitamento de material nuclear (OLIVEIRA, 1991, p. 151). Porém, eles não eram a única opção para importação de tecnologia nuclear, posto que entre as décadas de 1960 e 1970 a Alemanha se tornou um dos principais exportadores de tecnologia nuclear com um local de privilégio no mercado atômico mundial (DARELLA, 1989, p. 157 e 158, apud ibidem, 1991, p. 155). Logo, o Brasil consultou a Alemanha Federal, e os dois países estabeleceram a proposta de transferir a tecnologia nuclear alemã para o Brasil sem restrições e de acordo com os interesses brasileiros que não foram satisfeitos pelos Estados Unidos (ibidem, 1991, p. 151-155).

Durante o mandato de Ernesto Geisel (1974-1979), Brasil e Alemanha Federal firmam um acordo nuclear para trazer a tecnologia de enriquecimento de urânio para o Brasil, fazendo com que o país tivesse que assinar um compromisso com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de não usar essa tecnologia para fins bélicos. Então, esse acordo entre os dois países fez com que o anterior, entre Brasil e Estados Unidos, fosse rompido (KURAMOTO, APPOLONI, 2002, p. 382). Todo o processo e desdobramentos desse acordo é extenso e não está no escopo desta escrita perscrutar todas as bases legais da relação nuclear entre Brasil e Alemanha. Apesar disso, é importante para o contexto deste artigo analisar as justificativas e ações do governo, colocando-as em um processo de análise. Para isso, analisaremos o registro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 1990 a fim de apresentar declarações técnicas de parte da comunidade científica sobre as ações e projetos nucleares do regime militar, pois uma CPMI tem potencial para propor depoimentos e investigar situações ligadas ao Poder Público.

Sobre o acordo entre Alemanha Federal e Brasil, o Professor José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia (1990-1991), afirmou na CPMI de apuração do Projeto Nuclear Paralelo que:

> O Governo Geisel abraçou, contudo, prematuramente, em 1977, uma opção que foi a compra de um imenso pacote tecnológico da Alemanha, que envolvia aquisição e/ou construção de 8 reatores nucleares de grande potência a serem instalados até 1990. As escolhas tecnológicas, sobretudo na área de enriquecimento

> de urânio, foram equivocadas, além do fato que o País não necessitava, em 1975, quando se iniciou Itaipu, e nem no presente, de energia nuclear para a geração de eletricidade (BRASIL, 1990, p. 87).

O governo afirmou que o uso da energia nuclear era essencial para que o Brasil tivesse maior diversificação de matrizes energéticas e ficasse menos dependente do petróleo, além de que o país tinha direito de enriquecer urânio para realizar suas operações com mais autonomia, e a Alemanha Federal concordou com os termos brasileiros (OLIVEIRA, 1991, p. 162-164). Pelo discurso, a atuação do Brasil importar tecnologia para enriquecer o próprio urânio para ser usado internamente proporcionaria uma maior independência de energia nuclear ao país, pois ele passaria a produzir os próprios combustíveis e ficaria menos dependente dos fornecedores estrangeiros. Essas justificativas governamentais foram questionadas pela ala dos cientistas brasileiros, levando em conta que a energia nuclear não era um equivalente apropriado para substituir o petróleo, já que este era usado em larga escala no setor de transportes (OLIVEIRA, 1991, p. 165), e não era possível fazer com que os automóveis passassem a serem movidos por energia atômica.

Além disso, o governo novamente tentava conquistar uma autonomia nuclear a partir de uma tecnologia que o Brasil ainda não dominava: o enriquecimento do urânio. Convém salientar que o urânio natural foi uma alternativa apresentada pelos cientistas brasileiros anteriormente, em que a escolha do Governo pelo reator de urânio enriquecido foi um equívoco, segundo o depoimento de Goldemberg, que também falou sobre a comunidade acadêmica e decisões prematuras do governo Geisel com relação à política nuclear. Partindo disso, Goldemberg relatou que "o problema que se colocava era o de dominar a tecnologia nuclear em todos os seus aspectos, o que poderia e deveria ter sido feito em institutos de pesquisa e em universidades" (BRASIL, 1990, p. 87). Essa análise evidencia, mais uma vez, a determinação dos militares em conquistar a tecnologia nuclear, porém, sem recorrer à comunidade científica nacional.

Prosseguindo com a análise ao acordo proposto pelo Governo Geisel, Kuramoto e Appoloni (2002, p. 383) apontam uma contradição relacionada ao financeiro e estimativas do projeto, em que:

> Outras contradições surgiram, por exemplo no orçamento do projeto nuclear brasileiro. O custo inicial da construção de 8 usinas nucleares era de U$ 10 bilhões, o qual mais tarde atingiu os U$ 36 bilhões. Além disso, o custo por kW da energia nuclear seria de U$ 400.00, que mais tarde passou a U$ 3000.00, enquanto que o da

> energia hidrelétrica, na época, era de U$ 300.00. Erros ou aparentes disfarces como esses, revelaram a pressa que os militares tinham em adquirir a tecnologia nuclear (KURAMOTO, APPOLONI, 2002, p. 383).

Uma outra contradição com relação ao desejo de independência energética nuclear do governo foi o fato de que o Brasil estaria importando equipamentos e técnicas da Alemanha, deixando o país dependente do aparato alemão por tempo indeterminado. Então, devido às repercussões e dificuldades técnicas logo na fase inicial do projeto, o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha foi paralisado e todas as medidas foram suspensas, deixando a política nuclear do governo brasileiro com um tom de desmoralizada (KURAMOTO, APPOLONI, 2002, p. 383).

Programa nuclear paralelo: secreto e oculto?

Após fracassos dentro do projeto nuclear nacional, o governo de João Baptista Figueiredo decide instalar, de maneira sigilosa, o Programa Nuclear Paralelo ou Autônomo com objetivo de desenvolver tecnologia para fabricação de urânio enriquecido (OLIVEIRA, 1991, p. 349-350). O enriquecimento de urânio é um dos processos necessários para a construção de armas nucleares, então a realização desse projeto deveria ser secreta para burlar fiscalizações da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Nessa mesma linha, durante a CPMI de 1990, o professor Goldemberg, expôs sobre o projeto autônomo:

> O segredo que cercou essas atividades, na opinião do Prof. Goldemberg, se devia menos à necessidade de impedir pressões externas sobre o Programa, mas o de garantir verbas fáceis e de que não seria devidamente fiscalizado pelos órgãos próprios do Governo. Em consequência desse sigilo e falta de controle é que se desenvolveram atividades quase clandestinas dentro do próprio Governo e que levaram aos planos de fazer armas nucleares (Projeto Solimões) (BRASIL, 1990, p. 88).

Tais planos para o uso de tecnologia nuclear com finalidade militar se mostra controverso como todo o discurso dos governos anteriores, pois partindo dos discursos e motivações que citamos anteriormente, vimos que o Projeto Nuclear do Brasil sempre se enquadrou para usar a tecnologia atômica em finalidades pacíficas, exemplo disso foram os acordos assinados ao longo dos anos, em especial o citado anteriormente com os Estados Unidos. Não é objetivo deste trabalho

investigar se os governos anteriores teriam intenções de criar algo semelhante ao Projeto Nuclear Autônomo, mas a questão é que, conforme foi exposto, o governo de Figueiredo adentrou na clandestinidade nuclear, colocando em dúvida possíveis intenções pacíficas em seu governo com relação à política atômica. Esse Projeto Autônomo foi composto por personalidades e profissionais ligados a setores importantes dentro da sociedade brasileira, tal que:

> Em 1979, Rex Nazaré Alves assume a presidência da CNEN, e junto ao IPEN, completou o grupo de coordenação do programa paralelo: o presidente João Figueiredo; Serviço Nacional de Informações (SNI), Otávio de Medeiros; Conselho de Segurança Nacional (CSN), Coronel Araripe; Ministério da Marinha, Maximiliano da Fonseca; CNEN, Rex Nazaré; IPEN, Ivo Jordan; e Coordenadoria de Projetos especiais da Marinha (Copesp), Othon Pinheiro (KURAMOTO, APPOLONI, 2002, p. 383).

Uma versão para a execução do Projeto Autônomo foi apresentada pelo Prof. Goldemberg nessa mesma CPMI, em que "o Governo Figueiredo, em 1980, deu-se conta do insucesso do programa nuclear Brasil-Alemanha e procurou estimular um 'programa autônomo', batizado de 'programa paralelo' e que se desenvolveu em estabelecimentos militares" (BRASIL, 1990, p. 88). Conforme apresentado em seguida, a comunidade científica do Brasil mais uma vez demonstrou reação ao Projeto Autônomo, e logo trataram de fazer críticas. Consta no Boletim de 1988 da Sociedade Brasileira de Física que:

> O programa nuclear autônomo/paralelo é uma herança do período autoritário e como tal não foi democraticamente discutido e aprovado pela sociedade e por seus representantes. Ele esteve inserido no passado recente entre fatos preocupantes não esclarecidos, tais como, as contas secretas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e, principalmente, a perfuração feita pela Aeronáutica em Cachimbo, aparentemente destinada a uma explosão nuclear. Sobre esses pontos a SBF expressou posição crítica deliberada em 1987 e 1988, contrária ao controle militar exclusivo do desenvolvimento de tecnologias nucleares como vem ocorrendo no Brasil (BOLETIM INFORMATIVO, p. 9).

Através deste Boletim, fica perceptível que parte dos cientistas consideravam o Programa Nuclear Paralelo como sendo autoritário e fora do escopo das discussões democráticas. Sob a óptica dessa declaração, vemos que o Projeto Nuclear apresentava características que se enquadram nos moldes do discurso modernizador autoritário explorado durante este trabalho. Portanto, as informações e questões levantadas nos permitem observar uma interpretação de que o Projeto

Nuclear brasileiro não foi apenas uma política pública no campo energético, já que a construção desse programa durante o regime militar tinha atributos ligados ao discurso modernizador.

Após anos de atuações nas sombras, os resquícios do projeto paralelo são dissolvidos, encerrando o Programa Nuclear Autônomo. Na CPMI de 1990, consta que "o Presidente Fernando Collor pôs fim a um programa militar secreto para a construção da bomba atômica brasileira. Os militares estavam a um ou dois anos da construção de uma bomba semelhante à que destruiu Hiroshima" (BRASIL, 1990, p. 38).

Em prol da ciência?

Clemente (2005, p. 78) retifica que desde os primeiros anos da Ditadura Militar, houve uma frequente relação conflituosa entre os cientistas brasileiros e os militares. De fato, a política científica desenvolvida nesse período tinha o objetivo de apoiar a pesquisa, a pós-graduação, planos nacionais de desenvolvimento e realizar uma reforma universitária[5] (CLEMENTE, 2005, p. 63). No entanto, o maior problema aqui é a forma como essas ações foram elaboradas, já que as ambiguidades da política do regime eram evidentes, uma vez que estavam condicionadas à estrutura autoritária, e muitas vezes, nada modernizadora. Afinal, como exposto neste artigo, a intervenção do Estado na organização da ciência e da economia foi justificada em nome dos interesses da sociedade em geral, com o objetivo de alcançar a eficiência do aparato técnico-administrativo do Estado com base nos benefícios trazidos pela ciência. Mas nos questionamos sobre as perseguições aos professores, cientistas e alunos que ocorreram ao longo dos Anos de chumbo, uma vez que resultaram em demissões em massa e encerramento de projetos universitários renovadores (CLEMENTE, 2005, p. 30-33). Em especial, na questão da tecnologia da energia nuclear: onde está a valorização científica que tanto aparece nos discursos militares?

[5] De acordo com Martins (2009, p. 16-17), a reforma universitária, assim como a política científica desenvolvida, estava emergida no âmbito paradoxal, já que o discurso prometido foi desencadear a modernização de distintas instituições federais, estaduais e confessionais, efetivar uma sinergia entre os pilares do ensino e da pesquisa, consolidar carreiras acadêmicas, mas como já falado neste trabalho, todos alicerces de uma nova configuração estavam inseridas de forma repressiva e violenta (MOTTA, 2014, p. 21b). Veremos ao longo deste artigo os desdobramentos dessa chamada reforma universitária, usando como base as considerações do pesquisador José Clemente (2005) nos Departamentos de Física.

Em 1964, o Almirante Octacílio Cunha[6], assume a presidência do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e, aos poucos, adota ações autoritárias, desrespeitando os estatutos da instituição e afastando pesquisadores sem a aprovação do Conselho Técnico Científico (CLEMENTE, 2005, p. 137-138). As perseguições políticas no CBPF começaram a aumentar e pesquisadores foram afastados. Era apenas o começo da repressão.

Clemente (2005, p. 93) apresenta em sua obra o renomado físico Mário Schenberg, cujas contribuições para a história da Física são inegáveis e que, em virtude de sua notável trajetória, ocupou a posição de professor no Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre os anos de 1953 e 1961. Nesse período, Schenberg desempenhou um papel de destaque ao lidar com crises que afetaram a equipe de pesquisadores, tendo sua liderança sido fundamental para o estímulo de novas áreas da Física, para o direcionamento dos investimentos e das prioridades de pesquisa no departamento. Mas mesmo diante da relevância de Schenberg para a contribuição modernizadora e o avanço do país, os militares brasileiros optaram por adotar uma postura autoritária, o que culminou em seu afastamento (CLEMENTE, 2005, p. 99):

> O afastamento do professor Schenberg de suas atividades de cientista e de mestre insubstituível se tornaria uma diminuição da posição de vanguarda que detém atualmente a Universidade de São Paulo no campo da Física da América Latina (...) Em particular, achamos que a falta de uma figura de prestígio internacional, como é a do professor Schenberg, garantia de seriedade científica e de alto nível de pesquisa, abalaria a confiança de tantos outros cientistas estrangeiros que até agora encontraram um fecundo ambiente de trabalho em São Paulo e que, com suas presenças, contribuíram para o desenvolvimento das atividades científicas no Brasil... (BARROS apud CLEMENTE, 2005, p. 99)

[6] De acordo com Santos (2010, p. 3-5), o almirante Octacílio Cunha foi nomeado presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), que por sua vez foi criada em 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek como uma nova instituição para elaborar o programa nuclear brasileiro e promover o desenvolvimento das aplicações da energia nuclear. O objetivo da CNEN era formar técnicos e cientistas, obter matérias-primas e utilizar energia atômica para produção de energia elétrica. O Programa de Metas, nesse caso, direcionaria a energia nuclear indicando a expansão da metalurgia de minerais atômicos e o estabelecimento de uma usina atômica pioneira de 10.000 kW. No entanto, para concretizar esse projeto, precisava de mão de obra. Professores de física também expressaram sua insatisfação com a falta de envolvimento da CNEN nos problemas de energia atômica, onde mais tarde, durante os Anos de Chumbo, Clemente (2005) apresenta que os físicos que criticaram o trabalho de Octacílio Cunha, foram afastados de seus cargos universitários.

Professores de várias universidades foram aposentados, demitidos e até mesmo presos em decorrência das perseguições ideológicas (CLEMENTE, 2005, p. 58). Com o Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968, essas práticas pioraram, fazendo com que desse início a um novo ciclo repressivo na história do regime militar. Esse período representou o clímax das tendências autoritárias, atuando, sobretudo, nas universidades (MOTTA, 2014, p. 148a). Com o depoimento de Zieli Dutra Thomé Filho, presidente da Eletronuclear (2003-2005) e vice-presidente do Grupo Internacional de Assessoria em Segurança Nuclear da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (2003-2007), realizado por Marly Motta, Tatiana Coutto e Lucas Nascimento em duas sessões realizadas no Rio de Janeiro nos dias 29 de março e 19 de abril de 2010 poderemos ver essa afirmação com mais clareza:

> Como era esse ambiente com outros acadêmicos? Havia professores estrangeiros? Como era esse contato? Havia. Havia alguns contatos, principalmente na área de relatividade restrita em geral, com grupos franceses, por exemplo. Era um ambiente de muito aprendizado. Até que em 1968, a partir de dezembro, com o AI-5, essas pessoas foram todas afastadas. O Ato Institucional número 5 impediu que as pessoas exercessem suas profissões, e a universidade passou momentaneamente por uma redução da sua potencialidade. O professor Plínio Sussekind, por exemplo, foi impedido de dar aula. Ele e tantos outros (PATTI, 2014, p. 214).

Ainda nos depoimentos realizados por Marly Motta e Tatiana Coutto, no dia 29 de junho de 2010, o chefe da Divisão de Física Nuclear e diretor do IPR/UFMG, José Israel Vargas, acrescenta:

> No governo Costa e Silva, o embaixador Sérgio Corrêa da Costa foi encarregado da missão de trazer de volta os cientistas brasileiros que tinham se exilado, particularmente os nucleares. Talvez numa tentativa do governo brasileiro de restabelecer um programa nuclear independente. Mas isso mudou após a edição do Ato Institucional número 5, no final de 1968. Por exemplo, o Luiz Hildebrando Pereira da Silva, médico e pesquisador do Instituto Pasteur, na França, que tinha sido cassado logo depois do golpe, foi chamado de volta. Mas, com o AI-5, ele foi cassado de novo e regressou à França (PATTI, 2014, p. 111).

Esses depoimentos elucidam o desavanço que a ciência brasileira sofreu, especialmente no que tange o campo da física, dado que ocasionou prejuízos irreparáveis para o desenvolvimento do país tanto quanto para a carreira de pesquisadores e professores brasileiros. Embora o clima de anistia estivesse em curso, muitos indivíduos ainda foram afetados pelos efeitos do regime militar

brasileiro, já que em 1973, as perseguições ainda se mantiveram ativas, eclodindo uma nova pressão política no Instituto de Física (CLEMENTE, 2005, p. 195). E dessa vez,

> (...) a AESI queria saber sobre os antecedentes do professor Paulo Miranda. (...) Na lógica da "guerra revolucionária" empreendida pela ditadura militar, a ofensiva era a melhor defesa. O professor Paulo Miranda estudara Física na Universidade de Amizade dos Povos, Patrice Lumumba (UAPPL) em Moscou, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). (...) Ao retornar ao Brasil, em 1970, ingressa na Universidade de São Paulo, onde foi Professor Assistente do Instituto de Física até 1972, quando então se transfere para o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia. Começava então um longo processo de perseguição política que se estenderia por cinco anos e que resultaria na demissão sumária do professor Paulo Miranda das atividades docentes e das funções administrativas que então desempenhava no Instituto de Física da UFBA (CLEMENTE, 2005, p. 195).

Da mesma forma que Schenberg, o professor Paulo Miranda também contribuiu para o campo da física, mas a sua formação acadêmica vinha de um país socialista. Nessa fase, as estratégias governamentais brasileiras, mesmo que desgastadas, ainda difundiam o medo e continuavam a disseminar atos de violência (CLEMENTE, 2005, p. 225). Isso se deve ao fato de que a modernização autoritária implementada pelos militares, de maneira paradoxal, visava erradicar os seus opositores políticos, ainda que esses mesmos alvos desempenhassem um papel pioneiro na concretização do progresso tecnológico, científico e industrial do país.

Considerações Finais

A ditadura manifestou-se como destrutiva e reformadora ao mesmo tempo, buscando legitimar seu poder através da modernização, mas de maneira repressiva. Os discursos dos militares sobre o desenvolvimento do país, mostrados neste trabalho, almejavam um caminho para a melhoria do meio econômico, tecnológico e industrial. Contudo, as perseguições aos cientistas, universidades, pesquisas e ações como "Operação Limpeza" resultaram na interrupção de projetos e no desmantelamento de diversos grupos de pesquisa, consequentemente apresentaram processos contraditórios que interromperam essa aspiração.

Além do mais, foi possível observar que a energia nuclear foi vista como uma alavanca para o crescimento econômico e industrial, mas a relação entre os militares e cientistas para fazer esse

caminho dar certo, mas não aconteceu. Dentro das propostas do projeto Brasil Potência para impulsionar o país, ocorreu o programa nuclear proposto pelos governos, que almejava a busca por um Brasil moderno e energeticamente independente em termos de tecnologia nuclear. Porém, o regime não contemplava esforços para buscar uma autonomia pelas vias autorais da ciência brasileira, já que as propostas científicas nacionais não foram satisfatoriamente relevadas na construção de uma política de usinas nucleares. Ademais, vimos que o modelo estrangeiro foi imposto para a comunidade científica brasileira, pois no ímpeto de instalar usinas no Brasil, os militares não pouparam esforços para ignorar as recomendações de cientistas brasileiros e muitas vezes desconsideraram dados ou faziam levantamentos de informações que não eram precisos, como o caso citado dos custos envolvendo o acordo Brasil-Alemanha, que por sua vez, foi uma abordagem estratégica que poderia resultar uma oportunidade para melhorar a imagem do regime, trazendo usinas nucleares com tecnologias totalmente desenvolvidas no exterior. Todas essas medidas foram contra os pilares da ciência, que é baseada em evidências, experimentação e trocas de conhecimentos.

Conforme foi visto, os cientistas e universidades brasileiras já tinham pesquisas e certa experiência em alguns setores do estudo nuclear. Assim, não podemos afirmar que a linha de pensamento do governo tinha um interesse genuíno no desenvolvimento da ciência em si como aparentavam, mas sim de promover os seus interesses políticos. Ao que tudo indica, o regime militar enxergava o discurso do desenvolvimento da ciência nacional como uma ferramenta para legitimar o seu poder, expurgando qualquer pesquisador que demonstrasse certa ameaça para a sua política militar. Representando assim, um duro golpe para a ciência brasileira, especialmente no campo da física, trazendo danos irreparáveis à carreira de muitos pesquisadores e professores brasileiros. Essas medidas ilustram a forte tentativa de controle exercida pelo governo militar sobre o projeto modernizador, que por sua vez se tornou autoritário, o que dificultou o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Helena. **Analisando o discurso – Na ciência da linguagem, o termo "discurso" vai muito além daquele feito pelos políticos.** Disponível em:

<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Analisando-o-discurso.pdf>. Acesso em 24/08/2023.

BRASIL. Juscelino Kubitschek. **Discurso na Cerimônia de instalação do III Simpósio Interamericano sobre aplicação da pacífica da energia nuclear**. Brasília, 18 jul. de 1960. 6 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1960/45.pdf/view>. Acesso em 30/04/23.

_____. Humberto Castelo Branco. **Discurso na Cerimônia de encerramento do II Congresso Interamericano de desenvolvimento e ciência regional, no Copacabana Palace-Hotel**. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1966. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/13.pdf/view>. Acesso em: 30/04/23.

_____. Humberto Castelo Branco. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1967. Disponível em: < http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1967>. Acesso em: 30/04/23.

_____. Arthur da Costa e Silva. **Discurso na Cerimônia proferido por ocasião da solenidade de assinatura do contrato de financiamento, pelo banco interamericano de desenvolvimento (BID), para a construção da principal usina do conjunto de Urubupungá, Ilha Solteira**. São Paulo, 26 de junho de 1967. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/13.pdf/view>. Acesso em: 30/04/23.

_____. Emílio Garrastazu Médici. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Presidência da República Federativa do Brasil, 1972. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-1972>. Acesso em: 30/04/23.

_____. Emílio Garrastazu Médici. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Presidência da República Federativa do Brasil, 1973. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1973>. Acesso em 30/04/23.

_____. João Baptista de Oliveira Figueiredo. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Presidência da República Federativa do Brasil, 1985. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-joao-figueiredo-1985/view>. Acesso em 12/05/23.

_____. **Decreto Nº 71.207**, Brasília, 1972. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d71207.html>. Acesso em 30 de abril de 2023.

_____. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar o Programa Autônomo de Energia Nuclear**, Brasília, junho, 1990.

EISBERG, Robert; RESNICK, Robert. **Física Quântica: átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas.** Segunda edição. Rio De Janeiro: Editora Campus, 1983.

KURAMOTO, Renato; APPOLONI, Carlos. **Uma breve história da política nuclear brasileira.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Londrina, v. 19, n. 3, p. 379-392, dezembro, 2002. Disponível em:<https://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/08/1-Obrigat%C3%B3rio.pdf-Breve-Hist%C3%B3ria-da-Pol%C3%ADtica-Nucelar-Brasileira.pdf>. Acesso em 30/04/23.

CLEMENTE, José. **Ciência e política durante a Ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964 – 1979)**. Dissertação (Mestrado em Física). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física, Salvador, 2005. Disponível em: <https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/jose_eduardo_ferraz_clemente_-_dissertacao_-_ciencia_e_politica_durante_a_ditadura_militar_1964-1979_o_caso_da_comunidade_brasileira_de_fisicos.pdf>. Acesso em: 30/04/2023.

JESUS, Diego. **Autonomia pela contradição: as políticas externa e nuclear de Vargas e JK**. 2011 Revista Política Hoje, Pernambuco, v. 20, n.2, 2011. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3805/3109>. Acesso em 30/04/23.

MALLMANN, Vinícius. **O Brasil grande potência como construção discursiva: o governo do General Médici (1969–1974)**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/207187>. Acesso em 30/04/2023.

MARTINS, Carlos. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28/08/23.

MOTTA, Rodrigo. **A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação**. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 66, no. 4, outubro-dezembro de 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010>. Acesso em 26/04/23.

_____. **As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Odete. **Os descaminhos do Brasil Nuclear**, Florianópolis, dezembro, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106328>. Acesso em 30/04/23.

PATTI, Carlo (org.). **O programa nuclear brasileiro: uma história oral**. Fundação Getúlio Vargas, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13733/O%20programa%20nuclear%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 30/04/23.

SILVA, Tatiane. **O almirante Octacílio Cunha e o programa nuclear brasileiro**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276718015_ARQUIVO_EssacomunicacaotemoobjetivodeanalisaroprimeiroprogramanuclearbrasileiroelaboradopelaComissaoNacionaldeEnergia.pdf. Acesso em: 12/05/2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA. **Boletim informativo**, São Paulo, n. 3, ano 19, outubro, 1988. Disponível em: <https://sbfisica.org.br/v1/sbf/wp-content/uploads/2022/08/boletim-1988-03.pdf>. Acesso em 30/04/23.

Temporalidades

Conexões atlânticas e a construção do sujeito livre: a trajetória de Frederick Douglass

Atlantic connections and the construction of the free subject: the trajectory of Frederick Douglass

Daiani Barbosa
Doutoranda em História Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
daianisilvabarbosa@gmail.com

Recebido: 30/09/2022
Aprovado: 07/02/2023

Resumo: Este artigo tem por objetivo demonstrar de que forma a trajetória de Frederick Douglass se relaciona com a História Atlântica por meio da análise de sua primeira autobiografia, *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* (1845). Figura proeminente no contexto histórico norte-americano do século XIX, Douglass estabeleceu contatos transnacionais que também o influenciaram. Por isso, partimos da hipótese de que a trajetória do ex-escravo e abolicionista reflete uma relação com o contexto da História Atlântica, demonstrando a complexidade dos contatos e diálogos no mundo escravista do século XIX, notadamente nos continentes europeu e americano, além de ter sido importante para a construção da identidade do próprio Douglass.

Palavras-chave: Autobiografia; Frederick Douglass; História Atlântica; Modernidade

Abstract: This article aims to demonstrate how the trajectory of Frederick Douglass relates to Atlantic History through the analysis of his first autobiography, *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* (1845). A prominent figure in the nineteenth-century American historical context, Douglass established transnational contacts that also influenced him. Therefore, we start from the hypothesis that the trajectory of the former slave and abolitionist reflects a relationship with the context of Atlantic History, demonstrating the complexity of contacts and dialogues in the nineteenth-century slave world, notably on the European and American continents, and was also important for the construction of Douglass' own identity.

Keywords: Autobiography; Frederick Douglass; Atlantic History; Modernity

Introdução

Ao longo dos últimos anos, pesquisas sobre o mundo atlântico foram sendo desenvolvidas em números cada vez maiores. O novo olhar que a História Atlântica proporcionou aos historiadores, possibilitou análises que priorizavam trajetórias, conexões e dinâmicas específicas de territórios que se conectam através da circulação de mercadorias, pessoas e ideias. A História Transnacional do espaço atlântico, analisada pela História Cultural e Social, além da econômica e política, é também um meio de analisar trajetórias de sujeitos que só podem ser completamente entendidos nesse contexto diaspórico.

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória do ex-escravo e abolicionista norte-americano Frederick Douglass em diálogo com a História Atlântica. Ao considerar sua autobiografia, *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave,* escrita em 1845, e seus deslocamentos, pretendemos demonstrar a complexidade da figura de Douglass, em constante interação com a sua realidade local - a escravidão e a luta abolicionista nos Estados Unidos - e global - seu exílio na Grã-Bretanha, seus contatos nas Américas e sua influência.

O ato de narrar a própria história confere ao ex-escravo a possibilidade de se autoafirmar por meio de suas experiências e da tentativa de resgate de suas origens e da construção de uma nova identidade. Em diálogo e, ao mesmo tempo, na contramão das pesquisas que sustentam a inevitável morte social e a sujeição do escravo, pretendemos enfatizar a ação e formas de sobrevivência e construção de si, entre a escravidão e a liberdade.

Assim,

> Essa guinada rumo à morte como libertação do terror e da escravidão e como uma oportunidade para encontrar liberdade substantiva, se ajusta perfeitamente à célebre noção de escravidão de Orlando Patterson como um estado de "morte social". Ela alude à importância de se perceber a consciência do escravo como envolvendo um ato ampliado do luto. A preferência de Douglass pela morte prontamente se ajusta ao material arquivístico sobre a prática do suicídio entre escravos e necessita também ser vista ao lado de outras representações da morte como recurso que pode ser encontrado no início da ficção africano-americana. (GILROY, 2019, p. 140-141)

O episódio conflituoso entre Douglass e o sr. Edward Covey, nos mostra, como Gilroy (2001) ressalta, a determinação do escravizado em se impor e lutar por sua liberdade, mesmo que ela

significique a morte. Douglass foi enviado a Covey pelo seu senhor, Thomas, por um contrato de um ano a fim de ser "amansado", lá, protagonizou um dos episódios mais significativos da afirmação de sua força e sua liberdade como homem:

> [...] Muito antes do amanhecer, fui chamado para lavar, escovar e alimentar os cavalos. Obedeci e o fiz com muito gosto. Mas enquanto me ocupava disso, e no ato de deitar fora algumas folhas do palheiro, o sr. Covey entrou no estábulo com uma longa corda e, enquanto metade do meu corpo se esticava para fora do palheiro, agarrou minhas pernas e pôs-se a me amarrar. Tão logo descobri o que ele pretendia, dei um pulo súbito e, ao fazê-lo, como ele me segurava as pernas, acabei me esparramando no chão do estábulo. O sr. Covey pareceu pensar que agora ele me tinha nas mãos e poderia fazer o que bem entendesse, mas, nesse momento – de onde me veio esse espírito eu não sei –, decidi lutar. Adequando a ação à resolução, agarrei Covey pelo pescoço com força e me levantei. Ele se agarrou a mim, e eu me agarrei a ele. Minha resistência foi tão inteiramente inesperada que Covey pareceu surpreso. Tremia como uma folha. Isso me deu confiança, e eu o seguirei sem só, vertendo sangue de onde as pontas dos meus dedos o tocavam. O sr. Covey logo pediu ajuda a Hughes, que veio tentar amarrar minha mão direita, enquanto Covey me segurava. Ao me esforçar para fazer isso, aproveitei uma chance e dei-lhe um pesado chute bem debaixo das costelas. O chute infligiu-lhe tamanha náusea que Hughes me deixou nas mãos de Covey. Esse chute tivera o efeito de enfraquecer não apenas Hughes, mas também Covey, cuja coragem, vendo Hudges dobrando-se de dor, titubeou. Ele me perguntou se eu pretendia insistir na minha resistência. Eu disse que sim, fossem quais fossem as consequências; que ele me tratara feito uma besta por seis meses, e que eu estava determinado a não mais me deixar ser usado daquela forma. Com isso, ele fez de tudo para me arrastar até um pedaço de pau largado à porta do estábulo. O objetivo era me botar para dormir. Mas bem quando se agachava para pegar o pedaço de pau, eu o agarrei com as duas mãos pelo colarinho e o derrubei no chão, com um puxão súbito. A essa altura, Bill apareceu. Covey disse: "Agarre-o, agarre-o!". Bill respondeu que seu senhor o alugara para trabalhar, não para ajudar no açoite de escravos. Disse isso e se retirou para que Covey e eu nos resolvêssemos. Ficamos nisso por quase duas horas. Covey, afinal, me deixou ir. Arfava, esbaforido, e dizia que, se eu não tivesse resistido, ele não teria me surrado tanto. A verdade é que não me surrou coisa nenhuma. Na minha estimativa ele tivera a pior sorte na barganha, pois não me arrancou sangue nenhum, mas eu, sim, arranquei dele. Durante os seis meses seguintes que passei com o sr. Covey, ele nunca me levantou um dedo. Ocasionalmente, dizia que não queria me ensinar outra lição. "Não", eu pensava comigo, "você não quer isso, pois vai lhe sair mais caro do que da última vez." (DOUGLASS, 2021, p. 107-108)

Neste artigo, focamos nas estratégias de resistência empreendidas por Douglass e que procuravam afirmar a vida ao invés da morte, e a liberdade ao invés do terror. Por isso, nos afastamos do episódio narrado por Douglass que, apresentando um certo capitão Anthony, "um

homem cruel, endurecido por uma longa vida escravizando seus semelhantes", descreveu o flagelo de sua tia:

> Este acontecimento se deu pouco depois que eu fui viver com meu antigo senhor, sob as seguintes circunstâncias. Tia Hester saiu certa noite – para onde e com que intuito não sei dizer – e estava ausente quando meu senhor desejou sua presença. Ele lhe ordenara que não saísse à noite e a alertara para que nunca se deixasse flagrar por ele companhia de certo rapaz, pertencente ao coronel Lloyd, que andava de olho nela. O nome do rapaz era Ned Roberts, conhecido, em geral, como o Ned de Lloyd. Por que meu senhor tomava tantos cuidados em relação à minha tia, pode-se conjecturar com certa precisão. Era uma mulher de porte nobre e proporções graciosas; poucas havia que a igualassem, e era ainda menor o número das quais a superavam, em aparência pessoal, entre as mulheres negras e brancas dos arredores.
>
> Tia Hester não apenas desobedeceu as ordens do meu senhor ao sair, como foi encontrada na companhia do tal Ned de Lloyd, circunstância que, pelo que descobri ouvindo-o açoitá-la, constituía sua principal ofensa. Fosse ele um homem de moral pura, seria possível imaginá-lo preocupado em proteger a inocência de minha tia; mas aqueles que o conheceram jamais discernirão nele uma virtude dessa natureza. Antes de açoitar tia Hester, ele a levou à cozinha e a despiu do pescoço à cintura, desnudando inteiramente pescoço, ombros e costas. Disse-lhe, então, que cruzasse as mãos, xingando-a de cadela maldita. Com uma corda, amarrou firmemente as mãos da minha tia e a conduziu até o banco sob um grande gancho. Agora ela se achava perfeitamente posicionada para seu intuito infernal. Os braços esticavam-se para cima, de forma que minha tinha se mantinha na ponta dos pés. Ele, então, disse: "Agora, cadela maldita, vou te ensinar a desobedecer às minhas ordens!". Tendo enrolado as mangas da camisa, pôs-se a castigá-la com o chicote pesado, e logo o sangue morno e rubro (entre gritos dilacerantes da parte dela e imprecações terríveis da parte dele) começou a cair aos pingos no chão. Fiquei tão mortificado diante daquela visão que me escondi no armário, e só ousei sair muito depois de encerrada aquela transação sangrenta. Achava que eu seria o próximo. Tudo isso era novo para mim. Nunca tinha visto nada como aquilo antes. Vivera sempre com minha avó nos limites da propriedade, onde ela havia sido posta para criar as crianças das mulheres mais novas. Até aquele momento, portanto, eu estivera fora do alcance das cenas que aconteciam frequentemente na fazenda. (DOUGLASS, 2021, p. 47-49)

Em vista de nossos objetivos apresentados, não aludimos às importantes discussões em torno do açoitamento da tia Hester e às implicações possíveis no jovem Douglass ao ser testemunha desta tortura e identificá-la como sua primeira incursão na realidade da escravidão. Tais questões podem ser encontradas em Hartman (1997), Moten (2020) e Sharpe (2010). Nos detemos à sua autoafirmação, tendo em mente o embate Douglass versus Covey.

Algumas considerações acerca da História Atlântica

O historiador Russell-Wood (2009) nos apresenta um panorama do campo de estudos da História Atlântica. Segundo ele, a forma como a história das colônias vinha sendo abordada até o começo da década de 1970 privilegiava uma visão eurocêntrica, porém, posteriormente, passou-se a se considerar as contribuições da História Social e Cultural e a análise da "história dos de baixo", cujas pesquisas se desenvolveram a partir do trabalho de marxistas ingleses como E.P. Thompson e Raymond Williams (CEVASCO, 2003). No campo específico da História Atlântica, Russell-Wood destaca a contribuição do historiador norte-americano Jack P. Greene, afirmando que

> Já no início da década de 1970 houve uma iniciativa da parte de um grupo de historiadores da Universidade Johns Hopkins, liderados por Jack P. Greene, que lançaram uma iniciativa com antropólogos e adotaram o Atlântico como campo de pesquisa caracterizada por metodologias interdisciplinárias e uma perspectiva comparativa. Procuraram fugir do molde imperial ou nacionalista para atravessar divisas e fronteiras, para estudar os movimentos das pessoas, de animais, de plantas e mercadorias numa escala não apenas Atlântica mas global, para reconstituir o ir e vir de idéias, estilos, modas e artes. A intenção foi reunir estudiosos de várias disciplinas que contribuíram para a criação de uma nova perspectiva e uma aproximação original à riqueza de facetas do Atlântico e da interconectividade dos povos nos continentes banhados pelas suas ondas. (RUSSELL-WOOD, 2009, p 19)

No contexto do desenvolvimento e diversidade de temas e metodologias no campo da História, a História Atlântica aparece como um campo interdisciplinar e amplia a possibilidade do conhecimento de sujeitos cujas histórias ainda não tenham sido investigadas, mas que contribuíram e ilustram a dinâmica do mundo atlântico do século XIX.

A divisão proposta por Armitage (2014) em torno da História Atlântica nos ajuda a compreender sua complexidade. Segundo o autor, ela pode ser entendida a partir de três conceitos, a saber: "1) História circum-atlântica - a história transnacional do mundo atlântico; 2) História trans-atlântica - a história internacional do mundo atlântico; 3) História cis-atlântica - a história nacional ou regional dentro de um contexto atlântico." (ARMITAGE, 2014, p. 209). Essas categorias são importantes para a análise e o desenvolvimento do conhecimento sobre o mundo Atlântico ao permitir a exploração de diversos aspectos. De acordo com Armitage,

> Os três conceitos de história Atlântica aqui delineados não são excludentes, mas se reforçam. Em conjunto, eles oferecem a possibilidade de uma história tridimensional do mundo atlântico. Uma história circum-atlântica se basearia nos

> frutos de várias histórias cis-atlânticas, gerando comparações entre elas. A história trans-atlântica pode ligar essas histórias cis-atlânticas devido à existência de um sistema circum-atlântico. A história cis-atlântica, por sua vez, alimenta as comparações trans-atlânticas. Este conjunto de histórias em "fertilização cruzada" pode mostrar que a história atlântica é a única história oceânica que possui estas três dimensões conceituais, porque talvez seja a única que pode ser interpretada ao mesmo tempo a partir de um recorte transnacional, internacional e nacional. Comparações globais entre diferentes histórias oceânicas ainda não foram sequer imaginadas, mas devem ser centrais para qualquer história oceânica futura. (ARMITAGE, 2014, p. 215)

Um dos objetivos da História Atlântica é deixar de ser a história dos europeus no Atlântico para tornar-se o estudo de diversas interações, sem desconsiderar as contribuições de outras sociedades, notadamente de africanos. Dessa maneira,

> [...] a perspectiva transnacional da História Atlântica pode contribuir para romper com os conceitos de uma história "dos impérios", podendo avançar na medida em que a produção historiográfica for ampliada. Essa perspectiva teórico-metodológica demanda atenção para pessoas, produtos, práticas culturais que mantiveram intercâmbio pelo atlântico de forma interligada, das comunidades com o global. Trata-se de romper com uma história etnicamente homogênea, desconstruindo a invenção de que teriam sido os europeus os ocupantes exclusivos do atlântico, pois à medida em que o oceano estabelecia conexões entre diferentes povos e suas singularidades, foi possível aproximá-los na mesma história. (CECATTO, 2017, p. 173)

Portanto, de acordo com Schlickmann,

> A *História Atlântica* é um modo de investigação histórica que enfatiza aspectos que ultrapassam ou transcendem isolamentos impostos por fronteiras nacionais, por relações colônia/império, pelo eurocentrismo e pelo foco nas grandes civilizações. Ela se propõe a analisar o objeto de pesquisa sempre em relação com o mundo atlântico daquele momento, ressaltando as conexões, as redes diaspóricas, os intercâmbios, dando assim protagonismo a lugares e populações usualmente tidas como coadjuvantes e passivas. [..]. (SCHLICKMANN, 2016, p. 237. grifos da autora)

O historiador John Thornton (2004) nos mostra que no campo historiográfico francês da segunda metade do século passado, o continente africano ainda continuava sendo analisado sob o ponto de vista eurocêntrico e com certa passividade no que diz respeito à dinâmica do Atlântico. Segundo o historiador, o desenvolvimento dos estudos sobre a África, com a historiografia nacionalista e afro-americana não rompeu com a visão de um continente dependente, assim,

> Aliada a essas diversas linhas de pesquisa que sugerem a passividade da África em suas relações com a economia do Atlântico, há uma ênfase igualmente forte em relação à passividade dos africanos que partiram da África no comércio de escravos. Os escravos deixaram escassa documentação sobre suas impressões. Nesse sentido, grande parte da pesquisa sobre escravidão reflete o trabalho dos teóricos da dependência Assim como o surgimento dos partidários do Terceiro Mundo emergente que procuraram refutar a imagem colonialista auspiciosa de uma Europa progressiva resgatando o mundo colonial de seu atraso social e econômico, os historiadores especialistas em escravidão americana na época da luta pelos direitos civis e pelo movimento pela liberdade e igualdade racial e social dos negros nos Estados Unidos procuraram demolir o retrato tradicional do escravo contente. Ao sublimar a severidade da escravidão americana, eles argumentaram que o sistema privava o escravo de cultura, iniciativa e até mesmo de personalidade. Mas, a despeito da simpatia generalizada pela difícil situação dos escravos e de seus descendentes no Novo Mundo, eles reforçam a imagem dos escravos como indefesos e passivos. Historiadores radicais buscaram explicar a cultura e a religião dos escravos em termos da instituição da escravidão, reduzindo desse modo a identidade do escravo. (THORNTON, 2004, p. 45)

Em contrapartida a esta tendência e, portanto, baseados na hipótese de Thornton, de que os africanos foram participantes ativos e ajudaram a construir o mundo atlântico, analisaremos a trajetória do afro-americano Frederick Douglass e sua influência no mundo atlântico.

Frederick Douglass e a tarefa de construir-se a si mesmo

Frederick Douglass[1] nasceu em 1818, em Tuckahoe, em Maryland, nos Estados Unidos, sua mãe foi uma escravizada cujo nome era Harriet Bailey, com quem teve pouco contato, já que foram separados após o seu nascimento, tendo ele permanecido com a avó. De seu pai, pouco se tem notícia, a não ser a hipótese de que se tratava de seu próprio senhor[2]. Escreveu três biografias[3], sendo a primeira, a qual analisamos - *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* - publicada em 1845. A obra de Douglass teve grande repercussão nos Estados Unidos, a ponto de ser desacreditada por alguns ao duvidarem da capacidade de escrita e eloquência do ex-escravo (DWORKIN, 2021). Sua autobiografia foi escrita para o povo americano a fim de demonstrar a

[1] Seu verdadeiro nome era Frederick Augustus Washington Bailey. Mudou seu sobrenome para Douglass em 1838, quando alcançou a liberdade. Em suas palavras: "Precisava agarrar-me àquele nome [Frederick] para preservar um senso da minha identidade. O sr. Johnson vinha lendo 'A dama do lago' e logo me sugeriu Douglass." (DOUGLASS, 2021, p. 143)

[2] DOUGLASS, 2021, p. 12

[3] A segunda autobiografia foi intitulada *My Bondage and My Freedom* (1855) e a terceira, *Life and Times of Frederick Douglass* (1881).

desumanidade da escravidão, mas também enfatizar a humanidade do escravo, ou seja, o propósito de Douglass era denunciar a escravidão e afirmar-se como homem. Mesmo que tenha sido escrito com foco no povo americano, a autobiografia não deixa de antever aspectos na vida de Douglass, nos quais podemos enxergar as influências e os contatos externos, mesmo enquanto escravo. Ao refletir sobre o seu nascimento logo no primeiro capítulo, ele questiona:

> Cada ano traz consigo uma multidão dessa classe de escravos [nascidos pelo estupro]. Foi, sem dúvida, por conhecimento desse fato que um grande estadista do Sul predisse a derrocada da escravidão pelas leis inevitáveis da demografia. Cumpra-se ou não a profecia, está óbvio que uma categoria de pessoa de aspecto bem diferente segue crescendo ao Sul, e é agora mantida na servidão, a partir daquelas originalmente trazidas da África para esse país, e, ainda que seu crescimento não faça nenhum outro bem, servirá ao menos para abalar a força do argumento de que Deus amaldiçoou Cam, sendo justa, por conta disso, a escravidão na América. Se os descendentes em linha reta de Cam são os únicos cuja servidão está de acordo com as Escrituras, é certo que a escravidão no Sul do país logo perderá seu fundamento bíblico, pois milhares são anualmente introduzidos nesse mundo, devendo sua existência, como eu, a pais brancos que, muito frequentemente, são seus próprios senhores. (DOUGLASS, 2021, p. 46, grifo nosso)

Após relatar as esparsas informações que possuía acerca de seu nascimento, Douglass avança em sua *Narrativa* descrevendo o funcionamento e as condições em que vivia na fazenda do coronel Edward Lloyd, onde permaneceu até os sete anos de idade. Douglass afirma que entre os escravos da fazenda havia um certo orgulho, em vista da opulência das riquezas de Lloyd, porém, ele não deixa de demonstrar que, mesmo ali, onde eram relativamente "bem tratados", a vida não era fácil, como se pode verificar pelo açoitamento de sua tia Hester e no relato da caminhada dos escravizados selecionados para trabalharem na principal propriedade de Lloyd, a Fazenda do Solar:

> Os escravos que são selecionados para irem à Fazendo do Solar recolher as provisões mensais, as suas e as de seus companheiros, mostravam-se particularmente entusiasmados. No caminho, faziam reverberar as densas e antigas florestas ao redor com canções desvairadas, revelando a um só tempo a mais alta alegria e a mais profunda tristeza. Compunham e cantavam durante a viagem, e não planejavam tom, nem ritmo. O pensamento que lhes ocorresse saía - se não na palavra, no som, e com frequência em ambos. Por vezes, exprimiam o sentimento mais doloroso no tom mais extasiante, e o sentimento mais extasiante no tom mais doloroso. Em todas aquelas canções davam um jeito de imiscuir alguma coisa sobre a Fazenda do Solar. Faziam isso especialmente ao partir para a Fazenda. Nessas ocasiões cantavam, muito exultantes, as seguintes palavras:

Estou indo lá pra Fazenda do Solar!

Vou, sim! Vou, sim! Vou, sim!

> Cantavam isso como refrão entre versos que outros tomariam por jargão ininteligível, mas que, para eles, eram repletos de significados. Às vezes, penso que a mera audição dessas canções faria mais para imprimir em algumas mentes o caráter terrível da escravidão do que a leitura de volumes inteiros de filosofia sobre o assunto. (Ibid., p. 54, grifo do autor)

Nesse trecho, Douglass reitera a desumanização a que o escravo era submetido e suas angústias, que se manifestam até mesmo no tom da canção. Por fim, enfatiza: "É quando estão mais infelizes que os escravos mais cantam." (Ibid., p. 55).

Ao fim de sete anos, Frederick foi enviado para trabalhar para Hugh Auld, em Baltimore. A partida fora esperada e ansiada pelo próprio Douglass, em um trecho ele reflete:

> Vejo minha partida da fazenda do coronel Lloyd como um dos eventos mais interessantes da minha vida. É possível, e até bastante provável, que, não fosse pela simples circunstância de ser transferido da fazenda para Baltimore, em vez de me encontrar sentado aqui, à minha própria mesa, no usufruto da liberdade e da felicidade do lar, redigindo esta Narrativa, eu estaria confinado às correntes aflitivas da escravidão. Ir morar em Baltimore estabeleceu as bases e abriu a porta para toda minha prosperidade subsequente. (Ibid., p. 71)

Em Baltimore, a nova senhora ensinou-lhe as primeiras letras. Durante toda a narrativa é possível depreender um esforço de Douglass em afirmar a importância que o conhecimento poderia ter na vida do escravo. Obter conhecimento é o caminho para se compreender e adquirir consciência do direito à liberdade. A educação significava, para Douglass, o primeiro passo para a emancipação.

> [...] Depois de ter aprendido o ABC, ajudou-me [a senhora] a soletrar palavras de três ou quatro letras. Nesse ponto do meu desenvolvimento, o sr. Auld descobriu o que se passava, e de imediato proibiu a sra. Auld de dar continuidade à minha instrução, dizendo-lhe, entre outras coisas, que ensinar um escravo a ler era contra a lei, além de ser perigoso. Para usar suas próprias palavras, ele disse: "Se você der um centímetro a um preto, ele lhe tomará um metro inteiro. O preto nada deve saber que não servir a seu senhor e fazer o que lhe mandam. A educação estragaria o melhor preto do mundo". E continuou: "Então, se você ensinar esse preto (falava de mim) a ler, nada poderá detê-lo. Isso o tornaria eternamente inútil para o serviço da escravidão. De imediato se tornaria ingovernável e sem valor algum para o seu senhor. E, no que diz respeito a ele próprio, a educação nada lhe traria que não uma boa dose de prejuízo, tornando-o triste e infeliz". Essas palavras afundaram profundamente no meu coração, despertaram sentimentos adormecidos e

> convocaram à existência uma linha de raciocínio inteiramente nova. Era uma revelação inédita e especial, que explicava fatos obscuros e misteriosos com os quais a minha razão juvenil havia em vão se debatido. Só agora eu compreendia o que para mim constituíra uma dificuldade das mais desconcertantes: o poder do branco de escravizar o negro. Foi uma conquista grandiosa, e eu muito a estimei. Daquele momento em diante, compreendi o caminho para a liberdade. (Ibid., p.73)

A despeito da proibição, Douglass nos conta que persistiu no aprendizado com ajuda dos meninos da rua e realizando tarefas por conta própria. Segundo ele, a centelha de entendimento apreendido da declaração de seu senhor o motivou a continuar aprendendo e a fixar-se em como poderia fazer-se livre.

Em Baltimore, Douglass constata a diferença entre ser escravo no campo e na cidade, nota que o tratamento poderia ser diferente e que a cidade proporcionava maiores possibilidades de contato e de fuga, como o relato da breve conversa que entabulou com dois irlandeses que o incentivaram a ir para o Norte. Sua primeira tentativa de fuga, malsucedida, ocorreu somente alguns anos mais tarde.

Em 1834, Douglass começa a trabalhar para o sr. William Freeland, próximo a St. Michaels e tentaria sua fuga em 1835. Nessa altura de sua *Narrativa*, enfatiza constantemente o desejo de liberdade que o alimentava e encoraja outros a fugirem: "Disse a eles que comprometeríamos nossa virilidade, caso nos submetêssemos à escravidão sem ao menos um nobre esforço em prol da liberdade" (Ibid., p. 118). A escrita lhe foi útil para forjar sua própria licença e a de seus colegas e o caráter marítimo da região de Maryland foi fundamental para o projeto de sua partida.

> O plano pelo qual nós decidimos foi o de pegar uma grande canoa que pertencia ao sr. Hamilton e, na noite de sábado, véspera do feriado de Páscoa, remar diretamente pela baía de Chesapeake subindo. Uma vez alcançada a cabeceira da baía, a uma distância de cem ou cento e vinte quilômetros de onde vivíamos, nosso propósito era abandoná-la e, sob a orientação da Estrela do Norte, irmos além dos limites de Maryland. A rota pela água era uma maneira de levantar menos suspeitas quanto à nossa condição de fugitivos: esperávamos ser tomados por pescadores, ao passo que, se seguíssemos por terra, ficaríamos sujeitos a interrupções de praticamente toda sorte. Qualquer pessoa de cara branca, estando disposta, poderia nos parar e nos sujeitar a um exame. (Ibid., p. 121)

Sua primeira tentativa de fuga não encontrou êxito e ele foi levado, após passar pela prisão, de volta a Baltimore para trabalhar para William Gardner, um construtor de navios. Nessa atmosfera, Douglass volta a enfatizar o desejo de ser livre e a desumanidade da escravidão:

> [...] Quando sob o serviço do sr. Gardner, andava sempre de tal modo numa espiral de emoções que não pensava em mais nada além da minha vida; e, pensando na minha vida, esquecia minha liberdade. É o que tenho observado em minha experiência na escravidão: sempre que minha condição sofria alguma melhora, essa boa sorte, em vez de ampliar meu contentamento, só ampliava meu desejo de ser livre, me estimulando a divisar formas de conquistar minha liberdade. Isso porque, como bem descobri, para se ter um escravo satisfeito é preciso destituí-lo de todo pensamento. É preciso nublar sua visão moral e mental e, tanto quanto possível, aniquilar o poder da razão. É preciso que ele não detecte nenhuma inconsistência em sua circunstância. Deve ser levado a sentir que a escravidão é correta, e só é possível convencê-lo disso quando perde toda a sua humanidade. (Ibid., p. 131)

Douglass finalmente obtém sua liberdade em 1838, mas não a descreve em detalhes na *Narrativa*, pois temia alguma implicação em relação à sua fuga para Nova York, onde logo se engajou na luta abolicionista. Sua liberdade, no entanto, não poderia ser garantida devido ao Ato do Escravo Fugitivo (1793). Por isso, ainda estava sob o risco de ser reescravizado. Porém, no período em que ficou exilado conseguiu sua alforria, comprada por ativistas ingleses, em 1847.

Na introdução à autobiografia de Douglass[4], o professor Ira Dworkin destaca a importância da autobiografia de Douglass em sua afirmação como intelectual e a fidelidade de seu relato. Para ele, "a performance intelectual do autor tornou-se um argumento fundamental não apenas contra a escravidão, mas também contra a alegação americana da inferioridade racial" (DWORKIN, 2021, p. 8). As conexões e o caráter global da trajetória de Douglass são enfatizadas pelo pesquisador a partir da escrita da autobiografia:

> As habilidades linguísticas que Douglass desenvolveu sistematicamente ao longo de sua juventude estabelecem uma base sólida para o cidadão moderno global que emerge de suas viagens subsequentes à Inglaterra, à Escócia, à Irlanda, à República Dominicana, ao Haiti, à Itália, ao Egito e a outros lugares. Sua influência retórica mais definitiva, a célebre antologia *The Columbian Orator* (1797), de Caleb Bingham, é incrivelmente variada no conteúdo. Ali, Douglass encontra "Escravos na Barbária, drama em dois atos", de David Everett, exemplar do famoso gênero de narrativas de cativeiro do Norte africano; "Diálogo entre um senhor e um escravo", de John Aikin; "Trecho de um discurso proferido perante a sociedade de Nova York em prol da alforria dos escravos, 12 de abril de 1797", do reverendo Samuel Miller; e, por fim, um discurso de William Pitt, datado de 1770. Mesmo antes, quando jovem, Douglass viu-se exposto à diversidade linguística da fazenda de Lloyd, onde pôde apreciar a influência sincrética que as línguas africanas exerciam sobre os negros americanos. Seu biógrafo William S. McFeely propõe uma teoria quanto à linhagem de Douglass, especulando que seu sobrenome materno "Bailey", sem ter uma

[4] Utilizo a primeira edição, publicada no Brasil em 2021 pela editora Penguin - Companhia das Letras. A introdução a qual me refiro foi publicada originalmente na edição norte-americana em 2014, pela Penguin Classics.

> origem entre brancos do condado de Talbot, poderia ser uma variante de "Belali", indicando uma origem muçulmana na África Ocidental. Tal conjectura, por mais inconsistente que possa ser, possibilita aos leitores de Douglass enquadrá-lo em tradições de literatura e letramento que têm raízes linguísticas árabes e islâmicas que em muito precedem a travessia atlântica dos navios negreiros. (Ibid., p. 10-11, grifos do autor)

Além das influências citadas acima, Dworkin sugere inclusive, ao citar o discurso *O que é o Quatro de Julho para o escravo* (1852), que Douglass tenha lido Marx, ou vice-versa. A relevância de Douglass foi sentida na política, ao ser nomeado como cônsul no Haiti, em 1889 e, ainda segundo Dworkin, como presidente do *Haiti Louis Mondestin Florvil Hyppolite* na Exposição Mundial Colombiana (1893), em Chicago. De acordo com o pesquisador, "O reconhecimento de Douglass por tantos e tão diversos grupos garantiu sua mobilidade cultural, a qual acompanha uma mobilidade física que inclui a fuga da escravidão e a turnê internacional como refugiado político na década de 1840." (Ibid., p. 23).

Os deslocamentos de Douglas pela Grã-Bretanha entre 1845 e 1847, inspirou o artista britânico Isaac Julien, a produzir uma instalação em conjunto a um curta-metragem intitulado *Lessons of the Hour - a portrait of Frederick Douglass* (2019)[5], em que reflete sobre a construção do sujeito diaspórico em Douglass e sua luta por justiça social. Ao enfatizar a importância que o abolicionista conferia à fotografia, Julien alude à humanidade e potência que Douglass desejava demonstrar por meio de sua imagem.

A importância de Frederick Douglass e sua obra foram percebidas também no Brasil. De acordo com Brito (2019), a segunda autobiografia escrita por Douglass, *My Bondage and My Freedom* (1855) foi traduzida e publicada no jornal *Gazeta da Tarde*, por José do Patrocínio. Assim,

> [...] Com o intuito de demonstrar e convencer seus leitores da imoralidade da escravidão, Patrocínio, então proprietário do jornal, tratou de adotar o modelo bem-sucedido estadunidense de propaganda abolicionista, que era a publicação das narrativas escravas.
>
> Assim, no dia 25 de abril de 1883, "Frederico Douglass" recebeu uma versão "brasileira" do seu nome e ficaria conhecido pelo público do Império. Sua autobiografia foi traduzida aos poucos, em diversas edições, o que durou até o mês de maio daquele mesmo ano. Douglass seria descrito pelo jornal como um homem privilegiado, dada a sua capacidade de elevar-se. Comparado a uma águia, feita para

[5] É possível visualizar trechos do filme de Julien no vídeo produzido pela *Shifting Vision*, disponível no endereço eletrônico https://www.youtube.com/watch?v=rLWYRzkWa7k

> "pairar nas regiões altas", Douglass foi apresentado como alguém heroico e grande. A trajetória política desse abolicionista negro não seria descrita de forma menos pomposa: "um escritor de mérito, orador veemente e mais acérrimo defensor da sua raça". (BRITO, 2019, p. 200)

Havia também o grande interesse que Douglass nutria pelas relações raciais no Brasil. Brito destaca que, por meio de "notícias de viajantes publicadas em livros e jornais e teses científicas também disseminadas nesse tipo de mídia" (Ibid., p. 209), o abolicionista norte-americano acreditava que o Brasil seria um exemplo de que a convivência pacífica entre diferentes raças não era impossível. No entanto, essas ideias foram desenvolvidas, de acordo com Brito, somente em seus artigos jornalísticos, os quais possuíam objetivos diferentes dos de seus escritos autobiográficos, isto é, abordavam com mais profundidade a sua "identidade afroatlântica".

> Os textos em que Douglass faz referências à América do Sul, encontrados nos seus artigos publicados em jornais e discursos, geralmente não são encontrados nas suas biografias, o que faz que, também segundo Hooker, muitos dos seus biógrafos percam a dimensão transnacional do pensamento desse abolicionista (ibidem, p.27-8). Seria nos artigos publicados nos jornais e nos discursos que Douglass faria associações entre as condições de vida dos afro-estadunidenses e dos afro-latinos. Encontramos o mesmo padrão para o Brasil, uma vez que nenhuma menção sobre o país é feita nas suas autobiografias, ao contrário do que encontramos em suas falas e textos jornalísticos. Segundo Nwankwo, pesquisadora que também analisou a transnacionalidade da escrita de Douglass com base nas suas autobiografias, essa escolha do abolicionista tem muito a ver com as estratégias desse gênero literário. A isso a autora chama de "negritude binária", que seria a opção de abolicionistas escritores como Douglass, preferirem ficar restritos ao contexto nacional. Além do mais, as biografias seriam dirigidas aos afro-americanos e não à diáspora. No entanto, a própria publicação de uma das suas biografias num jornal brasileiro mostra como essas obras poderiam tomar um alcance maior (Nwankwo, 2005, p.132,133,145). (Ibid., p. 2001)

Para Gilroy (2001), Douglass representa uma figura exemplar no que diz respeito à constituição e interações no mundo atlântico, sendo também representante da construção de uma modernidade do ponto de vista do negro escravizado. Gilroy destaca a necessidade de que a construção teórica da modernidade ocidental considere as trajetórias negras e, principalmente, sua influência cultural e política dentro do que conceitua como "Atlântico negro".

Nesse sentido, Gilroy enfatiza a transnacionalidade das culturas e identidades negras, para ele, não é possível pensar o negro e sua experiência em termos fixos, pois sua vivência demonstra uma transitoriedade nacional, cultural e étnica, metaforizada pela imagem do navio: "um sistema vivo,

microcultural e micropolítico em movimento" (2019, p. 38) que transita entre Europa, América, África e Caribe. A transposição dos limites das fronteiras possibilita entender as dinâmicas, reapropriações e ressignificações que caracterizam a agência dos negros na modernidade, no Atlântico negro, isto é, em um sistema cultural e político que é também transnacional e intercultural. Repensar a modernidade a partir da ideia de Atlântico negro e diáspora africana, como Gilroy propõe, implica em considerar os movimentos negros não somente a partir da perspectiva local, mas também global. É perceber as diversas formas de comunicação e influência negras, como interagem, variam e convivem, considerando, também, a ideia de "dupla consciência", característica da experiência negra na modernidade.

O sistema social se manifesta através de relações de poder naturalmente conflituosas, uma vez que se insere em um âmbito de disputas constantes, as identidades e as representações revelam-se do mesmo modo e, como o decurso da história, são construídos e desconstruídos de maneiras diferentes. As identidades modernas são permeadas por singularidades que não são suficientemente compreensíveis se vistas por apenas um ângulo. Habitando um lugar de fronteira, as subjetividades se mesclam tornando-se híbridas e construindo novos sentidos que serão expressos nas ações sociais (BHABHA, 1998). A cultura é entendida como fator relacional e afirmação pela diferença. Ao pensar a região do Caribe a partir da noção de diáspora, Stuart Hall (2006) afirma que as trocas culturais diaspóricas implicam sempre traduções, que não são perfeitas, mas carregam sentidos entrelaçados que foram apropriados e rearticulados nos locais onde se estabeleceram.

Ao salientar aspectos da trajetória de Douglass, Gilroy tem como objetivo demonstrar a atuação do abolicionista na construção de si mesmo, de sua identidade, na defesa da "humanidade dos escravos africanos" e de uma visão da modernidade, alternativa à dialética do senhor e do escravo de Hegel:

> Tenho em mente esta sugestiva ligação, desejo propor que leiamos um trecho da narrativa de Douglass como uma alternativa a Hegel: um suplemento, se não exatamente uma transcodificação de sua explicação da luta entre o senhor e o escravo. Em uma rica narrativa da amarga prova de força com Edward Covey, o treinador de escravos para o qual o enviaram, Douglass pode ser lido como se estivesse sistematicamente refazendo de uma maneira notável o encontro entre o senhor e o escravo, invertendo o esquema alegórico de Hegel. É o escravo, e não o senhor, que emerge da narrativa de Douglass com a "consciência que existe para si mesma", ao passo que seu senhor se torna o representante de uma "consciência que

> é reprimida dentro de si mesma". A transformação de Douglass da metanarrativa do poder de Hegel em uma metanarrativa da emancipação é ainda mais notável por ser também a ocasião para uma tentativa de especificar a diferença entre um modo de pensar pré-racional e espiritual africano e sua própria perspectiva composta - um híbrido incômodo entre o sagrado e o secular, o africano e o americano, formado a partir da experiência debilitante da escravidão e modelada segundo os requisitos do abolicionismo. (GILROY, 2019, p. 135-136)

A ação de Douglass é sempre em busca da afirmação de sua humanidade. As fotografias, os discursos e toda a sua atividade com a imprensa manifesta esse desejo de se destacar intelectualmente como sujeito capaz de construir sua própria história, sem comandos e sem amarras. No entanto, conforme se mostra a realidade do negro norte-americano apontado por Du Bois, Douglass está em constante conflito com,

> [...] um mundo que não lhe deixa tomar uma verdadeira consciência de si mesmo e que lhe permite ver a si mesmo apenas através da revelação do outro mundo. É uma sensação peculiar, essa consciência dual, essa experiência de sempre enxergar a si mesmo pelos olhos dos outros, de medir a própria alma pela régua de um mundo que se diverte ao encará-lo com desprezo e pena. O indivíduo sente sua dualidade - é um norte-americano e um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas inconciliáveis; dois ideais em disputa em um corpo escuro, que dispõe apenas de sua força obstinada para não se partir ao meio.
>
> A história do negro norte-americano é a história desse conflito - desse desejo de tomar consciência de si mesmo como homem, de fundir esse duplo eu em um único indivíduo, melhor e mais verdadeiro. [...] (DU BOIS, 2021, p. 23)

A história de Douglass pode ser identificada tanto no contexto americano quanto no de outros negros em diáspora. Dessa maneira, suas incursões por diversos países, seus escritos e construção de sua imagem serviram também como exemplo e inspiração para a luta abolicionista e continuaram sendo importantes também nos movimentos negros dos anos posteriores, como destaca Dworkin:

> Gerações posteriores de ativistas também se voltaram para Frederick Douglass. Quando Angela Y. Davis foi demitida, no outono de 1969, de seu cargo de professora de filosofia da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, devido a suas posições políticas, ela, como forma de protesto, ministrou o curso "Temas filosóficos recorrentes na literatura negra", tendo Douglass como objeto. No ano seguinte, o Comitê de Nova York pela Libertação de Angela Davis publicou duas de suas palestras sobre Douglass como opúsculo - Lectures on Liberation [Palestras sobre a Libertação]. (DWORKIN, 2021, p. 21)

Considerações finais

A trajetória de Frederick Douglass se insere em um contexto de grandes diálogos e conexões entre Europa, África e América em torno das discussões das relações raciais. Dessa forma, analisar sua autobiografia do ponto de vista afrodiaspórico permite que compreendamos seu alcance local e global.

Seja considerando os pressupostos iluministas ou descartando totalmente esses pressupostos em suas críticas, os sujeitos negros construíram uma visão de modernidade que, na maioria das vezes, tinham em mente a questão da liberdade. Como ressalta Gilroy, "As experiências históricas características das populações dessa diáspora criaram um corpo único de reflexões sobre a modernidade e seus dissabores, que é uma presença permanente nas lutas culturais de seus descendentes atuais" (GILROY, 2019, p. 108). Portanto, essas experiências, ao serem resgatadas, construíram um meio próprio de reflexão que impactam até a atualidade.

Referências bibliográficas

ARMITAGE, DAVID. Três conceitos de História Atlântica. **História UNISINOS**, n\18(2), maio-agosto de 2014, p. 206-217.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRITO, Luciana da Cruz. O Brasil por Frederick Douglass: impressões sobre escravidão e relações raciais no Império. **Estudos Avançados** 33 (96), 2019, p. 199–222. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/L7mpPWfT4p4XJG6KkmxGXGC/?lang=pt. Acesso em: 18 mar. 2022.

CECATTO, Adriano. A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África. **Temporalidades** – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 23, V. 9, N. 1(jan./abril 2017), p. 167-183. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5731 Acesso em: 18 mar. 2022.

CEVASCO, Maria Elisa. Primeira Lição: O tema: cultura e sociedade e Quarta lição: a formação dos estudos culturais. In: ___. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

DOUGLASS, Frederick. **Narrativa da vida de Frederick Douglass e outros textos**. 1ª ed. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2021.

DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021 [1903].

DWORKIN. Ira. Introdução. In: DOUGLASS, Frederick. **Narrativa da vida de Frederick Douglass e outros textos**. 1ª ed. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2021.

GILROY, Paul. O Atlântico negro como contracultura da modernidade. In: **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, UCAM, 2019 [2001].

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: SOVIK, L. (Org). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 25-50.

HARTMAN, Saidiya V. "Terror, slavery and self-making in Nineteenth-century America". In: **Scenes of Subjection**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

MOTEN, Fred. A resistência do objeto: o grito da tia Hester. Dossiê "A Música e suas Determinações Materiais", **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 1, 2020.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". São Paulo, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. **História** (São Paulo), vol. 28, núm. 1, 2009, pp. 17-70. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221014799002. Acesso em: 18 mar. 2022.

SCHLICKMANN, Mariana. História da África e História Atlântica: contribuições e possibilidades. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 19 • mar. 2016 – jun. 2016, p.232-247. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/34. Acesso em: 21 mar. 2022.

SHARPE. Christina. "Making Monstrous Intimacies Surviving Slavery, Bearing Freedom". In: **Monstrous intimacies**: Making Post-Slavery Subjects. Durham & London: Duke of University Press. 2010.

THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico - 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VISION, Shifting. **Isaac Julien, Lessons of the Hour - Edinburgh Art Festival**. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rLWYRzkWa7k. Acesso em: 21 mar. 2022.

Temporalidades

História e Indígenas Mulheres na História à luz da Epistemologia Feminista Decolonial

Historia y Mujeres Indígenas en la Historia a la luz de la Epistemología Feminista Decolonial

Verônica Araújo Mendes
Mestrando em História
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
historia.veronica96@gmail.com

Recebido: 28/09/2022
Aprovado: 02/06/2023

Resumo: O presente artigo oferece um panorama da história indígena e de indígenas mulheres na longa duração. A intenção consiste em problematizar narrativas historiográficas, textuais e imagéticas, as quais são responsáveis pelo esvaziamento das ações protagonistas das indígenas mulheres nos processos e dinâmicas históricas ao longo do tempo. Para tanto, o trabalho buscou subsídios teóricos-metodológicos, sobretudo, nas epistemologias feministas decoloniais (LUGONES, 2020; SEGATO, 2016), realizando um movimento de crítica e decolonização do conhecimento, de modo, ainda, a evidenciar a dialética da colonização e da violência que lhe é inerente, cujos efeitos são mais avassaladores para as indígenas mulheres. O trabalho também deixou algumas considerações importantes acerca da necessidade de uma historiografia para e das indígenas mulheres.

Palavras-chave: História; Indígenas Mulheres; Decolonialidade.

Resumen: Este artículo ofrece un panorama de la historia indígena y de las indígenas mujeres a largo plazo. La intención es problematizar las narrativas historiográficas, textuales e imágenes, que se encargan de vaciar el accionar protagónico de las indígenas mujeres en procesos y dinámicas históricas a lo largo del tiempo. Para ello, el trabajo buscó subsidios teórico-metodológicos, especialmente en las epistemologías feministas decoloniales (LUGONES, 2020; SEGATO, 2016), realizando un movimiento de crítica y descolonización del saber, con el fin de resaltar también la dialéctica de la colonización y la violencia inherente, cuyos efectos son más abrumadores para las indígenas mujeres. El trabajo también dejó algunas consideraciones importantes sobre la necesidad de una historiografía por y para las mujeres indígenas.

Palabras-clave: Historia; Indígenas Mujeres; Decolonalidad.

Colonialismos na Longa Duração

Quando abordamos a história indígena e de indígenas mulheres na perspectiva decolonial, faz-se impreterível sinalizar que se trata de uma história que rompe com os cânones da ciência histórica moderna ocidental, possibilitando que outras formas de conhecimento emerjam. Poderíamos argumentar, a título de exemplo, que, na história moderna, tem-se um modo de organização didática da disciplina que parte de um método cronológico de periodização, o qual possui como centro de referência a própria Europa.

Logo, a divisão quadripartite de história, Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, passa uma ideia de linearidade. Ela é fragmentária e pode fazer subentendido a não existência da relação, interação e continuidades dos sistemas de pensamento e práticas experienciadas em cada período. Em contrapartida, a perspectiva decolonial nos ajuda a enxergar outras formas de organização e compreensão da história, com múltiplas percepções acerca de categorias como espaço e tempo.

Para a decolonialidade a Colonialidade é elemento constitutivo da Modernidade (MIGNOLO, 2008), destarte, é lógico afirmar que os colonialismos precisam ser pensados na longa duração. Ora, na visão dos/as indígenas a colonialidade ainda não foi superada (MAORI SMITH, 2018; KARIPUNA SOARES, 2021).

À vista disso, discutiremos a presença feminina indígena na história do Brasil sem o cuidado de delimitar um período específico, ainda que se refira a acontecimentos que se deram em momentos diferentes e distantes, pois o objetivo máximo é sublinhar as permanências coloniais, ao passo que, paralelamente, busca-se dar um novo enfoque, evidenciando a atuação de indígenas mulheres na história, considerando-as como sujeitas protagonistas. Nesse sentido, o presente trabalho também realiza um movimento de decolonização do conhecimento.

Desde os primeiros séculos da colonização as indígenas mulheres ganharam espaço nas narrativas de viajantes, cronistas, missionários, cujos relatos indicaram o papel fundamental das indígenas, nas relações firmadas com o europeu, bem como no nascimento daquilo que hoje entendemos como Brasil. Mais tarde essas narrativas são reapropriadas por intérpretes clássicos da historiografia brasileira, os quais costumam reproduzir o olhar masculino sobre o feminino. É o caso de Gilberto Freyre (2006) que focalizou a suposta disposição das nativas em se unir com os

europeus, reservando-lhes o lugar de progenitora, isto é, de mãe da terra que se formara, conforme anunciou, híbrida.

Para o autor, a política de colonização adotada pelos portugueses subsumia, por um lado, em uma esfera econômica e, por outro, em uma política social, cujos alicerces se sustentavam na instituição familiar. Na visão freyreana, a família, estruturada no sistema patriarcal, desde o século XVI, configura-se como grande fator colonizador do Brasil. Ao tratar dos primeiros séculos da colonização, Freyre nos apresenta "os grandes patriarcas brancos que, sozinhos no meio dos índios, conseguiram em parte sujeitar à sua vontade de europeus bandos consideráveis de gente nativa" (FREYRE, 2006, p.111). De fato, o autor ressalta a iniciativa das indígenas mulheres que por conta própria procuravam os colonizadores e se ofereciam para deitar-se com eles:

> O europeu saltava em terra escorregando em índia nua. Os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolava o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2006, p. 161).

No entanto, o frenesi narrado por Freyre expressa bem mais uma ação inconsciente das indígenas mulheres do que propriamente protagonizadora. É de se supor que o discurso produzido pelo olhar masculino se conceba androcêntrico, de maneira que, para essas mulheres saírem do âmbito da invisibilidade, comum aos grupos historicamente marginalizados, a única linha possível de expressividade resida em sua sexualização.

Estas narrativas também tendem a contribuir com o olhar romantizado da história, colocando para debaixo do tapete o processo violento da colonização, no qual os corpos das mulheres foram perseguidos, escravizados, violentados e assassinados. A discussão levantada por Freyre exclui, ainda, o protagonismo indígena dos processos históricos. Ignora o fato de que tais processos foram resultados diretos das negociações estabelecidas entre indígenas e não indígenas. Trata-se de uma linha de pensamento que lhes nega a condição de sujeitos históricos, tornando-os passivos e omissos diante da figura do colonizador.

Além das narrativas textuais, tem-se as pictóricas, muitas delas também se inserem em esquemas de representação semelhantes àquelas mencionadas anteriormente e, consequentemente, omitem as relações conflituosas entre os sujeitos envolvidos. Conforme afirmou a historiadora Elisa Frühauf Garcia (2020), trata-se de narrativas míticas que buscam construir sentidos para a formação da "nacionalidade", a qual teria se constituído a partir de relações harmônicas entre indígenas e lusitanos. Nelas, as indígenas mulheres aparecem como as "mães" do povo brasileiro. Ademais, as narrativas também refletem o interesse em justificar e exaltar a colonização. A figura a seguir se inscreve dentro desta lógica de elevação ao empreendimento português.

O espaço-corpo de Moema, indígena mulher, jaz morto.

Figura 1: Moema (1866). Victor Meirelles. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

Moema, *a priori*, é personagem do poema épico "Caramuru", de Santa Rita Durão (1781), surge como mito em narrativa que exalta o dito "Descobrimento do Brasil", de modo que foi escrita sob o signo da colonialidade. Posteriormente, no século XIX, Moema ressurge pintada na interpretação histórica do artista brasileiro Victor Meirelles.

Moema é também expressão da colonialidade de gênero, colonialidade aqui entendida na acepção defendida pela intelectual feminista Argentina María Lugones (2020, p. 78). A autora parte

do cruzamento dos conceitos de interseccionalidade e colonialidade do poder, desenvolvendo uma análise acerca do que chama de "sistema moderno-colonial de gênero". Neste sistema, as mulheres racializadas "[...] foram reduzidas à animalidade, ao sexo forçado com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que, no mínimo, levou a trabalhar até a morte".

No plano central da composição de Victor Meirelles, aprecia-se o corpo nu e morto de uma indígena mulher. O que, por si só, já denota o quanto a figura é representativa para a discussão que estamos levantando ao longo deste trabalho. Contudo, antes de explorar os elementos constitutivos da pintura, faz-se preciso salientar sua dupla função para o trabalho do/a historiador/a, ou seja, aquela capaz de fornecer evidências e também de estimular a imaginação histórica (BURKE, 2017).

As imagens são ferramentas importantes ao historiador/a, pois, além de suscitar questões, oferecem possibilidades de respostas, através do testemunho que enunciam. Entretanto, conforme observou o historiador inglês Peter Burke (2017, p. 26-27), "são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho". Daí a necessidade do/a historiador/a atentar para além daquilo que, à primeira vista, a imagem veicula, buscando enxergar, ainda, aquilo que ela omite. Trata-se, como sugeriu Burke, de ler nas "entrelinhas", encontrando, inclusive, o que os próprios artistas desconheciam.

Nessa linha de reflexão, a leitura em Moema de Meirelles se pautará naquilo que o historiador italiano Carlo Ginzburg chamou de "indiciarismo", isto é, um método interpretativo, concentrado nos detalhes e orientado pelos indícios, os quais são tomados como pistas, podendo prover resultados reveladores. Afinal, "o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar uma realidade complexa não experimentável diretamente" (GINZBURG, 1989, p. 152) pelo observador.

Os indícios nos levam ao contexto de produção da imagem, fazendo emergir a seguinte questão: Quais aspectos do século XIX estão refletidos na pintura de Victor Meirelles? A pergunta pode ser respondida em duas chaves de leitura, a colonial e a decolonial. Apresentaremos ambas, com o cuidado de problematizar devidamente a primeira.

Moema no testemunho ocular do colonizador foi uma indígena que se apaixonou por Diogo Álvares Correia, o Caramuru, náufrago português que conviveu entre os Tupinambá no período

quinhentista e desposou a indígena Paraguaçu, a qual viria se converter ao catolicismo e adotar o nome de Catarina. O episódio de Moema morta se deu no contexto em que Diogo Álvares e Paraguaçu partem para a Europa. Inconformada com sua partida e num ato de amor, Moema se joga ao mar, sendo cuspida por ele logo em seguida.

Cabe fazer notar que as fontes documentais que cobrem os primeiros contatos, como também os personagens citados, são "raros e obscuros" (GARCIA, 2021, p. 33). O que implica nas dificuldades de averiguações documentais, interpretação e crítica históricas. Contudo, sob este prisma colonial, a narrativa poderia se encerrar de modo romântico e idealizado.

No entanto, a decolonialidade insiste na visão crítica, sob tal prisma, podemos afirmar que o corpo da indígena mulher também foi alvo do empreendimento colonial. Como indicado pela antropóloga argentina Rita Segato (2016), seu espaço-corpo, entendido também como território, acompanha o destino da invasão.

> En la lengua del feminicidio, cuerpo femenino también significa territorio y su etimología es tan arcaica como recientes son sus transformaciones. Ha sido constitutivo del lenguaje de las guerras, tribales o modernas, **que el cuerpo de la mujer se anexe como parte del país conquistado.** La sexualidad vertida sobre el mismo expresa el acto domesticador, apropiador, cuando insemina el territorio-cuerpo de la mujer [1](SEGATO, 2016, p. 47, **grifo nosso**).

Nesta linha de reflexão, o espaço-corpo de Moema deixa pistas para pensar os pontos de confluência entre a morte de uma indígena mulher produzida no século XIX e a morte revestida nos silenciamentos dos indígenas no mesmo século, oriunda, desde meados do XVIII, de políticas assimilacionistas alinhadas a um projeto de nação aos moldes europeus que objetivava exterminar os povos originários, acabando com distinções entre indígenas e não indígenas e, por conseguinte, criando uma identidade homogênea, sem lugar para as pluralidades étnicas (ALMEIDA, 2012).

[1] Na língua do feminicídio, o corpo feminino também significa território e sua etimologia é tão arcaica como são recentes suas transformações. Tem sido constitutivo da linguagem das guerras, tribais ou modernas, que o corpo da mulher seja anexado como parte do país conquistado. A sexualidade derramada sobre ele expressa o ato de domesticação, apropriação, ao inseminar o território-corpo da mulher.

É com o Marquês de Pombal e o Diretório por ele instituído em 1757 que as políticas assimilacionistas ganham força, acentuando-se no decurso do século XIX. A legislação pombalina previa incorporar os indígenas ao grosso da dita "civilização", transformando-os em mão de obra para o Estado. Desta forma, foram sendo criadas várias estratégias as quais estavam condicionadas às especificidades locais e dos grupos indígenas. De acordo com a historiadora e antropóloga Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 108), "em algumas áreas, efetuavam-se descimentos e criavam-se novas aldeias; em outras, desencadeavam-se guerras e estabeleciam-se acordos com os principais nos sertões; e em áreas de colonização mais antiga, a proposta era extinguir as aldeias".

Os reflexos de tais diretrizes, estabelecidas por Pombal, são sentidos até hoje, segundo o historiador Edson Silva (2003), elas favoreceram os grandes latifundiários e políticos locais que se apossaram de terras indígenas. Na região atualmente denominada de Nordeste, por exemplo, chegou-se à ideia de extermínio total dos povos originários que ali habitavam, tanto por parte do Estado, quanto por parte dos pensadores sociais, onde é possível observar uma certa conivência destes.

A historiadora Vânia Moreira (2010) deu destaque ao papel da historiografia, a qual, durante o regime imperial, atuou ao lado das políticas indigenistas. A própria historiografia, conforme indicou a autora, surge associada à consolidação dos Estados Nacionais, por isso que, para os diferentes grupos sociais, fazer parte de sua história constitui questão estratégica.

É nesse sentido que é formulado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) o programa de escrita para a história do Brasil. Apesar dos debates diversos, com perspectivas diferentes acerca do lugar que o indígena deveria ocupar na história, - algumas delas até simpáticas aos indígenas -, prevaleceu o ponto de vista do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen que defendia o elemento europeu como a grande essência da nacionalidade brasileira. Varnhagen também foi responsável por silenciar os indígenas na história. Desse modo, podemos concluir que os indígenas sofreram um duplo apagamento, o físico e o de sujeitos da história.

Mas voltemos à Moema de Victor Meirelles mais uma vez, agora explorando detalhes, a fim de se fazer o que o douto alemão Walter Benjamin (2013) chamou de história *à contrapelo*, com a intensão de ouvir os ecos das vozes silenciadas pela história oficial. Ler a história indígena e de indígenas mulheres *à contrapelo* implica diretamente num movimento de revisão dos paradigmas

historiográficos. Como nos faz perceber Benjamin, o passado histórico é sempre uma interpretação do presente, o que nos permite repensá-lo, questioná-lo e transformá-lo.

Seus cabelos são raízes fincadas nas terras brasílicas - Moema Plantada.

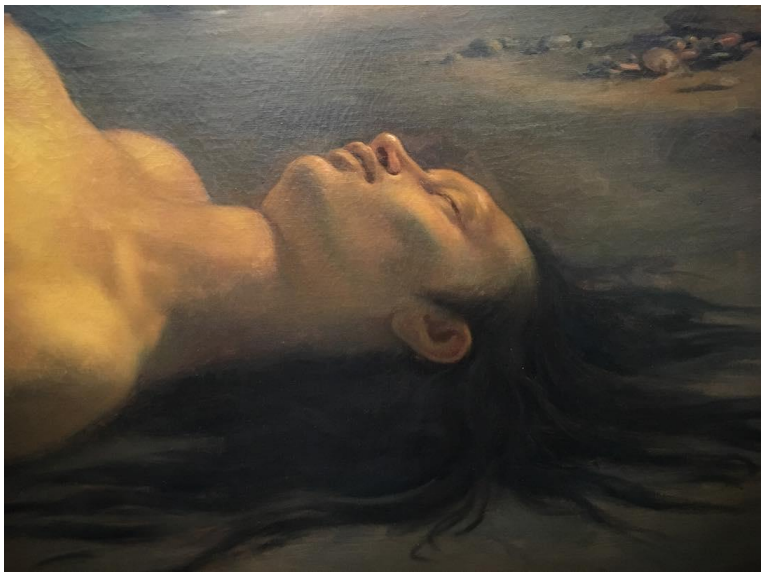


Figura 2: Moema (1866). Victor Meirelles. Detalhe. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

A figura 2 traz um detalhe da obra de Meirelles, no qual podemos explorar mais de perto o rosto morto de Moema e a retórica do colonialismo e da violência que lhe é intrínseco. Como já sublinhado, para além das narrativas românticas que ressaltam a beleza e disposição das nativas "com cabelos muito pretos, compridos, pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas [...] e com tanta inocência descobertas" (CAMINHA, 2019, p. 17 e 27), tem-se uma "erótica violação" (LUGONES, 2020, p. 76 *apud* MCCLINTOCK, p. 22) de seus corpos.

O que contribui para a construção e disseminação de estereótipos sobre uma suposta permissividade e convite das indígenas mulheres à luxúria, muito próximo ao que hoje conhecemos como cultura do estupro. Assim, María Lugones (2020) evidenciou como o sistema moderno/colonial de gênero foi responsável por caracterizar as mulheres por meio de várias perversões e agressões sexuais, concedendo-lhes uma condição animalesca.

Na pintura de Meirelles, é o ardor de Moema quem a leva ao falecimento. Mas o que nos interessa é a perspectiva indígena, é a leitura decolonial, o *contrapelo* e, dessarte, os contrastes da

imagem enquanto evidência histórica. Sob esse ângulo, Moema nos conta, com seus cabelos tornados raízes, que apesar do contato violento com o colonizador, elas, indígenas mulheres, (re)existiram e (re)existem ao longo de mais de quinhentos anos de história. Moema foi plantada e de suas raízes nasceram outras indígenas mulheres.

Do seu ventre nasceu o "filho bastardo"[2] Brasil.

Figura 3: Moema (1866). Victor Meirelles. Detalhe. Óleo sobre tela, 196,5 x 130 cm. Museu de Arte de São Paulo. Imagem disponível no Google Arts & Culture. Acesso em 08 de ago. 2022.

Moema, como podemos observar de modo mais próximo na figura 3, morre com a mão no ventre, sinalizando para as gerações posteriores que sim as "mães" do Brasil são indígenas, porém, são "mães" que foram violentadas. O Brasil nasce da violência dos espaços-corpos de indígenas mulheres.

Ademais, a narrativa que silenciou os/as indígenas, com destaque para aquela calcada no indigenismo imperial, a qual os categorizou como "aculturados", "assimilados" e "extintos", perpassou o século seguinte, também como matriz dominante. Contudo, já nas primeiras décadas do XX, começam a aparecer movimentos, denominados de "etnogêneses", em várias regiões brasileiras, sobretudo no Nordeste.

É importante não perder de vista que tais movimentos não surgiram do nada, uma vez que os indígenas não desapareceram como apregoavam, mas sim, foram invisibilizados "[...] por políticos e intelectuais que, comungando com as noções assimilacionistas não podiam ouvi-los nem

[2] Alusão ao título "Filho bastardo" (1992), obra em óleo sobre madeira, da artista brasileira Adriana Varejão.

compreendê-los" (ALMEIDA, 2010, p. 159). Além disso, é preciso sublinhar que esse ressurgir indígena foi fruto das mobilizações dos próprios povos originários que se organizaram e pressionaram o Estado por reconhecimento oficial, enquanto grupo étnico diferenciado, e por direitos, principalmente o de demarcação territorial.

Parte das conquistas alcançadas podem ser vislumbradas na Constituição de 1988, um marco fundamental para pensarmos os indígenas como sujeitos históricos e de direito, pois, por meio da Carta de 88, a ideia de suposta assimilação que acarretaria em seu desaparecimento é posta de lado para dá lugar a concepção de pluralidade étnica. Como versa o expressivo artigo 231 do título VIII – Da Ordem Social –: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (BRASIL, 1988, s/p).

A compreensão de que os povos indígenas são cidadãos ativos e parte integrante do processo democrático é imprescindível para a consolidação de uma sociedade justa, igualitária que respeita a diferença. Mas apesar da legislação representar um avanço significativo, as denúncias a respeito das violações dos direitos indígenas são frequentes. Há muito trabalho a se fazer, pois temos uma dívida histórica para com esses povos. Conforme refletiu a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992), os indígenas foram vítimas não só da tentativa de eliminação física, mas também, da condição de agentes participantes da história. No tocante a história das indígenas mulheres isto fica mais evidente.

O movimento indígena também influenciou o surgimento do campo de estudo da "nova história indígena" que reabriu as portas do passado indígena, possibilitando que sua história fosse revisitada longe das representações ligadas à do século do colonialismo. A ruptura com a produção historiográfica tradicional e a nova compreensão da atuação destes povos cujo campo simbolizou, refletiu-se em diversos trabalhos, dissertações e teses sobre o tema, os quais se dedicaram a investigar as dinâmicas coloniais sob prisma diferente daquele consolidado pela historiografia do século XIX.

Desta vez, as relações entre nativos e conquistadores não se constituía por via de mão única, na qual os primeiros teriam sido passivos frente à figura dominadora do colonizador, encontrando seu fim no processo assimilador. A dedicação dos diferentes pesquisadores, em áreas distintas do conhecimento, acabou por evidenciar a extraordinária capacidade de decisão dos povos indígenas, os quais se revelaram muito habilidosos para garantir sua sobrevivência como sujeitos históricos.

Parte considerável do que possuímos de mais notável, dentro da abordagem de renovação da nova história indígena, encontra-se, em grande medida, interligados aos diálogos estabelecidos entre história e antropologia, o que em muito contribuiu para expandir as análises históricas. Os anos que se seguiram depois da promulgação da constituição de 1988, foram de grande efervescência nas pesquisas sobre a temática.

Nesse sentido, há de se destacar a obra História dos Índios no Brasil (1992), organizada por Manuela Carneiro da Cunha, a qual contou com textos de diferentes especialistas no assunto. Ao propor a inserção dos povos indígenas, em sua condição de agente ativo, na historiografia brasileira, a obra representou um marco importante como difusor dessa abordagem renovada. Além disso, constitui obra fundamental como ponto de partida para embasar as pesquisas mais atuais. Nessa mesma perspectiva e década também foi publicado o livro do historiador John Manuel Monteiro "Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo" (1994), com contribuições importantes ao ressaltar o indígena como parte essencial da formação do Brasil. Contudo, mesmo diante de terreno fértil, a questão do feminino indígena continuou acanhada, com lacunas como tema específico de pesquisas.

Considerações Gerais: Por uma historiografia de indígenas mulheres

A História faz parte de toda sociedade humana. Ser membro de uma sociedade, como sublinhou o historiador inglês Eric Hobsbawm (2013, p. 25), "é situar-se em relação ao seu passado", posto que ele constitui uma dimensão da consciência humana. Todavia, é importante não perder de vista o fato de que existem diversas maneiras de apropriação e incorporação de um mesmo passado. A relação do/a historiador/a, para com o passado, orienta-se por princípios ético-profissionais. Neste caso, o passado é, citando Hobsbawm, "ferramenta analítica" (2013, p. 35) que lhe permite fazer a crítica, propiciando à sociedade vislumbrá-lo de forma mais consciente.

Durante muito tempo a historiografia tradicional coadunou com o discurso imposto de cima, ou seja, ligado à visão e interesse da classe dominante, contribuindo com o apagamento de sujeitos históricos, como os indígenas e as indígenas mulheres. No entanto, a presença feminina na história demonstra ser tão marcante que, mesmo os autores clássicos vinculados a corrente tradicional da história, não puderam ignorar complementarmente os papéis desempenhados pelas indígenas nas

relações firmadas com o europeu, ainda que, como observado ao longo do trabalho, haja um esvaziamento de suas participações na condição de sujeitas protagonistas.

Houve mudanças notáveis nos modos de se fazer história, as quais se incumbiram de criticar os paradigmas tradicionais, promovendo importantes renovações historiográficas, bem como a inserção de outros sujeitos históricos até então ignorados, à título de exemplo, tem-se os movimentos da historiografia francesa dos *Annales*, da historiografia Inglesa Marxista, e da própria nova história indígena já mencionada no trabalho.

A ruptura com a velha história tradicional também foi favorável às mulheres, as quais passariam a ser incluídas na história a partir da década de 1970. Faz-se necessário sinalizar que apesar do rompimento com a história tradicional, não houve de imediato a inserção das mulheres. Se na história tradicional, as ações individuais remetiam ao masculino, a virada para as estruturas e ações coletivas não alteraram essa regra. Foi somente após a pressão e influência do movimento feminista e da iniciativa de historiadoras que as mulheres passaram a fazer parte dos domínios da história.

Contudo, no que tange às indígenas, continuaram por muito tempo esquecidas no campo da história das mulheres e das relações de gênero. As poucas investidas que aparecem em coleções que se propuseram contar a história das mulheres no Brasil, como a obra consagrada organizada pela historiadora Mary Del Priore (2006), apresenta limitações, as indígenas mulheres só parecem existir em um único período histórico, o colonial.

Nos últimos anos, temos acompanhado um cenário mais otimista, mediante mobilizações por direitos, desenvolvimento de políticas públicas e ações afirmativas que buscam suprir as desigualdades sociais e históricas na nossa sociedade, oferecendo igualdade de oportunidades. Nesta conjuntura, temos assistido a inserção de estudantes indígenas nas universidades, além do maior interesse por temáticas referentes a suas histórias, que, arrisco afirmar, deve-se a própria presença indígena nas universidades. Muitas pesquisas, inclusive, são realizadas pelos próprios indígenas.

Dentre os trabalhos mais recentes publicados em bancos de teses e dissertações, destaca-se o da antropóloga Elisa Ramos Pankararu (2019), na qual ela discutiu os protagonismos de indígenas mulheres lideranças, apontando as relações duais firmadas entre os gêneros e apresentando um modelo ancestral de organização social deixado por seus ancestrais que é permeado por elementos

matriarcais. A gênese do pensamento de Elisa Pankararu advém da decolonialidade, neste sentido, a intelectual também se propõe definir um feminismo indígena.

Por fim, o trabalho pretendeu contribuir com o debate, fomentando a necessidade de um campo historiográfico para e das indígenas mulheres. Apesar dos estudos sobre a temática ainda serem incipientes na História, são muitas as possibilidades de fontes e campos disciplinares para tratar do assunto. O presente trabalho se valeu de algumas dessas possibilidades, com destaque para a interface entre o campo da história indígena e o campo da história das mulheres e das relações de gênero, aliados, ainda, à abordagem crítica decolonial.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, no 2, p. 21-39, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Data de acesso: 06 de out. de 2020.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **O anjo da história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 1-22.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**, (1500). Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil.** – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil (org).** São Paulo: Contexto, 2016.
FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, Elisa Fruhauf. As Mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa Fruhauf. **Mulheres do mundo**

Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade. Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2020. p. 27-44.
GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In.: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das letras, 2013.

KARIPUNA SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas. São Paulo: **Cadernos de campo,** v. 30, n. 2, p. 1-12, 2021. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/190396. Acessado em 01 ago. 2022.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

MAORI SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Curitiba: UFPR, 2018.

MIGNOLO, Walter. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. **Tabula Rasa.** Bogotá - Colombia, No.8, p. 243-281, enero-junio 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n8/n8a13.pdf. Acesso em 1 ago. 2022.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PANKARARU RAMOS, Elisa Urbano. **Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero.** 2019, p. 100. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres.** Editora: Traficantes de Sueños. 1ª edição, 2016.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência, afirmação e emergência étnica. Texto para o Seminário Temático 52 / História indígena no Brasil: perspectivas interdisciplinares. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História.** João Pessoa, 2003.

Temporalidades

“O peso do silêncio vai acabar nos engasgando”: O uso de Escrevivências como estratégia contra-hegemônica para uma educação decolonial [1]

“El peso del silencio terminará por asfixiarnos”: El uso de las Escrituras como estrategia contrahegemónica para una educación decolonial

Daniela Oliveira Ramos dos Passos
Professora adjunta – Faculdade de Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
ddanipassos@gmail.com

Juliana Moreira Borges
Mestranda em Educação
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
juborges13@yahoo.com.br

Recebido: 10/03/2023
Aprovado: 26/06/2023

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar as “escrevivências” como ferramentas de incentivo para uma educação decolonial e antirracista, propondo uma nova forma de pesquisa, que vá além de uma “história única”. A proposta é que seja pensado a partir de vivências, principalmente das mulheres negras, as identidades brasileiras, entre elas, a valorização da história dos povos negros. A estratégia de escrever de si, além de protagonizar novos saberes, promove a discussão crítica e reflexiva no campo social. Mesmo sendo uma escrita feita a partir de particularidades, por tratar da comunidade negra, esta remete, também, às questões coletivas e sociais. Como metodologia, o artigo utilizará da escrita de si, das escrevivências, como formar de evidenciar saberes, culturas e realidades da vivência cotidiana feminina negra. O texto inicia com um fragmento elucidativo sobre a colonização e suas consequências, sendo a descolonização uma forma de repensar todo esse processo; e em seguida as escrevivências serão abordadas como estratégias de se manter uma memória contra-hegemônica.

Palavras-chave: Escrevivências; Decolonização; Mulher negra.

[1] Este texto é parte da pesquisa intitulada *“Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras”* defendida no ano de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG.

Resumen: El objetivo del artículo es presentar los "escritos" como herramientas incentivadoras de una educación decolonial y antirracista, proponiendo una nueva forma de investigación que va más allá de un "relato único". La propuesta es que las identidades brasileñas sean pensadas a partir de experiencias, principalmente de mujeres negras, entre ellas, la apreciación de la historia de los pueblos negros. La estrategia de escribir sobre uno mismo, además de promover nuevos conocimientos, promueve la discusión crítica y reflexiva en el campo social. Si bien es un escrito hecho a partir de particularidades, al tratar de la comunidad negra, también se refiere a cuestiones colectivas y sociales. Como metodología, el artículo utilizará la autoescritura, la escritura, como forma de mostrar conocimientos, culturas y realidades del cotidiano de las mujeres negras. El texto comienza con un fragmento esclarecedor sobre la colonización y sus consecuencias, siendo la descolonización una forma de repensar todo este proceso; y luego se abordarán las escrituras como estrategias para mantener una memoria contrahegemónica.

Palabras clave/Keywords: Escritos; Descolonización; Mujer negra.

Introdução

Desde que os signos gráficos foram criados como forma de comunicação têm sido usados para que haja manutenção das ideias, difundindo pensamentos e estabelecendo o poder da linguagem escrita. Através destes registros aprendemos e firmamos vínculos com o passado.

Escrever tem sido a maior forma de registrar a história, capaz de dialogar entre gerações, rompendo limites geográficos, limites de tempo e limites culturais. Porém, existem limites que foram consolidados, tornando os registros dos povos negros, e em especial da mulher negra, um tanto restritos. Esta parcela da sociedade foi calada pelos escritos hegemônicos de quem escreveu e contou suas ideias a partir de vivências brancas, negligenciando que não existe um ponto de vista ou uma história apenas. O mundo é feito de muitas realidades que foram extintas por não terem tido a possibilidade de serem escritas ou ouvidas. Quando Audre Lorde (1977) afirma que "o peso do silêncio vai terminar nos engasgando", ela se refere ao silêncio que paira nas vivências e culturas negras. Este engasgo deve ser lido como impulso ao fôlego necessário para que o silêncio seja rompido. Como aponta Miranda e Araújo (2019, p. 387), "quem não fala, não existe, não decide, não participa, não está representado."

Contar suas próprias histórias: esta tem sido uma das tarefas dos 'outros', inventados nos discursos coloniais. A mulher negra cansou de ser "objeto de estudo" de estudos eurocêntricos que não relatam as profundidades sobre suas vivências. Não que a mulher negra não queira protagonizar

estudos, ela quer, desde que haja a substituição de "mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua própria história" (XAVIER, 2019, capa). Esta é a proposta das escrevivências. Escrita real da vivência, nesse trabalho, da vivência da mulher negra na intenção de tensionar o coletivo.

"Somos herança da memória. Temos a cor da noite, filhos de todo açoite fato real de nossa história". Este fragmento da música Identidade de Jorge Aragão[2] diz da herança histórica da população negra. Ao nos deparamos com fatos antigos, é sabido que os propagadores da informação cuidaram de analisar o cenário, a partir de seus fundamentos, valorizando conceitos que para eles são essenciais, negando por vezes que a história tenha diferentes pontos de vista e recusando a herança afrodiaspórica. Assim, a memória referente à população africana normalmente envolve escravização, sofrimento e racismo.

Para Boaventura de Souza Santos (2010, p. 15) "toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo pressupõe uma ou várias epistemologias". Pensando nisto, as escrevivências pretendem usar do universo social negro na intenção de que estes saberes sejam valorizados. A finalidade é que a população afrodiaspórica seja herança de uma história contada por elas, usando sua ancestralidade.

Os pilares usados no processo da educação brasileira, se deu pelo viés da colonização e portanto, foram ensinamentos eurocêntricos, sendo que a escrita da população negra foi feita por mãos brancas. Escreviver é uma ação que visa propagar vozes caladas por outras narrativas, um movimento que pretende desaprender a história hegemônica e reaprender, a partir de recontos ancestrais, vivências negras, para que outras culturas sejam protagonizadas pela sua resistência.

Existe um movimento que manteve a cultura do povo negro viva, apesar da violência e do investimento para que houvesse um apagamento das tradições afrodiaspóricas. Este movimento é conhecido por resistência. Foi esta obstinação que sustentou e conservou a cultura da diáspora africana presente, mesmo que nas margens sociais. A manutenção da religião de matriz africana, apesar das proibições e demonizações, bem como a capoeira, apesar de ser temida e até legalmente

[2] A música de Jorge Aragão "identidade" contém uma crítica ao racismo brasileiro por vezes camuflado. Ela foi escrita por ele mesmo no ano de 1992 é possível conhecer melhor a canção no site https://www.letras.mus.br/jorge-aragao/77012/ acesso em 23 de junho de 2022.

reprimida[3] , é exemplo de que as pessoas são peças fundamentais para estabelecer a presença africana no arcabouço cultural brasileiro. Sem as memórias das pessoas e sua persistência em ser, não haveria cultura que resistisse a todo projeto de apagamento e violência; foram os indivíduos negros os responsáveis pela sobrevivência da sua cultura vinda da África. Esta resistência perseverou e as mulheres negras foram o suporte necessário em muitas batalhas coletivas e individuais de um período onde a resistência era o ato lícito da sobrevivência do corpo e da memória. As pessoas são as memórias vivas capazes de sustentar a diáspora africana presente no Brasil, memórias estas tratadas com indiferença pela comunidade acadêmica.

Boa parte da comunidade científica produziu por anos narrativas da história tendo como valor epistemológico uma hegemonia branca, principalmente devido ao processo colonizador que trouxe junto com as "embarcações", a imposição de indicadores eurocêntricos. Estabeleceu-se padrões que são desafiados cotidianamente com comportamentos revolucionários que buscam romper tal imposição.

Dito isso, vale destacar que as atitudes decolonizadoras são possíveis e isso exige uma tomada de consciência profunda. "Em primeiro lugar uma compreensão de quem somos nós" (CARVALHO, 2017 p. 89). Escrever de si, a partir de suas vivências e saberes que foram passados por gerações pode oportunizar uma reformulação de ciências legitimadas e uma desconstrução de padrões estabelecidos. Pode permitir que saberes perdidos e esquecidos pelo processo colonial sejam resgatados. O uso de escrevivências como estratégia decolonial oportuniza a partir de saberes sutis uma explanação sobre a realidade da mulher negra e sua colaboração epistêmica. Proporciona a visão nítida de situações sociais cujas realidades são escondidas pela marginalização de parte da população. Apresenta um novo viés sobre o que é o conhecimento, sobre como é ser mulher negra em um país que foi educado para subalternizar o conhecimento que advém das camadas populares.

Nilma Lino Gomes (2018), ao tratar do processo de subalternização colonial, afirma que "a colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo" (p. 227). Provocar uma fala que foi emudecida pode reconstruir

[3] A Lei da vadiagem entrou em vigor logo que os escravizados foram libertos de sua condição em 1890. A proposta desta lei era a criminalização de condutas como vadiagem, mendicância, embriaguez e da prática da capoeira. Um modo de higienização social. Esta lei durou 101 anos e foi revogada em 1991.

o falso discurso de que "não temos praticamente nenhuma narrativa própria para contar" (CARVALHO, 2017, p. 89).

Por fim, a proposta deste texto é abordar o processo de decolonização enfatizando as consequências do método colonizador para pensar a sociedade. O uso do recurso das escrevivências nos auxilia como estratégia, apresentando o uso de tal prática por autoras que já possuem esta praxe de escreviver a população afrodiaspórica, no intuito de manter memórias, histórias e raízes.

Vencer o colonialismo com práticas decoloniais

Não é que eu
Seja racista...
Mas existe uma
História
Que só os NEGROS
Sabem contar
...Que poucos podem
Entender. (Elé Semog)

O processo do colonialismo diz respeito a uma política de modernização e organização colonial no mundo com a imposição de saberes, estruturas, religiões, comportamentos e padrões tratados como únicos e baseados na visão europeia enquanto universal. Tudo que se desvia desta estrutura monolítica era/será classificado como o outro. O Brasil sofreu este impacto colonizador quando os portugueses ocuparam o espaço, as vidas, as crenças, a saúde e a tranquilidade de milhares de índios que aqui viviam. Colonizar é exatamente isto, impor um formato padrão e tratar as individualidades do outro com insignificância, frente a uma soberania imposta. Ainda no tempo presente é preciso lidar com um colonialismo moderno que manteve o seu domínio. Este colonialismo epistêmico e ontológico pode definir os acessos que temos, ou seja, o colonialismo da subjetividade.

> O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2010, p. 23).

Muitas estratégias foram usadas para ocultar existências outras que não as europeias. Emudecer as mulheres foi uma delas. A máscara de Anastácia[4] é um objeto que representa a tentativa de silenciamento das mulheres escravizadas no período do Brasil colonial, uma vez que a fala é um poder, é uma maneira de ser. Anastácia foi sentenciada a usar a máscara por toda a vida, o simbolismo desta ação inclui todas as mulheres em uma tentativa de eterno apagamento e diz respeito à falta de direitos e de oportunidades da mulher negra. Silenciar os negros foi um instrumento de anulação da cultura da diáspora africana e, provavelmente, o sentido contrário a esta conduta passa por oportunizar que estas vozes sejam ouvidas. Além do silenciamento, a máscara impede que os bens dos senhores, como a cana ou o cacau, sejam devorados pelos seus cultivadores. Neste sentido, o "sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violento, a bandida/o, o indolente, maliciosa/o" (KILOMBA, 2019, p. 37).

As vivências ancestrais nos ensinaram que a mudez nunca foi uma tática de mudança do cenário, que busca o silenciamento como forma de manutenção do poder. Resgatar as vivências passadas pode ser uma postura contrária ao silenciamento dos povos negros. Isto garante que haja mobilizações com respaldo de existências passadas, ou seja, não existe uma batalha atual, mas sim histórica. Quase dois séculos após a independência do Brasil, o questionamento sobre as consequências de imposições culturais e sociais persiste e atualmente se apresenta mais inflamado. Este comportamento crítico segue amparado por um movimento mundial que instiga perguntas acerca da estrutura que sustenta a sociedade e busca a partir das dúvidas promover um diálogo revolucionário com uma compreensão decolonizada.

A decolonialidade vem neste sentido mostrar resistência, opera de forma crítica ao que foi imposto e que, no contexto colonial, encontrou aval na Igreja e na ciência para que se estabelecesse de modo a pertencer intrinsecamente. O decolonialismo propõe um diálogo crítico para além de racismos e sexismos vivenciados; propõe intervenções, acadêmicas ou não, capazes de apresentar novas perspectivas e novas construções para além das atividades intelectuais; trata-se de consciência

[4] A máscara do silenciamento, também conhecida como máscara de Anástácia, escrava que foi condenada a usar a máscara por toda a vida representa os efeitos coloniais que emudece a população afrodiaspórica, o objeto faz "parte do projeto colonial". Sobre a máscara, Grada Kilomba (2019) diz que "era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa." (p. 33)

social e da compreensão de que estar à margem foi condição imposta pela herança colonial. Decolonialidade é um termo que propõe uma perspectiva crítica e desconstruída de educação, questionando a colonização e os impactos dela como resultados sociais em suas diferentes vertentes.

Assim, a educação se apresenta como lugar difusor das ideias decoloniais e questionadoras. A escola por direito é lugar de todos e todas, acolhe negros, ciganos, índios, pessoas oriundas das camadas populares. Todos e todas buscam na escola uma solução salvacionista de um futuro melhor. Mas até que ponto esta educação se apresenta com diálogos abertos a todas as camadas? E até quando o diálogo não passa de uma imposição de normas culturais eurocêntricas? Com a intenção de promover um processo civilizatório com padrões construídos por anos, as bases educacionais foram firmadas sob fortes estruturas que oprimem e segregam. Estudos que envolvem as epistemologias negras, filosofias indígenas, feminismo, memórias imigrantes, são questionamentos que causam desconforto porque apresentam uma intenção de reestruturar o que está posto.

> (...) o sistema educativo, tal qual conhecemos, tem sido um dos instrumentos de maior eficácia sobre a população utilizada na colonização do poder. O ensino eurocentrado tem moldado a forma como pensamos, qual tipo de relação devemos ter com a natureza, com os modelos de civilização e expurgo dos atuais bárbaros: a expansão neoliberal tem tido espaço reservado nas salas de aula, hierarquizando a educação, inscrevendo o ideário de branqueamento nos corpos e mentes. A exclusão da participação das mulheres, indígenas, negros, ciganos, camponeses operários na escrita da história é parte de um poder que delimita o que deve ser estudado, e quais sujeitos devem ser exaltados e qual história deve ser contada (SILVA, 2019, p. 52).

Apresentar uma "consciência crítica" conforme propõe Paulo Freire pode incentivar questionamentos capazes de movimentar as sustentações e assim promover uma evolução científica. É nesta perspectiva que Paulo Freire propõe a sua *Pedagogia do Oprimido*. Um dos grandes tensionamentos trazidos pelo autor à instituição escolar diz respeito justamente à amplitude que é o processo educativo. Freire nos revela que os/as educandos/as são sujeitos socioculturais e que trazem em sua bagagem ricos conhecimentos, muitas vezes invisíveis para a escola. Também nos ensina que:

> [...] existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (...), Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens [...] (FREIRE, 2005, p. 90).

A partir deste pensamento, Freire nos revela que educação é sinônimo de formação humana, indicando que o processo educativo é muito mais amplo que o processo de escolarização. Com esta formulação abre-se uma porta para que possamos olhar para além dos muros da escola, pensando a educação como todas as formações humanas. A escola é importante mediadora do processo de ensino-aprendizagem, mas também impera o preconceito, o sexismo, a xenofobia por conta da diversidade que a compõe. Assim, para além, precisamos saber quais as realidades têm sido fortalecidas pelas estruturas do colonialismo e quais epistemes foram abandonadas neste processo.

> Nos países pluriétnicos e multinacionais, o conhecimento pluriversitário está a emergir ainda no interior da própria universidade quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na universidade e verificam que a sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários. Tudo isso obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos e exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que o produzem e, portanto, às universidades. À medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência. A universidade foi criada segundo um modelo de relações unilaterais com a sociedade e é esse modelo que subjaz à sua institucionalidade atual. O conhecimento pluriversitário substitui a unilateralidade pela interatividade, uma interatividade enormemente potenciada pela revolução nas tecnologias de informação e de comunicação (SANTOS, 2010 p. 31).

O projeto de nação construída sem a voz dos negros pode ser reformulado, para isso é necessário que a literatura negra comece a ganhar espaço, derrubando os cânones acadêmicos. Esta valorização de memórias apagadas pela colonização que foram desvalorizadas pode instigar o pensamento crítico proposto por Freire e por outros/as pensadores/as que incentivam a decolonialidade. As escrevivências vêm neste sentido, como possibilidade de mostrar as histórias silenciadas por escritas hegemônicas e que contam verdades parciais. Escrevivências oportunizam que personagens atuais munidos de letramento ou não busquem na ancestralidade a história silenciada, oportunizando que as vozes caladas sejam ouvidas e que o passado e o presente tenham novas perspectivas.

Escrevivências como oportunidade de decolonizar o saber

"O que os livros escondem, as palavras ditas libertam. E não há quem ponha um ponto final na história." (Conceição Evaristo).

Inúmeras foram as formas de descredibilizar as identidades dos colonizados estabelecendo padrões de poder sob modos "outros" de pensar o viver. Esta "colonialidade de poder", como apresenta Aníbal Quijano (2005, definiu os binarismos que dividem a sociedade estabelecendo os valores, descredibilizando a história da população da diáspora. Ainda de acordo com Quijano (2005, p.118), "as novas identidades históricas, produzidas sobre a base da ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho". Assim, o poder eurocêntrico associado ao conceito criado de raça manteve a manutenção do discurso centrado em suas convicções e deste modo estabeleceram quais as linguagens poderiam ser ouvidas. O movimento de possibilitar que as vozes ancestrais e subalternas das margens ecoem saberes e críticas se faz necessário e tem o poder de oportunizar que memórias contra-hegemônicas façam parte do acervo cultural da humanidade.

Catherine Walsh (2009) propõe através de diálogos com Paulo Freire e Frantz Fanon que as pedagogias incentivem o "pensar a partir de" e o "pensar com" como propostas de rever "a condição ontológico-existencial-racializada dos colonizados, apontando novas compreensões próprias de colonialidade do poder, saber e ser (...)" (p. 38). Toda a base firmada pela estrutura social condicionada pelo norte global pode ser abalada a partir do momento que novos saberes forem apresentados. O padrão de poder capitalista junto com as demais formas de dominação (cisheteropatriarcado e racismo) devem ser questionados; e será possível perceber que a heterogeneidade histórico-estrutural mencionada por Aníbal Quijano (2005) vem como um impulsionador para se tratar de variados caminhos na construção de memórias contra-hegemônicas. Pensando nas estratégias para incentivar e viabilizar esta construção, as escrevivências podem ser usadas como estratégias de valorização dessas memórias.

Escrevivências, este termo que transborda filosofias da diáspora africana foi criado pela escritora Conceição Evaristo e tem a ver com escrever de si. Quando Evaristo criou o termo escrevivências em 1994 estava envolvida com sua pesquisa de mestrado na Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro, onde a autora investia em conhecer mais sobre a literatura negra. Conceição Evaristo apresenta o hábito de associar palavras para criar termos a fim de potencializar seu significado, com o surgimento da palavra escrevivência não foi diferente. "Era um jogo que eu fazia entre a palavra 'escrever' e 'viver', 'se ver' e culmina com a palavra 'escrevivência'" (EVARISTO, 2020). Ela usa o termo como provocador de denúncias e a mulher negra com suas vivências se tornam os elementos literários que compõem suas obras com reflexões críticas às desigualdades raciais e sociais.

> (...) o que a minha memória escreveu em mim e sobre mim, mesmo que toda a paisagem externa tenha sofrido uma profunda transformação, as lembranças, mesmo que esfiapadas, sobrevivem. E na tentativa de recompor esse tecido esgarçado ao longo do tempo, escrevo (Depoimento da escritora Conceição Evaristo durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009 na Faculdade de Letras da UFMG.)

As histórias e memórias contadas a partir de escrevivências resgatam recordações ancestrais capazes de manterem vivas e difundidas ideias ontológicas da diáspora africana que se perderam pela colonialidade. Miranda e Araújo (2019) afirmam que este processo exige reconstrução e que a saída é esta: "aprender de nós mesmos a partir de memória ancestral" (2019, p. 388). Como consequência desta "desaprendizagem" é possível construir novas perspectivas direcionando o olhar para o que foi abafado pelo poder da modernidade. Valorizar o conhecimento das margens, rever o padrão estabelecido, questionar os binarismos que subalternizam determinado grupo "tudo isso implica em escrever às avessas, imprimindo outros discursos"(*Ibidem*, p. 389) e esta prática deve ser pensada e tensionada na intenção de condicionar protagonistas outros a uma centralidade.

De certo modo, o termo escrevivências ganhou maior notoriedade nos últimos anos. Na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo, das 40 pesquisas envolvendo o tema, 25 datam dos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021). Isto evidencia o quanto as mobilizações no ambiente acadêmico estão reverberando pesquisas que buscam modificar as narrativas e os cânones acadêmicos, objetivando protagonizar a escrita de mulheres negras como denúncias.

As reverberações no âmbito científico acabam por refletir nas mais diversas mobilizações sociais. Em 2019 a escola de Samba do Rio de Janeiro "Acadêmicos da Abolição" investiu em um desfile que abordou as escrevivências e sua potência enquanto ferramenta literária e crítica ao

sistema. Intitulado "Conceição Evaristo - A Escrevivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos", o samba-enredo apresentou as escrevivências como uma forma de criticar as violências vivenciadas pela população da diáspora africana, inserindo a autora Conceição Evaristo como abolicionista que rompe com o silenciamento da mulher negra, libertando-as de seu emudecimento. A associação entre samba e escrevivências forma um conjunto simbólico potente. Uma vez que o samba é uma manifestação cultural afrodiaspórica, levar a escritora e este enredo ao domínio destes indivíduos é um ato de resistência e mobilização cultural e de militância. A letra deste samba reverbera incômodos sociais e inquietudes de um sistema que mantém o negro na condição de subalterno.

Balança a saudade no peito
A dor pelos meus ancestrais
Mulheres (sem voz), sem direitos
Guerreiras dos próprios ais
Ecoa a voz dos porões, lamento
Senzala grita em obediência
E hoje a comunidade oprime
A luta se faz regime
Mas brotam as sentinelas
As filhas que pedem liberdade
O fim de toda a maldade
Eis a voz de todas elas
Ainda choram as lágrimas de outrora
O meu quilombo é chamado de favela
Enquanto o negro continua escravizado
Vai sonhando acordado vive uma quimera
África pequena fonte que traz recordação
Samba vem do terreiro de Ciata
Resistência! Na voz o clamor
Cantando em versos poemas de amor
Orgulho negro se fez imortal
Kizomba! É homenagem a Zumbi
Iluaê é tradição nagô
Pergunte ao criador
Quantas lágrimas na tela
Tem sangue banto colorindo essa aquarela
Negra flor, eis a senhora liberdade!
Escrevivência em poesia
Num canto negro, um pedido de igualdade
Avisa a casa grande, é chegada a Abolição
Escrita assinada pelas mãos de Conceição
Reescreve a história baseada no respeito
Contra toda a injustiça, pelo fim do preconceito

(ACADÊMICOS DA ABOLIÇÃO, 2019).[5]

Lélia Gonzalez apresentava por característica principal a proposta de uma escrita ao alcance e compreensão de todos. Neste sentido, esta autora negra, brasileira com discurso antirracista que mobilizou os movimentos sociais no Brasil, criou um termo que retrata bem as características da nossa forma de comunicação: o pretoguês. O pretoguês para Lélia era a forma de linguagem que mais se aproximava da população afrodiaspórica, como ela mesma dizia "sem frescura". Para Lélia "a cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos é diferente de Portugal. Nosso português não é português é 'pretoguês'" (1984 p. 205-206). A autora se referia sobre identidade e sobre acessibilidade e compreensão. A forma que tentam encaixar o negro brasileiro nos padrões da Europa desde que foram tirados da África pode ser lido como um epistemicídio. Assumir uma identidade própria promove uma nivelação no campo literário. Escrever a população negra com suas características culturais e estético-corpóreos é escreviver.

No período em que os escravizados eram trazidos para o Brasil, uma cerimônia simbólica usual no processo de partida do continente africano era a árvore do esquecimento[6]. Esta árvore era usada ritualisticamente em um processo de desassociação deste sujeito com sua memória e cultura ancestral. Enquanto a pessoa rodava em torno da árvore, repetia palavras de ordem quanto ao esquecimento de sua história, anulando as suas vivências naquele continente e se preparando para um novo começo. A intenção simbólica neste rito de anulação era romper com as representatividades africanas na esperança de que fossem moldados sujeitos mais "embranquecidos" pela cultura europeia. As memórias trazidas com este corpo nunca foram um elemento importante na construção da identidade nacional, que teimava em procurar manter padrões culturais europeus.

Decolonizar nossas práticas e nossos olhares pode ser desafiador, mas sua característica libertadora apresenta que pode ser feito a partir de inúmeras estratégias, com recursos dos mais variados, levando em consideração a importância de valorizar o sujeito emudecido. Gayatri

[5] O Samba-Enredo da Acadêmicos da abolição 2019 - "Conceição Evaristo - A Escrevivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos" está disponível no endereço https://www.letras.mus.br/academicos-da-abolicao/samba-enredo-2019-conceicao-evaristo-a-escrevivencia-abolicionista-em-versos-poemas-e-contos/ acesso em 23 de junho de 2021

[6] Conheça mais sobre a árvore do esquecimento no artigo "A árvore do esquecimento e as tentativas de destruição da memória afrodiaspórica" disponível no endereço https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3860/pdf acesso em 23 de junho de 2021.

Chakravorty Spivak (2010), em seu livro *Pode um subalterno falar?* apresenta a "resistência da subalternidade", principalmente para a mulher negra e periférica. A questão central presente no livro tem a ver com o questionamento "o que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno?" (SPIVAK, 2010, p. 110). Sem continuar a cometer violências epistêmicas e sem manter a mulher negra "tão muda como sempre esteve" (p. 112). A resposta tem a ver com a conduta do pesquisador que se propõe a explorar a vivência desse "outro".

> Ao buscar aprender a falar ao (em vez de ouvir ou falar em nome do) sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna, o intelectual pós-colonial sistematicamente 'desaprende' o privilégio feminino. Essa desaprendizagem sistemática envolve aprender a criticar o discurso pós-colonial com as melhores ferramentas que ele pode proporcionar e não apenas substituindo a figura perdida do(a) colonizado(a) (SPIVAK, 2010, p. 114).

Pensando a partir desta proposta de "falar ao", o uso das "escrevivências" pode ser uma estratégia usada como forma de demonstração, valorização, comunicação e resistência. Conhecidas como narrativas, as escrevivências trazem a realidade transparente de um cotidiano acessível ao/a leitor/a. Frequentemente, Conceição Evaristo ressalta a importância das escrevivências para a explanação da realidade dos negros no Brasil. Principalmente da mulher negra. Para a autora, "a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos" (EVARISTO, 2007. p. 21).

Conceição Evaristo usa esta estratégia de escrita para apresentar, através de seus contos ou poemas, vivências de mulheres. Inspirada nas mulheres negras, esta literatura aproxima da realidade brasileira e se torna reflexo de contextos reais. Assim é capaz de ilustrar exatamente como a mulher que vive nesta interseção de vias de opressão caminha nessa estrada a ela demarcada e as ações de resistências e de autoconhecimento, além da crítica social que fomenta a consciência do/a leitor/a. Ela é capaz de inventar um mundo que existe. A autora é flexível nos assuntos abordados, conseguindo mesclar entre gênero, aborto, maternidade, carreira profissional, prostituição, relacionamento homoafetivo, corporeidade negra entre outros. A autora afirma que mesmo nesta ambivalência entre o escrito e o vivido, "afirmo que, ao registrar essas histórias, continuo no premeditado ato de traçar escrevivências" (EVARISTO, 2016, p. 07).

> Foi em uma ambiência escolar marcada por práticas pedagógicas excelentes para uns, e nefastas para outros, que descobri com mais intensidade a nossa condição de

> negros e pobres. Geograficamente, no Curso Primário experimentei um "apartaid" escolar. O prédio era uma construção de dois andares. No andar superior, ficavam as classes dos mais adiantados, dos que recebiam medalhas, dos que não repetiam a série, dos que cantavam e dançavam nas festas e das meninas que coroavam Nossa Senhora. O ensino religioso era obrigatório e ali como na igreja os anjos eram loiros, sempre. Passei o Curso Primário, quase todo, desejando ser aluna de umas das salas do andar superior. Minhas irmãs, irmãos, todos os alunos pobres e eu sempre ficávamos alocados nas classes do porão do prédio. Porões da escola, porões dos navios (Depoimento da escritora Conceição Evaristo durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009 na Faculdade de Letras da UFMG.)

Conceição Evaristo consegue apresentar, a partir da sua experiência, que o racismo estrutural e institucional esteve e está presente no ambiente escolar, e que foi velado por anos. A denúncia enfática revelada por suas falas consegue transmitir a realidade vivida até hoje por muitas crianças negras, mesmo depois da sanção da Lei 10639/03[7]. Um fragmento capaz de dizer sobre inúmeros assuntos atuais e em pauta. Registrar os fatos e escreviver pode mobilizar resistências, pode incentivar mudanças e radicalismos antes mascarados.

Esta prática de registrar a sociedade foi feita há algum tempo pela primeira pessoa a praticar escrevivências (antes mesmo desta denominação). Maria Firmina dos Reis (1822–1917), mestiça, professora e abolicionista da época, foi a primeira escritora do Brasil a pensar a "escrita de si". Maria Firmino escrevia sobre a realidade brasileira dentro do sistema escravocrata com posicionamentos antiescravistas. "É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos"[8]. Suas escritas possuem linguagem suavizada para que houvesse aceitação da elite brasileira (possíveis leitores da época), mesmo assim era possível perceber a crítica nas linhas que constituía as obras. Em suas narrativas, a autora usava a escravização em suas escrevivências. No conto "A escrava" (1887) em que se lê que "a escravidão é e sempre será um grande mal", a autora não sabia, mas até hoje a população brasileira sofre consequências com o mal do processo escravocrata. Como é importante saber pela escrita de mulher negra os incômodos reais da época. É possível ver fragmentos da diáspora africana presentes em cada detalhe das suas obras. Esta resistência que fez com que Maria Firmino escrevesse sobre as

[7] Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 20 de maio de 2021.
[8] Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis. Acesso em: 14 out. 2020.

indisposições sociais colabora como registro documental de um período desumano aos africanos trazidos para o trabalho escravizado. Diferente de ler, por exemplo, *Casa grande e Senzala* de Gilberto Freyre que apresenta um protagonismo branco e com certa incoerência na realidade da diáspora negra.

O livro *Casa Grande e Senzala* (1933) pode ser considerado um escrito que provocou o ressurgimento de memórias do período colonial, uma vez que aponta elementos e vivências cotidianas do funcionamento do sistema da época, com narrativas de uma convivência harmoniosa entre o escravo e o seu senhor. No entanto, neste mesmo livro é possível perceber um discurso que fortaleceu e fundamentou o mito da "democracia racial", além de ser perceptível uma hierarquia cultural, com tendência à valorização da cultura europeia. A disseminação desta obra contribuiu para que os marcadores raciais fossem invisibilizados por anos e a cultura do branqueamento se tornasse uma estratégia de apagamento da cultura da diáspora africana. Este apagamento cultural impediu que as tradições afrodiaspórica ocupassem um lugar de valor na sociedade, silenciando e marginalizando os sujeitos negros, principalmente a mulher.

A linguagem e comunicação brasileira foram moldadas e o padrão estabelecido como refinado e superior foi o modelo europeu. A escrita de Carolina Maria de Jesus inclusive foi motivo de descrédito por se distanciar dos arquétipos literários tradicionalmente estimados. No entanto, esta obra que apresentava a condição marginal da sua e de muitas famílias na favela do Canindé no período de 1955 a 1960 foi capaz de despir e descortinar toda a realidade até então encoberta por mitos, tais como da democracia racial e da meritocracia.

Carolina Maria de Jesus. Mulher, negra, mãe solo de três filhos, moradora da favela, catadora de papel e escritora. A autora, hoje uma das escritoras brasileiras mais conceituadas dentro e fora do Brasil, sempre manifestou inquietude e indagações sociais pertinentes. O desassossego, a crítica e a consciência de raça mobilizam e são apresentados em seu livro a partir das suas vivências reais. Pode-se dizer que a obra *Quarto de despejo* é um exemplo forte de escrevivências, o impacto desta obra no mundo acadêmico diz sobre a pertinência de difundir a prática e o cotidiano. Carolina, que teve a fome como inimigo habitual, apresenta a partir de suas vivências a força da mulher negra, sua resistência ao patriarcado, sua percepção da beleza do corpo negro, suas críticas ao sistema que a colocou em lugar marginalizado:

> 13 de Maio. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. [...] Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe! A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandei-lhe um bilhete assim: -"Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude catar papel. Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (JESUS, 2019, p. 30).

Não existe saber mais valioso que o saber a partir das experiências, o olhar apurado de Carolina e a forma como ela é capaz de ler o funcionamento do sistema social, em um período onde os questionamentos acerca das estruturas estabelecidas ainda eram comedidos, provocam certo estarrecimento na mesma medida que causa orgulho pela perspicácia dela. Os relatos de Carolina Maria de Jesus datam entre os anos de 1955 e 1960. Mudanças ocorreram desde então, mas os incômodos persistem nos becos e vielas do país. As mulheres continuam as responsáveis pelos filhos, em sua maioria, e a maior parcela de mulheres monoparentais continuam na periferia.

> Em dez anos, de 2000 a 2010, o Censo destaca que o papel da mulher responsável pela família subiu de 22,2% para 37,3% . O aumento de famílias monoparentais é maior nas regiões mais pobres do país; o modelo de casal com filhos tem valores máximos na região Sul, e o Nordeste, região mais pobre do país, é onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família (IBGE, 2012).

Claro que ao tratarmos de escrevivências esbarramos com um problema social que afasta a população negra do exercício de escrever suas memórias, o analfabetismo. Em 15 de outubro de 1827 foram legalizadas as primeiras escolas de letras para meninos e meninas. Em seu decreto oficial no "Art 1º, em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias"[9]. No entanto, entre os cidadãos estavam excluídos os escravos. Em 1834, o

[9] O decreto, assinado por Dom Pedro I, data 15 de outubro de 1927 e está disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=1%C2%BA%20Em%20todas%20as. Acesso em: 17 maio. 2021.

ato adicional na constituição, considerado um "marco fundamental e determinante na organização da educação brasileira" (CASTANHA, 2006, p. 174), definiu qual perfil de alunos/as poderia frequentar a escola. Enquanto os negros eram o principal componente de manutenção do serviço escravocrata, os brancos eram motivados a estudar para alcançar sua ascensão. A forma excludente do negro no campo da educação reverbera até hoje como reflexo destas políticas de exclusão. O Censo da Educação Superior no Brasil (2016) mostrou que existem hoje 10 mil professoras doutoras ocupando cadeiras acadêmicas nos programas de pós-graduação, destas apenas 216 são negras (0,4%). Não obstante, seguimos com representação de 80% como trabalhadoras domésticas. O esforço de uma pesquisadora negra na busca por notoriedade acadêmica pela escrita nem sempre é reconhecido e "apenas 6% de autores/as negros/as chegam às estantes e livrarias" (DELCASTAGNÈ, 2012).

Participar da construção epistemológica do Brasil sempre foi dificultado por que o negro não passava de um corpo trazido para força de trabalho. Tratar as escrevivências a partir dos moldes tradicionais de escritas pode vir a ser um distanciador. Por isso há a necessidade de compreender as escrevivências como um termo amplo, que abarca toda a escrita de uma pessoa, desde o seu sotaque e suas heranças simbólicas até o seu modo de se comunicar, que pode passar pela escrita.

A proposta de usar as escrevivências como ferramenta metodológica alcançou o espaço acadêmico e algumas pesquisadoras têm usado este procedimento em suas pesquisas, eu sou uma delas. Quando propus que as sujeitas da pesquisa de mestrado em educação que estou mediando escrevessem sobre suas realidades, uma delas disse que: "seria ótimo, porque pela escrita eu consigo me comunicar de uma forma que eu não consigo pela fala" (Vanessa, 2021[10]). Quando ela disse isto, descreveu sobre o incômodo que a sociedade impõe em sua existência e que são negligenciadas.

Em outra oportunidade, outra sujeita que compõe a pesquisa (Marielle[11]) disse do quanto a escrita de si tem fomentado críticas antes banalizadas. Oportunizar mais uma forma de comunicação e liberar as pessoas dos moldes tradicionais motiva que estas pessoas escrevam ou que outras autoras leiam estes personagens reais e representem em palavras acerca de uma coletividade em tom crítico e

[10] Sujeita da pesquisa intitulada *"Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras"*, Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana FaE/UEMG, Belo Horizonte, 2022)

[11] Sujeita da pesquisa intitulada *"Ela não tem pai, mas tem mãe: Educação e relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias monoparentais femininas negras"*, Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana FaE/UEMG, Belo Horizonte, 2022).

identitário. Pensando as pessoas negras como memórias vivas da ancestralidade, ao manter as práticas de escreviver, este nicho pode contribuir para que a identidade negra seja fortalecida tanto no contexto da população quanto no arcabouço cultural, empobrecido de referências positivas da diáspora. Claro que as críticas contidas nestes exercícios literários serão fundamentais também como constructo político.

As Carolinas continuam por aí e os relatos provocativos de 1955 presentes em suas escrevivências seguem vivos. "Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que a espada. E as feridas são incicatrizáveis" (JESUS, 2019, p. 43). Se mais Carolinas se propuserem a usar das palavras como armas, a guerra decolonial e antirracista poderá oportunizar maiores resultados, enfraquecendo o colonialismo que ainda impera. São muitas as mulheres negras que querem dizer e escrever sobre si, estão em todos os lados e precisam descobrir apenas o que Carolina descobriu: que a força dela não precisa ser física e que o mundo não possui escudo capaz de proteger a todas/os contra as verdades e saberes que as compõem. As vivências ancestrais nos ensinaram que a mudez nunca foi uma tática de mudança do cenário, que busca o silenciamento como forma de manutenção do poder. Resgatar as vivências passadas pode ser uma postura contrária ao silenciamento dos povos negros. Isso garante que haja mobilizações com respaldo de existências passadas, ou seja, não existe uma batalha atual, mas sim histórica.

Considerações finais

Desde a "árvore do esquecimento" até a atualidade existiram inúmeros movimentos que promoveram o apagamento da memória ancestral de povos de origem africana e sua diáspora. As escrevivências neste sentido podem ser usadas para resgatar conhecimentos ancestrais que estão nos cantinhos da nossa sociedade. As mulheres de *Quarto de Despejo* ainda ocupam as favelas atuais e precisam continuar sendo lidas para que não percamos nossas identidades já suprimidas pelo imperialismo europeu. A escravatura atual persiste na periferia e o incômodo precisa ser mostrado ao mundo como forma de resistência, de crítica, de insatisfação. São inúmeros os detalhes perdidos, são tantas Carolina Maria de Jesus, estão em todas as vielas marginalizadas. Elas só precisam escrever suas realidades para que todos conheçam a potência da voz negra, para que esta voz negra ressoe junto com os julgamentos sobre as estruturas sociais que as colocou neste lugar que elas ocupam por

gerações. Elas precisam ser lidas para que a cultura afrodiaspórica não se perca cada dia mais como consequência de violências simbólicas devido ao colonialismo.

As mudanças almejadas por Maria Firmino dos Reis, Carolina Maria de Jesus Conceição Evaristo, e tantas outras escritoras que fazem da mulher negra seu recurso literário estão gradativamente acontecendo, e o movimento na ciência já reverbera, causando conflito no interior deste ambiente."Menos do que resposta ao racismo institucional, essa nova epistemologia insere-se no desafio de colocar em prática projetos acadêmicos autônomos aos referenciais da ciência hegemônica" (XAVIER, 2019, p. 77).

A prática de "escreviver" pode promover a literatura negra, a cultura afrodiaspórica perdida e junto com esta ascensão epistemológica, pode provocar denúncias e críticas construtivas à evolução social. As feridas tampadas por anos podem e devem ser expostas, apresentadas à humanidade a partir dos relatos das mulheres negras que vivem escondidas, às margens. Este pode ser o momento de "quebrar o elo dos grilhões" impostos pelo colonialismo; e uma forma de fazer isto é incentivar que o subalterno fale, que escreva, que tire as ataduras usadas para encobrir as feridas que incomodam a todos/as. A valorização da cultura negra que chegou nos porões dos navios negreiros demorou para acontecer, mas ainda há tempo. Mobilizar as estruturas e movimentar as bases construídas com suor negro pode provocar liberdade intelectual e potencializar as críticas sociais.

Talvez tenha certa ousadia nas expectativas das escrevivências, porque nasce de simplicidade, não deve mobilizar tanto as bases estruturais. A exemplo de *Quarto de despejo*, escrito na humildade de Carolina de Jesus, não se deve desmerecer a potência do que é sutil. Desconheço quem tenha lido a obra sem perceber a imponência das críticas contidas nela, sem se sensibilizar com a desigualdade visível nas hierarquias sociais, sem se encantar com o discurso empoderado da autora, sem valorizar a mulher que precisa alimentar sua família. Ninguém sai de uma escrevivência do mesmo modo que iniciou. É uma estratégia de escrever a sociedade, mas sem usar outras lentes, escrita real pela ótica da verdade.

Referências bibliográficas

ACADÊMICOS da Abolição. **Conceição Evaristo** - A Escrevivência Abolicionista em Versos, Poemas e Contos. Disponível em: www.letras.mus.br/academicos-da-abolicao/samba-enredo-2019-conceicao-evaristo-a-escrevivencia-abolicionista-em-versos-poemas-e-contos. Acesso em: 19 maio. 2021.

ARAÚJO, Helena Maria Marques; MIRANDA Claudia. Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Perspectiva**, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e58787. Acesso em: 26 abr. 2021.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das relações étnico-raciais e políticas de formação continuada de professores/as da educação infantil: experiências de Florianópolis/SC. *In*: Educação e relações étnico-raciais. **38ª Reunião Nacional da ANPed**, São Luís do Maranhão, 2017.

DELCASTAGNÉ, Regina. **Literatura Brasileira contemporânea:** um território contestado. São Paulo: Horizonte, 2012.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras:** teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Depoimento [Maio de 2009]. I Colóquio de escritoras mineiras. Belo Horizonte: UFMG, 2009

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016a.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016b.

EVARISTO, Mara. **Núcleo de Estudos das Relações étnico-raciais**, 2020. Disponível em: http://etnicogenero.blogspot.com.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** Saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. p. 1–203. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2012.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias à plantação:** Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Comunicação de Audre Lorde no painel "Lésbicas e literatura" da Associação de Línguas Modernas em 1977 e publicado em vários livros da autora. Disponível em: www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/amp. Acesso em: 19 maio. 2021.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 19 de maio. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEMOG, Elé. Ponto histórico. **Literafro**, 2018. Disponível em: www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/732-ele-semog-ponto-historico. Acesso em: 14 out. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SILVA, Roberta Ribeiro da. Mulheres Negras, Produção e interseccionalidade. São Paulo. 2019. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22236/2/Roberta%20Ribeiro.pdf acesso em 02/03/2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando a sua história**. Rio de Janeiro, Malê, 2019.

Temporalidades

Arranjos conjugais entre africanos libertos e escravizados: gênero e estratégias matrimoniais nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade em Mariana, Minas Gerais – Brasil (século XVIII)

Marital arrangements between freed and enslaved Africans: gender and matrimonial strategies on slavery and liberty margins in Mariana, Minas Gerais – Brazil (eighteenth century)

Natã Freitas[1]
Graduando em História
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
freitas.nata21@gmail.com

Recebido: 21/01/2023
Aprovado: 01/04/2023

Resumo: Colocando em evidência os casais cuja relação foi atravessada pelos vínculos conjugal e escravista, este artigo se propõe a investigar os casamentos mistos entre africanos libertos e escravizados celebrados na Mariana de meados do século XVIII. O casamento neste centro urbano, religioso e escravista mineiro será abordado a partir dos referenciais culturais dos africanos e os influxos específicos do universo colonial, enfatizando suas trajetórias em relação a estratégias matrimoniais possíveis. Serão discutidos também os prováveis desdobramentos desse formato de união num universo cultural que carregava expectativas distintas e desiguais para homens e mulheres e seus impactos nas fronteiras entre a escravidão e a liberdade.

Palavras-chave: Casamentos mistos; Minas Gerais; Século XVIII

Abstract: Considering the couples whose relationship was crossed by conjugal and slave bonds, this article aims to investigate the mixed-status marriages between enslaved and freed Africans celebrated in Mariana during the first half of the eighteenth-century. Marriage in this urban, religious and slave center in Minas Gerais will be approached from the cultural references of Africans and the specific influxes of the colonial universe, emphasizing their trajectories under the existing conditions and possibilities. Furthermore, the probable meanings of this type of union in a cultural context with distinct and unequal expectations for men and women and its impacts on the boundaries between slavery and freedom will be discussed.

Keywords: Mixed-status marriages; Minas Gerais; Eighteenth-century

[1] Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica que teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/10255-0. Sou grato às sugestões dos pareceristas anônimos que avaliaram este artigo, aos comentários de Aldair Rodrigues, à gentileza dos funcionários do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana e do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, e às leituras atenciosas de Natalie Freitas e Laís Lorenço.

Introdução

Na cidade de Mariana, aos sete dias do mês de maio de 1748, o preto forro Antônio Pereira compareceu diante do tabelião Manoel Teixeira requerendo o traslado de sua carta de alforria em Livro de Notas. No documento, escrito alguns meses antes, em nove de novembro de 1747, em Ribeirão Abaixo, a proprietária declarou: "Digo eu Gracia de Barros preta forra que entre os mais bens de que possuo, sou senhora de um preto por nome Antônio Pereira, meu marido". Ela o havia comprado de João Dantas de Araújo, "trocando-o por uma mulatinha por nome Francisca". A libertação não envolveu pagamento algum e, daquele dia em diante, Antônio estaria isento das obrigações de cativeiro, podendo "ir para onde muito quiser e fazer do seu corpo o que melhor lhe parecer" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 58, fl. Ilegível). Entre a escrita e o registro notarial da alforria de Antônio, Gracia ditou um testamento alegando temer a morte em virtude do acometimento de uma doença que a deixara "na cama". Sobre sua relação com Antônio, ela explicou que o havia comprado "depois de casada com ele" e que não tiveram filhos. Poucos dias depois, no dia trinta e um de outubro de 1747, Gracia de Barros faleceu da vida presente (AHCSM, 1º Ofício, Livro Nº 63, fl. 51v).

Por meio das alforrias registradas em cartório, localizamos outros africanos que teceram relações permeadas pelos vínculos conjugal e escravista na Mariana de meados do século XVIII. Nesses documentos pudemos identificar, mediante as declarações do proprietário, africano liberto ou africana liberta, a existência do vínculo matrimonial ou a intenção futura de casamento com o sujeito escravizado[2] que estava sendo alforriado. Destas uniões é que nos ocuparemos neste artigo, seguindo as trajetórias conjugais entre tipologias documentais diferentes que nos permitirão superar a aridez das fontes notariais com informações de cunho mais qualitativo. Em primeiro lugar, abordaremos como a historiografia analisou os matrimônios em que uma pessoa livre ou liberta se uniu a uma pessoa escravizada. Em seguida, avaliaremos as possíveis conexões entre o observado no âmbito colonial e as dinâmicas de casamento e escravidão em sociedades da África ocidental, região de proveniência da maioria dos africanos que viveram em Mariana durante a primeira metade do Setecentos. Na última parte, por meio da análise de alguns casos, buscaremos evidenciar as implicações dos arranjos em apreço na definição das fronteiras entre a liberdade e o cativeiro, e suas intersecções e tensionamentos num universo cultural que carregava expectativas distintas e desiguais para homens e mulheres.

[2] Quando possível, optei por utilizar "escravizado", termo que se refere ao estado de dominação a que as pessoas estavam submetidas, em vez de "escravo", que tende a essencializar a condição cativa. Na documentação, no entanto, é o termo escravo/escrava que encontramos, categoria da sociedade brasileira colonial.

Casamentos mistos: historiografia

Na sociedade colonial brasileira, escravista e católica, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) defendiam a liberdade dos sujeitos escravizados se casarem com pessoas de mesma condição, assim como com pessoas livres ou libertas, independente da oposição de seus senhores. Os matrimônios envolvendo contraentes de estatutos jurídicos distintos, embora fossem menos corriqueiros quando comparados aos matrimônios entre pessoas de mesma qualidade, estavam difundidos em diversas partes da América Portuguesa. A esta forma de arranjo matrimonial, a historiografia denominou "casamento misto", ou ainda "casamento entre desiguais".

Na capitania de São Paulo, Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, pp. 146-7) observou que, quando os nativos "passaram da situação de cativeiro para a de administração", os senhores buscaram "prender a população indígena a uma escravaria negra que àquela altura era rara e dispendiosa". Nesse sentido, o casamento misto seria uma forma de agregar mão de obra de "uma maneira relativamente barata". Para a mesma localidade, Goldschmidt (2004 [1986]) chegou a resultados semelhantes. Por meio da análise de uma robusta documentação, a autora concluiu que "a vontade do senhor era o elemento determinante para a composição dos casais mistos, confundindo-se com a do escravo". Isto porque tais uniões configuravam um "meio efetivamente vantajoso de conseguir trabalho adicional" (GOLDSCHMIDT, 2004, p. 155). Já no município paulista de Santana de Parnaíba, Alida Metcalf (1987) notou que vinte por cento dos casamentos envolvendo pessoas em condição de escravidão eram casais mistos. Segundo a autora, tais uniões teriam proporcionado "aos escravos uma base para uma vida familiar estável" e teriam beneficiado os senhores na medida em que o parceiro livre ou liberto acabaria vivendo como um agregado em sua propriedade (METCALF, 1987, p. 237).

Em artigo sobre o casamento entre desiguais na Madre de Deus de Porto Alegre, Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2015) observaram por meio de um levantamento quantitativo que estes representavam uma pequena parcela das uniões celebradas, variando de nenhuma ocorrência entre 1800 e 1804 a 6,5% entre 1770 e 1774. Buscando compreender as circunstâncias e motivações que teriam influenciado a união de indivíduos de condição jurídica distinta, os autores rastrearam alguns dados sobre estes casais através do cruzamento dos fragmentos deixados em registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) com outras fontes eclesiásticas (rol dos confessados e comungados). Com ênfase na trajetória de um casal de proprietários, os

autores obtiveram "alguns indícios" que corroboram com a perspectiva segundo a qual "os casamentos mistos poderiam ser o resultado de um 'estímulo senhorial', visando o incremento de mão de obra e de dependentes sob sua autoridade" (SCOTT; SCOTT, 2015, p. 76).

Embora importantes e consistentes, os estudos acima mencionados acabam por enfatizar em demasiado o ponto de vista da classe senhorial em torno das estratégias matrimoniais dos sujeitos escravizados e libertos, em detrimento de tentar compreender o significado dessas uniões para os indivíduos que nelas estavam envolvidos. Com ênfase nos eventuais benefícios que os senhores obteriam com tais uniões, devido aos seus potenciais econômico e produtivo, esses trabalhos acabaram conferindo pouca visibilidade à experiência dos sujeitos, homens e mulheres, escravizados e libertos, sempre submetidos a fatores além de seus domínios, exercendo pouca ou nenhuma influência em suas opções conjugais. Não se trata de desconsiderar as difíceis condições do cativeiro e a força dos senhores nas mediações sociais dos indivíduos escravizados. Apesar das contingências enfrentadas no interior da sociedade colonial – hierárquica e escravista –, diversos estudos demonstram que a população liberta e escravizada soube se organizar e tecer alternativas de vida de acordo com as condições existentes.

Com efeito, os casamentos mistos não ocorriam necessariamente a partir da intenção dos senhores de arregimentar mão de obra em suas propriedades, de modo que outras motivações podem ter fundamentado a formação de tais arranjos. É o que sugere a investigação de Carlos de Almeida Prado Bacellar (2015) sobre os casamentos envolvendo pessoas libertas e escravizadas celebrados na vila de Itu entre princípios do século XVIII e a abolição da escravidão. Cruzando as informações contidas em registros paroquiais de casamento, batismo e óbito com uma lista nominativa de habitantes, o autor observa que "nos domicílios ituanos, encontrar casais mistos dentro do mesmo domicílio foi mais difícil do que os encontrar separados" (BACELLAR, 2015, p. 226).

Além disso, é certo que o casamento misto pode ter impactado a experiência do cônjuge liberto, porém a trajetória destes casais não se resumiu apenas a isso. Em seu estudo sobre os casamentos ligados à escravidão no Rio de Janeiro do início do século XVIII, Charlotte de Castelnau-L'Estoile (2016) analisou fragmentos de histórias conjugais a partir dos processos de dispensas matrimoniais. Dos setenta e cinco registros encontrados para um período de quarenta anos (1680-1720), setenta se referem a casais mistos no plano jurídico. Ao mesmo tempo que a documentação revela a subjetividade dos contraentes e a apropriação que fizeram do direito

canônico para fazer valer suas demandas, também demonstra que os senhores da parte escravizada tiveram seu domínio assegurado por um direito consuetudinário, o "termo de seguimento". Este poderia, inclusive, gerar uma nova forma de dependência, principalmente de livres e libertos, aos propósitos do senhor da parte escravizada. Portanto, a autora revela que tais uniões abarcavam e compreendiam interesses e estratégias não só dos senhores, mas também dos próprios casais (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2016, p. 41).

De qualquer forma, os trabalhos citados posicionaram a análise dos casamentos mistos vinculados em alguma medida à classe senhorial dominante. Contudo, ignoramos um trabalho que tenha tratado exclusivamente dos africanos libertos que adquiriram seus cônjuges ou que se casaram com um de seus escravos, compondo, assim, uniões mistas. Neste artigo nos ocuparemos de entender esses arranjos, com enfoque nas relações tecidas por africanos que viveram em Mariana durante a primeira metade do século XVIII. A questão a ser destacada são as implicações deste formato de união na definição das fronteiras, nem sempre estáticas, entre a liberdade e o cativeiro, e suas intersecções e tensionamentos com as expectativas de gênero vigentes na sociedade marianense.

Casamento e escravidão: relações entre a África e as Minas Gerais

Em Mariana, principal município escravista da capitania mineradora, os africanos correspondiam à esmagadora maioria dos trabalhadores escravizados, entre os quais foram predominantes aqueles oriundos da África ocidental até meados do século XVIII. A mão de obra escravizada estava inserida nas mais diversas atividades econômicas realizadas na região mineradora, mas seu maior volume se concentrava nos trabalhos relacionados à exploração aurífera. Nas décadas de 1730 e 1740, coincide com o auge da mineração as maiores taxas de importação de africanos e os maiores índices de alforria (PINHEIRO, 2006, p. 145).[3] Localizado

[3] Sobre a conjuntura econômica em Mariana, consultar: BERGAD, Laird W. "Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808". **Estudos Econômicos**, 24(3): 495-525, set-dez, 1994. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**: Mariana – 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994. Sobre as dinâmicas em torno das alforrias nas Minas Gerais, consultar: GONÇALVES, Andréa, Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011. LIMA, Douglas. **A polissemia das alforrias**: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais Setecentistas. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014. MONTI, Carlo G. **"Por amor a Deus"**: o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779). São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. PAIVA, Eduardo França. "Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século VIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial". **Revista de História**. São Paulo – USP, n. 133, 1995, p. 49-57.

no Golfo do Benim, Ajudá era o principal porto escravista da costa afro-ocidental, responsável, segundo Robin Law (2004, pp. 1-2), pela deportação de cerca de 51% dos africanos escravizados transportados da região para as Américas entre 1670 e 1860. Durante o período de hegemonia de Uidá no tráfico (1690-1740), os gbe-falantes correspondiam a algo em torno de 80 a 90% do número total de pessoas deportadas do Golfo do Benim (MANNING, 1982, pp. 335-39). A partir das informações disponíveis no *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database,* Carlos da Silva Júnior (2016, p. 21) observa que foram deportadas quase 500 mil pessoas do Golfo do Benim entre 1700 e 1730, boa parte delas pelo porto de Uidá. De todos os africanos escravizados que chegaram ao Brasil provenientes do Golfo do Benim, mais de 80% desembarcaram no porto de Salvador (SILVA JR., 2016, p. 23). Até a segunda década do século XVIII, parte expressiva desse contingente era levada para Minas Gerais, sendo este o principal meio de fornecimento de trabalhadores escravizados para a área de mineração (FLORENTINO; RIBEIRO; SILVA, 2004, p 83). De acordo com Alexandre Ribeiro (2009, p. 51), entre 1728 e 1748, 40% dos africanos desembarcados em Salvador eram redirecionados para Minas.

A documentação produzida em Minas Gerais registra a presença expressiva de afro-ocidentais escravizados deslocados até o interior do Brasil colonial. Sistematizando as informações contidas em 247 testamentos registrados em Mariana entre 1732 e 1760, Aldair Rodrigues (2021, p. 329) observa que, dos 1832 escravizados que tiveram sua origem declarada, quase 80% eram nascidos na África. Entre aqueles cujas nações foram localizadas, sete em cada dez correspondiam à África ocidental num universo de 1427 pessoas. Nesse conjunto, estavam sobretudo os povos falantes de gbe, que possuíam um mesmo tronco linguístico com variados graus de intercompreensão, assim como possuíam uma série de valores afins (PARÉS, 2006). Além disso, como resume João José Reis (2021, p. 288), essas pessoas provinham de "sociedades mercantis e urbanizadas, com economias políticas complexas, nas quais testemunharam ou vivenciaram a escravidão, a compra e venda de cativos, a posse de escravos por escravos e o resgate de um escravo por outro". Algumas destas dinâmicas, como veremos, podiam ser encontradas junto de outra importante instituição africana – o casamento.

Tanto a escravidão quanto o casamento cumpriam papéis fundamentais na integração de pessoas como parentes ou dependentes nas linhagens (QUIRK; ROSSI, 2022, p. 274). O tamanho destas consistia num importante sinal de riqueza de determinado grupo e um homem poderia se casar com várias mulheres, de qualquer condição, inclusive escravizadas (LOVEJOY, 2000, pp. 13-15). A estabilidade das sociedades africanas dependia não apenas da fertilidade das

mulheres, como também dos trabalhos por elas realizados. Muitos europeus que estiveram na África ocidental, e produziram relatos sobre a população local, abordaram este aspecto. No reino de Uidá, segundo o estudo de John Thornton (2004, pp. 138-9), Thomas Phillips observou que as esposas do rei, "estimadas em mais de mil", trabalhavam assiduamente "na fabricação de um tecido especial para exportação". Do mesmo modo, Willem Bosman (1705) e Jean Baptiste Labat (1730) também registraram que as esposas eram destinadas "ao trabalho e à manutenção dos bens do marido", segundo a dissertação de mestrado de Lia Dias Laranjeira (2010, pp. 110-11). Por constituírem com frequência força de trabalho, "a riqueza na África media-se pelas esposas" (THORNTON, 2004, p. 139). Nesse sentido, era de se esperar que existissem expectativas distintas em relação ao casamento entre as diferentes camadas da população. De acordo com as anotações de Bosman (1705) e Labat (1730) (Apud LARANJEIRA, 2010, p. 111), o poder aquisitivo dos homens era equivalente ao número de esposas, de modo que era esperado que o rei, pessoa que ocupava o topo da escala hierárquica, detivesse o maior número de esposas no reino. Para Bosman, esse número variava entre quatro e cinco mil mulheres, enquanto para Labat esse número, ainda que menor, poderia chegar a duas mil esposas. Por outro lado, segundo Bosman, os "homens comuns" eram casados com quarenta ou cinquenta mulheres e Labat menciona que esse número variava entre doze e vinte e quatro mulheres.

No reino do Daomé, Boniface Obichere (1978, pp. 9-14) observa que as mulheres tinham o mesmo grau de importância dos homens e participavam tanto ativamente quanto passivamente das dinâmicas econômicas e sociais da escravidão. Caso elas detivessem os meios, poderiam escravizar pessoas; enquanto, em circunstâncias adversas, poderiam ser escravizadas. Nestes casos, o autor aponta que dentre os diversos caminhos disponíveis para as escravizadas alcançarem a liberdade, o casamento com um homem livre era o "mais fácil e rápido" (OBICHERE, 1978, p. 17).[4] Por seu lado, Edna G. Bay (1998, p. 8), em sua história social das coalizões dominantes no reino do Daomé, observa que as mulheres constituíam a parcela mais expressiva dos habitantes do palácio, terminologia utilizada para se referir aos "edifícios reais e as pessoas que os habitavam", onde poderiam ascender socialmente, ganhar e exercer autoridade e poder.[5] Além disso, sendo a riqueza medida no número de dependentes mobilizados pelas linhagens, esperava-se que o rei, pessoa mais rica do reino, detivesse o maior número de esposas,

[4]No original: "Several channels were open to women for the attainment of freedom. The easiest and quickest was marriage to a free man" (OBICHERE, 1978, p. 17).
[5]No original: "[...] the palace, a term used here, as it was in Dahomey, to refer both the royal edifices and to the persons who inhabited them" (BAY, 1998, p. 8).

as quais poderiam ser provenientes de todos os estratos sociais, desde cativas de guerra a filhas de famílias abastadas (BAY, 1998, p. 18). Apesar de não representar necessariamente o fim da escravidão para a esposa escravizada, o casamento com um homem livre pode ter proporcionado alterações significativas na forma como a escravidão era experenciada por estas mulheres.

De forma muito sintética, as linhas acima buscaram demonstrar a complexidade dos enlaces tecidos entre homens e mulheres na região de proveniência da maior parcela dos africanos que viveram na Mariana de meados do século XVIII. Frequentemente atravessados pela escravidão, tais arranjos sugerem que a possibilidade de comprar uma pessoa para se casar ou se casar com um escravizado não era uma prática completamente desconhecida pelos africanos que se deslocaram para as Minas Gerais. Inclusive, há mais de duas décadas, Russell-Wood (2001) questionou se, na América portuguesa, teria ocorrido "cerimônias de casamentos que fossem africanas". Ao desdobrar suas indagações, o autor sublinha alguns aspectos que poderiam ser investigados pelos historiadores e historiadoras do Brasil colonial. Em suas palavras:

> Pode ter havido casos em que libertos de ascendência africana tenham comprado mulheres escravas no Brasil, no contexto da tradição africana de aquisição de fato de mulheres com o fim específico de procriação e não apenas de exploração sexual. Em tais instâncias, a motivação era de origem africana e não brasileira, tratando-se de seleção matrimonial e não somente de gratificação sexual; o parceiro selecionava a mulher a partir de sua capacidade reprodutiva, enquanto veículo de criação da família e de contribuir para estender a rede de parentesco, bem como constituía parte do sistema africano de "direitos sobre pessoas" (RUSSELL-WOOD, 2001, pp. 27-8).

Embora suas sugestões sejam instigantes, parece-nos que o autor acabou propondo tais conexões de forma muito linear, desconsiderando os influxos específicos do novo contexto. No âmbito da sociedade colonial, os africanos encontraram um quadro demográfico distinto, um outro regime de trabalho, restrições morais e culturais impostas pela coroa portuguesa e pela Igreja católica. Ou seja, ainda que os referenciais culturais africanos tenham atuado para modelar e significar os arranjos matrimoniais tecidos na diáspora, tais dinâmicas operavam dentro de certos limites. Nessa perspectiva, o eixo do presente artigo assenta-se em investigar as uniões conjugais atravessadas pela escravidão com enfoque tanto nas lógicas africanas de casamento quanto nas contingências impostas pelo universo colonial. Nos interessa avaliar, repetimos, as implicações deste formato de aliança conjugal na definição das fronteiras, não necessariamente estáticas, entre a liberdade e o cativeiro, bem como a forma como tais uniões dialogavam com e tensionavam as expectativas de gênero vigentes na sociedade marianense.

Africanos entre a escravidão e o casamento na Mariana Setecentista

A carta de alforria de Luísa de nação Mina foi redigida por José Ferreira da Silva, a rogo de seu proprietário e marido, o preto forro João Pereira da Cunha, em 5 de março de 1748. O marido a havia comprado de Jerônimo da Cunha e Josefa Maria, que também haviam sido seus senhores, dando pelo preço dela dois homens escravizados de nação Angola, Sebastião e Antônio. Além disso, a alforria foi passada com a condição de sua esposa não ser sua herdeira (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 87, fl. 112). Mais de vinte anos depois, no dia 31 de julho de 1769, o próprio João se encarregou de requerer o traslado notarial do documento ao tabelião João de Álvares Vieira da cidade de Mariana. Com base no estudo de Carlo Monti (2020, p. 181) sobre as alforrias em Mariana, podemos considerar que esse longo período esteja relacionado às "estratégias vinculantes", conjunto de práticas através das quais os senhores pretendiam manter a estrutura de controle e dominação sobre o liberto. Segundo o autor, essa dinâmica operava no tempo transcorrido entre a escrita do documento e seu registro em cartório, momento no qual ocorreria a efetiva libertação do escravizado.

Em todo caso, os vínculos que sustentavam as relações escravistas não se encerravam com a alforria. Estava previsto na lei que o liberto que não procedesse com gratidão, respeito e lealdade para com seu antigo proprietário poderia ter sua alforria revogada (Código Philippino, Livro IV, Título LXIII).[6] Nesse sentido, ainda que o ano de 1769 não tenha necessariamente representado para Luísa a ruptura efetiva dos vínculos escravistas, com o registro notarial de sua nova condição ela passou a ter garantia jurídica para o exercício de sua liberdade.[7] Outras restrições, porém, relacionadas à sua condição de mulher e esposa certamente continuariam a atravessar sua vida. Dentro do modelo de matrimônio cristão, esperava-se que a esposa respeitasse e obedecesse a seu marido, que, por seu lado, poderia utilizar da violência para corrigir a conduta da mulher, caso julgasse necessário (FIGUEIREDO, 1997, p. 97). Tais verticalidade e autoritarismo também estavam garantidas na letra da lei. As Ordenações Filipinas autorizavam o homem a castigar aqueles que estivessem "sob seu mandado", o que incluía sua esposa, e até mesmo facultavam o direito de matá-las "licitamente" em caso de infidelidade, desde que presenciado o adultério (Código Philippino, Livro V, Título XXXVIII). Nesse sentido, não

[6] Sobre direito e escravidão, consultar: LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa**. Madrid: Fundación Mapfre América, 1999.

[7] Em alguns casos, cumpre destacar, desfrutar da liberdade poderia estar mais associado ao reconhecimento social da nova condição do que à posse de um documento ou seu registro em cartório. Sobre as relações entre condição social e estatuto jurídico, consultar a tese de doutorado de Fernanda Pinheiro (2013).

obstante sua condição de liberta, Luísa talvez ainda tenha continuado vivendo sob outros possíveis constrangimentos experienciados no interior do casamento.

Mas não era somente por meio da violência física que a misoginia se manifestava. Em seu testamento, ditado em 12 de junho de 1768, João declarou ser "casado ao serviço de Deus como manda o Sagrado Concílio Tridentino", de cujo casamento não teve filhos. No documento, ele tratou também de reiterar que "como quando casei[,] na Carta de Alforria que lhe passei foi com condição de ela não herdar nada de minha fazenda por minha morte como consta da dita carta de alforria que lhe passei". Ainda assim, o testador deixou duzentas oitavas de ouro de esmola a Luísa, mas orientou que essa quantia deveria ser administrada pelo testamenteiro, dando-a "pouco a pouco porque se [Luísa] as apanhar todas em dois dias lhe dará falida" (AHCSM, 1º Ofício, Livro Nº 51, fl. 58v). João parecia preocupado com o destino de seus bens, temendo que caíssem nas mãos de Luísa, a julgar não só pelo número de vezes que ele colocou o assunto em evidência, como também pela forma enfática como expressou sua crença na incapacidade de sua esposa gerenciar a esmola que dele seria recebida.

Desde meados do século XVI, a maior parte dos moralistas portugueses, que se puseram em defesa do casamento, buscaram enrijecer a autoridade patriarcal e delinear a submissão das esposas, visando com isso garantir a harmonia dentro dos lares. "O pressuposto de todos os que escreveram regras para o bem-viver doméstico residia", resume Ronaldo Vainfas (1997, p. 125), "na forte convicção sobre a inferioridade da mulher em matéria intelectual, *sua propensão a gastar irracionalmente os recursos da casa*, sua debilidade nas tarefas de comando e, principalmente, sua tendência para a infidelidade" [ênfase nossa]. Esses discursos também se expressavam na cultura popular da época, por meio de adágios, versos, cantigas etc., ora convergindo, ora se distanciando, dos preceitos eruditos. Plasmada por intermédio de vários interlocutores, a hostilidade contra a mulher firmou-se de maneira profunda na sociedade portuguesa quinhentista (VAINFAS, 1997, pp. 127-9).

Os ideários misóginos forjados na metrópole também penetraram na mentalidade colonial e contribuíram para a formação de estereótipos acerca de padrões e ideais de comportamento das mulheres (DEL PRIORE, 1990, pp. 21-4). Tais prerrogativas poderiam ser, inclusive, articuladas pelos africanos a partir de seus interesses, como sugere o estudo de Mariza de Carvalho Soares (2008) sobre os africanos católicos no Rio de Janeiro do século XVIII.[8] Nessa

[8] No conflito envolvendo a sucessão ao trono da congregação dos pretos minas do reino de Makii no interior da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, Mariza de Carvalho Soares (2008, p. 91) observa que o sucessor

perspectiva, não é de se admirar que tais discursos tenham sido empregados por João, que vivia há bastante tempo na região, sendo quase trinta anos na qualidade de liberto (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 55, fl. 96).

Até mesmo a classe senhorial dominante, branca e masculina, poderia introjetar a conduta ideal e os papéis esperados das mulheres dentro do matrimônio entre os africanos. Em agosto de 1737, João da Silva Aguiar se dirigiu ao cartório do tabelião José de Sousa Campelo para libertar sua escrava Joana, de nação courana, em razão de ter recebido da africana três libras de ouro. O proprietário declarou que, daquele dia em diante, ninguém poderia impedi-la de ir para onde quisesse, exceto seu marido:

> somente seu marido lhe poderá impedir a que ela se ausente da parte dele, o qual dito seu marido, é escravo do dito patrono e como tal a dita liberta estava com seu marido vivendo como Deus manda e se não se ausentará dele sem sua licença e só por essa causa, quando seja que a dita liberta se ausente, para alguma parte sem licença do dito seu marido será chamada ao dito cativeiro em que estava dantes [...] (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 46, fl. 113).

O caso desta alforria condicional é emblemático porque sugere que a comunidade colonial poderia colocar em evidência o padrão tridentino da atuação feminina dentro do casamento – a submissão das mulheres aos seus maridos – por meio de cláusulas nas alforrias. Joana deveria renunciar parcialmente sua liberdade porque, apesar de liberta, ela era casada, e, como tal, deveria obedecer a seu marido. De fato, esse era o "modelo de esposa, ancorado no da mulher cristã: devotada aos outros, com renúncia de si em nome do marido e dos filhos" (VIANA, 2014, p. 157). Para além das questões em torno da moral cristã, certamente estava em jogo para o antigo proprietário a manutenção de Joana como uma agregada orbitando em torno de sua propriedade. Ao reiterar os ideais que especificavam o lugar da mulher dentro do matrimônio, ele estava também reforçando e prolongando o vínculo da liberta ao cativeiro.

Na medida em que expectativas distintas e desiguais para homens e mulheres vicejavam na sociedade mineira, é possível que os casamentos atravessados pelas dinâmicas escravistas pudessem reforçar o controle masculino sobre o feminino. Contudo, as africanas, na qualidade de senhoras ou patronas de seus maridos, predominam no conjunto dos casos identificados até o presente momento.[9] Embora as mulheres fossem minoria no tráfico, elas corresponderam à

mobiliza argumentos para justificar que a esposa do falecido rei não poderia assumir o cargo porque "as mulheres não podem governar devido a uma deficiência moral inerente e a uma falta de independência masculina".

[9] Os casos foram identificados por meio da busca por palavras-chave, como "casar", "casado", "casada", "marido", "esposa" etc. na Base de Dados sobre Africanos de Mariana (BDPAM). No total, somamos vinte e três casos em que

maior parcela dos alforriados. Em Mariana, cerca de oito em cada dez adultos libertos entre 1735 e 1740 foram mulheres (GONÇALVES, 2011, p. 134).[10] O exercício de atividades que permitiam o acúmulo de pecúlio e o preço inferior em comparação ao dos homens, são alguns dos fatores que colocavam as mulheres em vantagem para conquistar a alforria. No pequeno comércio era predominante a participação das africanas oriundas da Costa da Mina. Além delas conhecerem o ofício, uma vez que em suas terras era expressiva a participação feminina no mercado ambulante, os senhores preferiam empregar os homens nos trabalhos agrário e de mineração por julgá-los mais aptos para tais atividades (FARIA, 2004, pp. 111-116; SANTOS, 2011, pp. 87-96). Portanto, na conjuntura urbana mineira as mulheres tiveram mais condições para acumular pecúlio e conquistar a liberdade quando escravizadas, assim como adquirir bens e escravos, eventualmente o marido ou um homem para se casar. Tais dinâmicas eram diferentes das que aconteciam na África ocidental, onde a aquisição do cônjuge era mais uma atribuição dos homens, que destinavam suas esposas a trabalhos dos mais diversos.

Em 2 de outubro de 1752, Josefa Lopes dirigiu-se ao cartório do tabelião Manoel Varela da Fonseca requerendo o registro da escritura de alforria e liberdade de "seu escravo e marido", Manoel Lopes, que ela havia comprado de Baltazar Lopes para casar-se com ele. Daquele dia em diante, estando "livre e isento de toda escravidão e cativeiro", Manoel poderia "viver em companhia dela outorgante sua mulher" (AHCSM, Livro de Notas Nº 71, fl. Corroído). O casal certamente se conheceu na propriedade de Baltazar Lopes, a quem Josefa também servira em situação de escravidão. Depois de liberta, Josefa priorizou retirar Manoel do jugo de seu antigo proprietário para, somente então, casar-se com ele. Dessa forma, ela evitou estabelecer novos vínculos com o cativeiro, já que o casamento com um escravo implicava ao liberto a assinatura de um "termo de seguimento", por meio do qual comprometia-se a fazer vida marital com seu cônjuge escravizado e, sendo o caso, acompanhá-lo para onde quer que fosse enviado ou vendido. Nessa perspectiva, os libertos não ficaram indiferentes diante desses direitos que asseguravam os interesses dos senhores e buscaram alternativas possíveis para contornar a situação. No caso de Josefa, uma africana oriunda da Costa da Mina, o caminho percorrido não distava de práticas que ela possivelmente conhecia de sua terra, onde frequentemente a relação

observamos o formato matrimonial em apreço neste artigo. Em apenas cinco encontramos africanos alforriando suas esposas ou noivas.

[10] Trata-se de números aproximados, pois baseados apenas nas alforrias que tiveram registro notarial. Além das eventuais perdas ao longo do tempo, muitos documentos comprovando a nova condição sequer chegaram a ser lançados nas notas dos tabeliães. Havia também um número considerável de alforrias concedidas noutras tipologias documentais. Em Mariana, por exemplo, entre 1750 e 1779, Carlo Monti (2020, p. 163), contabilizou 243 pessoas que conquistaram a liberdade através de testamentos.

conjugal era permeada pelo vínculo da escravidão. Em outras palavras, o caso em análise revela a possibilidade de as libertas terem mobilizado aparatos burocráticos da realidade colonial a partir da bagagem cultural que trouxeram de seus contextos culturais africanos.

De todo modo, ao ditar seu testamento anos mais tarde, em 5 de setembro de 1770, Manoel, também oriundo da Costa da Mina, declarou que tinha sido escravo de Baltazar Lopes, de quem havia alcançado a carta de alforria por meio da coartação de seu valor. Ainda informou que Josefa Lopes era meeira de seus bens, todos "adquiridos pelo seu [de Manoel] trabalho e indústria" (AHCSM, 1º Ofício, Livro Nº 52, fl. 141v). Estranhamos que, ao narrar sua história em testamento, Manoel não tenha mencionado a participação efetiva de sua esposa para que ele conquistasse a liberdade, bem como o tempo que passou sendo "escravo e marido". Afinal, depois de comprá-lo, coube a Josefa comparecer no cartório e definir os termos da escritura de alforria e liberdade de Manoel, alforriado "muito de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma pela razão [...] de se achar casada com o dito liberto [Manoel Lopes]" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 71, fl. Corroído). Não se trata apenas de não referenciar o papel decisivo de Josefa em seu percurso da escravidão para a liberdade, trata-se também de não mencionar o período em que viveu sob a autoridade de sua esposa.

As dinâmicas escravistas que permeavam o enlace conjugal, implicavam na sujeição do marido, direitos sobre seu trabalho e sua pessoa, o que estava distante da relação de poder esperada dentro do casamento cristão, cuja assimetria tendia a favor dos homens, esperando das mulheres obediência e submissão. Por outro lado, sendo na África ocidental a aquisição do cônjuge mais uma atribuição dos homens, é possível que tais arranjos tensionassem até mesmo as lógicas africanas que regiam a relação de homens e mulheres. Nesse sentido, a forma como Manoel se expressou em testamento pode ser reveladora das tensões que permeavam os arranjos de estatutos jurídicos mistos, não apenas em relação à situação colonial, mas também devido aos aspectos contrastantes em comparação com o passado africano. Tais concepções conflitantes certamente não se restringiram aos limites domésticos, mas extrapolava-os, sendo percebidas pelo corpo social. Além de residirem numa pequena comunidade, onde as pessoas sabiam da vida uma das outras, Josefa e Manoel possuíam o maior conjunto de escravizados entre os forros contemporâneos (oito homens e cinco mulheres) e mantinham relações com pessoas livres e de muitas posses (ALVES, 2011, p. 146).

De fato, a questão da liberdade pode ter influenciado estas aquisições não apenas ao dar condições de proteger as alforrias já conquistadas, como também do ponto de vista do cônjuge escravizado, sendo empregada como um intermédio para que este se desvencilhasse do cativeiro. A "mulher preta forra" Valéria de Seixas libertou seu marido, Manoel Cordeiro Peralta, em 17 de março de 1721, na freguesia de Catas Altas, distrito da então Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. O responsável pelo assento foi o tabelião Garcia Gomes Filho, que foi pessoalmente até as "pousadas" do Capitão Matheus da Silveira Vila Lobos, onde ouviu as palavras da proprietária e as registrou em seu livro de notas. Valéria declarou que havia dado 290 oitavas de ouro, valor pago ao antigo proprietário, o licenciado Manoel Moreira de Freitas, "por sua [de Manoel] liberdade e alforria por ser seu preço por que o cortou o sobredito seu senhor" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 14, fl. 147).

O caso em análise atesta que o percurso da condição de cativo para a de liberto não necessariamente era linear, bem como sugere o impacto das uniões mistas na definição das fronteiras entre a escravidão e a liberdade. Depois de pagar o valor referente à coartação de seu marido, Valéria trouxe para si a responsabilidade sobre a elaboração da alforria, deslocando de um terceiro a atribuição sobre a construção do documento. Assim, ela pôde controlar o percurso de seu marido da escravidão para a liberdade, resguardando seus interesses, formulando uma alforria gratuita e incondicional. Como ela mesma declarou, daquele dia em diante, ninguém mais poderia obrigar Manoel "a sujeição alguma nem menos a satisfação do ouro que por ele pagou por sua liberdade". Cabe mencionar, inclusive, que Valéria buscou externar sua adesão aos mandamentos das leis cristãs ao ressaltar que seus esforços foram no sentido de "viver bem com o dito seu marido assim como Deus manda" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 14, fl. 147).

Deslocando a responsabilidade sobre a construção da alforria, a compra pode também ter dado condições para interferir no domínio da esposa sobre o marido, abrindo margens para uma maior autonomia feminina. Em 10 de janeiro de 1752, a preta forra Inácia Freire de Andrade compareceu diante do tabelião Joaquim José de Oliveira para alforriar José, de nação mina, africano escravizado que ela havia comprado de Manoel de Oliveira Paes "para efeito de se casar com ele", mesma razão pela qual o alforriava. Daquele dia em diante, ainda que "livre e isento de toda a escravidão e cativeiro", José precisaria do "consentimento dela outorgante", sua futura esposa, para "ir para onde muito quiser". Além disso, Inácia estipulou uma condição segundo a qual "não se efetivando o casamento não terá validade a presente liberdade" (AHCSM, 1º Ofício,

Livro de Notas Nº 71, fl. 122). Ou seja, alcançar a condição matrimonial de acordo com a doutrina cristã foi o que motivou essa decisão.

Na mesma semana, o casal deu início aos trâmites para contrair o matrimônio tridentino. Em seus depoimentos, prestados perante a autoridade eclesiástica, consta que os dois eram de "nação courana" e que sempre foram moradores no Arraial da Passagem, onde também haviam sido batizados, na capela de Nossa Senhora da Glória. Inácia tinha chegado na região havia aproximadamente trinta anos – dois terços dos quais vivendo como escravizada – e José havia cerca de dez anos, tendo conquistado sua liberdade havia pouco tempo, pois, como ele mesmo explicou, sua noiva "o forrou haverá menos de um mês para com ele se casar" (AEAM, Processo Matrimonial Nº 5373, Armário 05, Pasta 538).

Com trajetórias carregadas de pontos de intersecção, certamente o encontro do casal não foi fortuito e fatores relacionados à identidade étnica podem ter exercido alguma influência não apenas na formação do arranjo,[11] como também na forma como o enlace ocorreu – por intermédio da compra. Tanto para Inácia quanto para José, a possibilidade de comprar uma pessoa para se casar certamente não era algo impensável, posto que era uma prática existente em diversas sociedades da África ocidental. No entanto, embora os referenciais culturais africanos possam ter atuado para modelar e significar o enlace, tais dinâmicas operavam dentro de certos limites. Em acordo firmado em 11 de maio de 1751, Inácia tinha declarado que pagaria a Manoel de Oliveira Paes os 480 mil réis referentes à aquisição de "um negro já mineiro por nome José de nação courano o qual o comprei para casar com ele" no tempo de três anos em parcelas anuais no valor de 160 mil réis cada. Contudo, Inácia não conseguiu arcar com as prestações da dívida contraída e, em 1768, o credor recorreu à justiça com o objetivo de receber a quantia determinada (AHCSM, 2º Ofício, Códice 578, Auto 21631). A instabilidade da vida dos libertos sugere que manter o cônjuge na condição de escravizado na realidade colonial poderia ser uma fonte de vulnerabilidade para a parte liberta em momentos de dificuldades financeiras.

Ainda assim, dentro das condicionantes, transparece na leitura dos documentos que o matrimônio não ocorreu sem previsão nem planejamento. Ao justificar a razão de tê-lo comprado, Inácia não deu outro motivo além do casamento, mas a compra para ela, dentro das

[11] Esta passagem se baseia no estudo de Moacir Rodrigo de Castro Maia (2020): "Ao reunirmos as informações sobre estes libertos, constatamos que, em sua maioria, os couranos tiveram bastante habilidade nos negócios, o que os levou a serem, entre os africanos ex-escravos, aqueles que tiveram o maior contingente de escravizados. De ex-escravos, passaram a ser senhores de suas casas. Nelas, encontramos pequenas comunidades africanas compostas por indivíduos da mesma origem. Os couranos adquiriram outros couranos como escravizados, o que, certamente, reforçava ainda mais a autoridade no âmbito do grupo étnico" (MAIA, 2020, p. 43).

lógicas das instituições coloniais, pode também carregar outros significados. Em primeiro lugar, Inácia se concentrou em trazer para si a posse do homem que viria a ser seu marido e não tardou em libertá-lo do cativeiro – apenas oito meses separam um evento do outro. Ao elaborar a alforria, o fez debaixo de duas condições. Se José desistisse do casamento, a alforria não teria validade. Efetivando-se o matrimônio, ele ainda precisaria do consentimento de sua esposa e patrona para eventuais deslocamentos de um local para outro. A compra, então, parece ter sido empregada por Inácia para controlar o percurso de seu futuro marido da escravidão para a liberdade, garantindo que seus interesses fossem assegurados. Nessa perspectiva, uma africana teria se apropriado de aparatos burocráticos que normalmente privilegiavam os integrantes brancos da sociedade mineira, ou seja, ela soube tecer estratégias dentro das margens que a conjuntura permitia.

As condições legais nas alforrias constituíam um obstáculo que impedia a transição imediata da escravidão para a liberdade. O escravizado geralmente deveria prestar algum serviço ao longo de um período específico ou até determinado evento, como a morte de seu senhor. Somente então, cumpridas as cláusulas do documento, ele poderia gozar efetivamente de sua liberdade. Mas as alforrias condicionais também podiam conter cláusulas que restringiam a liberdade do alforriado por tempo indeterminado, e, caso não fossem cumpridas, poderiam acarretar a revogação do documento. Como vimos anteriormente, João da Silva Aguiar alforriou Joana, de nação courana, depois de receber três libras de ouro. Apesar disso, instituiu que a liberta não poderia se ausentar "da parte" de seu marido "sem sua licença", caso contrário "seria chamada ao dito cativeiro em que estava dantes". Com essa condição, o proprietário decerto visava garantir que Joana continuasse orbitando em sua zona de influência, uma vez que ela era casada com um de seus escravos. Ou seja, a classe senhorial poderia se aproveitar do momento da alforria para manter sob sua zona de influência os libertos que possuíam algum vínculo com um de seus escravos.

Com a compra, no entanto, a responsabilidade de construção do documento deixava de ser uma atribuição do antigo proprietário, o que também evitava possíveis condições que pudessem restringir a liberdade do alforriado e ou impactar liberdades já conquistadas. Embora não envolva casamento, o caso que citaremos a seguir possibilita ilustrar este ponto. Em 25 de janeiro de 1755, Diogo Duarte, preto forro, alforriou Domingos, crioulo, "o qual comprara a Antônio da Cunha Osório para efeito de lhe passar a presente carta de liberdade por cinquenta oitavas de ouro que recebeu ele outorgante da mãe do dito crioulo Maria da Cunha preta forra".

Daquele dia em diante, Domingos estava "livre e isento de toda a escravidão e cativeiro" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 75, fl. 98v). Nesse sentido, a aquisição, segundo consta no documento, foi realizada com a intenção da alforria ser passada num momento seguinte e certamente a mãe de Domingos havia se articulado em algum momento prévio com o comprador. Esta etapa não ocorreu sem razão.

Em alforria passada em 17 de outubro de 1744, Antônio da Cunha Osório alforriou Maria, de nação mina, e "uma mulatinha filha da dita por nome Rosa que terá de idade quatro ou cinco anos pouco mais ou menos". No documento, o proprietário justificou a alforria de Maria em razão de estar "pago e satisfeito" das duas libras de ouro que a havia coartado; e de Rosa por "ser filha dele e lhe nascer em sua casa" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 63, fl. 179v). Suspeitamos que Maria, de nação mina, era também a mãe de Domingos, a preta forra Maria da Cunha, tendo adotado o sobrenome de seu ex-senhor, o que geralmente ocorria "em razão da influência do patronato romano na escravidão ibérica, que previa uma série de obrigações e demonstrações de gratidão e lealdade dos libertos perante seus antigos proprietários" (RODRIGUES, 2020, p. 79). Nesse sentido, o intermédio de Diogo Duarte pode ter sido uma forma de evitar eventuais condições que pudessem ser impostas sobre a liberdade do filho de Maria, que poderiam reverberar sobre ela própria, permitindo romper efetivamente com vínculos que decerto haviam persistido mesmo após sua liberdade.

Retomando o fio à meada, as condições estabelecidas por Inácia, reforçando os vínculos de dependência pessoal e de controle sobre o marido, também podem ter permitido a elaboração de novas dinâmicas na relação interpessoal dentro do matrimônio em que a assimetria de poder tendesse para o lado da mulher, tensionando o equilíbrio esperado dentro do casamento cristão, que "residia na dominação masculina e na consentida submissão feminina" (DEL PRIORE, 1990, p. 109). Ou seja, os enlaces atravessados pelas dinâmicas escravistas podem ser reveladores de que o controle masculino não era monolítico. Inácia e José moravam na região havia muitos anos e a forma específica como se relacionavam não passava despercebida de seus contemporâneos. Segundo consta no registro do processo matrimonial, as "três canônicas admoestações" foram feitas na catedral de Mariana e os noivos foram denunciados da seguinte forma: "Querem casar José de Oliveira Paes de nação mina escravo que foi de Inácia Freire de Andrade com Inácia Freire de Andrade ambos forros e moradores no Morro da Passagem desta freguesia de Mariana" (AEAM, Processo Matrimonial Nº 5373, Armário 05, Pasta 538). De acordo com Goldschmidt (2004, p. 27), um dos objetivos dos proclamas era fixar com precisão a

identidade dos contraentes e, no caso dos cativos, "era importante denominar corretamente os pais e o senhor". Mas, cabe enfatizar, para a identificação também era essencial o reconhecimento dos contemporâneos por quem determinado indivíduo era ou fora escravizado. À luz destas considerações, supomos que os vínculos escravistas que atravessaram o enlace conjugal, os quais implicavam na dominação de Inácia sobre José, certamente transpareciam no cotidiano. Se na África ocidental as esposas eram destinadas ao trabalho, decerto não seria inconcebível para Inácia, na condição de senhora de seu futuro marido, usufruir da mão de obra de José. Desse modo, os contemporâneos podem ter notado que outro vínculo, atrelado à dominação escravista, permeava o enlace conjugal.

Não obstante o atravessamento da escravidão e a cláusula da alforria que continuaria a reverberar sobre o marido liberto, Inácia e José gozavam do mesmo estatuto jurídico quando foram recebidos em face da Igreja. Supondo que encontrássemos o registro de casamento do casal, certamente não o identificaríamos como "misto". Nesse sentido, os registros notariais possibilitam investigar os arranjos mistos em momentos anteriores ao sacramento e, atrelados a outras tipologias documentais, revelam o impacto destas uniões na definição das fronteiras entre a escravidão e a liberdade.

O casamento de Simão Teles de Albuquerque e Inês Rodrigues ocorreu no dia 23 de novembro de 1740 na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, por volta das cinco horas da tarde (AEAM, Livro O-2, fl. 86). Embora no registro ambos tenham sido designados como pretos forros de nação mina, o enlace esteve atravessado pela escravidão por longos anos. Em dezembro de 1739, a crioulinha Ana, com cerca de seis anos de idade, foi alforriada pelo Reverendo Padre Antônio Rodrigues da Cruz, mediante o pagamento de 100 mil réis que recebera "da mão" do pai da menina, Simão Teles, preto forro. O proprietário declarou, ainda, que a crioulinha era "filha de uma sua escrava por nome Inês" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 51, fl. Corroído).[12] Este documento sugere, portanto, que a escravidão atravessou a relação do casal por – ao menos – cerca de sete anos. Durante esse período, é provável que Simão permaneceu, em alguma medida, orbitando em torno da propriedade do Padre Antônio Rodrigues da Cruz, o que tem o potencial de ter restringido o exercício pleno de sua liberdade. Mas, pouco tempo depois de negociar a alforria da filha, Simão tratou de comprar Inês e no dia 14 de novembro do ano seguinte, compareceu diante do tabelião Manoel Pereira de Sousa para que fosse registrada a alforria

[12] Dentre os casais localizados até o momento, o único que gerou prole foi Simão e Inês. Para os homens libertos, casar-se com uma mulher escravizada era especialmente desvantajoso, na medida em que pelo ventre a mulher transmitia a escravidão para seus filhos (*partus sequitur ventrem*). Ou seja, seus filhos nasceriam escravizados.

gratuita e incondicional da "negra [que] havia comprado para casar com ela" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 52, fl. 125).

Dentro das possibilidades existentes, Simão certamente avaliou suas prioridades e retirar a esposa do cativeiro de outrem talvez fosse a causa mais urgente. Somente depois disso, ele se ocuparia da alforria e de sacramentar a união nos moldes tridentinos. De qualquer forma, tendo em vista o curto espaço de tempo entre a compra e a alforria de Inês, menos de um ano, a aquisição pode ter sido, também neste caso, uma etapa intermediária entre a escravidão e a liberdade. A propósito, esse percurso não-linear da condição de escravizado para a de liberto havia sido experenciado pelo próprio Simão. Ao se apresentar diante da autoridade eclesiástica para obter dispensa e poder se casar com Inês, Simão declarou ter cerca de 30 anos e ser "de nação cobú da Costa da Mina". De lá, "viera para o Rio de Janeiro em cuja cidade o comprara José Pereira da Costa o qual o mandara vender a esta vila que nela o comprara Antônio Teles por cujo falecimento o arrematara em praça seu padrinho João Pereira da Silva ao qual depois satisfizera o preço que em virtude disso o julgam livre" (AEAM, Processo Matrimonial Nº 7708, Armário 07, Pasta 771). Ou seja, diante da morte de seu senhor, Simão contou com seu padrinho para se livrar do cativeiro, o que constituiu uma etapa intermediária entre a escravidão e a liberdade. Caso contrário, poderia ter visto sua sorte parar nas mãos de outro proprietário qualquer e as chances de sua liberdade ficarem mais distantes, sem contar a possibilidade de ser vendido para outra região, perdendo assim suas redes de relação social. Desse modo, apesar dos limites vivenciados pelos africanos no interior da sociedade colonial, a compra não parece ter acontecido ao acaso, mas sim pensada no campo de estratégias possíveis.

Mas as fronteiras entre a escravidão e a liberdade não eram estáticas e os enlaces envolvendo escravo e proprietário podem tê-las deixado inclusive menos nítidas. Embora não seja possível aprofundar uma análise sobre os afetos, tais vínculos podem ter influenciado a trajetória da parte escravizada, alterando a condição social antes mesmo da mudança efetiva do estatuto jurídico. Em 15 de abril de 1732, Antônio mina conquistou sua liberdade, pagando duas libras de ouro a seu senhor, o Capitão Manoel Ribeiro Meira, morador no Inficionado. Passados pouco mais de seis anos, ele se apresentou diante do Vigário da Vara de Mariana para obter dispensa e poder se casar com Francisca courana, designada como preta forra (AEAM, Processo Matrimonial Nº 208, Armário 01, Pasta 21). Na ocasião, Antônio declarou que "é verdade que eu comprei ao Sargento Mor Manoel Ferreira do Couto morador na Passagem do Ribeirão do Carmo uma negra por nome Francisca de nação courana para casar com ela, a qual desde logo

dou-a por forra e forro-a por minha livre vontade". Dias depois, foi a vez de Francisca prestar depoimento. Ela declarou ser de nação courana e ter desembarcado "pagã" na cidade da Bahia, onde Ferreira do Couto a comprou e a transportou para as Minas, onde foi vendida para João da Silva, pardo forro.[13] Em razão do não recebimento do valor ajustado, Ferreira Couto restituiu a posse de Francisca e vendeu-a novamente, desta vez para Antônio, que a comprou "para casar com ela haverá três anos".

Ao longo de cerca de três anos, portanto, noivo e noiva coabitaram – antes da cerimônia eclesiástica, o que era uma prática condenada pela disciplina tridentina (VAINFAS, 1997, p. 23). Mas, se Antônio realizou a compra de Francisca com a intenção do casamento em seu horizonte, o que teria ocasionado tamanha espera para sacramentar a união? Não podemos desconsiderar que, de fato, ele estivesse buscando sacramentar a união tendo em vista que se casar "significava buscar uma estabilidade familiar e um respeito social" (FARIA, 1998, p. 304). Nesse sentido, talvez a demora estivesse relacionada à necessidade de angariar o valor necessário para custear as altas despesas exigidas pela Igreja para contrair o matrimônio oficial. Mas, ainda que nos registros o intuito de Antônio apareça cristalizado na linguagem do casamento cristão, nada garante que o liberto procurava estabelecer uma relação de acordo com os ditames tridentinos. A relação do casal pode ter seguido lógicas outras, que, por sua vez, podem estar atreladas a uma bagagem cultural afro-ocidental da união entre homens e mulheres.

Em todo caso, o certo é que o casamento ocorreu em 3 de agosto de 1738, por volta das seis horas da tarde, na Capela de Nossa Senhora da Glória, onde foi acompanhado pelas testemunhas, dentre elas o antigo proprietário de Francisca, e por "muita gente que presente estava" (AEAM, Livro O-2, fl. 38). No registro, o casal foi declarado como forro. Contudo, se socialmente Francisca fosse reconhecida como liberta, ela só alcançou este reconhecimento na esfera jurídica cerca de três anos e meio mais tarde. Em 14 de janeiro de 1742, Antônio, "preto mina forro", compareceu "em casas de morada" do tabelião José da Silva Suzarte solicitando que fosse registrada em notas a escritura de alforria e liberdade de, Francisca, de nação courana, "com quem hoje se acha casado" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 57, fl. Corroído).

A relação que os africanos teciam por intermédio da compra podem ainda ter permitido que a parte escravizada desfrutasse de uma relativa autonomia antes mesmo da carta de alforria

[13] Em primeira menção, o escrivão registrou o nome como "João da Silva pardo forro", mas em seguida, em referência à mesma pessoa, registrou como "Joana da Silva": "[...] a vendeu a João da Silva Pardo forro [...] e como a dita (sic.) Joana (sic.) da Silva a não pagasse ao dito Francisco seu senhor [...]".

ser concedida. Em 1740, Antônia Francisca de Azevedo efetivou a compra de José, "de nação Mina", escravo que havia sido do Doutor Duarte Lopes Ulhôa, pelo preço de 300 mil réis. Cerca de dezoito anos depois, o próprio José compareceu ao cartório do tabelião Custódio Pereira da Rocha querendo lançar em nota o papel de venda "de sua pessoa" (AHCSM, 1º Ofício, Livro de Notas Nº 81, fl. 30v). Nesse meio tempo, Antônia Francisca se casou com José, a julgar pela forma como o tabelião registrou – "mulher que é hoje do suplicante". Ainda não identificamos a alforria de José, mas ela deve ter sido passada por sua esposa em algum momento entre 1758 e 1761, quando o encontramos citado no testamento trasladado junto ao inventário de Antônia Francisca, dessa vez sem indicações de ser ainda escravizado (AHCSM, 1º Ofício, Códice 12, Auto 420). De qualquer forma, é interessante notar que a posse de um documento pessoal referente a um bem da senhora, encontrava-se nas mãos do próprio escravizado, mesmo depois de tantos anos de efetivada sua compra. Talvez, para José, ter a posse de um documento que comprovava seu vínculo com uma pessoa de confiança, no caso a própria esposa, podia dispor de sentidos de liberdade, e daí a importância de registrá-lo no cartório. Nesse sentido, a atenção aos aspectos subjacentes ao contexto de registro de um documento permite vislumbrar que a mediação material – um papel de venda – pode também ter implicações nos contornos das fronteiras entre a escravidão e a liberdade.

Considerações finais

No âmbito de uma sociedade católica e escravista em que os africanos se viram forçados a viver, o casamento segundo os códigos vigentes foi buscado de acordo com as condições e possibilidades existentes. Os fragmentos das trajetórias estudadas evidenciam que comprar uma pessoa para se casar ou se casar com um de seus escravos foi uma das formas que os libertos consolidaram suas alianças matrimoniais. Ao posicionar tais arranjos à luz dos ideais e das expectativas desiguais, para homens e para mulheres, que vicejavam no Brasil colonial, pudemos notar que os vínculos escravistas atravessando os enlaces conjugais tinham potencial tanto para reforçar o domínio masculino sobre o feminino, como também para abrir brechas para uma maior autonomia das mulheres nos casos em que se encontravam na condição de proprietária de seu marido ou declaravam a intenção de casamento com seu escravo. Nessas uniões, era atribuição da parte liberta a elaboração dos termos da alforria do cônjuge escravizado, o que certamente possibilitou que seus interesses fossem assegurados mediante a mobilização de

aparatos burocráticos da sociedade mineira colonial. Assim, notamos que as fronteiras entre a escravidão e a liberdade, que não eram necessariamente estáticas, também poderiam ser definidas pela existência do vínculo ou da intenção matrimonial nos enlaces permeados pelas dinâmicas escravistas.

Referências bibliográficas

ALVES, Rogéria C. **Mosaico de forros**: formas de ascensão econômica e social entre os alforriados (Mariana, 1727-1838). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**: Mariana – 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1994.

BERGAD, Laird W. "Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808". **Estudos Econômicos**, 24(3): 495-525, set-dez, 1994.

BACELLAR, C. A. P. "O matrimônio entre escravos e libertos em São Paulo, Brasil, séculos XVIII e XIX. In: GHIRARDI, M.; SCOTT, A. S. V. (Coord.). **Familias históricas**: interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

BAY, Edna. **Wives of the Leopard:** Gender, Politics, and Culture in the Kingdom of Dahomey. Charlottesville: University of Virginia Press, 1998.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. "Os filhos obedientes da Santíssima Igreja: escravidão e estratégias de casamento no Rio de Janeiro do início do século XVIII". In: COTTIAS, Myriam; MATTOS, Hebe (org.). **Escravidão e subjetividades**: no Atlântico luso-brasileiro e francês (séculos XVII-XX) [online]. Marseille: OpenEdition Press, 2016

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. Pp. 21-24.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Tese para professor titular de História do Brasil, UFF, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)", **Afro-Ásia**, n.31, 2004, pp. 83-126.

GOLDSCHMIDT, E. M. R. **Casamentos mistos**: liberdade e escravidão em São Paulo colonial [1986]. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

LARANJEIRA, Lia Dias. **Representações sobre o culto da serpente no reino de Uidá**: um estudo da literatura de viagem europeia (séculos XVII e XVIII). 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Salvador, BA.

LAW, Robin. **Ouidah**: The social history of a West African slaving "port", 1727-1892.Athens: Ohio University Press, 2004.

LIMA, Douglas. **A polissemia das alforrias**: significados e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais Setecentistas. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

LOVEJOY, Paul. E. **Transformations in Slavery**. A history of Slavery in Africa. Cambridge: University Press, 2000.

MAIA, Moacir R. C. **De reino traficante a povo traficado**: a diáspora dos courás do Golfo do Benim para as minas de ouro da América Portuguesa. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

_____. "Reforçar a identidade e a autoridade: as casas de courás libertos em Vila Rica e Mariana no século XVIII". **Afro-Ásia**, n. 62, 2020.

MANNING, Patrick. Slavery, Colonialism and Economic Growth in Dahomey, 1640-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SILVA JR, Carlos da. "Ardras, minas e jejes, ou escravos de 'primeira reputação': políticas africanas, tráfico negreiro e identidade étnica na Bahia do século XVIII", **Almanack**, n. 12 (2016), pp. 6-33.

METCALF, Alida. "Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba". **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 229-243, maio/ago., 1987.

MONTI, Carlo Guimarães. **"Por amor a Deus"** o processo de alforria de escravos em Mariana (1750-1779). São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

OBICHERE, Boniface I. "Women and slavery in the Kingdom of Dahomey. In: **Revue française d'histoire d'outre-me**, tome 65, No. 238, 1er trimestre 1978.

PAIVA, Eduardo França. "Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século VIII: as possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial". **Revista de História**. São Paulo – USP, n. 133, 1995, p. 49-57.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Em defesa da liberdade**: libertos e livres de cor nos tribunais do Antigo Regime português (Mariana e Lisboa, 1720-1819). 2013. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

QUIRK, Joel; ROSSI, Benedetta. "Slavery and marriage in African societies", **Slavery & Abolition**, v. 43, n. 2 (2022), pp. 245-284.

REIS, J. J. "'Por sua liberdade me oferece uma escrava': alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850". **Afro-Ásia**, n. 63 (2021), pp. 232-290.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **A cidade de Salvador:** estrutura econômica, comércio de escravos, grupo mercantil (c.1750-c.1800), Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Aldair. Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII) **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 69, p. 64-87, Janeiro-Abril 2020.

_____. "Quem eram as negras e os negros minas da capitania de Minas Gerais no século XVIII?". In: RODRIGUES, Aldair; LIMA, Ivana Stolze; FARIAS, Juliana Barreto (org.). **A diáspora Mina**: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. "Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial", **Revista Tempo**, n. 12, dez. 2001.

SANTOS, Maycon. **Cruzando o Atlântico.** A construção da identidade Mina entre forras e escravas. Tese de doutoramento, Unicamp, Campinas, SP, 2011.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. "Casamentos entre desiguais no Brasil Meridional (1772-1845)". In: GHIRARDI, M.; SCOTT, A. S. V. (Coord.). **Familias históricas**: interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguay y Uruguay. São Leopoldo, RS: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

SILVA, M. B. N. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: A. Queiroz, Edusp, 1984.

SOARES, Mariza de Carvalho. "Can women guide and govern men? Gendering Politics among African Catholics in Colonial Brazil". In: CAMPBELL, Gwin; MYERS, Suzanne; MILLER, Joseph C. (orgs.), **Women and Slavery**, Volume II – Americas. Ohio University Press, 2008.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1440-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VIANA, Kelly C. **Em nome da proteção real:** mulheres forras, honra e justiça na Capitania de Minas Gerais. Tese (doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Temporalidades

Irmandade de São Gonçalo de Mariana: sociabilidade e perfil social dos dirigentes (1749-1769)

Brotherhood of São Gonçalo of Mariana: executive's sociability and social profile (1749-1769)

Pedro Fosque Sanches
Graduado em História
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
pedro.sanches@aluno.ufop.edu.br

Recebido: 13/02/2023
Aprovado 28/05/2023

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar aspectos socioculturais da Irmandade de São Gonçalo, da cidade Mariana, entre os anos de 1749 e 1769. O Livro de Eleições, Receitas e Despesas desta irmandade possibilita a identificação das pessoas que participaram ativamente da administração da irmandade, como oficiais ou irmãos de mesa. Propomos a reconstrução do perfil social de uma parcela dos oficiais da mesa por considerarmos que os índices sociais e culturais auxiliam na compreensão de aspectos da sociabilidade experimentada nesta associação. Para isso, recorremos aos inventários post mortem produzidos por ocasião do falecimento de irmãos que tenham sido identificados nos manuscritos da irmandade. Como hipótese, consideramos que a Irmandade de São Gonçalo pode ter reunido pessoas de níveis socioculturais distintos.

Palavras-chave: Irmandade; Urbanização; Sociabilidade

Resumen/Abstract: The paper investigates sociocultural aspects of the Brotherhood of São Gonçalo in the city of Mariana between 1749 and 1769. The book of records – expenses, income and elections – was used to identify the people who actively oversaw the Brotherhood, such as officials known as 'desk brothers'. We propose rebuilding the social profile of some of the desk brothers because sociocultural indexes help understanding the kind of sociability lived in the Brotherhood. We used post-mortem inventories written immediately after the death of brothers who happen to have been identified in the Brotherhood's book of records. We posit that the São Gonçalo Brotherhood may have held people of different sociocultural backgrounds.

Palabras clave/Keywords: brotherhoods; urbanization; sociability

Abordagem das fontes

A invocação de São Gonçalo de Amarante é um tema que recebeu pouca atenção por parte de pesquisadores que se dedicam ao tema da religiosidade no mundo luso-brasileiro. Segundo a tradição hagiográfica, o Santo teria nascido durante a segunda metade do século XII, no "reino de Portugal, nas partes entre Douro e Minho, e arcebispado de Braga, junto de um rio chamado Visela, em freguesia de S. Salvador, do lugar de Tagilde" (FLOS SANCTORUM, 1674, p. 134), filho de uma família nobre do ramo dos Pereira. As narrativas encontradas no Flos Sanctorum e no Agiologio Lusitano possuem muitas características em comum e descrevem a forma como Gonçalo de Amarante dedicou-se à pregação e à peregrinação. Relatam também a adesão de Gonçalo à Ordem dos Pregadores, os milagres realizados pelo santo e a ocasião na qual teria ocorrido o seu falecimento. A data da morte de São Gonçalo foi sacramentada com a devida encomendação da alma do santo, pois Nossa Senhora revelou para ele o dia em que faleceria.

> Chegado finalmente o prazo em que Deus tinha determinado levar este seu fiel servo, precedendo revelação da sacratíssima Virgem do dia de seu trânsito, preparado com os Sacramentos da Igreja, e nos braços da mesma Senhora, que cercada de Anjos naquela hora o acompanhava, se desatou sua santíssima alma das prisões da carne, e revestida de soberanos esplendores subiu aos palácios da eterna bem aventurança. (CARDOSO, 1652, p. 97).

A iconografia de São Gonçalo de Amarante depreende-se da história de vida do santo: o hábito dominicano; o cajado e a bíblia que remetem à Ordem Religiosa em que ele teria sido professo; a peregrinação e a pregação. A partir da hagiografia e da iconografia de Gonçalo de Amarante é possível diferenciá-lo de outro santo denominado São Gonçalo Garcia. Este teria nascido na Índia portuguesa – filho de uma indiana e de um português – e ingressado na Ordem Franciscana na década de 1750, sendo martirizado junto de outros vinte e dois religiosos que estavam em uma missão religiosa no Japão (OLIVEIRA, 2016, p. 69).

A hagiografia de S. Gonçalo de Amarante não permite responder sobre a existência histórica do personagem, contudo auxilia na compreensão dos laços que aproximavam o santo dos portugueses. A sua invocação, conforme propõe o pesquisador e padre Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, esteve inicialmente vinculada à região norte de Portugal, tendo primeiro se articulado inicialmente em freguesias como as de Guimarães e Chaves (CUNHA, 1996). Os documentos da

colegiada de Guimarães referentes à invocação denominada gonçalina, transcritos por Cunha, permitem conhecer alguns aspectos desse acontecimento nos séculos XIII, XIV e XV. Os mais antigos correspondem a dois testamentos que evidenciam a existência de uma igreja dedicada ao santo em Guimarães, sendo o primeiro registrado no ano 1279 e o segundo em 1338 (CUNHA, 1996).

O clero português pleiteou a canonização de São Gonçalo junto às autoridades eclesiásticas, sobretudo após a década de 1540, período no qual ocorreu a construção do Convento de São Gonçalo, em Guimarães. Os processos para santificação de Gonçalo não obtiveram êxito, mas seu culto foi reconhecido pela Igreja, em 1562, quando se procedeu à beatificação. Venerado desde o século XIII, consolidou-se como santo popular pela devoção dos portugueses que se referiam a ele como "Glorioso São Gonçalo". A adoração chegou ao continente americano com a colonização do Brasil, manifestando-se em diferentes vilas da capitania de Minas Gerais, a partir do início dos setecentos.

A Irmandade de São Gonçalo da Vila de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Mariana será focalizada, destacando-se o papel deste sodalício para a sociedade estudada e sua relação com os poderes locais. Deste modo, optamos pela reconstrução do perfil sociocultural dos membros da mesa administrativa desse grupo como método para o estudo da irmandade e das redes de sociabilidade urbana da região do Carmo. As fontes utilizadas serão os manuscritos da Irmandade de São Gonçalo da cidade de Mariana, produzidos entre os anos de 1749 e 1769, que compõem o acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. O Livro de Registro das Eleições, Receitas e Despesas da Irmandade de São Gonçalo será utilizado como base para identificação dos irmãos e irmãs que participaram da administração, viabilizando a reconstrução da composição desse grupo que esteve responsável pela associação durante as décadas de 1750 e 1760. Este códice ainda não foi trabalhado por pesquisadores e, portanto, pode ser considerado uma fonte inédita.

Já o levantamento de índices socioeconômicos pode ser obtido por meio do estudo de fontes cartoriais: inventários e testamentos produzidos por oficiais do cartório da cidade de Mariana. O cotejo das fontes utilizadas auxilia na compreensão de um sodalício que ainda não foi trabalhado pela

historiografia, colaborando com os estudos já existentes sobre as irmandades e a sociabilidade urbana nas Minas Gerais setecentista.

Irmandades e sociabilidade na Vila de Nossa Senhora do Carmo/cidade de Mariana

A colonização da região que viria a ser a capitania de Minas Gerais provocou o deslocamento de uma população diversa que se direcionava para o território recém-descoberto em busca de enriquecimento. Pessoas provenientes da capitania de São Paulo e de outras regiões da colônia e do reino se dirigiram para a região motivados por sucessivas descobertas auríferas (ANTONIL, 1711, p. 136-137).

A Coroa buscou, desde a primeira década do XVIII, controlar a circulação e a permanência do clero. Em 1705, procedeu-se à restrição para membros do clero regular e à determinação da prisão de clérigos que permanecessem no território sem licença régia, impedindo, assim, que as ordens primeiras se instalassem no território (VASCONCELLOS, 1904, p. 301-302). Esta medida influenciou a formação urbanística das Minas Gerais, pois, ao contrário do que se observou em outras regiões da América portuguesa, coube aos leigos os encargos relacionados à construção dos templos religiosos.

Os primeiros arraiais da região das Minas foram erguidos nos locais onde se descobriram o ouro, tendo sido fundado, o arraial de Nossa Senhora do Carmo, próximo às margens do rio homônimo, articulado em torno de duas capelas (VANCONCELLOS, 1904, p. 100). Embora seja difícil estabelecer datas para estes assentamentos, podemos considerar que o arraial do Carmo foi um dos mais antigos.

A fundação das primeiras vilas ocorreu em 1711, dentre as quais destacamos a Vila de N. S. do Carmo, fundada em 8 de abril (VASCONCELLOS, 1904, p. 269). A organização das primeiras associações leigas antecedeu, consequentemente, a instalação do aparato jurídico e administrativo. Conforme propõe Caio César Boschi:

> do ponto de vista cronológico, as irmandades mineiras chegaram mesmo a se constituir anteriormente à instalação do aparelho burocrático e militar, o que

> permite aventar a hipótese de que a solidez e a permanência da vida urbana em Minas Gerais deveram-se mais a essas comunidades leigas que ao Estado português. (BOSCHI, 1986, p. 32)

De acordo com Claudia Damasceno da Fonseca, a capela de São Gonçalo do Amarante da Vila do Carmo foi construída no início do século XVIII, nas proximidades do caminho que ligava o arraial do Carmo à região onde estavam localizados os arraiais que posteriormente viriam a ser Vila Rica (FONSECA, 1995, p. 58). Conforme aponta o cônego Raimundo Trindade, pesquisador que se dedicou ao tema das instituições religiosas mineiras, a capela de São Gonçalo foi construída e ornamentada por devotos, sendo dotada pelo capitão Manoel Cardoso Cruz, minerador, que "havia constituído patrimônio à capela numas casas sitas em sua lavra" (TRINDADE, 1945, p. 202).

A escolha de São Gonçalo como santo padroeiro, venerado no altar principal da capela, sugere que esse ocuparia uma posição prestigiosa na geografia do sagrado. Segundo Pedro Penteado:

> Desde a idade média que os cultos mais importantes se situavam no altar principal e nos altares do lado do evangelho. É, pois, necessário estudar a disposição no interior dos templos, de modo a apurar alguns índices de um escalonamento e até das próprias associações de leigos. (PENTEADO, 1995, p. 38)

A construção da matriz da Conceição, no início da década de 1710, evidencia "uma primeira mudança no eixo de crescimento da população de Mata Cavalos para o Arraial de Baixo" (VELOSO, 2013, p. 174). As transformações no espaço urbano se deram também em prol da contenção dos danos oriundos do uso de técnicas rudimentares de mineração que impactavam negativamente na geografia da vila e que afetavam de forma incisiva a região do entorno das capelas de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Rosário. A região próxima ao templo dedicado a São Gonçalo logo passou a ser designada pela invocação que ali se manifestava revelando a importância da capela como equipamento urbano mobilizado durante a formação da Vila do Carmo. A partir da década de 1710, as construções da Vila de N. S. do Carmo passaram a ser, preferencialmente, erguidas junto ao novo núcleo que se originou nas proximidades da igreja matriz (FONSECA, 1995, p. 71).

Com a fundação do bispado de Mariana, em 1745, a antiga vila foi elevada à categoria de

cidade e passou a ser sede eclesiástica da capitania. O novo bispado surgiu como resposta da igreja diante da indisciplina do clero e da distância entre o bispado do Rio de Janeiro e as vilas mineiras (VASCONCELLOS, 1904, p. 389-399). A presença do alto clero – bispo, cônegos e vigário geral – alterou as dinâmicas sociais de modo a reforçar o papel da Igreja enquanto autoridade habilitada para deferir sobre as questões morais e teológicas. Conforme destaca o historiador Penteado, a atuação do clero junto às irmandades visava a interiorização de princípios religiosos e o enquadramento dos leigos:

> A intervenção clerical fazia-se no sentido de controlar o aparecimento de heresias e de difundir os princípios básicos da crença católica, de incutir maiores níveis de interiorização devocional e consolidar o enquadramento paroquial dos leigos, através dos espaços e tempos de culto promovidos pelas irmandades. (PENTEADO, 1995, p. 39)

A relevância do episcopado para os habitantes da cidade de Mariana pode ser percebida no texto do *Áureo Trono Episcopal*, livro de autoria desconhecida, "dedicado ao ilustríssimo S. Bernardo, e dado à luz por Francisco Ribeiro da Silva, Clérigo Presbítero e cônego da nova Sé Marianense" (SILVA, 1749, p. 45). A crônica descreve a chegada de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, recebido com grande pompa, tendo sido a cidade previamente ornamentada por ordem da câmara e os Infantes mobilizados:

> armaram-se nobremente as janelas de ricas tapeçarias, e cobriram-se as ruas de areia, espanada e flores. Bordavam as mesmas ruas as companhias Infantes das Ordenanças, as quais serviam não só de ornato, e obsequio, mas também de reprimir as desordens do povo. (SILVA, 1749, p. 45)

A entrada do Bispo nomeado para a diocese tinha por finalidade reafirmar a autoridade do episcopal frente à população e aos poderes locais (PAIVA, 2001, p. 79). A cerimônia teve início na capela de São Gonçalo, onde D. Frei Manuel da Cruz recebeu os paramentos: "o Reverendíssimo Doutor Governador, revestido de capa pluvial, lhe administrou a Cruz, a qual S. Excelência de joelhos em uma almofada recebeu" (SILVA, 1749, p. 46).

O caminho que ligava a rua São Gonçalo à Catedral da Sé, passando pela Rua Direita, foi escolhido como percurso para o cortejo episcopal por ser um trajeto retilíneo. D. Frei Manuel da Cruz percorreu o trajeto montado em um "formoso cavalo branco, coberto de damasco branco,

guarnecido de galão, franja e borlas de ouro" (SILVA, 1749, p. 47), prosseguindo "em baixo de um Palio, em cujas varas pegavam seis cidadãos, que tinham servido de vereadores na Câmara desta cidade" (SILVA, 1749, p. 47).

As associações leigas serviram, ao longo do século XVIII, como estruturas que fomentavam a rede de sociabilidades urbanas da Vila do Carmo. A fundação do bispado de Mariana, por sua vez, influenciou as relações sociais, reafirmando a autoridade episcopal frente aos poderes locais.

A Irmandade de São Gonçalo da Vila de Nossa Senhora do Carmo

Como vimos, a Irmandade de São Gonçalo era uma das mais antigas da Vila do Carmo, sediada em capela própria, situada na região Mata Cavalos, tendo se articulado antes da instalação do aparato jurídico e administrativo lusitano. Com o passar das décadas, se tornou local periférico em relação aos outros núcleos da cidade.

Conforme propõe Fritz Teixeira Salles, no território minerário, durante o final do século XVII e início do século XVIII, haviam dois polos sociais: de um lado, a "cúpula social, reinóis, autoridades e bandeirantes" (SALLES, 2007, p. 172-173), e, no polo antagônico, os escravizados. Na Vila do Carmo, supomos que esta divisão levou à formação da Irmandade do Rosário e da Irmandade de São Gonçalo, sendo a última composta pelo grupo dos reinóis e dos bandeirantes.

A escolha das devoções do "Glorioso São Gonçalo" de Amarante e de Nossa Senhora do Rosário como santos a serem cultuados nos primeiros templos do arraial do Carmo pode ser compreendida como sintomática da sociedade que ali se formava. A congregação dos irmãos e das irmãs na tradicional irmandade repercutiu, assim como ocorreu no caso de outras confrarias, na conformação da hierarquia social do espaço urbano da Vila do Carmo. Neste sodalício reuniam-se parte da população que se representavam na qualidade social de brancos. Os terceiros carmelitas organizaram-se em Mariana, no início da década de 1750, e se articularam, primeiramente, no altar lateral da capela de São Gonçalo e, em 1759, deliberam pela compra de um terreno para construção de um templo próprio (TRINDADE, 1945, p. 169). A escolha da primeira sede da

Ordem Terceira do Carmo de Mariana foi possivelmente motivada pela composição social do grupo.

Os dirigentes da irmandade eram eleitos anualmente e exerciam os cargos de procurador, tesoureiro, escrivão e juiz. Os direitos e os deveres destes oficiais e dos demais irmãos encontravam-se registrados no Livro de Compromisso, documento normativo ao qual os irmãos atribuíam um conjunto de significados que não se restringem à prescrição das regras do sodalício. O compromisso era encaminhado para a Coroa com intuito de obter o beneplácito régio, sendo o instrumento jurídico-administrativo que concedia reconhecimento canônico e oficial das associações leigas.

Os registros da tesouraria da Irmandade de São Gonçalo de Mariana confirmam a existência de um compromisso e sugerem que esse pode ter sido reformado na década de 1750. Neste sentido, foi identificada a destinação de recursos que remetem à ornamentação do manuscrito e à confirmação jurídica. No total, constam seis registros de gastos relacionados ao Livro de Compromisso, dentre os quais figuram o pagamento de seis oitavas feito ao juiz para que a confirmação deste documento fosse executada. No entanto, o compromisso do grupo não foi localizado durante os trabalhos, nem nunca foi citado por pesquisadores que se dedicaram ao tema das irmandades mineiras.

Diante da impossibilidade de se estudar o compromisso da irmandade de São Gonçalo de Mariana, optamos pela análise do compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado (1738). A escolha desta fonte se dá em prol da consideração de que as irmandades que se reuniam em torno de uma mesma invocação tendiam a compartilhar traços de seus compromissos.

O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado

O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado, datado de 1738, foi produzido por devotos que se reuniam em capela própria localizada no arraial do Brumado, filial da matriz do Pilar da Vila São João del Rei. A digitalização desta fonte foi efetuada pela professora Maria Leônia Chaves de Resende, coordenadora do projeto intitulado Levantamento,

Cadastramento e Indexação das Fontes dos Arquivos Eclesiásticos da Diocese de São João del-Rei.

A historiadora Márcia Almada, em obra intitulada *Das Artes da Pena e do Pincel: Caligrafia e Pintura em Manuscritos no Século XVIII*, analisou a ornamentação de um conjunto de 34 compromissos pertencentes a diferentes associações religiosas. Dentre os manuscritos estudados, encontra-se o compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado. Foram identificadas seis técnicas de ornamentação empregadas neste compromisso, sendo estas: desenhos simétricos, volteios caligráficos que formam desenhos figurativos, cetras,[1] gravura subjacente, uso de ouro nas letras capitulares e em outros ornamentos e, por último, escrita com tinta colorida.

> Adornar documentos era uma prática bastante antiga e ainda comum na sociedade setecentista, acostumada a lidar com a visualidade como um dos requisitos do discurso. Alguns documentos excedem suas funções de registro para alcançar caráter simbólico e solene. (ÁLMADA, 2010, p. 8)

O frontispício do compromisso da irmandade de São Gonçalo do Brumado apresenta uma gravura subjacente representando São Gonçalo de Amarante: o santo ocupa o centro da página, sendo adornado com douramentos em seu cajado e resplendor, envolto por rocalhas e palmas dispostas de forma simétrica. Traços geométricos que formam um octógono e um retângulo compõem a margem.

[1] Disponível em: http://mundosnativos.com.br/arquivos-da-diocese-de-sao-joao-del-rei/

Imagem 1: Frontispício do compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado (freguesia de São João del Rei)

FONTE: Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei. *Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado*. 1738.

Na introdução que sucede o frontispício, encontra-se um pequeno texto de abertura por meio do qual os irmãos expressam o desejo de que a "santa irmandade aumente no serviço do mesmo santo para glória, e honra de Deus, e tenha seus estatutos, pelos quais se governe, e saiba cada um dos Irmãos a obrigação que lhe compete".

O texto se divide em quinze capítulos que discorrem sobre a estrutura do sodalício, a eleição dos dirigentes, a festa em homenagem ao santo, as reuniões que deveriam ser realizadas, as

esmolas e demais tarefas atribuídas aos oficiais da mesa e dos irmãos, os sufrágios em prol dos defuntos e sobre os sepultamentos.

O capítulo 1 define a composição da mesa, sendo esta formada por juiz, escrivão, tesoureiro e procurador. Os capítulos 4, 5, 6 e 7 dispõem sobre os deveres dos oficiais da mesa. O juiz da irmandade era o oficial de melhor posição na hierarquia da associação e competia a ele o dever de zelar para que os demais oficiais e irmãos cumprissem com as suas respectivas obrigações, "condenando, aos que sem legítimo impedimento forem remissos".

No capítulo 9 são definidos os critérios para ingresso na irmandade: "haverá os Irmãos, assim seculares, como eclesiásticos, e mulheres que por sua devoção quiserem servir ao glorioso S. Gonçalo sendo pessoas de bom procedimento". A expressão 'bom procedimento' remete à moralidade e à espiritualidade cristã setecentista; conforme consta do dicionário organizado pelo padre Raphael Bluteau, publicado em 1726, procedimento significa 'modo de viver'; no glossário de Moraes Silva, de 1789, encontramos a definição 'ordem de proceder moralmente'; e no dicionário organizado Luís M. S. Pinto, publicado em 1832, encontramos uma definição semelhante às duas anteriormente mencionadas, 'maneira de portar-se'.

O trecho dedicado às obrigações do escrivão estabelece que a este oficial caberia o registro das receitas e das despesas da irmandade e discorre sobre as qualidades do irmão eleito para ocupar e exercer a função de escrivão.

> assim deve de ser eleita pessoa inteligente para a boa ordem e direção dos livros, e de procedimento capaz de se fiar a dita ocupação que tanto importa a conservação e aumento desta Irmandade e deve ter o mesmo zelo, e cuidado que o Juiz dela, em ausência do qual há de suprir o seu lugar.

O ofício do tesoureiro é apresentado como de grande importância para a Irmandade de São Gonçalo, "por que dele depende toda a conservação da Irmandade, isto é, dos bens da fábrica", isto porque a ele eram atribuídas as funções de preservar os bens da associação e de receber as esmolas e os anuais dos irmãos.

As esmolas atribuídas aos oficiais da mesa eram de vinte oitavas para o juiz e dez oitavas para o escrivão. Já para o tesoureiro é estabelecido que não haveria de pagar nada no ano em que

servisse. O mesmo se aplica ao procurador que "no ano que servir não dará esmola em atenção ao trabalho que deve ter". A este oficial competia:

> procurar, e zelar o aumento, e conservação desta Irmandade em tudo o que lhe pertencer assistindo a tudo, e vendo, que os Irmãos não faltem as suas obrigações, e que paguem as suas esmolas na forma deste compromisso, [...] e ajudará a compor, e ornar a Igreja, e muito especialmente nos dias festivos procurando em tudo o aumento desta Irmandade, e o culto, e veneração do Glorioso S. Gonçalo.

Os Irmãos de Mesa, por sua vez, eram obrigados a se reunirem junto aos oficiais quando solicitados e, nos casos em que não pudessem comparecer à reunião, deveriam remeter um escrito contendo a razão do impedimento à Mesa; "não o fazendo assim serão condenados por cada vez em uma libra de cera para a fábrica da Irmandade". A eles cabia o pagamento de esmola no valor de quatro oitavas de ouro.

O capítulo 10 apresenta os deveres dos irmãos de São Gonçalo para com os confrades que viessem a falecer, definindo que cada irmão ou irmã deveria rezar "cinco estações de seis Padres Nossos, seis Ave Marias, e seis Glórias Patris", destacando-se que tais orações eram compreendidas como grande caridade. Também consta deste capítulo a definição de que a irmandade deveria encomendar cinquenta missas todos os anos pelas almas de todos os irmãos já finados.

As disposições sobre os sepultamentos constam do capítulo 11. A preocupação com o bem morrer esteve presente no cerne da mentalidade barroca manifesta. Conforme aponta Boschi (1986, p. 150), "a garantia do sepultamento parece ter sido uma verdadeira obsessão por parte das populações mineiras coloniais". O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado estipula que os enterros realizados no templo deveriam ser devidamente acompanhados pela irmandade e pelo capelão. O texto prevê a possibilidade de os irmãos esperarem no adro da igreja, onde deveriam amparar os enlutados até o sepultamento do finado, rezando as orações prescritas no capítulo anterior, sendo elas: cinco estações de seis Padres Nossos, seis Ave Marias, e seis Glórias Patris.

Cabe ainda à presente análise destacar as disposições do compromisso relacionadas às esmolas e à festa. As esmolas eram um dispositivo muito importante para as finanças da

irmandade, sendo uma das principais fontes de renda para a associação ao lado dos anuais pagos pelos irmãos. Estas deveriam ser recebidas pelo tesoureiro e apresentadas aos oficiais da mesa, sendo aplicadas "nas obras, ornato e culto do mesmo santo".

A festa deveria ser realizada "todos os anos no dia em que a Santa Madre Igreja reza do Glorioso São Gonçalo, e não podendo ser nele, no que a esta mesa e Pároco lhes parecer mais conveniente". O dia 10 de janeiro, de acordo com a tradição hagiográfica, é dedicado ao santo. A festividade seria composta por missa cantada, comédias e fogos, sendo as despesas custeadas pela irmandade, mas também por membros da comunidade local.

As normativas registradas no Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado seriam semelhantes às adotadas por outras irmandades dedicadas ao santo (ÁLMADA, 2011, p. 9). Os cargos da mesa responsáveis pela direção da associação eram os mesmos nas irmandades de São Gonçalo sediadas em Mariana e no Brumado.

Para glória da irmandade de São Gonçalo de Mariana

Os registros produzidos pelas tesourarias das associações leigas são testemunhos do cotidiano destas associações e permitem a reconstrução de algumas das atividades empreendidas pelos irmãos. As receitas e despesas da Irmandade de São Gonçalo de Mariana indicam que a irmandade vivenciava certa instabilidade financeira que, por sua vez, se refletia em problemas relacionados à realização da festa dedicada ao santo e da eleição dos oficiais da mesa.

A festa do santo foi debatida pelos membros da mesa dirigente no dia 16 de janeiro de 1753. Nesta ocasião, o juiz e mais oficiais lavraram um termo no qual definem que a festa seria celebrada no dia 28 de janeiro, sendo composta por sermão, missa cantada e santo exposto. As despesas deveriam ser em parte custeadas com os rendimentos da capela de São Gonçalo (30 oitavas de ouro) e o restante pago com as esmolas. A contenção de recursos destinados à festa foi justificada com base nas obras na capela que haviam se iniciado no ano anterior.

A primeira menção à obra da capela consta de um termo produzido em 25 de julho de 1752. O irmão Agostinho de Sá Costa ficou responsável pela obra e deveria receber o pagamento

parcelado, sendo 100 oitavas pagas ao dito irmão arrematante no início da obra e o restante pago com os rendimentos de esmolas.

Os irmãos de São Gonçalo retomaram a questão da obra em reunião datada do dia 02 de outubro de 1752 e estabeleceram a forma como a obra da capela deveria de ser conduzida. Os materiais utilizados deveriam ser tijolo e pedra, a capela deveria ser pintada com cal, sendo que apenas as cimalhas, cunhais e pilastras possuiriam acabamento de pedra cingida. Também decidiram a favor da construção de uma escada próxima à torre, de modo a auxiliar no escoamento de água, e de um portão ao pé da escadaria.

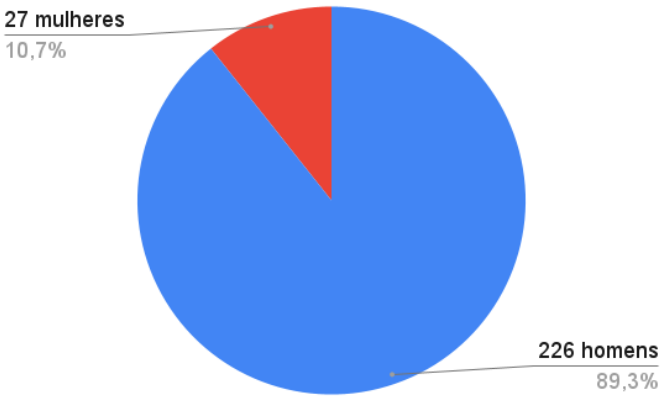
As contas da irmandade de São Gonçalo foram apresentadas, em fevereiro de 1754, à Câmara Eclesiástica, que, após análise, emitiu um parecer sobre as receitas e as despesas da Irmandade de São Gonçalo. Os oficiais da Câmara Eclesiástica reiteraram que as despesas apresentadas pelo irmão tesoureiro deveriam ser aprovadas pelos irmãos de mesa e recomendaram aos irmãos todo cuidado para com cobranças do que se devesse à irmandade.

Ser confrade de São Gonçalo

A reconstrução do perfil sociocultural dos irmãos de São Gonçalo será organizada a partir das categorias gênero, ocupação, monte-mor, escravaria, bens de raiz e proveniência. As eleições da mesa permitem a identificação de 253 pessoas que teriam participado ativamente da irmandade.

A divisão por gênero dos irmãos corresponde a 27 mulheres (10,7% do total) e 226 homens (89,3% do total). Os homens ocupavam os principais cargos (juiz, escrivão, tesoureiro e procurador). As mulheres, por sua vez, ocupavam o ofício de juízas por devoção e se dedicavam à organização da festa em homenagem a Gonçalo. Outras funções que poderiam ser exercidas por mulheres é a de protetora da capela e de irmã de mesa. No entanto, apenas uma mulher foi eleita protetora, dona Antônia Josefa de Almeida, nos anos de 1756, 1765, 1766 e 1767.

GRÁFICO 1: Classificação por gênero dos irmãos e irmãs da Irmandade de São Gonçalo de Mariana (1749-1769)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Eleições, Receitas. e Despesas da Irmandade de São Gonçalo

Antônia Josefa de Almeida, identificada como Antônia de Almeida no termo de eleição, foi casada com o capitão Manoel Cardoso Cruz, que, conforme aponta Raimundo Trindade (1945, p. 202), era padroeiro da capela, por ter ofertado umas casas sitas em sua lavra como dote para a capela de São Gonçalo. A filha do casal, dona Izabel Barbara Francisca de Almeida, também participou da irmandade como juíza por devoção em 1755.

A análise das ocupações profissionais identificadas para os irmãos de São Gonçalo permitem a identificação de militares, membros do clero e advogados. Os militares foram os mais numerosos, com um total de 37 oficiais (3 ajudantes, 1 guarda, 16 alferes, 2 tenentes, 6 sargentos e 9 capitães).

Para a atividade eclesiástica foram identificados 28 irmãos (18 padres, 9 cônegos,[2] 1 bispo,) o que corresponde a 11,4% dos irmãos e irmãs identificados. O clero regular – vinculado às Ordens – foi reiteradamente proibido de se fixar no território das Minas por carta. Também foram

[2] Um dos cônegos foi também vigário geral.

encontrados quatro familiares do Santo oficio em nossa amostragem, nomeadamente: Antonio Alves Vieira; Tomé Dias Coelho; João Botelho de Carvalho e Manoel Teixeira Ribeiro. (RODRIGUES, 2012). O Santo Ofício era uma instituição portuguesa que admitia em seus quadros membros do clero e parte da população que atendessem aos critérios de honra e pureza de sangue.

O processo para habilitação de João Botelho de Carvalho, conforme aponta Aldair Carlos Rodrigues, terminou com a aprovação do candidato em 1744, após um longo processo que se iniciou em 1737. João Botelho foi acusado, por testemunhas que prestaram depoimentos ao Santo Oficio, de ter ascendência cristã-nova, no entanto estes depoimentos foram desconsiderados mediante a argumentação de que teriam sido falsidades propagadas por pessoas que o tinham como inimigo. João Botelho de Carvalho também receberá como mercê o hábito da Ordem de Santiago (RODRIGUES, 2012, p. 109), consagrando-se cavaleiro, e neste sentido, adquirindo outro "certificado" de pureza de sangue.

A política educacional do império português, durante todo o período colonial, manteve a proibição de se instalar universidades na América portuguesa. Nesta conjuntura, a formação eclesiástica foi encarada como uma alternativa viável para parte da população luso-brasileira que não detinha recursos necessários para investir no ingresso em universidades portuguesas (ALVARENGA, 2003, p. 95-96). Os membros do alto clero possuíam formação em cursos de Filosofia e Teologia, ofertados pelas universidades de Lisboa e Coimbra. O clero secular, permitido de se fixar na região das Minas, dividia-se em duas categorias: o alto clero, formado por bispos, cónegos, vigários gerais, vigários da vara, e o baixo clero, compostos por capelães e párocos.

Os doutores (licenciados e advogados), que possuíam formação em Direito, correspondem a 21 irmãos (8,3% do total). Dentre os doutores, destacam-se como irmãos de São Gonçalo que estiveram à frente dos principais cargos da irmandade (juiz e escrivão): doutor Manoel Ribeiro de Carvalho, eleito juiz em 1749; doutor João Dias Ladeira, juiz em 1752; doutor Paulo de Souza Araújo, escrivão em 1767; e os doutores José Botelho Borges, que também era vigário geral, e João de Souza Barradas, que serviram, respectivamente, como juiz e escrivão da irmandade em 1768.

Tabela 1: Distribuição por ocupação dos oficiais e irmãos da mesa da Irmandade de São Gonçalo (1749-1767)

Ocupação/ofício	
Militares	38
Clérigos	28
Doutores e licenciados	21
NC	166
Total	**253**

FONTE: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Eleições, Receitas. e Despesas da Irmandade de São Gonçalo.

Outra ocupação de destaque depreende-se do serviço camarário. As câmaras municipais, durante o período colonial, intermediavam as relações de poder a nível local, sendo compostas por vereadores eleitos. O *Áureo Throno Episcopal* (1749), a que nos referimos anteriormente, cita nominalmente o doutor João Dias Ladeira e o licenciado Bernardo da Costa que se incumbiram de segurar hastes do palio utilizado durante a entrada oficial do primeiro bispo de Mariana.

O grupo dos oficiais da câmara pode ser dividido em duas categorias de modo a contemplar os que possuíam direito de voto em reuniões da câmara – juiz de fora, vereadores e procurador – e os que não tinham direito de voto – escrivão e tesoureiro. A tabela a seguir sintetiza algumas informações sobre os oficiais e irmãos da mesa que atuaram e também serviram na casa de câmara.[3]

[3] A identificação dos cargos camarários procedeu-se mediante à consulta da relação de oficiais publicada em: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; Magalhães Sônia Maria de. (orgs). *Casa de Vereança de Mariana*: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Tabela 2: Irmãos de São Gonçalo que serviram na casa de vereança de Mariana

NOME	Cargo na irmandade	Serviço na Câmara
Capitão Manoel Cardoso Cruz	Juiz da irmandade em 1755	Vereador em 1723 e 1744, juiz ordinário no ano de 1731
João Pinto Alves de Carvalho	Juiz da irmandade em 1753	Vereador em 1738
João Ferreira Almada	Irmão da mesa em 1751, 1752 e 1763; juiz em 1762	Procurador da câmara nos anos de 1745 e 1752 e vereador em 1750
Doutor Manoel Ribeiro de Carvalho	Juiz da irmandade de São Gonçalo em 1749 e procurador em 1750	Vereador no ano de 1749
Licenciado Antônio Duarte	Irmão da mesa em 1757	Procurador da câmara em 1747 e vereador em 1755
Domingos Pinto Coelho Pena	Irmão da mesa em 1750	Tesoureiro em 1750
Manoel Alves da Neiva	Irmão da mesa em 1766	Tesoureiro e procurador 1751
Capitão Antônio Luís Brandão	Irmão da mesa em 1752	Vereador no ano de 1751 e juiz por ordenação no ano de 1752
Licenciado Bernardo da Costa	Irmão da mesa em 1749 e 1752	Tesoureiro da câmara em 1749 e de vereador em 1753
José Patrício Cardoso	Escrivão da irmandade em 1749; irmão da mesa em 1762 e 1765	Procurador da câmara em 1760.
Licenciado Paulo Rodrigues Ferreira	Irmão da mesa em 1767	Tesoureiro da câmara em 1763, procurador em 1781 e vereador em 1790
Capitão Roque de Souza Graças	Escrivão da irmandade em 1752	Vereador em 1764
Manoel Dias da Silva Basto	Irmão da mesa em 1765	Tesoureiro em 1764 e vereador em 1767
Doutor Antônio da Silva e Souza	Irmão da mesa em 1762	Vereador em 1786

Doutor João de Souza Barradas	Irmão da mesa em 1762; escrivão em 1768	Vereador no ano de 1788
João da Silva Tavares	Irmão da mesa em 1762	Vereador em 1755, 1759 e 1760; juiz pela ordenação em 1773
Miguel Alves de Mesquita	Irmão da mesa em 1765; procurador e zelador em 1768	Tesoureiro da câmara em 1779
Domingos Gonçalves Fontes	Irmão da mesa em 1768	Tesoureiro da câmara em 1777 e procurador em 1784
Pedro da Costa Magalhães	Irmão da mesa em 1764; tesoureiro em 1766	Tesoureiro da câmara em 1771; procurador em 1782 e 1791; oficial de barrete em 1787
Pedro Duarte Pereira	Irmão da mesa em 1750	Escrivão da câmara entre os anos de 1732 e 1749.
João da Costa Azevedo	Irmão da mesa em 1749 e 1764; escrivão em 1750; juiz em 1754	Escrivão da câmara entre 1750 e 1792
Miguel Peixoto de Araújo	Irmão da mesa em 1750 e 1757	Tesoureiro da câmara em 1762

FONTE: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; Magalhães Sônia Maria de. (organizadoras). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Para avançar na reconstrução do perfil sociocultural faz-se necessário recorrer às fontes produzidas pelo cartório de ofícios de Mariana. As fontes mobilizadas durante a pesquisa foram os inventários *post mortem* do cartório de 1º Ofício de Mariana que compõem o acervo do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

Os inventários *post mortem* são documentos oficiais – produzidos por autoridades régias – que serviam para fins de registro, avaliação e partilha dos bens da pessoa inventariada. Eram produzidos nos casos em que a pessoa falecida possuísse bens para partilha e filhos menores. Enquanto processos judiciais compostos por diversas partes, como a relação de herdeiros, o exórdio de partilha, certidões, mandados, notificações, termos de curadoria e/ou tutoria,

despachos entre outros tipos documentais (FLEXOR, 2005, p. 1). Alguns inventários apresentam translados dos testamentos, instrumento de última vontade por meio do qual os sujeitos se projetavam para além da vida, almejando a redenção de suas almas. Foram identificados onze inventários para irmãos de São Gonçalo. Deste modo, observa-se que os inventários constituem uma amostragem pequena, porém, muito significativa, devido à escassez de fontes para o estudo deste sodalício.

A documentação indica que parte dos irmãos de São Gonçalo eram provenientes do norte de Portugal, como observa-se dos casos de Brás Pinto Mendes, Domingos Lourenço, José Botelho Borges, João da Costa de Azevedo e Custódio Fernandes dos Santos, e também de pessoas provenientes da colônia, como se constata do testamento de Antônia Josefa de Almeida, natural da freguesia da Candelária, da cidade do Rio de Janeiro.

O testamento de João Gonçalves Souto permite aferir naturalidade portuguesa, estado matrimonial de solteiro e a existência de filhos pardos e forros que tinham por mãe a preta forra Josefa Gonçalves Pontes. Sobre as irmandades, convém ainda destacar o seguinte trecho que indica a participação deste irmão em outro sodalício, dedicado ao Santíssimo Sacramento, formado por brancos:

> Declaro que sou irmão de compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Irmandade das Almas erigidas na Sé da cidade de Mariana e também sou irmão da Irmandade de São Gonçalo ereta na sua capela filial da freguesia da Sé da mesma cidade Mariana da qual sou também irmão de compromisso

Os bens de raiz correspondiam, na maioria das vezes, à maior parte do patrimônio dos inventariados. As únicas exceções foram os Cônego José Botelho Borges, que possuía cerca de 10 contos em barras de ouro, e João Ferreira Almada. As pessoas escravizadas, consideradas como bens semimoventes, também correspondiam a uma parcela significativa do valor total dos bens arrolados. A tabela a seguir apresenta a relação de pessoas escravizadas, bens de raiz, e monte-mor (valor total dos bens inventariados):

TABELA 3: relação de escravizados, bens de raiz, e monte mor identificados para irmãos de São Gonçalo, em Mariana

Inventariado	Escravizados	Bens de Raiz	Monte mor
Brás Pinto Mendes	13	Fazenda na paragem do Gama (2.400.000); casas na rua São Gonçalo (38.400); outra morada de casas na rua São Gonçalo (50.000).	3.911.062 ½
João Gonçalves Pontes	23	Casas de sobrado no arraial de passagem (350.000); Casas térreas no arraial de passagem (30.000); metade de uma lavra no arraial de passagem (2.000.000).	NC
João Ferreira Almada	NC	NC	6.685.075
Francisco Gomes da Cruz	26	Fazenda chamada Paracatu no arraial Piranga (1.100.000); três sesmarias (800.000); sobrados localizados de frente para a capela de São Gonçalo em Mariana (600.000).	NC
Antônio Alves Vieira	6	Casas térreas nos Monsus dessa cidade (160.000); outras casas na rua dos Monsus (260.000)	6.477.335 ½
Domingos Lourenço	1	NC	NC
João da Cunha Veloso	3	Sobrado com oratório na parede no arraial de passagem(350.000); sítio velho e sem casas no arraial de passagem com nove datas de terras (50.000); metade de uma lavra em baixo da ponte do arraial de passagem (600.000)	NC
João da Costa de Azevedo	3	Sobrado na rua Direita em Mariana (900.000); outro Sobrado na rua	NC

		Direita (300.000); Casas térreas na rua do Pissarão para à São Gonçalo em Mariana (200.000); sobrado na rua do Rosário novo em Mariana (400.000); Fazenda no ribeirão das Cargas no arraial do Sumidouro (800.000)	
José Botelho Borges	61	Lavra no fundão do arraial de Passagem (6.400.000); sobrado na rua Nova em Mariana (600.000); outro sobrado na rua Nova (150.000); casas no alto do arraial de passagem (180.000)	NC
Antônia Josefa de Almeida	31	Casa na rua Pissarão (900.000); capelinha chamada o Paço (170.000); metade de uma lavra na paragem de Tapoanhacanga (4.800.000)	13.620.123
Custódio Fernandes dos Santos	4	Sítio no Apaga Fogo, aplicação da Barra do Bacalhau (220.000); Terras no córrego São José da freguesia de Guarapiranga (50.000)	716.875

FONTE: Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana. Cartório primeiro ofício. Inventários.

Observa-se que dos onze casos estudados, quatro referem-se a pessoas que se dedicavam à mineração. O arraial de passagem possuía três lavras pertencentes aos irmãos de São Gonçalo, destacando-se uma, cuja propriedade era dividida entre João da Cunha Veloso e João Gonçalves Souto. A análise dos bens de raiz dos irmãos revela também que parte deles eram proprietários de fazendas que abasteciam o mercado interno, sendo este o caso da roça denominada Paracatu, propriedade de Francisco Gomes da Cruz (ARAÚJO, 2018, p. 128).

Considerações finais

Os inventários selecionados compõem uma amostra e, portanto, não fornecem informações sobre os irmãos de São Gonçalo em sua totalidade. O perfil social desta associação contemplaria pessoas que se dedicavam às diversas atividades econômicas, com destaque para atividades agropastoris e mineradoras. Parte dos membros estariam incluídos ao grupo que podemos designar como "elite local", que reunia os chamados "homens bons", isto é, aqueles que se destacavam pela riqueza e pela posse de terras e de escravizados. Outra parte, porém, possuía um patrimônio modesto e vivia de forma mais simples se comparados ao primeiro grupo.

É interessante observar que doze nomes[4] identificados no Livro de Eleições da Irmandade de São Gonçalo aparecem também na Listagem dos homens ricos de Minas Gerais (1756), elaborada em uma conjuntura marcada pela reconstrução de Lisboa, que havia sido destruída pelo terremoto de 1755 (ALMEIDA, 2010, p. 221-246).

O Livro de Eleições permite aferir a presença de eclesiásticos do baixo e do alto clero, licenciados e advogados, militares de diferentes patentes e oficiais da Câmara. Também concede luz à participação das mulheres que exerciam a função de juízas por devoção e ficavam incumbidas de recolher esmolas e de auxiliar a organização da festa.

Na documentação estudada não há menção à qualidade social dos irmãos, contudo, supomos que a Irmandade de São Gonçalo de Mariana seria composta por pessoas que se identificavam como brancas. Quanto à condição, não há indícios de que pessoas escravizadas tenham participado desta associação.

A análise deste sodalício auxilia na compreensão das dinâmicas sociais da cidade de Mariana na medida em que agrega conhecimentos sobre uma rede relacional composta por indivíduos mais abastados, como o cônego José Botelho Borges, e também por pessoas que viviam de forma mais simples, como Custódio Fernandes dos Santos. A participação dos indivíduos mais elitizados – que

[4] Os membros da irmandade identificados na listagem dos homens ricos de Minas Gerais foram: Antônio Alves de Souza, Antônio Duarte, Antônio de Araújo Soutelinho, Antônio Luís Brandão, João da Costa de Azevedo, João Ferreira Almada, João Pinto Alves, José Dias Penido, Manuel da Cunha Ozório, Manuel de Crasto Guimarães, Manoel Ribeiro Carvalho, e Tomé Dias Coelho.

se destacavam por possuírem títulos eclesiásticos, por atuarem como oficiais na Câmara ou por serem proprietários de terras e de escravizados – pode ter sido encarada como estratégia para se arregimentar influência junto aos irmãos menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico. Outro fator que motivou a adesão dos irmãos ao sodalício estudado diz respeito ao vínculo dos portugueses para com São Gonçalo de Amarante, evidenciado no estudo da tradição hagiográfica.

Referências bibliográficas

ÁLMADA, Márcia. *Das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos*. Tese (doutorado): Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

ALMADA, Márcia. *Registros de Santos, Compromissos de irmandades e imagens que navegam no mundo atlântico*. Portuguese Studies Review, vol. 18, no. 1, Jan. 2010. Pág. 7-35.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica: 1750-1800*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. Lisboa: Oficina Real. 1711.

ARAUJO, Regina Mendes de. *Vereadores da Câmara de Mariana: perfil socioeconômico, redes relacionais e poder local*. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino*. Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1728.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CARDOSO, George. *Agiologio Lusitano*. Lisboa: Oficina Craesbeekiana, 1652.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (organizadoras). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da - São Gonçalo de Amarante, Cónego da Colegiada de Guimarães?. In Congresso Histórico de Guimarães, 2º, Guimarães, Portugal, 4-27 Outubro 1996. Actas do congresso: Vol. 5: Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII. Guimarães, Braga: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, 1998, p. 181-203

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fonte de pesquisa*. 2005.

Flos Sanctorum em lingoage portugues. Lisboa: Hermão de Campos & Roberte rabelo, 1513.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geo-ciências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

OLIVEIRA, Anderson J. M. *Santos pardos e pretos na América portuguesa: catolicismo, escravidão, mestiçagem e hierarquias de cor*. Stud. His., H. Mod., Salamanca, Espanha, v. 38, n. 1, p. 65-93, 2016.

PAIVA, José Pedro. *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVIIXVIII)*. In: JANCSO, Isteván e KANTOR, Íris. Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa. Vol. 2. São Paulo: Hucitec: Editora USP: Fapesp: Imprensa Oficial. 2001.

PENTEADO, Pedro. *Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências de investigação*. Revista Lusitania Sacra, n. 7: Confrarias, Religiosidade e Sociabilidade: Séculos. XV a XVIII, 1995.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808)*. Dissertação (mestrado em história). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. 2ª edição – São Paulo: Perspectiva. 2007.

SILVA, Antonio de Morais; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SILVA, Francisco Ribeiro. *Áureo Throno Episcopal*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal da Costa, 1749.

TRINDADE, Raimundo. *Instituições e igrejas do bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos: era colonial 1703-1797*. Belo Horizonte: Queiroz Breyner LTDA, 1938.

VELOSO, Tércio. *Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re)construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747)*. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Vol. 5, n. 1, Jan./Abr., 2013. Pág. 145-166.

Fontes documentais manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei (AEDSJ)

AEDSJ. Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado. 1738.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)

AEAM. Livro de Eleições, Receitas e Despesas da Irmandade de São Gonçalo de Mariana.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1766, 16, 486.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1767, 150, 3137.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1769, 80, 1696.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1769, 80, 1696.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1769, 152, 3183.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1777, 42, 953.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1783, 49, 1112.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1783, 92, 1926.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1792, 92, 1927.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1795, 14, 453.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1804, 104, 2164.
AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, códice, auto): 1805, 74, 1556.

Temporalidades

Colaborações de viajantes e missionários para a elaboração de uma história regional: um olhar sobre os relatos de Simão Estácio da Silveira e Padre Antônio Vieira

Collaborations of travelers and missionaries for the elaboration of a regional history: a look at the reports of Simão Estácio da Silveira and Father Antônio Vieira

Kacia Mikaela de Sousa
Mestranda em História
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
kaahsousa31@gmail.com

Recebido: 15/05/2023
Aprovado: 19/07/2023

Resumo: O presente trabalho tem como intuito analisar os relatos feitos sobre o território maranhense por um dos pioneiros da colonização portuguesa no Maranhão, o capitão Simão Estácio da Silveira em sua obra *Relação sumaria das cousas do Maranhão* de 1624. Além deste, abordamos as descrições do Padre Antônio Vieira intitulada *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba escrita pelo padre Antônio Vieira*¸ missionário que liderou a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará, a partir de 1655. Pretendemos elaborar uma análise crítica desses textos, considerando o contexto no qual esses autores estavam imersos. Utilizaremos como referencial teórico algumas obras como *Capítulos de História Colonial 1500-1800* de João Capistrano de Abreu, e o trabalho intitulado *Cultura e Opulência do Brasil* de André João Antonil, nas quais ambos abordam aspectos religiosos e econômicos do período colonial.

Palavras-chave: Relatos; Historiografia; Colonização.

Abstract: This work aims to analyze the reports made about the territory of Maranhão by one of the pioneers of Portuguese colonization in Maranhão, Captain Simão Estácio da Silveira in his work *Relação sumaria das cousas do Maranhão* in 1624. In addition, we approach the descriptions of Father Antônio Vieira entitled *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* written by the missionary Father Antônio Vieira¸ who led the evangelizing expedition in Serra de Ibiapaba, Ceará, from 1655, considering the context in which these authors were immersed. We will use as a theoretical reference some works such as the Chapters of Colonial History 1500-1800 by João Capistrano de Abreu, and the work

entitled Cultura e Opulência do Brasil by André João Antonil, in which both address religious and economic aspects of the colonial period.

Keywords: Reports; Historiography; Colonization.

Introdução

Partimos do pressuposto de que o uso de relatos de viajantes – missionários, naturalistas, aventureiros – como fontes a História não é algo recente, visto que a literatura de viagem sempre serviu como fonte significativa para o conhecimento histórico (CONSTANTINO, 2012, p. 8). Conforme Reichel (1999, p. 55) nas últimas décadas as obras de viajantes vêm sendo bastante utilizadas, pois oferecem subsídios para diversas temáticas que interessam os pesquisadores, tais como a economia, sociedade e cultura.

Esses relatos, embora sejam registros de autores estrangeiros, nos ajudam a pensar uma determinada região em épocas distintas. Todavia, o historiador deve atentar para as intenções do autor do documento, isto é, não tomar as afirmações neles contidas como se fossem uma perspectiva fiel do passado. Desse modo, torna-se necessário analisá-los considerando o lugar de enunciação e o objetivo da viagem de cada um desses sujeitos. Assim, tais autores contribuem para o preenchimento de algumas lacunas existentes na historiografia brasileira, o que nos possibilita a utilização destes como fonte de estudo para desenvolvermos uma produção historiográfica sobre outros períodos. Sendo assim, o presente trabalho pretende analisar os relatos do capitão Simão Estácio da Silveira, intitulado: *Relação sumaria das cousas do Maranhão,* de 1624 e o relato do missionário Padre Antônio Vieira, denominado *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba escrita pelo padre Antônio Vieira*, o qual liderou a expedição evangelizadora na Serra de Ibiapaba, no Ceará a partir de 1655.

Diante disso, veremos quais características tornaram as obras analisadas como sendo "clássicas" ou se não são vistas como tal. Ou seja, buscamos perceber quais fatores podem ser destacados para encaixá-los nessa categoria. O debate proposto neste trabalho não tem como intuito hierarquizar autores, construir novos ícones ou erigir "antologia historiográfica", mas sim percebermos o nível de debate da formação historicizante, o viés teórico, assim como a teia discursiva, pois mesmo que as fontes tratem de um determinado local geográfico, elas podem ser utilizadas para contextualizar o período em que os autores estavam inseridos. Esse debate é

proficiente na medida em que nos permite avanços em relação àquilo que já foi produzido e orienta o nosso olhar para as singularidades ainda pouco ou nada exploradas.

Um dos meios que dispomos para conhecermos a história do nosso território é por intermédio de relatos de viajantes, visto que nesse período, século XVII, não havia uma organização responsável pela produção do conhecimento histórico do Brasil, pois foi somente a partir de 1838 com a fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que se iniciou um delineamento do perfil da nação brasileira, capaz de lhe garantir uma identidade própria. Sabemos que as produções historiográficas não estão desvencilhadas de outros conhecimentos. Ora, se toda pesquisa é vinculada ao seu lugar de produção, devemos considerar os seus aspectos culturais, políticos e econômicos no contexto que ela foi elaborada.

Refletir novas perspectivas para a história regional é vislumbrar não só a ampliação da noção de documento, de fontes, de objetos de investigação, de novas abordagens, mas também repensar o fazer historiográfico, problematizar sua epistemologia, assim como a sua escrita e sua narração. Pensar as cartas jesuíticas, os relatos dos navegantes, a obra de Antonil, os escritos do Padre Antônio Vieira, entre muitos outros documentos que expressam a vida colonial brasileira, é pensar ao mesmo tempo, a Europa do século XVI e XVII. As fontes coloniais expressam, portanto, em nossa concepção, os interesses vinculados à organização das relações sociais baseadas na nova vida europeia, e a expansão dessas relações para a Colônia.

Neste trabalho, buscamos ressaltar a utilização de escritos que mesmo sendo de temporalidades distantes, permite-nos na contemporaneidade utilizá-los como fonte/objeto de pesquisa para perceber como esses indivíduos descreveram as regiões visitadas, visto que essas visões foram divulgadas para os leitores europeus da época. Esses indivíduos, padres e viajantes, servem para nós, historiadores, analisarmos o contexto e quais as intenções que eles tinham ao escreverem esses relatos. Estes foram, bem como os diários de navegantes, ricos testemunhos sobre os primeiros contatos com os nativos brasileiros, deixando documentos sobre o período.

Nesse sentido, ao analisar-se a situação dessas produções nota-se que elas refletem esses homens do século XVII, homens brancos, portugueses, missionários jesuítas, capitães-mores, viajantes, contra reformistas, enfim, as suas obras dizem muito sobre as suas concepções daquilo que

está sendo visto e registrado. Simão Estácio da Silveira em *Relação Sumaria das Cousas do Maranhão* (1624) discorre sobre a demarcação do território maranhense, com o propósito de informar ao rei de Portugal a existência de riquezas nesta região. Já a obra do Padre Antônio Vieira, intitulada *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba* (1655) trata da missão evangélica catequética que ele liderou na Serra de Ibiapaba[1]. Esses relatos serão analisados a partir da concepção de Ítalo Calvino, em sua obra *Por que ler os clássicos?*, na qual o autor fala sobre a permanência no tempo de certas obras que são consideradas clássicas. Assim, veremos de que forma estes escritos podem ser incluídos nessa categoria.

Além disso, relacionamos as discussões com as obras *Capítulos de História Colonial*, do autor Capistrano de Abreu, na qual ele elabora uma interpretação do Brasil que traz à tona a temporalidade histórica brasileira, por meio da valorização do seu povo, dos seus costumes, da miscigenação e da geografia brasileira; juntamente com a obra *Cultura e Opulência do Brasil* de João Giovanni Antônio Andreoni, mais conhecido como André João Antonil, que descreveu, minuciosamente, a produção de açúcar, tabaco, mineração e criação de gado. Com isso, Antonil mostra a consolidação da economia colonial e sua enorme potencialidade, elaborando, portanto, um estudo pormenorizado da vida econômica colonial na aurora do século XVIII.

A contribuição de viajantes e missionários para a escrita da história no Brasil

> Eu me resolvo, que esta he a melhor terra do mundo, d'onde os naturaes são muito fortes, e vivem muitos anos, e consta-nos, que, do que correrão os portuguezes, o melhor é o Brasil, e o Maranhão he Brasil melhor, e mais perto de Portugal (SILVEIRA, 2001, p. 154).

A construção da historiografia brasileira recebeu vastas contribuições de relatos de viajantes e missionários que por aqui passaram, os quais trouxeram consigo os saberes de seu ofício, como também a sua bagagem cultural. A principal característica dos primeiros escritos sobre o Brasil é a informação sobre a grandeza da terra fértil e a natureza do homem nativo. Vale ressaltar que

[1] A Serra da Ibiapaba, também conhecida como Serra Grande, é uma região montanhosa que se localiza entre os Estados do Ceará e do Piauí.

diferentemente dos relatos produzidos nos séculos XVIII e XIX, a literatura de viagem do século XVII possui

> uma forte tendência à preocupação de seus autores com o reconhecimento e apresentação dessas regiões, recentemente alcançadas, para os seus concidadãos. Embora não ignorem totalmente os fatores biológicos, como a fauna e a flora, grande parte se dedica com maior intensidade a impressões e observações dos locais e seus povos (MACIEL, 2012, p. 91).

Esses relatos abrangiam desde a fauna, a flora, as águas, os habitantes que aqui viviam, a fertilidade da terra, entre outros aspectos que se tornam úteis para compreensão do território brasileiro. No trecho que introduz esse tópico, podemos perceber que o remetente possui em seu discurso um propósito propagandístico, que se resume ao objetivo de atrair colonos para esse território. De acordo com o viajante, essa terra era abundante em riquezas naturais, sendo possível construir nela um "reino opulentíssimo". Além disso, Simão Estácio (1624) declara que o território maranhense seria o melhor achado português, e que do Brasil era a melhor parte. Desse modo, notamos o intuito do autor de enaltecer o território descrito por ele, como um meio de instigar no destinatário a curiosidade de conhecer e conferir as informações descritas.

Como empresário da colonização do Maranhão e Grão-Pará, Simão Estácio da Silveira em sua obra possibilita-nos a compreensão de um determinado período da história do Brasil, principalmente ajudando-nos a compreender como esses escritos foram importantes para a divulgação das terras maranhenses. A atuação desse sujeito foi de suma importância, visto que muitos portugueses decidiram ir para a região graças à propaganda de Simão Estácio da Silveira. Além disso, ele desempenhou cargos importantes, foi juiz da primeira câmara de São Luís e procurador da conquista do Maranhão. Sua obra, por ser de caráter laudatório descritivo, nos auxilia no entendimento das práticas culturais dos povos que aqui habitavam no início do século XVII, assim como as relações entre os colonizadores e os povos nativos.

Estácio da Silveira principia sua narrativa tratando sobre a demarcação do território que, segundo ele, ia desde o Ceará até o último marco do Brasil, juntamente com as investidas portuguesas a fim de conquistar o território do Maranhão. Ele cita o governador Gaspar de Souza, que naquele período ocupava o cargo de governador geral do Brasil e um dos líderes da conquista do

estado do maranhão contra os franceses. Gaspar de Sousa teria ordenado a Jerônimo de Albuquerque acompanhado de cem homens por mar em quatro embarcações para dar seguimento a conquista. Os franceses, por sua vez, também foram para essa região para "povoar" pois ouviram notícias de que nessa terra havia grandes riquezas. Estes tinham contato com mais de trinta aldeias, entre elas, os Tupinambás. Os gálicos extraíam mantimentos da terra, algodão, pimenta e iam embora. Ou seja, o objetivo principal era extrair essas riquezas e retornarem para o seu país de origem.

Assim sendo, após entrar no território maranhense, os portugueses se depararam com os franceses que ocupavam aquele espaço, dando início a uma batalha entre essas duas nações. No entanto, os franceses saíram vitoriosos por contarem com um número maior de combatentes. Algum tempo depois, os portugueses conseguiram conquistar o território e expulsar os franceses, porém, foi permitido que alguns permanecessem em território maranhense, e estes relacionaram-se com as nativas da ilha. Os indígenas foram importantes nesse contexto por estarem sempre envolvidos nessas batalhas, muitas vezes posicionando-se de um ou outro lado.

O autor relata que a província do Maranhão sempre foi muito disputada e desejada desde o tempo dos monarcas importantes, como por exemplo D. Manoel, e o rei D. João III. A exemplo disso, Estácio da Silveira menciona alguns aventureiros que aqui chegaram, dentre eles, destaca-se Luiz de Mello da Silva, o qual andava na costa do Brasil com a intenção de descobrir alguma boa capitania, com vista a retirar dela riquezas. É importante ressaltar que as investidas não provinham somente por parte dos portugueses, mas também por outros povos como os franceses, holandeses, entre outras nações que almejavam tomar para si a posse dos territórios da américa portuguesa.

No seu relato, vemos também que Simão Estácio da Silveira faz uma descrição do Maranhão com suas terras e rios, enaltecendo as riquezas naturais e defendendo que aqui poderia ser estabelecido um reino opulentíssimo. De acordo com Alírio Cardoso, a obra *Relação Sumária*, dedicada à descrição detalhada dos aspectos morais e naturais do Novo Mundo, tinha "como base trabalhos anteriores sobre as Índias espanholas, principalmente a *História natural y moral de las Indias*, de José de Acosta [...]" (CARDOSO, 2015, p. 124-125, grifo do autor). Sendo assim, é relevante abordar tais documentos pensando as possíveis influências de outros relatos de viagens, identificando as semelhanças e diferenças.

Outro tema abordado pelo viajante foi como lidavam com os nativos; é relevante ressaltar que ele utiliza o termo "administração" para se referir a relação com os grupos étnicos da região. Para ele, os franceses eram mais bem aceitos que os portugueses, pois buscavam agradar os indígenas para que estes cultivassem a terra, e tentavam mantê-los contentes para que não fugissem terra adentro, em razão de alguns destes terem se dispersado quando os portugueses chegaram às aldeias. A partir do documento escrito por Simão Estácio, são perceptíveis os aspectos que contribuem para a conquista do território maranhense, como também os seus recursos naturais. Dessa forma, seu escrito torna-se de suma importância para a apreensão de como se deu o processo de ocupação e conquista do território, além de apreender os registros históricos de características singulares da região.

Nessa análise pretendeu-se investigar outros escritos que tratavam acerca do mesmo período, que corresponde ao século XVII, para que sob outro viés, pudéssemos traçar um panorama geral acerca da história da região. Esse viés condiz com os aspectos religiosos, que dizem respeito à missão jesuítica empreendida pelo Padre Antônio Vieira, na Serra de Ibiapaba. Essa missão tinha por finalidade catequizar os nativos, e atribuírem ao reino de Portugal mais fiéis, ou seja, mais súditos. Segundo a autora Maria Toledo

> A ligação que se estabelece entre esses acontecimentos e a América, é que, fatos como, a Reforma Protestante e a Contrarreforma, contribuíram para a vinda dos Jesuítas ao Brasil. Isso porque com a crise da Igreja Católica (até o século XV soberana no âmbito religioso) uma "missão religiosa" se instaura na luta contra os "infiéis" e "heréticos". Estes espalham-se pelo mundo, desde a Europa - assolada pelas heresias - até a Ásia, África e a recém-descoberta a América (TOLEDO, 1997, p. 600).

Essa jornada catequizadora foi relatada pelo Padre Antônio Vieira em sua obra *Relação da Missão da Serra da Ibiapaba Escrita Pelo Padre Antônio Vieira* em 1655. Esse relato expõe o itinerário traçado por alguns missionários e as investidas promovidas pelos colonizadores. Porém, o que pretendemos tratar com essa análise, não é apenas a descrição empreendida por esse sujeito, mas sim perceber as suas contribuições no processo de constituição de uma historiografia regional.

Em sua obra, o padre Antônio Vieira inicia a narrativa mencionando o governador do Estado, que naquele período era Diogo Botelho, o qual teria convocado a Companhia de Jesus, sendo solicitado para essa missão o padre Francisco Pinto e seu companheiro, o padre Luís Figueira. Segundo Antônio Vieira,

> [...] Era o padre Francisco Pinto muito aceito aos índios pela suavidade do seu trato, e pelos modo e indústria com que os sabia contentar; e sobretudo, o fazia famoso entre eles um novo milagre, com que poucos dias antes, indo o padre a uma missão, acompanhado de muitos, e morrendo todos à sede em uns desertos, sendo as maiores calmas do estio, com uma breve oração que o padre fez ao céu, pondo-se de joelhos, no mesmo ponto choveu com tanta abundância, que, alagados os lugares mais baixos daquelas campinas [...] (SERMÕES, 1998, p. 1).

Dessa forma, os padres foram recebidos como embaixadores de Deus, e não do governador do Brasil, ou seja, inicialmente os nativos não os consideravam inimigos, mas sim mensageiros de uma divindade. Isso pode ser visto como uma estratégia para que não houvesse conflitos entre eles, possibilitando aos missionários a submissão desses nativos tanto na catequização destes, como também no apoio deles a seu favor.

O relato empreendido pelo padre Antônio Vieira, assim como o do Simão Estácio da Silveira, alude que naquele período os franceses ocupavam os sertões do Maranhão. O objetivo desses missionários era o de adentrar esses locais, habitados pelos franceses, os quais – segundo a perspectiva do Padre Antônio Vieira – estariam incumbidos de práticas profanas, portanto, os missionários teriam que propagar a fé católica.

O território analisado pelo Padre Antônio Vieira, quando se refere aos caminhos traçados até a Serra da Ibiapaba, é tido como de difícil acesso, onde era necessário abrir passagem, o que dificultava imensamente a chegada destes religiosos. Todavia, mesmo sendo considerado de pouca acessibilidade, no relato de Antônio Vieira existiam cerca de três grandes povoações de índios. Diante dessa narrativa, é possível identificarmos o olhar depreciativo dos missionários ao se referirem aos nativos da Serra de Ibiapaba sendo adjetivados de "fereza natural" e considerados povos selvagens. O documento escrito pelo Padre enaltece os primeiros missionários da região do Maranhão e da Serra da Ibiapaba, por terem "desapossado-se da própria vida", para plantar a

semente da fé católica, tal ação é vista com algo glorioso e apostólico, tendo em vista que alguns dos que se aventuraram naquele meio pagaram com a própria vida.

À vista disso, é possível percebermos o caráter depreciativo empreendido pelo Padre em sua narração, pois ele afirma até a sua chegada em 1655, quando fora enviado pela sua majestade, a situação espiritual dos "gentios" estava sendo chamada de "estado miserável da cristandade da serra". A missão jesuítica da Serra de Ibiapaba além das informações no texto escrito por Antônio Vieira, o qual narra sua experiência, reflete ainda um significativo momento da história regional, como os assentamentos de núcleos e vilas, hoje cidades resultantes de iniciativas que em grande medida serviram para consolidar o processo de povoamento daquela região serrana cearense.

Apesar de ser escrito no século XVII, esse registro nos ajuda a compreender aquele contexto e os personagens que fizeram parte da construção do estado, assim como suas relações, podendo ser assim considerado um clássico, aqui entendido sob a perspectiva de Ítalo Calvino sobre a questão, quando explana que: "os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual" (CALVINO, 1993, p. 11).

Conforme Luciana Oliveira (2012, p. 125), os textos produzidos entre os séculos XV e XIX devem ser estudados a partir das noções de "estranhamento" e do exotismo, uma vez que revelam as expectativas dos viajantes para com o seu roteiro de viagem, como também sobre o seu destino, onde eles buscam registrar o que não lhe é habitual, para transmitir a ideia de fantástico para os leitores.

Tendo em vista as duas obras abordadas neste trabalho, é perceptível a relevância tanto da obra de Antônio Vieira como de Simão Estácio, pois seus relatos, apesar de compreenderem aspectos diferentes sobre o território em questão, contribuem para que conheçamos como se deu o processo de conquista da região a partir da ótica de sujeitos distintos, porém ambos influentes personagens do século XVII no âmbito político. Além disso, viabiliza outros estudos, pois tais obras podem ser utilizadas como fontes/objeto de pesquisa, e como norteadoras de uma perspectiva que nós, como historiadores, devemos desenvolver com vista a fornecermos subsídios para a elaboração de novos trabalhos que enalteçam as particularidades de cada região.

Expedições e incumbências religiosas: escravidão e representações indígenas

A partir da análise empreendida sobre as obras do Padre Antônio Vieira e Simão Estácio da Silveira, é possível percebermos o caráter depreciativo ao se referirem aos nativos que encontravam no decorrer de suas excursões no território brasileiro. Nesses relatos, os nativos, na maioria das vezes, são representados como povos "ferozes", não confiáveis, entre outros termos pejorativos. Além disso, os colonizadores que se dirigiram para essa localidade afirmavam estar levando a "salvação", o reino de Deus, a esses "bárbaros gentios", desconsiderando assim as crenças desses indivíduos. Segundo o padre Antônio Vieira: "Ensinaram-se os inocentes, e batizaram-se todos os hereges, e se reconciliaram com a igreja muitos que estavam casados ao modo de Holanda, e se receberam com ritos católicos. Enfim, as duas povoações, que eram compostas de gentios e hereges, ficaram de todo cristãs" (SERMÕES, 1998, p. 12).

Era prática recorrente de religiosos e viajantes relatarem em seus diários a necessidade de se instaurar a fé cristã aos "gentios". Simão Estácio da Silveira escreveu a obra *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* (1619), publicada em 1624 em Lisboa, com o propósito de atrair colonos portugueses para a região, assim como também a imprescindibilidade de levar até esses sujeitos a fé cristã. O caráter propagandístico do discurso de Simão Estácio tinha como objetivo o interesse político que incluía a dominação dos nativos que residiam na região maranhense, como podemos observar em seu relato a seguir:

> E para esta terra ir em grande crescimento, convinha que Sua Magestade, desse estas aldêas a administradores casados e de cabedal; assim para que haja na Conquista com que premiar os beneméritos, como para os Indios terem quem acuda por eles e trate de os fazer christãos, e os ampare e conserve, e os faça arreigar na terra e cultiva-la, e os tenha destros e prontos para qualquer ocasião, e os taos administradores devem residir nas aldeas, e obrigar-se a sustentar Igreja e Clerigo com algum moderado serviço, que para isso recebão de cada Gentio (SILVEIRA, 2001, p. 135).

Essa é a primeira obra portuguesa a fazer uma propaganda empenhada e sistemática dos deleites, vantagens, comodidades e abundâncias que o Maranhão oferecia, algo visto como dádiva

dos céus, e destinada aos "pobres de Portugal" que se dispusessem a vir habitar a nova e auspiciosa conquista.

Os relatos descritivos serviram para que autores posteriores pudessem tomá-los como base de suas reflexões, apesar de divergirem delas em muitos aspectos. A exemplo disso temos o autor Capistrano de Abreu, que apesar de localizar-se cronologicamente no século XIX, utiliza-se desses modelos de escritos para contestar esse tipo de pensamento, evidenciando a necessidade de valorização dos nativos que já estavam nesse território antes da chegada dos europeus. Em sua obra *Capítulos de História Colonial* publicada pela primeira vez em 1907, ele discute a história brasileira a partir de sua formação étnica.

É importante ressaltar que em sua obra o autor elabora uma interpretação do Brasil que traz à tona a temporalidade histórica brasileira, por meio da valorização do seu povo, dos seus costumes, da miscigenação e da geografia brasileira, ou seja, ele elege o povo brasileiro como protagonistas de sua história. Pode-se dizer que em sua obra o autor prioriza o conceito de cultura sobrepondo-a ao conceito de raça, diferentemente dos autores que lhe antecedem, os quais menosprezavam as populações indígenas, sem levar em consideração as suas particularidades. Capistrano, por sua vez, valorizava a contribuição da cultura indígena e o Brasil miscigenado.

Capistrano de Abreu tem papel fundamental na inovação da historiografia brasileira. Na sua obra, o autor rompe com a ideia bastante difundida até então de que a História do Brasil teria começado com a chegada dos portugueses, mostrando que os povos que aqui viviam não eram seres desprovidos de história. Esse autor também indaga acerca da abordagem factual da história, que privilegia o herói, o ator individual, em detrimento do social e do coletivo. Isso demonstra uma preocupação em considerar o povo brasileiro como sujeito de sua própria História, significa invalidar conceitos como o de inferioridade racial ou cultural, sem preconceitos, sem eurocentrismos, valorizando a presença indígena. Devemos atentar-nos para o fato de que o historiador João Capistrano de Abreu é de origem cearense e escreve uma história a partir do seu contexto, o que o possibilita elaborar uma historiografia nacional.

Semelhantemente a Simão Estácio da Silveira, o Padre Antônio Vieira, autor de 207 sermões, cartas, textos exegéticos, relatórios sobre missões e ações políticas etc. Como homem de seu tempo e

fidedigno jesuíta, estava convencido das classificações e percepções de sua época em relação aos indígenas e, como tal, compartilhava do pensamento ocidental-cristão, segundo o qual o "outro" era caracterizado como inferior, necessitando urgentemente conhecer a "verdade". Ou seja, a verdade absoluta, que na sua concepção só poderia se concretizar no catolicismo que, no caso dos povos indígenas, se faria efetivamente através das missões jesuíticas. Destaca-se que "a categoria do "outro" tem sido utilizada para adotar a perspectiva da alteridade nos relatos sobre o contato entre colonizador e colonizado, entre Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos" (ZUBARAN, 1999, 19).

Muitas foram as análises realizadas por diversos estudiosos sobre o Padre Antônio Vieira. Todavia, quando se faz qualquer análise, seja de um objeto, de uma dada realidade ou de um sujeito, devemos sempre considerá-los dentro da categoria de complexidade. Dessa forma, devemos considerar o período no qual o sujeito está inserido, assim como o intuito por trás da sua escrita e quais influências esses indivíduos tiveram na sua trajetória. Na articulação do modelo sacramental e do princípio da encarnação pode-se chegar a perceber os diferentes níveis do discurso do Padre Antônio Vieira, que, por sua vez, implica a discussão de questões retóricas, sociais e políticas.

Em seus relatos, o Padre Antônio Vieira demonstra ser contra a escravidão dos povos indígenas; apesar de defender que esses povos não deveriam ser escravizados, esse missionário os consideravam como indivíduos inferiores, sujeitos que não possuíam rei ou lei. Entretanto, as missões catequéticas e entradas pelos sertões pelo Norte e Nordeste do Brasil, ora desbravando, ora vencendo caminhos por áreas hostis e perigosas, são características que podem responder a seguinte questão: até que ponto há, ou não, coerência entre seus escritos e as suas ações práticas levadas a cabo em defesa dos indígenas, dita sua maior paixão? Não teria o Padre Antônio Vieira intenções políticas nessas suas missões religiosas? Nós, enquanto historiadores devemos considerar o contexto político do século XVII na Europa, assim como na colônia portuguesa.

Ademais, a Missão Jesuítica da Serra de Ibiapaba, no Ceará, não foi um efeito aleatório, isto é, um simples acontecimento de pouca duração, marcado pela presença de alguns padres missionários. Ela foi organizada e executada, primordialmente, sob a supervisão direta de Antônio Vieira a partir de 1655, e continuou com a participação de outros jesuítas até 1759. Sabemos que a discussão sobre

a utilização de mão de obra escrava era um dos aspectos que se fez presente no discurso dos jesuíticos da Companhia de Jesus, sobre se estes deviam ou não acumular bens na colônia. É preciso ressaltar que embora o discurso do Padre Antônio Vieira possa mostrá-lo como contrário a escravização indígena, não se pode dizer o mesmo sobre a utilização de mão de obra cativa, negra.

Contudo, é preciso nos atentarmos que a missão evangelística empreendida por esses padres não estava somente relacionada à religião, pois no texto de Antônio Vieira podemos perceber a contribuição por parte do governador André Vidal de Negreiros no desempenho da missão na Serra de Ibiapaba. Segundo o autor

> De Sua Majestade vieram três cartas, em que encarregou ao Governador que o seu primeiro cuidado fosse procurar que na Serra de Ibiapaba estivessem alguns religiosos da Companhia, para terem à sua conta e obediência aqueles índios, e para a segurança dos ditos missionários se fizesse o forte de Camuci, que o governador André Vidal tinha intentado (SERMÕES, 1998, p. 22).

Desse modo, visamos identificar as relações desses sujeitos com os índios, assim chamados por eles, como já foi dito, analisando os *Escritos Instrumentai*, procurando perceber os aspectos políticos no interior do discurso de Antônio Vieira acerca desses povos indígenas, mais precisamente nas descrições que fez em sua *Relação da Serra de Ibiapaba.*

É possível percebermos o "cuidado" demonstrado por alguns sujeitos ao manterem contato com os nativos, como vimos na obra *Relação das Cousas Sumárias do Maranhão* de Simão Estácio da Silveira, juntamente com a obra de Antônio Vieira, *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba,* nas quais os autores expressam o esforço que algumas nações tinham ao fazerem um acordo com as tribos indígenas, sempre buscando conquistarem estes para utilizá-los ao seu favor. Esses colonizadores tinham em seu cerne a compreensão de que, sem a aliança com os nativos, não seria possível efetuar a colonização. E, no caso específico das missões jesuíticas, não era possível imprimir o trabalho espiritual sobre os povos da colônia portuguesa sem que houvesse concessões e negociações. Era necessária uma política de aproximação ao invés do embate direto.

Discorrendo acerca da interiorização do território pelos colonos portugueses, afirma o padre jesuíta que seria mais prudente, como estratégia de convencimento, a tentativa de uma política de

amizade, a aliança no intuito de manter uma certa submissão ao colono português. Vejamos as recomendações de Antônio Vieira na seguinte passagem:

> Chegada que for a tropa à parte aonde dirigem, terão sua inteligência por meios de suas embaixadas, com que manifestem ao gentio o intento de sua ida, que é só para os converter à nossa fé; e para os atrair, os convidem com resgates, prometendo-lhes bom trato e companhia; e quando eles não queriam reduzir-se voluntariamente, sendo em parte que nos podem ofender as nossas povoações, os poderão obrigar por armas; mas de tal maneira sempre que, reduzidos à nossa sujeição, não alcancem eles que há em nós vinganças, mas serão tratados dos nossos com amor, brandura e caridade (VIEIRA, 1992, p. 78).

A vista disso, o contato com os povos indígenas é tratado, como podemos observar acima, de forma racional, estratégia importante não só para o processo catequético, como também no que se refere à interiorização do território colonial no Estado do Maranhão e Grão-Pará, como estava dividido no período em questão.

Essa visão partilhada pelo missionário Antônio Vieira, assim como toda a Companhia de Jesus, a respeito de que os povos nativos necessitavam urgentemente do cristianismo, era algo que prevalecia nos seus discursos. Sua intervenção no Maranhão já em meados do século XVII é cheia de descrições detalhadas de como aqueles sujeitos "selvagens" necessitavam de ação missionária para o "esclarecimento" por meio da palavra divina.

Dentre os muitos relatos produzidos sobre o território brasileiro, suas riquezas, os povos, assim como suas práticas e costumes, dispomos da obra do italiano André João Antonil, religioso jesuíta autor do mais importante testemunho sobre a economia colonial brasileira na época da transição do ciclo do açúcar e o da mineração intitulada *Cultura e Opulência do Brasil*. Trata-se, com certeza, de uma obra imprescindível, que por muito tempo permaneceu como fonte primária para a idealização histórica da sociedade colonial brasileira e, sobretudo, da economia das regiões nordestinas.

Uma obra que não se reduz à descrição das principais atividades produtivas do Brasil entre os séculos XVII e XVIII (cultivo de açúcar e tabaco, mineração de ouro, criação de gado e venda de couro), mas que também analisa particularmente as relativas técnicas de execução, oferecendo ao mesmo tempo dicas pedagógicas de bom comportamento, sobretudo com respeito aos senhores de

engenho. Como jesuíta, Antonil se preocupava com a evangelização de todos os indivíduos pertencentes ao sistema dos engenhos.

Em sua visão religiosa, esses lugares não alojavam somente o processo de produção e de purificação do açúcar, mas também existia o processo defronte o paganismo escravo, de purgação dos antigos pecados, conversão cristã e produção de novas almas. Antonil dispunha de uma concepção que ora encontrava-se voltada à religião, ora tratava de questões econômicas. Trazido para o Brasil pelo Padre Antônio Vieira no ano de 1681, divergia do mesmo no que diz respeito à escravização dos nativos, contrariando o ponto de vista geralmente aceito pelos jesuítas, discordantes à escravização destes.

Em sua obra, Antonil defende a legitimidade da escravidão, pois em sua concepção essa prática era necessária para a produção do açúcar. Para o jesuíta italiano, nesse período, a verdadeira preocupação é outra, ou seja, instituir como senhor deve se comportar diante dos seus escravos para que o engenho se tornasse produtivo. Um dos principais objetivos de Antonil era revelar o que era ser um senhor de engenho, para assim demonstrar para aqueles que queriam se tornar um posteriormente como se davam tais práticas, assim como defender os preços do açúcar em razão da descoberta das minas de ouro.

Essa obra se encontra entre as mais relevantes que se produziu acerca das condições sociais e econômicas do Brasil durante o período em que aqui viveu Antonil. A Coroa Portuguesa chegou a impedir a circulação do livro em razão das suas informações históricas sobre as drogas e as minas daquela região que então havia se convertido sua principal Colônia. Sobre a utilização da mão de obra escrava nos engenhos, ele escreveu: "os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente" (ANTONIL, 2007, p. 97-98).

Em contraposição ao Padre Antônio Vieira, que naquele período histórico preocupava-se com a situação religiosa dos indivíduos, Antonil voltava-se para quesitos econômicos, algo incomum para um jesuíta. Na epígrafe acima citada, Antonil defende a prática da escravidão, pois sem ela não haveria lucro. Desta forma, seria, para ele, um mal necessário. Tendo em vista as informações apresentadas, são perceptíveis os aspectos políticos, religiosos e econômicos expressos nas obras do

Padre Antônio Vieira e de Simão Estácio da Silveira. Vimos que nesses documentos os nativos são apresentados como sendo inferiores, ou seja, como sujeitos inocentes desprovidos da real sabedoria a qual só poderia ser alcançada por meio dos ensinamentos dos missionários. Com base nessa análise podemos lançar luz a muitas características dessas obras, sobretudo a do Padre Antônio Vieira, de cunho religioso, mas que, porém, encontra-se imbuída de elementos políticos.

Considerações Finais

A abordagem empreendida possibilitou percebermos muitas características nos discursos dos personagens analisados. Esses relatos, apesar de terem sido redigidos por estrangeiros, nos proporcionam um panorama de parte do território americano, assim como os povos que aqui viviam e as relações estabelecidas entre colonos e colonizadores com o intuito de dominar essas regiões. As memórias, relatórios e informações cedidas dos portugueses e outros europeus do século XVII são fontes fundamentais para nós historiadores, pois nos ajudam a compreender o contexto setecentista, assim como as dinâmicas de conquista da américa portuguesa, possibilitando uma nova abordagem a partir desses dados. Daí o conceito de clássico, entendido como sendo obras que transcendem o tempo, sendo capazes de explicar características passadas que refletem no contexto atual.

É importante considerarmos o contexto no qual os indivíduos que redigiram suas obras estavam inseridos, pois sabemos que o meio e as circunstâncias influem diretamente na sua escrita, ou seja, esses relatos incorporam conceitos que eram vigentes em um determinado período. As abordagens empreendidas na escrita dos missionários e viajantes estrangeiros servem-nos como foco de análise, podendo ser utilizadas por nós historiadores, através das múltiplas possibilidades historiográficas que estas proporcionam. Partimos da noção de que os homens que produziram esses documentos eram sujeitos dotados de pré-conceitos e referenciais culturais próprios, como qualquer sujeito sociocultural.

Esses indivíduos procediam de meios culturais diferentes, detentores de crenças, de posicionamentos e ideologias diferentes do que encontraram no território brasileiro no século XVII, portanto suas interpretações estavam sujeitas à influência do meio. Tais homens produziram registros

de viagens condicionados pelos mais diversos interesses, porém, estas fontes são de grande valia para os historiadores do Brasil pois tomando-os como material de estudo torna-se possível novas análises a respeito daquele período sobre as mais diversas temáticas, traçando um panorama político-social, econômico e religioso. Dessa forma, tais anotações possibilitam ao pesquisador observar, mesmo que por lentes estrangeiras, aspectos significativos das sociedades analisadas.

Referências bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 1988.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Belo Horizonte, EDUSP, 1982.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino (Org.). **Relatos de viagem como fontes à história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MACIEL, Rodrigo Araújo. Oriente sobre o Ocidente: François Pyrard e os relatos de viajantes europeus sobre a América Portuguesa no século XVII. In: CONSTANTINO, Núncia Santoro de Constantino (Org.). **Relatos de viagem como fontes à história**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 91.

REICHEL, Heloísa Jochims. "O relato dos viajantes como fonte de estudo para a História". In: SANTOS, Pedro Brumo; VÉSCIO, Luís Eugênio (Orgs.). **Literatura e História***:* Perspectivas e convergências. Bauru: EDUSC, 1999, p. 55.

SERMÕES. Padre Antônio Vieira. Vol. XII. Erechim: Edelbra, 1998.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação Sumária das Cousas do Maranhão**. Dirigida aos pobres deste Reino de Portugal. São Paulo, Siciliano, 2001.

TOLEDO, Maria Ap Leopoldino Tursi. **Considerações sobre a gênese da historiografia brasileira**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". 1997.

VIEIRA, António. **Escritos Instrumentais Sobre os Índios**; edição de textos Claudio Giordano; ensaio introdutório José Carlos Sebe Bom Meihy- São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anos 90**, *[S. l.],* v. 7, n. 12, p. 17-33, dez.1999. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6590/3911. Acesso em: 03 mar. de 2023

Temporalidades

Uma genealogia da Lei para o ensino de 1º e 2º graus de 1971

Una genealogía del derecho para la enseñanza de 1º y 2º grados de 1971

Fernanda Monteiro Rigue
Doutora e Mestra em Educação
Professora dos cursos de Química
Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICENP) da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
fernandarigue@ufu.br

Guilherme Carlos Corrêa
Pós-Doutor em Educação
Professor dos cursos de Química
Departamento de Metodologia do Ensino (MEN) da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
gcarloscorrea@gmail.com

Recebido: 03/04/2023
Aprovado: 16/08/2023

Resumo: Este estudo desenvolve uma genealogia (FOUCAULT, 2015) da emergência da Lei nº 5.692, de 1971, que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Brasil. Demarca as proveniências que a tornaram possível no Brasil, apontando para as múltiplas relações de força em fluxo para seu aparecimento. Resulta do estudo a emergência de um enunciado acerca de uma espécie de esqueleto que, como nunca, estabelece a obrigatoriedade do Ensino Primário e o Ensino Secundário com caráter facultativo. Ao mesmo tempo, a constituição de um campo de visibilidade da formação inicial dos professores, pela via da emergência de uma concepção curricular do Ensino Médio.

Palavras-chave: Educação Básica; Formação de professores; Genealogia.

Resumen: Este estudio desarrolla una genealogía (FOUCAULT, 2015) del surgimiento de la Ley nº 5.692, de 1971, que estableció Directrices y Bases para la enseñanza de 1° y 2° grado en Brasil. Demarca los orígenes que lo hicieron posible en Brasil, apuntando a las múltiples relaciones de poder en flujo para su aparición. El resultado del estudio es la aparición de un enunciado sobre una especie de esqueleto que, como nunca antes, establece que la Educación Primaria es obligatoria y la Educación Secundaria optativa. Al mismo tiempo, la constitución de un campo de visibilización para

la formación inicial docente, a través del surgimiento de una concepción curricular de la Educación Secundaria.

Palabras clave: Educación Básica; Formación de profesores; Genealogía.

Introdução

Este estudo trata-se de uma genealogia (FOUCAULT, 2015) que visa traçar as condições de possibilidades – proveniências[1] – que contribuíram para emergência[2] do arquivo referente à Lei que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, nº 5.692, do ano de 1971. A genealogia, como investigação pós-estruturalista da historicidade, não visa buscar origens e essências, ao contrário, atenta para a singularidade dos acontecimentos a partir das contradições, dos diferentes discursos, não apenas os hegemônicos.

> Procurar uma tal origem é tentar reencontrar "o que era imediatamente", o "aquilo mesmo" de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há "algo inteiramente diferente": não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 2015, p. 58).

O intento desta investigação visa atentar para essa Lei não para tratá-la como um ponto de origem, mas, em contrapartida, como um acontecimento em suspensão que instituiu uma espinha dorsal do que se conhece até hoje como escolarização no Brasil. Em se tratando de um estudo de viés pós-estruturalista:

> A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (FOUCAULT, 2015, p. 82-83).

Assim, entende-se a partir de Deleuze (2013) que "As ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes mais ou menos capazes de atravessar um limiar epistemológico ou de formar um conhecimento" (p. 82) é que este estudo

[1] Do alemão *Herkunft,* foca na proliferação de acontecimentos na superfície dos corpos, meticulosidades que pulverizam nos corpos, sem a pretensão para o estabelecimento de origens verdadeiras.

[2] Do alemão *Entstehung,* trata-se do que Foucault (2015) consideraria como "[...] atual episódio de uma série de submissões" (p. 23), no qual todos participam ativamente por meio das diferentes relações de força (enquanto emergência de cena de forças) que se dão nos corpos e nos interstícios. A genealogia é como chance para atentar às múltiplas emergências "[...] fazê-las surgir como acontecimentos no teatro dos procedimentos" (FOUCAULT, 2000, p. 270).

histórico investiga as relações entre poder, saber e subjetividade, colocados em movimento para que um arquivo da dimensão da Lei nº 5.692, de 1971, fosse possível. Nesse aspecto o trabalho histórico genealógico permite tensionar aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam e configuram o recorte temporal do estudo, já que em cada momento histórico é possível identificar diferentes estratégias atreladas às relações de poder e de saber que impõem noções de verdade, por meio de diferentes instrumentos e procedimentos (FOUCAULT, 2015).

Foucault (2012) entende o conceito de arquivo como "[...] todos os sistemas de enunciados – acontecimentos de um lado, coisas de outro" (p. 146). Conjuntos de materiais e/ou documentos que reverberam, configuram, estabelecem, limitam, agrupam narrativas enunciáveis como regra – dito ao longo da história. Ou seja, "É aquilo que fora de nós nos delimita" (FOUCAULT, 2012, p. 148). Por isso, no estudo a referida Lei é tomada como um arquivo. Acerca disso, Deleuze (1996) aponta que:

> Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado. Porque os enunciados, por sua vez, remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é por que as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um género literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc. (p. 89).

Assim, entendendo o arquivo da Lei como um importante meio de instauração de linhas de enunciação, é que a investigação toma corpo. Diante disso, em termos metodológicos, atenta-se, primeiramente, para como se constitui esse arquivo. Em seguida, traçam-se algumas pistas que apontam para as proveniências que contingenciaram o aparecimento da Lei – arquivo – que operou como uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no país. Acontecimentos individuais e coletivos, contextos econômicos, militares e políticos que contribuem para emergência de algumas premissas no contexto educacional e escolarizador brasileiro.

Lei de 1971: o arquivo

A Lei nº 5.692/71 é composta por oito (8) capítulos distintos, a saber: Do Ensino de 1º e 2º graus (Capítulo I); Do Ensino de 1º Grau (Capítulo II); Do Ensino de 2º Grau (Capítulo III); Do Ensino Supletivo (Capítulo IV); Dos Professores e Especialistas (Capítulo V); Do Financiamento (Capítulo VI); Das Disposições Gerais (Capítulo VII) e Das Disposições Transitórias (Capítulo VIII). Possui como objetivo geral viabilizar ao estudante uma formação para "[...] desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania" (BRASIL, 1971). Na Lei há o foco para a produção de estudantes caracterizados enquanto cidadãos, bem como a ênfase na utilização de estabelecimentos sob critério da utilização de recursos materiais e humanos.

É importante o lugar que as normas do Conselho de Educação (CE) tomam, na medida em que regulam o regimento e aprovam a organização administrativa, didática e disciplinar das instituições (BRASIL, 1971). Trata-se, portanto, do esforço para instalar uma noção de currículo nacional, já que "[...] Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional" (BRASIL, 1971). O que, segundo a Lei, também precisará possuir uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (BRASIL, 1971). Dito isso, um currículo pleno passa a se organizar da seguinte maneira: "[...] a) No ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominante nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a formação especial" (BRASIL, 1971).

A formação especial do currículo em segundo grau (atualmente chamado de Ensino Médio) trataria da "[...] habilitação profissional" (BRASIL, 1971), ao passo que o ensino de primeiro grau (hoje denominado Ensino Fundamental) trataria da "[...] sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho" (BRASIL, 1971). No 1º grau, o ensino teria duração de oito anos, a partir da idade mínima de sete anos e 720 horas de atividade, sendo gratuito (Art. 44). No 2º grau, haveria o ensino em três ou quatro séries anuais, com pelo menos 2.200 ou 2.900 horas. No segundo grau, a iniciação e habilitação profissional aconteceria com base nas necessidades do mercado de trabalho local/regional (BRASIL, 1971), podendo se dar "[...] em regime de cooperação com as empresas" (BRASIL, 1971, s/p).

Junta-se a isso a obrigatoriedade das disciplinas: Educação Moral e Cívica (EMC); Educação Física; Educação Artística; Programas de Saúde e Orientação Educacional (incluindo aconselhamento vocacional); sendo o Ensino Religioso facultativo. A "[...] ordenação dos currículos será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas" (BRASIL, 1971), juntamente com "[...] condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos" (BRASIL, 1971).

No âmbito das avaliações, a Lei foca na verificação do rendimento escolar de modo regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo o aproveitamento e a apuração da assiduidade (por meio de notas ou menções).

Em relação à formação de professores e de especialistas, pode-se visualizar que esta seria realizada progressivamente, ajustando-se ao que o arquivo denomina de diferenças culturais de cada região do Brasil, orientando-se com objetivos específicos de cada grau, disciplina, área de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos estudantes (BRASIL, 1971). Essa orientação coloca em foco a exigência de formação mínima para o exercício do magistério. Para atuação no ensino de 1º grau, exige-se habilitação específica em 2º grau; já para atuação no 1º grau de 1ª a 8ª séries, exige-se habilitação específica em grau superior (graduação, licenciatura de 1º grau em curta duração – Licenciatura Curta); para atuação em 1º e 2º graus, habilitação específica de curso superior em correspondência a Licenciatura Plena. No que tange às Licenciaturas, estas serão ministradas nas universidades e em instituições que mantenham cursos de duração plena. Em relação aos especialistas (administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação), a formação será feita em curso superior de graduação, com duração curta ou plena, ou também de pós-graduação.

A Lei de 1971 sanciona, no Art. 34, a admissão de professores e de especialistas na forma de concurso público de provas e títulos. O Art. 38 trata do aperfeiçoamento e da atualização constante dos professores e especialistas, do mesmo modo que, no Art. 39, aponta a remuneração destes, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação/aperfeiçoamento/especialização, sem distinção de graus escolares onde atuam.

O capítulo que trata do financiamento é extenso. Apresenta, em seu Art. 41, que "A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das

empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la" (BRASIL, 1971). O parágrafo único trata do preceito constitucional da obrigatoriedade escolar, pelo cumprimento dos pais/responsáveis. Sendo o ensino ministrado pelos poderes públicos, respeitando leis que regulam e livres à iniciativa particular.

Quanto aos recursos públicos, toma relevo a necessidade de maior número possível de oportunidades educacionais atrelado ao aperfeiçoamento e à assistência ao magistério, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico. Instituições particulares "[...] merecerão amparo técnico e financeiro do Poder Público, (...) e a suplementação de seus recursos se revelar mais econômica para o atendimento do objetivo" (BRASIL, 1971).

Em relação às empresas, o Art. 47 afirma que "As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos" (Brasil, 1971), ao mesmo tempo que o Art. 49 diz que "As empresas e os proprietários rurais (...) são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades" (BRASIL, 1971). O que fortalece o Art. 51, o qual afirma que "Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências" (BRASIL, 1971). Esse empenho em estender a instalação de escolas no Brasil também dá força para que o Governo Federal execute planos nacionais de educação, conforme o Art. 53.

A concessão de bolsas, auxílios e convênios tem destaque nos Art. 54, 55, 56, os quais apresentam condições para pensar modos de consolidar a implementação das diretrizes do ensino de 1º e 2º graus (como é o caso de auxílio financeiro, entre outros). No Art. 62, que trata da obrigatoriedade do ensino e dos serviços de assistência estudantil, pode-se verificar, no inciso 1º, que "Os serviços de assistência educacional (...) destinar-se-ão (...) a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar" (BRASIL, 1971). No capítulo que trata das Disposições Gerais, o Art. 64 apresenta que os conselhos de Educação poderão autorizar experiências pedagógicas. Já, no Art. 68, fica definido que "O ensino ministrado nos estabelecimentos militares é regulado por legislação específica" (BRASIL, 1971).

No último capítulo, que diz respeito às Disposições Transitórias, toma destaque o que apresentam os Art. 77, 78, 79 e 80. Estes abordam acerca do número de professores formados, tendo

em vista atender às necessidades do ensino. De modo geral, os referidos artigos apresentam horizontes de ação, caso os artigos anteriores não dessem conta de atender as demandas do ensino. Dito de outro modo, com os artigos fica evidente a preocupação da Lei quanto à falta de professores para atuarem nos sistemas de ensino inaugurados nela. Os artigos apresentam espécies de concessões alternativas para a falta de qualificação exigida para o exercício da docência nessas instituições.

Com isso, os quatro artigos supracitados apontam que a Lei de 1971, ao mesmo tempo em que produz uma espinha dorsal da escolarização no Brasil, inaugura uma necessidade de formação de professores nunca antes experimentada. Este estudo é produzido, então, a partir do intento de traçar as proveniências da Lei de 1971, a qual se instituiu com efeito de Lei de Diretrizes e Bases.

Atenção para as proveniências da Lei de 1971

A atenção para a Lei nº 5.692/71 permite exercitar o pensamento para os acontecimentos que a contingenciaram. Foucault (2015), estudioso, professor, filósofo e escritor, trata da potência do olhar para esses mesmos acontecimentos no sentido de que eles permaneçam em sua dispersão própria, perdidos no caráter acidental de suas produções. Ao passo que esse acontecer se inscreve no corpo, marcando-o. Para tanto, atentar para as proveniências da Lei de 1971 só é possível a partir do trabalho com alguns arquivos e bibliografias que permitem compreender as forças que concorreram para o estabelecimento da referida Lei, com efeito de Lei de Diretrizes e Bases.

Dando início a esse empreendimento, mais precisamente no período histórico brasileiro caracterizado como Colonial, encontram-se importantes singularidades que contingenciam o pontapé para a emergência da Lei em 1971. Os jesuítas e os Padres da Companhia de Jesus foram os sujeitos que desenvolveram iniciativas de cunho educativo no Brasil entre os anos de 1549 e 1759. A ênfase estava direcionada em catequizar e humanizar os ditos merecedores de catequização, sendo a catequese e a civilização os princípios do projeto de colonização, justificando os aldeamentos, a utilização de mão de obra nativa e obrigatória administração jesuítica (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A referida Companhia visava produzir redução quanto à difusão de perspectivas luteranas, ao mesmo tempo buscava"Combater a heresia, propagar a fé entre os incrédulos e difundir o Evangelho eram os principais objetivos dos jesuítas" (CORRÊA, 1998, p. 73).

As ações dos padres perpassaram diversas esferas, sendo a educação uma das mais eficazes do ponto de vista de alcançar o controle e a instituição de um princípio civilizatório nos nativos (indígenas e mais tarde também os mestiços), pois "[...] consistia em empregar a educação, como arma todo-poderosa, para combater a heresia e evangelizar o gentio" (ARAGÃO, 1985, p. 01). Inicialmente os jesuítas viviam de esmola real e "[...] aos poucos (...) enriqueceram, emprestando casas, arrendando terras e controlando o rico comércio de especiarias cultivadas nas aldeias por eles dominadas" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 42).

Entre 1549 e 1759 a educação não encontrou no Brasil um valor social, econômico e político importante, quando comparado com os anos que os postergam. Embora seja preciso reconhecer que, com a vinda dos portugueses e espanhóis tenha-se aberto à possibilidade de um novo território com potencial de exploração.

Dentre as iniciativas dos Jesuítas, destaca-se o documento Método Pedagógico *Ratio Studiorum* (FRANCA, 1952), produzido por Inácio de Loyola em 1599. Farrell (1970) descreve que "Existem quatro áreas principais contidas na *Ratio Studiorum*, a saber, administração, currículo, método e disciplina" (p. 12 – tradução nossa). Ao passo que "Define detalhadamente um método de conduzir lições e exercícios em sala de aula" (FARRELL, 1970, p. 12 – tradução nossa).

Administração, currículo, método e disciplina são eixos importantes para o *Ratio Studiorum*. Nesse Método, era possível desenvolver nas aulas de retórica, a participação dos estudantes em momentos com caráter de disputa (FRANCA, 1952). O Método visava "[...] moldar a alma plástica da juventude no serviço e amor de Deus" (FRANCA, 1952, p. 181). Franca (1952) afirma que essa disputa estava relacionada ao *Disputatio*, instante em que os estudantes confrontavam, por meio da declamação, posições quanto a um determinado tema/foco, como recurso metodológico para memorização.

Para Foucault (2013a), a *Disputatio* "[...] tratava-se do afrontamento de dois adversários que utilizavam a arma verbal, os processos retóricos e demonstrações baseadas essencialmente no apelo à autoridade" (p. 78). Dito de outro modo, "[...] uma forma de prova, de manifestação do saber, da autentificação do saber que obedece ao esquema geral da prova" (FOUCAULT, 2013a, p. 78). A *Ratio* juntamente com a *Disputatio* previa novas categorias espaço-temporais, como "[...] escanção do tempo e controle de espaço escolar" (DALLABRIDA, 2001, p. 148).

A 'descoberta' das Américas, realizada em grande escala pelos portugueses e espanhóis, abarcou a vinda expressiva dos franceses e dos holandeses para o território hoje denominado Brasil. O que fez com que a terra, antes ocupada por indígenas e colonos nativos, passasse a ter um potencial de colonização daquele conhecido popularmente como descobridor, admitido, em muitas das bibliografias oficiais, como visionário vindo da Europa. As ações colonizadoras empreendidas pelos portugueses e espanhóis aconteceram juntas, o que, por sua vez, não produziu interferências equivalentes quanto à criação de universidades e de colégios na colônia. A Espanha abarcou um legado de criação de universidades e os portugueses ficaram restritos à criação dos colégios.

A partir de 1759, com a chegada dos ideários de Marquês de Pombal, aconteceu uma série de expulsões e execuções de muitos jesuítas até 1977 (LIMA, 1969). O interesse do Marquês estava atrelado à inserção, agora no contexto territorial da até então colônia, de Aulas Régias, por meio da publicação do Alvará Régio. As Aulas Régias estiveram pautadas nas próprias experiências de Pombal no solo Português e foram pensadas por ele, tendo em vista a série de reformas ocorridas na Universidade de Coimbra (1772), pautada no pensamento iluminista.

Essa noção de 'luzes' atingiu o campo do Ensino Superior (ES) em Portugal, vinculado à compreensão de formação com base nos antigos clássicos. Para Stirner (2001), o objeto de estudo desse universo antigo prova "[...] o quanto nossa própria existência parecia desprovida de importância, o quanto estávamos ainda longe de poder criar, por nossa própria originalidade, novas formas de beleza" (p. 64). Com esse viés, "Era-nos preciso, de início, estudar a forma e o conteúdo; éramos aprendizes" (STIRNER, 2001, p. 65). Consequentemente normas literárias, artísticas e acadêmicas conservavam superioridade formal da educação – a cultura superior/especializada. Um conhecimento no domínio da matéria, com intento de adquirir superioridade sobre os indivíduos que Stirner (2001) chamou de 'menos flexíveis'. "O que se chamava ensino superior era, então, uma educação elegante, um *sensus emnis elegantiae*, a educação do gosto, o sentido das formas (...)" (STIRNER, 2001, p. 65).

As Aulas Régias não obtiveram considerável impacto na proposta de educação escolar daquele contexto. Primeiro, pelo fato de que lá ainda não existiam sujeitos educáveis com base nos parâmetros e padrões de Portugal. Logo, nesse aspecto, Brasil e Portugal não podiam ser tomados como padrões equivalentes. Segundo, porque, embora fosse interesse de Pombal extinguir todas as

relações educacionais do princípio religioso dos jesuítas, foram duzentos anos de empreendimentos destes para catequizar/civilizar os nativos. Terceiro, em razão de que Latim, Grego, Filosofia e Retórica ainda não estavam no rol de temáticas na educação proferida pelos padres da Companhia de Jesus. Assim, a tentativa de Pombal não alcançou adeptos naquela conjuntura. Contudo, isso não significa que anos mais tarde suas proposições não impactariam nas iniciativas marcadas pela transposição do arcaico pelo novo, da promessa das trevas para as luzes.

No que tange à emergência das Instituições de Ensino Superior - IES e do ES no Brasil, pode-se considerar que "A vinda da corte Real, com Dom João VI, para o Brasil trouxe consigo uma ascensão de movimentos das instituições superiores" (RIGUE, 2017, p. 58). A Carta Régia de 1808 foi implementada pelo "[...] modelo coimbrão" (SOUZA, 1993, p. 37), o que afetou o contexto. Após isso, emergiu a Primeira República, que compreende o final do século XIX até meados do século XX. Momento que remete à ascendência de iniciativas científicas/tecnológicas, pois se evidenciava a crescente dos investimentos nas Ciências Naturais, na Farmácia e na Medicina, bem como a promessa de recebimento de lucros econômicos pelo desenvolvimento de materiais, produtos e serviços com valor de mercado.

Nessa temporalidade emergiram três importantes reformas no Brasil, as quais marcam um impacto significativo no que tange a posterior Lei de 1971. Foi por meio dessas reformas que um sistema de ensino em nível nacional foi possível. Com Benjamin Constant e sua reforma ocorrida entre 1890 e 1891 foi elaborado um regulamento da instrução primária, secundária e superior, um investimento na gratuidade da escola pública, o *Pedagogium* (Espaço formal de laboratórios voltados ao Ensino das Ciências Naturais, museus, etc.), bem como premissas do patriotismo, cidadania e hierarquia social.

Com Francisco Campos houve uma reforma realizada entre 1930 e 1931, instituindo uma base sofística de Estado. Isso porque ele fora influenciado pela linha ideológica de 'uma educação para o que der e vier', principalmente a partir do seu livro 'O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico' (CAMPOS, 1940), que trouxe para perto premissas de nacionalização e manutenção do Estado Nacional, implantação do ES e dos conhecimentos técnicos profissionais no Ensino Primário e Secundário e participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação nova.

Já na reforma de Gustavo Capanema, realizada em 1942, emergiu a introdução do Ensino Secundário no Brasil (Ginásio e Colegial), além da criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (1942) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC (1946).

O destaque às referidas reformas possui, neste estudo, a finalidade de enfatizar as principais relações de forças que contribuíram para as iniciativas posteriores no contexto das políticas educacionais. Dito de outro modo, as iniciativas que emergem posteriormente estão tecidas pelos preceitos que se materializaram anteriormente. Tanto que, em 1930, Campos, Ministro da Educação, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que, na visão de Corrêa (2006), centralizou a educação na figura do Estado e "[...] foi a largada para a centralização da responsabilidade e da regulamentação da educação pela instância do governo estatal" (p. 64).

Embora a figura de Campos como Ministro da Educação tenha sido aparentemente discreta, precisa-se apontar que suas perspectivas de pensar educação escolar foram decisivas no Brasil, principalmente no que tange à centralização da tomada de decisões da escolarização no foco do Estado. Sua perspectiva de pensar a educação coloca o Estado em um lugar central na educação escolar, como estratégia para atingir todos e cada um. A contingência que coloca a escola pública relacionada ao aparecimento do Estado "[...] promove a inculcação dos saberes junto aos homens que, por haverem nascido dentro de suas fronteiras - o território - devem ser transformados em cidadãos" (CORRÊA, 1997, p. 124). Formação do cidadão que garantiria o fortalecimento e permanência do Estado. Uma força que influenciou nesse aparecimento, principalmente nas escolas secundárias, toma relevo no final da República Velha.

Entre 1930 e 1945, com a crescente do populismo, houve a ascensão da figura de Getúlio Vargas. Período em que tomou corpo o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). O manifesto propunha um projeto nacional de educação escolarizada no Brasil e direcionava colocações para a necessidade de uma formação pedagógica dos professores no país. Acerca desse Manifesto, Gatti (2014) escreve que, "Em 1932, já se propunha uma formação universitária integrada para todos os professores da educação básica" (p. 202). A formação universitária para os professores da Educação Básica estava relacionada à preocupação e ao discurso de modificar o que vinha sendo desenvolvido no Brasil, por isso era necessário formar docentes de outro modo.

O Manifesto já apontava para uma necessidade de formar o que sairia do âmbito técnico-científico dos professores. Dentre os envolvidos para a construção, havia: professores, sociólogos, conselheiros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), escritores, entre outros. Boa parte articulada com a política e a elite com poder de decisão vigente da época.

A partir das reformas supracitadas e o Manifesto dos Pioneiros, destaca-se que "[...] as iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos, tinham uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo" (FAUSTO, 2001, p. 188). Assim, o que emerge como Escola Nova no país está atrelado a um movimento que provém de cima para baixo. Como esse movimento foi possível? Traçar algumas pistas, como o que foi pensado por esses dois particulares (micro) espaços (Manifesto e Escola Nova), produziu implicações para que o Estado, em meio às circunstâncias e às demandas da época, detivesse a autonomia legal para gerenciar a educação escolarizada no Brasil.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934) é um marco desse interesse do Estado em relação à educação escolar. Em seu Art. 5º, que trata do que compete à União, ficou registrado, no item XIV, "traçar as diretrizes da educação nacional" (BRASIL, 1934), ao passo que, no capítulo II (Da Educação e da Cultura), no Art. 150, compete à União "[...] fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução (...)" (BRASIL, 1934). Nessa contingência, entre os primeiros anos da década de 1930, Campos, Ministro da Educação, cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934). Com isso, dá o pontapé inicial para que a Didática adentre pela primeira vez os cursos que formam professores, mais especificadamente com o Art. 20 do Decreto-Lei nº 1.190, do ano de 1939. Para Veiga (1988), "No início, a parte pedagógica existente nos cursos de formação de professores era realizada no Instituto de Educação" (p. 30) e, a Didática "[...] foi instituída como curso e disciplina, com duração de um ano" (VEIGA, 1988, p. 30).

Com Campos, pode-se perceber as condições de possibilidade que formalizaram, no âmbito do Estado, uma narrativa que deu força para uma crescente na autonomia legal, que afirmou e proclamou a noção de uma educação – escolar – para o que der e vier no Brasil. Nesse cenário, as operações que emergiram a partir dessa narrativa, tomada aqui como acontecimento histórico,

entrelaçaram a vinculação do Estado Brasileiro com iniciativas educacionais escolares. Dito de outro modo, suportes institucionais que se inscreveram no que se chama de escolarização.

Iniciativas comprometidas com o poder de Estado, ou melhor, a capacidade de decisão governamental do Estado, as relações de poder que governam e dizem sobre a escola e sobre as vidas que ali habitam. Foucault (2008) denominaria essa governamentabilidade de "arte de governar" em que existe "[...] um equilíbrio instável com complementariedade e conflitos, entre as técnicas que asseguram a coerção e os processos através dos quais o si se constitui ou se modifica por si mesmo" (FOUCAULT, 2013b, p. 38-39). Essa arte de governar que Foucault menciona é uma espécie de molde que conduz, que direciona e acaba por regular o ser. O que o próprio Campos (1940) chama de "[...] verdade que, embora não sendo verdadeira, funcionará indefinidamente como verdade, porque o que ela postula da realidade é, por definição, insuscetível de verificar-se" (p. 09). Logo, tais preceitos inculcados na educação escolar também estão vinculados a uma produção de verdade que consolida um "[...] dogma fundamental a ser acreditado como verdadeiro e sob coerência dessa verdade, inverificável" (CORRÊA, 2005, p. 181). Como "[...] o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro" (FOUCAULT, 2015, p. 12).

Este poder aqui em questão tem como direcionamento a centralização, relacionado com uma figura de Estado forte, característico de períodos ditatoriais. Poder estreitamente relacionado com o que Foucault movimenta: o poder como algo que acontece por dentro, dentro de cada um, um poder produtivo. Tendo em vista essa breve atenção para o conceito de poder, é indispensável pontuar que, antes da emergência da Lei de 1971, houve a promulgação da Lei nº 4024 de 1961. A referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional iniciou sua tramitação por meio do projeto enviado ainda em 1948, pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani, e entrou em vigor em janeiro de 1962 (SOUZA, 1993).

Conforme aponta Souza (1993), a trajetória do referido projeto no Legislativo foi marcada por dois conflitos: "a) O da escola pública vs escola particular; b) O da centralização ministerial vs descentralização federativa" (p. 29). O primeiro conflito decorria de embates entre escolas particulares e demais interessados. O segundo "[...] de uma luta pelo poder, travada entre o burocratismo centralizador do MEC e os partidários da descentralização decisória, via Estados, Municípios e Conselhos de Educação" (SOUZA, 1993, p. 30). Para Souza (1993), foi esse segundo

conflito "[...] a verdadeira causa dos treze anos de retardo na aprovação da LDB" (p. 30). A condição de possibilidade de emergência da Lei, "[...] naqueles idos de 1950/1960" (SOUZA, 1993, p. 31), esteve alicerçada no fortalecimento da crença de que o Estado conduziria todos e todas as coisas. A Lei de 1961 afetou diretamente o funcionamento das instituições que existiam no país e seus órgãos.

Concomitantemente, outros acontecimentos tomavam corpo, como a série de investimentos fortalecidos pela Aliança para o Progresso, que produziu atravessamentos diretos na educação escolar mobilizada no Brasil. É aqui que o domínio, a racionalização e a utilização de determinados enunciados tornam-se importantes aliados para pensar a educação como escolarização, retida nas mãos do Estado. Os Acordos entre o MEC e United States Agency for International Development (USAID) tiveram na América Latina o princípio da Aliança coletiva os impactos desde 1961, o que, embora não tenha acontecido no Brasil nesse mesmo ano, aos poucos acabou por direcionar o que aqui seria desenvolvido a partir de 1964.

A série de acordos entre o MEC e o USAID se tratava basicamente de um convênio com os norte-americanos, garantindo a presença de técnicos para orientar a reforma educacional em curso no Brasil. Tratava-se de técnicos especialistas atuando para formar professores no Brasil, a fim de atender ao novo interesse do Estado. Esforços empreendidos para inserção no contexto da América Latina de um modelo norte-americano de escola e de universidade.

Uma modificação que transformou o pensar na economia, em que a universidade aparece como estratégia para "[...] reforçar o processo de colonização e formação de uma nova identidade" (BRITO; OLIVEIRA, 2009, p. 47). A concepção de Brito e Oliveira (2009) acerca da universidade como mantenedora do *status quo* de poder e de detenção do saber erudito vem ao encontro da produção de um destaque para a formação de sujeitos intelectualizados em país de terceiro mundo com interesse pela obtenção do status de desenvolvimento. Estratégia já utilizada nos países caracterizados como de primeiro mundo, agora colonizadora em territórios com governos interessados em ascenderem no contexto internacional. Os Acordos MEC/USAID foram implementados por meio da Lei nº 5.540, no ano de 1968, como engrenagem atuante para fazer operar uma formação técnico-científica em que havia ainda poucas escolas. Ao passo que o quadro de docentes já atuantes não possuía repertório com os conteúdos e/ou as metodologias empenhadas pelos parâmetros estabelecidos pelos técnicos norte-americanos. Ora, antes disso, pensava-se

educação de modo consideravelmente diferente. Segundo Alves (1968), os planos para o ensino primário, médio e superior não foram publicados, o que demonstra a dificuldade na realização de uma busca acerca deles.

As proveniências que marcaram o aparecimento da série de Acordos MEC/USAID foram contingenciadas pelo interesse em realizar uma reorganização do sistema educativo. Porém, a partir de 1964, uma série de cooperações já passava a tomar força (FAZENDA, 1985). Com os Acordos MEC/USAID, toma relevo a existência de um interesse acentuado quanto à substituição do que se tinha no solo brasileiro, até mesmo no contexto do ES, isso porque, conforme o texto de Cunha (1988), "[...] o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres" (p. 170).

A dependência de professores formados pelos técnicos norte-americanos para a obtenção do sucesso prometido da implantação de uma rede de escolas no Brasil colocou, também, em foco a necessidade de inserção do país nas campanhas internacionais que balizavam (e até hoje balizam), o que denominam de qualidade e eficácia da educação escolar. Essa qualidade retroalimenta a produção de gráficos, rankings, que indicam, na maioria das vezes em ordem numérica, onde se desenvolve boa educação e onde se desenvolve má educação. Esses dados também interferem diretamente na distribuição de recursos, produzindo concomitantemente uma retroalimentação do sistema educativo para o funcionamento do sistema da escolarização. Essa composição tramada afeta diretamente o modo de conceber a formação dos chamados profissionais da educação, já que nela prevalece a lógica do mundo dos negócios, da emissão de diplomas, entre outros. Corrêa (1997) afirma que a noção de especialista também foi sua herança dos Acordos MEC/USAID "[...] cujo discurso apresentasse um caráter de cientificidade legitimado por uma formação acadêmica específica" (p. 126). O que, ao mesmo tempo, também atravessou a emergência da Didática Especial e/ou especializada para os cursos de licenciatura, com "[...] ênfase a uma transposição pedagógica de conteúdos da área do conhecimento em espaços de 'aula', como é o exemplo da Didática da Química" (RIGUE; CORRÊA, 2021, p. 5).

A perspectiva tecnocrática do especialista aparece como estratégia para garantir a naturalização de discursos científicos, como força para extinção de noções coloniais/imperiais que, até o momento, conduziam a formação educacional no Brasil. Conforme Alves (1968), acerca do ES,

o Acordo MEC/USAID, assinado em 1966, previa assistência ao Brasil a partir de temas como: Consultoria Técnica para reforma administrativa; Seminários; Cursos de curta duração (nos Estados Unidos) para treinamento e especialização de pessoal brasileiro. O Acordo "[...] foi objeto de um adendo financeiro que (...) destinou NCr$ 200.000,00 à sua implementação, em 16 de março de 1967" (ALVES, 1968, p. 39).

Tal acordo condicionou Institutos de Ensino Superior a "[...] executar e institucionalizar reformas administrativas que resultarão em maior economia e eficiência operacional" (ALVES, 1968, p. 35). Com isso, o contexto universitário da época e o ensino primário e secundário foram expressivamente afetados. Ademais, "[...] o lema "Ordem e Progresso" (...) atualizava-se na ideia de Segurança e Desenvolvimento. Ao Estado fortalecido caberia levá-la à prática" (DREIFUSS; DULCI, 2008, p. 139). É nesse tom que o contexto do capitalismo emergente, já se consolidava como base econômica com respingos sintomáticos em uma espécie de base doutrinária social.

Em meio a esse emaranhado de circunstâncias, pode-se conceber que a série de proveniências da Lei de 1971 converge ao que o curso do capitalismo internacional impulsionava reorientando o sistema capitalista, associado ao contexto internacional, o que justifica a crescente de políticas educativas entre os anos de 1964-1971. Além, da inserção de empresas multinacionais no Brasil, no período que antecede a década de 1960, e nos demais países do sul da América Latina.

O discurso liberal passou a fazer parte da política econômica de Juscelino Kubitschek (JK) e, posteriormente, de João Goulart, conhecido como Jango. Sem esquecer que, no âmbito internacional, vivia-se um acirrado momento de tensão decorrente das aspirações ideológicas denominadas comunistas e capitalistas. Ao mesmo tempo em que as nações se embebiam (direta ou indiretamente) das consequências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), influenciadas pelo desenvolvimento de tecnologia bélica. Após o 'fim' burocrático da Segunda Guerra Mundial e do esfacelamento dos países europeus, tomou corpo o Plano Marshall (1947). Este emergiu em substituição ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – o Banco Mundial – (que produzia uma série de empréstimos a países com status de desenvolvimento) fortemente movimentado pelos interesses dos EUA. O Plano Marshall tratou-se de um planejamento de caráter econômico promovido pelos EUA, que gerenciou uma série de empréstimos (mais de 13

mil milhões de dólares (da época)) para dezessete (17) países. Isso produziu uma espécie de 'dependência' dos países às iniciativas econômicas e sociais dos EUA.

"Sob o governo de Juscelino Kubitschek (JK), a industrialização seria baseada nos bens de consumo duráveis" (FICO, 2016, p. 34), o que contribuiu para uma aliança diplomática com os norte-americanos, fortalecendo o direcionamento das "[...] empresas e do governo norte-americano" (FICO, 2016, p. 34). Aí se criam condições para a formalização do Plano de metas, que cria objetivos no âmbito da "[...] energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação" (FICO, 2016, p. 35). A educação escolar ampara a produção de necessidade de ajuda vinda dos estrangeiros ao Brasil. Nessa suposta 'ajuda' parece emergir uma ênfase na cooperação com os norte-americanos, em que o Brasil se alia aos seus preceitos.

Contrariando a gama expressiva de envolvimento dos organismos internacionais extrapartidários que financiaram campanhas nas eleições iniciadas no Brasil, em 1962, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) se articulou com a *Central Intelligence Agency* (CIA), em janeiro de 1963, com aproximadamente nove (9) milhões e quinhentos (500) mil votos dos 11,5 milhões de eleitores, e o povo decidiu a favor do regime presidencialista. Jango, que estava como presidente, entendeu esse dado significativo como aprovação eminente para nova eleição. Por sua vez, por detrás dessa expressividade estavam também os interessados (partidos e lideranças) em alcançar a presidência.

Com base na instabilidade política e administrativa do governo, houve a emergência de estratégias por parte dos descontentes com seus discursos e ou silenciamentos. Com isso, as tendências políticas-ideológicas de direita e de esquerda fortaleceram-se como movimento de oposição ao governo, aprovando, ao final de 1961, "[...] uma coalizão sem precedentes, voltada para a aprovação e execução imediata do projeto das reformas de base – e quiseram começar pela reforma agrária" (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 439). Conjuntamente a isso, esteve o interesse por uma reforma universitária com finalidade de orientar um novo eixo de ensino e pesquisa, dando novo direcionamento ao campo universitário. Ao passo que, em 12 de fevereiro de 1962, foi instalado o Conselho Federal da Educação (CFE), que anteriormente se atrelava ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Tendo em vista essa série de ações entre os acontecimentos que circundaram aquele contexto histórico-temporal, houve a emergência de elementos que justificaram a emergência do período ditatorial no Brasil, em 1964, apoiado pela logística norte-americana.

Antes disso, em 1956, houve a emergência do Programa Brasileiro-Americano de Ajuda ao Ensino Elementar (PABAEE). Acerca do PABAEE, pode-se considerar que este foi organizado na sede "[...] em Minas Gerais no ano de 1956, na pessoa do governador do Estado, José Francisco Bias Fortes, juntamente com o Diretor das operações americanas no Brasil, William Warne" (RIGUE; CORRÊA, 2018, p. 231). O "[...] PABAEE preocupava-se em formar pessoal docente para atender ao Ensino Primário e ao novo 'propósito' de governo desenvolvimentista e industrial brasileiro" (RIGUE; CORRÊA, 2018, p. 232), além de produzir material didático que tratasse do ensino tomado como normal, sob a tutela dos EUA.

Em 1963, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) condicionou a criação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE). Essa comissão, com interferências da *National Aeronautics and Space Administration* e da Revolução das telecomunicações nos EUA, associa-se "[...] aos estudantes do Electrical Engineering Departament da Universidade de Stanford" (SANTOS, 1981, p. 86). Essa associação produziu um relatório, em 1967, intitulado *Advanced System for Communications and Education in National Development* (ASCEND Report), o qual fora publicado pela *Universidade de Stanford*. Conforme Santos (1981), "O ASCEND Report lembra muito um estudo de viabilidade cuja ambição principal é vender determinada tecnologia" (p. 87). Essa promessa se atrela ao que seriam problemas políticos, econômicos e sociais. Assim, a emergência de satélite de TV educativa, no Brasil, é promoção de educação de massa, como necessidade para produzir um programa completo para alcance de cada sujeito habitante do território (SANTOS, 1981).

O investimento em capital humano toma relevo como "[...] possibilidade de produção da sociedade" (SANTOS, 1981, p. 89). Nessa conjuntura, os representantes brasileiros na elaboração do ASCEND apresentaram, em 1967, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI), o qual se tratava de um programa "[...] onde o vínculo entre o satélite e a solução de problemas educacionais foi reforçado" (SANTOS, 1981, p. 95). Implantado no Rio Grande do Norte (RN), na Universidade do Rio Grande do Norte, reunindo esforços do Ministério da Educação - MEC, CNPq,

secretarias do estado (RN), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas. No campo da formação dos professores, o referido relatório do ASCEND e hora denominado SACI "[...] sustentava que a TV permitiria colocar os melhores professores à disposição da maioria da população (...)" (SANTOS, 1981, p. 95).

Como método para atingir tudo e todos, o SACI adotava um satélite de alta potência dotado de 3 canais de TV, com muitos televisores (SANTOS, 1981). A formação dos docentes aconteceria de forma compulsória, como um treinamento. Em meio a tudo isso, aconteceu em 1968 a Reforma Universitária no Brasil. Por meio da Lei nº 5.540, houve um movimento que operou para fixar regulamentos de organização e funcionamento do ES e sua articulação com a escola de nível secundário (hoje Ensino Médio). Conforme Aragão (1985), a referida Lei "Impõe, (...) a reestruturação às universidades particulares" (p. 85). A Lei "Proscreve a cátedra, substituída pelo departamento, menor unidade estrutural da universidade" (ARAGÃO, 1985, p. 86). Departamentos que, desde a reforma, continuam sendo o modo de disposição que prevalece na organização das instituições universitárias até o contemporâneo. A Lei supracitada similarmente permitiu que fossem criadas uma série de empresas estatais (fora das IES) que visavam o emprego de alta tecnologia para o desenvolvimento de pesquisas científicas (GERMANO, 1993). Atentando para seu Art. 17, que direciona as aulas que poderão ser ministradas nas universidades, pode-se conceber as seguintes modalidades nessas instituições "a) de graduação (...); b) de pós-graduação (...); c) de especialização e aperfeiçoamento (...); d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos" (BRASIL, 1968). Em relação à modalidade de graduação, o Art. 30 dessa mesma Lei deixa claro que a formação dos docentes para atuarem nas escolas "[...] far-se-á em nível superior" (BRASIL, 1968).

Logo, é razoável discorrer que, anterior à promulgação da Lei de 1968, a formação dos professores não estava relacionada à obtenção de grau escolar em nível de ES. Para perceber e visualizar essa consideração, o Art. 59 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual antecedeu a Lei nº 5.540 de 1968, afirmava que a formação dos professores "[...] será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica" (BRASIL, 1961).

Nessa conjuntura, a Lei de 1968 inaugurou também um interesse acentuado quanto à produção de uma nova noção de ensino. Isso porque, naquele contexto "[...] o ponto que causa problema na educação brasileira não se encontra no volume de reprovação e de exclusão do primário (...) mas na articulação entre o ensino secundário e o superior" (SANTOS, 1981, p. 65) sendo indispensável reformar o ensino secundário para profissionalizar os estudantes e encaminhá-los ao mercado, seguindo por reforçar a seleção na universidade para formar "[...] a elite dos mais capazes" (SANTOS, 1981, p. 65). Aí, o sistema escolar, precisava garantir o esvaziamento da tensão social/política, fornecendo ao mercado "[...] mão-de-obra de qualificação média e um número reduzido de profissionais altamente qualificados (...)" (SANTOS, 1981, p. 65).

Conforme Aragão (1985), o investimento na reforma universitária é parte do processo, "[...] nele se inicia e prossegue uma série de medidas efetivadoras, que vão desde a reforma de estatutos e regimentos, das modificações e construções de edifícios, das adaptações e complementação de instalações" (p. 87). Concepção que se trama com os escritos de Santos (1981) e das iniciativas que colocam os Acordos MEC/USAID no foco de interesse dos empreendimentos educacionais e suas contingências no Brasil. Assim como a Reforma de 1968, a Lei nº 5.692 possui como proveniência o interesse pela "[...] profissionalização do secundário, elitização da universidade" (SANTOS, 1981, p. 65). Proveniências estas que estabelecem relações de forças e dão possibilidade para a escolarização para todos e cada um no Brasil.

Por meio do Decreto nº 66.600 de 1970, assinado por Emílio Médici e Jarbas Passarinho, a Lei de 1971 começou a ser projetada. A referida Lei reitera a definição da Lei nº 5.540 do ano de 1968, a qual já produzia e alertava acerca de uma narrativa que enfatizava a necessidade de formação superior no território nacional a ser desenvolvida nas universidades. Concomitantemente coloca o ensino secundário (hoje chamado de Ensino Médio) no foco das discussões, com tendência à formação escolar direcionada ao mercado de trabalho.

A escola, na perspectiva da Lei de 1971, aparece como o meio eficaz para "[...] eliminar a educação baseada em preconceitos religiosos e místicos e saberes do senso comum. Saberes sem o devido ajustamento aos preceitos de uma pedagogia científica" (CORRÊA; PREVE, 2011, p. 189-190). O que auxiliaria o Brasil a alavancar o *status quo* de país em subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, "A partir da LDB de 1971, as escolas passaram, definitivamente, a monopolizar as

atividades educacionais em todo território nacional" (CORRÊA; PREVE, 2011, p. 191). Nesse tom, a LDB de 1971 deu corpo à necessidade de quadros profissionais e científicos que permitissem ao Estado, garantias mais fortes para o estabelecimento de uma rede/aparelhamento de escolas em todo território brasileiro. Isso porque, na época, "[...] mais de 1/3 dos professores que lecionavam em todo país não possuíam o diploma do normal e 26,2% deles não havia sequer terminado o primário" (SANTOS, 1981, p. 77). Conforme aponta Germano (1993) acerca do ES "[...] houve uma notável expansão da matrícula nesse ensino" (p. 151), como resultado desse aparelhamento em curso.

Na Lei de 1971, emerge a lógica do ensinar todos (totalização) e cada um (individualização), seja na Educação Básica, seja nas IES – com foco na formação inicial dos professores. Nesse tom, a educação escolar, no Brasil, toma relevo a partir de uma série de investimentos individuais e coletivos que, superpostos, corroboraram para que a Lei para o ensino de 1º e 2º graus, do ano de 1971 fosse possível. Fato que contribuiu significativamente para a necessidade de formação em massa de professores que viessem, anos mais tarde, a atuar no processo educativo de estudantes na escola formal[3].

Considerações finais

Tendo como base o empreendimento genealógico (FOUCAULT, 2015), dentre as tantas especificidades supracitadas que dão corpo para a LDB de 1971, a necessidade de formação inicial para os professores é um importante direcionamento dado, no que tange às epistemes, às metodologias, às didáticas, às estratégias político-pedagógicas, que fortalecem a necessidade de políticas que regulamentem a formação de professores no cenário do Brasil. É na LDB de 1971 que se pode perceber e articular a exigência de uma formação superior mínima do professorado para atuação no magistério ou especialidade pedagógica, que reverberou no modo como se passou a formar os docentes nas IES.

[3] Para saber mais acerca da emergência da formação inicial de professores, como é o caso dos docentes em Química, sugere-se a leitura da Tese de Doutorado em Educação: RIGUE, Fernanda Monteiro. Uma Genealogia da Formação Inicial de professores de Química no Brasil. **Tese** (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

Na Lei de 1971, constituiu-se um campo de visibilidade da formação inicial dos professores, pela via da emergência de uma concepção curricular do Ensino Médio. No sentido que, com a criação dos ensinos de primeiro e segundo graus, se inaugura um universo amplo que caracteriza a Educação Básica em nível nacional, com um rol de disciplinas especializadas. Disciplinas que se moldam dentro da lógica da instrumentalização, seja de conteúdos, sejam de sujeitos.

Uma genealogia da LDB de 1971 torna visível um enunciado acerca de uma espécie de esqueleto que, como nunca, estabelece a obrigatoriedade do Ensino Primário (hoje Ensino Fundamental) e o Ensino Secundário (hoje Ensino Médio) com caráter facultativo. Uma série de empreendimentos individuais e coletivos que, com o passar de muitas décadas, tornou possível a emergência de um arquivo de abrangência nacional acerca da escolarização.

Um arquivo que reverbera nas noções de história que se constitui até o presente e que é marcado pelos acontecimentos que se tramaram na história. Uma multiplicidade de fios que, costurados, viabilizaram o aparecimento da Lei de 1971 – um arquivo com intuito totalizador, que, de uma vez por todas, norteou a educação escolar em todo o território brasileiro – com força de Lei de Diretrizes e Bases.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa as normas de--organização e funcionamento do Ensino Superior. Brasília. Congresso Nacional, 1968. Recuperado de: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 04 agosto de 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**, 1934. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 04 agosto de 2023.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências, 1971. Recuperado de: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 04 agosto de 2023.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; OLIVEIRA, Ana Maria de. Revisitando a história da universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência**. Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 12, p. 43-63, 2009.

CAMPOS, Francisco. **O estado nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Permanência e mudança: desejo de cientificidade nas relações entre Ciência e Escola. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 15, n. 27, p. 121-133, jan./jun, 1997.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Oficina: apontando territórios possíveis em educação. 1998. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

CORRÊA, Guilherme Carlos. Um corpo para a tolerância. In: PASSETI, Edson; OLIVEIRA, Salete. (Orgs.). **A Tolerância e o intempestivo**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, p. 177-187, 2005.

CORRÊA, Guilherme Carlos. **Educação, comunicação, anarquia:** procedências da sociedade de controle no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

CORRÊA, Guilherme Carlos; PREVE, Ana Maria Hoepers. A educação e a maquinaria escolar: produção de subjetividades, biopolítica e fugas. **Revista de Estudos Universitários**, v. 37, n. 2, p. 181-202, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Trad. de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DREIFUSS, René; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (Orgs.). **Sociedade política no Brasil pós-6l**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 132-181, 2008.

FARRELL, Allan. The Jesuit Ratio Studiorum of 1599. In: Massachusetts Avenue, N.W. WASHINGTON, D. C. **Conference of Major Superiors of Jesuits**: 133. Loyola eCommons, 1970.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.

FOUCAULT, Michel. Nietsche, a genealogia, a história. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **L'origine de l'herméneutique de soi**. Paris: Vrin, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos Jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GATTI, Bernardete Gatti. O manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a formação de professores. In: BRASIL. **O Sistema Nacional de Educação:** diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Brasília: MEC/SASE, 220 p, 2014.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil:** de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro: Brasília, [s.d.]. 363 p, 1969.

RIGUE, Fernanda Monteiro. Genealogia do Ensino de Química no Brasil. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

RIGUE, Fernanda Monteiro; CORRÊA, Guilherme Carlos. O Ensino de Química no Período Desenvolvimentista Brasileiro: Enunciações e Discursos. **Cadernos de Pesquisa**: Pensamento Educacional, v. 13, n. 35, p. 224-234. 2018.

RIGUE, Fernanda Monteiro; CORRÊA, Guilherme Carlos. Uma genealogia da Didática pelo viés da Formação Inicial de professores de Química no Brasil. **Acta Scientiarum Education**, v. 43, p. 1-10. 2021.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens:** educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **ABC da LDB**. São Paulo: Unimarco, 1993.

STIRNER, Max. **O falso princípio da nossa educação**. São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a Didática**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

Temporalidades

A relação Aluno-Professor em tempos de Pandemia: limites e possibilidades de aprendizado na educação básica

The Student-Teacher relationship in times of the Pandemic: limits and learning possibilities in basic education

Israel de Jesus Borges Almeida
Graduando em História
Universidade do Estado de Minas Gerais Unidade (UEMG) *Campus* de Divinópolis
Arquivologista
Instituto Histórico de Pitangui (IHP)
israeldejesusba@gmail.com

Recebido: 21/11/2022
Aprovado: 14/02/2023

Resumo: O presente trabalho busca entender como a relação entre alunos e professores na educação básica pode ter sofrido limites no que tange à possibilidade do processo de ensino e aprendizagem com o advento da pandemia da Sars Cov-19 compreendendo os impactos na relação mestre-aprendiz e seu espaço de convivência. O percurso metodológico desta pesquisa de cunho qualitativo considerou o levantamento de dados a partir de trabalhos disponíveis na SciELO, referente aos anos de 2020 e 2021, bem como se pautou em uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas relação aluno-professor e aprendizagem no ensino básico. Os achados mostram que neste período de pandemia em que o ensino remoto e/ou híbrido se fez presente, as desigualdades escolares foram acentuadas, pois nem todos os alunos tinham acesso à cultura digital. Além disso, os trabalhos encontrados ressaltam que as possibilidades de aprendizado passaram por uma reinvenção devido à necessidade de adaptação à nova realidade do ensino remoto.

Palavras-chave: pandemia; relação aluno-professor; ensino e aprendizagem; educação básica.

Abstract: The presente work seeks to understand how the relationship between students and teachers in basic education may have suffered limits regarding the possibility of the teaching and learning process with the advent of the Sars Cov-19 pandemic, understanding the impacts on the master-apprentice relationship and its living space. The methodological course of this qualitative research considered the collection of date from works available in SciElo, referring to the years 2020

and 2021, as well as based on a bibliographic research on the themes student-theacher relationship and learning in basic education. The findings show that in this pandemic period in which remote and/or hybrid teaching was presente, school inequalities were accentuated, as mot all students had access to digital culture. In addition, the works found emphasize that the learning possibilities underwent a reinvention due to the need adapt to the new reality of remote teaching.

Keywords: pandemic; student-teacher relationship; teaching and learning; basic education.

Introdução

Ser professor é reconhecer-se como agente democrático, compartilhando a troca constante de conhecimento entre sujeito aprendiz e tutor. A importância do seu papel para os alunos não se resume à transferência de saberes; segundo Freire (1991) ser professor é também construir relações de afeto mesmo diante das barreiras que permeiam o cotidiano escolar.

A profissão docente se encontra face a diversos desafios para promover um ensino de qualidade e que alcance os diversos sujeitos em suas especificidades. O professor, figura de importância considerável dentro do ambiente escolar, traz consigo as ferramentas adquiridas na formação inicial e em suas experiências de vida para atingir o objetivo de formação escolar e humana dos estudantes. Corroborando com isso, Dayrell (1996) pontua que o ambiente escolar existe para promover a integração, sociabilidade e aprendizado do discente, e que a própria estrutura escolar, em seu sentido social, promove e constrói relações interpessoais entre aluno e professor. Neste sentido, o professor também se torna um ser sociocultural (TEIXEIRA, 1996).

No entanto, atualmente presenciamos um quadro pandêmico que alterou e desestruturou as formas da prática educacional em diversas instituições do ensino básico em todo país. A Covid-19[1] está presente em todos os continentes e infectou milhares de pessoas no mundo, impactando não somente as formas cotidianas de se cuidar e manter condições sanitárias adequadas, mas também as maneiras como as pessoas têm se relacionado e condicionado o isolamento social, principalmente no âmbito educacional.

[1]Doença viral que segundo a OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde, s/d) "é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca" (s/p).

Para tanto, surgiu como alternativa, devido à condição e imposição de quarentenas e distanciamento social[2], o ensino remoto/on-line mediado pela tecnologia. "Existe, entretanto, uma urgência na revisão e adequação do atual modelo de educação mediada por tecnologia por meio de novos formatos que garantam a aprendizagem significativa dos estudantes" (GRANDISOLI, 2020, p.1). Além disso, é possível considerar que neste cenário tenha havido prejuízos no processo de ensino e aprendizagem causados pela ausência física entre os docentes e discentes dentro dos espaços escolares.

Tendo em vista estas considerações esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: *Quais estratégias os professores da educação básica têm utilizado para minimizar os impactos na relação aluno-professor no modelo remoto/on-line com a pandemia? Como a relação aluno-professor se modificou durante este período?* Levantamos como hipótese que a relação aluno-professor foi impactada devido ao distanciamento e ao afastamento de professores e alunos, o que, de certo modo, impactou o processo de ensino e aprendizagem na educação básica.

Visando responder a estas indagações, o objetivo geral deste estudo foi entender os limites e possibilidades da relação aluno-professor mediante o cenário de pandemia. Os objetivos específicos se desdobraram em: compreender como a pandemia impactou a relação aluno-professor no processo de ensino-aprendizagem; verificar se a ausência do espaço físico escolar afetou a relação aluno-professor; refletir os impactos do processo de ensino-aprendizagem com a pandemia.

O desenho metodológico pautou-se em uma abordagem de cunho qualitativo, mediante o levantamento e análise de estudos relacionados à temática, considerando as publicações disponíveis na plataforma SciELO, entre os anos de 2020 e 2021. Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico que compreendeu estudos já publicados sobre o tema "em forma de livros, periódicos (revistas), teses, anais de congressos, indexados em bases de dados em formato on-line ou cd-rom" (UEG, 2008, p.1).

[2]Segundo a ENGEMED (2020), a quarentena se resume a obrigatoriedade de isolar-se socialmente após possível exposição ao vírus; enquanto o distanciamento social se encontra em uma ação voluntária de cada indivíduo em isolar-se para o bem coletivo de toda uma comunidade.

A relação aluno-professor na educação básica no cenário de pandemia

A relação aluno-professor sempre foi alvo de intensas dificuldades que envolvem a própria sociedade brasileira em seus âmbitos socioeconômicos, culturais e estruturais (FREIRE, 1991; NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2007; ARROYO, 2014; DAYRELL, 1996; TEIXEIRA, 1996). Antes mesmo da pandemia Teixeira (1996) e Dayrell (1996) levantavam aspectos importantes que nos fazem pensar em como as relações entre discentes e docentes são muito mais complexas do que imaginamos. A primeira, aponta que o professor age como um ser sociocultural, dotado de conhecimento e que usa de ferramentas à sua disposição para interagir com o aluno de maneira a elevá-lo ao pensamento crítico e epistemológico. Já o segundo completa seu pensamento quando nos afirma que o próprio ambiente escolar configura a integração dessa relação, pois é um espaço onde ambos irão desenvolver e ampliar seus horizontes dentro de uma perspectiva sociocultural.

Piaget (1969) reforça ainda que a relação entre mestres e aprendizes acontece por meio da comunicação, debate e discussão, socializando o ensino por meio da construção de uma dinâmica de conhecimento racional cooperado para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. No entanto, diferentemente da definição proposta por Piaget (1969), Freire (1996), traz-nos a ideia de que além da relação mediada pela razão, é necessário também que haja sentimento: "é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento" (FREIRE, 1996 *apud* BARBOSA & CANALLI, 2011, s/p). Assim, o professor consegue desafiá-lo a ouvir e entender, raciocinar e pensar tirando suas próprias conclusões, tornando-se um orientador.

Entretanto, encontramo-nos diante de um cenário atípico onde a disseminação do vírus SARS-CoV-2 obrigou as escolas, desde março de 2020, por determinação do governo do estado de Minas Gerais, a operar sob o Regime de Estudo Não Presencial (REANP), instituído pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG). Recentemente, esse cenário sofreu alterações com o novo decreto de retorno obrigatório às aulas presenciais no dia 3 de novembro de 2021 por ordem do governo de Minas Gerais (CONSED, 2021). Como medida de atendimento aos alunos que não possuem acesso à internet a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) criou os PETs (Planos de Ensinos Tutorados):

> [...] consiste em apostilas mensais de orientação de estudo e atividades por ano de escolaridade (1° ao 9° ano do ensino fundamental e 1° ao 3° ano do ensino médio).

> Os conteúdos foram baseados no Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O material foi elaborado por professores da rede estadual de ensino e contou com a colaboração de educadores das redes municipais e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional Minas Gerais (Undime-MG). (CONSED, 2021, s/p)

Adiciona-se aos PETs o aplicativo Conexão Escola 2.0 que, sob o Regime de Estudo não Presencial, foi também criado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais com o objetivo de atender os alunos do Ensino Fundamental e Médio em redes públicas do Estado, para conectá-los à rede de ensino e disponibilizar atividades complementares, regulares, provas e atividades em formato digital com entrega estipulada e com mais facilidade de resposta.

Destaca-se ainda o sistema de aulas híbridas[3] e rodízio de turmas para compactuar com o distanciamento social e preservação da saúde pública. Para Dutra (2021), o ensino híbrido se configura em uma estratégia de aprendizagem que engloba recursos digitais com o ensino presencial. Afirma ainda que neste formato, "o aprendizado é enriquecido com atividades online e conteúdo digital, como tarefas ramificadas, videoaulas e avaliações virtuais" (s/p).

Contudo, mesmo que essas estratégias tenham mantido a relação aluno-professor viável nesse cenário de distanciamento, é de suma importância entendermos os desafios da educação básica, principalmente em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Em um país como o Brasil, onde situam-se intensas discrepâncias sociais, econômicas e culturais, podemos afirmar que o distanciamento social entre alunos e professores acentuou ainda mais essas diferenças. De acordo com a Fundação Abrinq (2021), neste período, entre os principais riscos decorrentes da suspensão das aulas presenciais estão os retrocessos do processo educacional e da aprendizagem dos estudantes, bem como o abandono e o potencial aumento da evasão escolar.

Ainda sobre os desafios, cabe destacar um número considerável de alunos e instituições escolares que não obtinham e não obtiveram acesso à internet e ferramentas digitais durante o ensino remoto:

> [...] na região Norte do Brasil, mais de quatro em cada cinco (81,5%) escolas públicas não acessa à internet para esta forma de uso e pouco menos de três em cada quatro se encontra na mesma situação na região Nordeste (73,8%), sendo estas

[3]"O ensino híbrido é uma estratégia de aprendizagem que combina recursos digitais com o ensino presencial. Enquanto os alunos se reúnem com colegas e professores em sala de aula, o aprendizado é enriquecido com atividades online e conteúdo digital, como tarefas ramificadas, videoaulas e avaliações virtuais." (DUTRA, 2021, s/p)

> as regiões de mais baixo acesso à internet, mesmo que para fins exclusivamente administrativos e não pedagógicos. Cabe ressaltar, entretanto, que a ausência deste modo de uso da rede internet é a realidade média de pouco mais de um terço das escolas das regiões Sudeste (38,2%), Sul (30,3%) e Centro-Oeste (36,9%). (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021, s/p)

Dentro desse quadro, os desafios dessa relação entre mestres e aprendizes foram acentuados. Freire (1986) enfatiza que é papel do professor estabelecer relações dialógicas de ensino e aprendizagem e, nesse sentido, essa visão do autor mostra que diferente de tempo, espaço e circunstância, é possível ocorrer relações interativas entre professores e alunos, mesmo que seja necessário recorrer aos meios tecnológicos de comunicação. Corroborando com o pensamento de Freire (1986), Behrens (2005) afirma que a educação precisa ser pautada na reflexão e disposta a transformações; essas mudanças estão sendo essenciais no modelo de ensino e aprendizagem na pandemia.

Cabe pontuar, no entanto, que a falta de infraestrutura adequada e a ausência, em muitos casos, de formação continuada para lidar com as novas tecnologias contribuíram para acentuar os desafios na relação aluno-professor. Na pesquisa realizada por Martins (2020), 90% dos professores da rede pública não obtinham conhecimento ou habilidade para o manuseio das ferramentas digitais e 42% deles continuam sem o acesso devido a esses recursos.

Ainda sobre os relatos docentes[4], os professores entrevistados apontam aspectos da profissão que para eles estão sendo cruciais e emergentes diante desta nova realidade: sobrecarga e aumento da jornada de trabalho; precariedade do apoio governamental; tempo de aula diminuto; dispersão acentuada dos alunos; demandas excessivas (dos alunos, da escola, da prefeitura); analfabetismo familiar; falta de políticas públicas para o desenvolvimento do domínio das plataformas digitais e por fim ausência de coordenação nacional.

O estudo de Martins (2020) mostra ainda dois aspectos que se destacam e que têm impacto na relação aluno-professor na pandemia: o desconhecimento dos professores quanto ao uso de recurso tecnológicos e seu gerenciamento para a ministração de aulas remotas e a expressiva porcentagem de alunos (80%) que não obtém acesso à internet e seus veículos.

[4]Pesquisa realizada com ênfase no nível de conhecimento tecnológico dos professores da rede pública. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/quase-90-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa-2/. Acesso em: 25 de junho de 2021.

Autores como Bourdieu (1991), Sacristàn (1999), Marcelo (2009), Novoa (1999) trazem contribuições valiosas para o entendimento da importância da formação continuada como um objetivo que poderia ser comum a todos os profissionais da educação. Na concepção de Novoa (1999), é a formação continuada

> [...] concebida como processo crítico-reflexivo do saber docente. As propostas de formação priorizam o aspecto político emancipatório e o papel ativo do professor, sujeito na construção de seu saber com base na investigação sobre sua própria prática, no transcorrer de toda a sua carreira, preferencialmente no âmbito da instituição escolar. Com esta base a formação adquire um caráter nem só prático e nem só teórico, uma vez que permite que se realize uma práxis educativa (NÓVOA, 1999 *apud* TOZETTO, 2017, p. 6)

A formação continuada é um processo que diferente da graduação ajuda o docente a se adaptar às novas realidades, processos e alcançar resultados satisfatórios dentro do ambiente educacional. Podemos ainda afirmar que neste cenário de pandemia a formação continuada ganhou destaque, pois a relação aluno-professor na educação básica sofreu mudanças significativas. Nesse sentido, os professores precisaram reinventar sua prática para que o processo de ensino e aprendizagem se tornasse significativo.

Estratégias de Ensino e Aprendizagem na Pandemia

O distanciamento social no cenário de pandemia fez com que o sistema educacional se imbuísse de outros recursos para que o ensino e aprendizagem pudesse acontecer. Professores e alunos se se viram diante de novas tecnologias e rotinas mais aceleradas e exaustivas e tiveram que inovar conforme nos aponta a Fundação Abrinq (2021). Muitos profissionais da educação não conseguiram a curto prazo se adaptar aos modelos digitais de ensino-aprendizagem e novos conhecimentos, como é o caso das plataformas digitais (SILVA, 2020)[5].

É merecido destacar, ainda de acordo com a Fundação Abrinq (2021), que nas novas formas de ensino e aprendizagem na pandemia outro desafio surgiu: a acentuação das desigualdades sociais e

[5]Estudo desenvolvido com professores em 2020 no estado do Mato Grosso do Sul onde relataram como tem sido os novos desafios diante da nova rotina de trabalho remoto. Disponível em: https://www.acritica.net/noticias/com-a-pandemia-professores-se-adaptam-as-mudancas-e-internet-vira/453137/. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

escolares. O distanciamento social contribuiu ainda mais para a evasão escolar, tendo em vista que os estudantes não tinham, em muitos casos, acesso a tecnologias para as aulas online.

Isso pode ser observado quando percebemos que 3,8% de alunos, com idades entre 6 e 17 anos, abandonaram as instituições de ensino, totalizando 1,38 milhão de estudantes. Somado a isso, está a situação de 4,12 milhões de alunos (11,2%) que, apesar de matriculados e sem estar em período de férias, não receberam nenhuma atividade escolar, resultado do ensino pautado pelas aulas online (FORSTER, 2021, s/p), considerando que:

> Segundo o estudo 'Educação em Pausa' produzido pela UNICEF sobre os impactos da Covid-19 na educação, mais de 137 milhões de crianças e adolescentes na América Latina viram seus processos educacionais serem pausados. O relatório também apresenta um panorama da realidade brasileira: 4 milhões de estudantes do ensino fundamental (14,4%) estavam sem acesso a nenhuma atividade escolar. Nas favelas, as estatísticas são ainda piores. De acordo com uma pesquisa realizada pelo DataFavela, 55% dos estudantes de favelas do Brasil estão sem estudar durante a pandemia, por motivos que incluem falta de local adequado de estudo, má conexão com a internet, ausência de dispositivos adequados e a distância dos professores (LOBACARRO, 2020, p.1).

Como aponta o estudo da UNICEF, os desafios relacionados ao processo educacional neste momento de crise sanitária são diversos. A falta de acesso aos veículos tecnológicos para o acesso seguro e rápido das atividades escolares pautadas no modelo remoto é apenas uma das dificuldades vivenciadas durante a pandemia. Cabe ainda apontar a interação social no âmbito escolar sofreu impacto; longe da sala de aula presencial, do contato com os colegas de classe e sem a presença física do professor, os estudantes vivem os prejuízos do processo de socialização com seus pares. A possível volta às aulas, por exemplo, poderá acentuar novos desafios aos professores frente às consequências causadas pela pandemia: "uma experiência vivida que pode ter deixado diversos impactos negativos, não apenas na aprendizagem, mas no desenvolvimento socioemocional causado pelo isolamento social e distanciamento escolar" (GUERRA, s/d).

A novidade do ensino remoto/on-line que não poderia ser mais desafiadora e desigual; "nem todos os municípios possuem estrutura de tecnologia para oferta de ensino remoto e nem todos os professores têm a formação adequada para dar aulas virtuais" (CUNHA, 2020, p.1). Essa ausência de formação inicial docente para lidar com este contexto pandêmico também afeta a relação aluno-professor e, portanto, carece de estudos na área.

Não menos importante, para além das desigualdades sociais e escolares, outro desafio com o retorno presencial das aulas tem sido o receio dos estudantes se infectarem, como mostra uma pesquisa feita pelo R7 Educação[6]. Isso nos leva à reflexão acerca do tratamento socioemocional que muitos alunos sofreram mediante os distanciamentos impostos neste período de pandemia, o que também afeta as formas de ensino e aprendizagem na pandemia.

Professores tem utilizado cada vez mais estratégias que visem corroborar com a realidade dos alunos e otimizar o ensino aprendizagem. Apesar das riquezas dos recursos tecnológicos e sua amplitude e alcance no ensino EAD, nas palavras de Rossi & Rossi & Carvalho (2020, p. 5), nem todos possuem acesso ou disponibilidade para essa ferramenta devido as desigualdades sociais já vistas anteriormente.

Outra pesquisa,[7] realizada por Cury (2021), propõe algumas estratégias interessantes que os professores podem utilizar para fazer do ensino uma prática leve e saudável, tais como: questionamentos; utilização de jogos e games virtuais; bom humor e vídeos e animações que mesclem com a disciplina estudada. Todas essas estratégias instigam os alunos a adotar senso crítico, aprendizagem epistemológica, intima e completamente palpável à suas diversas realidades.

Somado a isso, o profissional educador deve buscar entender que seu papel no desenvolvimento educacional de seus alunos não se resume somente na passagem de conteúdo, mas sim em deixar "o papel passivo, atribuído pelo ensino tradicional, para assumir um papel ativo, levando a desenvolver competências mais eficazes no contexto de aprendizagem" (MEDEIROS & DUARTE, 2020, p. 2), embora necessite de uma abordagem infraestrutural e individual dos alunos e da instituição escola.

Possuímos até então garantias previstas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que de acordo com a Lei nº 9.394/1996 deve garantir o direito, desenvolvimento e integralidade do aluno para as diversas esferas da educação dentro dos princípios éticos, políticos e também estéticos que

[6]Pesquisa realizada a partir de coleta de dados feita por meio de pesquisa oral entre alunos de escola pública do estado de São Paulo por meio do R7 Educação. Disponível em: https://noticias.r7.com/educacao/expectativa-e-ansiedade-marcam-retorno-obrigatorio-as-aulas-em-sp-22102021. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

[7]Pesquisa realizada por Augusto Cury em 2021 e publicada em um de seus sites, Escola da Inteligência: educação socioemocional, no mesmo ano onde o autor destaca quatro estratégias fundamentais para o bom desenvolvimento de um ensino pratico na pandemia. Disponível em: https://escoladainteligencia.com.br/blog/estrategias-de-ensino/. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

visem uma sociedade democrática seguindo o fundamento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), assim:

> [...] espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental (BNCC, s/d, p.8).

Assim, nas palavras de Smolareck & Luiz (2020), até que o professor se adapte, se integre e reconheça os limites e possibilidades do ensino-aprendizagem, que como vimos são garantidos por lei, deve-se deixar que os alunos também compartilhem entre si suas experiencias durante a pandemia, explorem sua imaginação e sejam estimulados pelo professor a usar a criatividade como principal ferramenta de trabalho.

Percurso Metodológico

Com o intuito de entender os limites e possibilidades da relação aluno- professor na educação básica diante do atual cenário de pandemia**,** esta pesquisa, de cunho qualitativo, respaldou-se na busca por métodos bibliográficos para entendimento do objeto de estudo. As pesquisas qualitativas se caracterizam pela "análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamentos" (LAKATOS & MARCONI, 2005, p. 269), ou seja, encontra-se em uma esfera de análises e interpretações ainda mais profundas sobre as relações sociais humanas. Em consonância a Lakatos & Marconi (2005), Minayo (2002) traz também uma concepção acerca das pesquisas qualitativas que valem ser ressaltadas. Esta abordagem

> [...] responde a questões particulares; [preocupa-se com] um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que
> corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de
> variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Entende-se, assim, que a pesquisa qualitativa impõe profundidade na busca por resultados sem análises estatísticas, pois exclui uma tendencia generalista e abarca um contexto muito mais específico e minucioso. O estudo bibliográfico também foi importante nesta investigação,

contemplando trabalhos já disponíveis sobre a temática em questão, como documentos, livros, artigos, teses etc.

Além disso, é merecido destacar que "os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados; o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos" (SEVERINO, 2007, p.122). Dessa forma, o levantamento bibliográfico, considerando a variedade de registros disponíveis para o acesso do pesquisador, tornou-se uma ferramenta relevante.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002) reforça que é necessário atentar-se para o fato de que há pesquisas que "se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta" (p.32).

Pensando nestas pontuações, este trabalho adotou os seguintes critérios para o levantamento de pesquisas e estudos a respeito da interação aluno-professor no quadro social de isolamento causado pela COVID-19: a) foram levantados artigos científicos na base de dados SciELO[8], referente aos anos de 2020 e 2021, utilizando-se os descritores "ensino na pandemia" e "processo de ensino e aprendizagem na pandemia"; b) foram considerados os trabalhos disponíveis em português bem como aqueles se referem apenas à educação básica; c) os achados foram tabulados e analisados considerando os objetivos desta pesquisa. A análise consistiu na interpretação de como a pandemia impactou a relação aluno-professor, sem a pretensão de esgotar as discussões acerca desta temática, mas sim oferecer reflexões que possam contribuir para a área educacional.

Resultados e Discussão

No banco de dados da SciELO[9] foram encontrados 48 artigos científicos dentro do filtro da pesquisa aqui desenvolvida, contemplando trabalhos que se referem ao âmbito pandêmico atual e que incluem a educação em seus percursos adaptativos e sociais mediante o novo cenário mundial. Entretanto, ao analisar os trabalhos, a partir do resumo de cada um deles, foram identificados seis

[8] *Scielo* é uma Biblioteca Eletrônica Cientifica Online que disponibiliza de forma gratuita e livre o acesso a publicações digitais de periódicos científicos brasileiros. Desta forma torna-se uma ferramenta importante e consoante à pesquisa proposta neste projeto. Site para busca: https://www.scielo.br/. Acesso em 13 de agosto de 2021.
[9] Os dados foram coletados entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

artigos que se enquadram na perspectiva da relação aluno-professor e os limites e possibilidades de ensino aprendizagem na educação básica, como mostra a tabela a seguir:

Autor (es)	Ano de Publicação	Título do Artigo	Metodologia e Objetivos
MACEDO, Renata Mourão.	2020	*Direito ou privilégio?* Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública	Artigo baseado em pesquisa bibliográfica que explora as desigualdades digitais e os impactos da mudança presencial ao ensino remoto na vida de estudantes do ensino básico.
SOUZA, Katia Reis de. et al.	2021	Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia	Artigo desenvolvido com base em reflexões sobre estudos que dialogam acerca da formação continuada de professores como também relatos pessoais de docentes acerca de suas experiencias remotas.
MAGALHÃES, Rodrigo Cezar da Silva.	2021	Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais	Artigo baseado em um estudo bibliográfico que mostra a desigualdade no país e os impactos da falta de estrutura social frente ao uso da tecnologia em EAD e ausência de direitos constitucionais básicos que garantam acesso e qualidade destes meios.
CARVALHO, Jose Sérgio Fonseca de; BOTO, Carlota.	2021	Mestres ignorantes e professores explicadores em tempos de pandemia e de cultura digital	Artigo que discute a universalização da educação, o papel do professor enquanto educador e igualdade social perante a cultura do digital.
BARRETO, Raquel Goulart.	2021	A escola entre os embates na pandemia	Artigo que apresenta a visão crítica sobre o espaço da escola dento da perspectiva pandêmica e

			a incorporação das tecnologias na prática educacional, a partir de referências bibliográficas e relatos de profissionais da educação.
CHARCZUK, Simone Bicca	2020	*Sustentar a transferência no ensino remoto*: docência em tempos de pandemia	Artigo que discute os modelos teóricos conceituais que pairam sobre o ensino remoto e a transferência de conhecimento e criação de laços entre alunos e professores, a partir de resultados obtidos por levantamentos bibliográficos.

Fonte: Elaboração do autor a partir dos artigos publicados na SciELO, 2020 e 2021.

A partir do levantamento destes trabalhos que buscaram se atentar para a compreensão das possibilidades e desafios do ensino na pandemia, inicialmente é possível afirmar que esse novo cenário de ensino remoto tem suscitado o interesse de estudiosos. Embora, na busca realizada apenas seis trabalhos se aproximam dos objetivos desta pesquisa, é importante salientar que o processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia tem sido alvo de pesquisadores brasileiros e internacionais.

O primeiro trabalho analisado refere-se ao artigo de Macedo (2020) que explora de maneira crítica a desigualdade digital no âmbito de acesso e disposição das ferramentas remotas de uma escola pública, tão necessárias diante da nova realidade social que vivemos. Na escola analisada pela autora, localizada no bairro Butantã na cidade de São Paulo, percebeu-se o despreparo na transição do ensino presencial. As estratégias recorridas pela instituição escolar contemplaram postagens de atividades no site oficial da escola, reuniões pedagógicas junto aos alunos e aulas online através da plataforma *Google Meet,* bem como a criação da "Campanha EA Conectada" que visava o gerenciamento da participação dos alunos nas aulas. Mesmo diante das soluções encontradas não se pode deixar de perceber a desigualdade digital presente na vida de vários alunos que não obtinham acesso domiciliar à internet e/ou ferramentas e aparelhos compatíveis para o EAD, bem como a constante cobrança dos pais e/ou responsáveis por mais aulas online e o estresse do corpo docente. Contudo, apesar dos percalços, a escola alcançou resultados satisfatórios no que tange à participação,

inclusão e acesso às aulas remotas, o que se aproxima daquilo que é defendido por Dayrell (1996): o papel democrático e igualitário que a escola deve possuir.

Corroborando com os resultados apresentados por Macedo (2020), Magalhães (2021), em sua pesquisa, revelou a ausência de políticas públicas que visem garantir os direitos constitucionais de acesso a esses meios digitais durante a pandemia, destacando a negligência das esferas do governo diante do cenário pandêmico que só acelerou a sobrecarga dos professores e inflamou ainda mais as diferentes realidades dos alunos brasileiros e suas desproporções sociais. A autora ainda destaca que, segundo uma pesquisa de 2018,

> [...] 30% das residências do país não têm acesso à internet, porcentagem que sobe para 50% se considerarmos as áreas rurais. O estudo mostrou também que entre as classes D e E, 85% se conectam à internet exclusivamente pelo celular, 2% apenas pelo computador e 13% por ambos os dispositivos. (MAGALHÃES, 2021, p.1265)

A pesquisadora ainda pontua que nem sempre o governo federal terá a responsabilidade de abarcar com investimentos que visem atendar a essas crianças, adolescentes e jovens que precisam, muitas vezes, conciliar trabalho e vida doméstica com o percurso estudantil. Portanto, percebe-se como a desigualdade social reverbera nas desigualdades escolares (BOURDIEU, 1998).

Neste cenário, Souza (2021) contribuiu com seu estudo ao debater a questão da formação continuada dos profissionais educadores frente aos novos moldes EAD de ensino remoto. Os achados mostram que as experiências narradas por profissionais que viveram essas novas adaptações durante a pandemia esbarram em novas exigências da formação continuada. Como resposta, os resultados desta pesquisa revelaram que o trabalho docente e a própria gestão do mesmo se enquadraram em agravamentos que observam questões muito mais complexas, como as questões de gênero na área trabalhista, saúde mental e física docente diante do estresse ocasionado pelo despreparo e eventualidade imprevisível da pandemia, resistência frente aos desafios das discrepâncias socioeducacionais potencializadas pelo digital e até mesmo greves virtuais como forma de reivindicação por melhores condições de garantia de trabalho.

Assim como Souza (2021), a pesquisa realizada por Carvalho & Boto (2021) aborda a figura do professor como agente social e transformador que visa a busca da igualdade, principalmente em sua área de atuação e "habitat natural": a sala de aula. Segundo os autores, durante o processo de ensino e aprendizagem na pandemia podemos encontrar pistas que nos levam a entender como a

negligência e o absentismo de políticas públicas ligadas à formação continuada dos profissionais da educação contribuem para a perpetuação obliterada e silenciadora dos avanços da igualdade.

Ainda nos trabalhos encontrados na SciELO, a investigação realizada por de Charczuk (2020) nos leva a refletir sobre a transferência de conhecimento e a afetividade intima gerada entre aprendizes e mestres que pode contribuir para o conhecimento mútuo e compartilhamento de experiências. Através de analises psicanalíticas freudo-lacaniana e moldes teóricos construtivistas, chegou-se a entender que o ensino na pandemia, mesmo que distante dos moldes habituais rotineiros, possibilitou aos professores novas maneiras de contato e adaptações para com seus alunos na entrega de conteúdos, na criação de laços, mesmo longe de um espaço físico por intermédio da internet.

Entretanto, cabe ressaltar, assim como foi apresentado por Magalhães (2021), que nem todos os indivíduos tem a oportunidade de se conectarem à internet e, desse modo, não podemos excluir que vários alunos foram prejudicados no processo de ensino e aprendizagem na pandemia. Mesmo que novas formas de aprendizagem tenham sido um ganho para a área educacional, desconsiderar as desigualdades escolares presentes neste contexto pandêmico é não dar visibilidade a desigualdade social que foi acirrada no Brasil.

E, por fim, temos o trabalho de Barreto (2021), que ao investigar a escola como um espaço social de atuação dos personagens na trama da educação, traça um paralelo com a inserção das tecnologias nesse ambiente e como elas afetam a própria constituição desse habitat. Sabemos que para grande parte da comunidade científica o isolamento social e o higienismo foram as soluções mais rápidas para o controle da disseminação viral. Mas, por outro lado, "quanto às escolas, houve muita pressão para que fossem rapidamente substituídas pelo ensino remoto emergencial" (BARRETO, 2021, p.7). Essa pontuação nos leva a pensar como os professores foram afetados em suas atividades, considerando que grande parte não tinha familiaridade com as novas tecnologias.

Em suma, os trabalhos encontrados na SciELO apontam o caráter emergencial gerado pela pandemia nas reconfigurações do processo de ensino e aprendizagem na educação básica, inclusive de modo a manter a assiduidade dos alunos e o caráter social que a escola possui. Entretanto, é importante destacar que essa transição de modelo de presencial para remoto e/ou híbrido não aconteceu sem grandes desafios, como será abordado na seção seguinte.

Os limites e possibilidades da relação aluno-professor na pandemia: o processo de aprendizagem ressignificado

Assim como a pandemia alterou nossas formas de interação social, percebemos também como ela trouxe ressignificações sob a forma com a qual lidamos com as diversas esferas institucionais (BARRETO, 2021). Uma delas, a escola, contou com inúmeras mudanças dentro de seu ambiente, inclusive na rotina dos personagens que a compõem. Sustentar a transferência do conhecimento através do ensino remoto tornou-se algo inédito para grande parte dos profissionais da educação e para os alunos.

Como se não bastasse os desmontes orçamentários para sustentar a educação no Brasil, a perda de investimentos e encerramento de programas como por exemplo o EJA, listados por Lourenço (2021)[10], é necessário mencionar como foi crucial "refletir sobre outros modos de estruturar os processos de ensinar, a fim de promovê-lo efetivamente, assim como de aprender em espaços diversos, fora do corriqueiro ambiente escolar e acadêmico" (CHARCZUK, 2020, p. 02).

A adoção do ensino não presencial gerou intensas discussões acerca de sua efetividade (CHARCZUK, 2020). Primeiramente diante do cenário socioeconômico do país e as diversas desigualdades sociais, como já vimos, acrescentam-se dúvidas sobre como a EAD poderia ou não impactar as desestruturações sociais. Não obstante, o papel central do professor passou a ser alvo de intensas provocações, como a constante necessidade da busca pela formação continuada, a adesão a novas formas didáticas mais flexíveis e a expressa e significativa transferência de conhecimento mediante as plataformas digitais na emergência sanitária ocasionada pela pandemia (CARVALHO & BOTO, 2021).

O trabalho de Charczuk (2020) aponta que sustentar, caracterizar, exemplificar um modelo teórico conceitual para o ensino EAD tornou-se uma tarefa complexa, uma vez que tal modalidade esteve prevista como uma forma emergencial para atender às demandas diante do cenário vivenciado na educação básica. Ainda que garantido por Lei (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017), o ensino

[10]Pesquisa realizada por Tainá Lourenço para o Jornal da USP (Campus Ribeirão Preto), em 07 de abril de 2021, a partir de dados coletados entre os anos de 2007 a 2019, onde são listados alguns dos cortes orçamentários para a educação, baixa formação jovem no ensino básico e desmonte de programas socioeducacionais que podem afetar não somente o desenvolvimento educacional, mas a própria economia do país. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/desmonte-da-educacao-de-jovens-e-adultos-pode-afetar-economia-brasileira/. Acesso em 04 de fevereiro de 2022.

remoto a distância paira sobre o senso comum como deteriorante, incapaz ou mesmo incoerente para servir de base para uma educação de qualidade, o que trouxe muitas dúvidas e receios às famílias dos alunos, a professores e até às próprias instituições.

As ressignificações deixaram em voga as desigualdades socioeconômicas de milhares de alunos e o despreparo de centenas de professores frente ao ensino virtual. Segundo Magalhães (2021)

> Antes de pensar em EAD e em outras modalidades de ensino remoto, é necessário massificar os investimentos em educação e desenvolver políticas públicas nesse campo que levem em consideração as condições sociais e econômicas em que vive a maior parte dos estudantes brasileiros, principalmente os mais pobres e vulneráveis, sobre os quais as consequências da pandemia de covid-19 têm se abatido com mais gravidade. (p.1266)

Entendemos que não se pode apenas pensar a educação à distância como uma ferramenta que resolve as demandas emergenciais, contudo, intencionando manter os alunos conectados, foi a solução encontrada neste contexto (BARRETO, 2021). Além disso, grande parte do grupo docente teve que planejar previamente suas aulas com uma margem de tempo esdrúxula, promover ações coletivas entre os colegas de trabalho visando alcançar maiores resultados escolares e apelar para a compreensão e auxílio da comunidade familiar dos alunos (SOUZA et. al, 2021).

Dessa forma, a busca em ressignificar o espaço de aprendizagem não está contido em uma noção física, mas sim em adaptações coesivas à demanda do ensino digital tal como se fez necessário nos tempos de isolamento sanitário assim como a procura por formação continuada e a elaboração de maneiras diversificadas de ensinar a aprender criaram uma nova moldura para o ensino-aprendizagem.

Os professores da educação básica e as estratégias de ensino e aprendizagem na pandemia

Sabemos que os desafios para alcançar uma educação de qualidade são inumeráveis e as estratégias para remediar tal alcance ainda mais complexas. O processo educacional, então, precisa levar em consideração a experiencia ou "bagagem" do sujeito aprendiz, mais conhecida como capital cultural (BOURDIEU, 1998). Vale ainda destacar que "o compromisso da escola com a superação

das desigualdades deveria implicar uma profunda reforma das práticas e dos currículos, de forma a adaptá-los às culturas, aos hábitos e às necessidades dos segmentos menos favorecidos da sociedade" (CARVALHO & BOTO, 2021, p. 04).

No entanto, com as mudanças provocadas pela pandemia, o *habitat* costumeiro da escola transferiu-se para o ambiente virtual e tanto docentes como discentes precisaram se reinventar. No que tange a essas mudanças

> [...] a responsabilidade pela transformação do espaço domiciliar em posto de trabalho permanente para desenvolvimento do ensino remoto coube exclusivamente aos docentes. Do mesmo modo, todos os custos relacionados às condições materiais do trabalho e infraestrutura física, como computador, câmera, microfone, impressora, internet, luz elétrica, mobiliário, entre outros, ficaram a cargo dos docentes (SOUZA et al., 2021, p. 07).

Diante desses e outros percalços como jornada extra de trabalho, tempo ínfimo e precarização das condições de trabalho, os professores utilizaram de estratégias como jornadas informais de trabalho, inclusive atendendo alunos fora do horário comum das aulas por meio de aplicativos e redes sociais, gravação prévia de aulas como garantia de entrega de conteúdo e remedição para evitar quaisquer empecilhos futuros provenientes de *bugs*[11] nas plataformas de ensino remoto. Importante ainda dizer que os docentes adotaram métodos "na pedagogia crítica e dialógica freireana, cujos processos valorizam a formação mútua e emancipadora" visando a coletividade da aprendizagem e maiores interações interpessoais (SOUZA et al. 2021, p. 05).

Para além destes fatores, os professores utilizaram outras táticas ou se viram diante de situações que os fizeram buscar requalificações profissionais como formação continuada, síntese dos trabalhos divulgados por universidades e cargas horárias extensivas para conciliar a vida doméstica junto ao *home office*[12], como também greves virtuais citadas pelos autores Souza et. al (2021), a

[11]Termo utilizado para referenciar erros de *software* ou mal funcionamento de um sistema computadorizado e eletrônico. Geralmente associa-se esse termo a um inseto achado por Thomas Edson em seu fonografo, o que teria provocado defeito em seu aparelho e assim originado o conceito que seria posteriormente utilizado em todo o globo. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/informatica/bug.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

[12]Popularizado no Brasil, o termo em inglês *home office* passou a ser utilizado para definir o exercício e transferência de atividades laborais do local de trabalho costumeiro para o lar. Disponível em: https://culturainglesamg.com.br/blog/saiba-o-que-sao-e-como-usar-home-office-homeschooling-homework-e-housework/#:~:text=%E2%80%9CHomework%E2%80%9D%20%C3%A9%20o%20que%20a,e%20outros%20nomes%20neste%20sentido. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

exemplo da greve virtual pelo Sinpro Macaé em 15 de junho de 2021 com o objetivo da defesa da saúde física e mental dos professores.

Os trabalhos analisados nesta pesquisa revelam que professores, como os do corpo docente da EAFEUSP (Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), citados por Macedo (2021), criaram estratégias através do plano de "Campanha EA Conectada" onde buscaram doações de aparelhos e ferramentas digitais para atender à demanda dos alunos sem acesso a tais recursos; distribuição dos mesmos aos discentes considerados prioritários e que não possuíam acesso a internet ou meios de se conectar a ela; e a mobilização do corpo docente em manter a conectividade interpessoal, coletiva e assídua de seus alunos usando quaisquer apetrechos a seu favor como redes sociais (WhatsApp), e-mails, jogos online e vídeos do YouTube como complemento às demandas da coordenação da escola.

Tão importante quanto ensinar, é cuidar. Souza et al. (2021), faz menção ao declínio da solidariedade que se acentuou com a pandemia dentro das ações docentes de forma geral, a uberização[13] do magistério com rotatividade de professorado temporário ou improvisado sem planejamento pedagógico e o acúmulo de obrigações e deveres. Mesmo assim professores e professoras transformaram seus ambientes domésticos em local de trabalho para atender e ministrar aulas para seus alunos, contaram com a ajuda de terceiros para "construir" familiaridade com o sistema EAD, cronometraram o tempo de forma ainda mais enxuta para cumprir com as exigências imediativas do digital.

Considerações Finais

Temos ciência das diversas maneiras com as quais os professores buscaram remediar um ensino mais democrático e inclusivo para os alunos neste período de pandemia, na busca em diminuir os impactos com a realidade vivenciada. Sabemos também das modificações que tal impacto

[13]Segundo o site Guia do estudante (2021), devido as altas taxas de desemprego no Brasil, cidadãos tem buscado cada vez mais horários flexíveis de atividade laboral e rentabilidade imediata, geralmente encontrado em serviços que ofereçam ferramentas digitais como local de trabalho, o que se popularizou como uberização, derivado dos serviços da Uber onde se o trabalhador é influenciado a ser seu próprio empresário. Disponível em: https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-e-a-uberizacao-do-trabalho/#:~:text=Com%20um%20cen%C3%A1rio%20pessimista%20para,como%20a%20uberiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20trabalho. Acesso em 13 de fevereiro de 2022.

causou na relação aluno-professor tencionando as interações pessoais. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi entender os limites e possibilidades da relação aluno-professor mediante o cenário de pandemia, a partir da análise de trabalhos encontrados na SciELO.

Os artigos analisados revelaram como os profissionais da educação se adaptaram, moldaram e se reinventaram diante da pandemia, buscando mediações e soluções assertivas para garantir a construção do pensamento crítico, da aprendizagem epistemológica e do conhecimento mútuo. Entretanto, é nítido que a desigualdade escolar foi acirrada neste período; o processo de ensino e aprendizagem não foi unânime conforme os grupos de pertencimento, em especial, alunos de escolares públicas e particulares. Os trabalhos também revelaram a importância de propor ações de políticas públicas que visem atender não somente à classe docente, mas os milhares de discentes que sofreram sem acesso às novas tecnologias.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para (re) pensar as formas de ensino a distância; elas não foram vilãs da educação neste período de pandemia, mas sim puderam mostrar como outra face de trabalho pode acontecer na educação básica. Dessa forma, não tivemos a intenção de esgotar as discussões sobre as especificidades da relação aluno-professor em tempos de pandemia, e sim trazer à luz as possibilidades de aprendizado na educação básica.

Referências bibliográficas

ARROYO**,** Miguel G. **Imagens Quebradas:** Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BARBOSA, Fayson Rodrigo Merege; CANALLI, Micaella Paola. Qual a importância da relação professor aluno no processo ensino aprendizagem? In: **EFDeportes.com**. Buenos Aires, 16, nº 160, set., 2011. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd160/a-importancia-da-relacao-professor-aluno.htm. Acesso em: 25 de julho de 2021.

BARRETO, Raquel Goulart. A Escola entre os embates na Pandemia. In: **Educação & Sociedade** [online], v. 42, nov. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.243136. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

BNCC, Base Nacional Comum Curricular. In: **Educação é a base**, s/d. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 02 de julho de 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB**. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 de julho de 2021.

BRASIL, País Digital. **Pesquisa do IBGE revela que 4,1 milhões de estudantes da rede pública não tem acesso à internet**. 27 abr. 2021. Disponível em: https://brasilpaisdigital.com.br/pesquisa-do-ibge-revela-que-41-milhoes-de-estudantes-da-rede-publica-nao-tem-acesso-a-internet/#:~:text=pa%C3%ADs%20digital%20-%20%23BrasilPaisDigital-,Pesquisa%20do%20IBGE%20revela%20que%204%2C1%20milh%C3%B5es%20de%20estudantes,n%C3%A3o%20tem%20acesso%20%C3%A0%20internet&text=Em%202019%2C%20cerca%20de%204,s%C3%A3o%20alunos%20da%20rede%20p%C3%BAblica. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de; BOTO, Carlota. Mestres ignorantes e professores explicadores em tempos de pandemia e de cultura digital. In: **Educação & Sociedade** [online] v. 42, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.250432. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

CHARCZUK, Simone Bicca. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. In: **Educação & Realidade** [online] v. 45, n. 4, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2175-6236109145. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

CONSED. **Notícias**. 2021. Disponível em: https://www.consed.org.br/noticias. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

CULTURA INGLESA. Saiba o que são e como usar "home office", "homeschooling", "homework" e "housework". In: **Blog da Cultura Inglesa MG**. 2020. Disponível em: https://culturainglesamg.com.br/blog/saiba-o-que-sao-e-como-usar-home-office-homeschooling-homework-e-housework/#:~:text=%E2%80%9CHomework%E2%80%9D%20%C3%A9%20o%20que%20a,e%20outros%20nomes%20neste%20sentido. Acesso em 12 de fevereiro de 2022.

CUNHA, Paulo Arns da. A pandemia e os impactos irreversíveis na educação. In: **Revista Educação**. Editora Segmento, 2020. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/. Acesso em: 26 de maio de 2021.

CURY, Augusto. 4 estratégias de ensino criativas para adotar durante a pandemia. In: **Escola da Inteligência:** Educação Socioemocional. Disponível em: https://escoladainteligencia.com.br/blog/estrategias-de-ensino/. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

DAYRELL**,** Juarez Tarcísio. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL**,** Juarez Tarcísio (org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

DUTRA, Rodrigo. Como preparar aulas híbridas: 7 passos para um ensino híbrido eficiente. In: **TutorMundi**, 3 set. 2021. Disponível em: https://tutormundi.com/blog/aulas-hibridas/. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

ENGEMED, Marketing. Engemed Saúde Ocupacional: Diferença entre distanciamento, isolamento, quarentena e lockdown. In: **Engemed soluções integradas no trabalho**. 2020. Disponível em: https://www.engemed.med.br/2020/05/14/diferenca-entre-distanciamento-isolamento-quarentena-e-lockdown/. Acesso em: 21 de maio de 2021.

ESCOLA, Equipe Brasil. "Bug": **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/informatica/bug.htm. Acesso em 11 de fevereiro de 2022.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORSTER, Paula. Pandemia aumenta evasão escolar, diz relatório do Unicef. In: **CNN**. São Paulo. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-aumenta-evasao-escolar-diz-relatorio-do-unicef/. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Das relações entre a educadora e os educandos.** São Paulo: Olhos d'água, 1991.

FREIRE**,** Paulo Reglus Neves. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002, p.7-18.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Entenda como a pandemia impactou a Educação no Brasil.** 26 out. 2021. Disponível em: https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

GONÇALVES, Alex; AMARAL, Isabelle. Expectativa e ansiedade marcam o retorno obrigatório às aulas em São Paulo. In: **R7**. 2021. Disponível em: https://noticias.r7.com/educacao/expectativa-e-ansiedade-marcam-retorno-obrigatorio-as-aulas-em-sp-22102021. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

GRANDISOLI, Edson. **Educação e Pandemia:** desafios e perspectivas. In: *Jornal da USP*. São Paulo, 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/. Acesso em: 25 de maio de 2021.

GUERRA, Gleidis R. Um novo normal também na escola: Seguem os desafios na educação. In: **Aventura de Construir.** s/d. Disponível em: https://aventuradeconstruir.org.br/8936/?gclid=Cj0KCQjwk4yGBhDQARIsACGfAeuOIjMir5A7P6VdTLqNBRdjkUkeiWimXkaMJegVYFQvNqVwZ09yRwoaAq4WEALw_wcB Acesso em: 11 de junho de 2021.

HENRIQUE, Carlos. Soluções integradas do trabalho: Diferença entre distanciamento, isolamento, quarentena e lockdown. In: **ENGEMED**. 14 mai. 2020. Disponível em: https://www.engemed.med.br/2020/05/14/diferenca-entre-distanciamento-isolamento-quarentena-e-lockdown/. Acesso em: 21 de maio de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOBACCARO, Patrícia. O que a Pandemia nos mostrou sobre a educação no Brasil. In: **UOL**. 2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/patricia-lobaccaro/2020/11/24/o-que-a-pandemia-nos-mostrou-sobre-a-educacao-no-brasil.htm. Acesso em: 25 de maio de 2021.

LOURENÇO, Tainá. Desmonte da educação de jovens e adultos pode afetar economia brasileira. In: **Jornal da USP**. 08 abril de 2021. Disponível em: https://jornal.usp.br/atualidades/desmonte-da-educacao-de-jovens-e-adultos-pode-afetar-economia-brasileira/. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. In: **Estudos Históricos** [online], Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, maio, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. In: **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online] v. 28, n. 4, out-dez. 2021, p. 1262-1267. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

MARCELO, Carlos. **El professorado principiante:** insercion a la docência. España, 2009

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Ribamar. Quase 90% dos professores não tinham experiencia com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa. In: **CNTE. 2020**. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/quase-90-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-

antes-da-pandemia-42-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa-2/. Acesso em: 25 de junho de 2021.

MEDEIROS, Laiana da Silva; DUARTE, Kamille Araújo. Percepções docentes: estratégias e ferramentas para adaptar o ensino em tempos de pandemia. In: **VII Congresso Nacional de Educação.** Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, Maceió. 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID6693_01102020141629.pdf. Acesso em: 02 de dezembro de 2021.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

NOVOA, Antônio. **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1999.

OPAS. Folha informativa sobre COVID-19. In: **Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)**. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20uma,febre%2C%20cansa%C3%A7o%20e%20tosse%20seca. Acesso em: 15 de maio de 2021.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia***:* A resposta do grande psicólogo aos problemas de ensino, 1969. São Paulo: Editora Fonte Universitária, 2010.

ROSSI, Débora Cristina Aureliano; ROSSI, Esmera Fatel Aurelino; CARVALHO, Diego Fogaça. Estratégias para Ensino e Aprendizagem em tempos de Pandemia. In: **Setor educacional:** Educação Infantil e Fundamental, Educação Média e Tecnológica. Londrina, Paraná, jul. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.

SciELO Brasil. **Scientific Electronic Library Online.** Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, Larissa. Com pandemia, professores se adaptam às mudanças e internet vira sala de aula: Dois professore de MS contaram ao portal A Crítica como está sendo a nova rotina das aulas virtuais. In: **A Crítica**. 18 de maio de 2020. Disponível em: https://www.acritica.net/noticias/com-a-pandemia-professores-se-adaptam-as-mudancas-e-internet-vira/453137/. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

SMOLARECK, Rodrigo Dalosto; LUIZ, Rothieri Serres. Metodologias ativas, reflexões para reinventar o ensino de Geografia, em época de Pandemia. In: **Instituto Pertencer** – Centro de Estudos psicopedagógicos. 14 de mai. 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/569403. Acesso em: 01 de fevereiro de 2022.

SOUZA, Katia Reis de; SANTOS, Gideon Borges dos; RODRIGUES, Andréa Maria dos Santos; FELIX, Eliana Guimarães; GOMES, Luciana; ROCHA, Guilherme Luiza da; CONCEIÇÃO, Rosilene do Carmo Macedo; ROCHA, Fabio Silva da; PEIXOTO, Rosaldo Bezerra. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. In: **Trabalho, Educação e Saúde** [online] v. 19, out. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00309. Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

TEIXEIRA, Inês A. Castro. Os professores como sujeitos socioculturais. In: DAYRELL, Juarez (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

TOZETTO, Susana Soares. Docência e formação continuada. In: **IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação** – SIRSSE, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23503_13633.pdf.Acesso em: 11 de outubro de 2021.

UEG, Universidade Estadual de Goiás. O que é Pesquisa Bibliográfica. In: **UEG-Universidade Estadual de Goiás**. 2008. Disponível em: http://www.ueg.br/noticia/36347_o_que_e_pesquisa_bibliografica. Acesso em: 11 de junho de 2021.

Temporalidades

Pensamento conservador no Brasil: aspectos históricos e especificidades conceituais em relação ao conservadorismo clássico europeu

Conservative thought in Brazil: historical aspects and conceptual specificities in relation to classical European conservatism

Guilherme Ferreira Defina
Graduando em Ciências Sociais
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
guilherme.defina@unesp.br

Recebido: 04/02/2023
Aprovado: 15/04/2023

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as particularidades históricas e as diferenças conceituais entre o pensamento político conservador que nasceu na Europa com as reflexões de Edmund Burke (1729-1797) e a inicial ideologia conservadora que se desenvolveu no Brasil tendo em vista o seu território e realidade política, social, econômica e cultural própria em comparação às ideias clássicas europeias. O diagnóstico constatado aponta que, enquanto Burke fundara as bases do pensamento conservador clássico na manutenção de determinadas instituições e tradições pretéritas, o incipiente pensamento conservador brasileiro – que teve como seus principais expoentes, por exemplo, José da Silva Lisboa (1756-1835) – se baseou essencialmente na negação do passado colonial pautado na tentativa de conciliação entre o advento do liberalismo econômico internacional e a manutenção interna do sistema escravocrata enquanto forma de prevenção à uma possível revolução.

Palavras-chave: pensamento político; conservadorismo; ideologia.

Abstract: This article aims to analyze the historical particularities and conceptual differences between the conservative political thought that was born in Europe with the reflections of Edmund Burke (1729-1797) and the initial conservative ideology that developed in Brazil in view of its territory. and its own political, social, economic and cultural reality compared to classical European ideas. The diagnosis found points out that, while Burke founded the foundations of classical conservative thought in the maintenance of certain institutions and past traditions, the incipient Brazilian conservative thought – which had as its main exponents, for example, José da Silva Lisboa (1756-1835) – was essentially based on the denial of the colonial past based on the attempt to conciliate the advent of international economic liberalism and the internal maintenance of the slave system as a way of preventing a possible revolution.

Keywords: political thought; conservatism; ideology.

Introdução

Ao longo da história do ocidente, mais precisamente no decurso histórico da modernidade, consolidaram-se formas diversas de se interpretar e dar sentido à realidade, portadoras de valores, princípios e doutrinas entremeadas de sociabilidades e uma identidade própria entre aqueles que com elas se identificam e se sentiam pertencidos. Essas formas diversas que surgiram ao longo da modernidade foram distinguidas como *ideologias* que, sumariamente, entendemos hoje como um conjunto da estrutura da consciência de um grupo social e seu estilo de pensamento. Estilo de pensamento que sempre se encontra atrelado ao seu momento histórico de gênese e é socialmente determinado e não pode, portanto, aspirar a uma consciência plenamente objetiva da verdade. Contudo, segundo Mannheim (1972), todo pensamento representa sempre, enquanto "conhecimento conectado com uma visão de mundo", uma verdade parcial, que erroneamente pretende ser absoluta (ou seja, um discurso que pretende ser único, verdadeiro e inquestionável).

Nesse sentido, grupos assumiram características peculiares em um determinado tempo histórico e social, tornando-se representativos de um modo de compreensão e de comunicação de posicionamentos diante de demandas da sociedade. Considerando as continuidades e rupturas entre uma geração e outra, uma categoria de pensamento em específico, sempre se mostrara relevante ao longo da história brasileira – mais precisamente após a independência política: o conservadorismo brasileiro que, apesar de ao longo do tempo ter adquirido diversas matizes, se distingue em alguns traços do conservadorismo "original" – o europeu – e não raramente é alvo de confusões conceituais e anacronismos históricos.

Nesse viés, o presente artigo tem por objetivo analisar as particularidades históricas e as diferenças conceituais entre o pensamento político conservador que nasceu na Europa com as reflexões de Edmund Burke (1729-1797) e a inicial ideologia conservadora que se desenvolveu no Brasil tendo em vista o seu território e realidade política, social, econômica e cultural própria em comparação às ideias clássicas europeias. O diagnóstico constatado aponta que, enquanto Burke fundara as bases do pensamento conservador clássico na manutenção de determinadas instituições e tradições pretéritas, o incipiente pensamento conservador brasileiro – que teve como seus principais expoentes, por exemplo, José da Silva Lisboa (1756-1835) – se baseou essencialmente na negação do passado colonial pautado na tentativa de conciliação entre o advento do liberalismo econômico

internacional e a manutenção interna do sistema escravocrata enquanto forma de prevenção à uma possível revolução.

As metodologias referentes ao estudo do pensamento político devem considerar não apenas a análise dedutiva e qualitativa dos temas que perpassam os debates intelectuais do contexto político e social em que se encontra o autor e a sua obra em específico, mas também levar em conta os sentidos e os valores do período em questão. Ao priorizar a temporalidade própria da obra política e a visão de mundo de seu autor, esta metodologia impede o uso anacrônico de conceitos e juízos de valor do tempo presente na esfera cognitivo-linguística.

Para a nossa discussão, nos baseamos nos estudos da chamada Escola britânica de Cambridge – referência internacional nesta questão – que possui entre os seus membros John Pocock (1924-) e Quentin Skinner (1940-). Estes dois autores oferecem parte dos conteúdos metodológicos referentes às análises da história intelectual, das linguagens políticas e, principalmente, do pensamento político e social. O método histórico-contextual, apresentado por Skinner nos anos 60 e 70 do século XX, enfatiza a importância do contexto intelectual em que determinada obra foi escrita para a percepção das intenções de seu autor. Existe nessa metodologia a intenção de não estudar apenas o contexto histórico, mas também o conjunto de discursos incorporados nas linguagens, idiomas ou retóricas, os quais nem sempre são coerentes entre si.

Segundo esta tese que trabalharemos, Pocock (1987), ao discorrer sobre o pensamento burkeano, propõe que sempre deve ser levado em consideração a sociedade a qual é referida ao se estudar determinada cultura política:

> Qualquer pensador que pretenda valer-se de uma estratégia burkeana precisa perguntar-se em que sociedade aquela estratégia será levada a efeito; qual é o "passado" daquela sociedade, ou seja, os processos de mudança e preservação pelos quais a sociedade tornou-se o que é; qual (se houver) o grau de compromisso desta sociedade com o seu passado, isto é, quais as condições insuscetíveis de mudanças, sob pena de a sociedade se tornar irreconhecível a si mesma; e, caso haja revolucionários bastante dispostos a mudar a sociedade tão inteiramente, de modo a torná-la irreconhecível, indagar-se em que grau aquele objetivo pode ser perseguido. É provavelmente a natureza do "passado" e do "compromisso" que vão diferenciar o conservadorismo de uma sociedade para outra. E a questão estará bastante complicada devido ao fato de que o "passado" de muitas sociedades incluem, agora, a experiência da revolução (POCOCK, 1987, p. XLVI).

Metodologicamente, o retorno a autores, interpretações e proposições normativas torna-se imprescindível para iluminar a agenda pública contemporânea. Este retorno interpretativo à literatura e seus embates e tradições intelectuais que remontam aos séculos XVIII e XIX podem evidenciar os elementos de um conflito de interpretações que, mesmo atualizado, prossegue animando a discussão sobre as especificidades históricas, políticas e sociais do Brasil contemporâneo (BRANDÃO, 2005).

As análises seguidas de reflexões em torno das várias linguagens e tradições discursivas existentes em um dado contexto intelectual, histórico e sobretudo político podem nos disponibilizar subsídios que possam contribuir para a compreensão temporal dos conceitos utilizados pelos autores ligados à determinada temporalidade histórica. Tomando esse preceito como base de nossa investigação, os textos produzidos podem, dessa forma, ser classificados como acontecimentos temporais ao passo em que influenciaram e foram influenciados pelo meio histórico e intelectual ao qual estavam inseridos. Não só isso, quando reconstituídos pelas gerações posteriores, os textos constituem tradições de pensamento que transcendem a temporalidade imediata de sua elaboração histórica portadora de aspectos políticos, sociais e linguísticos próprios de seu próprio contexto intelectual.

Em John Pocock (2003), seguindo a linha de raciocínio de Quentin Skinner (1996), é conferido ao pensamento político a qualidade de "discurso", sendo referido, desse modo, como "discurso político", elaborado por atores e autores que estão em contato com o meio político e social de seu tempo e circunscritos a uma dada conjuntura onde reagem e refletem sobre fatos ou acontecimentos em um ambiente de diversas e distintas visões de mundo.

Destarte, o retorno interpretativo às linguagens políticas e tradições discursivas pode nos conduzir ao entendimento de seu "contexto linguístico", o qual deve considerar a demarcação da conjuntura histórica e do meio político e social onde a obra de terminado autor fora produzida, abarcando, igualmente, o maior número possível de autores e atores políticos para demonstrar as convergências e divergências existentes de modo a complementar o entendimento de seu contexto.

Nesse sentido, refazer um contexto linguístico é uma tarefa um tanto quanto complexa, já que envolve não apenas delimitar a época e o local no qual teoricamente atuou, mas também vasculhar e compreender tanto os grandes autores – os "clássicos" - quanto os menores. A leitura dos textos concretos, dos problemas e das polêmicas que os autores travavam entre si podem

oferecer elementos para se estabelecer uma hipótese sobre o período no qual estavam inseridos. Também, apenas esse diagnóstico torna possível uma primeira hipótese sobre a gramática das linguagens políticas, já que uma análise unicamente heurística do texto – isto é, o texto pelo texto – é limitada para se compreender a totalidade de um contexto não só linguístico como cultural, social e político.

Sobre o pensamento conservador europeu

Preliminarmente, deve-se destacar que, do modo que o socialismo e o liberalismo, o conservadorismo teve sua gênese e seu desenvolvimento na modernidade como reação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais orientadas pelo Iluminismo europeu[1]. Segundo Mannheim (apud BOTELHO; FERREIRA, 2010, p. 11), o pensamento conservador

> [...] é uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva, pois se trata de um modo de pensar e agir que de alguma forma transcende a subjetividade individual, por ser função do desenvolvimento da sociedade. [...] o conservadorismo moderno é coerente e reflexivo, pois surge como movimento consciente de oposição ao movimento 'progressista', ou ao pensamento liberal-burguês. [...] O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento" (BOTELHO; FERREIRA, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, o pensamento conservador europeu e, portanto, global, surgira fundamentalmente no final do século XVIII com a obra do pensador irlandês Edmund Burke (1729-1797) *Reflexões sobre a Revolução na França* (2014), publicada pela primeira vez em 1790, um ano após o início da Revolução Francesa (1789-1799)[2]. Esta obra consistia, em suma, em cartas que Burke enviara para Charles Dupont (Jacques-Charles Dupont de l'Eure, 1767-1855), jovem revolucionário francês conhecido seu, após este ter pedido para aquele uma opinião sobre a revolução na França.

[1] Um dos autores a tratar dessa temática, por exemplo, é o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947) em sua obra *Ideologia e Utopia* (1972).
[2] O marco simbólico do início da revolução na França foi a Queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, enquanto o seu fim foi delimitado pela tomada do poder por meio de um golpe militar por Napoleão Bonaparte, tendo este se tornado o primeiro cônsul da França em 09 de novembro de 1799.

No corpo textual dessas cartas, Edmund Burke teceu uma crítica ao processo revolucionário jacobino na França[3]. Traçando um paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Gloriosa (1688-1689), o autor compara os efeitos dessas duas revoluções em seus países, acentuando alguns dos elementos que as compõem e os elementos que a diferenciam. A principal crítica de Burke à revolução na França concentra-se, segundo o pensador, na falsa concepção de que essa revolução integrava as virtudes da revolução inglesa de 1688.

A Revolução Gloriosa deu origem ao *Bill of Rights* – a carta de direitos inglesa moderna – em 1689. Essa declaração britânica teria garantido a liberdade, a vida e a propriedade privada dos súditos ingleses contra os possíveis abusos do absolutismo real, assim como teria estabelecido as regras para a sucessão do trono inglês (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 170). Na Inglaterra, mesmo em caso de grave crise política, o parlamento jamais anulou o princípio da hereditariedade do poder real, tal como ocorreu na França com a revolução. No caso britânico, houve a obediência do parlamento aos antigos estatutos declaratórios que colocavam a proposição de que o monarca e o povo constituíam um mesmo corpo político e nenhuma parte estava submetida à outra, como relembra Burke:

> O compromisso ou pacto social que se conhece geralmente como constituição proíbe tal violação e tal rendição. As partes constituintes de um Estado estão obrigadas a respeitar as obrigações públicas que têm uma com as outras, bem como todos aqueles compromissos dos quais derivam interesses importantes, da mesma forma que o Estado como um todo é obrigado a cumprir seus compromissos com as comunidades particulares (BURKE, 2014, p. 43).

O *Bill of Rights* circunscreveu e delimitou o poder da coroa – que passa a não ser mais absolutista, mas constitucionalista –, porém o princípio da hereditariedade permaneceu intocável. Ao determinar o poder da coroa, colocando o rei e o povo numa mesma estrutura política por meio da reescrita das atribuições constitucionais, limitações e funções do Estado em seu interior, a Inglaterra não engendrou, nas palavras de Burke (2014), os "inesperados giros da roda da fortuna", giros esses expressados nos levantes típicos do Período do Terror (1792-1794) francês[4].

[3] Importante relembrar que na época da redação de sua obra, Burke era também um político membro do parlamento inglês, filiado ao Partido *Whig* (liberal).
[4] Indispensável relembrar que Burke está escrevendo em 1790, antevendo em suas reflexões o período de terror francês que se inicia mais expressivamente em 1793.

Burke diz que a Revolução Francesa não tratou em criar uma monarquia constitucional, visto que essa é apenas uma mudança em relação à monarquia absolutista. Conforme o intelectual discorre, a declaração de direitos, base do *Bill of Rights* de 1689, foi um pacto que assegurou os direitos e as liberdades dos ingleses, ao mesmo tempo em que regulamentou a sucessão da coroa e absorveu a mudança de forma a não deixar de conservar a salvaguarda daquelas mesmas liberdades que a Revolução Francesa – cerca de um século depois – viria a se posicionar como defensora. O pensamento conservador, nesse sentido, comporta a mudança em seu bojo, diferentemente, por exemplo, dos pensamentos reacionário e tradicionalista, que possuem sustentações doutrinárias distintas.

Outrossim, um dos aspectos mais centrais que destaca o pensador irlandês é a sua concepção de revolução diferentes daquelas consagradas pelas correntes progressistas existentes no período pré e pós-1789, que teria como cerne principalmente a corrosão das tradições e costumes morais historicamente consolidados. Sobre isso, Souza (2016) é categórico em sua expressão:

> Para Burke, a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, momento fundador de uma nova sociabilidade e, por isso, crivado por contradições, tensões, mas também por elementos e valores emancipatórios. Para o irlandês radicado na Inglaterra, esse tipo insurrecional de revolução é tomado, de maneira unilateral, como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas (SOUZA, 2016, p. 363).

Na Inglaterra pós-revolucionária, foi preservada a hereditariedade da coroa em uma monarquia constitucional parlamentar à medida em que ao mesmo tempo absorveu as mudanças do mundo em que a rodeava – no caso as mudanças advindas do Iluminismo europeu. Como Burke (2014) recorda, os direitos britânicos foram fundados e legitimados com base no *Common Law*, veementemente social e politicamente legítimo entre os ingleses, o que permitiu que a Revolução Gloriosa efetuasse uma reforma constitucional que alicerçasse o patrimônio legal já existente e herdado.

O *Common Law* – lei comum –, construído pelos indivíduos ao longo dos séculos de baixo para cima, isto é, sem a imposição por intermédio do Estado ou de alguma autoridade, concerne às leis de determinado povo produzidas e reconhecidas com base em suas tradições e costumes historicamente arraigados em um percurso histórico de conflitos, lapsos, acertos e adaptações a partir das relações de convivência, afeto e lealdade entre os indivíduos nas instituições de socialização que,

ao longo desse decurso histórico, permaneceram e consolidaram as heranças culturais desse povo. Desse modo, o pensamento conservador, representado por Edmund Burke nesse momento, pode ser interpretado como "uma tentativa de resposta racional [ou seja, que não está no nível de uma compreensão irracional da realidade] à preservação de determinadas heranças coletivas" (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 171) fortemente enraizadas socialmente pelo coletivo a partir da ideia central do *Common Law*.

À luz dessa análise, um dos elementos da crítica traçada por Burke referia-se às relações de troca e monetárias que emergiram da Revolução Francesa. De acordo com o autor, essas relações despontadas da revolução na França deveriam necessariamente estar sujeitas a uma ordem econômica que, por sua vez, deveria ser dependente de uma ordem moral. Embora relações de troca e monetárias sempre tenham existido na humanidade, empreendê-las sem nenhum tipo de valor moral que as regule seria um caminho para o "precipício" político, social e econômico[5]:

> Um mercado pode fazer a alocação racional dos bens e serviços somente onde há confiança entre os integrantes, e a confiança só existe onde as pessoas assumem a responsabilidade por seus atos e se tornam responsáveis por aqueles com quem negociam. Em outras palavras, a ordem econômica depende de uma ordem moral (SCRUTON, 2015, n.p.).

Para Burke, o ser humano não é um simples *homo economicus* e a política não deve ser um apêndice da economia e tampouco de projetos políticos de facções ideológicas. O pensador dirige essa análise para o economicismo do capitalismo moderno que, segundo não somente Burke, como também Adam Smith (2015), comete duplo equívoco: o *homo economicus* tenderia a reduzir a ordem política às operações de mercado e, com isso, poderia, como visto em diversos períodos históricos, gerar rupturas revolucionárias que reduzem a política à manutenção de um único projeto de poder, originando formas de totalitarismo.

[5] Essa mesma ideia de Edmund Burke está contida na teoria dos sentimentos morais do filósofo e economista escocês Adam Smith em *Teoria dos sentimentos morais* (2015), obra escrita em 1759 que opera como base para se entender a "mão invisível do mercado": Smith diz que as maneiras ou a ordem moral dizem respeito à confiança, responsabilidade e ao compromisso. Ou seja, se as relações de trocas não forem embasadas nesses princípios, elas tendem a corroer a sociedade e os valores morais que nela estão incutidos. A deferência e a obediência aos atributos morais é o que fundamenta a solidariedade humana. A mão invisível do mercado, que guiará os interesses individuais para a realização da legítima satisfação coletiva seria, nesse sentido, justamente essa solidariedade humana pautada na confiança, responsabilidade e compromisso e no dever de a cumprir.

Nesse contexto intelectual de Burke, a sociedade teria que ser dependente das relações de afeto e lealdade que só poderiam ser erigidas de baixo para cima, nas relações cotidianas e nas interações face a face entre os indivíduos que se desenvolvem, por exemplo, na família, nos clubes sociais, nas associações de bairro, nas instituições de ensino ou religiosas, nos ambientes de trabalho e entre tantas outras onde os indivíduos socializam com os seus semelhantes, "assumindo a responsabilidade por seus atos e levando em consideração o próximo" (SCRUTON, 2015, p. 40).

É enfatizado pela concepção burkiana, portanto, a incumbência dos costumes e das tradições como âmago dos vínculos de solidariedade que vão se criando e articulando entre si no interior de uma sociedade ao longo dos tempos. Porém, quando uma sociedade não é organizada desse modo, ou seja, quando não é estruturada de baixo para cima, mas ordenada de cima para baixo por meio de, por exemplo, uma ditadura revolucionária ou por uma burocracia impessoal ávida de colocar decretos em execução para favorecer grupos particulares onde o Estado impõe à sociedade a forma como ela deve ser organizada por intermédio de regras estritas, o respeito e a solidariedade que uniam os indivíduos são desfeitos (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 171).

Governos centralizados geram a irresponsabilidade entre os indivíduos à medida que se quebra a solidariedade e rompe-se o pacto que eles realizaram entre si face a face ao longo das décadas e séculos. Ao mesmo tempo em que gera a irresponsabilidade entre os indivíduos, o monopólio da burocracia impessoal sobre a sociedade faria com que surgisse nesses a carência do agir livre, de se relacionarem entre si de modo a buscarem a solidariedade de uma forma negociada no dia a dia.

No quadro esboçado, as tradições sociais, segundo Burke, não se tratam meramente dos costumes adotados arbitrariamente pela sociedade, mas de formas de conhecimento que essa sociedade construiu ao longo da história com os indivíduos interagindo entre si sempre conciliando, conflitando, errando, acertando, mas buscando sempre a solidariedade e o respeito às diferenças:

> As tradições sociais importantes não são apenas costumes arbitrários que devem sobreviver ou não no mundo moderno. São formas de conhecimento. Contêm os resquícios de muitas tentativas e erros conforme as pessoas tentam ajustar a própria conduta à das demais. Para usar a linguagem da teoria dos jogos, elas são as soluções descobertas dos problemas de coordenação que surgem ao longo do tempo. Existem porque dão a informação necessária sem a qual a sociedade pode não ser capaz de se reproduzir. Caso as destruamos de modo negligente,

> eliminaremos as garantias oferecidas de uma geração para a geração posterior (SCRUTON, 2015, p. 33).

Isso em vista, poderíamos dizer que o pensamento conservador, em sua essência, age objetivando conciliar as condições de manutenção de determinadas tradições e costumes do passado com as exigências da mudança histórica. Ou seja, o conservadorismo não nega ou intenta rejeitar a mudança, já que caberia aos indivíduos, nas relações face a face, regular o que permaneceria ou não nas passagens e transformações históricas. Não objetiva destruir tudo aquilo o que fora construído pelas gerações anteriores de maneira irrefletida – ou seja, sem participação do povo –, mas de forma "refletida e moderada" (KIRK, 2013).

Nesse sentido, o pensamento conservador tece crítica ao "culto do progresso desmedido que está impresso na subjetividade progressista moderna" (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 172). Enquanto o pensamento progressista se refere ao presente como o início do futuro, o pensamento conservador supõe o futuro – o vir a ser – "como o mais avançado estágio alcançado pelo passado" (RICUPERO, 2013, p. 76). Em outras palavras, o passado coexiste com o presente enquanto expectativa de futuro e, ao contrário do pensamento progressista, o cerne do conservadorismo clássico fundado na Europa reside na ideia da coexistência de formas de organizações sociais pretéritas e presentes, e não na constante sucessão e superação de modos de vida – como ocorre no capitalismo moderno segundo os próprios autores conservadores clássicos. A definição de Mercadante (1972) fixa de modo peremptório esse elemento imanente do conservadorismo clássico:

> A forma conservadora norteia-se pela experiência do passado; parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se assim do aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como um presente virtual (MERCADANTE, 1972, p. 228).

Nesse paradigma, cabe ressaltar que na literatura especializada do assunto não é consensual a ideia da modernidade enquanto uma constante ruptura e transformação, independente da matriz intelectual ou ideológica na qual estejam inseridos os diversos pensadores e intelectuais que tratam sobre esta temática. Para tanto, basta nos recordarmos da "modernidade brasileira", repleta de passado colonial e imperial e cheia de resquícios da nossa constituição como país independente, mas também como parte da engrenagem do sistema-mundo formado no pós século XVI.

O pensamento conservador brasileiro

A obra de Edmund Burke – em especial a aqui tratada *Reflexões sobre a Revolução na França* –, embora sua popularidade na Inglaterra possa ser reduzida somente às duas décadas posteriores à sua publicação, a sua recepção fora de seu contexto histórico e social original – como nas Américas e no resto da Europa – fora de grande êxito, tanto que foi publicada nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália nos três anos seguintes (LYNCH, 2017, p. 322). No caso brasileiro, onde diferentemente desses países a matriz política, social, econômica e cultural era no geral veementemente singular em comparação a esses, a recepção das ideias burkeanas também fora particularmente única:

> [...] o Império luso-brasileiro de 1812 era uma periférica e colonial sociedade do Antigo Regime aparentemente imune ao vírus revolucionário. Tratava-se de uma comunidade tradicional, rural e analfabeta, dispersa por um imenso território despovoado, quase inacessível aos agentes do Estado. Instituições como escolas de medicina e de engenharia, ou a imprensa – ainda que submetida à censura – eram novidades recentíssimas. Parte substantiva da população era composta de africanos escravizados, trazidos desde o início da colonização para suprir a carência de mão de obra barata. A esfera pública era mínima e apresentava um viés fortemente aristocrático: mesmo os pobres livres eram senhores de escravos e não exageravam suas diferenças em relação às classes superiores. Nesse país, marcado por um Antigo Regime colonial, que não era liberal democrático como os Estados Unidos, nem liberal moderado como a Inglaterra, nem jacobino como a França revolucionária, qual poderia ser a funcionalidade da obra de Burke? (LYNCH, 2017, p. 325)

Conforme Pocock (apud LYNCH, 2017, p. 322), embora os conceitos e as linguagens políticas surjam originalmente em lugares determinados, o pensamento político é essencialmente móvel e, quando transportado para diferentes sociedades com matrizes políticas, sociais, econômicas e culturais próprias, tende a manifestar uma certa operacionalidade. Por conta disso, como ressaltamos no início deste trabalho, é de suma importância a compreensão do tempo e do lugar histórico e intelectual dos envolvidos para aprendermos a recepção de determinada cultura política em sua totalidade em contextos diversos.

Seguindo essa linha de raciocínio, no Brasil e na América Latina o pensamento conservador surgiu originalmente negando o passado colonial – ou seja, na negação das tradições e costumes do passado –, diferentemente da Europa onde o conservadorismo clássico buscou harmonizar o passado e o presente para um projeto de futuro. Nas revoluções de independência, o pensamento

conservador latino-americano seguiu um caminho diverso do pensamento conservador europeu, que criticava e era oposição à Revolução Francesa seguindo a linha de raciocínio de Edmund Burke (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 172). O arranjo social e político que surgiu a partir dessas revoltas e movimentações de independência era incapaz de conservar as relações típicas do pacto colonial. Segundo Ricupero (2013, p. 78-79), os conservadores na América têm dificuldade em valorizar o passado colonial, pois isso seria o mesmo que valorizar a dominação das antigas metrópoles e colocar em questão a própria independência do país. Ele argumenta que essa situação é diferente da Europa, onde, diante das mudanças do final do século XVIII, era possível sentir nostalgia por uma ordem que se acreditava ter prevalecido durante o feudalismo.

Algumas das particularidades assumidas pelo embrionário pensamento conservador no Brasil em um contexto de profundas transformações no final do século XVIII e início do século XIX dizem respeito propriamente à impossibilidade, tendo em vista o seu passado colonial, de defesa da conservação de determinadas relações políticas e sociais pretéritas e valores e sentimentos compartilhados pela sociedade ao longo de sua história. Na América Latina, os valores e leis impostos de cima para baixo por meio do pacto colonial impediram com que se fizesse presente o pensamento conservador europeu – não havia, como na Inglaterra, a vigência de uma lei comum (*Common Law*). No Brasil, o pensamento conservador se deparou com uma colônia em busca de sua independência em relação à metrópole Portugal, incompatível com as ideias clássicas do conservadorismo europeu que exalta determinadas normas políticas e sociais de décadas e séculos passados. Conforme assinala Schwarz (1988), em seu texto sobre a obra de Machado de Assis (1839-1908), o conservadorismo, assim como o socialismo e o liberalismo, são ideias "fora do lugar" no Brasil, o que nos leva a refletir e problematizar sobre a questão das mudanças que as ideias, correntes e teorias passam ao serem recepcionadas em diferentes ambientes sociais, políticos, econômicos e culturais.

Como aponta Mercadante (1972), o desenvolvimento do pensamento conservador brasileiro se alicerçou no ecletismo filosófico[6]. Como relembra Costa (1967)[7], são diversas as bases que

[6] Tendência ou doutrina surgida na Antiguidade grega que seleciona, combina e ajusta elementos de diversas teorias numa única corrente de pensamento de forma a gerar e apropriar uma única teoria pautada numa visão de mundo pluralista e multifacetada.

[7] Em sua obra, a discussão central gira em torno do modo pelo qual ocorreu a recepção de várias doutrinas no Brasil e de que forma elas se interpenetram.

formam a consciência conservadora brasileira que, por sua vez, é composta por intelectuais e políticos que trazem consigo a necessidade de "reformar para conservar" (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 173). Nessa ideia, esses autores e atores produziram "um estilo específico de pensamento, correspondente à peculiaridade de suas origens sociais" (MERCADANTE, 1972, p. 229).

Ainda segundo Mercadante (1972, p. 230), as origens sociais do pensamento conservador nacional procediam "[...] geralmente, do domínio rural ou da incipiente burguesia urbana vinculada aos interesses de exportação". Essas figuras públicas nortearam seu pensamento não pela ação coletiva fundada face a face entre os indivíduos, e sim pela ação coletiva fundada no domínio rural e na exportação. A gênese do conservadorismo brasileiro estaria vinculada, portanto, não ao povo, mas aos interesses dos grandes exportadores e produtores latifundiários, o que levava à existência de certos aspectos ligados a esse domínio:

> A rigor, nunca alcançou a elite uma posição de casta, talvez devido ao espírito do tempo. Através da Constituinte, não reconhecera privilégios de nascimento; organizou a nobreza, mas a não fez hereditária, condição de perpetuidade. A elite era ou não era necessariamente ligada ao domínio, porém a admissão à vida pública só se fazia mediante a confiança do grupo dominante. Ingressava na magistratura ou na administração, na política ou no magistério, tornando-se membro do partido conservador ou liberal, após demonstrações inequívocas quanto às suas convicções moderadas (MERCADANTE, 1972, p. 230-231).

Como evoca Florestan Fernandes (2010), não se formaram castas no Brasil, todavia, para se ter acesso ao núcleo da família patriarcal era necessário ter a confiança dos grupos dominantes e estar à mercê de seus interesses – a tal figura do "agregado"[8]. Além disso, o indivíduo também deveria possuir o espírito da moderação e da conciliação política[9], se não perderia a confiança desses grupos e estaria rechaçado de qualquer possibilidade de participar do núcleo de poder da sociedade brasileira.

O ecletismo filosófico e o espírito de conciliação política entre os grupos dominantes afloraram das condições institucionais e materiais onde os senhores rurais brasileiros estariam

[8] Se encontravam nessa condição, por exemplo, grandes autores da literatura brasileira como Machado de Assis e Lima Barreto (1881-1922).

[9] Não à toa, a maior marca da política do estamento burocrático brasileiro é a conciliação e a moderação, independente do espectro ideológico. Não a conciliação e a moderação que o povo estabelece entre si, mas entre os grupos dominantes para manter o estamento burocrático intocável.

situados em um contexto de um liberalismo econômico insuficiente e de liberalismo político em antagonismo com a escravatura – visto que a cidadania é incompatível com o trabalho escravo. A preocupação da *intelligentsia* nacional de 1822 era harmonizar "antes de tudo, a revolução nas relações externas de produção com o escravismo nas relações internas de produção" (MERCADANTE, 1972, p. 231).

Basicamente, "a revolução nas relações externas de produção" dizia respeito mormente à Independência do país, onde o Brasil se abriu para o mercado internacional e deixou de negociar exclusivamente com a metrópole Portugal após o fim do pacto colonial. O escravismo, por sua vez, também perpassou por modificações internas acerca de seu entendimento: o escravismo imperial é diferente do colonial. O escravismo colonial estava inserido num contexto mercantilista, enquanto o imperial estava num contexto de industrialismo pautado no capital industrial, onde havia a necessidade de reformas que levassem ao emancipacionismo – à abolição gradual[10]. O pensamento conservador brasileiro defendeu "por todo o longo percurso de sua preeminência política, o instituto da escravatura e o liberalismo econômico, procurando ajustá-los ambos à realidade política de um país novo e composto de diferentes regiões" (MERCADANTE, 1972, p. 231-232).

A revolução nas relações externas, com o Brasil então independente e soberano, e a manutenção do trabalho compulsório mesmo com o escravismo transformado nas relações de produção, demonstravam o espírito de conciliação como a principal questão apresentada às elites que efetuaram a Independência de 1822. Com isso, o liberalismo econômico, que norteou parte do desenvolvimento da ideologia conservadora nacional no final do século XVIII, teria de se harmonizar às relações internas de produção pautadas na escravatura e o liberalismo político à sua manutenção. Indubitavelmente, o maior traço característico que distingue a identidade conservadora nacional àquela formada na Europa a partir da crítica à Revolução Francesa é a ausência de qualquer pensamento político radical.

[10] Inclusive, os liberais defenderam a abolição gradual até o final da década de 1860, quando começara a despontar a campanha abolicionista de forma mais intensificada. A campanha contou com figuras como Joaquim Nabuco (1849-1910) e André Rebouças (1838-1898), por exemplo. Por outro lado, todo o pensamento que se opunha às reformas graduais da escravidão fora solapado até 1870. Após 1870, o movimento abolicionista se intensificou, mas ele estava acompanhado da conciliação política entre as elites dominantes. Existiam vozes a favor da abolição imediata até 1870 de poucos, tanto entre liberais quanto entre conservadores. Francisco Gomes Brandão (1794-1870) – Visconde de Jequitinhonha – entre as décadas de 30 e 40 do século XIX foi um dos únicos que defendeu a abolição imediata, porém sem sucesso, já que a imediata abolição era inviável política e socialmente.

Conforme Mercadante (1972, p. 235-236), durante o movimento de 1822 houve uma busca por uma mediação política e social entre o liberalismo revolucionário e a tendência conservadora histórica. Embora o liberalismo econômico tenha sido consagrado independentemente do país, ele foi harmonizado com as relações internas de produção. O próprio liberalismo político passou por um processo de adaptação, fechando os olhos para a escravidão. Mercadante argumenta que, ao longo do tempo, a liderança do pensamento radical tornou-se impossível, e a corrente vitoriosa foi aquela que se guiou pelo espírito de moderação, formada no período de união dos reinos. Consequentemente, houve um enfraquecimento do radicalismo e um aumento constante do centro e do conservadorismo atuante.

Enquanto a restauração da Dinastia Bourbon na França entre 1814 e 1830 fora realizada em uma sociedade saturada pelo jacobinismo veementemente revolucionário, a independência no Brasil não seguiu integralmente o pensamento radical da Revolução Francesa: a questão da emancipação política ficou subordinada às melhorias das relações entre a metrópole e a colônia, o que causou um ajuste de interesses (MERCADANTE, 1972).

Em uma matriz política, social, econômica e cultural única como a do Brasil, a funcionalidade da obra de Burke estaria na percepção, como evoca Lynch (2017), por parte da elite dirigente da monarquia aristocrática brasileira, de que ela mesma era tão atrasada e periférica que a manutenção do *status quo* ameaçava a sua existência. Por conseguinte, os arranjos e articulações apontadas no corpo desta discussão foram defendidas, por exemplo, por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (1778-1812) – primeiro Conde de Linhares –, com o argumento de que eram necessárias "luminosas reformas executadas por homens inteligentes e capazes de formar sistemas bem-organizados, e cuja utilidade seja, por todos, sentida e experimentada" (MAXWELL, 2001, p. 235). Dom Rodrigo era um dos partidários da ideia de "reformar para conservar", já que estava observando com temor as efervescências revolucionárias que estavam atingindo os países vizinhos do continente americano. A monarquia, observando esses movimentos, se preocupou em se antecipar a essas turbulências que começariam a surgir internamente, satisfazendo-as *pari passu* conservava a ordem vigente.

A recepção das ideias de Burke no Brasil a partir da década de 1810 estava associada, portanto, à lógica de prevenção à uma possível revolução nacional, simbolizada na conciliação entre o liberalismo econômico no plano externo e a manutenção do sistema escravocrata no plano interno.

Segundo Lynch, a "[...] difusão antecipada dos ideais iluministas britânicos serviria para prevenir a disseminação do radicalismo, acenando, em seu lugar, com a possibilidade de um reformismo lento e gradual, menos fatal às instituições" (LYNCH, 2017, p. 326).

Um dos maiores pensadores expoentes dessa inicial concepção conservadora tipicamente brasileira, o economista e político José da Silva Lisboa (1756-1835) – que viria a se tornar visconde de Cairu –, em suas *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, de 1808, procurou argumentar favoravelmente à abertura dos portos brasileiros à Inglaterra e aos Estados Unidos e ao fim do sistema de monopólio comercial:

> A tradição e os costumes, tão valorizados na reflexão de Burke com relação à Inglaterra, tinham como referência, em Silva Lisboa, a tradição monárquica portuguesa na sua versão pombalina. Tradição essa que configurava um quadro complexo, uma vez que nela coexistiam os elementos novos que apontavam em direção a um modelo político voluntarista e os remanescentes da antiga tradição corporativista (KIRSCHNER, 2003, p. 691).

Intérprete, por exemplo, dos fundamentos do liberalismo econômico de Adam Smith, Silva Lisboa estava preocupado em promover reformas dentro da ordem, porém de forma a conservar certos aspectos do sistema administrativo brasileiro ao mesmo tempo em que procurava estar sistematicamente contra o pensamento conservador sistemático da ala reacionária da Corte Joanina (LYNCH, 2017):

> Não nos persuadamos que os nossos maiores nos deixaram todas as possíveis lições de sabedoria. Adotemos da antiguidade o que é bom, e venerável, e não o que se mostra irracional e caduco. Quando a órbita política torneia com tão vertiginoso movimento, é absurdo ficar-se estacionário, e não se seguirem novas regras. Quando o vento salta à proa, o bom piloto muda logo de rumo (VISCONDE DE CAIRU, 2001, p. 194).

Silva Lisboa traduziu, comentou e difundiu as ideias de Edmund Burke. Assim como este, se posicionava contra os devaneios revolucionários da Revolução Francesa[11]. Mesmo crítico de qualquer monopólio comercial, Silva Lisboa era favorável à existência de um império luso-brasileiro. Tinha noção de que era necessária a conservação de alguns símbolos para manter a coesão do país, ao menos territorial e administrativa. Por conta disso, foi defensor da formação de um império do Brasil

[11] Por conta de suas posições, se envolveu em polêmicas com os redatores Gonçalves Ledo (1781-1847) e Januário Barbosa (1780-1846) do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, com o pensador Cipriano Barata (1762-1838) e o revolucionário pernambucano Frei Caneca (1779-1825).

em torno de um único governo capitaneado no Rio de Janeiro a fim de centralizar toda a administração e burocracia em uma única província. Em 1812, a pedido do Conde de Linhares, publicou *Extratos das obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke*. Conforme Lynch (2017), a publicação visava principalmente

> [...] assoalhar algumas amostras dos pensamentos deste insigne mestre de ciência prática da administração e de política ortodoxa [i.e., Burke], por ser o mais valente antagonista da seita revolucionária e o que, ensinando realidades e não quimeras, expôs os verdadeiros direitos do homem, lançando exata linha divisória entre as ideias liberais de uma regência paternal e as cruas teorias de especuladores metafísicos, ou maquiavelistas, que têm perturbado ou pervertido a imutável ordem social, estabelecida pelo Regedor do Universo (LISBOA, 1822, p. V-VI).

A publicação serviria como uma forma de pôr à disposição do público os estragos que uma revolução, como a vista na França, poderia conduzir à uma anarquia generalizada e ao assolamento moral de uma nação. Como visto, Silva Lisboa não era contra a mudança, mas sim contra a revolução. Não identificava Burke como um reacionário, "mas como um sábio cosmopolita e moderno que prescrevia o modo certo de reformar as instituições" (LYNCH, 2007, p. 328):

> Burke judiciosamente observou que não se precisava de talento, nem de sagacidade fora do comum, para notar irregularidades na regência dos Estados, e os abusos dos nobres, ricos e administradores públicos: a questão só é sobre os oportunos remédios de prevenir os dados e emendá-los. Execrar revoluções não é defender desgovernos, nem excluir boas leis. Ainda os melhores soberanos e administradores são obrigados a conformarem-se às opiniões das diversas ordens do Estado. Quando o remédio é pior que o mal, até as boas reformas são inúteis ou nocivas. As revoluções são como os terremotos: tudo arruínam e nada reparam. A sociedade civil, depois de convulsões políticas, sempre torna a recompor-se de ricos e pobres, nobres e plebeus; bons e maus; quem mande e quem obedeça. A cena será renovada e unicamente mudarão os atores. Só a doce influência da verdadeira religião e o progresso da cultura do espírito podem diminuir erros e vícios dos homens e fazer durar e florescer os impérios. Mas a perfeição ideal é de absoluta impossibilidade. Que se ganha com as revoluções? As ambições desordenadas se desenfreiam. É preciso confiar a força pública de novas mãos e concentrá-la na de poucos ou de algum, para resistir-se aos inimigos internos e externos. Eis organizada a oligarquia, que logo finda em ditadura e tirania. Tal é o desfecho das revoluções antigas e modernas; e, em algumas, o despotismo se firmou para sempre (LISBOA, 1822, p. VI-VII).

Por meio da justaposição entre as ideologias conservadora clássica de Burke e liberal econômica, Silva Lisboa foi um dos artífices e representantes nacionais do inicial pensamento conservador brasileiro que, nas próximas décadas e séculos, assumiria diversas facetas. Surgiriam

diversos conservadorismos no Brasil, que não se limitaram à matriz oitocentista brasileira e em muitas das vezes são conflitantes entre si, como o liberalismo conservador, reformismo ilustrado, conservadorismo culturalista e o conservadorismo estatista, por exemplo. No entanto, limitamos esse trabalho apenas à discussão das particularidades históricas e diferenças conceituais entre o pensamento conservador clássico surgido na Europa e as primeiras bases do nascente conservadorismo brasileiro. Torres (2015), por exemplo, ao refletir sobre as raízes intelectuais brasileiras, define a doutrina do pensamento conservador como

> [...] uma posição política que reconhece que a existência das comunidades está sujeita a determinadas condições e que as mudanças sociais, para serem justas e válidas, não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro. Podemos dizer que o traço mais característico da psicologia conservadora consiste, exatamente, no fato de que não considera viáveis as transformações e mudanças feitas sem o sentido de continuidade histórica (TORRES, 2017, p. 23).

Desde a sua formação no século XIX, os intelectuais políticos expoentes do conservadorismo brasileiro[12] colocavam a nação como formada por indivíduos livres detentores de direitos civis e políticos anteriores à formação do próprio Estado moderno, tidos como direitos naturais. Porém, ao longo da história a nação brasileira articulou em sua própria historicidade direitos específicos que a diferenciou das outras nações e que acentuaram a sua realidade em particular. O pensamento conservador no Brasil esteve desde a sua gênese, dessa forma, com o fito de garantir esses direitos, vinculado à defesa de uma autoridade forte e imparcial:

> Os "saquaremas" [Partido Conservador] tinham como dogma fundamental que a liberdade somente está devidamente protegida se encontra o apoio de uma autoridade forte e imparcial [no caso o Estado imperial]. Contra a tendência ao anarquismo que as doutrinas de Rousseau possuíam em estado latente, fundando a liberdade na ausência de poder, na abolição de qualquer ordem ou categoria social, os conservadores postulavam o princípio de que os cidadãos não poderiam ser livres senão sujeitos à lei, a uma autoridade justa, neutra, imparcial, soberana, que fizesse a todos justiça reta e igual. Nada melhor simbolizaria essa autoridade do que o poder régio (TORRES, 2017, p. 31).

A defesa dos saquaremas de uma autoridade forte e imparcial fora um dos principais pilares do conservadorismo brasileiro durante o Império. Por isso, em muitas das vezes é comum observarmos uma argumentação a favor por parte dos conservadores brasileiros de um poder

[12] Compõem esse quadro de conservadores nacionais, além do trabalhado nessa discussão José da Silva Lisboa, os políticos e autores Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), Paulino José Soares de Sousa (1807-1866) e José Antônio Pimenta Bueno (1803-1878), por exemplo.

moderador como aquele que existiu durante a vigência da primeira constituição do Brasil outorgada em 1824. No entanto, esta questão, assim como a densidade semântica do conceito de conservadorismo, são tópicos a serem desenvolvidos em uma outra oportunidade, em um outro trabalho.

Considerações finais

Dado o exposto, em suma, podemos inferir que, ao refletirmos sobre as particularidades históricas que levaram o desenvolvimento de um primeiro pensamento conservador brasileiro a um trajeto diverso do pensamento conservador europeu representado por Edmund Burke, urge a necessidade de se trabalhar com os conceitos de forma abstrata. Isto é, sem a preocupação de formular concepções universais. No Brasil, apesar de ter se desmembrado em diversas vertentes distintas, o incipiente pensamento conservador consistiu em uma força política e social que comandou o processo de modernização conservadora após a independência política em 1822 e mais fortemente na década de 30 do mesmo século (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 174) que, como visto, José da Silva Lisboa foi um de seus principais artífices, por exemplo.

Isso em vista, a análise histórica-contextual das produções intelectuais, das ações políticas e dos debates parlamentares do período em questão deve ser objeto de estudo para compreendermos de forma mais íntegra as especificidades próprias de um pensamento que se destacou e continua a se destacar na vida pública nacional também enquanto forma de apreendermos a produção historiográfica contemporânea do conservadorismo brasileiro.

O conservadorismo, especialmente o brasileiro, é um pensamento complexo, especialmente quando se observa o seu âmbito político. Como apontado no corpo desta discussão, ao longo da história foi assumindo diversas facetas, as quais nem sempre foram totalmente coerentes entre si quando se leva em consideração a sua primeira recepção no território social, político, econômico e cultural nacional, a qual buscamos dissertar neste texto.

Como dito no início, não raramente o pensamento conservador é alvo de confusões conceituais e anacronismos históricos, pois se difere substancialmente do conservadorismo clássico britânico – o "original" –, e por esta razão, deve continuar sendo objeto de estudo de pesquisas que

remontam ao passado colonial e imperial brasileiro como forma de se apreender toda a sua magnitude enquanto ideologia densa e complexa, muito presente na esfera social e política brasileira contemporânea.

Referências bibliográficas

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Revendo o pensamento conservador. In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Orgs). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010, p. 11-22.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 231-269.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. [S. l.]: Edipro, 2014.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 2. ed. [S. l.]: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o "poder institucional". [S. l.]: Editora Globo, 2010.

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; SILVA, Ricardo Lima da. O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. In: **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 166-190, nov. 2019.

KIRK, Russell. **A política da prudência**. São Paulo: Realizações Editora, 2013.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Burke, Cairu e o Império do Brasil. In: JANCSÓ, István. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

LISBOA, José da Silva. **Extratos das obras políticas e econômicas do grande Edmund Burke**. 2. ed. mais correta. Lisboa: A Nova Impressão da Viúva Neves e Filho, 1822.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. In: **Lua Nova**, São Paulo, 2017, p. 313-362.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MAXWELL, Kenneth. 2001. **A devassa da Devassa**: a Inconfidência Mineira, Brasil- Portugal, 1750-1808. 5. ed. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Introduction. In: BURKE, Edmund. **Reflections on Revolution in France**. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1987.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. [S. l.]: Record, 2015.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2016, n. 126 [Acessado 9 Dezembro 2022], pp. 360-377. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0101-6628.073. ISSN 2317-6318.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Os construtores do império**: ideias e lutas do Partido Conservador brasileiro. Brasília: Edições Câmara, 2017.

VISCONDE DE CAIRU [José da Silva Lisboa]. **Visconde de Cairu**. Organização e introdução de Antônio Penalves Rocha. São Paulo: Editora 34, 2001.

Temporalidades

Ausências: uma análise do centenário da Guerra do Paraguai através das páginas do *Jornal do Brasil*

Absences: an analysis of the centenary of the Paraguayan War through the pages of *Jornal do Brasil*

Beatriz Barbosa Bender
Mestranda em História
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
beatriz.bender00@gmail.com

Recebido: 02/06/2022
Aprovado: 28/05/2023

Resumo: A Guerra do Paraguai se caracterizou por ser o maior conflito bélico da América Latina, a mesma ocorreu entre os anos de 1864 e 1870. No decorrer de suas décadas posteriores, inúmeras interpretações acerca do evento foram desenvolvidas por diferentes agentes sociais e, do mesmo modo, sua memória fora evocada de distintas maneiras ao longo dos anos. No presente trabalho há o intuito de introduzir a problemática da memória quanto aos cem anos do conflito destacado, para isso, fora analisada como fonte primária periódicos do Jornal do Brasil, importante corpo editorial carioca, e, através dele, foi destacado dois estudos de caso que corroboram para a problematização e reflexão sobre o tema. Em suma, ao examinar a repercussão da efeméride nas páginas do editorial referido foi constatado um importante movimento de silenciamento, no Rio de Janeiro, quanto aos festejos do centenário da guerra, fator que se atribui principalmente ao contexto político Brasileiro.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai, centenário, memória.

Abstract: The Paraguayan War was characterized by being the largest military conflict in Latin America, it occurred between the years 1864 and 1870. In the course of its later decades, numerous interpretations of the event were developed by different social agents and, likewise, its memory was evoked in different ways over the years. In the present work, there is the intention of introducing the problem of memory regarding the one hundred years of the highlighted conflict, for this, periodicals from Jornal do Brasil, an important editorial in Rio de Janeiro, were analyzed as a primary source, and, through it, two case studies were highlighted that corroborate for the problematization and reflection on the subject. In short, when examining the repercussions of the event in the pages of the aforementioned editorial, an important silencing movement was observed in Rio de Janeiro regarding the celebrations of the centenary of the war, a factor that is mainly attributed to the Brazilian political context.

Keywords: Paraguay War, centenary, memory.

Introdução

Cem anos após à tumultuada década de 1860, a qual foi palco da Guerra do Paraguai (1864 – 1870), há outra marcada por conflitos de ordem político-social. A década de 1960, no Brasil, foi marcada pelo acirramento da polarização e radicalização de agentes políticos e sociais, os quais se tensionaram até o momento em que "não se tratava mais de medir forças com o objetivo de executar, limitar ou impedir as mudanças, mas, sim, da tomada do poder e da imposição de projetos" (FERREIRA, 2003, p. 400) que culminou no golpe civil-militar de 1964.

Segundo Jorge Ferreira (2003), os *anos de ouro* de Juscelino Kubitschek (1956–1961) foi caracterizado por um longo tempo como o mandato de maior sucesso democrático dentre o panorama geral da jovem democracia brasileira (1946 – 1964), a qual presenciou eventos dramáticos como o suicídio de Getúlio Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de João Goulart, contudo, este período vêm recebendo novas interpretações com estudos que corroboram para a compreensão do significado e dos limites da democracia neste período, tais como Oliveira (2013), Feltrim (2012) e Biroli (2004). Posteriormente, estudos robustos e ainda cercados de fervorosos debates enfrentam a missão de compreender a cultura política e sua possível influência no período do pré-golpe de 1964. Nesse sentido, autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2009, 2014) e Carlos Fico (2017) são exemplos de nomes que constroem este debate.

Motta se debruça sobre o potencial explicativo do conceito de cultura política para elucidar agentes e os rumos que as tensões políticas dos anos de 1960 tomaram. Para tal, o autor mescla as possibilidades de definições conceituais já apresentadas por outros autores de modo que o definiu como

> conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2014, p. 114)

Entretanto, o autor também destaca que o campo da política não pertence às ciências exatas, de modo que compreender que o mesmo possui como protagonista indivíduos os quais exercem seu poder de escolha cotidianamente é essencial. Em suma, não se pode presumir uma impossibilidade de mudança, mas sim, perceber as influências impregnadas nas ações, permeadas por padrões políticos culturais já estruturados socialmente.

Os primeiros anos da década de 1960 são caracterizados por Jorge Ferreira (2003) como tendo diversos atores políticos e sociais os quais, devido às tentativas de implementação das reformas de base – medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, tais como reformas bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária – por João Goulart e Leonel Brizola, se tensionaram. Segundo o autor, no início do governo de Goulart os grupos de esquerda, essencialmente heterogêneos e nem sempre unidos, representaram uma coalizão pró-reforma. Alguns grupos que representavam esta colisão estão o PCB, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, movimentos sindicais e setores subalternos militares. Em um outro espectro, haviam os setores conservadores que almejam a manutenção da ordem vigente, ou seja, pretendiam barrar as reformas de base. Estes eram compostos por grupos políticos, empresariais e militares que se articulavam através de instituições para conspirarem contra o governo de maneira organizada e com apoio financeiro internacional, dos Estados Unidos da América. Dentre as importantes organizações que geriram a propagação dos ideais que condenavam as reformas – principalmente a agrária –, defendiam o capital o estrangeiro e disseminavam o anticomunismo estavam o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Em suma, após a concretização do golpe civil-militar de 1964 o país entra no conhecido dia que durou 21 anos e o restante da década se estende em meio às atrocidades políticas e humanitárias, pautadas por militares e setores civis abastados. É neste contexto que ocorre o centenário da Guerra do Paraguai.

Densos estudos já foram produzidos acerca das relações – às vezes próximas, às vezes distantes – entre a memória e a história. Muitos estudiosos se debruçaram sobre essa temática desde as primeiras décadas do século XX, contudo, esta é uma das áreas de estudos históricos que tomaram fôlego através das novas perspectivas teóricas e metodológicas oriundas de correntes historiográficas francesas surgidas após a segunda metade do século referido, de modo que o interesse sobre os eventos e fatos históricos foi superado pelo interesse pelos processos históricos e seus agentes.

Alguns nomes precisam ser destacados quanto aos caminhos teóricos empregados neste trabalho, dentre eles se encontra primeiramente Halbwachs (1990), autor de origem durkheimiana o qual declara que as memórias de um indivíduo nunca são apenas suas, visto que as lembranças são construídas imersas em sociedades e por isso, impregnadas com seus conceitos, sendo assim, o

mesmo afasta a memória do fato em si e a apresenta como uma construção, não sendo mais reproduções da realidade, mas passíveis de serem reconstruídas, modificadas, ressignificadas e simuladas, em suma, fluidas. Esta primeira concepção de memória coletiva traz consigo grandes transformações e apresenta a gênese de um campo teórico vasto.

Pierre Nora (1993) por sua vez desenvolve uma análise na qual – devido as grandes transformações sociais que culminaram em uma *aceleração da história* – os eventos, cada vez mais rápidos, trazem consigo um esquecimento sintomático nestas sociedades, se afastando de memórias verdadeiras. A partir desta concepção inicial, o autor cria o conceito de *lugares de memória*, como destaca:

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. (NORA, 1993, p. 13)

Em suma, Nora (1993) define memória como uma constante dialética entre o lembrar e o esquecer, a tornando, assim, viva. A memória, para o autor, é mutável e sofre suas transformações através do modo que diversos grupos a utilizam, sofrendo assim deformações sucessivas, sendo "vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações." (1993, p. 9)

Em contrapartida, Huyssen (2000) desenvolve uma densa crítica a epidemia do lembrar e ao medo do esquecimento apresentado por Nora, afirmando a necessidade de uma rememoração produtiva. Em suma, Huyssen relaciona os conceitos de memória social os inserindo em um contexto de globalização, cultura urbana e virtual, deste modo, percebendo os modos que os eventos traumáticos se relacionam em novas configurações sociais e culturais contemporâneas. Utilizando a memória de forma criativa, o autor complexifica os significados desta memória em diferentes espaços e tempos, bem como a influência que a globalização exerce nos mesmos.

A produção historiográfica a respeito das relações entre memória e história é vastíssima,

autores como Marc Bloch (1982; 1998; 2001), Michael Pollak (1989), Hernán Sorgentini (2003), Geroge Duby (2011), Peter Burke (2000) corroboram e dão profundidade às percepções mencionadas no parágrafo acima. Contudo, através dos estudiosos que nos dão subsídio teórico – Halbwachs, Nora e Huyssen – trataremos a memória como objeto e, ao assimilar que a memória como essencialmente coletiva e que para além de um produto é um fator maleável que sofre com pressões externas, buscamos analisar e interpretar os dizeres e os silêncio sobre dos festejos e comemorações da Guerra do Paraguai através das páginas do Jornal do Brasil[1].

Alinhado às necessidades metodológicas que o estudo de periódicos trás consigo, Tania Regina de Luca (2005) foi utilizada para dar suporte ao trabalho. A autora destaca que a fonte impressa passou por um longo processo de crítica historiográfica até que a mesma fosse amplamente utilizada por historiadores. Luca destaca que o mesmo ocorreu devido a herança tradicional da história, para a qual, a fonte deveria ser neutra, verdadeira e objetiva, adjetivos que não se encaixam em nenhum periódico.

Sobre a imprensa, Tânia de Luca afirma que o autor José Honório Rodrigues em 1968 já destacava a necessidade de se perceber o periódico como uma fonte tendenciosa, de modo que não se pode apenas narrar os artigos dos periódicos como verdadeiros ou, em palavras mais alinhadas ao campo da História, isentos de intenções. Luca também considera que, atualmente, é necessário destacar que a imprensa não é apenas um veículo de informações de seu tempo, mas sim, um instrumento de manipulações de interesses e de propagação de culturas de massas, o que vai de encontro com as análises de Freire Filho (2005. apud. BARBOSA, 2016, p. 45) quando o mesmo expõe a necessidade de tomar algumas precauções ao utilizarmos a imprensa como fonte histórica, tais como identificar o grupo responsável pela linha editorial, quem são seus colaboradores, atentar se à forma que se dá o título e corpo textual da matéria, compreender as intenções dos discursos e qual o público alvo do periódico.

Com isso, através das análises de Bruno Brasil (2015), é necessário afirmar que o Jornal do Brasil é um periódico carioca diário fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e

[1] Se faz necessário a mensão de que a fonte escolhida para o desenvolvimento do presente estudo não tem o intuito de esgotar as perspectivas sobre o tema, mas corroborar com um fragmento de conhecimento para agregar em um grande mosaico de estudos históricos.

Joaquim Nabuco, tendo assim uma gênese monarquista. Já no ano de 1960 o Jornal defendeu a legalidade na sucessão do governo federal, após a renúncia de Jânio Quadros. Posteriormente, foi apoiador moderado de João Goulart até que rompeu com o governo devido ao fracasso do Plano Trienal e as inclinações de Goulart para à esquerda, o que culminou no apoio a uma intervenção militar. O golpe civil-militar de 1964 foi aceito pelo periódico e o mesmo apoiou o governo do ditador Castelo Branco, se pondo apenas contrário à Costa e Silva e, com isso, repudiando o Ato Institucional número 5 – principalmente devido à institucionalização da censura. Com Médici, o Jornal voltou seu apoio ao governo, mas ainda contendo algumas tímidas colunas, as quais criticavam a ditadura, mesmo em seu período de maior repressão. Durante o governo de Geisel o Jornal passou a defender a reabertura política e, após a retomada da democracia, o Jornal do Brasil se mostrou sempre à direita do espectro político, mantendo posições conservadoras e liberais quanto à economia, apoiando Fernando Collor e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso.

Tendo em vista o apoio do periódico à Ditadura Militar, acreditamos que o mesmo enalteceria e promoveria toda e qualquer celebração relativa ao centenário da Guerra do Paraguai organizado pelo governo. Portanto, as poucas menções sobre a efeméride exposta abaixo problematiza problematiza as relações entre a memória e a história do conflito, uma vez que ambas constituíram – e se constituem – em um evento cuja narrativa histórica continua em disputa.

Memória através das páginas do Jornal do Brasil

Ao pesquisar as palavras-chaves "centenário Guerra do Paraguai" na Hemeroteca Digital Nacional Brasileira, tendo o recorte temporal que compreende toda a década de 1960 e o ano de 1970 e um recorte espacial que se restringiu ao Estado do Rio de Janeiro, foram encontradas um total de 72 ocorrências nos 84 periódicos disponíveis no acervo. Pode-se enfatizar por este simples dado quantitativo a pouca repercussão acerca da efeméride. Ao nos referirmos apenas ao Jornal do Brasil, foco da pesquisa em questão, há um total de 11 ocorrências em suas páginas ao longo de toda década de 1960 e nenhuma no ano de 1970 (centenário do término da Guerra).

A primeira menção ao centenário nas páginas do Jornal do Brasil se dá no dia 02 de outubro de 1964, ocupando um modesto espaço na coluna reservada para avisos referentes a eventos culturais

e acadêmicos. A notícia se refere ao fato de que a Biblioteca do Exército, devido ao fato do início do centenário da Guerra do Paraguai, preparou dois mil exemplares da coleção de cinco volumes da obra *A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. A matéria a classifica como "obra fundamental para a compreensão do episódio e representa segura fonte de pesquisa" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Esta fonte traz à luz duas questões revelam a timidez das comemorações do centenário através do periódico aqui analisado: a pouca relevância das notícias dispostas em páginas de pouca expressão e a iniciativa de memória partindo dos setores militares, não tendo, através da fonte analisada, grande expressão na sociedade civil.

Já no dia 29 de outubro de 1964 o Jornal do Brasil destaca, agora com maior ênfase, o recado do General Costa e Silva – este sendo um dos futuros ditadores do Brasil que tomou posse em 1967 – o qual pede que haja uma "meditação mais profunda, devendo ser reverenciada, em comunhão nacional, a capacidade profissional dos quadros da época" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Em seguida, o general ainda declara já estar em circular ao poder dos comandantes e diretores de departamentos do Exército o seu pedido para que se saliente "o que o conflito representa para os países envolvidos" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 3). Através de suas declarações, há uma pequena evidência de que as altas patentes militares ao mesmo tempo que reconheciam os feitos militares durante a Guerra, pediam para que se refletisse sobre os significados do conflito, não apenas para o Brasil, mas para os demais países envolvidos, inclusive o Paraguai.

No dia 11 de novembro de 1964 o Jornal faz uma matéria explicativa de como ocorrerá os festejos nacionais do centenário, afirmando que os mesmos deverão acontecer nas datas simbólicas ao longo dos anos de 1964 a 1970, sendo presididas pelas Forças Armadas, destacando que a Marinha apenas se juntará aos festejos no 11 de julho de 1965, data da Batalha de Riachuelo[2] e que, no ano de 1964 já estão marcadas a Semana dos Heróis da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, comemorados a partir do dia 27 de dezembro. Apesar da informação descrita acima, poucos eventos foram noticiados ao longo dos anos seguintes, através das limitações da fonte analisada a proposta ficou somente no papel.

No dia 13 de novembro de 1964, o mesmo Jornal afirma com destaque a manchete "Guerra

[2] A Batalha do Riachulo se caracteriza como uma das mais importantes batalhas navais da Guerra do Paraguai, tendo acontecido em 1865.

do Paraguai começa a fazer 100 anos e não há ainda solenidade marcada" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8), a matéria expõe que não há nenhuma programação para a celebração do ocorrido, contudo, as autoridades militares podem realizar programas a parte para que seja comemorado o centenário da guerra, ou seja, sem a participação da sociedade civil. Logo abaixo, há o destaque que em Belo Horizonte houve celebrações compostas por unidades da Polícia Militar e pelo Exército, também tendo participação de escolas militares. O festejo em questão se refere a uma palestra ministrada por Augusto de Lima Júnior devido ao fato de que o mesmo "foi um dos primeiros soldados de Minas, tendo sido praça em 1908, no primeiro Regimento de Infantaria do Exército" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Novamente trazendo notícias de Minas Gerais, mas agora do dia 14 de novembro de 1965 o Jornal do Brasil destaca que na cidade de Diamantina será inaugurado em um festejo o busto do General Couto Magalhães, tido como herói da Guerra. Dois dias de evento foram programados pela prefeitura de Diamantina e importantes nomes da política do Estado foram convidados. Referente ao General Magalhães o jornal afirma que é considerado um dos grandes heróis da Guerra do Paraguai, na qual lutou como Comandante da expedição que expulsou de Mato Grosso as tropas de Solano Lopez" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 31). Percebe-se neste momento a ausência de solenidades no Rio de Janeiro, contudo, pelo o que as fontes demonstram, o Estado de Minas Gerais deu mais atenção ao centenário quando em comparação ao primeiro.

De fato, como fora anunciado no dia 11 de novembro de 1964, no dia 31 de dezembro do mesmo ano fora noticiado a comemoração do Centenário da resistência da Colônia de Dourados e do Forte de Coimbra, desta vez, 7 parágrafos narraram o evento dando destaque a três fatos: o lançamento do livro Invasão de Mato Grosso – 1° Centenário da Guerra do Paraguai, produzido pela editora do Exército; o atraso do evento e o embaraço da mesa, composta por generais e autoridades ao ficarem meia hora sentados ao palco até que o problema fosse resolvido; e, por fim, a panfletagem após o evento, no qual o impresso continha "a frase histórica do Tenente Antônio João, dita em Dourados: 'Sei que morro, mas meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8).

A próxima ocorrência que se refere a Guerra do Paraguai data de 23 de maio de 1965 quando uma manchete de destaque afirma "Voluntário da Pátria morre aos 125 anos quando era festejada vitória de Tuiuti" (JORNAL DO BRASIL, 1965, p.1 4), a notícia afirma que este fora o último dos

heróis que participou da Guerra e que o mesmo

> só levou para a sepultura as glórias de muitas vitórias e o respeito de um sepultamento com honras militares, mas sem poder gastar o primeiro soldo recebido com aumento no mês passado, sem levar o uniforme azul-vermelho, que ficou para o arquivo da PM, sem deixar um filho, que ele quis em dois casamentos, e sem receber as homenagens de herói centenário da guerra do Paraguai. (JORNAL DO BRASIL, 1965, p. 14).

Após esta declaração o jornal descreve com detalhes os ocorridos da vida do voluntário chamado Melquíades Santos Indio Coutinho. É bastante evidente a crítica referente a falta de prestígio que o voluntário em questão passou o resto de seus dias e, claro, a falta de homenagens que o mesmo poderia ter recebido, em vida, quanto a sua condição de herói centenário.

Por fim, a última ocorrência encontrada no Jornal do Brasil data de 18 de março de 1966 e declara, em um pequeno parágrafo, que a Biblioteca do Exército "no intuito de colaborar com os comandantes de unidades, com vistas para as comemorações do 1° centenário da Guerra do Paraguai" (JORNAL DO BRASIL, 1966, p. 2) providencia um levantamento das datas que deviam ser comemoradas e rememoradas. Após esta pequena declaração, nenhuma outra ocorrência foi encontrada, nem mesmo no ano de 1970, quando o general Emílio G. Médici estava à frente do governo e a propaganda nacionalista da Ditadura era forte.

Através dos estudos de Ana Paula Squinelo e Jérri Roberto Marin (2015) acerca dos 150 anos da Guerra, se torna evidente que não há memória espontânea quanto ao mesmo. De fato, não fora noticiado nenhum festejo de ordem popular referente à memória do conflito, nem mesmo intelectuais promoveram grandes eventos ou debates. Portanto, ao debruçarmo-nos sobre os festejos e atos militares noticiados na imprensa se torna evidente o almejo de silenciamento quanto a temática e, com isso, evoca-se o conceito de História social do lembrar de Peter Burke (2000), pois foi através da compreensão de que "a memória social, como a individual, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo" (BURKE, 2000, p. 73) que foi possível a compreensão de que para além de uma análise totalizante e generalizadora das memórias e dos esquecimentos, é necessário o esclarecimento de que estas ações variam ao longo do tempo e dos grupos sociais envolvidos, premissa que também se apresenta quando Squinelo e Marin afirmam que

> As comemorações são eventos de grande potencial simbólico quando o Estado, as instituições e a sociedade civil repensam o passado e o presente e elaboram projetos para o futuro. [...] Ou seja, os festejos cívicos têm pretensões comemorativas e pedagógicas, pois constroem subjetividades. (SQUINELO; MARIN, 2015, p. 384).

Neste sentido, levando em conta a pouca expressão das efemérides do conflito e o potencial simbólico da Guerra, a qual poderia ter sido lembrada como um grande feito militar em um contexto em que os mesmos governavam o país, podendo-se então promover campanhas pedagógicas pró-militares, o esquecer se torna um fator instigante. Qual seria o motivo deste suposto silêncio?

A principal hipótese levantada se alicerça na importância e valorização das relações internacionais empregadas entre o Brasil e os demais países da América do Sul – neste caso, salienta-se o Paraguai – desde a ascensão ao governo federal de Juscelino Kubitschek. Em 1958 foi lançada a Operação Pan Americana (OPA), cujo objetivo central seria combater o subdesenvolvimento dos países latino-americanos com apoio dos Estados Unidos da América. A retórica empregada se sustenta na tese de que o subdesenvolvimento seria um facilitador para o fortalecimento do socialismo e do comunismo na América, deste modo "era necessário, assim como foi feito na Europa, um investimento maciço de capitais para a superação do subdesenvolvimento" (GALERANI, 2010, p. 108). Após a Revolução Cubana, a OPA ganhou destaque, pois fortaleceu seu argumento que, de fato, o subdesenvolvimento poderia culminar em revoluções socialistas. Deste modo, alguns resultados econômicos almejados por Juscelino surgiram do comprometimento dos Estados Unidos da América com a Operação, principalmente após a eleição de John Kennedy. Para além disso:

> Ainda no referente à cooperação econômica cabe menção, pelas expectativas que gerou, a assinatura em 28 de fevereiro de 1960 do Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), pelo Brasil, Argentina, México, Paraguai, Peru e Uruguai. O objetivo era estabilizar e ampliar as trocas comerciais, desenvolver novas atividades, aumentar a produção e substituir importações de países não membros (BUENO, 2012, p. 56).

Neste contexto em que as relações internacionais eram um fator primordial para que Kubitschek tivesse êxito em seu plano de desenvolvimento interno pautado pelo nacional-desenvolvimentismo (MOREIRA, 2003), era de suma importância uma relação, no mínimo, estável com os demais países latino-americanos. Em março de 1961, o governo Kennedy lançou o programa *Aliança para o Progresso*, no qual os Estados Unidos apoiariam financeiramente a América

Latina, buscando contribuir com o seu desenvolvimento econômico e social e, assim, deter o avanço do comunismo. Ou seja, tratava-se de um período de colaboração entre os governos dos países latino-americanos com os estadunidenses, que se tornariam ainda mais próximos com os sucessivos golpes civil-militares que marcariam a década de 1960 na região.

Com o intuito não de elucidar o que este contexto nacional significou para parcelas da sociedade civil, mas também de levantar novos questionamentos sobre a temática em questão, foi selecionado dois casos em que a memória da Guerra do Paraguai fora palco central de desdobramentos políticos na década de 1960, como será exposto a seguir.

A censura do samba-enredo e a camisola de Solano Lopez

O estudo da história do samba e do carnaval como forma de compreender aspectos socioculturais e políticos do Brasil Republicano já está mais do que consolidado na historiografia. Além disso, os sambas-enredo das escolas do Rio de Janeiro também já foram alvo de pesquisas acadêmicas e continuam atraindo estudiosos de diferentes áreas, tais como Angeli (2021), Soihet (2007) e Siqueira (2012). Pode-se ser percebido, ainda hoje, que os desfiles de escolas de samba representam uma evocação do passado, quando momentos latentes da história, reunindo diferentes versões, são representados pelas escolas através de seus sambas-enredos, fantasias, carros alegóricos e demais ornamentos. Após a apresentação da Estação Primeira de Mangueira em 2019 com o samba-enredo intitulado *História pra ninar gente grande* se tornou ainda mais evidente a apropriação do carnaval – escolas de samba – da vertente historiográfica da história social, finalmente se conectando com populações não pertencentes a academia, a qual fica evidente nos versos

> Brasil, meu nego Deixa eu te contar
> A história que a história não conta O avesso do mesmo lugar
> Na luta é que a gente se encontra
>
> [...] Quem foi de aço nos anos de chumbo Brasil, chegou a vez
> De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

O samba-enredo apresentado acima representou uma possibilidade explicativa que viabilizou uma percepção crítica da história, evocando este mesmo passado e reconhecendo-o como efetivamente seu, ou seja, pertencente às camadas populares do Rio de Janeiro, ao mesmo momento

que conectou o passado com o presente nos versos que mesclam figuras como Dandara, Isabel e Marielle.

Em 1960 outra escola de samba carioca evocou fatos históricos para embasar seu desfile. Neste momento, não se alicerçando na história social e sem desenvolver nenhuma crítica à história oficial vigente, ainda assim, a Império Serrano teve o seu samba-enredo censurado. O Jornal do Brasil no dia 18 de fevereiro de 1960 apresenta os sambas-enredos das escolas do ano. O samba da escola Império Serrano nomeia-se Retirada da Laguna. No dia seguinte, 19 de fevereiro, a manchete da capa do Jornal do Brasil é a notícia de que "Goulart aceita Vice impondo condições a catete" e, logo abaixo, há o título "Enrêdo do Império 'Ameaça' a OPA" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p.1). Na página 5 do segundo caderno da mesma edição, então, exclusiva para assuntos culturais e eventos da cidade, apresenta a repercussão internacional do samba-enredo com a manchete "Diretor de Turismo pede a Império Serrano para mudar enredo que ofende Paraguai" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p.5). No desenrolar da matéria há a explicação de que

> O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo, sugere à Escola de Samba Império Serrano que faça algumas modificações no seu enredo para o carnaval de 1960, porque – segundo ele – o Império poderá prejudicar o Brasil na atual conjuntura política da América do Sul (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5).

A notícia segue no próximo parágrafo afirmando que Saladini pede para que seja removido tudo o que possa ser hostil ao Paraguai, devido ao fato – segundo a fonte – de que o Brasil está em disputa política com a Argentina como representante sul americano. Para além, o diretor do Departamento de Turismo afirma que irá levar o Embaixador paraguaio em um ensaio da Império Serrano para que o mesmo perceba que o desfile também será em apoio ao Paraguai, ou seja, em sentido inverso ao produzido originalmente pela escola de samba.

Na mesma matéria, o jornal apresenta a perspectiva da escola, a qual afirma que não é possível fazer mudanças no enredo, tão em cima da hora, contudo, relata estar temerosa de que pontos sejam descontados da Escola caso não acatem ao pedido de Saladini. Outras escolas de samba, não denominadas, afirmaram que protestarão contra a intromissão na liberdade de sua co-irmã. O caso começa a tomar maiores proporções nas páginas do jornal.

Dois dias após, em 21 de fevereiro de 1960, o Jornal do Brasil dá destaque à manchete "Império cantará o samba 'Tirano' e não falará em López" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3),

afirmando que a escola cedeu às pressões paraguaias e substituiu a versão original de sua proposta. Nesta matéria fica explicito que "O Embaixador do Paraguai fez o protesto e o Itamarati aceitou-o, para não desgostar o atual ditador daquele país, General Stroessner, e não comprometer o sucesso da OPA" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A Império Serrano, mesmo alterando seu samba, afirma que o mesmo não continha nada que qualquer livro de história do Brasil não afirmasse, de modo que "até os adjetivos usados para Solano Lopez são os que habitualmente se permitem usar os autores de livros didáticos" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). O Musicólogo Mozar Araújo – que não tinha nenhuma relação com a escola de samba – afirmou que não seria problema reduzir os 35 versos para os 18 aceitáveis à percepção do Itamarati. Como repercussão, o presidente da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro dá entrevista sobre o caso ao Jornal do Brasil e afirma que a ação do governo é triste e vergonhosa, destacando que "é melhor rasgar de uma vez a História do Brasil, já que não se pode mais cantar samba as nossas glórias do passado" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A mesma notícia salienta que o escritor Miércio Tati foi designado pelo Departamento de Turismo para solucionar o problema junto ao Império e que, de fato o fez, após o diretor da escola requisitar um documento que afirme que a mudança no samba-enredo não prejudique – ainda mais – a contagem de pontos da escola.

É provável que nos bastidores da prefeitura do Rio de Janeiro, das diretorias das escolas de samba e do Itamarati, as discussões tenham sido muito tensas, pois o jornal continuou a noticiar a questão, mostrando que os desfiles de Carnaval podiam sim tornar-se em episódios políticos importantes. No dia 25 de fevereiro de 1960 foi-se disposta mais de meia página para tratar da polêmica acerca da censura ao samba-enredo. Há uma grande manchete ocupando toda a parte superior da página afirmando que "Se Império Serrano fracassar Saladini será responsável" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). A primeira parte da matéria, e com menos evidência, há a descrição de que o Império havia trocado cargos de renome dentro da escola com o intuito de, enfim, levarem o título de campeã após quatro anos afastados do mesmo e que a preparação realizada ao longo de todo o ano fora atrapalhada pela intervenção do governo. Com maior destaque na página devido ao tamanho e fonte diferenciados, o Jornal do Brasil traz novamente um panorama geral do ocorrido com tom de indignação ao firmar que

> Tratando da Guerra do Paraguai, o Império deveria apresentar a versão comum dos livros didáticos oficiais de História do Brasil, segundo a qual o ditador do Paraguai,

> Solano López, homem ambicioso e irresponsável, ameaçou a soberania do Brasil, da Argentina e do Uruguai, que formaram a Tríplice Aliança para combatê- lo. Depois da intervenção do Sr. Mário Saladini – que os sambistas consideram absurda, mas preferiram calar, para evitar maiores prejuízos – o Império vai dizer que Solano López foi um herói, um notável Chefe de Estado e colocá-lo, em mérito, ao lado do nosso D. Pedro II (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3).

Logo após o Jornal do Brasil faz críticas mais contundentes ao expressar que, para não ter problemas com o Departamento de Turismo e com o Itamarati, o Império Serrano fará homenagens ao então atual ditador do Paraguai, Stroessner. Exaltação a qual, segundo o jornal, poderia desenvolver antipatia geral do público e da comissão julgadora, dado o fato de que o ditador não tinha popularidade "em nenhum setor da vida política e social brasileira". Ainda com destaque, o Jornal do Brasil afirma que o discurso de Saladini se alicerçou no patriotismo para que explicasse à escola a necessidade de não prejudicar o país frente a Operação Pan Americana, no mesmo sentido o diretor do departamento almeja descrição sobre o fato quando, ainda requisitando comportamentos nacionalistas, pede ao jornal que nada publique sobre o ocorrido.

Também em 25 de fevereiro há outro título que, mesmo modesto, chama atenção do leitor, "Intervenção no Império foi a 1°". Neste espaço o jornal aborda que até mesmo o título do samba teve de ser alterado – novamente, para agradar o Departamento, se chamando agora de Confraternização Brasil-Paraguai – e os carros alegóricos reformados, os quais sofreram alteração em seu "sentido primitivo". Logo abaixo há a descrição de cada carro e algumas afirmações devem ser ressaltadas como

> 1° carro: Exaltação à figura de Francisco Solano López, que embora sacrificando o sangue do povo paraguaio, em 1865, merece ser lembrado pelos seus méritos de bravura e tenacidade; [...] Um medalhão encerrará o desfile com homenagens ao Ditador Stroessner, acompanhado do Presidente Juscelino Kubitschek e das bandeiras da Argentina e do Paraguai (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3).

No dia seguinte, 26 de fevereiro de 1960, novamente com relativo destaque, está disposta a informação de que, novamente, a Império Serrano mudou seu enredo, desta vez se chamando de Confraternização Latino-Americana, "o compositor Mano Décio da Viola compôs, às pressas, dois sambas que 'não ferem os objetivos da OPA': 'Medalhas e Brazões', principal, e 'Brasil gigante', de apresentação" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5). O samba de apresentação expressa o orgulho pela atuação militar do Brasil na Guerra do Paraguai ao citar seus principais agentes de renome, tal como Caxias e as batalhas mais conhecidas, como Riachuelo. Já no samba de apresentação foi

priorizado uma narrativa que coloca o Brasil como um grande país pacifista e diplomata, como sendo o "gigante da América Latina" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 5).

O grande dia chega, o Império Serrano é a sétima escola a desfilar no dia 28 de fevereiro. No dia 03 de março, o Jornal do Brasil dá um panorama geral de cada uma das grandes escolas, quanto ao Império, ressalta novamente a intervenção do Departamento de Turismo, mas afirma que, mesmo assim, a escola foi "o maior sucesso", principalmente devido a sua elegante comissão de frente (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 12).

É no dia 04 de março de 1960, quando o Jornal do Brasil expõe a manchete "Portela vencedora (provisória) do carnaval" que há outra, com grande destaque no periódico, que afirma "Império Serrano abre fogo contra Itamarati, Saladini e Embaixador do Paraguai" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). A Escola após ser classificada em 5° lugar acusa "como únicos responsáveis pelo seu fracasso o Embaixador do Paraguai, Sr. Luis Martines, o Diretor do Departamento de Turismo, Sr. Mário Saladini, e o Ministro Pio Correia" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). O Jornal do Brasil anuncia que o Império Serrano afirmou que seu diretor iria encaminhar, no mesmo dia, seu pedido de desligamento da entidade devido ao ocorrido. Para além, "os imperiais pretendem agitar a questão, pois acham que têm um grande argumento no depoimento do General Edmundo Macedo Soares que, ao saber da alteração no enredo, declarou que 'a História do Brasil não mente e por isso não pode ser modificada'" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7). Em entrevista, o Chefe de Relações Públicas da Império Serrano – Aldemário Ezequiel dos Santos – afirmou que "o enredo sobre a Guerra do Brasil com o Paraguai era um perfil exato do Ditador Solano López e a exaltação perfeita dos feitos das tropas brasileiras", de modo que "gastamos mais de Cr$ 200 mil na confecção do carro e das fantasias, pois queríamos fazer uma surpresa ao povo carioca, mas um jornal revelou os nossos planos, o que levou o Ministro Pio Correia a entrar em entendimentos com o Sr. Mário Saladini, em nome do Itamarati, para nos forçar uma modificação à última hora. O próprio Embaixador do Paraguai nos procurou em Madureira e nos elogiou, por termos atendido ao pedido de sua Embaixada, através do Ministro Pio Correia" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

No mesmo sentido, mas agora no dia 05 de março, o Jornal do Brasil, reserva o assunto em questão em duas páginas, a primeira, disposta na página 3 em nota modesta, mas não menos afiada, afirma que a diplomacia brasileira precisa agir com cautela neste momento devido às "consequências

funestas" ocasionadas pela censura ao Império Serrano. "Agora, apesar de todos os esforços, os imperiais sambistas não só ameaçam romper as relações com o Departamento de Turismo da Prefeitura e com o nosso Ministério do Exterior, como, também, estão criticando o Embaixador do Paraguai no Brasil, Sr. Luís Martínez" (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 3). Esta nota afirma que a censura ocorreu de maneira arbitrária pois,

> o Sr. Pio Correia, preocupado com as abjeções que as autoridades paraguaias – na sua opinião – poderiam fazer ao Sr. Horácio Lafer, Ministro do Exterior do Brasil, que se preparava para visitar aquele país, por causa do enredo da escola de samba, fêz uma intervenção em termos pouco diplomáticos. O Sr. Mário Saladini, Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura, seguindo a orientação do Sr. Correira, determinou que o Império Serrano não criticasse Solano López e fêz a censura do enredo (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

A segunda menção do dia 05 de março refere-se ao conjunto de notas conectadas à manchete "Escolas de samba anulam o resultado oficial do desfile". Para além da polêmica intervenção do Departamento de Turismo no desfile do Império, outras polêmicas acerca da contagem de pontos foram levantadas pelas demais escolas de samba, devido a este contexto, a proposta de anular os resultados e dividir o prêmio de Cr$280 mil entre as cinco melhores do ano fora aceito por unanimidade. Este fato corroborou para o esfriamento dos ânimos da Império, de modo que não fora mais noticiada nenhuma referência à intervenção pelo Jornal do Brasil (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 9).

Esse episódio envolvendo a censura do samba-enredo demonstra como a história da Guerra ainda era algo delicado nas relações internacionais de ambos os países. Nesse sentido, é interessante pensar como passado e presente afetavam um ao outro. Se pensarmos que o brasão da bandeira da Império Serrano é solitariamente constituído pela Coroa Imperial e que a escola já havia sido campeão do carnaval do Rio, em 1955, homenageando o Duque de Caxias, a preocupação com as versões desse passado se torna ainda mais evidente. Do lado paraguaio, a ideia de homenagear tanto Solano quanto Stroessner, também possibilita pensarmos a maneira que a história é utilizada por diferentes setores das sociedades, adquirindo usos e interesses múltiplos, tornando assim a disputa pela memória da Guerra ainda mais importante.

De modo a corroborar com o que está sendo almejado demonstrar, partiremos para outro foco, este não tendo mais conexão com o carnaval, mas sim, com uma polêmica bastante específica,

também noticiada pelo Jornal do Brasil, que se refere ao debate quanto a devolução ou não de um "troféu" de guerra muito peculiar.

No dia 25 de maio de 1964, com o país já envolto na ditadura civil-militar, o Jornal do Brasil noticia com modéstia, mas na capa da edição, a manchete "Camisola de López pedida ao Brasil" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 1). Na página treze da mesma edição onde as questões são mais desenvolvidas pelos redatores, o jornal afirma que o Paraguai tem especial interesse na devolução da camisola de López pois consideram este um artefato "humilhante" para que seja exposto junto a outros troféus. O porta voz desta revelação foi o Deputado Segismundo de Andrade "na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, durante a discussão do projeto que restituiu ao Governo e ao povo do Paraguai os objetos, bélicos ou não, que encontrem nos museus brasileiros como troféus da guerra" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 13).

No próximo dia, 26 de maio, há uma cobertura de expressão acerca do tema. Agora a manchete é "Diretor do Museu afirma que camisola de López tem de ficar no Brasil" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). Josué Montello, o então diretor do Museu Histórico Nacional dá sua declaração afirmando sua posição contrária à devolução da camisola e de outros três troféus da Guerra do Paraguai dispostos no Museu Histórico Nacional. Para Montelo "ao se desfazer deles, o Brasil estará desrespeitando 100 mil pessoas que perderam a vida nas batalhas contra o ditador paraguaio" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8). O Jornal do Brasil afirma que o debate acerca das devoluções teve seu ápice em 1945 quando o primeiro projeto para a efetivação da entrega dos troféus ocorreu. Contudo, devido a intensa polêmica o assunto foi adiado e novamente redescoberto pelo Deputado Cunha Bueno que o apresentou novamente à Câmara. Neste contexto, o Embaixador do Paraguai no Brasil destaca que não partiu do seu governo a campanha para a devolução, entretanto, acha pertinente que se concretize a ideia pois, além de convergir com o início das comemorações do centenário da Guerra no Paraguai, representa um ato diplomático, tal como se evidencia na passagem seguinte:

> Consideramos um verdadeiro ato de pan-americanismo a devolução dos troféus, que, além da camisola, constam de duas bandeiras e uma espada. Solano López é um líder militar reverenciado por nós com o mesmo amor que os brasileiros reverenciam o General Osório (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 8).

No dia 27 de maio a repercussão do caso continua, ainda com grande destaque na página e,

desta vez, buscando a opinião de historiadores da época sobre o assunto. Na reportagem, o historiador mineiro Augusto de Lima Júnior se põe incisivamente contra a devolução de qualquer troféu de guerra, afirmando que

> os troféus relembram o sangue dos nossos soldados, e não podemos, de maneira alguma aviltar com gestos teatrais, sem nenhuma sinceridade, aqueles que morreram no campo de batalha, e que conquistaram, por sua bravura, as recordações imorredouras dos sacrifícios que fizeram. [...] Lutamos contra um tirano, não contra a nação paraguaia (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 9).

Nesta mesma reportagem, o Jornal do Brasil destaca que a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) se manifestou contra a devolução dos troféus por considerarem-nos como um "estímulo a novas proezas" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 9). Este é o único relato que parte de alguma organização da sociedade civil, contudo, deve-se salientar que a TFP se caracteriza por sua forte influência e relações com grupos políticos e grandes empresários. No final do mesmo mês, 31 de maio, uma página inteira se refere a polêmica da devolução dos troféus, com ênfase na camisola de Lopez. Neste momento, o Jornal referencia o volume IV dos Documentos de Guerra publicado em 1871 para afirmar que nenhuma camisola fora retirada de Lopez após a sua morte,

> ao ser morto, dentro do Rio Aquidabaniqui, López estava de chapéu, com calça azul de galão de ouro, camisa branca de sêda, colête e sem dólmã: calçava botas Millie (obviamente, devia estar de ceroulas). Só. Nada de roupão, camisola ou robe de chambre (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 12).

Interessante perceber o empenho dos jornalistas em pesquisar fontes históricas para interferir na questão diplomática, pública e compartilhada com os leitores do periódico. O Jornal também afirma que, quanto ao roupão que se encontra no Museu Histórico Nacional, foi, na verdade, uma doação de uma das filhas do Barão de Cotegipe, que, por sua vez, o recebeu do Visconde de Rio Branco, que estava em posse pois o recebeu de presente do General Vedia. Somado a isso, o Jornal destaca que além de não ser uma camisola – e sim um robe de chambre – não há meios de se confirmar se ele realmente algum dia pertenceu a Solano Lopez e que, mesmo se fora de sua propriedade, com certeza não estava usando-o quando foi morto. De modo a desclassificar a relevância deste debate, o Jornal afirma que "troféus de guerra" nada mais são do que símbolos de vitória, descaracterizando o chambre – ou camisola – como um artefato de real valor pois "funcionam apenas como peças para museus, quando muito" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p.12).

No dia 04 de junho de 1964, a manchete é clara: "Camisola de Solano fica com Brasil". Há uma breve declaração do Sr. Romildo Colunga, conselheiro da Embaixada do Paraguai no Brasil, o qual afirma que o governo Paraguaio e sua representação diplomática não tinham nenhuma ligação com o projeto que tramitava na câmara e salienta "Isso é assunto dos Brasileiros" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 1).

Ainda no dia 04 de junho, há um denso espaço reservado para o relato do então Diretor do Museu Histórico Nacional, Josué Montello. No relato, Montello afirma que "quase cem anos da Guerra do Paraguai, tenho fundadas razões para me considerar vítima de Solano López" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6), com essa introdução dramática e cômica o Diretor segue uma narrativa explicando que a camisola na verdade é um robe de chambre de ouro que, segundo fontes não mencionadas, havia sido encomendada por Solano Lopez da Europa. Contudo, antes da entrega da peça Solano perdeu a guerra e a mesma acabou chegando às vitrines do Museu,

> posto aí, em sossego, com a etiqueta respectiva, o robe de chambre de Solano López não fazia mal a ninguém, quando um deputado se lembrou de apresentar um projeto de lei determinando a devolução gentil dos troféus da Guerra do Paraguai. E eis que o robe é aí arrolado, como esta modificação importante: convertido em camisola (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6).

Josué ainda declara que, após a polêmica ser redescoberta o mesmo não teve mais sossego e passou o dia inteiro recebendo ligações de repórteres querendo informações, fotos e sua opinião sobre a camisola e "depois de um dia assim, a noite não poderia deixar de me trazer em sonhos o diabo da camisola" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6). Passado o primeiro dia, Montello afirma que os telefones cessaram, contudo, em todos os jornais haviam certas notas sobre o ocorrido que por vezes o criticavam por não concordar com a devolução de tal artefato ou, em contrapartida, por não ter sido suficientemente energético em sua defesa. Posteriormente, o Diretor afirma que continua "a ser malhado, agora pela imprensa dos Estados. [...] E dizer-se que estou apanhando em público por causa de um robe que o ditador não vestiu nem viu!" (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 6).

A última menção ao caso na década de 1960 se deu no dia 07 de junho de 1964, no qual há dois parágrafos de esclarecimento pedido pelo Deputado Raimundo Padilha, o qual afirma que a decisão da Câmara pela não devolução dos troféus de guerra não menciona e não possui autoridade

para fazer qualquer decisão quanto ao robe de chambre, pois, o mesmo fora uma doação pessoal (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 4). Com isso, a densa polêmica travada acerca da camisola que se transformou em chambre de Solano fora sanada.

Considerações finais

Os dois casos polêmicos na imprensa do Rio de Janeiro aqui apresentados servem como um meio de percepção acerca do anseio de setores da política nacional em não gerarem conflitos ou mesmo indisposição com o país vizinho. Como mais um, dentre muitos possíveis exemplos, pode-se referenciar novamente o Jornal do Brasil que, em 27 de março de 1965, ao cobrir a inauguração da ponte da amizade – que liga o Brasil com o Paraguai – o senador Bezerra Neto frisa que "o fato ocorre precisamente no centenário da Guerra do Paraguai, 'conflito este que foi um episódio isolado na tradicional amizade entre os dois povos'" (JORNAL DO BRASIL, 1965, p. 7).

Para que se possa compreender tais posicionamentos, é necessário abordar que anteriormente a tomada do poder paraguaio por Alfredo Stroessner em 1954 o país se encontrava em uma posição de extrema dependência econômica com a Argentina, posições que progressivamente mudaram ao longo de sua hegemonia (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 159). A partir do ano de 1955 Raúl Sapena Pastor, embaixador Paraguaio no Brasil, tinha ordens do ditador que negociasse uma série de projetos de infraestrutura que conectasse os dois países, de modo que houvesse uma aproximação geoeconômica entre os mesmos, finalidade a qual, devido a ascensão de Juscelino Kubitschek foi extremamente facilitada por também ser de interesse do governo brasileiro. Foi nesta conjuntura que Kubitschek e Stroessner inauguraram o início da construção da Ponte da Amizade em 1961 – que teria conclusão em 1965, como disposto no parágrafo anterior.

Entretanto, segundo Yegros e Brezzo (2013) ainda no início da década de 1960 as relações entre estes dois países se tornaram pouco amigáveis devido à controvérsia quanto a propriedade territorial do Salto das Sete Quedas, local propício para a construção de hidrelétricas. O desentendimento tem início devido ao fato de que

> A Comissão Mista Paraguaio-Brasileira Demarcadora de Limites, no curso de suas tarefas de caracterização da linha fronteiriça, verificou que, antes de alcançar o rio Paraná, a cordilheira de Mbaracayú se bifurca em dois ramais; um para o norte, que

> terminava nas proximidades da primeira queda do Salto do Guairá; e outro para o sul, que chegava até a quinta queda. Os demarcadores paraguaios, baseados na evidência topográfica, sustentaram que a demarcação devia seguir o ramal norte, por coincidir com os altos cumes do Mbaracayú. Os brasileiros, invocando os trabalhos demarcatórios de 1872-1874, argumentaram que o limite era o ramal sul (YEGROS; BREZZO, 2013, p. 162).

Longos debates regidos pelos responsáveis governamentais de ambos os países se desenrolaram pelo menos até 1967, ano no qual, após concessões de ambos os lados, houve a criação da Comissão Mista Técnica Paraguaio-Brasileira, a qual ficou responsável por estudar as possibilidades de aproveitamento energético, por ambos os países, do trecho partilhado.

Ao comparar esta assertiva de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo fica evidente que, com a proximidade dos governos de Stroessner e Juscelino realizadas a partir de 1954, somando-se ao fato a iniciativa da Operação Pan Americana pelo último, não era de interesse Brasileiro criar animosidades com o Paraguai em 1960, ano no qual houve a censura do samba da Império Serrano. Já em 1964, além do momento delicado da política externa descrita pelos autores citados acima, há o agravante de que ambos os países estavam sendo governados por ditadores, nesta conjuntura, não tinham interesse direto de se enfrentarem como opositores.

Por conta de todas essas questões expostas e das fontes analisadas, acreditamos que a realização de festejos sobre o centenário da Guerra foi desencorajada pelas autoridades políticas brasileiras, sempre preocupadas em não desagradar o Paraguai. Lembrar da Guerra e propor manifestações e debates públicos podia abrir espaço para que os revisionismos de O'Leary, Pomer e Chiavenatto. Se o simples samba-enredo de uma escola carioca ou a camisola de Lopéz já ofereceu espaços para reflexões sobre o passado e o presente, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória das suas Forças Armadas colocadas em cheque pela população. Assim sendo, o ato de "esquecer", mesmo que circunstancialmente, também pode ter fins políticos no presente. A colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo bastante desejável nesse momento e, como se sabe, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Referências bibliográficas

Fontes

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00233, 02 de outubro de 1964, cad. B, p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00256, 29 de outubro de 1964, 1° cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00266, 11 de novembro de 1964, 1° cad., p. 13.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00268, 13 de novembro de 1964, 1° cad., p. 8.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00267, 14 de novembro de 1964, 1° cad., p. 31.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00308, 31 de dezembro de 1964, 1° cad., p. 8.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1965/Edição 00119, 23 de maio de 1965, 1° cad., p. 14.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1966/Edição 00063, 18 de março de 1966, classificados, p. 2.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00041, 18 de fevereiro de 1960, 2° cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 1° cad., p. 1.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00042, 19 de fevereiro de 1960, 2° cad., p. 5.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00044, 21 de fevereiro de 1960, 2° cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00047, 25 de fevereiro de 1960, 2° cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00048, 26 de fevereiro de 1960, 2° cad., p. 5.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00051, 03 de março de 1960, 1° cad., p. 12.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00052, 04 de março de 1960, 1° cad., p. 7.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1° cad., p. 3.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1960/Edição 00053, 05 de março de 1960, 1° cad., p. 9.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00121, 25 de maio de 1964, 1° cad., p. 1.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00121, 25 de maio de 1964, 1° cad., p. 13.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00122, 26 de maio de 1964, 1° cad., p. 8.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00123, 27 de maio de 1964, 1° cad., p. 9.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00127, 31 de maio de 1964, cad. B, p. 12.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00130, 04 de junho de 1964, 1° cad., p. 1.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00130, 04 de junho de 1964, 1° cad., p. 6.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1964/Edição 00133, 07 de junho de 1964, 1° cad., p. 4.

Jornal do Brasil (RJ), ano 1965/Edição 00121, 27 de março de 1965, 1° cad., p. 7.

Referências

ANGELI, Douglas Souza. "A volta do filho prodigo": getulismo, trabalhismo e cultura popular nos desfiles das escolas de samba do rio de janeiro em 1951. **Sillogés**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 328-355, jun. 2021.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60). **Revista Brasileira de História**, Anpuh, USP, São Paulo-SP, v. 24, n.47, p. 213-240, 2004.

BUENO, Clodoaldo. O Brasil e o Integracionismo: do abc de rio branco à operação pan-americana. In: WEHLING, Arno; PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 19-42.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Tradução: Alda Porto.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. "Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente". In BLOCH, Marc. **História e Historiadores**: textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BRASIL, Bruno. **Jornal do Brasil**. 2015. Artigo informativo disposto no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/. Consultado no dia 09.12.2022.

DUBY, Georges. Memórias sem Historiador. In: DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens**: Do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Tradução: Jônatas Batista Neto.

FELTRIM, Luciana da Conceição. **As formas institucionais da violência: controle, vigilância, cerceamento e repressão política no Estado de São Paulo de 1954 a 1960**. 2012. 294 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge. O governo de Goulart e golpe civil-militar de 1964: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática 1945/1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 345-404.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74, jan./abr., 2017.

GALERANI, Kleber Antonio. Política Externa do governo Juscelino Kubitschek: a Operação Pan-Americana. **Revista InterAção**, v. 1, p. 51-70, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Albin Michel, 1994.

HUYSSEN, Andreas. "Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público". In BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). **Comunicação, Acontecimento e Memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. **Outubro Revista**, São Paulo, n.14, p.111-130, 2006.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática 1945/1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 157-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. MOTTA, R. S. P. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: **Culturas políticas na História.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (Orgs.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. ProjetoHistória, São Paulo, p. 7-28, dez. 1993. Semestral. Tradução: Yara Aun Khory.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do sistema nacional de repressão no governo JK (1956 a 1961)**. 2013. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo, São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**. Vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2012.

SOIHET, Rachel. Lutando pela inclusão: sociabilidade e cidadania através do carnaval (de 1890 aos tempos de Vargas). **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, v. 4, n. 1, p. 79-98, 2007.

SORGENTINI, Hernán. "Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia". **Revista Brasileira de História**. Vol. 23, ano 45, São Paulo, Julho de 2003.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. 150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da laguna. **História**: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 15, n. 2, p. 383-397, dez. 2015.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M.. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasilia: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Temporalidades

O antipetismo do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010

The antipetismo of the newspaper O Estado de S. Paulo in the 2010 presidential election

Cássio Augusto Guilherme
Doutor
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA
cassionl@yahoo.com.br

Recebido: 06/03/2023
Aprovado: 24/05/2023

Resumo: Este artigo narra e discute o posicionamento antipetista do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010. Para tanto, utiliza como fonte os editoriais publicados pelo periódico no período, em debate com parte da bibliografia pertinente ao tema. A hipótese inicial é que o jornal manteve sua histórica postura antipetista e pró-PSDB, em oposição à candidata Dilma Rousseff e apoio ao candidato José Serra. Para isso, abusou de alarmismos políticos ligando a petista a supostas pretensões autoritárias e de alarmismos econômicos pró-neoliberais.

Palavras-chave: Imprensa; Eleição; Dilma

Resumen/Abstract: This article narrates and discusses the antipetismo of the newspaper *O Estado de S. Paulo* in the 2010 presidential election. In order to accomplish that, it uses as a source the editorials published by the periodical during that period, in debate with a part of the bibliography pertinent to the subject. The initial hypothesis is that the newspaper maintained its historic anti-PT and pro-PSDB stance, opposing candidate Dilma Rousseff and supporting candidate José Serra. To attain this, it abused political scaremongering to link PT to alleged authoritarian pretensions, as well as pro-neoliberal economic scaremongering.

Palabras clave/Keywords: Press; Election; Dilma.

Introdução

Na eleição presidencial de 2010, o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*) prestou explícito apoio ao candidato oposicionista José Serra (PSDB). Sua posição esteve condizente com o recente histórico neoliberal, pró-PSDB e antipetista. Havia nos editoriais a esperança de que a estreante candidata Dilma se saísse mal contra o experiente candidato José Serra, em especial no segundo turno. Em vários momentos da campanha, o *Estadão* requentou argumentos de um suposto "perigo autoritário" representado pelo PT, inflamou denúncias de improbidade para atingir a candidata governista e criticou o programa econômico petista. Ao mesmo tempo, defendeu o programa econômico neoliberal do candidato de oposição.

O jornal comemorou a ida de José Serra para o segundo turno, quando acreditou que seria possível reverter o quadro eleitoral de favoritismo da candidata governista. Com suas expectativas de derrotar o lulismo frustradas, o periódico não poupou críticas ao PSDB, seu candidato e a condução dada à campanha. É comum, nos editoriais, o lamento pela falta de defesa enfática da pauta neoliberal por parte da oposição. Derrotado, o *Estadão* tentou apontar caminhos para que a oposição fosse mais atuante contra Dilma do que foi contra o popular ex-presidente Lula.

Apesar das críticas contundentes que fez à pessoa da candidata Dilma, sempre caracterizada como mero "poste" ou "preposto" de Lula, os primeiros editoriais apontaram para um crédito inicial de confiança à nova presidenta. Ao mesmo tempo, já indicou como seria a sua posição ao longo do ano e do governo Dilma como um todo: no plano político, críticas a toda e qualquer movimentação do ex-presidente Lula; no plano econômico, pressão pela adesão de Dilma à pauta neoliberal, privatizações, reforma da previdência, ajuste fiscal e cortes no orçamento da União.

O objetivo deste artigo é demonstrar qualitativamente o posicionamento do jornal *O Estado de S. Paulo* na eleição presidencial de 2010, na repercussão sobre a vitória de Dilma Rousseff e na formação inicial de seu governo. Procuramos responder ao questionamento que busca saber se o jornal manteve sua histórica postura política antipetista, bem como levantar com base em quais argumentos o periódico se apoiou. Para tanto, este artigo utiliza como fonte os editoriais[1] publicados

[1] Uma explicação metodológica se faz necessária. Este artigo trabalha com enorme quantidade de editoriais. Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título do editorial, a escolha foi de não as fazer como o recomendado. Assim, foi criado um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação técnica. Por isso, as referências a cada citação, direta ou indireta, constam em notas de rodapé com a data da edição e página do editorial. Assim, é possível garantir a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que as fontes são indicadas os demais pesquisadores, objetivo este primordial das recomendações de normas técnicas.

pelo jornal em sua página A3 entre os anos de 2010 e início de 2011. Quando necessário, para melhor balizar a explicação, serão utilizadas matérias do caderno Nacional, no qual o periódico reporta os embates políticos. Tudo isto em diálogo com parte da bibliografia recém-publicada sobre o tema.

A opção pela análise dos editoriais se justifica, pois é neste espaço que os jornais apresentam a posição ideológica oficial de seus proprietários e/ou financiadores. Neles, podemos perceber a defesa ou crítica a determinadas ideias, políticos e partidos, o que serve de baliza para o trabalho dos demais jornalistas da empresa. Como aponta Francisco Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidio conceito de "opinião pública" para legitimar a própria opinião da empresa jornalística, dos seus financiadores ou, no máximo, da classe média/alta que busca representar e dirigir.

Imprensa e pesquisa em História Política

O fundamento pela opção por um jornal de circulação diária para análise, se dá por este ainda se manter, como argumenta Fernando Azevedo (2018), como uma das principais fontes primárias de informação política e com grande capacidade para pautar as demais mídias e o debate público. O autor afirma que, em geral, o público leitor deste tipo de imprensa é formado pelos extratos de renda mais altos e eleitores de centro-direita.

A justificativa para a escolha do *Estadão* como objeto de pesquisa está na possibilidade de contribuir com uma já longa bibliografia que avalia a centenária posição ideológica econômica liberal/neoliberal e política antiesquerdista (GUILHERME, 2018). Trata-se do jornal mais antigo em circulação ininterrupta no país, de grande capilaridade no maior estado da federação e indiscutível repercussão política e econômica de seus editoriais e textos de articulistas.

Em trabalho recente, Fernando Azevedo (2017) reforçou que a questão central das pesquisas que têm a imprensa como objeto deve ser a relação dela com o sistema político e econômico. Dentre outras questões, é preciso atentar-se à maneira que a imprensa se posiciona, se ela atua de forma equilibrada, se é diversificada, se há pluralidade de opiniões nas páginas dos jornais, se tomam posição ou atuam com imparcialidade.

É consenso que a mídia possui grande poder de agenda, ou seja, ela seleciona, hierarquiza, estabelece enquadramentos, narrativas e opiniões sobre os fatos. A imprensa pode não determinar

como as pessoas vão pensar, mas é capaz de determinar sobre qual tema e a partir de qual perspectiva seus leitores pensarão sobre um determinado fato ou conjuntura.

Ainda conforme os argumentos de Fernando Azevedo (2017), a imprensa é fundamental na construção da agenda e na mediação do debate político. Ao fornecer, diariamente, análises interpretativas, ela constrói ou destrói imagens e reputações de pessoas e ideias e, assim, atua para formar preferências políticas, ideológicas e eleitorais em seus leitores. O autor mostra que "a imprensa brasileira age como um ator que intervém e participa historicamente do debate nacional, assumindo posições políticas e ideológicas, mas com um autoatribuído papel moderador" (AZEVEDO, 2017, p. 45-46). Ou seja, a mídia participa de forma militante no debate político que ela narra de maneira enviesada. Embora se coloque como fiadora do pluralismo político, imparcial e aberta ao debate, as pesquisas acadêmicas têm desmontado essa autopropaganda e comprovado que, na verdade, a imprensa define, a partir de seus próprios critérios políticos, ideológicos e econômicos, quem pode participar do debate e censura as vozes dissonantes.

Esta pesquisa tem enfoque qualitativo (GOLDSTEIN, 2017), ou seja, nas especificidades discursivas e ideológicas, nos conceitos e argumentos presentes nos editoriais do jornal para consolidar o consenso hegemônico contra o lulismo (FONSECA, 2005). Não há, portanto, grandes preocupações quantitativas nas análises editoriais (AZEVEDO, 2017).

Já está consolidada na historiografia o uso de fontes jornalísticas para pesquisas. No Brasil, os escritos de Tania Regina de Luca (2011) são referências neste sentido, bem como os de Maria Helena Capelato (2014), uma das pioneiras no uso deste tipo de fonte. Em trabalho mais recente, Luiz Dias e Rafael Souza (2018) defendem o uso da imprensa em pesquisas de história do tempo presente. Eles reforçam que a imprensa não é neutra, mas carrega os interesses e expectativas dos grupos econômicos que a financiam e que, mesmo assim, o estudo da imprensa é importante para avaliar a opinião do periódico. Os mesmos autores indicam que a imprensa brasileira teve papel de destaque no desgaste da popularidade de Dilma. Neste contexto, o *Estadão* foi o jornal que agiu de "forma mais aberta" (DIAS e SOUZA, 2018, p. 38) no alarmismo antipetista.

O Estadão na Era do Plano Real: apoio ao PSDB e oposição ao PT

Como mostra Francisco Fonseca (2005), em fundamental pesquisa sobre o posicionamento ideológico neoliberal dos grandes jornais brasileiros desde os anos 1980, o *Estadão* foi apontado

como um dos maiores entusiastas da missão de forjar o consenso pela redução do Estado (GUILHERME, 2018). Uma vez que o presidente Itamar Franco indicou ser contra as privatizações, o *OESP* se colocou como crítico opositor ao que considerou ser um refluxo da agenda neoliberal iniciada no governo Collor de Mello. Para o jornal, a postura de Itamar faria o Brasil caminhar de volta ao terceiro mundo, com um governo interpretado como de "populismo ultrapassado e sentimentalóide"[2]. Francisco Fonseca argumenta que a tentativa do periódico em querer influenciar os rumos do novo governo reafirmou a postura do jornal como ator político-ideológico: "como se observa, a luta pela hegemonia é longa, complexa e marcada pelo desenvolvimento de táticas e estratégias, numa espécie de 'vale-tudo' ideológico, em que a grande imprensa se utilizou de todos os expedientes possíveis, exceto a discussão de ideias" (2005, p. 392).

Forjado o consenso à agenda neoliberal, a grande imprensa uníssona apoiou o Plano Real lançado pelo presidente Itamar Franco. Desde então, *OESP* estendeu seu apoio a todos os governos e candidatos do PSDB, por representarem a agenda neoliberal contra o que considerou populismo intervencionista de candidaturas e futuros governos do PT. Animado pela mudança de postura do antes "esquerdista" Fernando Henrique Cardoso para o candidato que representava "a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência", o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: "nossa opção!"[3].

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial "urgência em privatizar" daria o tom dos próximos anos: "seguir por este caminho é fundamental"[4]. Em 1997, o *OESP* cobrou o governo para "agilizar as grandes privatizações" das telecomunicações, do setor elétrico e da Companhia Vale do Rio Doce[5]. Uma vez que o governo FHC demonstrou compromisso com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal como "um voto racional" do eleitor que "aprendeu o suficiente para votar com a cabeça [...] e sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos"[6].

[2] *O Estado de S. Paulo*, 10/12/1992, p.03.
[3] *O Estado de S. Paulo*, 02/10/1994, p.03.
[4] *O Estado de S. Paulo,* 04/10/1994, p.03.
[5] *O Estado de S. Paulo*, 27/02/1997, p.03.
[6] *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1998, p.03.

Fora da presidência, FHC se tornaria figura constante em entrevistas e publicação de artigos de opinião política no jornal.

Em 2002, diante da possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o jornal escreveu em tom de alento e esperança: "a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora"[7]. Ariel Goldstein (2017) mostra que, de início, o periódico foi pragmático com a vitória eleitoral de Lula. Nos editoriais, recomendou a Lula manter a política econômica neoliberal, fazer a reforma da Previdência, se afastar dos "radicais" do PT e tentou solidificar a narrativa de que qualquer alteração no modelo econômico poderia resultar em caos. A partir da crise do "mensalão" e da mudança na política econômica que se tornou mais intervencionista (SINGER, 2012), o *OESP* se portou como radical opositor ao governo e abusou de dois pacotes interpretativos para produzir uma versão negativa de Lula e do PT: populismo e corrupção.

A proximidade de Lula com os movimentos sociais e sindicais, somado às políticas públicas estatais que permitiram ascensão social das classes populares, fez o *Estadão* reavivar a antiga retórica do "perigo populista" tão bem usado contra Getúlio Vargas e João Goulart. Ariel Goldstein (2017) mostra que o jornal viu o governo Lula como fomentador da luta de classes em um país em que, na perspectiva do periódico, inexistiria divisão social. As políticas sociais foram desqualificadas como populismo eleitoreiro. Típico da visão elitista que conserva há séculos, o jornal negou autonomia de pensamento aos eleitores com preferência pelo lulismo, desqualifica-os como ignorantes, cúmplices, atrasados e enganados pelo carisma do presidente.

É constante a comparação que o jornal faz entre FHC e Lula. Goldstein (2017) aponta que, devido à coincidência de visões ideológicas e hierárquicas para a sociedade brasileira entre o jornal e o ex-presidente pelo PSDB, o partido é sempre retratado de forma positiva no periódico. Em muitas oportunidades, o jornal publicou textos de Fernando Henrique Cardoso, exatamente no mesmo tom das críticas feitas pelos editorialistas do periódico: ao "perigo populista"; à incompetência de Lula; à destruição dos valores republicanos; à ética nos governos do PSDB.

Desde o escândalo do "mensalão", o *Estadão* empreendeu uma cruzada moral para colar no PT a pecha de "partido corrupto" por natureza. Segundo Goldstein (2017), o jornal foi o que deu mais importância às denúncias de corrupção contra o PT e atuou para: estigmatizar o partido como

[7] *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2002, p.03.

o único responsável pela corrupção na política; consolidar a narrativa de ser o governo mais corrupto da história do Brasil; pré-julgar Lula como culpado. O autor mostra ainda que o cerco de exposição permanente do tema da corrupção na grande imprensa objetivou condicionar a agenda pública de debates, ou seja, manter o governo na defensiva e silenciar a agenda governamental de redução das desigualdades e geração de empregos, por exemplo.

O enquadre eleitoral moralista de "honestos x corruptos" foi a tônica da cobertura do jornal na eleição presidencial de 2006. O *Estadão* demonstrou seu apego ao neoliberalismo do PSDB e ao republicanismo tucano: "hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração"[8]. Em termos quantitativos, os editoriais do jornal em 2006 tiveram 93,1% de valências negativas a Lula e ao PT[9] (AZEVEDO, 2017). Coincidentemente, a agenda econômica defendida pelo jornal foi exatamente a mesma do candidato Geraldo Alckmin (PSDB): privatizações; redução dos gastos públicos; e a não intervenção do Estado.

O primeiro semestre de 2010: uma pré-campanha já polarizada

Desde a eleição presidencial de 1994, o PSDB e o PT polarizaram as disputas. Em todas elas, havia a presença de Luís Inácio Lula da Silva como o candidato petista. Em 2010, foi a primeira eleição em que Lula não foi o candidato a presidente pelo PT, mas atuou como importante cabo eleitoral para a presidenciável petista. As pesquisas e discussões na imprensa apostaram na repetição da polarização partidária. Porém, havia o debate sobre a real capacidade do presidente Lula da Silva em transferir o capital eleitoral e popular conquistado nos últimos anos, devido ao seu bem avaliado governo, à candidata Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil e que disputaria uma eleição pela primeira vez na vida.

Embora José Serra (PSDB) ainda fosse oficialmente governador de São Paulo e Dilma Rousseff (PT) estivesse à frente da Casa Civil do governo federal, não era segredo que, desde o início do ano, ambos já estavam ativamente em campanha por votos e aliados. Logo no começo de janeiro, o *Estadão* noticiou que: "Serra e Dilma já exibem suas táticas para corrida presidencial". A petista anunciou que a tônica de sua campanha seria a comparação entre os governos Lula/PT contra FHC/PSDB. Os tucanos insistiriam em lembrar a longa biografia política de José Serra e insinuariam

[8] *O Estado de S. Paulo*, 01/10/2006, p.03.
[9] Na mesma eleição, a Folha de S. Paulo deu 79% e O Globo 83,9% de valência negativas à Lula e ao PT nos editorias (AZEVEDO, 2017).

que a adversária seria mera "sombra" inexperiente do presidente Lula[10]. Alguns dias depois desta fala de líderes do PSDB, o *Estadão* reforçou o argumento da oposição – fato que ocorreria várias vezes ao longo da campanha, visto que o jornal atuou como amplificador das mensagens peessedebistas. O jornal ironizou que a neófita candidata Dilma precisaria "tomar aulas de comunicação com o povo", por possuir "completa falta de apelo" popular[11].

O candidato da oposição, José Serra/PSDB, iniciou o ano eleitoral à frente nas pesquisas de intenção de votos. Alguns fatores explicam estes números iniciais. Primeiro, José Serra já era político de vasto capital eleitoral, ex-presidenciável em 2002 e governador de São Paulo, o mais populoso estado do país. Segundo, Dilma Rousseff, embora ocupante do principal ministério de governo, nunca havia disputado uma eleição sequer e era desconhecida do grande público. À medida que o presidente Lula, gozando de altos índices de aprovação e popularidade, passou a apresentá-la ao grande eleitorado, Dilma cresceu nas pesquisas e, antes mesmo do início oficial da campanha, tomou a dianteira nas enquetes do mês de junho.

Em editorial no começo do ano, o *Estadão* comentou o crescimento de Dilma nas pesquisas. Em tom de reclamação, atribuiu a subida da governista não aos "seus atributos administrativos, políticos ou pessoais", que seriam inexistentes segundo o periódico, ou então a uma "eventual comparação favorável com outros presidenciáveis". Na perspectiva do jornal, Dilma crescia nas pesquisas por ser a única candidata a já estar em campanha, aproveitando os holofotes dos eventos governamentais para fazer uma ilegal campanha antecipada. Ou seja, o jornal acusou o presidente Lula de usar a máquina governamental para impulsionar sua candidata, "fabricando eventos públicos para exibi-la aos eleitores"[12]. Porém, o jornal não teve o mesmo senso crítico para ver uso da máquina governamental do estado de São Paulo nas obras inauguradas pelo então governador e pré-candidato José Serra.

Em vários momentos da pré-campanha, o jornal comparou as biografias e os perfis dos dois candidatos. José Serra foi sempre elogiado, enquanto Dilma Rousseff era sempre desacreditada. A petista foi rotulada como "uma sombra de seu criador" e apenas a ênfase petista numa campanha plebiscitária Lula/PT x FHC/PSDB seria capaz de impedir, na visão do jornal, que todos os eleitores percebessem "uma indigesta realidade: a esqualidez aparentemente irremediável do desempenho da

[10] *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, p. A4 e 16/01/2010, p. A4.
[11] *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2010, p. A3.
[12] *O Estado de S. Paulo*, 11/04/2010, p. A3.

candidata [...] À falta de uma Dilma pessoa física, só resta a seus mentores fazer dela uma pessoa jurídica – a representação da era Lula". Isso levou os editorialistas a chamarem continuamente a candidata petista de "Lulilma", insinuando que, uma vez eleita, Dilma seria tutelada por Lula, o candidato de fato, "que concorre por interposta pessoa ao terceiro mandato"[13]. Próximo ao início oficial da campanha, um editorial ironizou as "promessas da criatura", ou seja, sequer chama a candidata Dilma pelo nome[14].

Em contraste, o candidato da oposição, José Serra, foi mostrado como experiente, qualificado, honesto e competente. Em consonância com sua frase "não comecei ontem e não caí de paraquedas", o *Estadão* argumentou que o candidato da oposição não era fabricado, teria vida própria e sua candidatura foi o "momento natural de uma longa trajetória política"[15]. Outro editorial anunciou com pompa, elogios e expectativas o seu lançamento oficial como candidato: elogiou suas propostas para educação e saúde; comemorou o discurso no "tom certo para se dirigir ao eleitor" na defesa do governo FHC e suas privatizações; reforçou as críticas feitas por ele às "falanges do ódio" petistas que "dividem os brasileiros em ricos e pobres, nordestinos e sulistas [...] a construção populista que se condensa no 'nós contra eles' de Lula". A expectativa do jornal era de que a fala de José Serra logo rendesse resultado positivo para ele nas pesquisas de intenção de votos[16].

Porém, os partidos de oposição não se entendiam quanto à formação da chapa eleitoral e ao *slogan* que daria rumo para a campanha. A escolha do candidato a vice é a síntese desta disputa. O governador mineiro Aécio Neves tentou ser o nome da oposição na disputa presidencial, mas, segundo o próprio *Estadão* reconheceu, "Serra manobrou para afirmar a sua primazia sobre o rival". Tal "manobra" irritou os tucanos mineiros e o jornal *Estado de Minas* fez duro editorial para criticá-la. O *OESP,* então, respondeu em outro editorial no qual defendeu a ala paulista do PSDB e o candidato José Serra. Além disso, clamou para que a oposição se unisse em torno do governador de São Paulo. Desgostoso, Aécio passou a desdenhar da tentativa defendida pelo jornal de fazê-lo candidato a vice e preferiu garantir-se no Senado. A indefinição do nome para compor a chapa eleitoral como candidato a vice se arrastou por meses e foi definida apenas às vésperas do início da campanha eleitoral. Assim, dois motivos fizeram o jornal avaliar como "a missão quase impossível do candidato

[13] *O Estado de S. Paulo*, 02/04/2010 e 08/04/2010, 02/07/2010, p. A3.
[14] *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2010, p. A3.
[15] *O Estado de S. Paulo*, 02/04/2010, p. A3.
[16] *O Estado de S. Paulo*, 13/04/2010, p. A3.

Serra" na disputa pela presidência: a escolha do desconhecido deputado Índio da Costa (DEM-RJ) como vice, o que não agradou ao jornal; e o *slogan* "o Brasil pode mais", que não ofereceria "ao eleitorado alternativas às diretrizes econômicas e sociais"[17].

Enquanto isso, no governo, o então presidente Lula da Silva (PT) foi o artífice de uma controversa aliança política com o PMDB que, ao longo da campanha, passou por vários momentos de conflito (GUILHERME, 2020a). Em caso de vitória eleitoral, a expectativa era de que o governo Dilma tivesse sólida base aliada no Parlamento. Porém, havia o receio de que Dilma se tornasse refém do apetite fisiológico do PMDB. A negociação entre Lula/PT e o PMDB para a definição do nome a integrar a chapa como vice-presidente foi tensa e se arrastou por meses. Lula tentou um nome menos forte do partido, como o do então ministro Hélio Costa. A cúpula peemedebista, liderada por Michel Temer, não admitiu outro nome senão o dele, presidente do partido e ex-presidente da Câmara. Segundo noticiou o *Estadão*, o partido se convenceu de que estava "em curso a fritura" de seu presidente partidário e passou a se movimentar para mostrar insatisfação, "criar um fato consumado e impor ao Planalto o nome do presidente da Câmara"[18].

Na avaliação do jornal, o esforço do PMDB para emplacar Michel Temer como vice na chapa iria "além do posto" e faria parte de "um projeto de poder" do partido. Segundo noticiou, na perspectiva da cúpula peemedebista, Temer seria o único com experiência congressual e força política nos bastidores para "'proteger' o partido nas disputas com o PT" e "garantir um quinhão privilegiado de poder no núcleo palaciano do futuro governo". Segundo o *Estadão*, "o que mais preocupava o PT" era justamente a perspectiva de que Temer ocupasse o espaço de principal interlocutor congressual[19]. Confirmada a indicação do PMDB, Temer prometeu: "é claro que serei um vice nos limites da Constituição, porque sou legalista. E serei extremamente discreto, como convém ao vice". Aliados do indicado, porém, já foram mais explícitos em seus objetivos, como Geddel Vieira Lima: "não vai haver um eventual governo Dilma. Vai haver um eventual governo Dilma e Temer. Vamos ganhar juntos e governar juntos". O Estadão foi enfático ao afirmar que o PMDB já estava "cheio de apetite" por mais cargos e espaço no Poder Executivo[20].

[17] *O Estado de S. Paulo*, 07/03/2010, 02/04/2010 e 02/07/2010, p. A3.
[18] *O Estado de S. Paulo*, dias 21/01/2010, p. A6; 22/01/2010, p. A6 e 26/01/2010, p. A4.
[19] *O Estado de S. Paulo*, dia 31/01/2010, p. A8.
[20] *O Estado de S. Paulo*, dias 19/05/2010, p. A4, 27/05/2010, p. A7, 13/06/2010, p. A12 e 15/06/2010, p. A7.

Além do apetite por cargos no Poder Executivo, o PMDB também apresentou uma proposta de plano econômico para a chapa eleitoral. Na avaliação do *Estadão*, o objetivo da proposta foi "se contrapor" ao programa já elaborado pelo PT[21]. Sobre este tema, André Singer (2012) aponta que, enquanto o PT apresentou um programa de governo para intensificar o reformismo lulista com mais presença do Estado na economia via o fortalecimento dos bancos públicos e das empresas estatais, o PMDB apresentou um programa oposto: contensão de gastos públicos, reforma trabalhista e da previdência:

Condizente com seu histórico (GUILHERME, 2018), no primeiro semestre do ano, foram vários os editoriais do *OESP* que insistiram na tese do suposto "perigo autoritário" para o país caso a candidata petista fosse eleita. No mês de janeiro, foram cinco editorias para comentar o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3). Todos com críticas e alarmismos sobre ele. Na cosmovisão dos editorialistas, as propostas apresentadas para debate seriam, na verdade, o "roteiro para a implantação de um regime autoritário", a verdadeira face do "populismo autoritário" existente, segundo o jornal, desde a fundação do PT. Além disso, a publicação do Programa comprovaria "de forma irrefutável" o despreparo de Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil[22].

Mas no PNDH-3, o que mais incomodou o *Estadão* foram as diretrizes para a democratização da imprensa, item que o jornal qualificou como "parte de um amplo esforço de liquidação do Estado de Direito e de instalação, no Brasil, de um regime autoritário". Como resposta, os veículos da grande imprensa e o Instituto Millenium, *think tank* ultraliberal, promoveram evento para criticar o que o jornal chamou de "ameaça à liberdade de imprensa", comparáveis à Venezuela, Cuba e Argentina e endossou a crítica do sociólogo antipetista Demétrio Magnoli: o PNDH-3 se compararia a uma "restauração stalinista". Quando o presidente Lula reagiu às críticas da mídia e apontou sua parcialidade, o *OESP* desqualificou-as como mera "obsessão de Lula" em criticar a imprensa[23].

O PT ainda discutia e apenas esboçava um programa de governo na fase de pré-campanha, mas o *Estadão* já alardeava a existência de uma suposta radicalidade nos planos do partido e da candidata Dilma. Ainda em fevereiro, foram três editorias para reclamar de "um Estado ainda mais atuante, mediante o fortalecimento das empresas públicas e a ampliação dos financiamentos do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal" e do "silêncio do texto em relação aos

[21] *O Estado de S. Paulo*, dias 09/02/2010, p. A7; 02/03/2010, p. A7 e 19/03/2010, p. A4.
[22] *O Estado de S. Paulo*, 10/01/2010, 12/01/2010, 14/01/2010 e 17/01/2010, p. A3.
[23] *O Estado de S. Paulo*, 19/01/2010, 03/03/2010 e 26/03/2010 p. A3.

princípios macroeconômicos" neoliberais, ou seja, "pelo ajuste fiscal, o câmbio flutuante e as metas de inflação". Como se percebe, a crítica é ideológica. O jornal disse que Dilma e seu grupo político no PT se pareciam com a origem "retórica incendiária" do partido, que pretendia "liderar uma revolução que desembocaria numa forma de socialismo". Então, os editorialistas clamaram para que o presidente Lula, "o mais lúcido" e "pragmático" entre os petistas, mantivesse o partido no "centro" do espectro político[24].

O primeiro turno: a operação segundo turno

Ao longo de todo o primeiro turno, raramente os editoriais do *Estadão* trataram da campanha eleitoral, dos candidatos, suas agendas, alianças ou propostas de governo. As pesquisas de intenção de votos mostravam que Dilma Rousseff subia e se consolidava na liderança isolada, com ampla chance de vitória ainda na primeira votação. Em tom de lamento, três editoriais do jornal reconheceram este fato e deram dicas ao candidato José Serra para reverter o cenário.

O jornal admitiu que "nem o mais fervoroso" adepto da oposição acreditava que, até o dia da votação, Serra voltaria à condição de líder nas pesquisas. O máximo que caberia ao candidato seria ir bem nos debates e nas mídias eletrônicas, na esperança de levar o embate para a segunda etapa. O editorial debateu que o grande problema da retórica oposicionista era dosar o discurso diante de um governo reconhecidamente com 80% de aprovação. Em outro texto, o futuro do PSDB foi discutido e a perspectiva de uma terceira derrota seguida do partido, que "nunca teve jeito para ser oposição" e "se furtou" de fazê-la diante da popularidade de Lula, apontaria para perspectivas nada alvissareiras: "as colunas do edifício político desabarão sobre os tucanos com a uma força destrutiva", confinando-os aos redutos paulista e mineiro. A onipresença de Lula na propaganda da candidata petista incomodou o jornal, que ironizou se o presidente não estaria se portando como um candidato em luta "pelo terceiro mandato"[25].

Assim como mostrou Jakson Alencar (2012) sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, diante deste cenário nas pesquisas de intenção de voto, o *Estadão* também centrou sua cobertura jornalística em desgastar a imagem do governo e sua candidata diante do leitor/eleitor. O objetivo era avivar a

[24] *O Estado de S. Paulo*, 06/02/2010, 11/02/2010 e 12/02/2010, p. A3.
[25] *O Estado de S. Paulo*, 17/08/2010, 19/08/2010 e 24/08/2010, p. A3.

esperança de levar a eleição para o segundo turno, quando supunham serem aumentadas as chances do candidato de oposição.

No mês de agosto, o tema principal das capas, noticiários e editoriais foram os vazamentos de declarações de imposto de renda de políticos e familiares do PSDB. A grande imprensa fez grande estardalhaço na tentativa de associá-los diretamente ao governo petista e à candidata Dilma Rousseff. Para o *Estadão*, os auditores fiscais envolvidos eram "o exército secreto de Dilma" incumbidos do "trabalho sujo contra o inimigo". O jornal afirmou que haveria uma estrutura montada pelo PT para vigiar e chantagear adversários políticos, e que esta suposta estrutura se tornaria permanente, caso Dilma fosse reeleita[26]. Tempos depois, soube-se que o responsável pelos documentos levantados foi o jornalista Amaury Ribeiro Jr (2011), que publicou livro sobre as privatizações conduzidas pelos governos do PSDB.

Dias depois, uma denúncia feita pela revista *Veja* foi repercutida pelo jornal como certeza absoluta e irrefutável. A então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, foi acusada de promover tráfico de influência na pasta. O tema também se tornou ininterrupto nas capas e reportagens do *Estadão*. A ministra foi sempre retratada como aliada direta da candidata Dilma. Ambos os casos, segundo o jornal, seriam o "modus operandi do lulismo, que ameaça deitar raiz no terreno baldio da política nacional"[27].

Sobrou ainda para o presidente Lula da Silva, acusado de estar embriagado pela popularidade e pelos bons índices econômicos do país. Por isso, Lula seria o principal artífice na montagem de uma "fábrica de dossiês", que estaria desmoralizando as instituições públicas "como nunca antes neste país". Um editorial todo foi dedicado a comemorar as multas aplicadas pelo TSE ao presidente por fazer campanha antecipada pela candidata governista, mas nenhum editorial foi escrito para comentar as mesmas multas que o candidato do PSDB recebeu[28].

O presidente Lula reagiu às críticas feitas pela imprensa. No final de setembro, em quatro editoriais dedicados a rebater as críticas do presidente, o *Estadão* aproveitou para assumir-se como um jornal de oposição e pedir votos para o candidato José Serra/PSDB. Primeiro, acusou Lula de "retórica maniqueísta sem o menor pudor", quando o presidente falava ao "eleitorado de baixa renda e pouca instrução". Depois, reverberou as críticas feitas por FHC – a quem o periódico considerava

[26] *O Estado de S. Paulo*, 16/07/2010, 10/08/2010, 14/08/2010, 31/08/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, p. A3.
[27] *O Estado de S. Paulo*, 15/09/2010 e 16/09/2010, p. A3.
[28] *O Estado de S. Paulo*, 15/07/2010, 03/09/2010, 07/09/2010, 09/09/2010 e 14/09/2010, p. A3.

"um dos mais notórios fantasmas de Lula" – em entrevista ao próprio jornal. O *OESP* temia que, caso Dilma fosse eleita – o "que esperamos que não aconteça", como admitiu em editorial – a petista e os movimentos sociais pressionassem o Congresso contra a "autonomia da produção jornalística". Por fim, ao comentar a acusação de Lula de que a imprensa se comportava como partido político, o *Estadão* admitiu que "apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República"[29].

Como se vê, o jornal não discutiu as perspectivas de governo dos candidatos. Porém, em um único editorial no qual pinçou uma frase candidata Dilma, pode-se observar a perspectiva ideológica que move o *Estadão*. A candidata se mostrou refratária à suposta necessidade urgente de promover um ajuste fiscal que cortasse gastos de custeio do governo. Condizente com seu histórico neoliberal, o *OESP* então dedicou todo o espaço editorial para argumentar no sentido contrário[30].

O segundo turno: um fio de esperança ao jornal oposicionista

Abertas as urnas do primeiro turno, a candidata governista obteve 46,91% dos votos, enquanto José Serra ficou com 32,61% e Marina Silva/PV surpreendeu com expressivos 19,33%. O *Estadão* comemorou o resultado, que garantiu o segundo turno, fazendo provocações ao presidente Lula. Na otimista avaliação do jornal, as urnas deram uma resposta negativa: ao modo lulista de governar a política e a economia; aos supostos ataques à liberdade de imprensa; aos casos de "corrupção" reverberados pela imprensa ao longo da campanha. Para o jornal, Marina Silva foi a grande "vencedora política do pleito" e a responsável por garantir uma nova rodada eleitoral de segundo turno. O candidato José Serra sequer foi citado no editorial[31].

No Congresso, o PT fez a maior bancada na Câmara, enquanto a oposição perdeu 45 cadeiras. Em tese, a base dilmista na casa partiria de 311 deputados, enquanto os serristas saíram com 136 deputados. No Senado, o PT dobrou sua bancada, enquanto a oposição perdeu 11 lugares. Sobre este novo Congresso saído das urnas, o jornal mostrou-se preocupado. Caso José Serra vencesse no segundo turno, teria "que comer pelas bordas esse contingente", enquanto o PT tentaria "impedi-lo de governar". Caso Dilma Rousseff fosse eleita, usaria "de sua maioria para aplastar a oposição". O periódico lamentou as derrotas de caciques opositores como Tasso Jereissati/PSDB, Arthur

[29] *O Estado de S. Paulo*, 21/09/2010, 23/09/2010, 25/09/2010 e 26/09/2010, p. A3.
[30] *O Estado de S. Paulo*, 20/09/2010, p. A3.
[31] *O Estado de S. Paulo*, 05/10/2010, p. A3.

Virgílio/PSDB, Heráclito Fortes/DEM e Marco Maciel/DEM, mas comemorou a ascensão de outros nomes opositores, como Aécio Neves/PSDB e Aloysio Nunes Ferreira/PSDB[32].

Começado o horário eleitoral do segundo turno, o *Estadão* reforçou seu apoio ao candidato da oposição. Admitiu que "recebeu com satisfação o resultado" e reiterou "a sua esperança no êxito do candidato" José Serra, apesar de ele pouco ter contribuído para o resultado. Mais que isso, um editorial inteiro foi dedicado a convencer o oposicionista a fazer, nesta segunda etapa, o que não fez na primeira: assumir o legado do governo FHC e a defesa ideológica das privatizações e do modelo neoliberal de Estado[33].

A primeira pesquisa de intenção de votos fez o *Estadão* comemorar e especular que ela "foi o suficiente para disseminar o pânico nas hostes petistas", o que teria tornado a campanha petista mais agressiva contra a oposição. Nos últimos dias da campanha, o jornal voltou à retórica de ameaça autoritária caso a candidata governista fosse eleita: assédio à liberdade de imprensa; corrupção no caso Erenice Guerra; e um programa de governo que serviria apenas para o "nível de instrução da massa de seus eleitores, conforme demonstram os mapas eleitorais"[34].

O segundo turno da eleição foi dominado pela pauta religiosa, conservadora, sobre temas ligados ao aborto e aos homossexuais. Além disso, na internet, em especial via Twitter, disseminou-se muitas mentiras contra todos os candidatos. O *Estadão* lamentou tais fatos: "A sucessão foi sequestrada pelo ativismo dos grupos mais conservadores de diferentes denominações cristãs", asseverou. O jornal reconheceu que Dilma Rousseff teve que enfrentar oposição de "padres e pastores" que "exortam os fiéis a não votarem na petista", alegando que ela "patrocinaria a liberação total do aborto". O jornal admitiu que este tema, em especial entre os cristãos evangélicos, era o que mais explicava a queda da governista nas urnas do primeiro turno. Quanto à internet, o jornal observou que Dilma foi a mais prejudicada pelas mentiras espalhadas. Porém, típico de seu antipetismo, culpou o presidente Lula pelo tom agressivo que significaria a "fragilidade dos valores democráticos da sociedade brasileira"[35].

No dia da votação as pesquisas mostravam folgada vantagem de Dilma Rousseff. Sem precisar pedir voto para seu candidato já sabidamente derrotado, o jornal então centrou críticas ao

[32] *O Estado de S. Paulo*, 06/10/2010, p. A3.
[33] *O Estado de S. Paulo*, 08/10/2010 e 11/10/2010, p. A3.
[34] *O Estado de S. Paulo*, 13/10/2010, 16/10/2010, 24/10/2010, 27/10/2010 e 28/10/2010, p. A3.
[35] *O Estado de S. Paulo*, 11/10/2010, 13/10/2010, 15/10/2010 e 22/10/2010, p. A3.

presidente Lula a quem acusou, mais uma vez, de perseguir "um projeto de poder populista assentado sobre o carisma e a popularidade". Embora a candidata governista tenha feito campanha sob as leis da Justiça Eleitoral, o jornal escreveu que o PT era "desprovido de valores democráticos sólidos" e que, ao vencer mais uma eleição, promoveria a erosão dos fundamentos institucionais republicanos". Como um suspiro de esperança, o editorial ainda clamou para que o eleitor refletisse antes do voto[36].

Dilma vence e forma o novo governo

Dilma Rousseff/PT venceu com folga de 12 milhões de votos a eleição no segundo turno. Novamente, o *Estadão* desqualificou a eleita como "um poste" do presidente Lula e com "problemáticos traços de personalidade", somados ao "fato de não ser diferente do patrono", a quem Dilma estaria subordinada. Na perspectiva do jornal, na presidência, Dilma viveria na dependência "em relação ao criador". Em contrapartida, elogiou a escolha de Antônio Palocci – o mais neoliberal dos petistas – para comandar a transição de governo, mas especulou que o presidente Lula é quem escolheria o ministério do futuro governo[37].

Novamente, o jornal criticou a oposição, e julgou que "o comportamento errático, quando não pura e simplesmente omisso" ao longo dos governos Lula e desta campanha é que foram responsáveis pela terceira derrota eleitoral seguida. Em editorial, reclamou do fato de Lula ter conseguido colar a pecha de elitista no PSDB, o qual, "sofrendo de grave crise de identidade, assistiu inerte a essa mistificação". O jornal não perdoou a estratégia oposicionista de não pautar o *impeachment* de Lula em 2005. Em discurso, o derrotado José Serra prometeu estar "apenas começando uma luta de verdade". Apesar de cético quanto à disposição da oposição, o *Estadão* aproveitou para apontar alguns caminhos para os oposicionistas atrapalharem o futuro governo: sem carisma, Dilma não teria o mesmo controle sobre a base congressual; o bloco governista seria muito grande e fragmentado ideologicamente, por isso, tenderia a "bater cabeça" no decorrer dos meses de governo; o PSB, então aliado do governo, saiu fortalecido e poderia querer alçar voos maiores em 2014, como realmente o fez (GUILHERME, 2020b); o sempre fisiológico PMDB, estaria na vice-presidência com Michel Temer, já reivindicando maior participação no governo. Ao final, o

[36] *O Estado de S. Paulo*, 31/10/2010, p. A3.
[37] *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2010 e 04/11/2010, p. A3.

jornal clamou para que a oposição tivesse "sincera disposição de banir da vida política" as "práticas nefastas" do que chama de "lulo-petismo"[38].

Outros três editoriais ainda apontaram o que deveria ser, na cosmovisão ideológica do periódico, a encruzilhada econômica da presidenta Dilma: manter a equivocada política econômica "de gastos e aumento da carga tributária" ou optar pelo correto "caminho da seriedade e do equilíbrio fiscal", promovendo cortes orçamentários. Condizente com seu histórico neoliberal, defendeu o plano dos petistas Antônio Palocci e Paulo Bernardo: fazer um ajuste fiscal nas contas públicas, reduzir as despesas de custeio, corte de pessoal e os investimentos. Nesse sentido, a escolha de Alexandre Tombini para o Banco Central foi comemorada como indício de autonomia, manutenção da política de juros e do câmbio flutuante[39].

Porém, quando Dilma anunciou a manutenção do ministro Guido Mantega na condução da economia, o *Estadão* lamentou e ironizou o que, em sua visão, seriam os atributos do economista para o cargo: "acomodar a política fiscal às conveniências político-eleitorais", a "sua vocação para a 'contabilidade criativa'", "um programa de estímulo ao investimento" que "deveria ser interrompido" e agora, o plano de "baixar os juros mais velozmente". O jornal já acusava o governo de maquiar as contas e, por isso, exigia um ajuste fiscal que gerasse superávits primários para o pagamento dos juros da dívida pública como a única alternativa possível[40].

O *Estadão* criticou a formação do primeiro ministério da presidenta Dilma. Acusou-a de subserviência ao presidente Lula que, segundo o jornal, era quem de fato decidia os nomes. A natural manutenção dos principais nomes do governo Lula/PT para o governo Dilma/PT na primeira sucessão da história em que o governo venceu, foi motivo de críticas. Apenas o nome da jornalista Helena Chagas para a Comunicação é que recebeu um singelo elogio[41]. Mas, foi a relação de Dilma com o PMDB e seus caciques o assunto que mais rendeu editoriais após a vitória nas urnas.

O jornal apontou que o PMDB já se mostrava "insatisfeito" e que Michel Temer não escondia a disposição para "jogar pesado" na partilha dos ministérios, cargos e no controle do Congresso. Na avaliação dos editorialistas, os "calejados profissionais da sigla" apostariam no fato de que, sem Lula no Planalto, "o jogo desde logo é outro" com a inexperiente Dilma Rousseff. O jornal

[38] *O Estado de S. Paulo*, 03/11/2010 e 06/11/2010, p. A3.
[39] *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 25/11/2010, p. A3.
[40] *O Estado de S. Paulo*, 11/11/2010, 20/11/2010, 26/11/2010, 28/11/2010 e 07/12/2010, p. A3.
[41] *O Estado de S. Paulo*, 01/12/2010, 06/12/2010 e 11/12/2010, p. A3.

comentou uma entrevista em que Temer negou que o partido daria trabalho à presidenta: "Pilatos não diria melhor. Nem Pinóquio [...] Será com isso [com este PMDB fisiológico] que Dilma governará". O PMDB chegou a anunciar a formação de um "blocão" com outros partidos de centro, no intuito de assumir sozinho o comando do Congresso. Esse "bote ou ensaio de bote do PMDB" foi enfatizado pelo *Estadão* como o primeiro desafio para a nova presidenta[42].

O jornal chamou de "apetites imoderados" as pretensões do PMDB na partilha ministerial. Temer reconheceu que, embora o partido ficasse com o mesmo número de pastas que tinha no governo Lula, "caiu a densidade dos Ministérios atribuídos ao partido". Porém, publicamente, dizia que isso não incomodava os peemedebistas. Sobre esse apetite não satisfeito, o *OESP* alertou Dilma: "os políticos apreciam guardar as suas frustrações no congelador – à espera do melhor momento para dar o troco ao governante que lhes deu menos do que se achavam no direito de receber"[43]. O jornal avaliou que a recém-eleita Dilma estaria, desde já, com dificuldades para gerir o arranjo político herdado do governo Lula/PT – que o jornal admitiu não ter sido inventado por Lula, mas sustentou, em tom irônico, que foi por ele aprimorado negativamente – com grande quantidade de partidos fisiológicos em busca de quinhões de poder[44].

Nos dois últimos dias de 2010, os editoriais do *Estadão* fizeram balanços dos governos Lula. Reconheceram que o país "viveu uma longa fase de prosperidade", com crescimento da economia, aumento do mercado de consumo, elevação dos salários, transferência de renda – todos com bons números – e a política de conciliação de classes que beneficiou ricos e pobres. Porém, na cosmovisão político-ideológica do jornal, tudo isso só foi possível pela manutenção do tripé-macroeconômico neoliberal e, principalmente, graças às reformas econômicas – abertura ao mercado internacional, privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal e Plano Real – herdadas do governo FHC/PSDB. Ou seja, o que o PT fez de bom foi graças ao PSDB. E o que fez de ruim foi parte da histórica cartilha petista mesmo: a política desenvolvimentista do segundo mandato de Lula; a diminuição no superávit primário; o não aprofundamento de reformas neoliberais – tributária e previdenciária –; a diplomacia "terceiro-mundista"; a "exploração deslavada do carisma" de Lula; e as críticas feitas por ele à imprensa[45].

[42] *O Estado de S. Paulo*, 18/11/2010 e 16/12/2010, p. A3.
[43] *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2010 e 24/12/2010, p. A3.
[44] *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2010 e 24/12/2010, p. A3.
[45] *O Estado de S. Paulo*, 30/12/2010 e 31/12/2010, p. A3.

Créditos iniciais desde que a agenda seja neoliberal

O primeiro mês de um novo governo não costuma ter grandes sobressaltos e assuntos para a imprensa noticiar e comentar. O novo Congresso ainda não tomou posse, a equipe ministerial apenas começa a se familiarizar com as pastas, a equipe econômica tem pouca margem de atuação e a presidenta se adapta à função. Se no geral é assim, o mês de janeiro de 2011 foi ainda mais calmo por se tratar de um novo governo de continuidade e que manteve boa parte dos ministros do governo anterior.

Apesar de ter feito histórica oposição ao PT, aos governos Lula da Silva e pedido voto contra a candidata/presidenta Dilma Rousseff, os primeiros editoriais do *Estadão* apontaram para uma trégua inicial à nova mandatária. O jornal chamou Dilma de "a presidente de todos os brasileiros" e insinuou que a população e a imprensa deveriam "conceder-lhe um crédito inicial de confiança", pois é assim em países democráticos. Porém, no mesmo dia, outro editorial apresentou quais seriam os "desafios de Dilma" na visão do periódico: inflação, excesso de gasto público, déficit nas contas externas, carência de investimentos governamentais e, principalmente, a necessidade de "neutralizar a influência e o apego ao poder de seu antecessor"[46].

Foi comum nos primeiros editoriais, e isso se repetirá ao longo de todo o período de governo Dilma, a insistência do *Estadão* em criticar toda e qualquer movimentação política ou falas do ex-presidente Lula da Silva. Haverá casos até em que o jornal tentou indispor Dilma frente ao ex-presidente. *OESP* reconheceu que o governo Lula serviu para "mudar o País para melhor", mas em sua cosmovisão, esta mudança foi feita sob "estilo populista" e "preocupação obsessiva" de ser reconhecido como um líder de origem popular. Lula é mostrado como "boquirroto, megalômano e narcisista" e que passaria os próximos anos cultivando esta mesma imagem[47].

O discurso de posse de Dilma foi elogiado pelo jornal que viu nela promessas de retomada da "pauta de reformas" política e tributária, compromisso com a estabilidade econômica e a liberdade de imprensa. Dias depois, outro texto apontou para uma "virada de página" em relação ao governo anterior. O jornal repercutiu a primeira reunião ministerial em que o governo reconheceu a necessidade de promover cortes no Orçamento. O *Estadão* elogiou e cobrou: "o zelo administrativo

[46] *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.
[47] *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2011, p. A3.

evidenciado por Dilma não a exime da coragem de ousar. É o que transforma gestores em estadistas"[48].

O principal tema cobrado pelo *Estadão* sobre Dilma já foi publicado no quarto dia de seu mandato. Em janeiro, foram quatro editoriais a exigir ajuste fiscal e grandes cortes no Orçamento da União. Segundo o periódico, era preciso fazer um "freio na gastança" e dar uma grande "tesoura para Dilma". O governo sinalizou com cortes na casa dos R$ 30 bilhões, mas para os "analistas independentes" ouvidos pelo jornal, o país precisaria de um corte de R$ 64 bilhões no Orçamento. Era comum o jornal usar a expressão "herança maldita" para se referir ao Orçamento herdado pela presidenta[49].

Para justificar os pedidos de ajuste fiscal e cortes no Orçamento, *OESP* se baseou em uma teoria econômica questionável: "o gasto público é um componente importante na formação dos preços"[50]. Ou seja, na visão ideológica do periódico, o Estado e seus investimentos públicos são os principais responsáveis pela alta inflacionária. O aquecimento da economia interna, a expansão do emprego e os fatores internacionais eram apenas secundários, segundo o jornal. Assim, a elevação na taxa Selic feita pelo Banco Central em janeiro de 2011 (os juros básicos passaram de 10,75% para 11,25%) foi elogiada como um "remédio amargo", mas necessário para conter a inflação. A Selic só poderia ser reduzida quando o governo cortasse "as despesas públicas"[51].

Considerações Finais

Esta pesquisa corrobora qualitativamente as conclusões quantitativas de Fernando Azevedo (2017) sobre a histórica e inequívoca ação da grande imprensa brasileira na formação do antipetismo eleitoral no período da Nova República.

No pleito de 2010, o *Estadão* manteve a posição de destaque editorial à eleição, sempre com valorações negativas à candidata petista e apoio explícito ao candidato peessedebista. A análise das fontes permitiu ainda reforçar o argumento do Azevedo (2017) e de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2017) de que a imprensa brasileira, e o *Estadão* em particular, são importantes atores políticos, agindo para orientar e direcionar as classes médias e altas e também o campo político de

[48] *O Estado de S. Paulo*, 02 e 18/01/2011 p. A3.
[49] *O Estado de S. Paulo*, 04, 09, 13 e 27/01/2011, p. A3.
[50] *O Estado de S. Paulo*, 13/01/2011, p. A3.
[51] *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2011, p. A3.

centro-direita. Ainda, este trabalho vai ao encontro do trabalho feito por Ariel Goldstein (2017), que mostra como, historicamente, o *Estadão* apelou aos mesmos pacotes interpretativos utilizados contra Vargas, Jango e Lula, de "populismo", "radicalismo" e "corrupção", para rotular, desmerecer e se opor à candidatura presidencial de Dilma.

Em suma, o *Estadão* abusou da adjetivação negativa ao campo político-ideológico de esquerda e agiu como radical opositor da candidata petista. Pelos anos seguintes, o jornal faria indisfarçável oposição à presidenta Dilma Rousseff. Embora arvore-se como porta-voz da "opinião pública", na prática, o jornal promoveu em seus editoriais um monólogo ideológico sem a mínima pretensão de se mostrar imparcial ou debatedor.

Referências bibliográficas:

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.

_____. Diários Nacionais. In: GONÇALVES, Mirian (org). **Enciclopédia do golpe (vol.2).** Bauru: Canal 6, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DIAS, Luiz Antonio e SOUZA, Rafael Lopes. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antonio e SEGURADO, Rosemary. **O golpe de 2016**: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado:** a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil.** Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico**: o caso do jornal *O Estado de S*. *Paulo*. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018.

_____. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010.** Revista Transversos, n. 18, abr. 2020a.

_____. **Cronologia do afastamento de Eduardo Campos (PSB) da esfera política do petismo (2011-2013).** Revista Espaço Acadêmico, n. 225, nov/dez. 2020b.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. **Notícias em disputa**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Temporalidades

A presença invisível: o papel da mulher no projeto civilizador ultramontano

The invisible presence: the role of women in the ultramontane civilizing project

Ana Rosa Cloclet da Silva
Professora da Faculdade de História e do
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)
anacloclet@gmail.com

Emily Bueno Pereira
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas)
emilybuenopereira@icloud.com

Recebido: 02/09/2022
Aprovado: 29/04/2023

Resumo: O presente artigo analisa o papel conferido às mulheres no âmbito do projeto civilizador ultramontano, no Brasil da segunda metade do século XIX. Para tanto, toma como fonte o jornal *A Cruz,* editado no Rio de Janeiro entre 1861 e 1864, analisando de que maneira a condição feminina foi concebida e moldada em suas páginas, a partir dos significados mais amplos, associados ao par conceitual *civilização-cristianismo*. Especificamente, averigua as associações da mulher ao lugar doméstico da família, da educação moral e religiosa dos filhos, assim como à condição das mulheres leitoras. Para tanto incorpora o instrumental metodológico da Análise de Discurso, aliado à História dos Conceitos, de maneira a averiguar como a condição feminina foi interpretada a partir do conceito de civilização ultramontano e como, a partir de sua inserção circunstancial na sociedade brasileira da época, ajudou a moldá-lo. Por fim, alia-se ao uso historiográfico da categoria de gênero, operacional para os objetivos propostos.

Palavras-chave: Ultramontanismo; História das Mulheres; Imprensa Católica

Abstract: This article analyzes the role attributed to women in the context of the ultramontane civilizing project in Brazil, during the second half of the 19th century. In order to do so, it takes as its source the newspaper *A Cruz*, published in Rio de Janeiro between 1861 and 1864, analyzing how the female condition was conceived and shaped in its pages, based on the broader meanings associated with the conceptual pair "civilization-Christianity". Specifically, it investigates the associations of women with the domestic place represented by family, with the moral and religious education of their children, as well as with the condition of women readers. In order to do so, it incorporates the methodological instruments of Discourse Analysis, allied to

the History of Concepts, in order to understand how the female condition was interpreted from the concept of ultramontane civilization and how, from its circumstantial insertion in Brazilian society at that time, it helped to mold this same concept. Finally, the analyses incorporates the historiographical use of the gender category, to achieve the proposed objectives.

Keywords: Ultramontanism; Women's History; Catholic Press.

Introdução

No decorrer do século XIX, as sociedades ocidentais foram convulsionadas por transformações aceleradas, detonadas por expectativas liberadas, sobretudo, a partir da Revolução Francesa. No âmbito destas transformações, observou-se o advento de novas concepções de soberania e representação, que já podiam prescindir do fundamento religioso como critério de legitimidade dos governos (XAVIER-GUERRA, 2009). Ao mesmo tempo, a razão passou a ser assumida como a forma privilegiada na produção do conhecimento, submetido à experimentação e aos métodos de uma ciência que, progressivamente, rejeitava os paradigmas da tradição anterior, fundamentada nas verdades de fé e da iluminação divina. De tal forma que, com o advento da modernidade, a herança hebraico-cristã passava a ser elaborada em termos puramente mundanos e seculares, pautada numa visão da história como progresso (VATTIMO, 2002), mediante a qual ocorreu a separação e a autonomização das diversas esferas da realidade em relação à religião.

Tal processo, contudo, não se deu sem embates entre

> [...] a ambição totalizadora da religião como horizonte de compreensão da integralidade da vida e o projeto unificador pela razão que, ao mesmo tempo em que desconstrói as totalidades religiosas, pretende explicar leis e regularidades que regem o mundo (COELHO, 2016, p. 86).

No caso dos países católicos, profundamente tributários do catolicismo como matriz civilizacional, tal embate resultou no ajuste da religião a fenômenos produzidos em planos que dela começavam a se diferenciar e que atestavam a perda da sua capacidade normativa, engendrando combinações inéditas entre o religioso e o secular.

O que significa dizer que, para se manter influente e continuar moldando a consciência moderna, a religião seguiu redefinindo de forma permanente

> "seus respectivos espaços e margens de ação e impondo-se mutuamente determinadas modalidades de presença na vida dos indivíduos e das comunidades, transformando suas relações com o sagrado, com as instituições

> religiosas e destas com a política, a sociedade e a cultura".. (DI STEFANO, 2018, p. 135).

Na segunda metade do século XIX, uma das estratégias assumidas pelo catolicismo ultramontano, orientada pela reação ortodoxa da Igreja romana a algumas tendências associadas ao advento da modernidade, mediante a qual buscou frear o processo de autonomização das esferas em relação à religião, foi a atuação discursiva de seus representantes através da imprensa. Configurando um "espaço de experiências" comum àqueles que o frequentavam, os jornais, panfletos e outras publicações tornaram-se responsáveis não apenas pela formação e veiculação de um novo vocabulário político, mas pelo forjamento de uma específica forma de sociabilidade dos sujeitos históricos do período, enquanto espaço de circulação das vozes públicas organizadas em torno dos referenciais políticos e religiosos em voga.

No Brasil – onde os nexos entre política e religião definiram-se historicamente pelo regime do padroado, sob o qual se estabeleceu o forte predomínio do Estado sobre a Igreja, inviabilizando a independência institucional entre ambos – a reação ultramontana ao liberalismo anticlerical, à maçonaria, ao protestantismo e ao racionalismo científico eclodiu na segunda metade do século XIX legitimada, por um lado, pela política imperial e, por outro, pela orientação da Santa Sé, sob o papado de Pio IX. No primeiro caso, o Imperador D. Pedro II, valendo-se das prerrogativas do padroado, passou a privilegiar a nomeação de bispos ultramontanos e monarquistas para as principais dioceses nacionais. Tal iniciativa pautava-se na reação ao envolvimento do clero de tendência regalista - hegemônico em termos do modelo de Igreja, vigente até 1837 - nos movimentos liberais observados em nível das províncias e na política partidária, entre o final do período regencial e início do segundo Império (SANTIROCCHI, 2011, p. 188). No que toca às emanações da Igreja oficial, a tendência ultramontana foi orientada por dois documentos emitidos pelo papa Pio IX, em dezembro de 1864: a *Encíclica Quanta Cura* – que deveria oferecer uma síntese dos erros relacionados à sociedade moderna e, especialmente, à questão da liberdade de consciência –, seguida pelo *Syllabus* - uma lista contendo tais erros, representando a resposta ortodoxa da Igreja católica à sociedade contemporânea.

Contra estas tendências, representantes do ultramontanismo no Brasil mobilizaram-se num verdadeiro esforço de sobrevivência enquanto grupo religioso institucionalizado, fazendo da

imprensa periódica um de seus principais porta-vozes. Como consequência, foram vários os jornais católicos ultramontanos que surgiram no período em foco, demonstrando que seus colaboradores estavam "cientes da enorme importância do bom uso dos meios de difusão das ideias, bem como da construção e do fortalecimento de uma opinião pública a eles favorável" (NEVES, 2013, p. 2). Através deste veículo, clérigos e leigos ultramontanos difundiram e interpretaram as emanações vindas de Roma, à luz das prioridades das paróquias e dioceses locais, buscando modelar hábitos e comportamentos sociais, firmar a obediência aos sacramentos, disciplinar aspectos da religiosidade popular, bem como cuidar da própria reforma do clero e da Igreja católica no país.

A análise da imprensa católica do período tem se revelado fonte privilegiada na apreensão das mutações conceituais que acompanharam as complexas reconfigurações então observadas nas relações entre o religioso e o secular ao longo do século XIX, quando modelaram-se de maneira recíproca (ASAD, 2003). Ao considerar a profundidade diacrônica destes conceitos, bem como seus usos contingenciais, é possível situar as trajetórias semânticas daqueles que assumiram importância e evidente capacidade de generalização, ao mesmo tempo em que se revelaram profundamente polissêmicos. Conceitos capazes de remeter ao universal e ao particular, os quais funcionaram como "alavancas estratégicas dentro de lutas ideológicas" (BENAVIDES, 1997, p. 321) que refletiram, dentre outras, as tensões que envolveram os representantes do catolicismo ultramontano da época.

Dentre as mutações semânticas observadas, nenhuma pareceu tão sincronizada com as variações de respostas às questões que emergiam em virtude da instabilidade e aceleração histórica da época, que aquela que remete ao conceito de "civilização". Na sua trajetória semântica, tal conceito foi marcado por uma forte conotação descritiva, valorativa e normativa, cujos parâmetros foram as experiências europeias (FERES JR., 2014, p. 87). Esta origem eurocêntrica – para não dizer francocêntrica – do conceito de civilização não pode, contudo, evitar sua diversificação, à medida que o mesmo observou uma expansão progressiva, prestando-se a diferentes usos e significados.

No mundo ibero-americano, o conceito de civilização esteve profundamente articulado ao de "cristianismo", usado pela vertente ultramontana do catolicismo brasileiro como sinônimo do

"catolicismo romano" (SILVA; MARTÍNEZ; DI STEFANO; MONREAL, 2020). Na sua trajetória semântica, o par conceitual "civilização-cristianismo" revelou-se tributário de duas das principais matrizes filosóficas e teológicas do conservadorismo católico europeu: o *tradicionalismo católico francês* – com destaque para Joseph de Maistre (1753-1821) e o Visconde De Bonald (1754-1840) - e o *conservadorismo político espanhol* – representado por Jaime Balmes (1810-1848) e Donoso-Cortès (1809-1853). (SILVA, 2019).

Expoentes do pensamento legitimista e contrarrevolucionário europeu, estes tradicionalistas católicos elaboraram uma crítica profundamente religiosa, anatemizando a Revolução Francesa como "satânica" na sua essência. O traço fundamental desta renovação religiosa tradicionalista - legitimada no clima do restauracionismo instaurado pelo Congresso de Viena, em 1814 - foi "o insistir de forma uníssona e constante que a única hierarquia de valores válida é aquela na qual a política é subordinada à moral e a moral à religião", afirmando uma autocompreensão da Igreja enquanto "Sociedade Perfeita". (CORDI, 1984, p. 18)

Esta concepção foi amplamente veiculada pelo discurso ultramontano no Brasil, que estabelecia o forte vínculo conceitual entre *civilização* e *cristianismo* - estendido a *cristianismo* e *progresso* –, condicionando a ordem política a uma clara fundamentação de base teológica e reivindicando a condição pretensamente universal do catolicismo como alicerce da civilização (SILVA; MARTÍNEZ; DI STEFANO; MONREAL, 2020). Assim, a partir das matrizes europeias do conservadorismo católico, as páginas dos jornais católicos do período difundiam um conceito de *civilização* que, associado a outros - como família, moral, sacerdócio, educação – fundia-se ao conceito de *cristianismo*, sinônimo de catolicismo romano.

A viabilização do binômio *civilização-cristianismo*, embora conferisse protagonismo à Igreja católica e aos seus representantes oficiais, não pode prescindir de vários outros atores, que se tornaram braços fundamentais das reformas ultramontanas no Brasil. Dentre estes, o projeto civilizador ultramontano se revelou fortemente ancorado no papel representado pelas mulheres, cujo protagonismo esteve restrito ao ambiente doméstico, onde se colocavam como principais responsáveis pela educação dos filhos em moldes católicos, como exemplo e bastião da moralidade, da reta conduta e dos valores cristãos. Tratava-se, em outros termos, de assumir uma forte ligação entre "A Mulher, a família e a civilização", conforme defendido em artigo publicado

pelo jornal *A Cruz,* em sua edição de 8 de junho de 1862. (A Cruz*,* n. 43, 8 de junho de 1862, p. 2)

Apesar de reproduzir uma visão consagrada durante todo o período colonial e boa parte da primeira metade do século XIX - quando a condição das mulheres no Brasil esteve marcada pela subordinação, pela submissão, pela reclusão e pela limitada instrução, sendo orientada para as funções domésticas (DEL PRIORE, 2009; ALGRANTI, 1999) -, a concepção ultramontana acerca da mulher como agente civilizador já não podia ignorar as alterações em curso neste cenário, onde as condições de leitura modificam-se para as mulheres. Segundo estudiosos do tema, é então que surgem

> [...] as preceptoras, adotadas por muitas famílias, encarregadas da educação dos filhos; surgem ainda as escolas normais exclusivas para a formação das moças, que possibilitaram a proliferação de mulheres leitoras. Essas escolas desenvolveram-se logo após a chegada da família real e, no final do século XIX, propagaram-se em todo o Rio de Janeiro. (CASTRO, 2015, p. 44)

A leitura feminina passou a ser incentivada até mesmo por jornais da época o que, obviamente, comportava diferentes tendências de orientação por parte destes. Além disso, na segunda metade do século XIX surgem jornais editados por mulheres, cujo objetivo era, justamente, promover a emancipação feminina e a melhoria de sua condição no lar e na sociedade, por meio da educação.[1]

É neste sentido que se pode compreender a preocupação de alguns periódicos ultramontanos com a leitura feminina de livros de autores franceses, como é o caso emblemático da obra *Les Misérables,* de Victor Hugo, lançada em 1862, que segundo o jornal *A Cruz*, anteriormente citado, "não é somente um livro perigoso, é imoral" (A Cruz, n. 47, 6 de julho de 1862, p 2). Na perspectiva ultramontana, portanto, a mulher constituía uma espécie de "presença invisível", responsável pela modelagem do par "civilização-cristianismo" no seio da família, mas cuja condição renovada, enquanto leitora de impressos, representava uma prática prenhe de virtualidades, que deveria ser moldada e controlada conforme os objetivos do catolicismo ortodoxo.

[1] É esta a ênfase do *Jornal das Senhoras,* editado no Rio de Janeiro entre 1852 e 1855. (COSTA, 2020). Também a vinculação da figura feminina às noções de "progresso' e "civilização" aparece nas páginas do jornal *Marmota*, publicado no Rio de Janeiro, entre 1849 e 1864. (REIS, 2020)

O projeto civilizador ultramontano

Em meados do século XIX, consolidavam-se algumas das transformações inauguradas pela Revolução Francesa, as quais passaram a ser associadas ao amplo processo de modernização da sociedade ocidental, em que se faziam nítidas e marcantes as mudanças de âmbito social, político e religioso. Na interpretação do historiador da História Conceitual, Reinhart Koselleck, uma das principais marcas destas transformações aceleradas foi o surgimento de uma nova percepção de tempo, mediante a qual as experiências vividas passavam a importar menos como balizas de compreensão do presente e da própria atuação dos sujeitos. Segundo ele, esta pode ser tomada como a marca essencial da modernidade, percebida "como um tempo novo", em que "as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então" (KOSELLECK, 2006, p. 314).

É neste contexto, expressivo da profunda ruptura temporal inscrita nas transformações em curso no mundo ocidental, desde finais do século XVIII, que a Igreja Católica viu sua hegemonia cultural e ideológica, ancorada na tradição filosófica e doutrinária, seriamente ameaçada. O que resultou em combinações complexas entre a perda do domínio dos grandes sistemas religiosos e as reconfigurações da religião, para continuar mantendo-se influente na vida dos indivíduos e das sociedades.

No caso do Brasil, onde vigoravam os vínculos institucionais entre Igreja e Estado, mantido pelo regime do padroado, estas reconfigurações nos reportam ao processo de "dissolução do regime de cristandade ibérico, que teve lugar a partir – e em parte como resultado – da crise das metrópoles coloniais". (DI STEFANO, 2018, p. 135).

Foi neste contexto, portanto, "que a vertente ultramontana do catolicismo se mobiliza em "reação ao mundo moderno, ao capitalismo, ao iluminismo, ao liberalismo e a todo o conjunto de novas ideias" (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 3). Reafirmando os princípios ortodoxos da Igreja, estabelecidos pelo Concílio de Trento, os ultramontanos do século XIX foram então responsáveis por tentar antepor à modernidade iluminista um projeto de modernidade pautado no "paradigma tridentino" (SANTIROCCHI, 2017), com vistas a "reiluminar" de forma ortodoxa a sociedade da época (SILVA; ROCHA, 2019).

> Em uma síntese, pode-se dizer que o ultramontanismo foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja após a revolução Francesa, marcada pelo centralismo institucional em Roma, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando à sua própria sobrevivência (MANOEL, 2012, p.5).

Neste sentido, buscando preservar o lugar daquela que era vista como única e verdadeira religião, os ultramontanos, leigos e clérigos, buscaram definir os rumos de uma sociedade em processo de secularização, orientando "os fiéis na direção de um novo centro de poder: a autoridade suprema do Sumo pontífice, de forma a afastá-los dos supostos perigos modernos (SILVA; ROCHA, 2019, p. 21). Dentre eles, destacavam-se: a imprensa secular, o liberalismo, o racionalismo, o protestantismo, o casamento civil e, mormente, a liberdade de consciência (MANOEL, 2012).

De forma mais combativa e sistematizada, a intensificação da ideia de "erros" da modernidade e a tentativa de ainda monopolizar o conhecimento através de estratégias modernas se deu durante o papado de Pio IX (1846- 1878), que na publicação da Encíclica *Quanta Cura* "condenou a liberdade de imprimir livros sem que fossem estabelecidos controles e censuras" (FONSECA; MARIN, 2021, p.18), vendo essas publicações fora dos preceitos assumidos oficialmente pela Igreja como um dos motivos para a corrupção da sociedade. O combate a estes supostos "inimigos da Igreja", listados no *Syllabus errorum* que catalogava 80 erros inaceitáveis e condenados pela Igreja, impulsionava os ultramontanos a uma verdadeira cruzada (SILVA; CARVALHO, 2019), na tentativa da "recristianização" do mundo, sendo esta a condição para a salvação eterna do homem.

Desse modo, embora o ultramontanismo possa ser caracterizado como uma das mais radicais expressões do antiliberalismo, no período estudado (RAMIRO JUNIOR, 2016), seus representantes necessitaram utilizar-se das mesmas ferramentas franqueadas pela modernidade e empregadas por seus oponentes. Estratégia que se torna evidente ao tomarmos a imprensa católica como referência. Assim, ao criticar os impressos não católicos, Pio IX ressalta a importância por parte dos religiosos de fomentar a imprensa católica, usando este veículo como uma forma de catequização da população. "A imprensa católica aparecia, assim, como imbuída da 'missão sublime e indeclinável de guiar os povos pela senda do dever'". (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 17)

Tal estratégia se consolida de forma eficiente no Brasil oitocentista e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro, onde, conforme reconhecido por estudos recentes, a "proliferação da prática de leitura" configurou-se numa das consequências do processo de urbanização e dos investimentos culturais aí promovidos pelo Estado, desde 1808, quando auferiu a condição de sede da Corte imperial (CASTRO, 2015, p. 41). Foi então, iniciando-se pela criação da Imprensa Régia, observou-se um acelerado processo de proliferação de impressos no Brasil, até atingir os níveis de relevância que observamos no século XIX. Isto fez com que este meio de comunicação fosse a arma ideológica mais potente na veiculação de conteúdos que vinculavam o Brasil a outras partes do mundo ocidental, convulsionado pelas transformações em curso, impondo:

> [...] às igrejas nacionais a necessidade de investirem nos meios de comunicação para defender a igreja, para cristianizar a sociedade e o Estado, para construir uma sociedade ordenada nos valores do cristianismo e para combater os 'erros modernos', os regimes de liberdade, o socialismo, a democracia, as religiões concorrentes e os anticlericais (FONSECA, MARIN, 2021, p. 20-21).

Nesse contexto, a imprensa católica tornou-se um dos principais veículos de normatização da Igreja Romana (SILVA, 2021) e difusão de seu projeto civilizador em moldes tridentinos, assumindo um papel estratégico, graças ao seu empenho verdadeiramente pedagógico em combater os "erros" da modernidade.

Foi nesta conjuntura que os jornais católicos editados no Brasil assumiram tal perfil, apresentando-se como imbuídos da missão de fazer vingar uma sociedade e um Estado segundo o modelo de "Sociedade Perfeita", representado pela Igreja (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 19). Num dos principais jornais ultramontanos editado no Rio de Janeiro, na segunda metade do XIX, a missão da imprensa católica era concebida nos seguintes termos:

> A missão do século XIX exige em primeiro lugar que sejam dissipados os erros e que às inteligências transviadas faça-se patente a verdade. Ninguém pode pois desconhecer que a imprensa periódica e não periódica é nas mãos dos inimigos da Igreja, a arma mais mortífera para combater qualquer espécie de bem e seduzir os espíritos mais retos e sinceros. Para remediar a tão grande mal era necessário que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos, principalmente, empreendessem a obra mais salutar que é preciso tentar – a de oporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa ímpia com as armas ministradas pela imprensa católica (O APÓSTOLO, n. 29, 22 de julho de 1866, p. 4).

Empunhando esta missão através da imprensa religiosa, o catolicismo ultramontano oitocentista tentou aplicar no Brasil um projeto de civilização que atendesse às suas necessidades institucionais, ao mesmo tempo que fosse adequado às contingências da sociedade brasileira da época.

Na sua materialidade, portanto, a imprensa católica, enquanto porta-voz do ultramontanismo (ORLANDI, 2013), elegia estrategicamente as mulheres como alvo de seus discursos. Nas páginas dos jornais editados, reiteravam a função feminina como "disseminadora de moral e ideais dentro dos lares e educadora por excelência" (LEONARDI, 2009, p. 3-4). Ou seja, as mulheres seriam receptoras do discurso religioso e transmissoras privilegiadas deste no seio da família, gerando assim uma rede de circulação e difusão de conteúdos que iam do global – as diretrizes gerais da Santa Sé -, ao paroquial – as diversas dioceses -, chegando, finalmente, ao âmbito doméstico - as famílias. Neste, as mulheres assumiriam o protagonismo de educadoras, mães e esposas, aliadas à cruzada ultramontana na "recristianização" da sociedade. A sutileza mediante a qual esta ação era posta em prática conferia à mulher um "papel invisível" dentro deste projeto civilizador, como pretendemos demonstrar.

O Jornal *A Cruz* e o ideário ultramontano

Dado o panorama do ultramontanismo e da imprensa religiosa no Brasil oitocentista, selecionamos o periódico *A Cruz*: jornal religioso, literário, histórico e filosófico[2], para traçar nossa análise no que tange ao papel da mulher no projeto civilizador ultramontano.

O jornal *A Cruz* foi editado no Rio de Janeiro entre 1861 e 1864. Era publicado semanalmente aos domingos e sua primeira publicação data de 18 de agosto de 1861, ano que contou com 20 edições; nos dois anos seguintes, foram publicadas 52 edições e, em seu último ano de publicação, o jornal conta com 37 edições, sendo a última publicada em 11 de setembro de 1864. As publicações dominicais apresentam, geralmente, 4 folhas, que são divididas em duas colunas de textos corridos, com seções que aparecem de forma bem variada no primeiro ano de publicação. Algumas delas apresentam certa regularidade como, por exemplo, o "Noticiário Religioso" e a seção de "Confissão".

[2] Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital.

Já em suas primeiras páginas, o periódico introduz algumas premissas do discurso ultramontano, no que toca à importância da educação. Em quase todas as edições, o jornal parece estar de acordo com uma ideia mais geral, veiculada por este discurso e observada em outras partes do continente latino-americano: a de que "sem religião, somente como desenvolvimento da educação, a sociedade estava destinada a mergulhar no caos e na violência" (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020, p. 24)[3]. Assim, *A Cruz* inicia seu período de quatro anos na imprensa religiosa com o trecho:

> A educação religiosa é pois a base de toda a civilização; a mola real do edifício da boa sociedade. É uma verdade inconcussa que ninguém pode salvar-se do temor de Deus; a escritura o diz claramente e todo mundo assim tem entendido. Como pois é possível que em uma sociedade onde se ignora os mais comezinhos princípios da religião, possa ser temido e amado aquele de quem depende nossa salvação?! (A CRUZ, n.1, 18 de agosto de 1861, p.1).

Além da importância no ideário ultramontano, a educação se mostrou como a base de seu projeto civilizador. A partir dela, a Igreja católica procurava modelar os pensamentos da população brasileira (SILVA; ROCHA, 2019), tanto aquela que teria contato com o jornal - seu público leitor -, quanto a que seria afetada, indiretamente, pela sua influência no seio familiar, por exemplo. Mostrava, assim, que a forma textual era apenas uma das formas de disseminação de seu discurso, tendo ele uma origem e um destino final (ORLANDI, 2013), que nesse caso era a família, célula estruturante do poder privado na sociedade brasileira oitocentista. (NOVAIS, 1997)

Essa necessidade de controle da mentalidade por parte da Igreja católica data de períodos muito anteriores ao abarcado por esta pesquisa; porém, o que diferencia este momento é que a necessidade do catolicismo de readaptar suas estratégias para o seu controle das consciências se deu num contexto de acelerado processo de secularização, em que a Igreja via seu lugar na sociedade ameaçado. Uma série de medidas de "contenção" foram tomadas para impedir esses avanços modernos (SANTIROCCHI, 2010), que iam contra os dogmas da Igreja e que, consequentemente, enfraqueciam-na.

Dessa forma, uma tentativa de união interna institucional seria essencial para preservar o lugar da Igreja na sociedade moderna e em franco processo de secularização. Os ultramontanos

[3] "Sin religión, con el solo desarrollo de la educación, la sociedad estaba destinada a sumergirse en el caos y la violencia social." (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020, p. 24).

advogavam representar essa força de união interna e, no Brasil da segunda metade do século XIX, este argumento forjou um relativo consenso entre os bispos das principais dioceses do país, no encaminhamento de reformas, que vieram carregadas de uma reformulação do Concilio de Trento (1545-1563) (SANTIROCCHI, 2010). Em momentos anteriores, apesar de terem tido relevância na Europa, as diretrizes tridentinas pouco ecoaram no Brasil, o que em parte se devia à vigência do regime do padroado, estabelecendo certa impermeabilidade entre o clero secular e as determinações da Santa Sé (SERBIN, 2008). Desse modo, só ganharam uma efetiva implementação em solo brasileiro a partir da segunda metade do oitocentos, amparadas pelas orientações assumidas pela Santa Sé, sob o pontificado de Pio IX, que na Encíclica *Quanta Cura*, editada em dezembro de 1864, posicionava-se sobre os supostos "erros" da modernidade, listados no seu anexo *Syllabus*. Dessa forma:

> A Igreja surge, nesse período, como "Mestra da Verdade" e modelo de "Sociedade Perfeita" e, para tanto, submete-se ao dogma da infalibilidade do poder papal: o Sumo Pontífice passa a ser a fonte de todos os ensinamentos da Igreja, do ponto de vista disciplinar e doutrinário, derivando a noção de uma Igreja cada vez mais "católica romana" e menos "nacional". (SILVA; ROCHA, 2019, p. 19).

Assim, o projeto de civilização ultramontano estava baseado na tentativa de "recristianização" da sociedade em vias de secularização, o que implicava investir no controle das consciências, cada vez mais pautadas na razão. As ideias ultramontanas se ancoravam na defesa da infalibilidade papal – estabelecida como dogma pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) -, encampando um projeto de modernidade que reabilitava o "paradigma tridentino" (SANTIROCCHI, 2017), como arma contra o avanço da mentalidade moderna, marcada pelo avanço das ideias liberais, positivistas e das outras religiões concorrentes, com destaque para o protestantismo (FONSECA; MARIN, 2021, p. 20-21). A ideologia em questão é apresentada nas páginas do jornal *A Cruz*, geralmente em forma de crítica à razão e sempre destacando a importância da Igreja como modelo de "sociedade perfeita". É possível observar tais críticas no trecho a seguir:

> [...] clamamos no deserto, bradam os racionalistas, que não aceitam as leis da Igreja, que consideram o auxílio da razão como o único baluarte, e que tudo o mais é uma pura fantasmagoria dos homens, um laço bem tecido para prender os incautos e que por isso não sentem e não querem as decisões do Catolicismo. (A CRUZ, n° 19, 22 de dezembro de 1861, p.1).

O conceito de "civilização" também se mostra como uma das importantes chaves para a compreensão do projeto ultramontano. No século XIX, este conceito se mostrava atualizado quando comparado com seus usos mais tradicionais pela Igreja, opondo-se não à "'barbárie", mas aos outros modelos de civilização concorrentes, afinados com as tendências da modernidade. Portanto, no caso católico, a única forma de civilização possível seria aquela ancorada no catolicismo (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020): todo comportamento que saísse desse panorama era considerado "desprezível".

Dessa forma, dentre a pluralidade de significações comportadas pelo conceito de "civilização", sua conotação marcadamente cristã - formando o par conceitual "civilização-cristianismo" - inseria-se numa rede semântica mais ampla (KOSELLECK, 2006), que configurava sua conotação mais ortodoxa, marcadamente antiliberal, diferenciando-o de seus usos "modernos".

Nas páginas do jornal analisado, esta civilização cristã tinha como um de seus pilares a educação. Afinal, admitia-se: "A educação religiosa é, pois, a base de toda a civilização" (A CRUZ, n.1, 18 de agosto de 1861, p.1). Em algumas de suas repetidas colunas publicadas durante sucessivas semanas - como aquela intitulada "A mulher, a família e a civilização" (A CRUZ, n.40, 18 de maio de 1862, p.2) -, os editores do jornal[4] defendem a ideia que de a civilização só poderia ser alcançada e mantida por meio do catolicismo, característica comumente apresentada nos periódicos ultramontanos do período (SILVA; MARTINEZ; STEFANO; MONREAL, 2020). Assim, argumentava-se, com o cristianismo,

> [...] o que era mais preciso para civilizar o mundo! O modelo estava patente e o ensino concluído; faltava somente que o mundo abraçasse a doutrina, seguisse o tipo que lhe era apresentado, e daí necessariamente procederia a sua civilização: completa em teoria, só restava-lhe a prática para sua consecução" (A CRUZ, n. 43, 8 de junho de 1862, p. 2.).

Este argumento era desenvolvido tanto em colunas específicas do jornal, quanto de forma indireta, em trechos bíblicos publicados na seção intitulada "Oração do dia". A defesa da

[4] Em todo o período de sua edição, o jornal analisado não registra seus editores. Esse perfil anônimo era comum à imprensa religiosa da época. A única informação disponibilizada nas suas primeiras páginas era a de que o jornal era financiado por assinaturas, lendo-se: "Assina-se na Sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Candelária".

infalibilidade papal é percebida quando o jornal se dedica a noticiar as ações do Papa, na Coluna intitulada "Noticiário religioso", que está presente em todas as edições analisadas.

Dentre todas as manifestações do projeto civilizador ultramontano nas páginas do jornal eleito, selecionamos uma das mais recorrentes, que é a questão da educação, apontada desde a primeira edição e que se repete durante os três anos seguintes, sendo abordada de diferentes formas. O jornal, portanto, nos permite ter acesso a determinadas modalidades do discurso religioso veiculado no Brasil oitocentista, as quais devem ser interpretadas pressupondo a presença de elementos além do próprio discurso, "situando-o num cenário amplo que articula o texto, as práticas discursivas e a prática social (...), que lhe servem de suporte, reforço, oposição e que balizam suas normas, concepções e costumes". (ZANOTTO, 2018, p. 347).

Especificamente, os conteúdos veiculados pelo jornal, que organizam suas seções, nos permite perceber a diferenciação entre o "Discurso Esotérico" - aquele destinado aos membros de uma instituição, com teor mais teológico – e o "Exotérico" - modalidades discursivas que não pertencem exclusivamente a um corpo institucional, mas que se dirige a todos indiscriminadamente, como é o caso das reflexões sobre a educação na sociedade da época (ORLANDI, 1996, pp. 246- 247), revelando facetas do projeto ultramontano ao longo de suas publicações.

O que evidencia que, apesar dos ultramontanos condenarem os supostos "erros" da modernidade, na difusão de seu projeto civilizador eles se utilizaram de estratégias vistas como modernas, como era o caso da imprensa e, mais especificamente, da imprensa periódica, cuja existência no Brasil era ainda muito recente. O Sumo Pontífice incentivou as publicações de periódicos católicos, justamente para se colocar no mesmo campo de seus oponentes "modernos" (SILVA; ROCHA, 2019).

A "mulher" nas páginas do jornal *A Cruz*

Se durante o período colonial as estratégias da Igreja no sentido de moldar hábitos e comportamentos da sociedade via-se em boa medida interceptada pela a vigência do regime do padroado régio, que impunha mediações à aplicação direta das determinações da Santa Sé (SILVA; CASTILHO, 2014), com o avanço de uma via da secularização pautada na defesa do

modelo laico do Estado, crescentemente influente a partir da segunda metade do século XIX, a universalização do catolicismo impôs à Igreja a necessidade de reformular suas estratégias. Segundo Fantappiè (2020), estas passavam tanto pelo reforço da "normatização" estabelecida pela Santa Sé - através de bulas e documentos papais –, quanto pela "adaptação" e "flexibilização" das diretrizes romanas perante a diversidade cultural dos diversos povos não podendo, para tanto, prescindir de uma intensa rede de "comunicação", que vinculava o mundo católico da época ao seu centro. (FANTAPPIÈ, 2020)

No Brasil, à medida que a participação política direta de clérigos diminuía, "observou-se 'um retraimento do catolicismo para o espaço social'" (MONTERO, 2006, p. 49-50), de forma a preservar sua presença pública. Essa retração para o âmbito da sociedade civil pulverizou-se para o seio da sua unidade básica: a família patriarcal brasileira. A porta de acesso privilegiada para este espaço privado foi atribuída à mulher: mãe, educadora e exemplo de moralidade e virtudes cristãs[5]. Reiterava-se, assim um tradicional estereótipo feminino, uma vez que:

> No período colonial brasileiro as mulheres eram peças fundamentais para a construção da nova terra, porém a elas foi relegado um papel secundário ou quase invisível no meio social. O cotidiano feminino era marcado por rígido controle e a mentalidade da época era impregnada de mitos e superstições. (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 257).

Desde o período colonial, portanto, a mulher era vista como aquela cujos atributos se limitavam a cuidar da casa, do marido e dos filhos (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010). Manter essa figura feminina dentro do ambiente doméstico "fazia parte de um processo civilizatório e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização." (DEL PRIORE, 1993, p. 27 *apud* SILVA; CASTILHO, 2014, p. 273).

A este estereótipo, somava-se o investimento da Igreja católica, que reabilitava no contexto da "romanização" a hostilidade ao sexo e às mulheres. Segundo Hans Küng (2012, p. 110-111): "desde os primeiros séculos as mulheres foram afastadas de todas as posições de

[5] No que tange à construção do patriarcalismo 'á brasileira', este se deu também pela mistura étnica gerada com a conquista. Com uma mistura de influências indígenas e africanas, o conceito "patriarcalismo" não dá conta da complexa realidade brasileira no período colonial (DEL PRIORE, 2020) sendo possível observar no mesmo período tanto experiências com famílias com matriarcas, quanto formações em que a mulher se mostrava como completa submissa ao homem, sendo comparada aos escravizados por alguns autores (DA SILVA; DE CASTILHO, 2014).

comando da Igreja. Entre os séculos IV e V, porém [...] Agostinho, tornado bispo, fortaleceu sua teologia do pecado e da graça".

Assim, a Igreja tentou explicar os pecados de todos os homens valendo-se do relato bíblico do pecado original de Adão, que passava a assumir uma "conotação marcadamente sexual". A decorrência direta desta teologia foi, segundo Küng, a "desvalorização da sexualidade, da libido sexual", e uma moralização que recaía, sobretudo, na figura feminina, vista como perpetuadora do pecado original transmitido através do sexo.

Com a Igreja associada ao Estado, a imagem da mulher deveria ser formada em moldes católicos, sendo orientadas a tomar o exemplo de Maria, mãe de Jesus Cristo (SILVA; CASTILHO, 2014). Com isso, observa-se por parte da Igreja o esforço de fundir a imagem da mulher à maternidade. Portanto, a visão da mulher no Brasil colonial se apoiava nos:

> [...] ideais cristãos da mulher mãe representada por Maria. Esse parece ser o lugar idealizado pela Igreja. Desse modo, espelha-se na maternidade de Maria, a maternidade como aproximação da mulher na dimensão sagrada; da santa mulher. Consegue, desse modo, um lugar a ser visto, de uma construção que a qualifica (Santa Mãe); e por outro lado do extremo, devendo afastar-se da desqualificação, da demonização (sua sexualidade)." (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p. 5).

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o espaço conferido à mulher tornou-se relativamente mais amplo. Desde então, ela poderia frequentar eventos públicos - como festas e teatros – participando dos novos espaços de sociabilidade criados durante o período joanino (OLIVEIRA, 2012). Esta realidade conferida a algumas mulheres, contudo, não elimina o "'mito do amor materno', a 'mãe dedicada', a 'rainha do lar' e a 'boa esposa'." (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p. 6), mostrando que a natureza da mulher seria adequada ao ambiente doméstico. Dessa forma, apesar das mudanças observadas durante o século XIX, as novas condições de possibilidade de inserção da mulher na sociedade brasileira -, especificamente em algumas das principais capitais do país - continuava reiterando profundas continuidades com o estereótipo forjado durante todo o período colonial: o da "mulher perfeita", talhada segundo as boas virtudes e comportamentos cristãos (SILVA; CASTILHO, 2014, p.277).

Podemos notar que, tal qual se passa com o conceito de "civilização", a condição da mulher projetada pelo jornal *A Cruz* assume uma conotação marcadamente cristã e moralizante.

No caso analisado, reiterava-se o seu lugar social, encerrado ora ao âmbito doméstico - onde suas funções se restringiam à educação dos filhos e boa esposa -, ora ao papel de religiosas, reclusas em conventos e congregações femininas que foram sendo criadas no Brasil. Esta conotação, contudo, embora seja a que predomine na imprensa ultramontana aqui analisada, não pode ser generalizada. Estudos recentes têm revelado a polissemia associada à condição feminina, sobretudo quando observamos outros jornais da época, editados por mulheres, os quais investiam na produção da mulher "ilustrada", assim como na emancipação feminina[6].

Mesmo nestes casos, contudo, além de tal reivindicação ser atravessada por forte clivagem social e racial – havendo clara diferenciação entre a condição das "mulheres brancas" e abastadas economicamente, e as "pretas" - a educação feminina visava a preparar as mulheres para exercerem seu "destino, no domínio da casa, através das funções de esposa e mãe". Segundo Reis: "Cabia a elas uma ação moralizadora dentro do lar, ao atuarem diretamente sobre a moral dos seus filhos e filhas, pois dessa maneira elas formariam homens de bom caráter, dos quais dependia o futuro e o progresso da nação" (REIS, 2029, p. 54).

O que nos leva a crer que, embora tensionando a estrutura e vigente, a atuação de algumas mulheres através da própria imprensa não era capaz de romper om o ideal feminino definido pelo código moral cristão, que traçava um perfil de mulheres "submissas aos homens, fiéis e honradas" (MEZAN, 1993, p. 123-124), onde a honra se ligava à castidade. A presença mais marcante da mulher na vida pública no século XIX não teria, então, gerado uma drástica mudança nesse código moral consolidado, já que a honra da mulher, desde os tempos coloniais, dizia respeito tanto à vida privada, como à pública, sendo a Igreja e o Estado abertamente "responsáveis" pelo controle do corpo da mulher.

Dessa forma, nas páginas da imprensa ultramontana, a mulher ideal continuava tendo sua importância restrita ao ambiente doméstico, podendo ser sua "arma" invisível na vida privada contra os inimigos da Igreja, na vida pública. Evidentemente, a delimitação entre público e privado no Brasil oitocentista carregava as mesmas marcas da indistinção – quando não da

[6] Caso do *Jornal das Senhoras*, periódico editado no Rio de Janeiro entre1852 e1855 (SALES, 2019), e dos dois outros jornais anteriormente citados, voltados para a emancipação feminina e para a associação das mulheres às noções de "progresso" e "civilização" (REIS, 2020; COSTA, 2020)

"inversão" -, forjadas durante o período colonial (NOVAIS, 1997), o que justificava o investimento ultramontano da modelagem deste papel feminino na sociedade da época.

Esta condição idealmente projetada para a mulher se via ameaçada no Brasil da segunda metade do século XIX, quando a educação feminina começou a ser impulsionada (MANOEL, 2012). Vale lembrar que o estudo proporcionado às mulheres, além de ser direcionado à oligarquia dirigente, não dava oportunidades de especialização, contando com matérias como língua portuguesa, religião e prendas domésticas, que reforçavam o papel da mulher ligado à família e à maternidade. Além disso, segundo os preceitos do modelo ultramontano, estava incluído em seu projeto pastoral um projeto educacional, ou seja: uma estratégia usada pela Igreja, que além dos seminários de formação do clero, abarcava a educação feminina. (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 3)

Tudo este investimento se via ameaçado pelas mudanças fomentadas a partir chegada da Corte portuguesa no Brasil, quando se multiplicavam os espaços públicos de leitura, como gabinetes de leitura, bibliotecas e livrarias (CASTRO, 2015). Em consonância a isso, pode-se observar, também, uma mudança nas condições de leitura para as mulheres, que passavam a ser fomentadas pela criação de colégios para moças, que além de incentivar a leitura, reiterava o papel da mulher de educadora (MANOEL, 2012). Incentivada pelos jornais oitocentistas (CASTRO, 2015), a leitura feminina veio acompanhada de um aumento das práticas de leitura oralizada, expandindo a compreensão do conceito de indivíduo leitor, sendo esta uma prática corriqueira nos ambientes domésticos do século XIX.

Neste sentido, uma das preocupações do jornal *A Cruz* dizia respeito à mulher leitora, conforme registrado logo nas suas primeiras edições, de forma sútil e gradual. Referia-se, especificamente, à literatura que era aceita e apoiada pela Igreja[7], em artigos do jornal intitulados "A Mulher Católica" e "As Mulheres do Evangelho" (A CRUZ, n. 4, 8 de setembro de 1861, p. 4). Conforme o avanço das edições, essas aparições já se apresentam relativamente mais densas. No primeiro ano de publicação do jornal (1861), podemos perceber o início do apelo em relação à

[7] Registrando, também, uma preocupação no que tange às leituras ficcionais francesas, por exemplo, e reiterando a importância de se manter a leitura voltada para o que realmente importava, conforme os preceitos da Igreja. Reforçava, com isso, a ideia de que uma das poucas coisas que ligava a mulher ao mundo externo, desde o período colonial, era a leitura, que deveria por isso ser controlada, vedada com as fiscalizações impostas pelos maridos e pela Igreja. (MEZAN, 1993)

maternidade, frisando-se a importância da relação entre mãe e filho, sendo praticamente os únicos momentos em que a mulher é citada, salientando o papel de educadora e responsável por inculcar, desde o berço, os exemplos e valores cristãos, tal como a obediência[8]. Assim, afirmava-se:

> É na doçura de sua voz, que seu filho cresce; é o calor de seu colo que aprende o exemplo do respeito, da caridade, e da obediência: fora dela só há rigor, severidade e mais fria indiferença. Só ela é capaz de arrancar seu filho das ondas do crime de voas entre labaredas que rodeiam seu berço para salva-lo [...]. O amor materno é pois um vínculo, que suspende ao céu, que a torna nobre e a eleva acima de tudo (A CRUZ, n.7, 29 de setembro de 1861, p.2).

Em sua sétima edição, o jornal conta com um tópico intitulado "O Amor Materno" (A CRUZ, n.7, 29 de setembro de 1861, p. 2), abordando de forma mais contundente o tema da maternidade. Desse modo, o jornal já inicia um processo de construção da ideia de que seria a "mãe" a figura responsável por educar e transmitir a seus filhos os conhecimentos sobre comportamento e religião e, consequentemente, por moldar os jovens cidadãos aos preceitos de uma educação religiosa ortodoxa, em uma sociedade moderna. Nas publicações seguintes, conseguimos observar um número crescente de citações envolvendo a associação do binômio "mulher-mãe". Este binômio está ligado à ideia reiterada pela Igreja católica (DEL PRIORE, 2020), em que a maternidade aparece como uma condição social atribuída naturalmente à mulher, instrumentalizada pelo jornal como arma contra possíveis desvios dos preceitos cristãos.

É possível, ainda, reconhecer uma estratégia discursiva reproduzida pelo jornal, mediante a qual a repetição do binômio "mulher-mãe" em associação ao par conceitual "civilização-cristianismo", criava o efeito de uma "similaridade" semântica para o leitor, entre estes pares conceituais, que passavam a ser tomados como correlatos. (KOSELLECK, 2006)

O apelo à educação materna no jornal, apesar de muito claro e direto, revela-se quase sempre de forma subliminar, denunciando sua conotação ideológica (ORLANDI, 2013). Um exemplo disso são as constantes comparações que o periódico traça entre a condição maternal da

[8] Tania Machado Morin, em seu trabalho "Virtuosas e Perigosas: As mulheres na Revolução Francesa" mostra que na própria França, a "Revolução acrescentou uma dimensão cívica à maternidade", ficando subentendido que qualquer coisa que as afastasse a mulher "de sua missão fundamental prejudica a família e a sociedade" Dessa forma, percebe-se que mesmo fora do jornal A Cruz – e do seio de uma sociedade predominantemente católica - o papel da mulher no ambiente doméstico se relacionava à construção da nação, ao criar homens bons e dignos, que ao serem educados pelas mulheres na esfera privada, trariam melhorias ao âmbito público. (MORIN, 2014)

mulher e da Igreja. Ao afirmar que a Igreja seria uma "mãe", o jornal reforça a ideia de que a instituição seria a responsável por educar a população na esfera pública, tal qual a mãe era a responsável por realizar esse mesmo papel na esfera privada. "Ancorados na ideia de ser a Igreja portadora da Verdade" (MANOEL, 2012, p. 6), os ultramontanos dedicaram diversas edições do periódico ao esforço de aproximar a figura da mulher à da Igreja, tentando criar no leitor a mesma confiança que existia pela mãe dentro da esfera privada, no papel da Igreja perante a sociedade como um todo. Assim, a própria Igreja se comparava à figura feminina, com a ressalva de que, segundo o jornal, "(...) a Igreja não é uma mulher, ela é mais que uma mulher, porque é mãe! Ella é mãe da Europa, a mãe da sociedade moderna, a mãe da moderna humanidade" (A CRUZ, n. 20, 29 de dezembro de 1861, p. 3)

Como forma de garantir a confiança da mulher leitora - potencial propagadora do discurso ultramontano do jornal -, seus editores utilizaram como estratégia a associação sutil da imagem negativa que a mulher carrega na Igreja - esta que, entre o séc. XII e o XVIII "identificou nas mulheres uma das formas do mal na Terra" (DEL PRIORE, 2020, p. 18) -, valorizado suas virtudes e colocando-a como a libertadora daquela que é a "mais próxima" de Deus, pela condição de geradora e criadora imposta pela maternidade. Por inúmeras vezes, a figura feminina era vista como responsável pelo sucesso dos homens e, dessa forma, tentavam inverter a conotação negativa, que associava a mulher ao pecado original[9], conforme fica claro no trecho: "Bem-aventurado o homem, que tem uma boa mulher: porque dobrado será o número de seus anos." (A CRUZ, n. 150, 26 de junho de 1864, p. 2)

A associação simbólica construída pelo jornal entre a mulher e a Igreja tinha como objetivo atingir um perfil específico de mulheres, que se adequassem às necessidades do projeto civilizador ultramontano. Mulheres que teriam as características necessárias para manter vivo o catolicismo, educando sua prole segundo preceitos cristãos. Ou seja, tratava-se de investir no papel da mulher progenitora, mãe de família, que tinha como principal dever "educar seus filhos de forma cristã. Dela vinha os valores e as tradições do catolicismo" (DEL PRIORE, 2020, p. 24).

[9] Para um aprofundamento sobre o tema do pecado original ver (MINOIS, 2021).

Num artigo que analisava a "condição da mulher e da família sob a influência do paganismo", intitulado "A mulher, a família e a civilização", surge a ideia de que a mulher fora do catolicismo seria uma "vergonha", reforçando o pensamento ultramontano de detentor da verdade e da civilização. Além disso, a mesma edição pontua a importância da monogamia defendida pela Igreja católica, dizendo que sem ela "não há família, não há mais do que um desprezível rebanho de miseráveis mulheres dominadas pelo temor de um absoluto senhor" (A CRUZ, n. 40, 18 de maio de 1862, p. 2). Conforme Andrade:

> Na construção de um ideal de mulher honesta, seu corpo martirizado dócil, virginal seria o exemplo do corpo feminino desejado. Um corpo que obedeceria a dogmas, não cometeria pecados, que preferia o martírio à perda de sua pureza enfim, um corpo feminino representado como a virgem ou a mãe" (DE ANDRADE, 2021, p. 93).

Neste mesmo artigo, o jornal concluía ser inevitável "admitir e confessar que com as ideias pagânicas não houve, não era mesmo possível a civilização", porque na Grécia e Roma antigas simplesmente "havia inteira ausência do elemento civilizador", sendo este um "fato essencialmente moderno", devendo "seu nascimento ao cristianismo e a sua conservação à igreja", "decorrendo da Cruz". (A CRUZ, n. 40, 18 de maio de 1862, p. 2).

Portanto, revelando as camadas de significado acumuladas no decorrer da formação da sociedade brasileira, desde o período colonial, às quais se sobrepunham as representações teológicas sustentadas pela Igreja católica, o perfil da mulher reiterado nas páginas do jornal A Cruz prestava-se aos objetivos do projeto civilizador ultramontano. A mulher que educa seus filhos, que cumpre seu papel de esposa, que se assemelha à figura virginal de Maria e que, de forma invisível, seria o alicerce para as ações da Igreja romana (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014). Justamente por ainda passar despercebida publicamente, poderia representar uma arma poderosa de combate às tendências secularizantes, reservando uma contribuição reclusa, embora estruturante de uma "sociedade perfeita", cujo modelo era a Igreja.

Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar algumas dimensões do discurso ultramontano nas páginas daquele que pode ser considerado um dos seus porta-vozes, no Brasil na segunda metade do séc. XIX: o jornal *A Cruz*. A partir da análise das edições publicadas durante os quatro anos

de sua vigência, procuramos entender como fora concebido o papel da mulher, associado ao projeto civilizador ultramontano. Para tal, se fez necessário remeter às características ideais femininas enfatizadas pelo jornal a um estereótipo de longa duração, que remontava ao período colonial, bem como a formulações teológicas reiteradas pela Igreja católica, para, enfim, compreendermos como elas poderiam servir como armas ideológicas na sobrevivência do catolicismo, no contexto do avanço das tendências associadas à modernidade ocidental.

Nesse cenário, a tentativa de incutir os ideais de uma "modernidade cristã", conforme o paradigma tridentino retomado pela Igreja romana desde meados do século XIX, fazia das mulheres protagonistas do projeto civilizador ultramontano, com uma atuação restrita ao seio da família, onde desempenhavam o papel de mães, educadoras e esposas fiéis. Dispositivos discursivos estes associados aos atributos da própria Igreja, conforme procuramos demonstrar. Para tanto, os representantes do ultramontanismo tomaram como objeto de ação o corpo da mulher, bem como sua conduta moral, que funcionaram como "decodificadores de um processo civilizatório" em ação. (ANDRADE, 2021, p. 93) Afinal, reconhece-se:

> [...] é fato que a Igreja Católica apropriou-se da educação como um meio de impor suas ideias perante o mundo, pois a educação feminina, segundo os preceitos do projeto ultramontano, estava delineada por princípios religioso-católicos, baseando-se na disciplina, na renúncia e na obediência. (CAMARGO; SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 8).

Dessa forma, moldar o perfil da mulher, mãe, cristã, católica seria uma das condições imprescindíveis para o sucesso do projeto civilizador ultramontano. E nisso, o jornal *A Cruz* seria enfático, relembrando em quase todas as suas edições o modelo ideal da figura feminina, moldando de forma pedagógica e por práticas "disciplinatórias" (ANDRADE, 2021) seu projeto de civilização cristã, por meio do corpo, dos hábitos e comportamentos da mulher.

Referências bibliográficas

A CRUZ - *Jornal religioso, litterario, historico e philosophico.* Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**. Mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: Edunb José Olympio, 1999.

ANDRADE, Solange Ramos de. Histórias das religiões e fontes impressas: jornais, periódicos e manuais de civilidade. *In*: FONSECA, André Dioney; MARIN, Jérri Roberto (orgs.). **História, Imprensa e Religião**. Curitiva: Editora Appris, 2021. p. 61-101.

ASAD, Talal. **Formations of the Secular*:* christianity, islam, modernity.** California: Stanford, 2003.

BENAVIDES, Gustavo. **"Magic, Religion, Materiality"**, in: Historical Reflections/ Réflexions Historiques, 23/3, 1997.

CAMARGO, K. G. F.; SILVA, Maria Aparecida Alves; RIBEIRO, B. O. L. O catolicismo ultramontano: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant'Anna no findar do século XIX até meados do século XX. In: **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**, 2014, Goiânia. Pós-graduação e Pesquisa em Extensão: contradições e desafios para a transformação social, 2014.

CASTRO, Valdiney Valente Lobato de. Quem eram os leitores cariocas do século XIX. **Interfaces,** Vol. 6 n. 2 (dezembro 2015), pp. 40-50.

COELHO, Allan da Silva. Secularização e Laicidade: abordagens destoantes para pensar a modernidade. **Impulso***,* Piracicaba, 26(67), pp- 85- 98, set- dez 2016

CORDI, Cassiano. **O Tradicionalismo na República Velha**. 1984. 189f. Tese. (Doutorado em Filosofia). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

COSTA, Isadora de Mélo Escarrone, O *Jornal das Senhoras* e *A Esperança*: Aproximando as páginas e revelando os contextos, in: Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História: "História e mídias: narrativas em disputas", Recife, 2020. v. XIII. p. 1-15.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras:** uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Planeta, 2020.

_____. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades. 2ª. Ed., Bauru: Unesp, 2009.

DI STEFANO, Roberto. Modernidad religiosa y secularización em la Argentina del siglo XIX. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (org.). **Política, Religião e diversidades***:* Educação e Espaço Público (v.1). Florianópolis: ABHR/ Fogo, 2018, p. 133- 147.

FERES JR., João. O conceito de civilização: uma análise transversal, in: Javier Fernández Sebastián (dir.), **Diccionario político y social del mundo ibero-americano**. Conceptos políticos fundamentales, 1770-1870, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014, vol. II, tomo 1.

FONSECA, André Dioney; MARIN, Jérri Roberto (orgs.). **História, Imprensa e Religião**. Curitiba: Editora Appris, 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LEONARDI, Paula. Igreja católica e educação feminina: uma outra perspectiva. **Revista Histedbr** on-line, v. 9, n. 34, p. 180-198, 2009.

MANOEL, Ivan A. O início da educação católica feminina no Brasil (1859-1919): os colégios das "freiras francesas". **Páginas de Educación**, v. 5, n. 1, p. 115-134, 2012.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre a condição da mulher brasileira da colônia às primeiras décadas do século XX. **Revista Ibero-americana de estudos em educação**, 2010.

MINOIS, Georges. **As origens do mal:** uma história do pecado original. Bauru: Unesp, 2021.

MONTERO, P. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 74, pp. 47-65, 2006.

MORIN, Tânia Machado. **Virtuosas e Perigosas. As mulheres na Revolução Francesa.** São Paulo: Alameda, 2014.

NEVES, F. R. A voz e a pena a serviço da Igreja. A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. *In*: **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia** - GT de História da Mídia, 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-do-jornalismo.

NOVAIS, Fernando A., Condições de privacidade na colônia, in: SOUZA, Laura de Mello (org.). **História da vida privada no Brasil**, v.1, Companhia das Letras, 1997, pp. 114-39.

O APÓSTOLO. Periódico Religioso, Moral e Doutrinário, consagrado aos interesses da Religião e da Sociedade. Rio de Janeiro, 1866-1901. Disponível em: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 11ª edição. Campinas: Pontes, 2013.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento.** As formas do discurso. 4ª edição. Campinas: Pontes, 1996

RAMIRO JR., Luis Carlos, O conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil, in: ***Ariadna histórica***. Lenguajes, conceptos, metáforas, n. 5 (2016), p. 80. Disponível em: http://www.ehu.es/ojs/index.php/Ariadna/index.

REIS, Laura Junqueira de Mello. As mulheres no periódico Marmota (1849-1864): Escritos, estratégias e noções de civilidade. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História), Universidade Federal de Juíz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020, 136 f.

SALES, Carla da Silva de. A imprensa que educa: O Jornal das Senhoras e a formação moral e intelectual feminina (1852-1855). Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019, 113 fls.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização**. Reflexão**, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2017.

_____. **Questão de Consciência**: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

_____. "Afastemos o Padre clero da política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império", **Mneme**, v. 12, p. 187-207, 2011

_____. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização-Ultramontanismo-Reforma. **Temporalidades**, v. 2, n. 2, p. 24-33, 2010.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; CARVALHO, Thais da Rocha. A Cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 2019.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal O Apóstolo. **Horizonte**: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Online), v. 18, p. 542-569, 2020.

_____. "Matrizes da Teologia Política no pensamento ultramontano brasileiro do século XIX", in: **Anais do VII Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião**: Religião e Crise Socioambiental. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 17 a 20 de setembro de 2019.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Periodismo ultramontano y la transnacionalización del catolicismo decimonónico desde Brasil, **Debates de Redhisel**, v. 3, p. 59-82, 2021.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da; MARTINEZ, I.; STEFANO, R.; MONREAL, S. Religión y Civilización en Argentina, Brasil y Uruguay (1750-1899). **Ariadna histórica**. Lenguajes, conceptos, metáforas, v. 9, p. 17-52, 2020.

SILVA, Letícia Ferreira de; CASTILHO, Maria Augusta de. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 12, 2014.

SERBIN, Kenneth. P. **Padres, Celibato e Conflito Social**: uma história da igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VATTIMO, Gianni. **O fim da Modernidade*:* niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

XAVIER-GUERRA, François. **Modernidad e independencias*:* ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Encuentro**. 2009.

ZANOTTO, Gizele. A análise do discurso como instrumento metodológico para o historiador da religião. In: SILVA, Ana Rosa Cloclet da; DI STEFANO, Roberto (orgs.). **História das religiões em perspectiva:** desafios conceituais, diálogos interdisciplinares e questões metodológicas. Curitiba: Primas, 2018, pp. 335-362.

Temporalidades

Para bom telespectador, meia imagem basta: discurso de "Pantanal" realça patriarcado e combate masculinidade tóxica

For a good viewer, half an image is enough: the speech of "Pantanal" highlights patriarchy and fights toxic masculinity

Aurora Miranda Leão
Doutoranda em Comunicação
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
auroraleao@hotmail.com

Recebido: 08/10/2022
Aprovado: 06/03/2023

Resumo: O artigo foca na telenovela *Pantanal* (TV Globo, 2022), obra original de Benedito Ruy Barbosa, com texto ressignificado por seu neto Bruno Luperi. Entende-se o rincão pantaneiro como espaço sertanejo, considerando-se relevante a exibição no horário nobre da TV aberta, estimulando a reflexão sobre opressões e silenciamentos que vitimam homens e mulheres. O perfil investigativo aponta como a teleficção salienta os estragos causados pela colonialidade, a partir da pergunta "Como a construção da diegese evidencia a opressão encravada no sistema patriarcal e favorece a percepção dos danos causados pelas ciladas do machismo?". Escolhem-se cenas nas quais a arbitrariedade machista é realçada, através da misoginia e da violência de gênero, e são enfatizados os grilhões da estrutura patriarcal, a partir das noções de feridas da Modernidade (GUMBRECHT, 2019) e de Masculinidade Tóxica (BOLA, 2022). A metodologia une a Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) à investigação do roteiro (MACIEL, 2017)

Palavras-chave: Pantanal; Teledramaturgia; Patriarcado.

Resumen/Abstract: The article focuses on the telenovela *Pantanal* (TV Globo, 2022), an original work by Benedito Ruy Barbosa, with a text resignified by his grandson Bruno Luperi. The *Pantanal* corner is understood as a sertanejo space, considering the exhibition in prime time of open TV, stimulating reflection on oppression and silencing that victimize men and women. The investigative profile points out how telefiction highlights the damage caused by coloniality, based on the question "How does the construction of diegesis evidence of the oppression embedded in the patriarchal system and favors the perception of the damage caused by the traps of machismo?". Scenes are chosen in which sexist arbitrariness is highlighted, through misogyny and gender violence, and the shackles of the patriarchal structure are emphasized, based on the notions of wounds of Modernity (GUMBRECHT, 2019) and Toxic Masculinity (BOLA, 2022). The methodology combines Critical Narrative Analysis (MOTTA, 2013) with script investigation.

Palabras clave/Keywords: Pantanal; Teledramaturgy; Patriarchy.

Introdução

Este artigo tem como *corpus* a telenovela *Pantanal*, versão 2022, obra original de Benedito Ruy Barbosa, com texto ressignificado por seu neto Bruno Luperi, realizada e exibida pela TV Globo, de março a outubro de 2022, no horário nobre. No território pantaneiro da diegese são protagônicos o Véi do Rio (vivido pelo ator Osmar Prado), a moça Juma Marruá (Alanis Guillen), que vira onça, o fazendeiro José Leôncio (Marcos Palmeira), o jovem "flosô" Joventino (Jesuíta Barbosa) e o próprio espaço do sertão, repositório no qual viceja a saudade de um tempo livre da pressa aflitiva da midiatização deste século XXI, ao mesmo tempo perpetrado pelo avanço da destruição ambiental em curso no país, e onde fluem situações aptas a promover intenso questionamento sobre o cotidiano atual, como apontam tantos estudos.

"As relações da novela com a realidade são as mais instigantes possíveis: se, de um lado, a rubrica do gênero é ficção, de outro, não é menos verdade que o tempo ficcional procura dialogar constantemente com o tempo real do espectador" (Balogh, 2002, p.186). Vale assinalar que a teledramaturgia, desde o marco de *Beto Rockfeller*[1], aposta na similaridade com o real para estreitar sua capacidade de promover interação com o público. Nesse sentido, afirma Balan (1997):

> O programa de TV proporcionará melhor grau de convencimento se os cenários e iluminações utilizadas proporcionarem ambientes que correspondam à realidade já conhecida pelo cidadão comum." (BALAN, 1997, p. 21).

Adensando mais ainda essa percepção, tangencia-se a construção do "sentido de realidade" (Coca, 2017), produzido a partir do que Barthes (2012) definiu como "efeito de real", qual seja a noção de realidade própria do senso comum. Para a pesquisadora Adriana Coca,

> O "sentido de realidade" vai além da correlação do que vem do senso comum porque "reforça a busca pela fidelidade ao real, ideia dominante que pauta grande parte das produções da teledramaturgia na TV aberta. (COCA, 2017, p 2).

Constata-se então o quanto esse investimento na fidelização ao real é importante para permitir maior aderência à narrativa, propiciando a inserção de temáticas identitárias em rumo oposto aos padrões hegemônicos e garantindo sua imediata identificação. Isso fortalece a interação,

[1] Telenovela escrita por Bráulio Pedroso e exibida pela TV Tupi entre 1968 e 1969, com direção de Lima Duarte, que transformou-se no principal marco definidor da linguagem da Teledramaturgia Brasileira, a partir de uma significativa mudança no modo de elaboração da narrativa.

intensificada através do engajamento com a obra por diferentes telas. É como se as pautas trazidas cotidianamente pelo jornalismo tivessem continuidade ininterrupta através das vidas criadas para os personagens ficcionais.

Nesse viés, a realização de *Pantanal* neste 2022 expande sua prospecção porque dialoga com o universo atual do telespectador, o que pode ser constatado pelos altos números do ibope. Dessa forma, a criação de Barbosa e Luperi agiganta-se, trazendo à tona questões em pauta na cotidianidade com forte teor crítico sobre os padrões hegemônicos impostos pela Modernidade, aqui entendida como invenção discursiva ancorada sobre uma guerra que começa sobre o corpo mas expande-se até atingir projetos de vida, comportamentos e modos de pensar.

Seguindo nessa trilha, esta análise credita à formulação estética requisito fundamental para a compreensão do mundo (GUMBRECHT, 2015) enfatizando o quanto, no Brasil, essa experiência está intrinsecamente acoplada à produção de teledramaturgia, produto massivo que há mais de sete décadas é o elemento fulcral da indústria televisiva brasileira.

Presença permanente

A Teledramaturgia é a produção cultural de mais fácil acesso ao consumidor comum brasileiro. Com pelo menos cinco obras exibidas diária e gratuitamente na grade televisiva, as telenovelas fazem parte da vida nacional desde 1951, quando o primeiro título estreou na extinta TV Tupi. De lá até aqui, essa produção só expandiu-se, com aumento no número de realizações e diversidade de opções, sendo a TV Globo a maior produtora do gênero e inconteste na qualidade de sua teleficção.

Consagradas como um dos mais importantes produtos culturais do país, as telenovelas são ponto forte da programação televisiva desde os anos de 1960. No caminho de sua afirmação, desde seu ingresso até sua presença fixa na grade diária, elas transformaram-se numa narrativa sobre a nação (LOPES, 2010).

Com dados infelizes sobre a situação do analfabetismo, registrados na pesquisa "Todos pela Educação", divulgada em maio pelo IBGE[2], a teledramaturgia funciona muitas vezes como única fonte de acesso à informação e conhecimento para a maioria da população, acionando imagens,

[2] Ver matéria "40,8% das crianças brasileiras não foram alfabetizadas, mostra pesquisa". Disponível em https://exame.com/brasil/pesquisa-jovens-brasileiros-alfabetizados/. Acesso em 28 set 2022.

trazendo experiências e apresentando histórias capazes de acrescentar ao telespectador noções de cidadania e comportamento, assaz relevantes para quem tem cada vez menos afluência ao livro e à leitura. Assim sendo, busca-se indicar o quão importante são as representações das masculinidades assentes em telenovela na qual o sertão pantaneiro é o cronotopo (BAKHTIN, 2010).

Criadas como produto destinado ao público feminino, objetivando entreter as "donas de casa" e mantê-las restritas ao espaço privado, as telenovelas forjaram um aprendizado emocional significativo para esse estrato da população, conforma aponta Távola (1996). E se *Beto Rockfeller* é o marco inaugural da reviravolta no estilo de criar teledramaturgia, a partir do abrasileiramento do falar e modo de agir dos personagens, bem como dos temas abordados, com Janete Clair (1925-1983) consolida-se o estilo brasileiro de criar novela, a partir de comunicação mais direta com os temas vivenciados no cotidiano, inclusos numa realidade de fácil identificação e referências textuais, verbais e imagéticas tipicamente brasileiras.

Foi também a escritora quem quebrou a mística de que somente mulheres assistiam a novelas, sendo pioneira na inserção de pautas masculinas nos folhetins: primeiro a temática das corridas de Fórmula 1 (*Véu de noiva*, 1969). Na novela seguinte, *Irmãos Coragem*, que estreou em 8 de junho de 1970 e teve 328 capítulos, o protagonismo coube a três personagens masculinos. A trama contava a história de irmãos que desafiam a autoridade de um latifundiário, apostando em cenas de ação aos moldes dos filmes americanos de *bang-bang* mescladas com futebol. O personagem João Coragem (Tarcísio Meira) encarnava uma versão tupiniquim do personagem de Clint Eastwood na trilogia dos dólares, de grande repercussão na época, enquanto Cláudio Marzo fazia um jogador de futebol do Flamengo, chegando mesmo a gravar cenas no estádio do Maracanã lotado.

De lá até aqui, registram-se muitas mudanças e evoluções no modo de contar e realizar teledramaturgia. Nesse contexto, avulta *Pantanal*, afirmando salutar caminho de discussão sobre opressões e silenciamentos que vitimizam homens e mulheres. A partir disso, o recorte escolhido elege situações inclusas no roteiro para buscar resposta à indagação preliminar. Registrando-se números cada vez mais alarmantes de violência de gênero no Brasil, com aumento de feminicídios como nunca antes, a inserção dessa temática em obra de tanta aceitação popular cumpre importante papel social.

Segue-se metodologia híbrida, unindo a Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) à desconstrução do roteiro audiovisual (MACIEL, 2017).O desenvolvimento da análise mostra como

as opressões ditadas pelo patriarcado se entrecruzam e trabalham em paralelo, fragilizando homens e mulheres de todos os gêneros, classes sociais e faixas etárias. Para essa percepção, colaboram composições verbais e imagéticas indicadoras do quanto o interior do país ainda é um dado desconhecido da maioria e do quanto está entranhada no imaginário nacional a corporatura de um modelo colonial, segregador e capitalista que oprime e impõe silêncio.

Memória e "lugar de refúgio"

Introduzir o espaço sertanejo do pantanal no horário nobre da televisão aberta, bem como problematizar a estrutura colonial ainda em vigor, neste momento no qual a sociedade brasileira enfrenta diariamente um ataque incisivo sobre seus alicerces democráticos e atravessa fase por demais sombria de degradação ambiental, no sertão como na urbanidade, afirma-se configuração alentadora da diegese de *Pantanal*.

Entende-se a região pantaneira funcionando na narrativa televisual, ao mesmo tempo, como "lugar de refúgio" (GRUMBRECHT, 2015), que encanta com sua temporalidade oposta a da agitação das grandes cidades, sua natureza exuberante e sua "aura" (BENJAMIN, 2018), ainda que a autoria também aponte a degradação ambiental sofrida pela região. Escolhem-se algumas cenas e sequências da teleficção, nas quais ganha relevo e força protagônica a natureza exuberante de Mato Grosso do Sul, bem como é celebrado o respeito ao meio ambiente, e outras nas quais avultam as disparidades sociais em vigor. Nesse viés, a truculência sobre a mulher é realçada, através da misoginia e da cultura do estupro, afirmadoras dos grilhões da estrutura colonial que alicerça o patriarcado, confrontado a partir das noções de violência simbólica (BOURDIEU, 1999), machismo invisível (CASTAÑEDA, 2019) e masculinidade tóxica (TREVISAN, 2021; BOLA, 2022; MUSZKAT, 2018).

Partilhamos do entendimento de que é preciso "deslegitimar a violência contra a mulher" (MUSZKAT, 2018), procurando demonstrar como roteiro e direção trabalham conjuntamente para instigar reflexão nessa seara, identificando sinais evidenciadores do que o educador congolês JJ BOLA (2022) chama de "masculinidade tóxica-", os quais perpassam toda a diegese.

A história criada por Benedito Ruy Barbosa assinala a preponderância do mando masculino no espaço sertanejo, ou seja, os homens comandam o cotidiano no território pantaneiro. Por conta disso, o cronotopo (BAKHTIN, 2010) tem forte expressão machista, quer seja no linguajar trivial, na

configuração familiar, na submissão feminina, quer na compleição das esferas de poder. Isso aparece não apenas nas contracenas mas através dos enquadramentos. A personagem Maria Bruaca, por exemplo, é quase sempre mostrada de costas para sublinhar a irrelevância a que a esposa do latifundiário é submetida. Cabe ressaltar o que disse o ator Murilo Benício no lançamento da novela: "Pessoas como o Tenório ainda existem aos montes. As coisas que ele faz para alcançar seus objetivos são irreais. Diria que ele é um cara com valores completamente deturpados, de um caráter que muda conforme a situação. Acho que vai ser uma boa forma de espelho para uma parcela de pessoas que não conseguiram evoluir deste lugar."[3] E foi mesmo: o personagem vilão provocou muitas reflexões e serviu para dimensionar o tamanho da opressão sofrida por Bruaca. Havia também mulheres de personalidade altiva, como Juma (Alanis Guillen) e Guta (Julia Dalavia) e alguns masculinos que destoam da condução hetenormativa[4] absorvido pelo senso comum como traço identitário natural.

Imagem 1: A riqueza imagética do pantanal enriquece a teleficção.

Fonte: TV Globo. https://globoplay.globo.com/pantanal/t/wM9wJbjHJN/

[3] Confira matéria Disponível em https://gshow.globo.com/novelas/pantanal/noticia/pantanal-murilo-benicio-explica-tenorio-e-nao-teme-ser-cancelado-por-personagem-machista.ghtml

[4] Refere-se a uma imposição social para ser ou se comportar conforme os papéis prescritos pelas normas sociais para homens e mulheres**.**Ver em https://amaro.com/blog/br/estilo-de-vida/heteronormatividade/. Acesso em 06 out 2022.

Embora toda obra da teledramaturgia tenha muito forte o incurso (TÁVOLA, 1996), curso da comunicação pelo qual de pode destacar o aspecto ideológico e o mitológico da obra – e é nesse ponto que inclui-se a clássica personagem da Cinderela -, em *Pantanal* esse mito tão constante das narrativas televisuais canônicas não aparece em sua configuração tradicional. As mulheres que poderiam ocupar esse lugar são justamente Juma Marruá e Guta, e as duas nada tem do consagrado mito: Juma é mulher arrisca, avessa à sociabilidade, que chega a virar onça para defender-se do mal que enxerga nos homens, e Guta é o oposto do que simboliza a mítica princesa dos contos de fada. Com figurino despojado, é feminista, está sempre pondo em xeque os ditames do pai de mentalidade colonial, não quer casar-se e ainda vive um quase incesto até descobrir que o suposto irmão não tem seu mesmo sangue.

Destaca-se ainda a observação acerca de dois dos mitos mais recorrentes na comunicação de massas – livros, fotonovelas, desenho animado, quadrinhos, filmes -, a mocinha ingênua à espera de um príncipe encantado e o herói salvador, símbolo dos alicerces patriarcais, os quais não integram o rol de seres fictícios de *Pantanal*. Juma ganha protagonismo e tem grande empatia popular justamente por ser mulher aguerrida, amedrontadora até mesmo para os homens, que vive solitária numa tapera após perder os pais ainda criança, cuja força é extraída da natureza. Joventino (Jesuíta Babosa), o herdeiro caçula do pecuarista mais conhecido e mais querido da região pantaneira, nada tem do perfil de herói consagrado como modelo de tantas narrativas melodramáticas. Ao contrário, é ele quem vem trazer os ventos da mudança para os habitantes do sertão pantaneiro. Assim, segundo a perspectiva de gênero (SCOTT, 1989), a construção narrativa já começa propondo rachaduras sobre o ideário machista prevalente no sertão, seja o real ou o da ficção.

Esse aspecto crucial da narrativa assegura uma saudável desafinação na tradicional estrutura patriarcal da família brasileira. É por ele que se inserem as ressignificações, as transversalidades, as intertextualidades, as transposições, as transfigurações e as sugestões de mudança paradigmática na configuração secular pensada para o espaço rural. É clara a intenção de suscitar raciocínios sobre modelos desgastados de configuração familiar e instigar o debate sobre identidades sociais.

A eloquência do discurso televisual – texto, imagem, fotografia, interpretação, sonoridade – reforça o viés de construção das identidades sociais, algo adquirido no ambiente sociocultural, logo, esses moldes identitários não são fruto da genética e, portanto, podem ser repensados, desconstruídos e ressignificados. Outrossim, a obra investigada agrega pautas pujantes do contexto

atual, nas quais estão envolvidos patriarcado, misoginia, opressão, grilagem de terras, ancestralidade, respeito à natureza e violência de gênero, pilares da construção discursiva. É a ideia de que determinações biológicas respondem pelo comportamento de mulheres e homens que a narrativa põe em xeque com primazia.

Questão de gênero

A primazia dos varões no mundo, ao longo dos séculos, era inquestionável. Ainda bem que um breve retorno à história nos faz conhecer as saudáveis mudanças absorvidas ao passar das épocas. Assim, o mundo vive hoje um tempo no qual o gênero tornou-se questão incontornável[5] (MARTINS, 2022), conforme atestam diversos estudos e pesquisas acadêmicas. Há alguns anos, por exemplo, a psicóloga mexicana Marina Castañeda (2019) lançou *El machismo invisible*, fruto de percepções e aprendizado em décadas como terapeuta. Segundo ela, o machismo é fruto de crenças profundas, tão arraigadas que resultam praticamente invisíveis.

A experiência da autora permitiu estudar os imensos problemas criados pelo machismo, tais como as barreiras na comunicação, as expectativas cruzadas, os papéis sociais que aprisionam homens e mulheres por igual. Uma de suas afirmações lapidares nos guia neste estudo: *"El machismo empobrece a unos y otras por igual, y se convierte en un juego interpessoal en el cual nadie gana y todos pierden".*(CASTAÑEDA, 2019, p.34). Por sua vez, Malvina Muszkat (2018) afirma:

> O conhecimento não é uma explicação definitiva da realidade. Num momento em que o cenário social reivindica espaço para as diversidades sexuais e se organiza uma nova ordem simbólica, torna-se imprescindível avaliar a pertinência de uma teoria que utiliza o falo como principal e único organizador social. Desse ponto de vista, eu não consideraria a situação atual simplesmente uma crise das masculinidades, mas a crise uma crença que durante séculos dominou a construção de nossa subjetividade. (MUSZKAT, 2018, p. 47).

Unindo as palavras da escritora mexicana às da terapeuta paulista, acreditamos possível inferir: o machismo é potência polissêmica entranhada no enredo da telenovela e a construção ficcional trabalha no sentido de desconstruir o padrão hegemônico de masculinidade. Na obra como na vida, esse comportamento está de tal modo naturalizado que muitas vezes nem o identificamos,

[5] Ver matéria "Joyce Martins: 'O ingresso de mulheres e negros na política pode ser transgressor'". Disponível em https://beta.headline.com.br/poder/joyce-martins-o-ingresso-de-mulheres-e-negros-na-politica-pode-ser-transgressor. Acesso em 30 set 2022.

daí o porquê da expressão "machismo invisível". Mesmo ali, no longínquo sertão mato-grossense da teleficção, a subjetividade é atributo menosprezado, enquanto o "vírus" da opressão, da insensatez e da agressividade, existe e faz sofredores. E, ao longo da diegese, os subterfúgios do invisível machismo e da truculência colonial se farão presentes.

Imagem 2: panorâmica de uma das cenas da primeira fase de *Pantanal* (2022).

Quadro criado pela autora (Imagem: TV Globo).

Acontece, porém, haver criadores (e não algoritmos) do outro lado da telinha: eles são arquitetos de cenas e urdiduras dramáticas atuando na contramão do mofado discurso heteronormativo, moribundo que alguns viúvos do bolorento enxurro falocêntrico insistem em carregar como troféu[6]. Isso explica o enorme êxito da telenovela, cuja personagem "Maria Bruaca", vivida com brilhantismo pela atriz Isabel Teixeira, atingiu o ápice da preferência do telespectador, arrebatando a audiência, cativando milhares em todo o país, figurando nas capas das principais revistas e participando de diversas entrevistas nos mais diferentes espaços, além de provocar uma empatia notória com grandioso contingente de mulheres, de todas as classes sociais e faixas etárias.

[6] Ver matéria "Para especialistas, mulheres ainda são vistas como propriedades". Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/para-especialistas-mulheres-ainda-sao-vistas-como-propriedades-12014705. Acesso em 29 set 2022.

Ou seja, a secular formatação machista está em declínio e o discurso de *Pantanal* enxertou na novela traços cruciais afirmadores da necessidade de um novo quadro social.

Estamos todos imersos num mundo onde virtual e factual interagem em plena associação, pela qual o humano aparentemente se agiganta podendo "conhecer" aspectos do mundo até então desconhecidos ou apenas intuídos, numa cotidianidade mergulhada nas possibilidades múltiplas da imagem. Nesse cenário, é providencial o argumento de Arlindo Machado (1949-2020):

> A digitalização da imagem e sua consequente manipulação transformam substancialmente a própria natureza da televisão e a distinguem cada vez mais de outras tecnologias que também operam com a imagem e o som (MACHADO, 1987, p. 110).

As constantes ameaças e violências contra os corpos, bem como a liberdade de assumir novas posturas relativas à sexualidade, fazem da temática de gênero pauta recorrente na atualidade. Entendido como construção social, o gênero é uma imposição normativa sobre os corpos, tentativa infeliz de colocar todo mundo num mesmo padrão, tornando as diferenças biológicas um dado político de categorização. Isso provoca diversas formas de violência, como o acirramento das opressões, gerando aumento recorde de violência, com registros constantes de mulheres agredidas e violentadas, seja com assédio moral, abuso sexual, estupro ou morte por motivo banal, em todas as faixas etárias e classes sociais.

Em contrapartida, eclodiu uma avalanche de combate a essa situação espúria e foram criadas leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha e o crime de feminicídio, por exemplo. Nessa corrente, somaram-se pautas relativas ao racismo, aos povos originários e a comunidade LGBTQIAPN+, gerando também legislação para proteger esses enormes contingentes humanos, politicamente negligenciados e tidos até então como minoritários. Assim, a questão das identidades de gênero estando hoje em todos os espaços de discussão, não poderia ficar à margem dos discursos da mais popular produção ficcional do país, estando imbricada de modo intenso nas narrativas da teleficção.

O tema da heteronormatividade, gerador da masculinidade tóxica, também aflorou e aparece com muito vigor na trama. E como, para investigar os ardis da violência de gênero, é preciso também levar em conta questões como temporalidade, memória, identidades, diferenças, tabus, preconceitos e novas produções de sentido - uma vez que essas questões interferem na forma como as identidades são construídas -, essas serão as balizas desta perquirição.

Figura 03: Chamada "Bruaca" pelo marido carrasco, Maria finalmente se liberta.

Fonte: TV Globo https://globoplay.globo.com/pantanal/t/wM9wJbjHJN/

A novela chega ao paroxismo ao desvelar a profundidade do mal encravada no personagem Tenório (Murilo Benício) quando este, após ruminar por meses a fio a morte e uma vingança abjeta contra o peão por quem Bruaca se apaixona. O grileiro, dono de terras improdutivas, arma toda uma tramoia nefasta para aniquilar com o homem por quem sua esposa o trocou: pega os dois juntos na cama, aponta uma arma e avisa a Alcides que vai se vingar da forma que merece impingir a quem roubou "uma coisa" sua dizendo: "Você vai me pagar com sangue: é assim que se paga um crime contra a honra".

A sequência, exibida no capítulo 157 de segunda-feira, 26 de setembro, levou 5 horas para ser gravada[7], é primorosamente realizada e interpretada com a densidade exigida para momento tão cruel: o ato criminoso é propositalmente iluminado para que não se possa distingui-lo, mas a sonoridade, os rostos do algoz e sua vítima, a aflição de Maria do lado de fora da choupana onde o crime é perpetrado, irrigam com notável eloquência um discurso lapidar, pelo qual a truculência patriarcal dilata seu domínio, mergulhando em traços da crueldade intrínseca aos mandatários da colonialidade. Para estes, o sertão sempre foi traduzido como a terra em que "Manda quem pode e obedece quem tem juízo", na qual o crime de honra é aceito e até incentivado. Era assim no Brasil

[7] Ver matéria "Estupro de Tenório contra Alcides em Pantanal demorou cinco horas para ser gravado: 'Esgotamento total'". Disponível em https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/estupro-de-tenorio-contra-alcides-em-pantanal-demorou-cinco-horas-para-ser-gravado-esgotamento-total. Acesso em 30 set 2022.

Colônia e permanece assim no desejo e no imaginário de tantos famigerados coronéis e "barões da truculência"[8] que insistem em perseverar no caminho torpe da vilania, da opressão contra a mulher, da estupidez contra os mais fracos, todos eles simbolizados na figura odienta do latifundiário Tenório, brilhantemente interpretado pelo ator Murilo Benício.

O personagem simboliza à perfeição o arsenal nefasto de vilanias vigente em qualquer estrutura ditatorial de poder, que tem na tentativa de domínio sobre os corpos sua radiografia mais pujante, e representa toda a arquitetura fascistoide enraizada em frações robustas do tecido social desde a eleição de 2018, das zonas rurais mais afastadas da urbanidade aos nichos periféricos de toda grande capital do país. Além do mais, o coronel grileiro, corrupto, assassino e latifundiário improdutivo do sertão pantaneiro personifica com primazia esse tipo que pensa-se enterrado mas que a teleficção contribui para mostrar o quanto ainda vive, atuante e fazendo estragos nos mais diversos rincões do país, o que é constantemente confirmado pelo noticiário através do espantoso e aviltante aumento da violência contra mulheres e a comunidade LGBTQUIAPN+ no país desde então.

No próximo tópico, veremos cenas nas quais o machismo é proeminente e avultam as feridas da modernidade, dentre elas a masculinidade tóxica.

Machismo e homofobia

Há um tipo de machismo que corrói por baixo das aparências, como indica Castañeda (2019), com atitudes aparentemente 'inofensivas' - tão triviais que por vezes é difícil notá-lo. Bastas vezes, as próprias vítimas assumem o discurso e o ideário opressor sem se dar conta.

Cabe ainda lembrar que todo texto é tributário de outro, ou seja: um discurso é formado por fragmentos de discursos que estão imbricados em outros, os chamados interdiscursos, "aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva". (ORLANDI, 2012, p.31). Portanto, o discurso de uma narrativa sempre tem uma filiação, arrasta em seu bojo uma teia de outros que o antecederam ou o inspiraram, ainda que isso não seja percebido de imediato, porém, se analisado com perspicácia, é possível desvelar imaginários ali recônditos.

[8] Alusão à gíria, muito comum nas periferias de Fortaleza, e que acabou virando música com o título de "Barões da pisadinha", que desde a pandemia de covid-19 tem feito muito sucesso nas redes sociais.

Pantanal é um exemplo muito claro disso: originalmente realizada e exibida em 1990 na extinta TV Manchete, chegou a 2022 mantendo sua essência autoral e o roteiro original, no qual foram acrescidas relevantes mudanças relativas ao contexto atual. A qualidade da realização e seu discurso, funcionando quase como espelho social, ganhou validação através da acentuada audiência, em todas as faixas etárias e classes sociais, incluindo questões e pautas ausentes da versão primeira, obviamente porque nem sequer estavam em evidência no cotidiano do país. Nesse sentido, o capítulo final foi lindamente grandiloquente, revestindo-se num autêntico libelo contra a misoginia, a homofobia, o patriarcado e a opressão às mulheres.

Pontilhada de cenas e sequências memoráveis, a novela marca com altivez o ano no qual é preciso lutar diariamente para se manter as conquistas advindas com o fim da ditadura, em 1985. De lá até aqui, vive-se um momento inesperado de ataque contumaz às instituições democráticas e às muitas conquistas sociais alcançadas ao longo de tantas décadas. Está em risco, como nunca antes, a manutenção do estado democrático de direito, e a teledramaturgia dá sua importante contribuição recolocando o espaço rural novamente no epicentro dessa peleja, sublinhando as disparidades sociais vigentes no país. Nesse sentido, vale relembrar o que observaram Beatriz Becker e Arlindo Machado em 2008:

> No mesmo mês em que Pantanal estava estreando, o presidente Fernando Collor meteu a mão nas cadernetas de poupança de toda a população do país, deixando todos os brasileiros literalmente pobres da noite para o dia. [...] Não foi, portanto, apenas um dinheiro que Collor tirou das mãos dos brasileiros, mas também todos os seus sonhos relacionados com as ideias de liberdade e modernidade, de pertencimento ao mundo urbano, de felicidade através do consumo, de todos esses valores que a Rede Globo celebrava nas suas telenovelas e que a publicidade vendia nos intervalos. Pantanal surge justamente nesse momento em que os brasileiros ficaram sem as suas economias e as suas aspirações, escoadas pelo ralo. (BECKER e MACHADO, 2008, p 1 e 2).

Para esta análise, escolhemos as seguintes situações e sequências: Dona Mariana (Selma Egrei) questiona Tenório e revela fala trivial de "machismo invisível"; a festa para saudar a chegada de Joventino à fazenda do pai, Zé Leôncio; a homofobia contra Zaquieu; e o ódio de Tenório contra Bruaca e Alcides. São situações que mostram a opressão do mais forte sobre o mais fraco ou do que tem mais poder sobre o outro, com composições imagéticas que descontroem ou fazem clara inversão nas questões do machismo estrutural que está no subtexto da narrativa.

Para analisá-las, soa oportuno lembrar as palavras de Martine Joly (2002): "Aquilo que se compreende nunca está concreta e totalmente na imagem, mas sim deduzido, associado, imaginado a partir do conteúdo estético (no sentido lato do termo) da imagem". (JOLY, 2002, p 242). E é nesse ponto, nesse aspecto do que é deduzido, associado, imaginado, que avultam os imaginários, conforme indica Silva (2010), para quem "o pesquisador é um cronista do imaginário" (SILVA, 2010, p.15).

Cena do capítulo 85, exibida em 04 de julho de 2022, quando Tenório vai à fazenda de Leôncio para tratar de assuntos de negócios. Lá conversa com Leôncio e sua sogra Mariana e conta dos três filhos que tem com outra mulher, em São Paulo. Sua fala tenta claramente vangloriar-se, porém ele é logo confrontado com a reprovação da vó de Jove, que pergunta aos dois como reagiriam se a situação de ter dois parceiros fosse com uma mulher. Caso típico de "machismo invisível" (CASTAÑEDA, 2019), muito bem inserido na diegese. A cena vai de 32:15 a 33:32.

Neste mesmo capítulo, há ainda uma sequência memorável: aos 36m do mesmo capítulo, Mariana lê uma carta de Zaquieu para Irma, Leôncio e Filó. Aos 37:03, há uma fusão entre a carta que está sendo lida e a própria imagem de Zaquieu falando de dentro da chalana; volta para Mariana na sala da fazenda e segue até 39:36, voltando ao desabafo do agredido. A fala de Mariana é respondida por Leôncio como se fosse um mal-entendido ou um caso de "frescura" de Zaquieu. Ela responde chateada, perplexa e enfaticamente: "Frescura? Isso é crime, José Leôncio". Filó intervém e diz "Mas também não é pra tanto". Ao que Irma completa: "É crime sim, previsto em lei: isso é crime de homofobia!" Aos 39'38"corta para Zaquieu na chalana. O chalaneiro (Almir Satter) pergunta o que houve, e o funcionário de Mariana conta quase chorando: "O mesmo que fizeram comigo a vida toda". É um momento forte, com um texto vigoroso de combate à homofobia e a defesa do necessário respeito à diversidade e à trilha de gênero seguida por cada um. Um capítulo antológico, que merece ser visto, revisto e analisado, pois serve para provocar diversas reflexões sobre pauta tão importante e recorrente como o respeito aos direitos humanos.

A cena da chegada de Jove ao sertão pantaneiro ganha todo o capítulo do dia 18 de abril e revela o desapontamento do pai com o modo de ser do herdeiro, ao mesmo tempo em que também fica negativamente impactado o filho, nascido no pantanal mas criado no Rio de Janeiro. Leôncio faz um grande churrasco e convida toda a vizinhança para ir conhecer o rapaz, e, além de um certo estranhamento com o figurino do jovem, o choque primeiro acontece quando ele pede a um peão para trazer o cavalo mais bonito para o filho e este responde que não sabe montar.

A surpresa e decepção do pecuarista é imediata e, a partir disso, vários momentos do discurso televisual vão colocar em xeque os padrões de masculinidade vigentes. Jove chega a ser chamado de "flosô" pelo peão Alcides, então funcionário na fazenda de Tenório, que chega a agredir o rapaz na tentativa de provocar uma reação agressiva tipicamente machista, entretanto Jove reage com educação e elegância, já mostrando claramente que as armadilhas do padrão heteronormativo serão questionadas intensamente. A outra sequência – que destaca Alcides, Bruaca e Tenório – já foi comentada anteriormente.

Considerações finais

Considera-se de suma relevância inserir em telenovela de tanto respaldo popular pautas questionadoras da estrutura patriarcal e do modelo colonialista de civilização, tais como a conscientização da condição de oprimida e o consequente empoderamento de Maria Bruaca (Isabel Teixeira) - reforçado pelo apoio recebido da filha Guta, e do casal Filó (Dia Paes) e Leôncio (Marcos Palmeira) - como exemplo de mulher que acorda para a vida de silenciamento e desrespeito que vivia ao lado do marido; o machismo exibido como mal que vitimiza igualmente o feminino e o masculino, aprisionando os homens numa teia de extrema violência, nociva a todos os gêneros e, sobretudo, a eles mesmos.

São questões que dialogam com o que a população brasileira vem sofrendo, intensificado pelo período de isolamento imposto pela pandemia e tangenciando a agenda dos grupos sociais unidos em defesa da democracia. Sendo assim, não é exagero afirmar que *Pantanal* foi exibida num momento político do país extremamente difícil, sinalizando a possibilidade de novos tempos, os quais podem vir, divergindo integralmente da perspectiva reacionária e negacionista em curso.

Ademais, se essas questões são expressas através de um elenco no qual atuam Osmar Prado, Marcos Palmeira, Murilo Benício, Irandhir Santos e Jesuíta Barbosa, além da bela e visceral Alanis Guillen -, amparado por uma direção de escol e a fotografia do mestre Walter Carvalho, todos eles trafegando em sentido oposto ao desmonte do patrimônio nacional e dos valores civilizatórios que entraram em declínio desde 2018, a novela é um marco na demarcação da teledramaturgia como espaço de discussão política e reivindicações sociais. Ainda assim, é mister lembrar o quanto é significativo a aprovação do abjeto comportamento de Tenório, sendo ele típico representante do agronegócio corrosivo e da grilagem de terras, símbolo máximo do patriarcado, estrutura arbitrária

que impõe a dominância de um gênero sobre o outro (BOLA, 2019). E a novela mais uma vez demarcou sua postura de contestação, acirrando os traços deletérios da conduta do latifundiário improdutivo através de duas mulheres, protagônicas nesse embate: a ex-esposa e a filha, constantemente indicando o quanto o masculino tirano por ele representado está com os dias contados.

Sendo a obra produzida para a TV aberta, em ano eleitoral, cercado de disputas, intolerâncias e rivalidades em nível nunca antes registrado, parece ainda mais instigante a inclusão de temáticas tão urgentes na conformação social brasileira em narrativa de alcance massivo como a telenovela, exibida numa programação acessível a milhões de lares do país, diariamente. Isso, por si só, já faz de *Pantanal* marco que assinala postura clara da obra em defesa das liberdades democráticas e da pluralidade identitária.

Ao instigar a percepção de novos sentidos para padrões arcaicos e de convocar a atenção para diferentes protagonismos de gênero, a autoria de *Pantanal* contribui para lançar inovadores olhares para arquiteturas corroídas que há muito estão a erodir, uma vez que o avançar da história e o renovar-se das temporalidades já demonstraram que carecem de trocar suas velhas roupas surradas e seus ultrapassados ternos de linho branco. Cabe ao telespectador o desafio de aderir à saudável proposta de reflexão sobre formas outras de possibilidades de existência do feminino e de perpetuação do humano.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:_____. **Estética da criação verbal**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins, 2010. p.261-306.

BALAN, Willians C.. **A iluminação em programas de TV**: arte e técnica em harmonia. Bauru, 1997. 137f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poéticas Visuais) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 1997.

BALOGH, Anna Maria. **O discurso ficcional na TV**: sedução e sonhos em doses homeopáticas. São Paulo: EdUSP, 2002.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

BOLA, J.J. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

BOURDIEU, Pierre.**A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTAÑEDA, Marina. ***El machismo invisible***. México: Debolsillo, 2019.

COCA, Adriana Pierre. **Processos de telerrecriação na ficção seriada da TV aberta brasileira**: uma cartografia das rupturas de sentidos na obra de Luiz Fernando Carvalho. Tese (Doutorado). Programa de Pósgraduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**: O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: editora UNESP, 2015.

JOLY, Martine – **A imagem e a sua interpretação**. Lisboa: edições 70, 2002.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Ficção televisiva e identidade cultural da nação. **Revista ALCEU** - v. 10 - n.20 - p. 5 a 15 - jan./jun. 2010.

MACHADO, Arlindo. A Arte do Vídeo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACIEL, Luiz Carlos. **O poder do clímax –** Fundamentos do roteiro de cinema e TV. São Paulo: editora Giostri, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A análise crítica da narrativa**. Brasília: UNB, 2013.

MUSZKAT, Malvina. **O homem subjugado**. São Paulo: Summus Editorial, 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. São Paulo: Pontes editores, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES – Análise Discursiva de Imaginários (ADI). Porto Alegre: Editora Sulina, 4ª edição. 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

TÁVOLA, Artur da. **A telenovela brasileira**: história, análise e conteúdo. Rio de Janeiro: editora Globo, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só**: a crise do masculino. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2021.

Temporalidades

História dos divertimentos de Barbacena - Minas Gerais (final do século XIX e início do século XX)

History of fun of Barbacena - Minas Gerais (late 19th century and early 20th century)

Igor Maciel da Silva
Doutor em Estudos do Lazer (UFMG)
Universidade Federal de Minas Gerais
professorigormaciel@gmail.com

Sarah Teixeira Soutto Mayor
Doutora em Estudos do Lazer (UFMG)
Universidade Federal de Juiz de Fora-*Campus* GV
sarahsoutto@gmail.com

Recebido: 07/09/2022
Aprovado: 14/03/2023

Resumo: O objetivo deste artigo é mapear alguns dos divertimentos existentes em Barbacena, Minas Gerais, entre o final do século XIX e início do século XX, a fim de demonstrar a permanência de certas práticas entre esses tempos, mesmo que existisse o interesse de suprimir algumas, assim como os discursos em torno dessas e de outras. Para tanto, recorreu-se a análise documental. Como considerações apresenta-se que: 1) A história das diversões em Barbacena entre os séculos XIX e XX ainda é um tema pouco explorado. 2) Barbacena, assim como outras cidades de Minas Gerais, buscou se adequar ao ideário de modernidade vigente por meio de hábitos e práticas como os divertimentos, nisso alguns entretenimentos foram pautas de censuras, contudo, não quer dizer que eles pararam de ser vivenciados.

Palavras-chave: Divertimento; História do Lazer; Barbacena-MG.

Abstract: The objective of this article is to map some of the existing funs in Barbacena, Minas Gerais-Brazil, between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, in order to demonstrate the permanence of certain practices between these times, even if there was an interest in suppressing some, as well as the discourses around these and others. For that, documental analysis was used. As considerations, it is presented that: 1) The history of entertainment in Barbacena between the 19th and 20th century is still a little explored topic. 2) Barbacena, like other cities in Minas Gerais, sought to adapt to the current ideals of modernity through habits and practices such as entertainment, in that some entertainments were censorship guidelines, however, this does not mean that they stopped being experienced.

Keywords: Fun; History of Leisure; Barbacena-Minas Gerais.

Introdução

Em Barbacena, Minas Gerais, entre o final do século XIX e início do século XX, foi identificada a existência de inúmeros divertimentos. Muitos desses foram apresentados como parte de hábitos considerados adequados na municipalidade, ganhando destaque em programações diurnas, vespertinas e noturnas; nas colunas dos jornais locais e revistas de outras cidades, como o Rio de Janeiro, na época a capital do país; na criação de grupos de artistas amadores; nos estímulos financeiros de comerciantes, políticos, grupos escolares e citadinos abastados para a construção, manutenção e reforma de locais para a população se divertir.

Estudos demonstram que em distintas regiões do Brasil acontecia algo semelhante, como exemplo, nas capitais Belo Horizonte (SOUTTO MAYOR, 2017), São Paulo (SEVCENKO, 1992) e Rio de Janeiro (MELO, 2001; LUCENA, 2001; MELO, 2017). Tanto nessas quanto em Barbacena intencionava-se conformar as práticas e os comportamentos em prol de dado ideário de modernidade, a fim de se equiparar a lugares considerados modernos, como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos da América (SEVCENKO, 1992).

Na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, por exemplo, o cinema era um dos símbolos da modernidade, do progresso e da civilização; uma atração que media o desenvolvimento citadino junto à extensão de área asfaltada, ao número de edifícios e arranha-céus construídos, à expansão do saneamento, ao incremento da parte industrial e aos costumes de seus moradores, que se aproximavam não apenas do gosto pelas fitas, mas das casas noturnas, dos clubes, dos campos de futebol e da prática de esportes de maneira geral (SOUTTO MAYOR, 2017).

Na região estudada, foram identificados argumentos que incentivaram as experiências dos moradores com os divertimentos, a partir de atribuições de utilidade conferidas às diversões, como, por exemplo, ao circo, ao xadrez, à leitura e ao cinema – o que será mais bem apresentado no decorrer deste artigo. Neste momento, toma-se como exemplo um texto de 1918, que demonstra o interesse da imprensa em destacar o tempo da distração como algo que aprimoraria o trabalho cotidiano:

> [...] Olhem, que não há nada como a hygiene do espirito, preconisada pelos emeritos psychologos da época! Isto de a gente viver eternamente preocupado com

> as cousas da vida, não da certo. E' necessaria a distracção util, que nos torna mais bem dispostos para o trabalho quotidiano[1].

Mediante tais ações, a queixa e o controle sobre as práticas que não estavam de acordo com a higiene da época também foi algo recorrente em Barbacena. Como exemplo da preocupação com os modos de se divertir, a imprensa local publicou que o oitavo entre os dez mandamentos para "viver com saude e chegar á velhice" estabelecidos por um higienista em 1915, prescrevia ser necessário "dar expansão ao espirito em diversões moderadas"[2], o que significava que a população deveria participar das práticas que não estimulassem apostas, violência e desordem no espaço urbano.

As práticas identificadas nos dois últimos anos do século XIX, foram: jogos de apostas, circo, tourada, exposições artísticas, quermesses, saraus, bailes dançantes, carnaval, festas religiosas, teatro amador, apresentações musicais e literárias.

Já no início do século XX, o município continuou abrigando esses divertimentos, contudo, alguns, como os jogos de apostas, foram alvos de pedidos para que deixassem de acontecer, o que não significou a extinção deles. Nesse momento, foram encontrados espetáculos circenses, literários, teatrais e musicais; mostras artísticas; festas de carnaval; piqueniques, excursões, quermesses; exposição pastoril, escotismo, ciclismo, cavalhadas, patinação, corridas de cavalos, tiro, luta romana, boxe, partidas de futebol, provas de atletismo; jogos de mesa; bailes dançantes; sessões fílmicas; fotografia; concursos de beleza e elegância feminina, concurso de fealdade masculina; festas religiosas, cívicas, escolares e beneficentes; palestras; parques de diversões, cabarés e casas de jogos; caçadas; *footing* – uma sociabilidade associada à paquera, realizada durante caminhadas propositais ou trajetos, como o caminho até o cinema – entre outras práticas.

Tendo como ponto de partida estudos anteriores sobre os entretenimentos barbacenenses que investigaram especialmente o período de 1914 a 1931[3], este artigo teve como objetivo mapear os divertimentos existentes em Barbacena, entre o final do século XIX e início do século XX. Trata-se de um exercício inicial para demonstrar a permanência de certas práticas entre esses tempos, mesmo que existisse o interesse de suprimir algumas, assim como os discursos em torno dessas e de outras.

[1] SOCIAES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1399, 3 mar. 1918, p. 1. Os documentos consultados serão citados em nota de rodapé para uma melhor organização do texto, e a ortografia vigente será respeitada.
[2] OS 10 MANDAMENTOS DA HYGIENE. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1171, 31 out. 1915, p. 1.
[3] Para maiores detalhes consultar: SILVA, 2021a; SILVA, 2021b; SILVA, 2020a; SILVA, 2020b; SILVA; ROSA, 2020; SILVA; SOUTTO MAYOR, 2022; SILVA; SOUTTO MAYOR, 2020a; SILVA; SOUTTO MAYOR, 2020b.

Também, pretende-se que o texto seja incentivo para outras investigações sobre a História do Lazer de Barbacena assim como de regiões distantes das respectivas capitais dos seus Estados e em diferentes marcos temporais.

Para tanto, recorreu-se à análise documental, especialmente a consulta em jornais, revistas, livros de memorialistas, almanaque e Decreto, disponibilizados em arquivos físicos e digitais. No primeiro caso menciona-se a Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, localizada em Belo Horizonte-MG. Já as consultas on-line se deram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Arquivo Público Mineiro e em sites oficiais, por exemplo, o do Planalto Central. Soma-se a isso, a cessão voluntária dos exemplares digitalizados do *Apollo Jornal* pelo pesquisador Everton Pimenta, esse que já havia adotado tal periódico como fonte de suas pesquisas. Já os livros de memorialistas fazem parte do acervo dos autores e da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

A "Cidade das Rosas" se diverte

Dentre os títulos que Barbacena carrega, "Cidade das Rosas" é um dos principais. Como outro exemplo, o município foi pioneiro no desenvolvimento de uma técnica sonora para o cinema silencioso (SILVA; SOUTTO MAYOR, 2022), o que pode significar que Barbacena também é cidade de cinema, e junto a isso, foi palco de inúmeros divertimentos. São sobre eles que este tópico se refere.

Como primeiro exemplo de divertimento não aconselhado na cidade, entre o século XIX e XX, menciona-se o jogo: o que engloba o jogo de azar e o jogo do bicho. Em 1898, o jogo foi citado pela imprensa, como um vício mais repugnante do que o da embriaguez, sendo publicizados inúmeros pedidos para que deixasse de acontecer e as casas que ofertavam a prática fossem fechadas, pois "o jogo, nem mesmo quando nelle se ganha, é bom; porque ali se perdeu o tempo, que poderia ter sido aproveitado em couzas mais uteis e honestas"[4]. Nesse mesmo ano, divulgou-se que o combate à jogatina por meio de ações da polícia acontecia com êxito em outras regiões do país, como na cidade paulista de Campinas, tendo sido publicizados elogios a essa atuação[5].

[4] **CIDADE DE BARBACENA**, Barbacena, edição 34, 14 set. 1898, p. 2.
[5] **CIDADE DE BARBACENA**, Barbacena, edição 32, 28 ago. 1898, p. 2.

No início do século XX, a oposição ao jogo continuou; todavia, a prática permaneceu e algumas vezes os donos dos estabelecimentos que promoviam as apostas conseguiam escapar de notificações policiais por descobrirem com antecedência que haveria autuações[6]. Tais fatos fazem retroceder o recorte temporal e apresentar que o combate aos jogos em Minas Gerais, não foi algo identificado somente naquela passagem de século, pois até meados de 1840, na cidade de Ouro Preto-MG, havia a preocupação da regulamentação e combate tanto do jogo quanto da embriaguez, mas na prática parecia um embate sem fim (SILVA; SOUTTO MAYOR, 2014) – o que, à guisa de uma rápida conclusão, parece ter se repetido em outros tempos.

Em outro sentido, foi identificada a existência de um jogo de apostas lícito em Barbacena. Trata-se da compra de bilhetes da Loteria do Estado de Minas Gerais, serviço inaugurado em 1915 (SILVA, 2009), que pareceu ser de interesse dos citadinos e os bilhetes chegaram a fazer parte do quadro de brindes da loja *A'Confiança*[7], em 1923, como uma tática comercial para promover as vendas do recinto.

Nesse caso, vale ressaltar que, na década de 1930, uma das ações do governo estadual destacada em periódicos diversos consistia na reversão de valores arrecadados na loteria do Estado em investimentos para a área esportiva. Em uma das publicidades da *Revista Alterosa*, publicada em Belo Horizonte, o leitor era convocado a contribuir com a tarefa de "aprimoramento do corpo e do espírito"[8] (SOUTTO MAYOR, 2017).

A tourada, assim como o jogo, foi outro divertimento identificado na cidade entre o século XIX e XX, com a diferença de que na primeira centúria foi uma prática permitida e na segunda, o seu contrário. Os espetáculos tauromáquicos estiveram presentes em diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, no Rio de Janeiro (MELO, 2013) e em Salvador (MELO; ROCHA JUNIOR, 2016), formatados como espetáculo de entretenimento e possivelmente como esporte. De acordo com Melo (2013), no Rio de Janeiro, durante muitos anos do século XIX até 12 de maio de 1908, quando o Decreto n. 1.173 proíbe a realização das touradas na região, esse divertimento esteve à vista de diferentes julgamentos, que o definiram como uma prática que aludia aos colonizadores, por isso, não merecia adeptos; violência e barbárie pelas ações feitas aos touros; e divertimento civilizado,

[6] O JOGO ESTÁ SENDO TENAZMENTE PERSEGUIDO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2185, 15 abril 1926, p. 1.
[7] AS NOVAS INSTALLAÇÕES DA A'CONFIANÇA. **Apollo Jornal,** Barbacena, n. 4, 2 set. 1923, p. 3.
[8] LOTERIA do Estado de Minas Gerais. **Alterosa**, Belo Horizonte, n.1, ago.1939, p.22.

desempenhado por jovens que chegaram a organizar um clube para a prática. A existência do Decreto supracitado pode não ter influenciado outras regiões, pois em Belo Horizonte, no ano de 1910, as touradas eram uma das práticas "não tão modernas" que ainda permaneciam ao lado do circo de cavalinhos e cafés concertos, junto à diversão preferida que era o cinema (VILHENA, 2009, p. 110). A extinção das touradas no Brasil pode ter acontecido somente a partir de 10 de julho de 1934, quando o Decreto n. 24.645, em seu artigo terceiro, considera a organização de touradas em nível nacional como parte dos maus-tratos de animais[9].

Em Barbacena, na transição daqueles séculos, as touradas pareceram vivenciar este conflito entre ser parte das programações de entretenimento e ser aconselhado que não fossem realizadas. Como exemplo, são apresentadas duas passagens: uma sobre a organização de um programa de tourada em 1898; outra a respeito de um poema publicado em 1915, em referência à prática.

Em relação ao primeiro caso, de 1898, foi anunciado que aconteceriam espetáculos de uma companhia de tourada que contava com a participação da primeira mulher na função, e algumas de suas apresentações teriam a renda destinada à construção de uma igreja local. Isso revela o diálogo que a prática estabeleceu com a sociedade e poderia servir de estímulo à participação de público em prol da causa. A notícia ainda apresenta esse divertimento como arte, o que demonstra o prestígio que as touradas tinham naquele momento, conforme descrito abaixo:

> Estreará no dia 25 deste a companhia de touradas, vinda aqui com a empreza – Medeiros e Filho. D'ella faz parte a primeira brasileira que a esta arte se dedica, – a mineira d. Emilia Cruz. O elenco da cuadrilla é escolhido e a emprezza não poupará esforços para bem satisfazer o publico de Barbacena. Nos primeiros dias de janeiro será dado em beneficio para a conclusão da egreja de N. S. da Gloria[10].

Já em 1915, a partir da publicação de um poema de Victor Hugo, percebe-se a consideração que a narrativa faz a respeito dos sentimentos e atitudes negativas que as touradas despertavam no touro, no toureiro e no seu público, o que por conseguinte significa que não era mais uma prática estimada.

> Touradas
> Acerca de touradas, escreveu o grande genio da França, o divino poeta-philosofo Victor Hugo:

[9] **BRASIL**. Decreto n. 24.645 de 10 de julho de 1934. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Rio de Janeiro, 10 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm. Acesso em: 25 jan. 2021.
[10] COMPANHIA DE TOURADAS. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 49, 25 dez. 1898, p. 1.

> "Em todas as corridas de touros apparecem tres féras que são: - o touro, o toureiro e o publico.
> O gráu de brutalidade de cada um destes brutos pòde calcular-se pelo seguinte:
> O touro é obrigado.
> O toureiro obriga-se.
> O publico vae por um acto espontaneo da sua soberana vontade e, ainda por cima, dá dinheiro.
> Observai bem esta graduação:
> O touro provocado defende-se.
> O toureiro fiel ao seu compromisso toureia.
> O publico diverte-se.
> No touro há força e instinto.
> No toureiro valor e destreza.
> No publico não há senão brutalidade[11].

Nas fontes consultadas não foram encontrados indícios de touradas em Barbacena no ano de 1915, contudo a publicação desse poema pode sugerir que as touradas ainda poderiam se fazer vigentes na região, mesmo que não existam pistas de programações, e que tal publicação intencionou reforçar os porquês de se combater a esse divertimento.

O circo foi outra programação presente em Barbacena no final do século XIX e início do século XX, o qual ganhou o título de diversão útil, com a particularidade de sempre agradar aos assistentes[12], ainda que, no final do século XIX, se tratasse de um entretenimento com grande frequência e, nos anos finais da década de 1920, não estivesse mais entre os divertimentos de maior público da região[13]. Tal situação pode ser explicada a partir das reflexões de Duarte (1995), que considera a chegada do cinematógrafo em distintas regiões de Minas Gerais como um fator de diminuição do interesse dos espectadores pelo circo.

Em Barbacena, os espetáculos circenses foram nomeados de diferentes formas: companhia equestre, companhia de cavalinhos, circo zoológico e circo teatro. Alguns grupos ofertaram programações mistas, como a "Companhia equestre, gymnastica, acrobatica e dramatica" que esteve na cidade em 1915, com espetáculos de equitação, ginástica e atuação[14]. Os grupos que se apresentavam vinham de diferentes regiões brasileiras e estrangeiras, como do Chile[15], e eram

[11] VARIEDADES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1153, 29 ago. 1915, p. 3.
[12] DIVERSÕES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n.1120, 6 maio 1915, p. 2.
[13] AMERICAN-CIRCUS. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2375, 3 mar. 1928, p. 2.
[14] DIVERSÕES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1118, 29 abril 1915, p. 2.
[15] CIRCO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 41, 18 nov. 1900, p. 2.

constituídos de homens e mulheres, ou destacavam a presença de artistas de um sexo, como é o caso do *Spinelli Circo*, que esteve na cidade em 1922 – uma "Companhia gymnastica, acrobatica, de variedades e pantomimas de grande apparato, sob a direcção do conhecido artista Sr. R. Spinelli", a qual contava em maioria com artistas do sexo feminino e apenas dois homens na função de *excentricos*[16]. Acrescenta-se a isso que alguns conjuntos destinaram a renda dos seus espetáculos ao benefício local, como na data de 13 de fevereiro de 1898, quando uma companhia equestre cedeu o valor das apresentações para a conclusão das obras da *Capella de N. S. da Glória*[17], o que mais uma vez revela um entretenimento que dialogou com as causas da região e uma possível estratégia para atrair público.

O teatro amador, a literatura e a música foram outras diversões identificadas tanto do século XIX quanto do século XX, e os espetáculos aconteciam como programações isoladas ou não, em diversos lugares de Barbacena.

A respeito do teatro, desde o século XIX, existiram na cidade diferentes grupos amadores. Como dois exemplos, Massena (1985) apresenta que, em 1893, foi dado início à construção do *Teatro Vasques* por João Gualberto Teixeira de Carvalho e, em 1897, o *Grupo Dramático 1º de Agosto* iniciou as suas atividades[18]. O *Grupo Dramático 1º de Agosto* começou seus ensaios em um hotel da região; em 1898, arrendou um prédio na Rua Quinze de Novembro, número 37[19], e inaugurou um *theatrinho* em 26 de março de 1898. Ainda que considerado modesto por não corresponder por completo às exigências de um edifício do tipo, a sua existência foi celebrada pela imprensa, visto que um lugar do gênero era "uma necessidade palpitante e por todos reconhecida", pois permitia às "familias algumas horas de recreação util"[20]. A formação do *Grupo Dramático 1º de Agosto* era a seguinte: Artur Garcia (presidente e ensaiador), Rodovalho Abranches (tesoureiro), Pedro Paz (secretário), Álvaro Meniconi (contrarregra), e a atuação ficava a cargo desses e de outros citadinos e citadinas, a citar Antonio Leal[21]. As apresentações teatrais continuaram a acontecer em Barbacena no início do século XX, com a diferença de que inúmeras vezes foram sediadas nos palcos das casas cinematográficas.

[16] DIVERSÕES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1827, 17 set. 1922, p. 2.
[17] CIRCO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 4, 17 set. 1898, p. 2.
[18] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, 624 p.
[19] THEATRO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 8, 13 mar. 1898, p. 1.
[20] THEATRO DE BARBACENA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 10, 27 mar. 1898, p. 1
[21] THEATRO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 8, 13 mar. 1898, p. 1.

Das atividades literárias, em 1882, a Câmara Municipal fundou a *Biblioteca Municipal de Barbacena*, que tinha um volume de cerca de 8.000 obras. Até 1898, funcionaram ainda as seguintes bibliotecas: *Biblioteca do Internato do Ginásio Mineiro* e *Biblioteca da Escola Normal de Barbacena*, ambas com o acesso permitido para todos os citadinos[22]. Alguns dos clubes e agremiações literárias identificadas eram constituídos por alunos de diferentes idades das escolas da região. Do *Internato do Ginásio Mineiro*, existiram o *Clube Corrêa de Almeida*, fundado em 1891, e os clubes *Araújo Lima*, *Soares Ferreira*, *Leonardo Palhares*, *Bernardo Guimarães*, cujas datas de inauguração não foram encontradas. Todavia, como o *Internato do Ginásio Mineiro* esteve aberto até 1912, aqueles clubes podem ter funcionado até essa data[23]. Do *Colégio Militar*, atuou o *Grêmio Literário Arthur Azevedo*, que, dentre as suas atividades, estava a edição da revista *A Juventude*, em 1914[24].

Também foram produzidos na cidade alguns impressos dedicados a entreter. A título de exemplo, Savassi (1991) apresenta as revistas ilustradas *A Vespa* (1889) e *O Mensal* (1897); o semanário *O Bandolim* (1890); o mensal *A Sogra* (1918) e o quinzenal *O Parafuso* – esse último circulou entre 8 de janeiro de 1915 e 5 de março de 1916, sendo descrito como "órgão literário, noticioso, crítico e humorístico"[25]. Já outras revistas do tipo vinham de distintos lugares, como a *Revista Moderna*, produzida quinzenalmente em Paris e destinada aos leitores de Portugal e do Brasil. Ela foi recomendada pela redação do *Cidade de Barbacena* em fevereiro de 1898, porque contava com variados textos literários, ilustrações e trechos de músicas. Por isso, foi feito o convite para que os conterrâneos adquirissem os seus exemplares com o representante da obra, Sr. dr. Edgar Godetroy, que se encontrava na cidade[26]. Outro impresso que circulou em Barbacena foi o *Almanach d'A Saude da Mulher*, que, em 1921, foi oferecido gratuitamente nas farmácias para o público em geral, cuja leitura foi considerada "um passatempo agradável e uma utilidade" devido à presença de um grande número de textos que "prendem o espirito e despertam o interesse: basta citar os seus problemas, anedoctas, perguntas e respostas, quebra-cabeças, versos, curiosidades, adivinhações, etc."[27]. Da

[22] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, 624 p.
[23] Idem.
[24] SAVASSI, A. J. **Barbacena 200 anos**. v. 1. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991, 287 p.
[25] SAVASSI, A. J. **Barbacena 200 anos**. v. 1. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991, p. 71.
[26] REVISTA MODERNA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 6, 27 fev. 1898, p. 2.
[27] **CIDADE DE BARBACENA**, Barbacena, n. 1663, 16 jan. 1921, p. 1.

mesma forma, em 1926, a *Revista Cinearte*, impresso carioca especializado em cinema, foi distribuída como brinde de uma sessão cinematográfica local[28].

Outros jornais, além de propagarem notícias, se prestaram ao entretenimento de seu público leitor, algo comum em outras regiões de Minas Gerais, como em Uberaba (DIAS, 2016). Tal consideração é feita porque os impressos não difundiam somente informação e propaganda, mas também obras literárias divididas em capítulos a cada edição, pequenos contos, charadas e piadas, abrigadas em colunas específicas ou não. No jornal *Cidade de Barbacena*, por exemplo, constam as seções *Folhetim*, *Secção Recreativa*, *Para Rir*, *Variedades* e *Bric-á-Brac*. A seguir, demonstram-se exemplos das três últimas.

Em *Para Rir*, em 1899, foi apresentado um diálogo que ironiza o nome do Papa Leão XIII:

> Um sujeito vai baptisar um menino, e o padre pergunta-lhe o nome que deseja dar.
> – Tigre, responde o padrinho!
> – Não pode ser, retruca o padre. Tigre não é nome de gente.
> – E porque, então? Pois o Papa não se chama Leão?[29]

Em *Variedades*, no ano de 1915, consta a seguinte conversa entre uma senhora e uma funcionária: "A senhora: - Quanto davas para ser tão bonita como eu? A creada: - O mesmo que a senhora daria para ser tão nova como eu!"[30]. Já em *Bric-á-Brac*, no ano de 1916, foi apresentado outro diálogo que, em tom de humor, diz da condição de uma filha que aprendia piano: "- Como vae a sua filha com as licções de piano? - Muito bem. Os vizinhos, quando ella toca, já não fecham as janellas..."[31].

A respeito de outra prática, a música, essa foi uma expressão artística muito apreciada em Barbacena, tanto pelo número expressivo de bandas organizadas desde as últimas décadas do século XIX – cita-se algumas: *Banda do Colégio Abílio* (1887), *Lira de Ouro* (1888), *Inspiração da Boa Vista* (1891), *Corporação Musical Corrêa de Almeida* (1893), *Banda de Música do Internato do Ginásio Mineiro* (1897), *Banda do 3º Batalhão da Força Pública do Estado* (1898), *Lira Barbacenense* (1908), *Banda da Sericícola* (1910), *Banda Italiana* (1915), *Banda do Colégio Militar* (1916)[32] – quanto pela importância que a sua

[28] CINE LEAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2223, 26 ago. 1926, p. 3.
[29] PARA RIR. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 85, 15 out. 1899, p. 2.
[30] VARIEDADES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, 1097, 4 fev. 1915, p. 1.
[31] BRIC-Á-BRAC. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1243, 27 jul. 1916, p. 1.
[32] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, 624 p.

presença ganhava junto a outras programações. Essa última ação também acontecia em outras regiões, por exemplo, no Rio de Janeiro, em que, a partir de 1878, as apresentações de patinação eram somadas à presença de música, o que caracterizava ainda mais o tom de espetáculo de tais momentos (MELO, 2017).

Em Barbacena, a música esteve em festivais didáticos e beneficentes, festas cívicas, profanas, religiosas[33], e nas exibições fílmicas, onde foi considerada elemento essencial para a apreciação das tramas[34]. As apresentações musicais em praça pública – as retretas – também foram muito cobiçadas pela população local[35]. Elas aconteceram em diferentes praças, mas especialmente no *Jardim Municipal*.

O *Jardim Municipal* foi inaugurado em dezembro de 1882[36] e era reconhecido como "o ponto de reunião, *great atraction* da população barbacenense"[37], sediando retretas, festas infantis[38], programações de carnaval com "batalhas de confetti e flores e lança-perfume"[39], apresentações de evoluções do escotismo (SILVA, 2018) e ainda contou com um rinque de patinação inaugurado em 1914 (SILVA, 2020a). A música esteve como uma das principais atrações desse lugar no final do século XIX, principalmente aos domingos, em que a *Banda do 3º Batalhão da Brigada Policial* executava os ritmos "ouvertura, valsa, polka, tango, mazareka, dobrados"[40], e em outros momentos eram apresentadas "novas, boas e variadas peças muzicaes" no fonógrafo[41].

Durante as primeiras décadas do século XX, as apresentações musicais no *Jardim Municipal* com o auxílio de tecnologias continuaram acontecendo, como em novembro de 1927, quando os Srs. *Irmãos Oliveira & Cia* tocaram "bellas operas, operetas, etc." em uma *ortophonica-electrica* com o som ampliado por alto-falante[42]. Tal ocasião foi promovida na intenção de oferecer mais um momento de diversão no *Jardim Municipal* com música, e para que os irmãos Oliveira tentassem negociar a compra de uma *ortophonica* com alto-falante com o Presidente da Câmara para aquele local[43].

[33] CARNAVAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1102, 21 fev. 1915, p. 1; MOVIMENTO RELIGIOSO. *Cidade de Barbacena*, Barbacena, n. 1126, 27 maio 1915, p. 1; A MUSICA. *Cidade de Barbacena*, Barbacena, n. 1852, 17 dez. 1922, p. 1.
[34] PELOS CINEMAS. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2264, 20 jan. 1927, p. 1.
[35] MUSICA NO JARDIM. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1783, 2 abril 1922, p. 1.
[36] SAVASSI, A. J. **Barbacena 200 anos**. v. 1. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A., 1991, 287 p.
[37] A SERIO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 58, 5 mar. 1899, p. 1.
[38] A FESTA DAS CRIANÇAS. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1286, 4 jan. 1917, p. 1.
[39] CARNAVAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1299, 12 fev. 1917, p. 1.
[40] MUZICA NO JARDIM. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 18, 22 maio 1898, p. 2.
[41] PHONOGRAPHO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 55, 12 fev. 1899, p. 1.
[42] ORTOPHONICA-ELECTRICA COM AUTO-FALANTE NO JARDIM MUNICIPAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2346, 16 nov. 1927, p. 1.
[43] Idem.

As retretas também estiveram presentes no início do século XX, mas de modo menos regular do que na centúria anterior, o que aconteceu não por falta de interesse da população que entendia as retretas de domingo do *Jardim Municipal* como uma necessidade[44], mas sim, pela falta de incentivo dos munícipes dirigentes. Tal afirmação se confirma em um pedido publicado na imprensa em 1924, para que as retretas fossem promovidas "não somente quando se aproximam os festejos carnavalescos"[45], o que parece ter alcançado êxito, pois, a partir de uma reportagem de 1926, que diz da remodelação da infraestrutura da *Praça da Inconfidência*, consta a inclusão de um coreto apresentado como adequado para que as bandas de música da cidade promovessem retretas a qualquer momento "para prazer do público"[46].

Em Barbacena, também funcionaram associações sócio recreativas que ofereceram diferentes programações aos associados e suas famílias. Listam-se alguns exemplos: *Clube Familiar Barbacenense Oito de Dezembro* (1881), *Club Luz e Liberdade* (1886), *Clube Recreio Barbacenense* (1894), *Clube dos Espenéticos* (1893)[47], *Club Barbacenense* (1914) e *Club Recreativo Conquistadores de Barbacena* (1922).

No *Clube dos Espenéticos*, segundo o *Almanaque Municipal de Barbacena* (1898), existiam agradáveis palestras, música ao piano, muitos jornais nacionais e estrangeiros, diversas espécies de jogos lícitos, café etc. Esporadicamente, também eram organizadas no recinto *soirées* dançantes que contavam com a presença da família dos associados e de pessoas de fora[48].

Já o *Club Barbacenense*, considerado o principal clube da elite local, está em funcionamento desde 1914 e tinha os objetivos iniciais de "[...] organizar palestras ou conferencias litterarias e scientificas; proporcionar diversões recreativas, principalmente as de sport, em seus diversos generos e aspectos [...]"[49]. As programações identificadas foram: *soirées*, *matinées*, *saráus*, bailes dançantes, concurso de elegância e beleza feminina, concertos musicais e literários, festas beneficentes, homenagens e bailes de máscaras de carnaval (SILVA, 2018).

A respeito do *Club Recreativo Conquistadores de Barbacena*, trata-se de uma entre outras associações carnavalescas que existiram, a qual organizou bailes no domingo, segunda e terça de

[44] **CIDADE DE BARBACENA**, Barbacena, n. 1973, 28 fev. 1924, p. 2.
[45] Idem.
[46] AO ENVEZ DE JARDIM, AUGMENTO DA PRAÇA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2160, 10 jan. 1926, p. 1.
[47] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, 624 p.
[48] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 521-522.
[49] CLUB BARBACENENSE. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1031, 11 jun. 1914, p. 1.

carnaval ao som do ritmo choro, e propôs o desfile de alegorias de carros enfeitados. Em 1923, foi anunciado que esse clube contava com o apoio do comércio local e de outros incentivadores para a organização de suas festas carnavalescas, junto aos seguintes pedidos: primeiro, que a municipalidade se encarregasse de reparar a infraestrutura de algumas vias incluídas no cortejo, cujo trajeto começava na rua Henrique Diniz, "[...] passando pelo Barro Preto, para depois tomar o caminho do Collegio Immaculada Conceição e vir sahir á rua Visconde do Carandahy, com destino as nossas ruas principaes"[50]. Segundo, que a polícia impedisse a presença de menores de idade que, em outros anos, atrapalhavam a passagem dos veículos, transitando entre os mesmos e subindo nos carros que compunham o desfile[51]. Já em 1931 constam os seguintes grupos carnavalescos que contavam com sedes individuais: *União das Cores*, *Beija Flôr, Recreio das Flores* e *Independente*[52].

Demais associações similares que constam são o clube de xadrez e as sedes sociais de times de futebol. O referido *Club de Xadrez* foi fundado por oficiais do *Collegio Militar* em 1917, com "o fim de realisar partidas e torneios deste bello e util jogo"[53] e,

> [...] constituir uma excellente diversão quer para os civis, quer para os militares, e servir de util exercicio para estes ultimos aos quaes é aconselhado, geralmente, como meio facil e agradavel de desenvolver as qualidades de estrategista, tão necessarias áquelles que abraçam a carreira das armas[54].

Já os times de futebol ofereciam distintas programações em suas sedes sociais, para os associados e seus familiares. Como exemplo, constam as sedes dos times *Democrata Foot-ball Club* e do *Olympic Sport Club*. Em específico, a segunda pertencia ao time homônimo em funcionamento na cidade desde 1915 e se tratava de uma nova sede inaugurada em 1923, com localização na Rua Quinze de Novembro – no antigo prédio ocupado pelo *Club Barbacenense*, que, por sua vez, havia mudado para outro endereço[55]. O time tinha a intenção de dotar a sua sede de inúmeras opções para o entretenimento a fim de ser útil especialmente à juventude. Algumas das atrações possibilitadas no espaço recém-adquirido são apresentadas a seguir:

[50] O CARNAVAL EM BARBACENA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1867, 8 fev. 1923, p. 1.
[51] Idem.
[52] CARNAVAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2655, 11 fev. 1931, p. 2.
[53] CLUB DE XADREZ. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1328, 9 jun. 1917, p. 1.
[54] Idem.
[55] CLUB BARBACENENSE. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1878, 18 mar. 1923, p. 2.

> [...] uma sala para exercicios gymnasticos, com os apparelhos adequados; sala de bilhares; rink para lucta romana e box; sala para jogos de salão; mesas de ping-pong, damas, xadrez, etc. E' tambem pensamento da Directoria organisar uma biblioteca, installando-a no compartimento agora destinado á leitura de jornaes e revistas, com o louvavel proposito de facilitar tambem o desenvolvimento intellectual dos socios, promovendo igualmente a realização de conferenciaes sobre themas moraes-sociaes, physico-hygienicos e sportivos em geral. Todas estas dependencias serão localisadas nas salas internas, ficando as da frente reservadas ao gabinete do presidente, secretaria e thesouraria, e o amplo salão exclusivamente destinado ás recepções e reuniões sociaes[56].

Perante esses e outros tantos entretenimentos em Barbacena no início do século XX, em alguns casos constam imprevistos no atendimento ao público, como a interrupção do fornecimento de energia elétrica em casas de diversão nos dias de chuva[57] e durante outras programações. Como exemplo do último caso, cita-se um parque de diversões instalado na Praça da *Igreja da Boa Morte* em 24 de setembro de 1927[58], como palco para um desastre na seção denominada de "Casa dos Loucos". Segundo a notícia: "[...] Desse desastre, sahiram feridas algumas pessoas. Ou houve excesso de lotação e isto não está direito ou a tal *casa* não offerece as garantias necessarias, não devendo, portanto, funccionar [...]"[59].

Já outros divertimentos foram citados como verdadeiras neuroses sociais, o que inclui o esporte e a dança. Segundo uma crônica publicada no *Apollo Jornal* em 1923, a imprensa estava se ocupando muito em publicar "*records* sportivos de qualquer especie"[60], junto às danças, que tiveram especial atenção ao longo do texto, ganhando críticas por serem consideradas extravagantes e fúteis. Segundo o cronista, a adesão das pessoas a essas práticas caracterizava um *seculo nevrótico* – em alusão à obra do neurologista italiano Paolo Mantegazza, escrita em 1911 –; em especial, a participação na dança se tratava do "delirio manso dos loucos modernos"[61].

Deveras, os esportes – em particular as notícias sobre o futebol – e as danças estiveram presentes de modo recorrente na imprensa de Barbacena no início do século XX.

[56] CALVO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1894, 17 maio 1923, p. 2.
[57] SESSÃO SELECTA. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 13, 4 nov. 1923, p. 3.
[58] PARQUE DE DIVERSÕES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2330, 22 set. 1927, p. 2.
[59] PARQUE DE DIVERSÕES. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2333, 2 out. 1927, p. 2.
[60] AUSONIO. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 2, 19 ago. 1923, p. 3.
[61] Idem.

A respeito dos momentos de dança, os que foram identificados entre o final do século XIX e início do século XX, apresentaram de modo comum os fatos de acontecerem frequentemente em distintas programações nos espaços privados, como residências, e associações sócio recreativas, e durarem até altas horas da madrugada. No final do século XIX, existiu um curso particular de danças inaugurado em 17 de julho de 1881, sediado no Largo do Rosário, o qual era dirigido por Artur A. de Almeida e Manoel Pereira ocupava o cargo de adjunto[62]. Já os encontros dançantes se davam, por exemplo, no *Clube dos Espenéticos* (1893), com a participação da família dos associados e demais pessoas da cidade[63], e no *Quartel do 3º Batalhão da Brigada Policial*, que, em 15 de novembro de 1898, promoveu um concerto musical com danças "[...] que, sempre animadas, foram até as 5 horas da manhã, em que, então, se reuniram os numerosos convidados, todos satisfeitos pelo tempo agradavel que ali passaram [...]"[64].

Já no início do século XX, as danças foram vivenciadas por um conjunto de ritmos intitulados modernos, entre as quais são citados: *charleston*, *black-botton*, *maxixe*, *rag-time*, *fox-trot*, tango, *one-step* e *shymmy*, com programações sediadas em diversos lugares da cidade, como residências, pensões, hotéis e associações sócio recreativas. Os incentivos acerca da prática se dava porque ela era entendida como uma diversão moderna que favorecia a permanência de valores como o matrimônio, dada à proximidade dos pares enquanto dançavam, favorecendo a conexão amorosa entre os casais. Contudo, mesmo que promovidas frequentemente, as danças não estavam alheias às críticas, feitas especialmente por religiosos que as consideravam uma atividade contra a moral, visto que eram desempenhadas com movimentos descompassados em relação ao recato desejado (SILVA, 2020b).

As críticas aos ritmos e às formas de dançar não aconteceram somente em Barbacena. A título de exemplo, em Juiz de Fora, todas as danças eram sinalizadas como pecado imperdoável pela Igreja, sendo considerado que "todas as pessoas que participavam de bailes, dos mais comuns aos de carnaval e das brincadeiras de rua, nos blocos, não estariam isentas do julgamento divino" (ALMEIDA, 2006, p. 92). Foram encontradas também descrições análogas provenientes do Rio de Janeiro e da Itália na imprensa local:

> As dansas modernas têm sofrido, mais ou menos, por toda a parte, uma repulsa, ora mais viva, ora mais aberta, entre esta ou aquella classe, nesta ou naquella sociedade.

[62] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, 624 p.
[63] MASSENA, N. **Barbacena**: a terra e o homem. v. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985, p. 521-522.
[64] SARÀO-CONCERTO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 44, 20 nov. 1898, p. 1.

> Certamente, todos se lembram do movimento de repulsa, que se manifestou em alguns centros de diversões elegantes, freqüentados pela alta sociedade carioca, contra o <<charleston>>, que começava a avassalar.
> Esse movimento teve os applausos da imprensa, e a opinião publica lhe foi favoravel.
> Entretanto, a infiltração do "charleston", se fez, si bem que lentamente. E hoje em dia, dansa-se o "charleston" em toda a parte, como se dansa o "shimmy" e o maxixe, e como já se dansa a valsa.
> Agora, a dansa victoriosa é o "black-botton". Em varios círculos sociaes do mundo, se observou o mesmo movimento. Pouco a pouco, foram-se abrandando os escrúpulos e o "black-botton" vae vencendo por toda a parte, embora certos salões se mostrem irreductiveis, como ainda continuam a sel-o, em relação ás outras dansas norte-americanas.
> Ha poucos dias Mussolini teve occasião de observar estas dansas e achou-as, senão apenas indecentes, o que é pouco, mas, tambem aviltantes.
> E decretou, como Ministro da Guerra, a prohibição para o militar italiano, de dansar o "charleston", o "shimmy" e o "black-botton", fardado.
> A nota de "Duco" explica que nenhum desses systemas norte-americanos de bamboleios e requebros, está de accordo com o decoro militar e com a dignidade da farda[65].

A respeito do futebol, a sua presença na imprensa foi uma constante, a partir de colunas específicas que anunciavam e relatavam os prélios, notícias que indicavam o melhor lugar para ser praticado e os modos adequados com que os jogadores deveriam se portar. Essa mania do futebol foi observada por José Nabuco Linhares, colecionador de periódicos mineiros. Com um acervo de 839 títulos catalogados, o colecionador se referiu ao futebol como avassalador: "[...] aí do jornal que não consagrar a este gênero de esporte desenvolvida seção. Se isso não fizer, verá irremediavelmente suas edições encalhadas nas agências e bancas (LINHARES, 1995, p.414).

O futebol em Barbacena foi apresentado como "o divertimento elegante de todas as sociedades"[66], o que alude à intenção de dotar a região de práticas que eram desempenhadas por países ilustrados, como Estados Unidos da América e Inglaterra[67]. A suposta primeira partida da região aconteceu em 1904, e durante o período estudado foram organizados times, inaugurados campos, construídas sedes sociais dos clubes e realizados jogos locais e intermunicipais que aconteciam especialmente aos domingos. O futebol foi uma prática desempenhada sobretudo por homens jovens, e contou com a participação das mulheres como assistentes-espectadoras,

[65] A DANSA E A FARDA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 2356, 24 dez. 1927, p. 2.
[66] ALCANTARA. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1428, 20 jun. 1918, p. 2.
[67] LAURIVAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1622, 19 ago. 1920, p. 1.

assistentes-torcedoras, no lance inicial dos jogos, premiação à equipe vencedora e madrinha de time (SILVA; ROSA, 2020). Esse esporte também foi de interesse do público infantil. Contudo, quando desempenhado na rua, incomodava a sociedade local, conforme lido no pedido para que o futebol de rua deixasse de acontecer:

> Achamos que só o Sr. Delegado de Policia será capaz de pôr um ponto final ás reclamações que por ahi surgem, contra o jogo de <<foot-ball>>, nas ruas. Sim, só elle, porque a imprensa há já falado sobre o assumpto, e a meninada, em ruas centraes, continua divertindo-se com aquelle *sport*. Endereçamos ao Dr. Zagari esta nota, certos de que S.S saberá providenciar, como é mister[68].

O pedido acima pode ter sido feito porque a prática do futebol nas ruas do centro da cidade representava desordem no espaço urbano. Tais queixas também foram identificadas em outras regiões do Estado, como Juiz de Fora (ALMEIDA, 2006) e Belo Horizonte (SILVA, 2009). Conforme o estudo de Silva (2009), sobre a moral e os bons costumes a partir das narrativas policiais de Belo Horizonte entre os anos de 1897 a 1926, naquela cidade aconteceram apreensões de bolas de menores que estavam na rua jogando futebol e outras providências foram tomadas para regulamentar o uso de espaços públicos para que o jogo informal fosse inviabilizado. A autora faz a seguinte reflexão sobre esses acontecimentos:

> O futebol da rua, provavelmente, constituiu-se como caso de polícia, pois era uma prática triplamente desordenada: ressignificava os usos dos espaços públicos – pensados a partir de uma racionalidade que pretendeu esquadrinhar a cidade a fim de determinar usos e práticas específicos para cada espaço –, era um divertimento popular e ao mesmo tempo uma prática que se distanciava dos códigos do ethos esportivo do momento. Além de "menores", os meninos não eram *sportmen* (SILVA, 2009, p. 103).

Mesmo que a autora menciona que o jogo de futebol nas vias públicas por menores de idade impedisse que esses fossem caracterizados como *sportmen*, os adultos que praticavam o futebol em campo não escaparam de julgamentos pelos seus comportamentos. Por exemplo, em 1920, foi divulgada em Barbacena uma crítica ao fato de o Brasil se preocupar muito com o incentivo ao fortalecimento muscular dos homens que serviam à nação sem a preocupação com os aspectos morais que deveriam ser propagados, como a disciplina. Tendo como exemplo o futebol, o texto

[68] FOOT-BALL NAS RUAS**. Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1637, 14 out. 1920, p. 2.

apresenta que o fato de os brasileiros serem apaixonados por essa modalidade, especialmente "porque os americanos e os inglezes amam esse genero de sport"[69] – ou seja, populações modelo –, os homens do Brasil que se dedicavam à prática possuíam vícios que precisavam ser corrigidos. A dizer dos jogadores de futebol do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora, que se portavam nos campos de modo a fomentar agressões, usando de linguagem inapropriada e praticando excessos, sendo que em alguns casos a polícia precisou intervir. O texto ainda faz um alerta que conduz ao entendimento de que jogar futebol não fazia de um homem um *sportmen*, mas que para isso os jogadores deveriam aderir a um conjunto de condutas que previam, por exemplo, o não envolvimento com práticas consideradas indesejáveis, como a embriaguez. Conforme trecho da fonte:

> [...] Elles parecem ignorar que o verdadeiro sportmen é, naturalmente, um amigo da ordem. Homem forte, só emprega a sua força em favor do bem. Respeita e protege os velhos, as mulheres e as creanças. Não mente, não se embriaga, não insulta. Sem manchas e sem medo – temerario ás vezes, mas intemerato sempre, a sua conducta nunca deixa de ser irreprehensivel[70].

Se o esporte e a dança foram citados como neuroses sociais, outras diversões foram destacadas como distintas recreações e definidas como *sports*, como foi o caso da fotografia e do cinema. Nesse contexto, a palavra *sport* não estava relacionada às práticas esportivas, era sinônimo de agente recreativo e diversão, o que corrobora a etimologia da palavra desporto:

> Naquele que é considerado o mais antigo dicionário de português, o Vocabulário portuguez e latino, escrito no século XVIII por Raphael Bluteau, já se encontra a palavra desporto (originária do italiano diporto), descrita como "divertimento" (MELO, 2010, p. 46).

Do mesmo modo, o uso do termo *sport* poderia estar associado à amplitude de adesão às práticas e aos comportamentos esportivos naquele contexto, sendo empregado tanto nas nomeações de comércios que estavam ou não diretamente envolvidos com a venda de materiais esportivos, por exemplo, do Rio de Janeiro (MELO; SANTOS, 2020); quanto de outras diversões, que, para se mostrarem análogas à importância que o esporte tinha, na intenção de se afirmarem como indicadas para os novos modos de se viver, e práticas a serem consumidas – o que pode ter se dado com a fotografia e com o cinema, em Barbacena.

[69] LAURIVAL. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1622, 19 ago. 1920, p. 1.
[70] Idem.

A fotografia é uma técnica de registro criada em 1839. Ela estava entre as práticas que afirmavam a modernidade de um lugar porque significava uma tecnologia que possibilitava que os registros circulassem por outros locais, a fim de demonstrar o que uma região possuía de mais bem estruturado, os avanços feitos e o que estava por se fazer (ARRUDA, 2015; BARTOLOMEU, 2003).

Acerca dos usos da fotografia em Minas Gerais entre o século XIX e início do XX, destacam-se alguns. Primeiro, o trabalho do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital, neste caso, Belo Horizonte, para fazer registro da construção e demonstrar os investimentos do Estado em sua capital planejada (BARTOLOMEU, 2003). Segundo, a comercialização de imagens diversas, de pessoas e cidades, que poderiam acontecer pelo trabalho de conterrâneos e estrangeiros; estes últimos, de modo itinerante, viajaram por diferentes municípios no interesse de produzir registros fotográficos. Sabe-se que, entre 1845 e 1900, quarenta cidades de Minas Gerais contaram com a presença de fotógrafos itinerantes, e Barbacena foi uma delas (ARRUDA, 2015).

O fotógrafo mineiro Raimundo Alves Pinto, por exemplo, prestou serviço de fotografia à Comissão Construtora da Nova Capital em 1896. Após a inauguração de Belo Horizonte, ele trabalhou como editor na região, tendo ficado conhecido sobretudo pelo lançamento da obra *Álbum de Bello Horizonte*, em 1911, e pelo seu trabalho pioneiro com cinejornais no Estado (BARTOLOMEU, 2003). Ele captou diferentes imagens panorâmicas de cidades mineiras, dentre elas, Diamantina, Minas Novas, Pedro Leopoldo, São João Del Rei, Sete Lagoas e Barbacena[71]. Nesta última, em 1900, Raimundo Pinto registrou a *Vista parcial da Fábrica de Laticínios Roza*[72]. Não foi identificado se a sua passagem por Barbacena foi por algum motivo específico, contudo acredita-se que isso se deu por um movimento de encomendas e vendas de fotografias em voga naquele momento. Nesse sentido, o registro da fábrica de laticínios supracitada pode apontar o que Barbacena tinha de mais atrativo para o Estado, visto que a fotografia poderia captar o que se considerava como próspero em certa região.

[71] O acervo iconográfico de Raimundo Alves Pinto está disponível no Arquivo Público Mineiro. *Link* para consulta: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?query=raimundo+alves+pinto&mid=54&action=showall&andor=AND&start=0>. Acesso em: 17 dez. 2020.

[72] PINTO, R. A. **Vista parcial da Fábrica de Laticínios Roza em Barbacena** (MG) (1900), Coleção Nelson Coelho de Senna, notação 008 (02). Imagem disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29910. Acesso em: 17 dez. 2020.

Nesse mesmo sentido, as imagens de Barbacena presentes em revistas cariocas, como *Nação Brasileira*[73] e *O Malho*[74], podem atestar essa intenção, dado que as fotografias que buscaram apresentar a cidade privilegiaram as praças localizadas ao Centro; um hotel frequentado por pessoas abastadas; a arquitetura de instituições de ensino e associações sócio recreativas; melhorias da infraestrutura, como as obras da usina hidrelétrica da região e na Rua Quinze de Novembro, principal via pública e comercial da cidade. Algumas práticas de sociabilidade e diversão também foram destacadas, como reuniões, piqueniques, sessão de cinema e tiro, o que, em suma, demonstra o interesse em apresentar Barbacena não só por meio da infraestrutura, mas também pelas práticas sociais existentes.

Além das atividades de fotógrafos itinerantes, alguns conterrâneos trabalharam com a arte da fotografia, como *Hygino Lopes*, que, a partir de 1898, ganhou prestígio na cidade e demonstrou que não era somente no Rio de Janeiro que se fazia um bom trabalho com fotografia[75]. Outros profissionais desse ramo que foram identificados são: C. Camões Penna, João Chagas e Humberto Caetano[76].

A respeito de Humberto Caetano, ele foi citado como "o representante photografico da *Nação Brasileira* em Barbacena" e era proprietário de uma loja de variedades situada na Rua Quinze, n. 212, de nome *A Casa Renascença*, que comercializava "artigos photograficos, dentarios, medicos e cinematicos", vendidos aos mesmos preços do Rio de Janeiro[77]. Humberto também dirigiu uma empresa de produção de documentários no município, na década de 1920, nomeada *Sociedade Cinematográfica Artística Barbacenense* (*SCAB-Film*). O primeiro título da empresa data de 1924: *Varios Aspectos de Barbacena* (1924)[78]. A *SCAB-Film* produziu o total de três filmes, sendo dois gravados em Barbacena – *Varios Aspectos de Barbacena* (1924) e *Barbacena em Revista* (1927) – e um em São Paulo – *Revolução de 1924/Revolução de São Paulo* (1924) (GALDINO, 1983).

Em outro sentido, a imprensa apresentou que ter uma máquina fotográfica para uso recreativo era o sonho de muitos, mas pelo alto valor dessa tecnologia tornava-se inviável a sua

[73] **NAÇÃO BRASILEIRA**, Rio de Janeiro, n. 15, 1924.
[74] **O MALHO**, Rio de Janeiro, edição 0165 (3), 1905; **O MALHO**, Rio de Janeiro, edição 0474 (1), 1911; **O MALHO**, Rio de Janeiro, edição 0602 (2), 1914; **O MALHO**, Rio de Janeiro, edição 1543 (2), 1932.
[75] PHOTOGRAFO. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, edição 29, 7 ago. 1898, p. 2.
[76] LAEMMERT, E. V. **Almanak Laemmert**: admnistrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro, ano 1926, edição D00082 (2), vol. IV, 82º anno, Officinas Tipographicas do Almanak Laemmert, p. 227. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/313394/per313394_1926_D00082.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.
[77] CASA RENASCENÇA. **Nação Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 15, 1924, p. 86.
[78] PELOS CINEMAS. **Cidade de Barbacena**, Barbacena, n. 1990, 1 maio 1924, p. 1.

aquisição. Contudo, "este problema tentador" estava resolvido, pois já era possível comprar uma máquina da marca *Kodak* por preço acessível em *A Casa Renascença*[79], que comercializava produtos diversos: além de máquinas, filmes e chapas, contava com o *Pathé Baby*, um projetor de cinema de uso doméstico[80]. Ainda sobre o uso recreativo da fotografia, encontrou-se esta descrição da prática:

> O melhor sport, a mais distincta recreação, o mais delicado dos passa-tempos, é a photographia ao alcance de todos. A vida domestica tem flagrantes adoraveis; as excursões, os pic-nics, as reuniões, etc, offerecem-nos ensejos tentadores de instantaneos. Assim ter-se uma pequena machina photographica, é a mais attrahente das ambições recreativas[81].

O cinema teve descrição similar à da fotografia. Contudo, além de ser a diversão com maior frequência em dias e horários no cotidiano da cidade, ele abrigava a possibilidade de instrução intelectual de pessoas de diferentes idades[82], cultivo de bom gosto, fomento à moral vigente[83] e ao cultivo do espírito[84], intenção tão destacada pelo pensamento da época.

Acerca do cinema em Barbacena, a primeira casa cinematográfica de projeção fixa foi inaugurada em 1909 e foram identificados 14 estabelecimentos até 1931; gestores italianos, brasileiros e possivelmente alemães; funcionários homens e mulheres; programações diurnas, norturnas, em dias da semana e finais de semana; público adulto, infantil, mulheres e homens; formas de compra de bilhetes diferenciadas; marcas de diferentes localidades, incluíndo Alemanha (3), Dinamarca (1), Estados Unidos da América (9), França (3), Itália (3), Brasil (8) e Barbacena (5); distintas temáticas nos filmes projetados: relacionamento amoroso heterossexual, comportamento feminino e masculino, religiosidade católica, comédia, dramas policiais, romances, esporte, cinejornais, filmes naturais e projeção de lugares e atividades locais por meio de documentários produzidos na cidade; empresas locais voltadas para a produção de documentários: *Benedetti*, *Benedetti & Boratto*, *Ópera Film*, *Benedetti & Russo*, *Sociedade Cinematográfica Artística Barbacenense* (*SCAB-Film*) e diferentes expectativas pelo público que ia para se divertir e encontrar amorosamente[85].

[79] KODAK. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 5, 9 set. 1923, p. 4.
[80] CASA RENASCENÇA. **Nação Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 15, 1924, p. 86.
[81] KODAK. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 5, 9 set. 1923, p. 4.
[82] O CINEMA NA INFANCIA. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 10, 14 out. 1923, p. 1-2.
[83] Idem.
[84] A NECESSIDADE DO CINEMA. **Apollo Jornal**, Barbacena, n. 4, 2 set. 1923, p. 1.
[85] Maiores detalhes sobre o cinema silencioso em Barbacena, podem ser consultados na tese intitulada de "O mais completo dos sports espirituaes: o cinema silencioso em Barbacena (Minas Gerais, 1914-1931)". Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/39122 Acesso em: 25 fev. 2023.

O reconhecimento dessas opções para se divertir em Barbacena entre o final do século XIX e início do século XX, demonstra um fragmento do quanto uma cidade distante da capital do seu Estado fomentou o lazer de seus conterrâneos, incluindo os divertimentos em voga, o fomento de discursos que circulavam em diferentes lugares do país e do mundo para propagar tais práticas, assim como investimentos locais a favor delas.

Considerações finais

A história dos divertimentos em Barbacena entre o século XIX e XX ainda é um tema pouco explorado.

Barbacena, assim como outras cidades de Minas Gerais, buscou se adequar ao ideário de modernidade vigente por meio de hábitos e práticas como as diversões. Nisso, algumas foram pauta de incentivos e censuras em diferentes tempos. Sobre o último caso, não quer dizer que as práticas desaconselhadas em dado momento pararam de ser vivenciadas.

A participação dos munícipes nos divertimentos – não somente a vivência nas práticas, mas a constituição e a organização delas – demonstra a importância que a região conferiu às diversões, pois mobilizou o interesse de diferentes âmbitos da sociedade local, como militares, escolares, comerciantes, intelectuais, políticos, mulheres e homens. Tais fatos demonstram que os divertimentos não somente estiveram na cidade, mas foram parte dela.

Outros entretenimentos foram vivenciados em Barbacena entre os séculos XIX e XX e em diferentes marcos temporais. Divertimentos ilícitos como aqueles praticados, por exemplo, em cabarés, merecem atenção de pesquisadores, dado que as dimensões do permitido e do não permitido precisam cada vez mais se encontrar em pesquisas, pois na fruição da diversão esses estados podem dialogar. Para isso são necessárias novas fontes e novas pesquisas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, P. L. **Elos de permanência:** o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

ARRUDA, R. P. Os fotógrafos em Minas Gerais no século XIX. Seminário Internacional Brasil no século XIX, **Anais**..., Rio de Janeiro, p. 1-14, 2015.

BARTOLOMEU, A. K. C. Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte. O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897). **Varia História**, Belo Horizonte, n. 30, p. 37-66, jul. 2003.

DIAS, C. Literatura, esportes e regionalismo no Brasil: o grande desportista, de Pascoal Toti Filho. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 69-86, 2016.

DUARTE, R. H. **Noites circenses**: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

GALDINO, M. da R. **Minas Gerais**: ensaio de filmografia. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1983. 430p. (Prêmio Cidade de Belo Horizonte – Ensaio)

LINHARES, J. N. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte**: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Editora UFMG, 1995.

LUCENA, R. F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas – SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001. (Coleção Educação Física e esportes).

MELO, V. A. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

_____. Uma diversão civilizada: a patinação no Rio de Janeiro do século XIX (1872-1892). **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 81-100, 2017.

_____. Uma diversão adequada? As touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884). **História**, Franca, v. 32, n. 2, p. 163-188, dez. 2013.

MELO, V. A.; ROCHA JUNIOR, C. P. As touradas na cidade da Bahia: transições na dinâmica pública soteropolitana. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 54, p. 189-211, jan./jun. 2016.

MELO, V. A.; SANTOS, J. M. C. M. "Casa sportman – sempre imitada, nunca igualada": estratégias de um empreendimento e dinâmicas de consumo (Rio de Janeiro, 1909-1922). **História econômica & História de empresas**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 495-525, 2020.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, I. M. Divertimento é emancipação: a participação de Maria Lacerda de Moura nas festas de Barbacena (MG) até a década de 1920. **Licere**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 204-226, 2021a.

_____. O maior cinema na história de Barbacena: panorama dos primeiros anos do Cine-Theatro Apollo (1923 a 1925). **Caminhos da História**, Montes Claros, v. 26, n. 1, p. 148-164, 2021b.

_____. Rápida como os patins: a presença das mulheres na patinação em Barbacena-MG no início do século XX. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-11, 2020a.

_____. Da participação das mulheres nas danças em Barbacena - MG (*Cidade de Barbacena*, 1915-1930). **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-13, 2020b.

_____. **Elas se divertem (Barbacena - MG, 1914 a 1931)**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, I. M.; ROSA, M. C. Da participação de mulheres no futebol em Barbacena/MG nas três primeiras décadas do século XX. **Licere**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 2020, p. 114-142.

SILVA, I. M.; SOUTTO MAYOR, S. T. Pistas do Trabalho de Paulo Benedetti como Gestor e Produtor de Cinema em Barbacena-MG no Início do Século XX. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, 2022, p. 141-170.

_____. As mulheres de Barbacena (MG) e as Sessões Chiques de cinema (anos de 1926 e 1927). **Motrivivência**, Santa Catarina, v. 32, n. 63, 2020a, p. 1-22.

_____. Mulheres no atletismo (Barbacena-MG, 1926): um estudo preliminar. **Caminhos da História**, Montes Claros, v. 25, n. 1, 2020b, p. 3-15.

_____. As normativas da imprensa periódica em meados do século XIX: diálogos entre Minas Gerais e Pernambuco na regulamentação de práticas e costumes das "horas vagas". *In*: **Anais do V Congresso Sudeste de Ciências do Esporte**, Lavras, 2014, p. 1-16.

SILVA, M. G. C. **A moral e os bons costumes**: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926**)**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SOUTTO MAYOR, S. T. **O futebol na cidade de Belo Horizonte**: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940. 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Escola de

Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VILHENA, K. N. **Entre "sãns expansões do espírito" e "sarrilhos dos diabos"**: lazer, divertimento e vadiagem nas representações da imprensa em Belo Horizonte (1895-1922). 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Temporalidades

Intersecções entre Neoliberalismo e Criatividade Musical: Uma análise histórica

Intersections between Neoliberalism and Musical Creativity: A Historical Analysis

Luciano da Costa Nazario
Doutor em Música
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
lucianonazario@furg.br

Rheuren da Silva Lourenço
Graduando em História
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
rheuren.2001@gmail.com

Recebido: 04/11/2022
Aprovado: 23/02/2023

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma visão global do panorama histórico e sociocultural que regeu o entendimento de criatividade musical no ocidente, vislumbrando os elementos que possibilitaram a emergência de um "sentido neoliberal de criatividade" e suas ações no campo da música. Metodologicamente, essa investigação aplicou uma abordagem bibliográfica qualitativa e interdisciplinar, percorrendo as áreas da história da música e dos direitos autorais, estudos socioculturais e psicanalíticos sobre o neoliberalismo, além de investigações nos campos da psicologia e filosofia. Os resultados evidenciam uma junção entre criatividade musical e neoliberalismo, no qual o valor da criatividade individual está intrinsecamente ligado à capacidade de empreendedorismo. Tal associação advém de um processo de transformação conceitual no qual o trabalho artesanal transforma-se em trabalho artístico, e este, por sua vez, em um produto material comercializável inserido no contexto da indústria cultural. Construções simbólicas da criatividade musical baseadas em critérios socioeconômicos foram recorrentes nos diferentes tempos históricos analisados.

Palavras-chave: Criatividade musical; Neoliberalismo; Análise histórica interdisciplinar.

Abstract: In this article, we present a global view of the historical and sociocultural panorama that governed the understanding of musical creativity in the West, glimpsing the elements that made possible the emergence of a "neoliberal sense of creativity" and its actions in the field of music. Methodologically, this investigation applied a qualitative and interdisciplinary bibliographic approach, covering the areas of music history and copyright, sociocultural and psychoanalytic studies on neoliberalism, and investigations in psychology and philosophy. The results show a junction between musical creativity and neoliberalism, in which the value of individual creativity is intrinsically linked to the capacity for entrepreneurship. Such association comes from a process of conceptual transformation in which craftwork changes into artistic work, which, in turn, becomes a commodity

inserted in the context of the cultural industry. Symbolic constructions of musical creativity based on socioeconomic criteria were recurrent in the different analyzed historical areas.

Keywords: Musical creativity; Neoliberalism; Interdisciplinary historical analysis.

Introdução

A palavra criatividade é familiar aos olhos e ouvidos do sujeito contemporâneo. Presenciamos seu uso frequente em agências de publicidade, na internet, televisão, em livros e em discursos acadêmicos que destacam os grandes feitos artísticos, científicos ou tecnológicos da humanidade (e.g. SIMONTON, 1999). É facilmente associada aos personagens considerados gênios do mundo ocidental (Picasso, Einstein, Beethoven, Bill Gates etc.), aos *best sellers*, aos top 10 do Spotify, aos antigos "clássicos" da música de concerto ou da música popular, mas também está presente nos mais diversos discursos sobre as potencialidades humanas, sendo compreendida como a base para a economia criativa[1], uma ferramenta para se obter lucros (e.g. SANMARTIN, 2012) ou para viver uma vida mais plena (e.g. ROGERS, 1954; MASLOW, 1968). O fato é que as acepções e os significados de criatividade são multidimensionais, e os indivíduos têm atribuído sentidos semânticos diversos de acordo com suas correntes de pensamento.

No século XX, uma parte significativa da literatura científica tem destacado dois entendimentos básicos de criatividade: (a) um sentido lato, ou seja, a criatividade percebida como um elemento psicológico fundamental e inerente ao ser humano, presente sempre quando o indivíduo imagina, gera ideias e resolve problemas (e.g., ANDRADE, 1997, p. 582; MASLOW, 1968, p. 136; PIAGET, 1975, p. 77; ROGERS, 1954, p.251 ; WINNICOTT, 1990, p. 39; conceito novo de criatividade, Cf. ELLIOTT, 1971, p. 146; criatividade pessoal, Cf. RUNCO, 2004, p. 91; criatividade psicológica, Cf. BODEN, 2004, p. 2; criatividade cotidiana, Cf. RICHARDS, 2007, p. 25); e (b) um sentido estrito, associando-a ao talento individual, à ideias originais e inovadoras que tenham valor (utilidade) para uma determinada sociedade e cultura (e.g., AMABILE, 2013; p. 1001; conceito tradicional de criatividade, Cf. ELLIOTT, 1971, p. 140; criatividade com c maiúsculo, Cf. CSIKSZENTMIHALYI, 1996, p. 27; criatividade histórica, Cf. BODEN, 2004, p. 2). Enquanto o entendimento (a) aborda a criatividade a partir de uma perspectiva psicológica/biológica, aceitando

[1] UNESCO. *Investing in creativity*. The 2005 Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. Disponível em: <https://en.unesco.org/creativity/files/investing-creativity>. Acessado em 20 ago. 2022.

que todos os seres humanos são potencialmente criativos, o entendimento (b) a submete ao reconhecimento social e ao julgamento de valor, tanto da pessoa quanto do produto criativo (NAZARIO, 2021, p. 1687-1688).

Contudo, há ainda um terceiro entendimento de criatividade que possui sua racionalidade específica, e o qual trataremos mais especificamente neste artigo: a perspectiva neoliberal de criatividade. Ela nos diz que, mais do que quaisquer elementos de ordem psicológico/biológico/social, é a capacidade de venda (e não de geração) de uma ideia ou produto que dita o seu valor criativo, e o sujeito criativo não é aquele quem cria, mas aquele capaz de transformar a sua criação em mercadoria vendável e desejável ao consumidor (ULTRAMARI, 2022, p. 11). Os critérios para a legitimação desta forma específica de criatividade são puramente econômicos, e quanto maior a demanda pelo consumo de um produto criativo, maior será a valoração da criatividade associada a este produto. Em muitos casos, desconhece-se seu próprio criador, uma vez que a "força" propulsora do mercado neoliberal nem sempre está em quem concebeu um determinado produto, mas no produto em si e em seu divulgador (uma marca, um cantor etc.)[2].

Nesse artigo, iremos abordar os aspectos históricos e socioculturais que possibilitaram a emergência deste sentido específico de criatividade e suas ações no campo da música. Como veremos, o discurso da criatividade, independentemente da área de atuação, é parte integrante de uma construção sociocultural e histórica, e, dessa forma, não apenas a agência criativa, mas a própria concepção de criatividade é influenciada por questões ambientais. Este estudo foi realizado pelo grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande (UFRGS), um grupo interdisciplinar com a participação de pesquisadores das áreas da música, história, antropologia, psicologia e letras de duas diferentes universidades brasileiras (Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa). O grupo dedica-se em compreender o lugar da sociedade, cultura e história (em seu contexto macro e micro) nas potencialidades e barreiras à criatividade humana, em especial, ao fazer artístico musical. O objetivo deste artigo, portanto, é apresentar uma visão global do panorama sociocultural e histórico que regeu o entendimento de criatividade no ocidente europeu

[2] Este fenômeno é bastante evidente na música popular, onde os intérpretes (os divulgadores das composições musicais) acabam sendo percebidos pelo público como compositores das canções. Alguns intérpretes, por exemplo, não sabem (ou esquecem) o nome dos próprios compositores das canções de sucesso que interpretam. (SUCESSO, Mayko a voz do. *Canto Pablo passa grande VEXAME no Programa do Jô*. Youtube, 19 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=n_Ml4eeAbE0).

(e em específico, o de criatividade musical), o qual culminou na perspectiva neoliberal de criatividade aqui apresentada.

Sobre a concepção ocidental de criatividade: suas influências e orientações

Segundo Robert Weiner (2000) a palavra "criatividade" possui, aparentemente, data e local de surgimento no ocidente: na publicação de 1875 do livro *History of Dramatic English Literature* escrito por Adolfus William Ward. Contudo, seu uso regular em dicionários padrões foi levado a cabo somente após a segunda guerra mundial (WEINER, 2000, p. 89), e um maior interesse de estudo por este fenômeno surgiu após Guilford (1950), na época presidente da *American Psychology Association* (APA), publicar o artigo *Creativity* (STERNBERG & LUBART, 2009, p. 3). De acordo com o linguista chinês Liu (1995), a palavra "criatividade" foi incorporada no vocábulo chinês moderno através da palavra japonesa *kozosei*, a qual foi traduzida do inglês moderno *Creativity* (p. 348). Niu e Sternberg (2006) inferem que tal incidência implica que a concepção moderna de criatividade presente na China foi influenciada, portanto, pela tradição ocidental.

Contudo, embora a palavra moderna "criatividade", como substantivo, seja relevante, pois dá nome, significado e simbolismo a uma ação humana, outros vocábulos têm sido utilizados ao longo da história para registrar a ação criativa. O verbo "criar" em chinês (*chuang zao*), por exemplo, e seus sinônimos inventar (*fa ming*), fazer ou construir (*zhi zao*), produzir ou escrever (*chuang zu*) estão presentes nos documentos históricos chineses por no mínimo 1.500 anos, porém, em quantidade bem escassa:

> Apenas algumas entradas para o verbo *chuang zao* foram encontradas neste banco de dados[3]. De fato, apenas três entradas podem ser encontradas no banco de dados dos clássicos chineses, os quais contém mais de 130 milhões de palavras. Os três sinônimos são também raramente encontrados nos clássicos chineses (18 entradas para *Fa ming* (inventar), 25 entradas para *zhi zao* (fazer), e nenhuma para *chuang zu* (produzir ou escrever) (NIU & STERNBERG, 2006, p. 25).

A pouca entrada destes vocábulos não significa pouca incidência de ações criativas na antiga civilização chinesa, e sim que o conceito ocidental de criatividade (associado à geração do novo) simplesmente não era considerado importante (NIU & STERNBERG, 2006, p. 26). No ocidente europeu, por exemplo, desde tempos remotos à Renascença, acreditou-se que todas as inovações

[3] O banco de dados a que os autores se referem é o *Scripta Sinica*, desenvolvido pela Academia Sinica de Taiwan , o qual inclui os clássicos chineses e a literatura de primavera e outono (722-481 A.C.) até o final da era *Quing* (1904).

desejáveis eram inspiradas por deuses ou Deus (DACEY, 1999, p. 310). O novo, principalmente quando associado à "criatividade divina", era visto como bom. Na china, sob a ótica do Taoísmo, a produção e a mudança (ou a renovação) são as palavras-chave para descrever a natureza divina, e não necessariamente a geração do novo: "A natureza das mudanças do *yin yang*, ou *Tao*, é sua capacidade de produzir toda a bondade, incluindo a bondade moral" (NIU & STERNBERG, 2006, p. 28). Niu e Sternberg (2006) enfatizam que, mais do que as realizações pessoais ou o destaque perante o grupo (qualidades valorizadas em sociedades ocidentais individualistas), a principal característica do fazer criativo em sociedades orientais coletivistas é a bondade moral e a contribuição para a sociedade. Ao contrário do ocidente, ser criativo é buscar abandonar o *self*, conectando-se com a natureza e com a grandeza através da meditação (NIU & STERNBERG, 2006, p. 32-36). Porém, os autores lembram que o oriente tem sofrido fortemente influência da concepção ocidental de criatividade, e a China moderna têm dado também destaque à novidade e ao individualismo como premissas para o fazer criativo (NIU & STERNBERG, 2006, p. 35).

No ocidente, encontramos menções à ação criativa nos escritos da antiga Grécia, onde o ato de criar era atribuído às musas (deusas da criação), as quais dominavam os poetas que atuavam como uma conexão entre o plano terreno e o plano divino (WEINER, 2000, p. 35). A ideia de "criatividade individual" (o homem como responsável direto por sua criação) era praticamente ausente. Segundo o autor, na Mesopotâmia não havia, aparentemente, palavras para descrever um artista ou inventor, e o status social dos artesãos era um nível acima dos escravos. Tanto no Egito quanto na Mesopotâmia virtualmente todas as pinturas e esculturas eram anônimas (ibid. p. 22), prática está também recorrente durante o período medieval europeu até o ano de 1400, uma vez que: (a) a criação medieval não possuía relação com as potencialidades humanas, mas buscavam mostrar reverência a Deus; (b) as criações eram geralmente coletivas e (c) as pessoas que criavam eram geralmente artesãos, grupo que não possuía prestígio social (ibid. 46-47).

A Renascença valorizou mais as obras humanas (valorização dos clássicos), e, portanto, os criadores começaram a ser mais prestigiados (ibid. p. 53), mas é a partir do Iluminismo que a criatividade divina dá lugar, de fato, à criatividade individual (e.g. WEINER, 2000, p. 65; NIU & STERNBERG, 2006, p. 22). O lugar de destaque à ciência, o advento do capitalismo, a ênfase na liberdade e individualidade, bem como a exaltação dos direitos privados contribuíram para a apreciação e difusão da criatividade individual na sociedade europeia (ALBERT & RUNCO, 2009. P.

20-21), e o artista começa a ser entendido como o responsável direto pela comunicação de seus afetos. Weiner (2000) classifica as mudanças e orientações ocorridas com a concepção de criatividade no ocidente europeu a partir de três eixos principais: (1) imitação da natureza de Deus; (2) imaginação da realidade a partir da perspectiva do criador; e (3) expressão dos sentimentos íntimos do criador (WEINER, 2000, p. 104).

Panoramas da criatividade musical no ocidente europeu

As antigas civilizações gregas atribuíam à música poderes mágicos. Ela era capaz de curar doenças, purificar o corpo e o espírito e operar milagres no reino da natureza (GROUT & PALISCA, 2001, p. 17). Música e poesia eram praticamente sinônimas para os gregos, pois a música estava ligada indissociavelmente à palavra (ibid. p. 20). A música fazia parte da educação grega uma vez que se acreditava que ela colaborava na formação do caráter, imprimindo harmonia e temperança à alma (PLATÃO, 1949, p. 136), e seu mal uso poderia contribuir também para a destruição de uma sociedade (ibid. p. 169). Segundo Kemp (1966), a documentação existente diz muito pouco sobre a vida cotidiana, a remuneração e as condições de serviços dos músicos da antiga Grécia. Sabe-se que o status social de maior prestígio era o dos poetas-músicos, muitos dos quais nasceram em "berço de ouro" e tocavam frequentemente nas cortes para os déspotas. Com menos prestígio estavam os professores de música e, por fim, os instrumentistas (grupo de menor prestígio que incluía também mulheres e homens escravizados). Boa parte dos instrumentistas escravizados tocavam aulos (instrumentos de sopro considerados inferiores e excluídos da educação musical grega) durante as navegações (pois acreditava-se que a música auxiliava a pesca), em sacrifícios, em marchas de guerra e em diversas atividades de entretenimento (KEMP, 1966, p. 217-218). Conforme mencionado, a ideia de criatividade ficava a cargo apenas dos poetas-músicos (poesia, do gr. *poiésis*, criação) (HOUAISS, 2009), os quais atuavam como um elo de comunicação com as musas, verdadeiras responsáveis por suas criações. Contudo, como a música grega era quase que inteiramente improvisada (GROUT & PALISCA, 2001, p. 19), as criações faziam parte de todas as manifestações musicais, incluindo-se aquelas realizadas pelos instrumentistas escravos.

Há registros de notação musical (um documento que nos possibilita ver materialmente o ato criativo de um compositor através da escrita de sua música) encontrados na Mesopotâmia e que datam de antes de 1400 A.C. (MAUREY, 2014, p. 365), e sabe-se que na antiga Grécia também se

escrevia música (JOHNSON, 2000, p. 57). Contudo, a sistematização da escrita musical no ocidente se deu, de fato, dentro do contexto da música religiosa medieval através do cantochão, um canto realizado pela igreja católica sobre textos litúrgicos e que obedeciam aos acentos das palavras e o ritmo natural da língua latina (BENNETT, 1982, p. 13). O desenvolvimento da notação possibilitou uma maior documentação da criatividade musical sacra, mas poucos são os registros da música secular da idade média. Chegaram até nós um pouco mais de 1600 melodias compostas pelos poetas-músicos da aristocracia, denominados "Trovadores" (oriundos da região sul da França) ou "Troveiros" (da região norte da França) (GROUT & PALISCA, 2001, p. 85; BENNETT, 1982, p. 18). Haviam, também, os "Jograis" (ou menestréis), homens e mulheres das camadas mais pobres e de baixo *status* social que vagavam isolados ou em pequenos grupos de aldeia em aldeia, de castelo em castelo, cantando, tocando e dançando a *chanson de geste*: poemas épicos, narrativos que relatavam os feitos dos grandes heróis nacionais (GROUT & PALISCA, 2001, p. 84-85). Como tais poemas (e melodias) eram transmitidos oralmente, os Jograis alteravam ou criavam as suas próprias versões das cantigas à medida que andavam de terra em terra (ibid. p. 85), ou seja, a criatividade também fazia parte de seu ofício e de suas manifestações musicais.

A tecnologia e o domínio dos bens de produção sempre atuaram como ferramentas para a formação de monopólios, e com a música não foi diferente. Com a criação da imprensa de Gutenberg em 1467, as notações musicais começaram ulteriormente a serem largamente reproduzidas e, em 1498, Ottaviano Petrucci obteve o monopólio de 20 anos para imprimir todas as partituras musicais em Veneza, obtendo direitos e lucros exclusivos de suas impressões (DUGGAN, 1992, p. 39). Não havia direitos autorais sobre obras musicais e, portanto, os compositores não ganhavam um centavo pela reprodução de suas músicas (BOYLE & JENKINS, 2017, p. 41). Seus sustentos se baseavam no mecenato advindo de papas, cardeais e da aristocracia que patrocinava atividades musicais em suas cortes e em festividades locais (GROUT & PALISCA, 2001, p. 189). Porém, a reprodução das notações musicais, por meio da imprensa, "materializou" e popularizou o trabalho criativo dos compositores, contribuindo para uma mudança do olhar da população frente às suas atividades musicais. Até então, os compositores eram considerados artesãos (empregados da nobreza e do clero) e não artistas, fato este que se modificou com a contribuição da imprensa e, no contexto do iluminismo, com a difusão da ideia de criatividade artística em termos de genialidade original (BOYLE & JENKINS, 2017, p. 44-64). A mudança de paradigma trazida com o Iluminismo

possibilitou a criação do Estatuto de Anne em 1710, a primeira legislação que confere direitos exclusivos ao autor pela escrita de seus livros. Mas somente em 1777, mediante batalha judicial, a escrita musical foi compreendida como ideia, e, portanto, assegurada pela nova legislação (ROSEN, 2008, p. 12). Isso possibilitou aos compositores obterem uma parcela dos lucros no mercado da impressão musical, mercado este que acompanhava a ascensão econômica e política da burguesia, a qual requisitava concertos musicais públicos, saraus, e partituras para piano[4] destinadas a amadores (SCOTT, 2008, p. 29; GROUT & PALISCA, 2001, p. 479).

A gênese do mercado musical, como conhecemos hoje, se deu, portanto, no contexto do Iluminismo e do liberalismo. A mudança do cenário político contribuiu para a popularização do cenário musical no âmbito da classe média burguesa na Europa e Américas, estimulando o mercado da música impressa no final do século XIX (SHEPHERD *et al.*, 2003, p. 251) e, com a invenção do gramofone, a indústria da gravação no início do século XX (BOYLE & JENKINS, 2017, p. 87). Neste contexto capitalista, a criatividade musical passa a ser vista como um objeto, uma mercadoria experiencial na qual os consumidores podem experimentar com antecedência para tomar uma decisão de compra (BYUN, 2016, p. 23). As sensações sônicas intangíveis são inseridas em mídias qualificadas como mercadorias, e os direitos autorais transferidos às gravações através da emenda de 1909[5] contribuíram para agregar valor ao produto musical (PALLIERE, 2021). Rapidamente um forte oligopólio da indústria da gravação se formou e, em 1940, mais da metade das vendas mundiais estavam nas mãos de três poderosas empresas: Columbia, RCA e Decca. Tais empresas podiam pagar grandes montantes de valores em campanhas publicitárias em jornais e, com a invenção do rádio, subornar locutores para estimular a demanda por consumo musical e emplacar sucessos musicais (BRIDGE, 2019).

Tal mercantilização da música (e do músico) foi criticada por Horkheimer e Adorno ainda na primeira metade do século XX através do texto "O iluminismo e a mistificação das massas". Neste escrito, os autores apresentam o termo "Indústria Cultural" referindo-se aos métodos de reprodução, uniformização e padronização de bens culturais com o objetivo de obter lucros através da satisfação de demandas dos consumidores (HORKHEIMER & ADORNO, 2002, p. 6-7). Não se tratava apenas de empacotar e vender em larga escala algo previamente criado, mas de se submeter as ações

[4] Instrumento que começou a ser produzido em massa com o advento da revolução industrial.

[5] COPYRIGHT. *An act to amend and consolidate the acts respecting copyright*. Disponível em: <https://www.copyright.gov/history/1909act.pdf>. Acessado em 7 jun. 2022.

criativas às demandas mercadológicas: "Junta-se a isso o acordo, ou, ao menos, a determinação comum aos chefes executivos de não produzir ou admitir nada que não se assemelhe às suas tábuas da lei, ao seu conceito de consumidor, e, sobretudo, nada que se afaste de seu autorretrato" (HORKHEIMER & ADORNO, 2002, p. 7). A crítica de Horkheimer e Adorno à mercantilização da música é acompanhada de uma defesa à "obra de arte pura", isto é, a defesa da contradição mercado *versus* autonomia na qual a natureza transcendente da verdadeira obra de arte jamais deverá abrir mão. Para os autores, se até o século XVII a "autonomia criativa" dos compositores estava submetida aos propósitos e desejos dos patronos, na modernidade, a liberdade criativa da obra de arte moderna vive do anonimato do mercado (ibid. p. 35-36). A verdadeira criatividade seria aquela que não pode ser absorvida, massificada e empacotada pela indústria cultural.

Este posicionamento e distinção entre a "verdadeira" e "falsa" criatividade musical tornou-se uma discussão cotidiana em nossa contemporaneidade. Muitos músicos de tradição erudita classificam como "música alta" (*high music*) a música de concerto e, como música baixa (*low music*), a música popular (DOLINŠEK, 2012, p. 12). No Brasil república, por exemplo, a criatividade da música de concerto tornou-se sinônimo de elevação do gosto estético do público brasileiro, um símbolo de uma sociedade moderna e civilizada (LARSEN, 2018, p. 22-23), enquanto que o samba foi alvo de preconceito da burguesia brasileira até 1959 (NAPOLITANO, 2002, p. 69). A exemplo dos instrumentistas da antiga Grécia (vistos como inferiores perante os poetas-músicos), ou dos Jograis da idade média (vistos como secundários perante os Trovadores), os músicos de tradição popular do século XX são percebidos como menos conhecedores do que os músicos denominados "eruditos" (aqueles que executam a música de concerto)[6]. Em diversos tempos históricos a sociedade sempre distinguiu, de acordo com o papel social, duas formas de criatividade musical, uma superior, pertencente às camadas sociais mais privilegiadas, e outra inferior, advinda de camadas sociais mais populares ou desfavorecidas.

Mas o capitalismo, através do mercado musical, nunca realizou tal distinção, sendo sua única preocupação considerar o potencial do que pode ou não vender. A criatividade torna-se uma

[6] Cabe salientar que esta distinção é realizada em diversos níveis em cada uma destas classificações. Na música popular, por exemplo, também encontramos distinções entre os diversos gêneros musicais. No Brasil, a bossa-nova ou a chamada Música Popular Brasileira (MPB) são considerados gêneros musicais mais criativos do que aqueles associados à "música comercial" (música sertaneja romântica, funk carioca, música pop etc.). Tal distinção não se dá apenas devido a critérios estéticos/técnicos, mas está amplamente amparada por critérios sociais e políticos (SOUZA, 2009; FACINA, 2009).

ferramenta para o mercado, e exclui-se deste jogo todos os indivíduos que não utilizam "corretamente" esta ferramenta (ULTRAMARI, 2022, p. 7). Embora, de uma forma ou de outra, o músico sempre tenha buscado caminhos para a sua subsistência através de sua criatividade no percurso dos tempos históricos aqui analisados, a lógica indivíduo-empresa e a compreensão de uma "criatividade empreendedora" como forma de manifestação do valor do sujeito são características de nossa sociedade contemporânea ocidental (ibid., p. 10), características estas levadas aos seus extremos a partir do contexto do neoliberalismo.

Neoliberalismo, criatividade e música

Em 1929, as economias mundiais viram-se balançadas em decorrência da quebra da bolsa de Nova York. A crise no sistema capitalista, calcado em uma economia liberal, exigia novas alternativas para não apenas sobreviver às adversidades financeiras como preservar a vantagem no mercado externo, assegurando-se enquanto potências socioeconômicas. Assim, com os bancos fragilizados e o setor privado estagnado, os empresários culminam em necessitar do auxílio estatal, a fim de restabelecer a roda econômica. Neste contexto político e econômico, surge o modelo conhecido como Keynesianismo. Este, prevê que o Estado deve ser o principal interventor na organização do país, oferecendo aos cidadãos a ideia de bem-estar social, aumentando os salários, proporcionando melhores qualidades de vida e diminuindo a insalubridade no trabalho, bem como assuntos vinculados às necessidades básicas humanas como moradia, saúde e educação (HARVEY, 2008, p. 20). Para assegurar tais garantias em prol do cidadão, o Estado propõe um aumento considerável de impostos.

No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a eclosão de governos inteiramente comunistas opondo-se à governos capitalistas e o agrave da crise de 1929, com o desfalque do período de guerra, percebe-se que:

> Tanto o capitalismo como o comunismo em suas formas puras tinham falhado, alegaram eles. O único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade. Internacionalmente, uma nova ordem mundial foi construída com os acordos de Bretton Woods, e várias instituições, como a ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações (Basiléia), foram estabelecidas para ajudar a estabilizar as relações internacionais. O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbio fixo escorado na convertibilidade do dólar norte-americano em ouro a um preço fixo. (HARVEY, 2008, p. 11)

O que se segue é o que será chamado de um liberalismo embutido, onde preconiza-se uma fundição do Estado com práticas de mercado (HARVEY, 2008, p. 20-21), ainda que esta última esteja atrelada à primeira, o que gerou grandes saltos econômicos, possibilitando restabelecer as potências deflagradas pela guerra. Contudo, em 1970, a burguesia, sentindo-se prejudicada com o pagamento de impostos ao Estado, bem como os direitos trabalhistas aos funcionários, aproveita-se das grandes dívidas que haviam se acumulando para assegurar-se novamente no topo de influência política e econômica. Em suma, o que esse grupo queria de fato era reajustar a dinâmica de classes a seu favor. Dessa forma, aos fins da década de 1970, com Reagan chegando à presidência dos Estados Unidos, retoma-se a economia liberal - neoliberalismo - e, posteriormente, com o consenso de Washington em 1989, se estabelece regras para sua implementação e aderência, tanto em países dominantes como àqueles subordinados no cenário geopolítico. Assim, efetua-se, a partir da década de 1990, o caráter hegemônico dessa nova fase do capitalismo, que se intensifica ainda mais no cenário globalizado e globalizante ao qual o mundo já vinha se encaminhando há algumas décadas.

Este contexto político e econômico teve, como efeito, uma profunda modificação nas relações e nos modos de vida dos indivíduos. Diversos são os pensadores que, partindo da perspectiva do materialismo histórico (em específico o entendimento de que as relações de produção são determinantes para caracterizar as sociedades), destacam que o neoliberalismo é mais do que uma teoria sobre o funcionamento da economia, mas uma forma de vida que articula moral/psicologia, capaz de moldar nossos desejos e arquitetar uma forma específica de construção de subjetividades (e.g. DARDOT & LAVAL, 2016, p. 17; SAFATLE *et al.*, 2021, p. 230). O neoliberalismo produz uma nova racionalidade, um novo sujeito, a saber, o sujeito-empresa, caracterizado por uma internalização inconsciente da lógica de mercado em todas as instâncias de sua vida. A ênfase na competitividade, na meritocracia, na construção de um ideal de sujeito bem-sucedido, empreendedor e empresário de si mesmo são alguns dos princípios fundamentais que regem a lógica neoliberal (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 333; FRANCO *et al.*, 2021, p. 40; HAN, 2015, p. 14). Como parte desta racionalidade, presenciamos frequentemente um discurso contemporâneo de criatividade em diversos veículos de comunicação, associando-a à economia criativa e ao empreendedorismo[7]. Tal discurso atua como uma das ferramentas mais eficazes de transmissão da ideologia neoliberal ao apresentar a

[7] JUSTA, Saia. *Como a criatividade na pandemia revolucionou o mercado*. Globoplay, 15 jan. 2021. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8906032/.

criatividade como uma ferramenta capaz de fazer com que o indivíduo supere suas adversidades e obtenha sucesso profissional (ULTRAMARI, 2022, p. 12). O impacto universalizante deste discurso (que afirma que todos podem obter lucro através da criatividade) é altamente atrativo, pois esconde as contradições, desigualdades e os mecanismos sociais que impossibilitam ou afetam a agência individual (OLIVEIRA, 2016, p. 116). Além disso, o dispositivo neoliberal presente neste discurso culpabiliza indiretamente àqueles que fracassam, os quais se veem como responsáveis diretos por seus infortúnios (HAN, 2014, p. 18), percebendo-se como não criativos ou insuficientemente criativos. Tal lógica produz, assim, uma nova gramática do sofrimento:

> Esse investimento extremo sobre si e suas capacidades aparece, ao mesmo tempo, como plena realização individual e como disciplina inflexível — tomando aqui disciplina em sentido lato. Quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando "otimizar" o potencial de todos os seus atributos capazes de ser "valorizados", tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autoculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. A "autonomia", no sentido de dar a si mesmo o princípio de sua ação, converte-se na mera internalização das injunções do mercado, tal como a "liberdade de empreender", que envolve "transformar os trabalhadores em empreendedores de suas próprias tarefas. (FRANCO *et al*., 2021, p. 40-41)

Neste contexto, pensar a criatividade musical no neoliberalismo, é pensar a indústria cultural internalizada no indivíduo. Para Rodrigues e Caniato (2012), o vínculo estabelecido pelo indivíduo e a indústria cultural é de natureza libidinal, o sujeito a idealiza sem jamais ter retorno efetivo desse investimento, familiarizando-se, assim, com o sofrimento (RODRIGUES & CANIATO, 2012, p. 227). No campo da música, ser criativo tem, como imperativo, a ideia de encaixar-se no mercado, e o fracasso pode ser facilmente racionalizado ideologicamente em discursos tais como "ainda não chegou a minha vez", "reconhecimento leva tempo" (OSTEN, 2011, p. 138). Oculta-se (a) o investimento necessário (custos de produção fonográfica, empresário artístico, direitos autorais, imprensa etc.); (b) a localização geográfica (uma vez que os grandes selos das gravadoras se concentram apenas nas principais capitais); (c) os contatos fundamentais com os poucos produtores reconhecidos no mercado musical e que possuem acesso livre para estabelecer negociações com as grandes gravadoras; (d) a adesão do público (a qual deve ser quantitativamente relevante), e (e) em alguns nichos musicais, a própria aparência física do artista, a qual possui forte apelo junto ao

público. Todas estas instâncias pouco se relacionam com a produção criativa em si, mas é somente na criatividade que o sujeito tende a atribuir, frequentemente, sua capacidade de êxito ou fracasso.

A criatividade musical, em seu sentido neoliberal, tornou-se submissa às demandas econômicas da indústria cultural *oligopólica* do século XX e, mesmo que as mudanças advindas com a internet tenham enfraquecido economicamente o setor (ABREU, 2020, p. 18), o poder de divulgação da indústria cultural e sua adaptação às plataformas *streamings* ainda têm assegurado seu poder de barganha frente à classe artística (VAL, 2011). Embora os direitos autorais tenham passado por diversos aprimoramentos ao longo dos anos[8], ainda são inúmeros os exemplos de exploração das grandes gravadoras perante seus artistas contratados, as quais usualmente destinam *royalties* (pagamentos recebidos pelos detentores dos direitos de uma obra musical) ínfimos aos compositores e músicos que participam de seus selos. A praxe musical da indústria cultural no século XX, por exemplo, consistia na realização de contratos de controle direto sobre os compositores, os quais cediam seus direitos de autor para que a editora ou a gravadora os administrasse (BORGES, 2021, p. 43-44). Tal dependência dos artistas perante as gravadoras os tornavam suscetíveis ao abuso por parte das corporações. Bielas (2013) evidencia, por exemplo, a divisão típica de pagamentos de receita das gravadoras em um álbum que ganhou um prestigiado prêmio de ouro na década de 90 do século XX nos Estados Unidos da América:

> 500.000 álbuns vendidos a um preço de atacado de $ 12,05
> Receita bruta de $ 6.025.000
> A taxa típica de royalties do artista é fixada em 14%, o que equivale a $ 845.000
> Despesas de turnê e gravação de $ 300.000 retidos
> O pagamento total ao artista é de apenas $ 100.000
> O artista recebe $ 0 no primeiro pagamento devido à reserva contra devoluções (BIELAS, 2013, p. 43-44).

Com o surgimento das plataformas *streamings* a situação se agrava ainda mais. *Royalties* de frações de menos de zero centavos de dólar são comuns nas principais plataformas. A banda *inglesa Uniform Montion*, por exemplo, denunciou o ganho de apenas 0,0041 centavos de dólar por cada escuta de suas músicas no *Spotify*. Segundo os integrantes, seria necessário um usuário escutar o álbum inteiro da banda mil vezes para que os integrantes da banda dividam o lucro de apenas $40,50 (VAL, 2011). A própria criatividade em si também foi consideravelmente afetada pelo engessamento

[8] Na época da criação do Estatuto de Anne, por exemplo, o autor tinha apenas direitos autorais sobre sua obra por no máximo 28 anos (hoje a legislação prevê direitos autorais por até 70 anos após a morte do autor), e os direitos estavam limitados à reimpressão integral da obra (BOYLE & JENKINS, 2017, p. 49).

cultural produzido pelas plataformas *streamings*. O uso intensivo de algoritmos de recomendação produzidos por Inteligência Artificial, criados a partir de cálculos de probabilidades futuras de gosto baseadas em escolhas passadas de cada usuário, trazem variações dos mesmos produtos, negligenciando as diversas alternativas possíveis (MARCHI, 2020, p. 237). O usuário tem a ilusão de 'estar conhecendo músicas novas", quando que na verdade lhe são apresentados apenas "o mais do mesmo", o qual segue (e impulsiona) o seu gosto musical usual. Tal prática, atualmente adaptada ao contexto *online*, possui suas bases na "estética do mercado" imposta pela indústria cultural do século XX, na qual os profissionais de *marketing* e gerentes atuavam como árbitros do gosto e do valor dos consumidores. É nesse sentido que muitos artistas argumentam que o tratamento da música como um negócio representa uma força particularmente insidiosa na vida cultural, sufocando a criatividade e a mudança. O sucesso econômico da indústria cultural se dá a partir da exploração vergonhosa de heranças culturais (KUBACKI & CROFT, 2005, p. 225-232). Aqueles que não conseguem ou se negam a adentrar neste sistema, são os novos artistas fracassados do sistema neoliberal.

Junte-se a isso, os cursos de empreendedorismo musical cada vez mais comuns em escolas e conservatórios de música em sociedades neoliberais como os Estados Unidos (MOORE, 2016, p. 38), suas expansões para outros países, e os frequentes anúncios patrocinados em redes sociais e em sites de busca da internet, propagandeiam, cada vez mais, a ideia de que o músico é o principal responsável pelo sucesso ou fracasso da comercialização de sua música ou de si mesmo. A difusão da ideologia neoliberal, a qual se dá através do dito, não-dito e do silenciado (ORLANDI, 2007, p. 102) impossibilita ao sujeito, portanto, uma compreensão mais profunda sobre o sistema ao qual está submetido, e quanto maior o poder deste sistema, mais silenciosamente ele atua (HAN, 2014, p. 27). Como bem enfatiza Junior:

> O neoliberalismo depende da produção de sujeitos que entendam como naturais as formas de precarização social que, no nacional desenvolvimentismo, seriam rupturas do pacto social. Tal naturalização é obtida através de um longo processo de transformação das formas de vida, incluindo-se aqui o trabalho, a linguagem e o desejo. Por exemplo, o estado de desemprego passa a ser renomeado como um convite à iniciativa e ao empreendedorismo de cada um. Se ele é uma possibilidade do jogo desde o início, quando ele ocorre, sua causa só pode ser a incompetência do jogador. Em outras palavras, o responsável pelo desemprego é o próprio desempregado. Coerentemente, toda proteção ao trabalho deve ser ressignificada como proteção à preguiça, à falta de iniciativa, ou como infantilização do cidadão pelo Estado. (JUNIOR, 2021, p. 261)

O empreendedorismo tornou-se a materialização conceitual/moral deste novo sujeito-empresa, e a criatividade a sua ferramenta. *Coachings*, teologias da prosperidade, livros de autoajuda e cursos de treinamento de lideranças estão aí para isso, para ajudar no crescimento pessoal e econômico destes novos indivíduos. No neoliberalismo, o discurso sobre a "verdadeira" criatividade recai, portanto, sobre os empreendedores, ou seja, os criadores de sucesso que construíram seus impérios a partir de uma garagem (exemplos na área da música, artes visuais, negócios e tecnologia são amplamente divulgados pelos meios de comunicação), enquanto que a "falsa" criatividade (ou uma criatividade mais limitada) está no não-empreendedor, nos indivíduos anônimos que escolheram outros modos de vida e subsistência, considerados, por vezes, como preguiçosos e incapazes de autonomia e imaginação.

Indubitavelmente, determinados nichos musicais não influenciados pelo neoliberalismo pensam a criatividade de forma diferente, associando-a à subjetividade do criador e à mensagem que este pretende transmitir ao seu público. Inúmeras são as manifestações musicais (tanto na música de concerto quanto na música popular), que primam pela autoexpressão e buscam contrapor-se a estéticas mercadológicas impostas. Na música de concerto, por exemplo, pensamentos tais como "música é para mim uma imagem de nossa experiência temporal de vida" (STRAVINSKY & CRAFT, 1958, p. 15) ou "não há um grande trabalho de arte que não transmita uma nova mensagem à humanidade" (SCHOENBERG, 1950, p. 35) apresenta-nos concepções que colocam em destaque à capacidade técnica e imaginativa do criador, independentemente de sua obra criativa gerar ou não valor monetário. Na mesma direção, a música eletrônica dançante (EDM[9]) surgiu, no final do século XX, como uma contracultura que buscou a liberdade e "apresentou resistência contra os paradigmas neoliberais de individualismo, competição e eficiência" (FENNESSEY, 2021, p. 30). Para Fennessey (2021, p. 30) e James (2020) tal novo estilo de encontro festivo prometia a reunião da diversidade, onde os jovens ali poderiam ser eles mesmos, sem a pressão do sistema econômico que primava por individualizá-los.

Contudo, o neoliberalismo entende que a sociedade trabalha como um mercado, utilizando as diferenças e idiossincrasias como um recurso a ser explorado (HAN, 2018, p. 22). A partir desta perspectiva, alguns estudos têm apontado para a EDM como um dos exemplos musicais ressignificados pelo neoliberalismo com vistas a obtenção de lucro. A pesquisadora Robin James

[9] *Eletronic Dance Music.*

(2015), ao buscar compreender como a estrutura sonora da EDM (composta por ruídos antes pouco aceitos pelo público em geral na década de 90 do século XX) tornou-se popular no século XXI, inferiu que o neoliberalismo, por meio do que denomina de "Discurso de Resiliência", conseguiu inserir tais sonoridades na vida cotidiana dos ouvintes, através de um reciclamento do ruído e da própria forma de escuta[10], possibilitando metabolizar o material sonoro (antes indigerível) nos ouvidos do sujeito contemporâneo (JAMES, 2015, p. 43). O neoliberalismo, portanto, fomentou um público mais amplo "consumidor" da EDM e, ainda que o DJ tenha sua autonomia da criação[11] (GONÇALVES, 2016, p. 14), suas incursões musicais tornaram-se dependentes dos anseios de seu público, dependendo da aprovação deste, pois as reações do público na pista influenciam, em parte, a maneira de criar do DJ (BALDELLI, 2004, p. 2). Assim, uma vez que para o neoliberalismo pessoas e objetos possuem o mesmo caráter de um produto a ser comercializado, os eventos de EDM tornam-se manifestações de *desiring-machines* [máquinas desejantes][12] na medida em que permitem o fluxo aberto de *desiring-production* [produção desejante][13]. Diante do DJ, "o público se torna parte do show", tanto em seu sentido literal ao estar na pista dançando, quanto metaforicamente ao fazer parte do jogo político-neoliberal (FENNESSEY, 2021, p. 32). Ainda, segundo Fennesey (2021):

> A subjetividade produzida em uma ordem social onde a aparência de liberdade prometida pela tecnologia digital torna-se uma forma de controle passa a influenciar a cultura EDM, alterando suas possibilidades formais e o significado de seu ethos (FENNESSEY, 2021, p. 30).

Assim sendo, o que havia se iniciado como um movimento de contracultura, opondo-se ao sistema existente, culmina por ser cooptar às práticas mercadológicas, onde tanto o artista no palco, como o público na pista de dança tornam-se igualmente produtos, máquinas de desejos a serem atendidos. A venda deixou de ser um impeditivo a liberdade artística para ser o seu fundamento (JAMES, 2020).

[10] A EDM centra-se no ritmo e no timbre ao invés da harmonia e a concepção musical é modular ao invés de teleológica (JAMES, 2015, p. 28)
[11] Seja atribuindo novos elementos a músicas preexistentes, seja na criação de novas músicas e, a partir da interação com o público, podendo causar inúmeras emoções e reações.
[12] Tradução nossa.
[13] Tradução nossa.

Considerações finais

Falar em criatividade em nossa contemporaneidade envolve a realização de uma análise minuciosa do contexto de sua utilização em um determinado discurso. Experenciamos, cotidianamente, a presença deste termo em seu sentido estrito, lato ou neoliberal nos discursos proferidos em meios de comunicação, em publicações acadêmicas ou mesmo em uma simples conversa entre amigos. Tais sentidos, por vezes, caminham juntos, e são um fenômeno de nossos tempos, sendo estes impensáveis em outros contextos históricos e socioculturais. No ocidente europeu, o ser humano passou por um longo processo de transformação conceitual de seu fazer artístico, processo este vinculado aos regimes políticos e sociais presentes em nos seus diversos tempos históricos. A tecnologia contribuiu significativamente, tanto para as mudanças conceituais de criatividade quanto para a relação do criador para com a sociedade e para com o seu próprio produto criativo. A criação da imprensa possibilitou materializar o trabalho criativo dos compositores e, com o advento dos direitos autorais e das mídias sonoras, criar escassez e transformar os criação musical em um produto comercializável. Origina-se, assim, a indústria cultural, o embrião da concepção neoliberal de criatividade. Nesta concepção, o valor da criatividade não está mais centrado na apreciação da subjetividade como preconiza o sentido lato, ou na relevância simbólica associada ao produto ou ao sujeito (característico do sentido estrito do termo), mas em seu potencial estritamente econômico.

Por fim, evidenciamos uma construção simbólica de criatividade musical levada a cabo nos diferentes tempos históricos analisados, culminando na formação de diferentes distinções de criatividade firmadas coletivamente e vinculadas a aspectos sociais e econômicos. Muda-se os sujeitos e a historicidade, mas os critérios socioeconômicos permanecem os mesmos. No contexto do neoliberalismo, a criatividade tornou-se associada ao poder de venda, e aqueles capazes de vender os produtos criativos tendem a possuir maior relevância simbólica perante a sociedade se comparado a aqueles que permanecem na periferia do mercado musical. Enquanto no sentido estrito de criatividade o valor simbólico está associado ao sujeito ou produto criativo *per se*, no sentido neoliberal o valor simbólico tornou-se dependente do valor econômico, e o processo criativo tornou-se intimamente ligado à lógica de consumo. Em outras palavras, mesmo que o artista esteja livre para criar e possua certa autonomia de condução de seu processo composicional, deve limitar-se aos anseios de seu público, que depositam nele sua felicidade do momento. A criatividade, seja ela em

que aspecto se destaque, na concepção neoliberal, será somente válida se for capaz de vender (ou ser vendida, vendendo-se).

Referências bibliográficas

ABREU, Matheus H. G. **O comportamento da indústria fonográfica com a chegada do streaming**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Curso de Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2020.

ALBERT, Robert S. & RUNCO, Mark A. A history of research on creativity. In: STERNBERG, R. J. (Ed.), **Handbook of creativity** (pp. 16–31). New York: Cambridge University Press, 2009.

AMABILE, Teresa M. Componential theory of creativity. In: E. H. KESSLER (Ed.), **Encyclopedia of management theory** (pp. 134–139). Thousand Oaks: SAGE, 2013.

ANDRADE, Victor M. Criatividade, cultura e estrutura psíquica. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 31, p. 581–601, 1997.

BALDELLI, Débora. A música eletrônica dos Baldelli, Débora. "A Música Eletrônica dos DJs e a Produção de uma 'Nova Escuta'." *Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular. Disponível em< http://www. hist. puc. cl/historia/iaspm/rio/Anais2004*. Vol. 20. 2004.

BENNETT, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA, 1982.

BIELAS, Ilan. **The Rise and Fall of Record Labels**. CMC Senior Theses. Paper 703, 2013. Disponível em https://scholarship.claremont.edu/cmc_theses/703 (acesso em 10 de janeiro de 2023).

BODEN, Margaret Ann. **The creative mind: Myths and mechanisms**. London, England: Routledge, 2004.

BORGES, Rafael Destri Krás. **A legalidade na cobrança de direitos autorais por execução pública nas plataformas de streaming de música**. Orientador: Dr. Mikhail Vieira de Lorenzi. 2021. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, [*S. l.*], 2021.

BOYLE, James & JENKINS, Jennifer. **Thef! A history of music**. Cambridge: Creative Commons, 2017.

BRIDGE, Simone K. Music industry. In: STURMAN, J. L. **SAGE International encyclopedia of music and culture** (pages unknown). Thousand Oaks: Sage publications, 2019.

BYUN, Chong H. C. **The economics of the popular music industry**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Creativity: **Flow and the psychology of discovery and invention**. New York: HarperCollins, 1996

DACEY, John. Concepts of creativity: A history. In: RUNCO, M. A. & PRITZKER, S. R. (Eds.), **Encyclopedia of creativity** (Vol. 1, pp. 309–322). New York: Academic Press, 1999.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOLINŠEK, Davorin. **Overcoming the Objectification of Western Classical Music with the Concept of Music as a Process**. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola Superior de Música e das Artes do Espetáculo , Instituto Politécnico do Porto. Porto, p. 76. 2012.

DUGGAN, MARY D. **Italian music incunabula**. Oxford: University of California Press, 1992.

ELLIOTT, Raymond K. Versions of creativity. **Journal of Philosophy of Education**, n. 5, p. 139-152, 1971.

FENNESSEY, Michael Joseph. **The Sound of Neoliberalism: The Role of Music and Sound in Neoliberal Culture.** UC Santa Cruz Electronic Theses and Dissertations, 2021. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/9376m4pb acesso em 10/01/2023.

FRANCO, Fábio; CASTRO, Júlio C. L.; MANZI, Ronaldo; SAFATLE, Vladimir & AFSHAR, Yasmin. O sujeito e a ordem do mercado: Gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S. & DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 39-68). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

GARDNER, Howard. **Creative minds: An anatomy of creativity**. New York: Basic Books, 2011.

GONÇALVES, Daniela Nocia. **Culturas clube: origem e desdobramentos locais, globais e glocais.** *IX Simpósio Nacional ABCiber - PUC São Paulo - 8, 9, 10 dezembro 2016*. 2016

GROUT, Donald J. & PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Lisboa: Gradiva, 2001.

HAN, BYUNG-CHUL. **Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder**. Barcelona: Herder editorial S. L., 2014.

HAN, BYUNG-CHUL. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HAN, BYUNG-CHUL. **The expulsion of the other**. Cambridge: Policy Press, 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. O iluminismo como mistificação das massas. In: ALMEIDA, J. M. B. (Ed.) **Indústria cultural e sociedade** (pp. 5-44). São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOUAISS, Antônio (Ed.). **Novo dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Versão monousuário 3.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2009, CD-ROOM.

JAMES, Robin. **Resilience & melancoly: pop music, feminism, neoliberalismo**. Winchester, Zero Books, 2015.

JAMES, Robin. Human capital after all: business techno, conceptronica, and the neoliberal rescripting of high/low hierarchies. **Post45**, 2020. Disponível em: https://post45.org/2020/08/business-techno-conceptronica-and-the-neoliberal-rescripting-of-high-low-hierarchies/ acesso em 14/01/2023.

JOHNSON, Willian A. Musical evenings in the early empire: New evidence from a Greek papyrus with musical notation. **Journal of Hellenic Studies**, v. 120, p. 57-85, 2000.

JUNIOR, Nelson S. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do "Pacto edípico, pacto social", de Hélio Pellegrino, ao "E daí?", de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S. & DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 39-68). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KEMP, Jonathan A. Professional Musicians in Ancient Greece. **Greece & Home**, v. 13, n. 2, p. 213-222, 1966.

KUBACKI, Krzysztof; CROFT, Robin. Paying the piper: a study of musicians and the music business. **Journal of Philanthropy and Marketing**. *10*(4), 225–237, 2005.

LARSEN, Juliana C. **Republicana, moderna e cosmopolita: a música de concerto no Rio de Janeiro entre 1889 e 1914**. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 177. 2018.

LIU, Lydia H. **Translingual practice: Literature, national culture, and translated modernity China, 1900-1937**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MARCHI, Leonardo De. Pós-streaming: um panorama da indústria fonográfica na quarta revolução industrial. *In*: MAGI, Érica; MARCHI, Leonardo De. **Diálogos Interdisciplinares sobre a Música Brasileira**. [*Eds.*]: Cultura Acadêmica, 2020. p. 223-248. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/176. Acesso em: 12 jan. 2023.

MASLOW, Abraham H. **Toward a psychology of being**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1968.

MAUREY, Yossi. Ancient music in the modern classroom. In:. WESTENHOLZ, J. G.; MAUREY, Y. & SEROUSSI, E. (Eds.), **Music in antiquity** (pp. 365-375). Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2014.

MOORE, Andrea. Neoliberalism and the Musical Entrepreneur. **Journal of the Society for American Music**, v. 10, n. 1, p. 33-53, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NAZARIO, Luciano da C.**,** ULTRAMARI, Leonardo R., & PACCE, Benjamin. The production of broad and strict senses in the discourse on musical creativity and their influences on the self-concept of musicians as creative. **Psychology of Music**, *49*(6), 1686–1700, 2021.

NIU, WEIHUA & STERNBERG, Robert J. The philosophical roots of Western and Eastern Conceptions of Creativity. **Journal of Theoretical and Philosophical Psy**. v. 26, p. 18-38, 2006.

OLIVEIRA, Adriana L. **Discurso da criatividade: Lógicas de produção, convocações para o consumo e gestão de si**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, p. 145, 2016.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

OSTEN, M. Unpredictable Outcomes / Unpredictable Outcasts: On Recent Debates over Creativity and the Creative Industries. In: RAUNIG, G.; RAY G. & WUGGENIG, U. **Critique of Creativity: Precarity, Subjectivity and Resistance in the 'Creative Industries'** (pp. 133-146). London: MayFlyBooks, 2011.

PALLIERE, Julien. Neoliberalism in the music industries. **Medium**. 19, abril, 2021. Disponível em: https://rocknheavy.net/neoliberal-capitalism-in-the-music-industries-8249f74f4206. Acesso em: 23/10/2022.

PIAGET, Jean. **L'équilibration des structures cognitives: Problème central du développement**. Paris, France: Presses universitaires de France, 1975.

PLATÃO. **A república.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

Richards, Ruth. **Everyday creativity and new views of human nature: Psychological, social, and spiritual perspectives**. Washington: American Psychological Association, 2007.

RODRIGUES, Samara M. & CANIATO, Angela M. P. Subjetividade e indústria cultural: uma leitura psicanalítica da cumplicidade dos indivíduos com a lógica da mercadoria. **Psicologia em Revista**, v. 18, n. 2, p. 227-246, 2012.

ROGERS, Carl R. Toward a theory of creativity. **A Review of General Semantics**, v. 11, p. 249–260, 1954.

ROSEN, RONALD S. **Music and copyright**. New York: Oxford University Press, 2008.

RUNCO, Mark. Personal creativity and culture. In: LAU, S.; HUI, A. N. N. & NG, G. Y. C. (Eds.), **Creativity: When East meets West** (pp. 9–22). London: World Scientific Publishing, 2004.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. S. & DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico** (pp. 39-68). Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANMARTIN, Stela M. **Criatividade e inovação na empresa: Do potencial à ação criadora.** São Paulo: Trevisan Editora, 2012.

SCOTT, Derek B. **Sounds of the metropolis: The 19th-century popular music revolution in London, New York, Paris, and Vienna**. New York: Oxford University Press, 2008.

SHEPHERD, John; HORN, David; LAING, Dave; OLIVER, Paul & WICKE, Peter. **Continuum Encyclopedia of Popular Music of the World, volume 1: Media, industry and society**. London: Continuum, 2003.

SCHOENBERG, Arnold. **Style and Idea**. New York: Philosophical Library, 1950.

SIMONTON, Dean K. Talent and its development: An emergenic and epigenetic model. **Psychological Review**, v.6, n. 3, p. 435-457, 1999.

STERNBERG, Robert J. & LUBART, Todd I. The concept of creativity: Prospect and paradigms. In R. J. STERNBERG (Ed.), **Handbook of creativity** (pp. 3-15). New York: Cambridge University Press, 2009.

STRAVINSKY, Igor; CRAFT, Robert. **Conversations with Igor Stravinsky**. New York: Doubleday & Company, 1959.

ULTRAMARI, Leonardo R. ; NAZARIO, Luciano da C. ; PACCE, Benjamin. D. ; Martins, Eduardo T. Neoliberalismo e a construção do sujeito criativo. **Psicologia & Sociedade** (ONLINE), v. 34, p. 1-17, 2022.

VAL, Mariana. Quanto uma banda realmente lucra com as vendas e streaming legalizado?. **Giz_br**. 19, setembro, 2011. Disponível em: https://gizmodo.uol.com.br/quanto-uma-banda-realmente-lucra-com-as-vendas-e-streaming-legalizado/.Acesso em: 24/10/2022.

WEINER, Robert P. **Creativity & beyond: Cultural, values and change**. New York: University of New York Press, 2000.

WINNICOTT, Donald W. Living creatively. In: WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R. & DAVIS, M. (Eds.), **Home is where we start from** (pp. 39–54). New York: Norton, 1990.

Temporalidades

Detalhes da oligarquia da Castanha De Marabá (PA): As fotografias da Visita do secretário geral de Estado do Pará, Deodoro Machado De Mendonça, em 1927

Details of the marabá Brazil nuts' oligarchy (PA): the photographs of the visit of the general secretary of the state of Pará, Deodoro Machado De Mendonça, in 1927

Sergio Ricardo Almeida da Hora
Mestre em História
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)
sergioricardo.arqui@gmail.com

Recebido: 27/02/2023
Aprovado: 18/07/2023

Resumo: Marabá (PA), a partir da década de 1920, passou a ser dominada por alianças e grupos políticos ligados à cultura da castanha. Desde sempre, famílias tradicionais e privilegiadas da região eram assentadas no poder, em troca de apoio político, em suas relações com os atores políticos estaduais. Neste artigo, analisamos e interpretamos 9 (nove) fotografias que representam fragmentos sobre a visita do secretário geral de estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça a cidade de Marabá (PA), em 1927, buscando refletir sua influência na política marabaense e a transformação urbana da cidade de Marabá (PA), na década de 1920. Esse estudo corrobora o quanto elas possibilitam leituras e narrativas interessantes e intrigantes visualizando as transformações urbanas da cidade de Marabá (PA), a sociedade e principalmente a elite dominante, que controlava a cidade político-economicamente, em contraste, a pobreza da grande maioria da população demonstradas pela pose submissa e pelas indumentárias que as vestiam.

Palavras-chave: Fotografia; Elite; Marabá (PA).

Abstract: Marabá (PA), from the 1920s, came to be dominated by alliances and political groups linked to the cultivation of Brazil nuts. Traditional and privileged families in the region have always been in power, in exchange for political support, in their relationships with state political actors. In this article, we analyze and interpret 9 (nine) photographs that represent fragments about the visit of the secretary general of the state of Pará, Deodoro Machado de Mendonça to the city of Marabá (PA), in 1927, seeking to reflect his influence on marabaense politics and the transformation of the city of Marabá (PA), in the 1920s. This study confirms how much they allow interesting and intriguing readings and narratives, visualizing the urban transformations of the city of Marabá (PA), society and mainly the dominant elite, which controlled the political-economically city, in contrast,

the poverty of the vast majority of the population demonstrated by the submissive pose and the clothing that they wore.

Keywords: Photography; Elite; Marabá (PA).

Introdução

As fotografias com o reconhecido valor documental, são instrumentos de estudo nas mais diversas áreas do saber, pois se flexionam como um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem, do seu entorno sociocultural, valores, ideias, tradições e comportamentos que contribuem para uma legitimação de uma memória.

Por meio das fotografias, muitas histórias são contadas, lembranças revividas, lugares que se modificaram ou que não existem mais, mas que podem ser revisitados a qualquer momento. Por vezes, os momentos que são vivenciados não são de tão grande importância para a vida, mas mesmo assim, se registram por meio das fotografias. Esse documento visual, favorece a reconstituição do ambiente, cotidiano e estilo de vida das classes sociais do passado. Dessa forma, percebe-se a potencialidade das fotografias como portadora de cenários de produção de conhecimento, preservação e vestígios da memória social, cultural e histórica. É bem possível que, no desenvolvimento da História, da fotografia e da relação imbricada entre elas, que o historiador, tenha o papel de realizar uma crítica interna e externa e, contudo, organizá-las em séries pertinentes a tema, termos cronológicos e culturais.

O objetivo deste trabalho, foi realizar uma análise das fotografias pertencentes ao acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM), especificamente sobre a visita do secretário geral de estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça a cidade de Marabá (PA), em 1927, buscando refletir sua influência na política marabaense da década de 1920 e a transformação urbana da cidade de Marabá (PA), a partir do áureo ciclo da castanha.

Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve discussão teórica sobre o que é o documento fotográfico, fotografia pública, memória institucional, como também uma apresentação histórica da cidade de Marabá (PA). No segundo momento, analisamos e interpretamos 9 (nove) fotografias que representam fragmentos sobre essa visita. São registros, dos quais pudemos perceber uma visibilidade mais completa dos aspectos de sua influência política, a elite marabaense da década de 1920 e a transformação urbana de Marabá (PA), a partir do áureo ciclo

da castanha. Nossas interpretações, análises e compreensões captaram o que, comumente, passa despercebido pela maioria dos "leitores", partindo pelo entendimento da forma de pensar e das experiências particulares de quem vê.

O contato com o acervo fotográfico nos surpreendeu positivamente pela quantidade de significados que elas puderam fornecer, pela importância e pelos personagens envolvidos na cena fotográfica registrada e as respectivas narrativas que foram se revelando ao longo da análise dessas fotografias. Ressalta-se que a seleção das imagens, foi uma etapa bastante complicada, visto a relevância e significado das fotografias, muitas tinham potenciais condições de serem importantes para a pesquisa. Aqui, dedicamos nossa atenção à interpretação das imagens fotográficas a partir das observações recorrentes às interações dos três níveis de signos: icônicos, plásticos e linguísticos.

A fotografia documental: breves apresentações

Há mil formas de interesse que as fotografias possam suscitar seja "Como arte, como documento ou fonte histórica, a fotografia é sempre produto de encontro entre o olhar humano e o aparato técnico. Em termos óticos, o aparato dirigido pelo olhar, carregado de subjetividade do fotógrafo [...]" (CIAVATTA, 2002, p.18). Correlacionado um paradoxo, podemos perceber que as narrativas construídas pelas imagens fotográficas são bem semelhantes à reconstrução histórica das fontes documentais, escritas ou orais, ou seja, feita de fragmentos. Para Ronaldo Entler (2007, p.29-30):

> A fotografia é um recorte de tempo e espaço. Assim usualmente a definimos, mas tempo e espaço são variáveis que têm merecido níveis desiguais de atenção em nossas reflexões. Como todas as artes visuais, a fotografia suscita muitas questões sobre o espaço, porque diz respeito àquilo que é efetivamente visível: a imagem fotográfica é ela própria um espaço, uma superfície que oferece a representação de um outro espaço, aquele que faz parte do que chamamos de realidade. (ENTLER, 2007, p. 29-30)

Com a "revolução documental", a qual trouxe diversas mudanças, entre elas o alargamento do conceito que o termo "documento" passou a empregar, a fotografia foi elevada a sua devida posição de destaque. Hoje, se toma a palavra "documento" no sentido amplo: documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, digital, tridimensional (as obras museológicas), a imagem, ou qualquer outra singularidade. Dessa forma, "uma fotografia original, assim como qualquer

documento original, não traz apenas um conteúdo no qual as informações se acham registradas. As informações expressas não existem desvinculadamente de um suporte físico" (KOSSOY, 1989, p.26).

> Mesmo reconhecendo que a fotografia em sua natureza não é um documento, cada imagem fotográfica contém, no entanto, um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. (ROUILLÉ, 2009, p. 27)

A partir desse pensamento, Rouillé (2009) considera a ideia de investigar como a imagem reproduz uma realidade. O que nos leva a acreditar, desse modo, que se a discussão entorno da presença do referente na fotografia é o que centraliza os debates, portanto, é de uma análise independente desses registros fotográficos e suas formas de se relacionar com o referente, bem como a reavaliação do elo entre a escrita e a imagem. Nesse sentido, implica dizer que a imagem fotográfica sobre a dimensão visual da história pode contribuir para repensarmos a nossa relação com os documentos e a nossa operação histórica de construção do conhecimento. Nesse propósito que se segue, justamente pelo fato de seus conteúdos retratarem valores culturais autênticos e singulares das sociedades passadas de cada tempo.

O registro fotográfico, assim sendo, possibilita narrativas visuais com ênfase a histórias cotidianas, o conhecimento de lugares remotos e pessoas de outros tempos. "A fotografia foi um fenômeno que revolucionou a memória, a sociedade da época e o pensamento moderno. A concepção e visão de mundo se alteraram a partir do seu advento" (SAMAIN; FELIZARDO, 2007, p.215). Além disso, proporciona ao indivíduo a lembrança de seu passado e de sua identidade. A fotografia, desse modo é, portanto, indiscutivelmente um documento. Um testemunho de conhecimento do passado. Seu discurso "diferente" do textual, é um nítido recorte do tempo, sendo uma prova de fatos e acontecimentos. Embora existam distorções, mas a verdade é que representa a existência de algo, útil à construção e reconstrução de momentos passados.

Enquanto documento, os registros fotográficos, e com o mérito de um certo pioneirismo em considerá-la como assunto digno de algum aprofundamento. Esse exercício de compreensão do contexto que envolve os registros fotográficos se conduz como uma tendência, buscando perceber como a imagem fotográfica termina por configurar posicionamentos e visões de mundo diferentes. O trabalho de leitura de imagens, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de

ser desenvolvido. Mauad (2009, p. 36) diz que "a fotografia é tão mais rica em significado quanto for a nossa capacidade de ler as nuances de representação contidas naquela imagem. " Ela, então, se apresenta como uma possibilidade de compreensão de diferentes sociedades. Como Canabarro (2015, p.115) afirma "Assim, a fotografia já se portaria como portadora de códigos, sejam eles técnicos, culturais, estéticos e sociológicos. " Gonçalves (2009, p. 236), ainda corrobora afirmando que:

> A imagem depende dos símbolos e códigos circundantes e compartilhados no período em que foi produzido ou dentro do grupo ao qual pertence o autor. A construção da imagem é função das possibilidades de ver e compreender que pertencem à época na qual o sujeito que a realiza está inserido. Este imbricamento se dá através dos posicionamentos do autor em relação às reflexões de seu tempo, os partidarismos que acolhe ou rejeita, os diálogos que estabelece com outras produções culturais (de sua época ou anteriores), as técnicas e ferramentas disponíveis e as articulações que o repertório simbólico de seu período possibilita. (GONÇALVES, 2009, p. 236)

Nesse sentido, "a imagem fotográfica é parte importante da ampliação da capacidade humana de se representar, reconstruindo a história e dando significados a essas representações. " (CIAVATTA, 2002, p.122). Assim sendo, por intermédio dos registros fotográficos, dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. Trata-se de nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As fotografias são confidências, memórias, arquivos.

> A estrutura semântica da imagem não é apenas muito mais complexa do que parece na superfície, mas uma análise dessa estrutura força a reconstituição de uma multiplicidade de conexões referenciais entre ela e a realidade social, de forma que o quadro final é o de uma configuração de significados dissimilares a partir de cujo entrelaçamento se originam tanto o poder expressivo como a força retórica do símbolo final. (GEERTZ, 2008, p. 120).

Logo, a busca pelo encaixe entre os signos que compõem a imagem relativiza a percepção da origem fragmentária a que cada fotografia foi submetida na análise. O registro fotográfico permanece, contudo, sendo compreendido de modo sincrônico, não havendo necessidade de se alterar a temporalidade do espaço.

A fotografia pública, o documento da memória institucional

A princípio, o entendimento atribuído a fotografia pública é o trabalho engendrado de sentido social que implica em um compartilhamento de valores, hábitos, regras estéticas e princípios éticos. A imagem, como fotografia pública é um importante meio de representação social. Sua perspectiva se baseia na dimensão dos sujeitos sociais, de suas práticas e de como podemos visualizar e compor as narrativas históricas através do visual. Ana Maria Mauad (2013, p.11-13), define a fotografia pública como:

> produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.). É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos. [...] A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com as visões de mundo as quais se associa. As considerações sobre fotografia pública são tributárias dos debates sobre a renovação da história política elegendo a discussão sobre o conceito de poder como fundamental. (MAUAD, 2013, p. 11-13)

Contudo, nesse tipo de prática fotográfica, os registros são constituídos por temas, acontecimentos, pessoas e lugares que conforme a mediação empreendida pelo autor, vai potencializar a cada indivíduo uma compreensão política, social, racial, histórica ou nacional do acontecimento registrado na foto. Embora, possa haver uma unanimidade sobre determinada visão, esse discurso não está solidificado, havendo brechas para teorias alternativas que podem produzir efeitos de dominação.

Assim sendo, a fotografia só se tornará pública quando seu objetivo político for alcançado, ou seja, quando a mensagem é engajada com as relações sociais, permitindo a visualização de estratégias de poder, e até mesmo as disputas de poder. As fotografias, com sua mensagem engajada, fornecem espessura e sentido ao passado, sendo a memória o fio desse processo que narra a história dos movimentos sociais, sendo assim o "gesto fotográfico possibilita àqueles que fazem a história o registro de sua ação como sujeitos" (MAUAD, 2016, p.288).

A memória é transmitida pela fotografia, devido à sua capacidade de fornecer detalhes, que provavelmente se encontravam perdidos nas lembranças e por meio delas, essas nuances permanecem vivas. É perceptível que a fotografia tenha um valor para a memória, não só individual como coletiva, recordando fatos que marcaram a vidas das pessoas de alguma maneira. Esses fatos podem ser simples ou acontecimentos de importância mundial, que de alguma forma afetaram a vida

do indivíduo. Os registros fotográficos são documentos e constituem os acervos das instituições. Além disso, as fotografias, carregam em seu suporte informações latentes para a construção do conhecimento. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares. A fotografia como documento, portanto, pode servir de instrumento para a reconstrução de uma memória institucional.

A memória institucional é a memória das instituições, não necessariamente de instituições de memória. É constituída não só pelos documentos, mas também pelos indivíduos que fazem parte do seu corpo de trabalho. A junção dos documentos com o indivíduo proporciona um melhor entendimento sobre memória institucional. Isso facilita a criação de uma linha do tempo com os fatos constituintes dessa memória. Quando o indivíduo não se lembra do fato, o documento está presente como prova. E é nesse sentido que se considera a fotografia como um dispositivo para a memória institucional. Ela, além disso, se cristaliza como objeto de construção social, mediação cultural e fonte histórica. É no contexto das mudanças sociais que se deve preservar a memória das instituições.

> As buscas por informações constituintes de sua memória podem ocorrer dentro e fora das instituições. A memória institucional será desenvolvida de acordo com as características da instituição o que torna um processo seletivo. Nesse contexto, a memória institucional produz informação para a inovação." (FELIPE; PINHO, 2018, p. 94)

Nesse sentido, a fotografia pública serve como documento para auxiliar na construção de uma memória institucional, juntamente com os outros documentos e com a participação dos membros que constituem a instituição. As instituições de memória, nesse sentido, guardam cada vez mais fotografias em seus acervos, como parte constituinte de sua memória. "A partir da memória, se pode planejar as atividades futuras a fim de não perder sua identidade. Ao se gerar conhecimento, nos mais variados âmbitos da sociedade, as instituições geram regras de convivência." (FELIPE; PINHO, 2018, p.93)

Contudo, nesse contexto, é importante reconhecer o valor das fotografias para a memória institucional. Os registros carregam em seu suporte informações latentes para o conhecimento e estabelecimento da memória. As fotografias são documentos e constituem os acervos das instituições

de memória, sendo assim, dispositivo de memória institucional. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares.

> O exercício historiográfico de recompor as memórias da prática fotográfica para evidenciar a ação dos sujeitos na dinâmica social, problematiza o passado com as questões que o seu futuro coloca. Nessa tensão anacrônica a fotografia se torna, ela mesma, num "lugar de consciência" (MAUAD, 2017, p.407).

Portanto, a fotografia se tornará pública, porque se associa às funções de representação de diferentes formas de poder na cena pública. Além disso, um importante instrumento de suporte para a memória. Com efeito, é na função de memória-arquivo e memória-patrimônio que a fotografia pública se revela memória institucional abrindo caminho para a operação histórica analisá-la como experiência social passada.

Contexto histórico: A origem de Marabá (PA)

Localizada na confluência entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, região sudeste do Pará (outrora chamada região dos polígonos dos castanhais), Marabá (PA) teve sua formação histórica e criação, como Burgo do Itacaiúnas, em 1895. Em 1896, o Burgo do Itacaiúnas já estava com 222 habitantes; as roças estavam sendo produtivas e já tinha iniciado as primeiras criações de gado. Esse povoamento tinha o rio como meio de escoamento de produtos e pequenas viagens. A natureza ditava as regras, principalmente no período das chuvas amazônicas, que propiciavam um grande volume de águas em toda sua extensão.

Em 7 de junho de 1898, o comerciante maranhense Francisco Coelho da Silva veio conferir presencialmente as recentes notícias dos vultosos lucros advindos da extração do caucho. Ficou impressionado que as informações que recebeu eram verídicas, e enxergou como oportunidade única para seus negócios a inauguração de um empreendimento comercial na região, visto o enorme volume de dinheiro que circulava entre a população. Além da grande quantidade de dinheiro circulando no pequeno povoado que se formava, o apoio e o convite do coronel Carlos Gomes Leitão — que visava a melhorar a infraestrutura e o comércio e, assim, melhorar a vida desse pequeno núcleo habitacional que estava se formando — também foi preponderante para decisão de Francisco de Coelho se fixar e efetivar definitivamente sua mudança.

> Francisco Coelho da Silva, então residente em Grajahú, onde constituira família e tinha casa de commercio, de cujo portal pendia uma taboleta com o titulo Marabá, attrahido pelo fascinio dos grandes cauchaes do Itacayuna e sobretudo pela miragem das riquezas que ahi se colhiam rapidamente, transportou-se para o Burgo, onde chegou em 1897. Já prospera e lucrativa se incrementava a industria do caucho. [...] veio estabelecer-se na juncção dos rios Tocantins e Itacayuna, ahi desembarcando na manhã de 7 de Junho de 1898. Nessa ponta e terra ergueu uma tosca barraca coberta de folhas de babassú, para abrigo seu e da família, derribando o matto em larga extensão, ao derredor, no intuito de conhecer a topographia de pequeno alojamento e precaver-se contra as enchentes hibernaes. [...] A sua nova morada deu o nome de Marabá, em lembrança á sua antiga loja de Grajahú. (ESTADO DO PARÁ, 1927, p. 17-19).

Sendo assim, inaugurou um barracão comercial, localizado em um ponto privilegiado, o Pontal, local de encontro dos rios que banhavam a cidade: o Tocantins e o Itacaiúnas. Vale ressaltar que, quando Francisco Coelho chegou, já havia outros barracões instalados na localidade, porém, o chamado barracão Marabá foi certamente o mais importante. Logo, o nome do ponto comercial passou a designar a pequena vila que ali foi se formando, como Velho (2009) explica:

> O nome de Marabá, que acabou se referindo ao conjunto de barracões, é inspirado numa poesia de Gonçalves Dias, e teria vindo do nome de antigo estabelecimento comercial de um dos pioneiros, segundo alguns do próprio Francisco Coelho, segundo outros de Francisco Casemiro de Sousa, cearense anteriormente estabelecido em Pedra Afonso (VELHO, 2009, p. 36).

Em novo endereço, a estrutura física da Casa Marabá contava, inicialmente, com três ambientes interligados: açougue, botequim e, no centro, a residência. Francisco Coelho tratou de reforçar seu estoque com mercadorias que, até então, nas redondezas, eram novidade, e com produtos imprescindíveis, ou seja, aqueles que tinham a venda certa, como arroz, feijão e farinha d´água. Em 1899, a Casa Marabá, além dos produtos básicos já mencionados, também passou a vender carne. A metade dessa população era flutuante e trabalhava no extrativismo da floresta. (MONTARROYOS, 2013). Porventura, segundo Heraldo Montarroyos (2013), a Casa Marabá não vendia somente mercadorias de consumo de primeira ordem:

> No barracão da Casa Marabá não se vendia apenas farinha, carne-seca e ferramentas rudimentares de trabalho. Não se fazia apenas transação de caucho, de castanha e de outros gêneros da floresta e dos rios. Vendiam-se também sonhos, prazeres e carícias, explorando a energia sexual de jovens e quem sabe até de crianças negras e mestiças que vinham principalmente da cidade de Grajaú, estado

> do Maranhão. [...] Considerando o contexto socioeconômico de 1899, a lista dos frequentadores assíduos e consumidores dos prazeres disponibilizados pelos sócios Francisco Casemiro e Francisco Coelho pode ter registrado, inevitavelmente, a presença dos seguintes tipos sociais na Casa Marabá: Mestiça Marabá, Caucheiros, Pescadores, Castanheiros, Caçadores de gatos selvagens, Açougueiros, Barqueiros, Tropeiros, Fazendeiros e filhos de coronéis, Vaqueiros, Peões, Matadores de índios, Forasteiros em geral, entre outros. (MONTARROYOS, 2013, p. 13-14)

No entanto, seu espaço urbano, porém, ainda era precário em contraste com a opulência dos tempos áureos da borracha, principal atividade econômica, na época, no estado do Pará. Havia ausência dos serviços públicos básicos; não tinha escola, nem correios, nem autoridade. Dependia de Baião (PA)[1] para todas as decisões e nem sempre os marabaenses eram atendidos em suas petições e necessidades. Nesse sentido, se sentiam negligenciados pelo governo do Pará. Diante desse fato, foi estabelecida uma comissão que se deslocou até Belém, exigindo do governador atenção e autonomia, tendo em vista a distância entre essas localidades. Com essa provocação, e buscando minimizar as tensões políticas, o Governo do Pará reconheceu a autonomia política de Marabá (PA), em 1913, desmembrando-a de São João do Araguaia (VELHO, 2009, p. 38). A então vila de Marabá (PA), sede municipal desde cinco de abril de 1913, foi então elevada à categoria de cidade em 27 de outubro de 1923. Contudo, a instalação se efetivou somente no ano seguinte, em 27 de outubro de 1924. Já nessa época a população já se encontrava por volta de 2 mil (duas mil) pessoas.

Nos dias atuais, Marabá (PA) compreende uma extensão territorial de 15.128,058 km², dividida em 4(quatro) núcleos urbanos: Velha Marabá (ou Marabá Pioneira), Cidade Nova, Nova Marabá e São Félix. Assim sendo, de acordo com o Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE, Marabá (PA) pertence à mesorregião do Sudeste Paraense e á microrregião com o mesmo nome da cidade. Dista a aproximadamente 500 Km da capital Belém.

Retratos da elite de Marabá (PA): A visita de Deodoro Machado de Mendonça

Marabá (PA), a partir da década de 1920, passou a ser dominada por alianças e grupos políticos ligados à cultura da castanha. Desde sempre, famílias tradicionais e privilegiadas da região eram assentadas no poder, em troca de apoio político, em suas relações com os atores políticos

[1] Até 1913, Marabá pertencia ao longínquo e extenso município de Baião, cuja distância entre a sede municipal e a região do Pontal de Marabá era de aproximadamente 250 Km.

estaduais. A cidade tinha uma representatividade muito forte em âmbito estadual. Era, segundo Barreiros e colaboradores (2017, p. 07), conhecida como "oligarquia da castanha".

A partir do ano de 1925, os castanhais passaram a ser arrendados pelo Governo do estado, com o pano de fundo de vislumbrar apoio político. As áreas de uso comum, as quais foram aforadas pela prefeitura de Marabá (PA), eram subdivididas pela própria prefeitura em lotes menores que, logo em seguida, eram arrendados a pequenos produtores. O esquema era um alinhamento com o poder político dominante, ou seja, a plena incorporação da área só se confirmava caso a estrutura de liderança local fosse suscetível a um compromisso de fidelidade irrestrita, como explica Otávio Velho (2009):

> O novo sistema começou a surgir a partir de 1925. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político local de então – Teodoro de Mendonça – aos seus correligionários no Governo do Estado de uma arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios – em geral por uma safra – podiam, a juízo do chefe político, deixar de serem renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capazes de retribuir politicamente a graça recebida. Poderiam ou não já possuir anteriormente alguma fonte de poder (VELHO, 2009, p. 53).

Nesse contexto, começa a se destacar o poder de oligarquias, por exemplo, de figuras como Deodoro Machado de Mendonça. Esse, ao alçar o cargo de Secretário Geral de Estado nos governos liderados por Souza Castro e Dionysio Bentes, passa a distribuir o direito de concessão e arrendamento dos castanhais, limitando de maneira definitiva a prática dos castanhais livres. É claro que o principal beneficiário desse novo sistema será exatamente Deodoro de Mendonça, seus familiares e sócios, como João Anastácio de Queiroz, Intendente de Marabá (PA) e sócio de Deodoro na firma Dias & Cia, especializada no transporte e comercialização da castanha, (BARREIROS, et al., 2017).

As fotografias a seguir mostram a influência de Deodoro de Mendonça na cidade de Marabá (PA) e, como ele, mesmo em exercício de um cargo político em âmbito estadual, está ativamente nos bastidores políticos da cidade. As fotos tratam de uma visita realizada em 1927, na qual ele participou de diversos compromissos e inaugurações de obras de melhoramento da infraestrutura de Marabá (PA).

O Secretário geral do Estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça, em sua viagem para Marabá (PA), chegou à cidade na manhã de 5 de abril de 1927, a bordo do barco Neptuno, e foi

recebido e cortejado por uma pequena frota de barcos (ver Figura 1), a bordo diversas autoridades regionais, familiares e pessoas de posse.

> Mal partira do burgo, na manhã de 5 de abril, o <João Anastacio de Queiroz> avista pela proa o <Neptuno> que conduzindo as principais autoridades marabaenses vinha ao encontro do dr. Deodoro. Em breve o <Santo Elias>, o <Itacayuna>, o <Vera Cruz>, o <Santa Rosa>, <Venus>, <Anajuense>, repletos de familias e pessoas gradas, alinham-se numa linda flotilha na esteira do <Neptuno> comboiando-o até o porto da cidade onde uma multidão delirante aguardava a chegada do illustre e querido visitante. Ao som do hymno brasileiro cantado pelos alumnos e alumnas das Escolas Publicas, uniformisados militarmente os primeiros e as segundas com traje verde e amarello, aos vivas vibrantes e enthusiasticos, ao seu nome e ao do preclaro chefe do Estado, desembarcou o dr. Deodoro, vendo-se de prompto cercado por numerosa massa popular que desejava abraçal-o." (ESTADO DO PARÁ, 1927, p. 112)

Figura 1 - Flotilha de barcos acompanhando a chegada do Secretário geral de Estado do Pará a cidade de Marabá (PA), 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

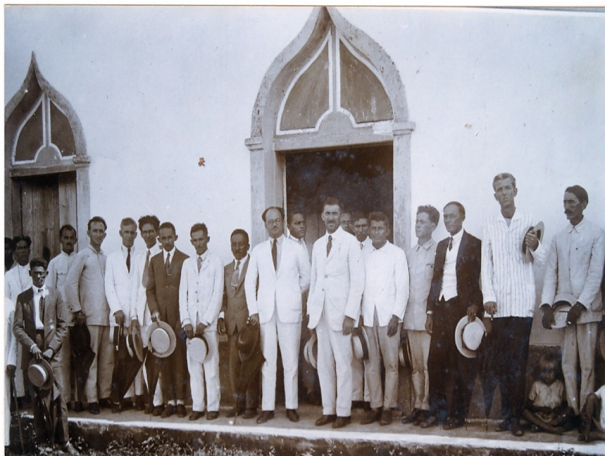
Na figura 2, percebe-se que um trecho da cidade ficou enfeitada com bandeirolas e bandeiras em mastros. A cidade festejava a presença de membros da oligarquia. Pode-se observar, também, as vestimentas; do lado esquerdo, possivelmente autoridades, vestido de preto, muitos com chapéu na cabeça; do lado direito, crianças representando possivelmente alguma escola, todas fardados de branco. Essas fotografias nos permitem pensar o quanto esses políticos e donos de terra exerciam poder sobre a região.

Figura 2 - Recepção ao Secretário Geral de Estado Deodoro Machado de Mendonça, em Visita à Marabá – 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Na parte da tarde, Deodoro de Mendonça participou de uma sessão do Conselho Municipal de Marabá (PA), registrada pelas Figuras 3 e 4 a seguir. Na figura 3, temos uma imagem padrão em que alguns homens, autoridades públicas, posam para o fotógrafo enfileirados na fachada do prédio, muito bem-vestidos. Percebe-se também, ao canto, já quase fora do enquadramento da imagem, duas crianças descalças e, aparentemente, com suas vestimentas sujas, sentadas ao chão. Daí, visualizamos a discrepância social que ocorria em Marabá (PA), em plena opulência do ciclo áureo da castanha na cidade: alguns poucos homens esbanjando sua riqueza com ternos e roupas caras, entretanto, a maior parte da população vivia em situação de pobreza com poucos recursos para ter o que vestir decentemente.

Figura 3 - Visita do secretário geral do estado do Pará Deodoro de Mendonça a Marabá (PA), 1927.



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Figura 4 - Registro da sessão extraordinária no Conselho Municipal em homenagem ao secretário geral do estado do Pará, Deodoro de Mendonça, 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Na figura 4, a partir da pose para o fotógrafo Benedicto Bastos, nota-se a participação nessa sessão de diversas autoridades das diversas esferas do poder, como o chefe de polícia e o juiz Inácio Moitta, e a curiosa presença de um menino. O enquadramento sempre a destacar as figuras de Deodoro de Mendonça e João Anastácio de Queiroz. Nessa sessão extraordinária, foram realizadas algumas menções honrosas à então presença do secretário geral de Estado e chefe político da região, como também a inauguração do retrato do Governador do Estado Dionysio Bentes, que iria estampar o plenário da casa. Em ambas as fotografias (Figura 3 e 4), repara-se a ausência das

mulheres. Se foi flagrada uma criança nessa fotografia, ficam os questionamentos: porque as mulheres não puderam participar, por que elas ficaram de fora do registro histórico?

Após essa sessão especial, todas as autoridades políticas se dirigiram à residência do Intendente João Anastácio de Queiroz, o anfitrião recebeu o ilustre visitante com um grande banquete. Esse grande jantar, em que tomavam parte altos representantes da política do Estado, podemos entender como uma confirmação do apreço que o secretário geral tinha na cidade, como também o forte alinhamento existente entre os partidários da cidade de Marabá (PA), essa chefiada pelo Intendente, o coronel João Anastácio.

> Finda a sessão do Conselho Municipal, S. Exc. Dirigiu-se à casa do coronel João Anastacio de Queiroz, probo Intendente, onde lhe foi offerecido imponente banquete politico 40 talheres, em que tomaram parte os mais distinctos elementos da representação politica e social de Marabá." (ESTADO DO PARÁ, 1927, p. 122)

Na continuidade a Figura 5 já sinaliza o banquete, pessoas na mesa, fazendo pose para o fotógrafo. Os personagens principais estão assentados ao fundo da mesa: o Secretário Geral, Deodoro de Mendonça, com um terno de cor clara; o Intendente João Anastácio de Queiroz, imediatamente sentado a sua esquerda; distribuídos no espaço, diversas personalidades da sociedade marabaense à época. Esse tipo de fotografia era muito comum entre os políticos, pois sua circulação, postada muitas vezes em jornais e revistas, fazia repercutir entre outras autoridades. A imagem, nesse caso, é veiculada como elemento de distinção e poder entre os circuitos políticos.

Figura 5 - Banquete de recepção à visita do Secretário Geral de Estado Deodoro Machado de Mendonça à Marabá – 1927

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Nas imagens a seguir, (ver Figuras 6 e 7) a seguir, feita por Benedicto Bastos, fotógrafo renomado da cidade de Belém e integrante da comitiva que acompanhou essa visita a Marabá (PA), trata-se dos últimos momentos da estadia, antes de embarcar de volta para a capital do estado, Belém. As características dessa despedida dá a ideia do tamanho de sua importância política; as pessoas muito bem-vestidas, destaque à grande quantidade de crianças, por tratarem-se de alunos de escolas da cidade que foram prestar homenagens ao secretário geral Deodoro de Mendonça. A obra "Pelo Tocantins Paraense: uma viagem a Marabá", publicada pelo Governo do Estado do Pará, que retrata momentos dessa viagem, descreve da seguinte forma esse tratamento dado a Deodoro Machado de Mendonça:

> Cerca de 10 horas da manhã, acompanhado de amigos e grande massa popular que sem cessar erguia vivas ao dr. Dionysio Bentes, ao coronel Anastacio e ao seu nome, S. Exc. Dirigiu-se para o porto de embarque. Os alumnos das Escolas publicas prestaram, nessa occasião significativa homenagem a S. Exc., cobrindo-o de flores á sua passagem, sendo após batidas diversas photographias." (ESTADO DO PARÁ, 1927, p.129)

Figura 6 - Despedida de Deodoro de Mendonça de Marabá (PA), 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Figura 7 - Deodoro de Mendonça na embarcação Neptuno, 1927.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Na Figura 7, que está associada a esse aparato de distinção política na região é o de Deodoro de Mendonça no pequeno barco Neptuno. É interessante como ele se posta ao centro, segurando um lenço branco, tem em seu entorno amigos políticos, vestindo terno, roupas que estabeleciam certa distinção. O fotógrafo fez questão de privilegiar o centro dessa embarcação, tendo ao fundo o rio cercado de floresta. Muitos atentos ao "congelamento", outros dispersos, outros olhando para a figura do Deodoro de Mendonça. Os registros fotográficos evidenciam um imenso protagonismo ao sujeito social, reforçando uma antiga associação feita entre fisionomia e identidade, traduzida pela expressão facial. Logo, esse rosto fotografado se transforma em um "espelho com memória"

(TURAZZI, 2014, p. 14-15). Nesse sentido, a fotografia tem concedido aos indivíduos singularidade e consciência social de si mesmos. A experiência fotográfica, então, passou às dimensões de se tornar um problema historiográfico (MAUAD, 2017, p. 398).

Para os grupos políticos tradicionais, a manutenção da influência política e econômica em uma determinada região significa o uso da estratégia de alianças políticas com os novos atores políticos e grupos econômicos ascendentes. Em geral, estes novos grupos, em troca desse apoio, exigem grandes projetos de desenvolvimento e melhorias reais nas condições de infraestrutura e de acesso aos recursos naturais da região.

Contudo, é de se destacar que, durante o período de hegemonia política de Deodoro de Mendonça, as obras de infraestrutura, as melhorias urbanas ocorridas na cidade de Marabá (PA) visavam a contemplar a exploração da castanha e o controle do comércio da castanha na região pela empresa Dias & Cia. (BARREIROS et al., 2017, p. 12). Na sequência das fotografias (Figuras 8 e 9), podemos perceber alguns registros dessas mudanças que ocorreram na cidade. É notório observar os longos trechos de florestas que foram derrubadas para construção de pontes, estradas e casas.

Figura 8 - Ponte Deodoro de Mendonça, atual Estádio Municipal Zinho de Oliveira – década de 1920.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Figura 9 - Estrada de rodagem construída pela Municipalidade de Marabá – década de 1920.

Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues, FCCM.

Com o enfraquecimento político de Deodoro, a partir de 1930, com a Revolução, e ascensão de Magalhães Barata ao Governo do Estado do Pará, diversos acordos e concessões realizadas por Deodoro de Mendonça à elite marabaense foram desfeitas, desestruturando toda uma rede que favorecia a economia castanheira de Marabá (PA). Porém, segundo Barreiros e colaboradores (2017):

> A queda gradual da hegemonia de Deodoro de Mendonça não representou neste processo de transição, portanto, a crise das oligarquias da castanha como um todo. O que ocorreu é que novos grupos passaram a assumir o controle do comércio da castanha em detrimento do enfraquecimento do antigo oligarca. Como fim da Segunda Guerra Mundial, novos grupos de mercadores sírios, como a família Mutran, se transformam em grandes arrendatários de terras, tornando-se atores privilegiados e donatários de importante influência política local, desbancando a hegemonia de Deodoro de Mendonça (BARREIROS et al., 2017, p. 13).

Apesar da lentidão para surgir outro grupo hegemônico, nada abalou a forma de comando e poder tradicional das oligarquias da castanha na região. Após quase duas décadas da queda de Deodoro de Mendonça, a família Mutran se consolida como grupo hegemônico que passou a controlar o comércio da castanha na região de Marabá (PA). A crise da Dias & Cia, no final dos anos 1940, contribuiu de forma decisiva para essa consolidação. Os Mutran, liderados por Nagib, durante a década de 1930, contou com o apoio político do então governador Gama Malcher, em brigas com outros grupos, pelo controle de castanhais, contribuindo, portanto, com o crescimento dos negócios liderados pela família.

> Daí em diante, até os anos 1960, os Mutran se tornam a grande família que controla o processo de comercialização da castanha e, com ela, logo, a hegemonia política de Marabá e região. Do ponto de vista do perfil de liderança, no entanto, Nagib Mutran apresenta traços diferentes do estilo de liderança de Deodoro de Mendonça. Pouco carisma e um estilo mais agressivo no trato político, eram as marcas do novo líder dos Mutran. Características que iriam prejudicar e postergar a sua ascensão política como prefeito de Marabá. Algo que só viria finalmente a ocorrer no ano de 1958. (BARREIROS et al, 2017, p. 14)

Esse sistema perdurou por muito tempo, fazendo com que eles se transformassem em mais uma estrutura da pirâmide de exploração da castanha, por tornar os produtores locais reféns do poderio econômico e político dos grupos de Belém. Esses, capazes de manipular o mercado e interferir na conjuntura política, fazendo intrigas entre os grupos de Marabá (PA). Dentre todos, a exploração da castanha-do-pará foi a atividade extrativista preponderante na cidade até meados dos anos 1980.

Considerações finais

Percebemos que muitas histórias estão implícitas e por muitas vezes não se é dado a oportunidade de emergir esses acontecimentos e fatos, pelo simples motivo que a história está sendo contada por anônimos. As fotografias, que pertencem ao acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues, sobre a visita do secretário geral de estado do Pará, Deodoro Machado de Mendonça, em 1927, aqui analisadas permitiram-nos adentrar em cenários e situações por elas representados perpetuando não somente sua existência, como também registrar realidades múltiplas no contexto social em que estão inseridas.

As fotografias falam, expressam-se através de sua linguagem. Esse estudo corrobora o quanto elas possibilitam leituras e narrativas interessantes e intrigantes visualizando as transformações urbanas da cidade de Marabá (PA) na década de 1920, a sociedade e principalmente a sua elite dominante, que controlava a cidade político-economicamente representados pela chamada "oligarquia da castanha". Em contraste, puderam ser captados, também, nas fotografias, a pobreza da grande maioria da população demonstradas pela pose submissa e pelas indumentárias que as vestiam.

Nesse contexto, a imagem fotográfica não será um mero elemento da descrição, mas assumirá uma relevância destacada por seus pressupostos técnicos. Assim sendo, a análise deve partir de uma definição especifica da produção dessas fotografias, ou seja, seu estatuto de impressões.

Todavia, não se buscou aplicar uma nova metodologia ou questionar as já existentes e consagradas formas de análises de imagens. Fez-se necessário utilizar um arché da fotografia no pragmatismo descritivo desses registros fotográficos.

Portanto, as fotografias, enquanto registro de memória cultural e (re)construção de saberes, pode contribuir para avanço em seu sentido mais amplo, quando orientado a promoção das potencialidades dos sujeitos. Concomitantemente, os registros fotográficos constituem-se como uma rica fonte de conhecimento do passado na medida em que os registros "refletem" transformações, fenômenos, acontecimentos e vivências no seio na sociedade. Desse modo, entendemos a necessidade de conhecermos tais acervos, visto que as imagens refletem determinado contexto histórico, sendo necessário atentar para a necessidade de sua conservação, recuperação e utilização pelos mais diferenciados públicos. Trata-se, portanto, de um meio de conhecimento, que facilita a visualização dos mais diversos microcenários do passado.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, José Jonas. Os Primórdios da Exploração da Castanha-do-Pará na Amazônia (Séculos XVIII-XX). *In:* CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA & ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 6 & 8, 2016, Anais. São Paulo: ABPHE, Disponível em: http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/jose_jonas_almeida.pdf. Acesso em: 03 dez 2022.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Imprensa e Fotografia: Imagens de pobreza no Ceará entre o final do século XIX e início do século XX. Pesquisa. Projeto História: São Paulo, 24, jun., 2002.

BARREIROS, Rogger Mathaus Magalhães; FERNANDES, Danilo Araújo; ANDRADE, Renata Almeida de; AMARAL, Graciele Sbizero. A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 12 & 13, 2017, Niterói. Anais. Niterói: ABPHE, 2017.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia e História: questões teóricas e metodológicas. Visualidades: Goiânia, v.13, n.1, p. 98-125, jan-jun 2015.

CIAVATTA, Maria. O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, Lucivaldo Baia. Belém do século XX em fotografias e cartões-postais. 2º Encontro Regional Norte de História da Mídia e 2o Seminário de História, Cultura e Meios de Comunicação na Amazônia. 11/2012 - Belém. Anais. Belém: Campus Universitário do Guamá, 2012.

ENTLER, Ronaldo. A fotografia e as representações do tempo. Revista Galáxia: São Paulo, n. 14, p. 29-46, dez. 2007.

ESTADO DO PARÁ. Pelo Tocantins paraense: uma viagem a Marabá. Belém: Officinas Gráphicas do Instituto Lauro Sodré, 1927, 144p.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis. Fotografia como dispositivo da memória institucional. LOGEION: Filosofia da informação: Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 89-101, 2018.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ (Marabá, Pará, Brasil). Acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1 ed., 13° reimpressão, Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. Particularidades da análise fotográfica. Discursos fotográficos: Londrina, v.5, n.6, p.229-244, jan./jun. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (Brasil), Panorama: cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil+/pa/maraba/panorama. Acesso em: 30 julho 2022.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. ArtCultura: Uberlândia, v.8, n.12, p.97-115, jan.- jun., 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MATTOS, Maria Virgínia Bastos de. História de Marabá. 2. ed., revista e aumentada. Marabá: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. Estudos Ibero-Americanos: Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 397-413, mai/ago. 2017.

MAUAD, Ana Maria; RAMOS, Itan Cruz. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. Acervo: Rio de janeiro, v. 30, n. 1, p. 155-178, jan./jun. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Memórias em movimento: fotografia e engajamento, a trajetória de Claudia Ferreira 1980-2014. História: Debates e Tendências: Passo Fundo, v. 16, n. 2, 271-290, jul./dez. 2016.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. Revista Brasileira de História da Mídia: Teresina, v. 2, n. 2, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Milton Guran, a fotografia em três tempos. Studium: Campinas, v.28, 2009.

MIGUEL, Maria Lúcia Cerruti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. Acervo: Rio de Janeiro, v.6, n. 1⁄2, p. 121-132, jan./dez. 1993.

MONTARROYOS, Heraldo Elias de Moura. História Social e Econômica da Casa Marabá: Reconstruindo o Cotidiano de um Barracão na Amazônia Oriental entre 1898 e 1906. Campinas: história e-história, v. 1, p. 1-20, 2013.

MONTEIRO, João Brasil. O castanheiro. Marabá: tiragem própria, 2001, 90 p.

MORAES, Almir Queiroz de. Pelas trilhas de Marabá. São Sebastião do Paraíso (MG): Chromo Arte, 1998, 142 p.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Revista Projeto de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n.10, p.9-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v.5, n.10, 1992, p.200-212. (tradução: Monique Augras, editado por: Dora Rocha Flaksman).

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo. Desejo. Visualidades: Goiânia, v.10, n.1, p.151-164, jan./jun. 2012.

SAMAIN, Etienne; FELIZARDO, Adair. A fotografia como objeto e recurso de memória. Discursos fotográficos: Londrina, v.3, n.3, p.205-220, 2007.

SAMPAIO, Walter Leitão. Marabá Pontal Verde: Histórias mal contadas. Marabá: Edson graf, 2000, 141 p.

SCHAEFFER, Jean-Marie. A imagem precária: Sobre o dispositivo fotográfico. Tradução Eleonora Bettman. Campinas: Papirus, 1996.

TURAZZI, Maria Inez. A "CRIATURA" e o "ESPELHO": o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez. Aletria: Belo Horizonte, v. 2 4, n. 2, p. 13-29, mai./ago. 2014.

VELHO, Otávio Guilherme. A extração livre. In: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, p. 29-51, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme. Marabá da castanha e do diamante. *In*: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, p. 52-66, 2009.

ZERWES, Erika Cazzonatto. O humano e o desumano: cultura visual, cultura política e as imagens feitas por George Rodger e Henri Cartier-Bresson nos campos de concentração nazistas. Revista Tempo e Argumento: Florianópolis, v. 8, n. 17, p. 06 - 26. jan./abr. 2016.

Temporalidades

A postura do Fatah e do Hamas em relação ao grafite nos Territórios Palestinos Ocupados: uma disputa político-visual

Fatah and Hamas posture in relation to the graffiti in Occupied Palestinian Territories: a political-visual dispute

Vitória Paschoal Baldin
Mestranda em Ciências da Comunicação
Universidade de São Paulo (USP)
Bacharel em História da Arte
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
vitoria.baldin@unifesp.br

Recebido: 08/02/2022
Aprovado: 07/03/2023

Resumo: O grafite vem sendo utilizado por diversas facções políticas em Gaza e na Cisjordânia como forma de marcação de sua influência e atuação em bairros e para difundir suas ideologias entre a população. A partir disso, o presente trabalho objetiva compreender a forma pela qual a disputa entre o Fatah e o Hamas também opera no campo visual através das expressões de arte de rua. Para isso, foram levantados diferentes registros dessas comunicações, analisados e descritos tomando em perspectiva a potência política dessas expressões. Dessa forma, foi possível observar diferentes intensidades de controle por parte do Fatah e do Hamas em relação ao grafite, apesar da semelhança na lógica de configuração das comunicações em si. O argumento central é que a disputa político-social observada entre tais facções também tem uma importante faceta visual, evidenciada pelo uso sistemático do grafite.

Palavras-chave: Grafite; Censura; Política.

Abstract: Graffiti has been used by various political factions in Gaza and the West Bank as a way of marking their influence and performance in different neighborhoods and to spread their ideologies among the population. From this, the present objective work understands the way in which the dispute between Fatah and Hamas also operates in the visual field through street art expressions. For this, different means of communication were raised, the power of service was analyzed and used in perspectives. In this way, it was possible to observe different intensities of control by Fatah and Hamas in relation to graffiti, despite the similarity in the logic of the configuration of the communications themselves. The central argument is that the political-social dispute observed between such factions also has an important visual facet, evidenced by the systematic use of graffiti.

Keywords: Graffiti; Censorship; Politics.

Introdução

Desde o início da Primeira Intifada palestina, o grafite ocupa uma posição central nos processos sociocomunicativos de disputa política na região (PETEET, 1996). A criação e circulação de imagens passou a estar descentralizada do trabalho de profissionais, parte integrante das redes de ativismo contemporâneo (KHATIB, 2012; WESSELS, 2019). A comunicação visual em ambiência urbana possibilita que o produtor (re)oriente a forma pela qual as pessoas compreendem e se relacionam com os espaços. Portanto, o presente trabalho analisa a utilização do grafite pelo Fatah e pelo Hamas, compreendendo a maneira pela qual ambos os partidos configuram e distribuem visualmente suas ideologias. É essencial pontuar, nesse sentido, que as facções mobilizadas no presente estudo não são os únicos grupos políticos presentes no cenário palestino, tampouco, são os únicos a utilizarem do grafite enquanto ferramenta sócio-política. A escolha por observar essa atuação decorre do fato de que esses são os principais partidos políticos palestinos, em que o grafite é uma importante ferramenta para a disputa política.

Partimos da descrição do registro fotográfico dos grafites produzidos nos Territórios Palestinos Ocupados ao longo das duas últimas décadas do século XXI (2000-2020), recolhidas de outras pesquisas acadêmicas e fontes da *internet*, observando os signos e elementos discursivos presentes e suas relações para com o contexto sócio-espacial e histórico. Para a análise formal, utilizaremos da combinação das metodologias desenvolvidas por Edmund Feldman (1980, 1981 apud BARBOSA, 2020) e Robert William Ott (1997). Portanto, buscaremos analisar formalmente cada uma das produções em 4 etapas: (I) descreveremos a imagem a partir das primeiras impressões e percepções sensoriais que ela evoca no observador — nesse caso, o pesquisador —, como foco especial no que está evidente, na sequência, (II) analisaremos os elementos da composição visual, estabelecendo relações entre os eles, posteriormente, (III) consideraremos seu contexto de produção, buscando mais informações ou análises de outros pensadores sobre elas como forma de fundamentar nossa análise e, finalmente, (IV) constataremos como ela encontra uma linguagem para expressar sua mensagem e exprimir seu projeto estético para o espectador. Dada a impossibilidade de mobilizar todas as imagens analisadas, optou-se por citar a localização bibliográfica das obras de interesse que não puderam constar no corpo do trabalho.

Inicialmente, apresentaremos um breve histórico sociopolítico palestino, de modo a apresentar as facções políticas das quais no debruçamos. Em seguida, refletiremos sobre as relações

entre o grafite e a caligrafia, pontuando a importância social, política e religiosa dessa expressão artística e suas imbricações com o panorama contemporâneo. Na sequência, discutiremos a utilização das figuras dos líderes na composição dos grafites e suas implicações geográficas. As *tags*[1] e outros signos provenientes de tais grupos políticos compõem o terceiro eixo de análise e foram apresentadas de modo a dialogar com as configurações de poder e espaço presentes no grafite enquanto linguagem. Os resultados organizados neste estudo evidenciam uma importante faceta visual da atual disputa política presente na sociedade palestina.

O Fatah e o Hamas

Durante o domínio otomano, grande parte da população palestina vivia em zonas rurais e se dedicava ao cultivo da terra (PAPPÉ, 2007; 2016). Ainda nas primeiras décadas do século XX, essa população passou a observar ondas de imigração cada vez maiores de judeus vindos da Europa com uma nova visão política, o sionismo, que defendia o estabelecimento de uma nação judia naquele território. Nesse período, como Pappé (2007) aponta, podemos também observar as primeiras expressões do nacionalismo árabe, mobilizado por jovens membros das famílias urbanas. A história no nacionalismo Palestino é, nesse ponto, atravessada pelo nacionalismo árabe em geral. Essa consciência nacional é responsável pelas primeiras articulações sociopolíticas por autonomia, pautadas na imaginação — a partir de discursos e entendimentos de um passado pré-islâmico — de uma nação árabe independente. Hourani (2006) argumenta que, ainda que houvesse sinais de movimentos nacionalistas anteriores a esse período, basados em algo anterior e mais forte: o desejo de sociedades já estabelecidas de manter sua liberdade e autonomia. O nacionalismo enquanto mobilizador político ganha destaque na região apenas nas últimas décadas do século XIX. Entretanto, essas ideias demoram para se configurar em uma plataforma política delimitada e coesa, transformando o discurso em bases para ação política (PAPPE, 2007).

Nesse momento, entre os movimentos nacionalistas árabes, segundo Hourani (2006), há de forma mais ou menos evidente 3 elementos: o árabe, o islã e o secularismo. Com o objetivo de estruturar um Estado moderno florescente, a língua árabe era um meio de expressão amplamente conhecido e que poderia oferecer um ponto de coesão importante. Apesar da aparente necessidade

[1] *Tags* são assinaturas rápidas e estilizadas compostas por letras ou números e que designam grupos (*crews*) ou indivíduos (*writers*) (CAMPOS, 2010).

de separação entre religião e política para a formação de uma nação moderna, a ênfase em laços culturais comuns passa, inevitavelmente, pelas práticas socioculturais do Islã. Esse nacionalismo entendia que a nação deveria abarcar pessoas de diferentes religiões e que a política deveria ter como base os interesses do Estado; Afirmavam que a vontade da nação deveria ser expressa por uma constituição, estabelecida por representantes eleitos; A educação popular poderia capacitar a nação para a participação social e política plena; O desenvolvimento industrial era parte essencial para o desenvolvimento de uma nação forte. Esses objetivos serviram, por conta de sua simplicidade, para a aglutinação de várias perspectivas. Entretanto, serve como base, especialmente, para o desenvolvimento do Pan-Arabismo, objetivando uma união entre os países árabes como uma forma de libertar-se da dominação ocidental.

Dessa forma, a partir da década de 1940, quando se observa as primeiras evidências do fim dos mandatos, o nacionalismo árabe ganha a oportunidade de afirmar-se politicamente, aplicando essas ideologias em suas respectivas nações. Stanton (2018) argumenta que a criação de fronteiras nacionais, submetidas a administrações separadas, com regimes tributários e moedas distintas, auxiliaram no desenvolvimento de imaginários nacionais específicos para cada país. Isto é,

> as fronteiras políticas impostas aos palestinos após o desmembramento do Império Otomano passaram a ser adotadas como fronteiras de identidade política, especialmente desde que a criação da nova entidade, parte integrante do projeto nacional judeu da Grã-Bretanha, envolveu uma clara ameaça ao *status quo* demográfico. Essa ameaça, que constituiu uma experiência coletiva compartilhada e distinta, resultou na politização de um "particularismo palestino" que coexistia com outras identidades coletivas, como identidades religiosas e locais, além do nacionalismo árabe. (SOREK, 2013, p. 7, tradução nossa)

Pappé (2007) afirma que o movimento nacional palestino passou a criar um forte vínculo entre nacionalidade e localidade — ou patriotismo local —, para criar uma oposição à compra de terras pelos judeus. Com o crescente fluxo de imigração de judeus para a região, os nacionalistas árabes na Palestina passaram a defrontar-se com uma situação única. O sionismo na região não era apenas um exercício intelectual, era um projeto prático baseado na conquista permanente da terra (PAPPÉ, 2007; 2016). Por conta disso, desenvolve-se uma orientação cada vez mais especificamente Palestina (ABU-GHAZALEH, 1972).

Nesse cenário, a história contemporânea dos palestinos tem uma data central: 1948, ano em que o país desapareceu dos mapas (SOREK, 2011). Segundo Hourani, 75% da Palestina foram

incluídos em Israel. Na costa sul, uma pequena faixa de terra de Gaza até a fronteira egípcia foi submetida à administração do governo egípcio. Enquanto, os demais territórios foram anexados pela Jordânia. Os eventos de 1948, nomeados pelos palestinos como *al-Nakba* — a catástrofe — mudaram significativamente a estrutura política, social e cultural palestina, tendo em vista o exílio forçado. Nos campos de refugiados faltava infraestrutura básica, como água, esgoto, eletricidade e moradia digna (PAPPÉ, 2007).

O nacionalismo palestino, marcado inicialmente pelo trauma, foi desenvolvido por universitários palestinos da diáspora, principalmente no Egito, Síria e Líbano. A partir disso, ao final da década de 1950, começam a surgir novos movimentos nacionalistas palestinos, oriundos da classe média e determinados a não repetir os erros dos antigos líderes tradicionais que falharam em proteger o povo palestino e conquistar independência e soberania no período do mandato (KHALIDI, 1997). Entre eles, o Fatah, empenhava-se em manter a independência em relação aos demais países árabes.

Em 1964 é criada, pela Liga Árabe, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) uma entidade ligada ao Egito, Síria, Jordânia e Iraque com objetivo de oferecer uma frente política organizada aos palestinos. Entretanto, organizar as propostas das entidades político-militares palestinas em uma frente única não seria uma tarefa fácil. As ideologias propostas pelas diferentes frentes eram bastante distintas entre si, divergindo, especialmente, em relação ao papel do arabismo e do islamismo. A OLP, logo após a Guerra dos Seis Dias, foi dominada pelo Fatah, que passou a desenvolver um elaborado sistema administrativo e militar com uma orientação nacionalista mais clara. Com o objetivo de construir uma infraestrutura que permitisse a eles tanto empreender uma luta armada como estabelecer as bases para uma vida política e econômica independente (PAPPÉ, 2007). Como resumido por Kamrava:

> a Fatah foi criada originalmente em 1957, começou a ação armada em 1965 e começou a ser liderada por Yasser Arafat em 1968. Organizações palestinas semelhantes que surgiram no final dos anos 1960 e se tornaram influentes dentro da OLP incluíam a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), estabelecida em 1967, e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (DFLP), estabelecida em 1969. Algumas das organizações menores dentro da OLP eram o Comando Geral da FPLP (estabelecido em 1968), a Vanguarda pró-Síria para o Popular Guerra de Libertação (est. 1968), a Frente de Libertação Árabe pró-Iraque (est. 1968), a Frente de Libertação da Palestina (est. 1967) e a União Democrática, conhecida como FIDA (est. 1990). Além de seu órgão legislativo, o Conselho Nacional da Palestina (PNC), e sua ala militar, o Exército de Libertação

> da Palestina (PLA), a OLP incluía uma série de organizações menores, muitas delas formadas por vários grupos dissidentes. Na reunião de 1968 do Conselho Nacional da Palestina, o Fatah emergiu como o grupo dominante dentro da OLP, e seu líder, Yasser Arafat, tornou-se o presidente da OLP. (KAMRAVA, 2013, p. 124-125, tradução nossa).

Após conseguir unir várias frentes guerrilheiras distintas, a OLP passou a representar a Palestina internacionalmente. Apesar do sucesso diplomático e econômico, a organização foi ineficiente internamente. Assim, a década de 1970 foi marcada por um profundo mal-estar no mundo árabe, diversas disputas ocorreram em relação à atuação da OLP nos territórios vizinhos, a angústia e as férias psicológicas da população eram profundas. Em 1978, o Acordo Camp David, entre Israel e Egito, com mediação estadunidense, estabelecia a paz formal entre os países e propunha uma definição posterior de forma a oferecer autonomia aos territórios da Cisjordânia e de Gaza. A situação nessas regiões havia mudado rapidamente, a política de assentamento judeu era estabelecida como uma política estratégica de manutenção do domínio sobre essas regiões, apesar do acordo propor autonomia a elas. O assentamento passou a ocorrer em grande escala, com a expropriação de terra e água. A parte árabe de Jerusalém e a região das colinas de Golã foram formalmente anexadas.

O início das negociações de Camp David entre o Egito e Israel complicaram a situação geopolítica da OLP. Por não poder mais contar com um de seus principais aliados, o Egito, a organização passa a adotar uma orientação mais diplomática para com Israel, baseada no reconhecimento do Estado Judaico em troca de autodeterminação para os Palestinos (GRINBERG, 2000). Nesse sentido, a luta armada passa a ser desencorajada. Assim, as táticas de negociação da OLP "não mais seduzem suas bases, principalmente aqueles 2,5 milhões de habitantes da Cisjordânia e da faixa de Gaza" (GRINBERG, 2000, p. 120).

Ainda na década de 1980, após as pautas seculares caírem em descrédito por não cumprirem suas promessas à população, o Islã passou a ser mobilizado como elemento-chave nas relações sociopolíticas na Palestina. Anteriormente, o fato de a identidade nacional ser composta, simultaneamente, por sujeitos muçulmanos e cristãos explica a falta de ênfase no caráter religioso até o final da Primeira Intifada (KAMRAVA, 2013). Como Hilal (2018) aponta, neste momento, dado às diferentes necessidades das comunidades palestinas — especialmente aquelas que viviam na diáspora ou nos Territórios Palestinos Ocupados —, diversos movimentos de caráter islâmicos passaram a

crescer. Esses grupos apelavam para imaginários que associavam o passado, a aversão ao ocidente e o exemplo político do sucesso da revolução iraniana de 1979 (HOURANI, 2006). Nesse sentido, a pauta nacionalista desses novos agentes políticos invocou o islã como base para sua legitimidade, usando a religião de acordo com as necessidades relativas à disputa de poder (JĀD, 2018).

Apesar disso, os diferentes discursos políticos — provenientes de enquadramentos religiosos ou seculares — pautavam-se em diversos pontos semelhantes. As experiências de deslocamento, discriminação, marginalização e guerra foram a base para diversos entendimentos sobre as memórias e as pautas nacionais (HILAL, 2018). A grande diferença entre essas organizações diz respeito à significação que oferecem para o passado e o projeto que se tem para o futuro.

O Hamas, originalmente, era uma ala da Irmandade Muçulmana e passou a ganhar destaque na região em decorrência de uma série de ações de assistência social, mais ampla do que a oferecida pelo Fatah, através da Autoridade Palestina. O grupo não entendia o conflito como resultado da luta árabe-palestina contra o sionismo, mas como uma guerra entre religiões. Nesse sentido, "o Hamas usou deliberadamente a fusão entre o Islã e o nacionalismo para 'nacionalizar' o Islã e confiná-lo ao contexto territorial da Palestina, e para 'islamizar' o nacionalismo palestino" (JAD, 2018, p. 72-73. Tradução nossa). Para o grupo, o território palestino era parte indissociável da Casa do Islã (*Dar al-Islam*) e pertencia a todos os muçulmanos, assim, os palestinos não tinham nenhum direito de negociar ou ceder qualquer parte desse local. Dessa forma, as ações da OLP são vistas como traição, instaurando uma intensa oposição entre os grupos.

Em junho de 2006, após a realização das eleições parlamentares em Gaza, as disputas políticas estabelecidas entre os dois maiores partidos da região ganharam uma nova faceta. A vitória do Hamas marcou a primeira conquista da maioria das cadeiras parlamentares por um movimento islâmico que tinha pautas contrárias ao Acordo de Oslo[2] e ao processo de paz (ALIJLA, 2019).

[2] Nesse acordo, Israel e a Autoridade Nacional Palestina concordaram com o processo de uma autonomia gradual para os Territórios Ocupados, em que seria estabelecido ali, começando por Gaza e seguido por Jericó e a Cisjordânia, uma Autoridade Nacional Palestina (ANP). A Cisjordânia foi dividida em três áreas: A, B e C. A área A teria certa autonomia Palestina e seria controlada pela Autoridade. A área B seria dividida entre a ANP, responsável pela organização civil, e Israel, que controlaria as questões relativas à segurança. E a área C que estaria sob controle de Israel até a finalização dos Acordos, entretanto, essa transferência nunca aconteceu. Os Acordos de Oslo, bem como as negociações bilaterais de 1992, determinaram o abandono da pauta dos refugiados em troca do direito de estabelecer um proto-Estado, de forma a exercer uma política supostamente soberana nos territórios anexados em 1967. A OLP devia sua existência à comunidade dos refugiados de 1948, assim, ao oferecer a essa população uma preocupação secundária, a organização passa a ser vista como uma traidora por essa população (PAPPE, 2007). Essas negociações possibilitaram à OLP reafirmar seu controle sobre a comunidade palestina, entretanto, estava sujeita ao controle e à supervisão israelense (KAMRAVA, 2013).

Muitos agentes políticos da esfera nacional e internacional reagiram negativamente a esse novo governo, entretanto, essas posturas produziram poucos efeitos práticos. Dessa forma, o Movimento de Resistência Islâmica tomou posse em Gaza, enquanto o Fatah seguiu no controle da Cisjordânia. A partir disso, confrontos entre as forças do Hamas, incluindo as brigadas Al-Qassam[3], de um lado e parte das forças da Fatah do outro, deixaram centenas de pessoas feridas ou mortas (ALIJLA, 2019).

Essas divisões internas ao campo político palestino consolidaram as diferenças causadas pela fragmentação geográfica do território nacional. Isto é, "o controle militar do Hamas na Faixa de Gaza em 2007 criou duas entidades políticas que incluíam dois ministérios, dois primeiros-ministros e incapacitou o trabalho do parlamento" (ALIJLA, 2019, p. 83-84. Tradução nossa). Nesse panorama, "uma pergunta que sempre é feita nos Territórios Ocupados é: Você é de Ramala (um membro do Fatah) ou está com Allah (um membro do partido Hamas)" (DAHDAL, 2017, p. 92. Tradução nossa). Essa divisão também possibilitou que Israel lidasse com os territórios de forma diferente, aprofundando ainda mais as diferenças entre esses locais. Assim,

> o Fatah era o 'parceiro' preferido para lidar com os palestinos, flexível e incumbido, por meio dos Acordos de Oslo, de manter sua própria casa em ordem, de fato, policiar o território em nome de Israel. Gaza, por outro lado, não foi representada meramente como estranho, mas também como inimigo. Isso justificava não apenas a vigilância militar, mas também a intervenção. O exemplo mais notável até agora foi a Operação Chumbo Fundido em 2008–2009. Em resposta ostensiva aos ataques do Hamas contra Israel, empregando foguetes Qassam caseiros, o bombardeio de Gaza durante um período de três semanas levou à morte de aproximadamente 1.400 palestinos, incluindo cerca de 300 crianças. Cerca de 2.400 edifícios palestinos foram total ou parcialmente destruídos. (ROLSTON, 2014, p. 44. Tradução nossa)

Essa disputa, entretanto, não se restringe apenas à esfera política e militar, mas impacta diversos aspectos da vida nesses locais, como as artes e a cultura. A política proativa do Hamas em relação às artes e as comunicações resulta do incremento das tensões com o Fatah e, em decorrência, das demandas de um aparato de propaganda eficiente (LEGRAIN, 2009 apud SLITINE, 2018). Como enfatizado por um artista palestino: "Se você mora em uma zona de conflito, qualquer coisa pode ser usada como arma. (...) Não é matar, mas conscientizar. Faz parte da luta" (JANNOL, 2018, s/p apud ERAY, 2020, p. 60. Tradução nossa). Nesse sentido, os grafites produzidos são

[3] Izz ad-Din al-Qassam, um pregador muçulmano que pediu luta armada contra o domínio britânico, foi morto com quatro de seus seguidores em um confronto com tropas britânicas em 20 de novembro de 1935. Emprestando o nome de al-Qassam, o Hamas funda um batalhão responsável por grande parte das ações de ativismo armado.

distintamente diversos em relação à região de produção deles, tendo em vista, o partido de influência. Assim, "entender a divisão entre as duas partes explica a raridade de qualquer menção às ideologias do Hamas no graffiti do Muro de Belém" (DAHDAL, 2017, p. 92, Tradução nossa).

Associação entre o grafite e tradição

Campos (2010) reflete sobre a prática e as motivações da produção de arte de rua, partindo do entendimento de que a visualidade é um elemento central da história e cultura. Para o autor, o grafite, enquanto imagem, carrega consigo códigos que resultam da relação sociocultural que o produtor estabelece com seu meio. Apesar disso, é importante pontuar que as definições e delimitações a respeito do que configura o grafite não são consensuais ou absolutas.

Se partimos da definição mais comum e geral a respeito da produção, isto é, inscrições executadas no espaço, comumente da cidade, em suportes diversos utilizando, geralmente, o marcador ou aerossol, abarcaríamos um conjunto extenso de produções, com códigos e linguagens extremamente distintas entre si de maneira indistinta. Poderíamos, ainda, rumar nossa análise para questões sobre a legalidade ou ilegalidade das produções como sendo mais autênticas de determinada expressão. Para alguns (FORT & GOHL, 2016), o que caracterizaria o grafite enquanto produção legítima e, portanto, digna de ser estudada e apreciada, é a legalidade das inscrições, entretanto, poder-se-ia argumentar que ilegalidade é uma de suas características originais (BRIGHENTI, 2011).

Em nosso país, comumente, questões a respeito da legalidade dessas práticas suscitam, consequentemente, debates sobre as diferenças — práticas e teóricas — sobre os processos de grafite e pixação, o que não deixa de abarcar juízos estéticos e de valor sobre os contextos e textos em apreciação (GITAHY, 2012). A esse respeito, a lei brasileira nº 12.408, de 25 de maio de 2011 difere o ato de grafitar da pichação seguindo tais parâmetros, ou seja, se existe autorização para a pintura no muro é considerado grafite e se a pintura não foi autorizada é previamente considerada pichação. Entretanto, na língua inglesa essa definição é distinta, "por *'graffiti'*, entende-se geralmente que queremos dizer qualquer forma de aplicação não oficial e não autorizada de um meio na superfície" (LEWISOHN, 2008, p. 15, tradução nossa.), diferenciando-o da *street art* que é normalmente comissionada e feita com permissão.

Já nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), não existem definições da fronteira entre esses aspectos. Em Gaza, o controle incisivo do Hamas delimita o permitido e o proibido a partir da

articulação das comunicações com os interesses do grupo. Diversos cursos e certificados são exigidos dos calígrafos antes que eles possam atuar em nome do grupo. Mensagens que vão de encontro aos objetivos e interesses do grupo são fortemente reprimidas, grafites são apagados e artistas são detidos. Na Cisjordânia, principalmente, em regiões mais movimentadas como Ramala e Belém, a produção do grafite possui mais liberdade e as fronteiras do legal e do ilegal não são definidas.

Assim, o grafite se configura como um fenômeno global. E, portanto, não podemos partir de uma perspectiva comum, baseada na legislação brasileira para fenômenos de diferentes locais, buscar uma definição que se enquadre em todas as legislações existentes ou mesmo as incontáveis distinções que existem nos TPO, a depender da região e do controle político exercido sobre ela. Ou seja, a lei não nos oferece perspectivas que auxiliem a delimitar o que se configuraria como grafite. As artes de rua se apresentam como uma produção ambígua, em constante mutação e transformação que se adaptam aos interesses, às necessidades e às mensagens os quais seus produtores, individuais e coletivos, objetivam alcançar. Nesse sentido, diante da impossibilidade de apontar com clareza uma definição absoluta e constante sobre a produção do grafite, os estudos tendem a apontar características e contextos de produção mais gerais que possuem semelhanças entre si, baseando-se em obras que se autodefinem ou que foram historicamente definidos como grafite — como o grafite *hip-hop* estadunidense da década de 80.

A utilização do grafite por esses partidos políticos é, entretanto, anterior à ascensão do Hamas em Gaza. Desde que o grafite passou a ser mobilizado como uma ferramenta comunicativa e artística na região, ao longo da Primeira Intifada[4] palestina, ambos atores o utilizaram para demarcar sua atuação em certos espaços e disseminar suas mensagens no campo público. Nesse período, grafites como "o Hamas está em toda parte" (OLIVER; STEIMBERG, 1990) auxiliaram na fixação do grupo como um agente de destaque nacional. Como Lovatt (2010) apontou, o movimento se beneficiou da crescente popularidade do grafite e o combinou com textos religiosos que articulavam o sagrado e as demandas políticas do grupo. Com a ascensão do Hamas em Gaza, a diversidade das

[4] A Primeira Intifada Palestina foi um movimento de resistência não violenta inspirado por Gandhi e Martin Luther King que partia do entendimento de que o emprego de métodos não violentos ajudaria a neutralizar o poder destrutivo de Israel (COSKUN, 2007). Como Hourani (2006) aponta, no final de 1987, a população dos territórios ocupados — Gaza e Cisjordânia, que na época contavam com cerca de 850 mil habitantes (PAPPÉ, 2007) — iniciaram um movimento de resistência de caráter majoritariamente pacifico, e com ações pontuais que se utilizavam de violência, ainda que houvesse pouca utilização de armas de fogo.

produções diminuiu, tendo em vista a atenção e atuação incisiva do grupo dada às produções culturais. Nesse sentido,

> o Hamas desempenhou um papel importante no avanço do *graffiti*, integrando-o em formas tradicionais de aprendizagem e transmissão de conhecimento, principalmente no domínio da caligrafia islâmica, através da criação de academias de arte onde os grafiteiros podem obter um *'ijaza* ou certificado que lhes permite realizar comissões de *graffiti* em nome do Hamas. (LOVATT, 2010, p. 9. Tradução nossa)

A preocupação do grupo com o aspecto estético das comunicações, adicionou uma nova camada à prática do grafite, combinando elementos tradicionais de estética e harmonia a uma linguagem contemporânea de grande apelação ao público jovem. Como Muhammad, um *writer*[5] associado ao Fatah afirmou à Gröndahl: "o movimento [Hamas] tem uma abordagem profissional do *graffiti* que não encontro em outros grupos, incluindo o Fatah. Não acredito que o Hamas deixe seus artistas ficarem perto de uma parede até que eles possuam diplomas de vários cursos" (2009, p. 28-31 apud LOVATT, 2010, p. 10).

Essa operação associou a facção com o repertório do islã e da tradição com as novas formas de mobilização juvenil criativa, possibilitando a conexão de diferentes gerações com as comunicações do grupo, o grafite registrado em Gaza ainda em 2004, por Karl e Zoghbi (2011, p. 62), exemplifica. No grafite uma grande *tag* do Hamas foi aplicada ao lado de saudações do Ramadã produzidas com caligrafia elaborada. Essa expressão foi formulada a partir da ligação direta entre a língua árabe e o alcorão. Isto é, "originalmente concebida para representar as sagradas escrituras do Alcorão, a escrita árabe se tornou um emblema da religião islâmica" (ABIFARÈS, 2011, p. 15. Tradução nossa). Ao reformular as revelações dadas ao profeta em escrita, outros estilos caligráficos se desenvolveram e tornaram-se, em conjunto, a principal expressão artística da região durante séculos (JARBOU, 2017). E, ainda hoje, diversas populações utilizam-se da caligrafia para ornamentação de espaços seculares e religiosos. Nesse sentido, a obra visualmente conecta-se com o evento religioso, o grupo e as estéticas já conhecidas e legitimadas da caligrafia árabe.

[5] Nomeamos aqui como *writer* todos os sujeitos envolvidos na produção de arte de rua, englobando linguagens diversas, em que o grafite faz parte (CAMPOS, 2010). Essa nomeação poderia se equivaler ao termo "grafiteiro" ou "artista de rua", muito utilizadas no Brasil, apesar disso, optou-se pela utilização de *writer* em uma denominação mais ampla e mais internacional dessa atuação. Ainda nesse sentido, é importante pontuar que preferimos a utilização da grafia brasileira para grafite, preservando o termo "*graffiti*" em citações diretas, preservando a grafia do original.

A partir disso, em Gaza outras vozes, principalmente aquelas ligadas ao Fatah, perderam espaço e liberdade, como Rolston afirma:

> enquanto os artistas do Hamas tinham espaço para pintar murais e *graffiti* abertamente, os artistas do Fatah foram refreados a produzir homenagens aos mártires e saudações para os festivais muçulmanos, como 'Nós da Fatah desejamos a todos Eid Mubarak - Boas festas!' Se os pintores da Fatah querem pintar mais mensagens políticas, eles têm que continuar trabalhando de maneira relativamente clandestina. Um desses pintores afirmou sobre a polícia do Hamas: 'Se eles me virem, irei para a cadeia. Já fui preso cinco vezes desde a ascensão do Hamas por causa da minha arte'. (2014, p. 49-50. Tradução nossa)

O controle sistemático do grupo se transforma em censura direta em diversos casos, como cabeleireiras que anunciaram seus trabalhos "exibindo murais retratando mulheres com cabelos soltos frequentemente encontram o rosto da mulher fictícia desfigurado com tinta preta" (ROLSTON, 2014, p. 50-51. Tradução nossa). Dessa maneira, os grafites produzidos com o aval do grupo incluem, majoritariamente, imagens de mulheres com *hijab*[6], signos religiosos e elementos ligados ao grupo. Nesses locais o debate público (EL-MSAOUI, 2018) torna-se praticamente nulo, tendo em vista que (1) apenas algumas pessoas têm o aval de participar da comunicação, muitas vezes (2) sem o direito de apresentar qualquer forma de objeção e, caso contrário, (3) sua liberdade é cerceada.

Apesar das tentativas de repressão, certos personagens e mensagens permanecem. Em 2007, o Hamas confiscou uma série de pôsteres que comemoravam o aniversário de morte de Arafat, desencadeando uma série de protestos, inclusive através da produção massiva de murais do ex-líder da OLP (ROLSTON, 2014). Dessa maneira, apesar da posição do movimento, retratos de Arafat, como parte do imaginário de uma luta mais geral, ainda compõem a paisagem dos Territórios Palestinos Ocupados. Assim, enquanto em Gaza as *tags* do Fatah são mais raras e, diversas vezes, apagadas logo após serem produzidas, as representações de Arafat parecem gozar de certo respeito entre a população.

[6] O véu que as muçulmanas utilizam sob os cabelos.

Arafat e Yassin: líderes aplicados sobre as paredes de Gaza

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar diversos grafites que mobilizaram as feições de Yasser Arafat[7], o ex-líder da OLP. Normalmente, ele é representado na Faixa de Gaza sem articulação direta com a Fatah, mas conectado a signos palestinos mais gerais. Isso pode ser visto na imagem 1 em que à direita da composição podemos observar Arafat fazendo uma continência. À esquerda, a silhueta de um homem carrega um fuzil e ergue uma flor em direção ao político. Ao fundo há uma bandeira palestina. Nesse sentido, Arafat é apresentado como comandante, homenageado, de uma luta armada pela Palestina. De forma semelhante, na imagem 2, ao topo de uma fachada repleta de grafites nas cores nacionais, Arafat é representado ao lado da águia palestina — presente no brasão do Estado Palestino.

Imagem 1: Grafite com Arafat comandante, Gaza

Fonte: GAZA GRAFFITI (Book). Disponível em:
<https://m.facebook.com/Gaza-Graffiti-117948874074/>

[7] Yasser Arafat foi presidente da OLP de 1969 até sua morte em 2004, presidente também da Autoridade Nacional Palestina (ANP) a partir de 1994. Membro fundador do Fatah, liderou o partido a partir de 1959.

Imagem 2: Grafite com Arafat e a Águia, Gaza

Fonte: GAZA GRAFFITI (Book). Disponível em: <https://m.facebook.com/Gaza-Graffiti-117948874074/>

Imagem 3: *Tag* do Fatah em Gaza, 2012.

Fonte: GAZA GRAFFITI (Book).
Disponível em: <https://m.facebook.com/Gaza-Graffiti-117948874074/

Além de Arafat, outra personalidade muito mobilizada, especialmente em Gaza, é Ahmed Yassin[8]. Em 2002, após a proibição da produção de retratos de mártires pelo Hamas, a página do livro Gaza Graffiti no Facebook aponta que uma única comunicação desse estilo foi preservada: um mural com as feições de Yassin (imagem 3). Assim como o ex-líder da OLP, o fundador do Hamas desfruta de grande influência e legitimidade popular na região de Gaza. Algumas vezes, encontramos grafites que aproximam os dois sujeitos na menção da frente política de resistência palestina, como na obra registrada por Rolston (2014, p. 50) em que ambos aparecem sorrindo e entre eles uma bandeira nacional ondula-se. Apesar disso, diferentemente do que ocorre com Arafat, na Cisjordânia não foram observadas representações de Yassin, denotando a particularidade desse sujeito. Isto é, ao longo da presente pesquisa, nos 200 registros fotográficos de grafites que foram analisados nenhuma representação de Yassin foi observada nos grafites produzidos na Cisjordânia. Dessa forma, podemos perceber que o fundador do Movimento de Resistência Islâmica tem sua admiração mais concentrada em Gaza e que suas representações estão diretamente conectadas ao discurso e interesses do Hamas.

Tags e signos

Ainda nesse sentido, o grafite produzido por esses partidos não tem articulação apenas com estéticas ou mensagens moldadas a certos interesses e objetivos, mas também opera como marcação de espaços — em um movimento semelhante ao grafite de gangues estadunidenses ou ao *pixo* no Brasil. O nome do grupo pode aparecer sozinho ou articulado com outros elementos valiosos para eles ou para a comunidade palestina, como em um grafite registrado por Zoghbi e Karl (2011, p. 56) em que podemos observar as *tags* do Yasser Arafat (acima) e Fatah (abaixo) ao lado da Águia Palestina. Assim, as *tags* das facções são espalhadas pelos bairros dominados por elas, mas também são utilizadas para difamar outras facções e adverti-las de entrar em locais específicos. Como nos registros feitos por Lovatt (2010, p. 13) em que ao lado de *tags* do Fatah podemos ler: "o Hamas está proibido de interferir aqui". Além disso, a destruição de assinaturas de grupos rivais ou a sobreposição delas é um meio pelo qual pode-se desafiar a influência e a ordem política daquele

[8] Sheikh Ahmed Ismail Hassan Yassin foi um político palestino e líder religioso, fundou o Hamas em 1987. Em 2004 foi morto pelas Forças de Defesa de Israel (IDF).

espaço, exemplificado pela *tag* da Frente Popular para a Libertação da Palestina (PFLP)[9] feita sob uma *tag* de um ativista do Fatah em Ramala (LOVATT, 2010, p. 14). As comunicações produzidas nesses bairros participam, portanto, de um importante contexto performativo em que facções concorrentes manipulam os grafites produzindo efeitos simbólicos múltiplos.

Entretanto, as *tags* não são produzidas apenas nas regiões de domínio da facção, mas, algumas vezes, podemos observá-las em locais dominados pelo rival. Tal qual na imagem 4 em que uma grande *tag* do Fatah foi produzida em Gaza e sobreviveu por tempo suficiente para ser registrada, diferente do que ocorre com a maioria das comunicações subversivas desse tipo. De maneira semelhante, militantes pró-Hamas também imprimiram sob a Cisjordânia diversas *tags* e símbolos ligados ao partido. No registro de Zoghbi e Karl (2011, p. 62) podemos observar um exemplo em que o nome do grupo foi impresso na parede de um campo de refugiados nas cores verde, preto e vermelho. Ou, ainda, no mesmo espaço *tags* rivais foram impressas (LOVATT, 2010, p. 12), demarcando aquele local como um espaço de disputa ou de uma atuação branda das facções, tendo em vista o não apagamento desses signos.

Outro repertório importante, principalmente para o Hamas, diz respeito às associações do grupo com elementos que demonstram o poder. Muitas vezes, armas, bombas ou mártires são representados próximos à *tag* do movimento, como pode ser constatado no registro de Rolston (2014, p. 54) em Gaza, em que mísseis são posicionados ao lado de um grafite comemorando o aniversário do Hamas. Algumas vezes, nos grafites celebrando o martírio podem ser encontradas referências à facção política à qual o sujeito estava ligado. Em um mural produzido em Qalqiliya (LOVATT, 2010, p. 7) observa-se esse repertório ligado a outros signos relacionados à pauta nacional palestina e o Hamas. No grafite podemos ler: "vizinhança do Mártir Ghasan Haza". À esquerda, uma mão ergue a chave do retorno. Na direita temos uma grande representação da mesquita *Al-aqsa* cerca de uma série de *stencils*[10] do símbolo do Hamas[11]. Ao lado, um fuzil e uma bomba estão posicionados. Abaixo da construção, algumas gotas de sangue escorrem. Dessa maneira, a memória desse sujeito é

[9] Frente Popular para a Libertação da Palestina é um partido palestino secular marxista-leninista fundada em 1967 por George Habash, um dos maiores partidos que compõem a OLP.

[10] O *stencil* é uma expressão de grafite que utiliza de estênceis, para criar uma imagem ou texto de fácil reprodução.

[11] Lovatt (2010) ao mobilizar essa imagem aponta que estes símbolos são do Fatah, entretanto, por conta da diferença substancial entre os *logos* dos grupos, discordamos do apontamento do autor e consideramos esses *stencils* como signos relativos ao Hamas.

unida à atuação do grupo, funcionando como uma espécie de propaganda ao Hamas e um reconhecimento por parte da facção a esse sujeito, em um processo de dupla legitimação.

De maneira similar, em um grande mural registrado em Gaza[12] (The Guardian, 2012) podemos encontrar o símbolo do Movimento de Resistência Islâmica posicionado próximo a grafites em alusão à resistência armada. Abaixo do emblema, uma série de silhuetas fazem analogia a militantes fortemente armados ao lado do Domo da Rocha. À esquerda, um sujeito com roupas militares e o rosto coberto carrega um fuzil. Seu pé está sob uma caveira e pisando em uma bandeira de Israel. O logo do Hamas está articulado com a representação da resistência violenta, enfatizando o caráter militarista do grupo. Como evidenciado pelo registro, esses imaginários são inseridos na vida cotidiana, compondo a visualidade desses locais. Dessa maneira, essas comunicações são uma importante ferramenta para certificar, legitimar e incentivar as ações da ala armada do partido. Tal repertório é particularmente significativo, tendo em vista que uma das razões da popularidade do Hamas tem relação com o estabelecimento de sua posição de vanguarda em relação à resistência armada de caráter religioso (ROLSTON, 2014).

Conclusão

O presente trabalho reflete sobre as articulações entre grafite e política, observando como o Hamas e o Fatah utilizam dessa expressão para disseminar ideologias, afirmar lealdades e marcar sua presença. Partimos do entendimento de que o aspecto sociocomunicativo e cultural não pode ser apartado das disputas sociopolíticas em perspectiva mais ampla. O grafite, como apontamos, é uma prática de disseminação global, mas que ganha características locais a ser utilizada como resposta às necessidades e demandas dessas populações. O grafite nos TPO, nesse sentido, foi mobilizado pelos partidos políticos a partir de lógicas e configurações estéticas diversas, dialogando com as ideologias e necessidades sociocomunicativas de cada grupo. As lideranças dos partidos foram representações frequentes, associadas com *tags* e *stencils* que operam em uma lógica dupla de propaganda e demarcação zonas geográficas de influência (LARKIN, 2014). Esse espaço público "é disputado por diferentes agentes, individuais e colectivos, que procuram marcar sua presença, passar a sua mensagem" (CAMPOS, 2010, p. 249). Dessa maneira, as *tags* operam dentro da lógica de marcação

[12] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2012/jun/08/daily-life-gaza-inpictures.>

territorial, proporcionando que o público saiba quais espaços estavam sob controle de determinada facção pela densidade de signos relativos a ela eram observados (PETEET, 1996).

Apesar disso, esse movimento não facilita a criação de um espaço que possibilite o debate público. A disputa que se desenrola no campo político também afeta as posturas socioculturais e visuais de cada organização. Em Gaza, o controle do Hamas é mais evidente e exemplos de censura mais vastos, tendo em vista que, mesmo na área de influência do Fatah, Cisjordânia, a organização possui pouca articulação para ações mais contundentes.

Signos e outros elementos ligados a tais facções não apenas explicitam a atuação desses grupos em determinados locais, mas, também, auxiliam a disseminação de suas ideologias e as associam com elementos coletivos reconhecidos da experiência palestina. Em um enquadramento mais secular — como a águia palestina — ou religioso — como o ramadã — a depender dos interesses e objetivos mais imediatos. As mensagens dos partidos, especialmente do Movimento de Resistência Islâmica, explicam e incentivam os códigos morais de comportamento e ativismo. Além disso, as *tags* aparecem de forma inter-relacionada com o nacionalismo, a resistência palestina, o martírio, a liberdade e o direito ao retorno. Assim, associa-se a tradição e os elementos socioculturais legitimados sociopoliticamente e as novas formas de atuação desses partidos, inclusive através do grafite.

Referências bibliográficas:

ABIFARÈS, Huda. S. Brief History of the Arabic Script. *In*: ZOGHBI, Pascal; KARL, Don (org.). **Arabic Graffiti**. Berlin: From Here to Fame, 2011.p. 15-21.

ABU-GHAZALEH, Adnan. Arab cultural nationalism in Palestine during the British mandate. **Journal of Palestine Studies**, V.1, n.3, 1972), p. 37–63.

ALIJLA, Abdalhadi. Political Division and Social Destruction: Generalized Trust in Palestine. **Contemporary Arab Affairs**, V. 12, n.2, 2019, p. 81–104.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. Imaginacções: imagens actuantes e a Imaginação dos territórios urbanos. *In:* CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi; SPINELLI, Luciano (org.). **Uma Cidade de Imagens** – Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano. Lisboa: Mundos Sociais, 2011, p. 31-40.

CAMPOS, Ricardo. **Por que pintamos a cidade?** Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano. São Paulo: Fim de século, 2010.

DAHDAL, Sylvia H. **The Rhetorics of Political Graffiti on A Divisive Wall**. Tese (Doutorado em Filosofia), Arizona State University, Arizona, 2017.

DAILY life in Gaza – in Pictures. **The Guardian**, 08 de Junho de 2012. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/gallery/2012/jun/08/daily-life-gaza-inpictures.> Acesso em: 10 de Dezembro de 2020.

EL-MSAOUI, Mohammad. Islamic-Secular Dialogue in the Arab World: A Crisis of Communication and the Revival of Violence. **Contemporary Arab Affairs**, V. 11, n. 1-2, 2018, p. 63–89.

ERAY, Alım. The Art of Resistance in the Palestinian Struggle Against Israel. **Turkish Journal of Middle Eastern Studies**, V. 7, n.1, 2020, pp. 45-79.

GAZA GRAFFITI (Book). Página do Livro de Mia Gröndahl. **Facebook**. Disponível em: <https://m.facebook.com/Gaza-Graffiti-117948874074/> Acesso em: 18 de Janeiro de 2021.

GAZA GRAFFITI. Página. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/gazagraffiti > Acesso em: 18 de Janeiro de 2021.

GOHL, Fernando César; FORT, Mônica Cristine. Conflitos urbanos: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. **Logos**, V. 23, n. 2, 2016, p. 16–36.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. *In*: REIS FILHO, Daniel A. (org.) **O Século XX**. Vol. III. O tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 97–131.

HILAL, Jamil. The Fragmentation of the Palestinian Political: Field Sources and Ramifications. **Contemporary Arab Affairs**, V. 11, n. 1-2, 2018, p. 189–216.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Editora Companhia das Letras, 2006.

JAD, Iṣlāh. **Palestinian women's activism**: nationalism, secularism, Islamism. New York: Syracuse University Press, 2018.

KAMRAVA, Mehran. **The Modern Middle East** – A Political History Since the First World War. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2013.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian identity**: the construction of modern national consciousness. New York: Columbia University Press, 1997.

KHATIB, Lina. **Image politics in the Middle East**: The role of the visual in political struggle. Nova Iorque: Bloomsbury Publishing, 2012.

LARKIN, Craig. Jerusalem's separation wall and global message board: graffiti, murals, and the art of sumud. **The Arab Studies Journal**, V. 22, n. 1, Special Issue: Cultures Of Resistance, 2014, p. 134–169.

LOVATT, Hugh. **The Aesthetics of Space**: West Bank Graffiti and Global Artists. Dissertação (Mestrado em Artes). Culture and Society of the Near and Middle, East School of Oriental and African Studies, University of London, Londres, 2010.

OLIVER, Anne Marie; STEINBERG, Paul. A geography of revolt. **Public Culture**, v. 3, n. 1, 1990, p. 139-144.

PETEET, Julie. The Writing on the Walls: The Graffiti of the Intifada. **Cultural Anthropology**, V. 11, n. 2, 1996, p. 139–159.

PAPPÉ, Ilan. **Historia de la Palestina moderna**: un territorio, dos pueblos. Madri: AKAL, 2007.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016

ROLSTON, Bill. Messages of allegiance and defiance: the murals of Gaza. **Race & Class**, V. 55, n. 4, 2014, p. 40–64.

SLITINE, Marion. Contemporary art from a city at war: The case of Gaza (Palestine). **Cities**, n. 77, 2018, p. 49–59.

SOREK, Tamir. The Quest for Victory: Collective Memory and National Identification among the Arab-Palestinian Citizens of Israel. **Sociology**, V.45, n. 3, 2011, p. 464–479.

SOREK, Tamir. Calendars, Martyrs, and Palestinian Particularism under British Rule. **Journal of Palestine Studies**. V. 43, n. 1, 2013, p. 6–18.

STANTON, Andrea L. Locating Palestine's Summer Residence: Mandate Tourism and National Identity. **Journal of Palestine Studies**, V. 47, Número 2, 2018, p. 44–60.

WESSELS, Josepha Ivanka. **Documenting Syria: Film-making, video activism and revolution**. Bloomsbury Publishing, 2019.

ZOGHBI, Pascal; KARL, Don (org.). **Arabic Graffiti**. Berlin: From Here to Fame, 2011.

Temporalidades

Histórias da iconologia: perspectivas historiográficas sobre a construção do método iconológico de Erwin Panofsky

Histories of iconology: historiographical perspectives about the construction of Erwin Panofsky's iconological method

Cíntia Chaves Rodrigues
Mestre em História
Universidade de Brasília (UnB)
rchavescintia@gmail.com

Recebido: 03/04/2023
Aprovado: 19/07/2023

Resumo: O objetivo deste artigo é inventariar modelos explicativos para as transformações sofridas pelo método iconológico de Erwin Panofsky. A historiografia tende a explicar esse processo com base na migração definitiva do autor da Alemanha para os Estados Unidos em razão da ascensão do nazismo. Apesar da inegável importância desse elemento, a explicação para a trajetória de transformação do método não pode se esgotar nela. É, portanto, necessário construir novos percursos analíticos que considerem o que se tornou a iconologia na obra de Panofsky e na própria disciplina da história da arte.

Palavras-chave: Panofsky; iconologia; história da arte.

Abstract: This paper's purpose is to outline the explicative models for the changes in Erwin Panofsky's iconological method. Historians tend to explain this process by focusing on the author's definitive migration from Germany to the United States due to the rise of Nazism. Despite the undeniable importance of Panofsky's migration, this explanation seems insufficient. Therefore, we consider the need to build new analytical pathways that consider what iconology has become in Panofsky's work and in the History of Art in general.

Keywords: Panofsky; iconology; art history.

> A história da arte contemporânea depende, em grande medida, da visão metodológica de Erwin Panofsky. Hoje em dia é esperado de um ou uma estudante da arte do passado que tente situar seu estudo em um contexto e decifrar, em algum nível, as ideias pessoais e culturais que este incorpora. Buscando os sempre elusivos "significados" das obras de arte, os estudiosos formados nos últimos trinta e cinco ou quarenta anos continuam demonstrando sua dívida especial para com as últimas obras de Panofsky (HOLLY, 1984, p.158).[1]

Em 1984, a historiadora Michael Ann Holly destacava a posição fundamental de Erwin Panofsky entre os grandes nomes da história da arte. Décadas depois, é possível afirmar a permanência dessa posição, em especial, pela ampla difusão de seu método iconológico no campo. Assim, no decorrer do tempo, a iconologia de Panofsky se tornou a base metodológica de inúmeros estudos da história da arte. É possível flagrar muitas transformações no método ao longo da carreira de Panofsky, marcada pela revisão permanente dos marcos intelectuais que ainda hoje o distinguem, sobretudo entre os historiadores da arte. Há, porém, três momentos particularmente fortes nesse percurso: os anos de 1932, 1939 e 1955, quando foram publicados respectivamente, *Zum Problem der Beschreibung und Inhaltsdeutung von Werken der bildenden Kunst*, *Studies in iconology* e *Meaning in the visual arts*.

A iconologia e os textos de Panofsky que a definiram já foram examinados pela historiografia da arte, tendo em foco as origens, o processo formativo e as relações da iconologia com outros aparatos conceituais e metodológicos do próprio autor e também de seus pares. Sendo assim, a dedicação à "gênese" da iconologia e à consolidação dos aparatos textuais que a consolidaram acabou por produzir uma história da iconologia. Mesmo tomando como base tais elementos, reconhecemos que traçar uma história singular e linear de um método ou prática disciplinar pode relegar a multiplicidade de suas recepções, usos e efeitos que se ramificam no tempo e no espaço ao segundo plano. De antemão, para fundamentar essa perspectiva analítica, é necessário realizar um mapeamento das transformações textuais da iconologia nos textos de Panofsky, bem como um inventário das explicações disponíveis na historiografia para tal fenômeno.

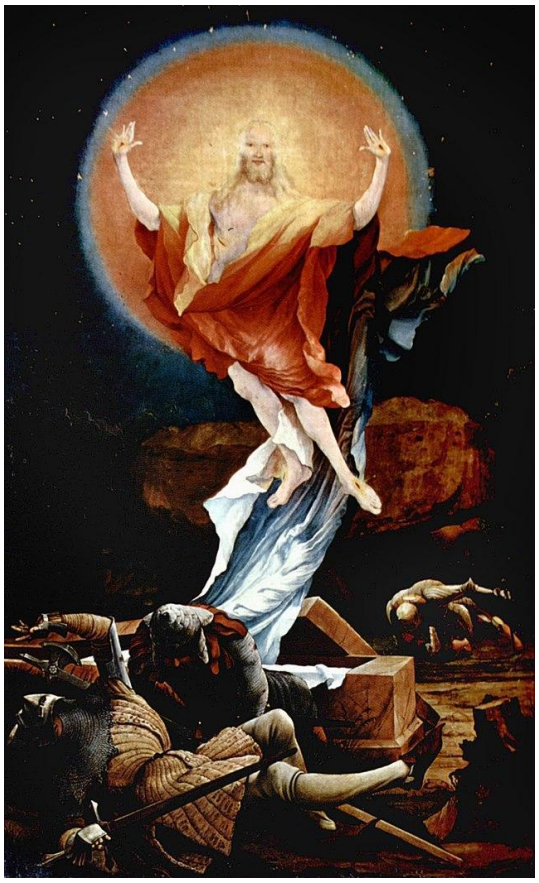
Costuma-se alegar que a gênese da iconologia de Panofsky está localizada em um artigo publicado em 1932 na revista *Logos* (PANOFSKY, 2012). O escrito, muito próximo das discussões filosóficas do período, consiste em uma proposição para a interpretação e descrição de objetos

[1] Texto original: "Contemporary art history in large part depends upon the methodological vision of Erwin Panofsky. It is now orthodox for a student of past art to attempt to situate his or her study in a context and to decipher, on some level, the personal and cultural ideas that it embodies. Pursuing the always-elusive "meanings" of works of art, scholars trained within the last thirty-five or forty years continue to demonstrate their special debt to Panofsky's later works".

artísticos. Ao mesmo tempo, surge como uma resposta aos problemas do campo e um posicionamento frente a outros intelectuais, caso de Martin Heidegger (ELSNER; LORENZ, 2012, p. 494). Em um primeiro momento, o material funciona como uma retomada da crítica feita por Panofsky aos modos de interpretação formalistas, em grande destaque naquele momento. O argumento da crítica inicial está na concepção de que não é possível desenvolver uma descrição puramente formal de um objeto, visto que, em qualquer esforço descritivo, por mais simples que seja, os elementos "puramente formais" da representação são "renegociados" em elementos simbólicos. Para alcançar uma descrição puramente formal, seria necessário se ater somente aos contrastes de cores e nuances de uma obra, rejeitando até mesmo constatações simples. Determinar a presença de elementos como figuras humanas, pedras ou rochas já ultrapassaria a esfera de uma descrição estritamente formal, para Panofsky (PANOFSKY, 2012, p. 469).

O caminho escolhido para construir essa crítica parte de um exemplo concreto, no caso, a Ressurreição de Cristo de Matthias Grünewald [Imagem 1]. Panofsky observa que, se o objetivo fosse uma percepção somente formal, não seria possível determinar que a área escura da imagem é um céu noturno, ou até mesmo, que a parte central da imagem consiste em um corpo humano, visto que, ao fazer isso, "nós já teremos colocado uma entidade formal espacialmente ambígua em relação a um conteúdo perceptivo preciso e tridimensional" (PANOFSKY, 2012, p. 469). Dessa maneira, nos próprios modelos formais de análise haveria uma descrição do significado. Ao descrever uma figura humana de braços abertos no centro da imagem ou ao identificar o "terror ou deslumbramento" dos homens que figuram abaixo dela, fazemos uso de "conceitos familiares da nossa experiência cotidiana". É a partir desse aspecto crítico ao formalismo que Panofsky apresenta sua proposição. O autor compreende essa descrição sob os termos de um nível primário do significado, denominado significado fenomenológico, subdividido em factual e expressivo.

Imagem 1 - Matthias Grünewald. Resurrection



Fonte: Wikimedia Commons.

Panofsky dá um passo além na descrição e reconhece que, ao afirmar que a figura no centro é uma imagem de Cristo, está em vigor outro tipo de significado. Essa afirmação exige um outro mecanismo de fundamentação, visto que a experiência cotidiana não lhe basta, em contraste com a descrição anterior. Dessa maneira, opera no nível secundário do significado – ou significado dependente do conteúdo –, alcançado somente através do conhecimento literário. Para exemplificar tal distinção, Panofsky ressalta de maneira bem humorada que um observador sem conhecimento do conteúdo cristão poderia ver em *A Última Ceia* de Leonardo da Vinci somente "um jantar animado" (PANOFSKY, 2012, pp. 469-470).

Interessa-nos observar que o texto de 1932 de Panofsky opera entre os exemplos concretos e as considerações filosóficas de amplo espectro. Se, para designar os níveis de significado da descrição

e interpretação dos objetos artísticos, o autor parte de uma obra específica, para reconhecer as limitações e desafios dessa mesma atividade, Panofsky recorre aos problemas filosóficos da própria natureza da interpretação. Dessa maneira, reconhece que, seja ao descrever o significado fenomenológico ou o significado dependente do conteúdo, estaríamos inseguros sobre a legitimidade dessa descrição. Em sua percepção, não se deveria reduzir o significado secundário, por exemplo, a conexões diretas entre objeto e fontes literárias. Sendo assim, para garantir a legitimidade da interpretação, seria necessário um "nível superior de autoridade" que opere para além da obra específica. Para o caso do significado primário, esse nível superior seria a "identificação do estilo" [*Stilerkenntnis*], enquanto para o significado secundário seria o "conhecimento dos tipos" [*Typenlehre*] (PANOFSKY, 2012, p. 473).

Ao formular tal resposta para o problema da interpretação de objetos artísticos, Panofsky considera uma questão presente nos escritos de Heidegger: a violência na ação interpretativa. Todo ato interpretativo, ao trazer à tona aquilo que não está dito, seria uma violência, justamente pela interferência da visão de mundo presente na subjetividade do intérprete. Portanto, para garantir que a interpretação é adequada, é preciso encontrar o que impõe limites à essa prática, em termos de um critério objetivo ou de circunstâncias empíricas. A interpretação dos objetos artísticos está calcada, para Panofsky, em uma relação de retroalimentação entre geral e particular, em que "a ferramenta que adquire conhecimento e o objeto que se tenta compreender estão relacionados reciprocamente e cada um garante efetivamente o outro" (PANOFSKY, 2012, p. 477-478).

Em seguida, Panofsky acrescenta aos níveis anteriores, o que designa como o nível mais profundo do significado, que ultrapassa e independe do conteúdo de um artefato artístico particular. A partir do vocabulário de Karl Mannheim[2], ele é denominado significado documental ou significado intrínseco. Este terceiro nível revela algo que não é intencional, uma tendência caracterizada pelo produtor, período, povo e comunidade cultural em suas características específicas:

> Da mesma forma, mas em um sentido mais profundo e geral, os produtos da arte são governados por um significado intrínseco último, além de seu significado fenomenológico e seu significado dependente do conteúdo: a autorrevelação não intencional e subconsciente de uma atitude fundamental em relação ao mundo, que é igualmente característica do produtor, período, povo e comunidade cultural individualmente. A magnitude de uma realização artística no final depende da

[2] Sobre a relação entre Panofsky e Mannheim cf. Hart (1993, pp. 534-566).

> extensão em que a energia de uma visão de mundo tão particular foi canalizada para a matéria moldada e irradia para seu espectador (PANOFSKY, 2012, p. 479).[3]

Para alcançar essa interpretação, as fontes literárias não são suficientes, especialmente quando entendidas enquanto correspondentes diretas do significado. Sua fonte está parcialmente ancorada na visão de mundo do intérprete, fundamentalmente subjetiva, o que sugere a necessidade de um princípio de correção objetivo (PANOFSKY, 2012, p. 479). A história intelectual geral é a solução encontrada para mediar a subjetividade inerente da busca pelo significado intrínseco. Nela se encontra a delimitação do que era possível ou não na particularidade dos períodos e culturas (PANOFSKY, 2012, p. 480). Então, alicerçado nas questões expostas, Panofsky organiza suas proposições em um quadro [Tabela 1], consciente de que o esforço de síntese poderia ser mal interpretado como uma "forma de racionalismo fora de contato com a vida cotidiana". Por fim, afirma que, apesar dos níveis separados, o processo interpretativo deve ser tomado como um processo unificado (PANOFSKY, 2012, p. 482).

Tabela 1. 1932 – Alemão/Inglês[4]

Gegenstand der Interpretation **[Object of interpretation]**	**Subjektive Quelle der Interpretation** **[Subject source of interpretation]**	**Objektives Korrektiv der Interpretation** **[Objective corrective of interpretation]**
1. Phänomensinn (zu teilen in Sach- und Ausdruckssinn) [Phenomenal meaning (to be separated into factual and expressive meaning]	Vitale Daseinserfahrung [Vital experience of being]	Gestaltungsgeschichte (Inbegriff des Darstellungs-möglichen) [History of styles (the quintessence of what it is possible to represent)]

[3] Texto original: "Likewise, but in a deeper and more general sense, the products of art are governed beyond their phenomenal meaning and their meaning dependent on content by an ultimate intrinsic meaning: the unintentional and subconscious self-revelation of a fundamental attitude towards the world which is characteristic in equal measure of the individual producer, the individual period, the individual people, and the individual cultural community. The magnitude of an artistic achievement in the end depends upon the extent to which the energy of such a particular worldview has been channelled into moulded matter and radiates towards its viewer".

[4] Optamos por apresentar tanto a versão em alemão (PANOFSKY, 1979), quanto a tradução para o inglês de Elsner e Lorenz (PANOFSKY, 2012).

2. Bedeutungssinn [Meaning dependent on content]	Literarisches Wissen [Literary knowledge]	Typengeschichte (Inbegriff des _ Vorstellungs-möglichen) [History of types (the quintessence of what it is possible to imagine)]
3. Dokumentsinn (Wesenssinn) [Documentary meaning (intrinsic meaning)]	Weltanschauliches Urvcrhalten [Worldview Ur-behaviour]	Allgemeine Geistesgeschichte (Inbegriff des weltanschaulich Möglichen) [General intellectual history (the quintessence of what is possible within a given worldview)]

O texto aqui descrito marca a chamada "gênese" da iconologia, fundando seu desenho inicial em três níveis de significado que necessitam de correção e controle. Trata-se de uma proposição ampla e de teor filosófico para um campo recém-formado cujas práticas ainda estavam em debate. Após a publicação de 1932, o texto e a tabela foram retomados e modificados em 1939. A introdução de Studies in iconology apresenta as propostas de Panofsky em seu novo contexto e conta com uma abordagem distinta da que observamos até aqui. Enquanto em 1932 o ponto de partida para a reflexão era um caso específico, em 1939 isso dá lugar a uma afirmação de princípio geral: "A iconografia é o ramo da história da arte que se preocupa com o tema ou significado das obras de arte, em oposição a sua forma" (PANOFSKY, 1939, p. 3). Assim, no lugar de uma crítica localizada ao formalismo, delimita-se inicialmente o que é uma percepção do ponto de vista da forma em contraposição ao significado/tema.

Para fazê-lo, utiliza um exemplo mencionado na publicação anterior, mas que nesse momento ganha mais centralidade. Panofsky descreve que ao se deparar com um conhecido na rua que o cumprimenta retirando o chapéu, é possível observar e interpretar a ação nos três níveis de significado. A ação de retirar o chapéu, sob a perspectiva formal, é simplesmente uma mudança de cores, linhas e volumes que fazem parte do campo visual. Entretanto, ao identificar um objeto (cavalheiro) e um evento (retirada do chapéu), já se trata de uma esfera do significado que ultrapassa somente a percepção formal, configurando o significado factual. Em conjunto, pode-se identificar as nuances psicológicas do cumprimento – se o homem está de bom ou mau humor, por exemplo.

Assim, chega-se ao significado expressional (PANOFSKY, 1939, p. 3). Panofsky, então, aglutina esses dois aspectos e os denomina significado primário ou natural. Vale ressaltar que este é correspondente ao significado fenomenológico apresentado no artigo de 1932.

Nesse momento, já é possível perceber que a apresentação dos níveis interpretativos não é mais realizada a partir do caso de uma obra de arte específica, mas de um gesto geral. Seguindo o caminho do exemplo, Panofsky afirma que compreender o gesto de levantar o chapéu enquanto um cumprimento ultrapassa a percepção sensível do significado primário, adentrando o território do inteligível: o significado convencional (denominado anteriormente "significado dependente do conteúdo") (PANOFSKY, 1939, p. 4). E, por fim, a ação descrita pode revelar ao observador algo sobre a "personalidade" daquele sujeito. Sendo ela condicionada pelo período, local, condição social, história pessoal e coletiva e, também, uma visão de mundo particular. Segundo Panofsky, esses fatores se manifestam de maneira sintomática e devem ser articulados a outras observações similares. O significado intrínseco é "um princípio unificador que fundamenta e explica tanto o evento visível quanto seu significado inteligível, e que determina até mesmo a forma sob a qual o evento visível ganha seus contornos" (PANOFSKY, 1939, p. 5).

Em seguida, Panofsky "transfere os resultados" dessa análise de um gesto cotidiano para o objeto artístico e sistematiza textualmente três níveis: (1) Significado primário ou natural (subdividido em factual e expressional), denominado pré-iconográfico; (2) Significado secundário ou convencional, denominado iconográfico; (3) Significado intrínseco ou conteúdo, denominado interpretação iconográfica em um sentido mais profundo. Aqui, vale ressaltar que os elementos que compõem o último nível são nomeados valores simbólicos, escolha que remete à obra de Ernst Cassirer (PANOFSKY, 1939, pp. 5-7).

Os conhecimentos necessários e os princípios corretivos da interpretação dos dois primeiros níveis ainda são os mesmos daqueles delimitados em 1932. Entretanto, no terceiro nível, a visão de mundo subjetiva e a história intelectual geral dão lugar à intuição sintética e à história dos sintomas culturais. A intuição sintética é descrita por Panofsky como uma faculdade mental comparável a um diagnóstico e depende de um instrumento de controle, a história dos símbolos ou sintomas culturais:

> O historiador da arte deverá averiguar o que considera o significado intrínseco de uma obra, ou grupo de obras, a que dedica sua atenção, em contraste com o que

> pensa ser o significado intrínseco de quantos outros documentos da civilização relacionados àquela obra ou grupo de obras ele for capaz de dominar: documentos que dão testemunho das tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, período ou país sob investigação (PANOFSKY, 1939, p. 16).[5]

A tabela que sintetiza os níveis passa a ser denominada quadro sinóptico e sofre alterações significativas. Além do acréscimo de uma nova coluna, os títulos também foram modificados. Foi acrescentada uma forma de unificar os princípios corretivos, indicada na lateral da publicação original, a "História da Tradição" [Tabela 2].

Tabela 2. Panofsky (1939)

Objeto da interpretação	**Ato da interpretação**	**Equipamento para interpretação**	**Princípio de controle da interpretação**
I – Tema *primário* ou *natural* – (A) factual, (B) expressional -, constituindo o mundo dos motivos artísticos	*Descrição pré-iconográfica* (e análise pseudo-formal)	*Experiência prática* (familiaridade com *objetos* e *eventos*)	História do *estilo* (compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *objetos* e *eventos* foram expressos pelas *formas*
II – Tema *secundário* ou convencional, constituindo o mundo das *imagens, histórias* e *alegorias*	*Análise iconográfica* no sentido estrito da palavra	*Conhecimento de fontes literárias* (familiaridade com *temas* e *conceitos*)	História dos *tipos* (compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *temas* ou *conceitos* específicos foram expressos por *objetos* e *eventos*
III – *Significado intrínseco* ou *conteúdo*, constituindo o mundo dos valores 'simbólicos'	*Interpretação iconográfica* em um sentido mais profundo (*Síntese Iconográfica*)	*Intuição sintética* (familiaridade com as *tendências essenciais da mente humana*), condicionada pela psicologia pessoal e '*Weltanschauung*'	História dos *sintomas culturais* ou '*símbolos*' em geral (compreensão da maneira pela qual,

[5] Texto original: "The art-historian will have to check what he thinks is the intrinsic meaning of the work, or group of works, to which he devotes his attention, against what he thinks is the intrinsic meaning of as many other documents of civilization historically related to that work or group of works, as he can master: of documents bearing witness to the political, poetical, religious, philosophical, and social tendencies of the personality, period or country under investigation".

			sob diferentes condições históricas, *tendências essenciais da mente humana* foram expressas por *temas* e *conceitos*

O texto anterior se encerrava com a formação da síntese dos elementos que constam na tabela. Entretanto, em 1939, Panofsky apresenta uma segunda etapa do texto dedicada às especificidades da iconografia do Renascimento, fruto de uma publicação com Fritz Saxl sobre mitologia clássica na arte medieval. Tendo em vista que a proposição metodológica está concentrada no momento inicial da introdução, aqui iremos nos ater somente à primeira etapa (PANOFSKY, 1939, p. v). Comparativamente, a estrutura dos dois textos é bastante distinta. No artigo redigido em alemão, a proposta parte de exemplos concretos para, a partir de seus desafios, formular proposições sobre a interpretação de obras de arte, enquanto na introdução do *Studies in iconology* tem início com uma consideração geral que diferencia forma e significado.

A partir disso, Panofsky parte para um exemplo também de teor geral, concentrado em um gesto, e não no objeto artístico. É possível perceber que os posicionamentos frente a problemas filosóficos, como o da violência da interpretação, não são retomados. Além disso, a inclusão de uma coluna no quadro sinóptico que fornece denominações para o ato da interpretação também nos parece significativa. Se em 1932 observamos uma proposição filosófica para problemas da análise e interpretação de objetos artísticos, em 1939 temos uma proposição operativa em que estão sistematizados objeto – ato – equipamento – controle.

Por fim, com a publicação de *Meaning in the visual arts* em 1955, uma de suas obras mais conhecidas, Panofsky revisita a introdução de *Studies in iconology* e realiza uma modificação fundamental. A "interpretação iconográfica em um sentido mais profundo" dá lugar, enfim, à interpretação iconológica. Com a consolidação da tríade (pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) percebemos a sistematização de seu método (PANOFSKY, 1955). Tendo percorrido as principais alterações sofridas no método de Panofsky a partir dos três momentos principais de revisão do seu texto formativo, precisamos inventariar as principais explicações para esse processo.

Identificamos dois alinhamentos explicativos complementares, que operam a partir da premissa de que a migração de Panofsky para os Estados Unidos gerou a modificação de sua metodologia. Em primeiro lugar, a ideia de uma tradução no sentido linguístico: as alterações realizadas nas obras de Panofsky seriam fruto do deslocamento da língua alemã para a língua inglesa. Em segundo lugar uma tradução no sentido cultural[6]: a percepção de que a mudança do contexto cultural, concretamente expresso nas novas interlocuções de Panofsky, teria levado à modificação do método. Essas duas proposições estão entrelaçadas e ambas reforçam uma divisão analítica para a obra de Panofsky em uma fase alemã e uma fase estadunidense.

A questão da tradução linguística da obra de Panofsky leva em conta uma diferença estrutural nas duas línguas. Na perspectiva de Carlo Ginzburg, o desafio da tradução das perspectivas do autor não se resumia ao fato de o inglês não ser sua língua materna, mas incluía o fato de ser uma língua "precisa e inequívoca" (GINZBURG, 1989, p. 49). Esse deslocamento linguístico teria descaracterizado a "sutileza" e "impacto" das proposições de Panofsky em língua alemã (LEVINE, 2013, p. 329). Apesar de ser um ponto recorrente, em especial quando se trata da tradução de termos fundamentais de sua metodologia, a questão linguística não é utilizada na historiografia como uma explicação central para esse processo de modificações, pelo contrário, está sempre associada à tradução cultural.

A assimilação pelo contexto estadunidense é apontada como principal fator de transformação do método. Ao traçar a "gênese" e trajetória da iconologia, Elsner e Lorenz reforçam esse argumento: se, em 1932, o texto tinha como objetivo se posicionar frente a "oponentes precisos" e propor uma compreensão teórica/filosófica nova, a partir de 1939 o tom passa a ser mais casual, "professoral" e, consequentemente, menos aberto. Na perspectiva dos autores, isso representa "um apelo para sua inclusão em um novo país e um novo sistema cultural, como um pensador adaptável (mas também divertido) e como um estudioso sério" (ELSNER; LORENZ, 2012, pp. 494-495). Nesse sentido, a historiadora Emily Levine observa que estudiosos questionam, em comparação com os primeiros escritos de Panofsky em alemão, se a iconologia conforme a conhecemos teria sequer sido formulada caso o autor não migrasse para os Estados Unidos (LEVINE, 2013, pp. 328-329).

[6] A percepção de uma tradução linguística e uma tradução cultural fazem referência ao vocabulário utilizado por Emily Levine em Levine (2013, p. 329).

Levine sugere, ainda, que as críticas feitas à "fase alemã" seriam irreconhecíveis para o autor em sua "fase americana", pois sua proposta era antes um ponto de partida, muito mais que um objetivo final (LEVINE, 2013, p. 325).

As análises são frequentemente acompanhadas de juízos de valor sobre o resultado desse processo. Além de descrever e mencionar o pragmatismo adquirido no percurso, há a observação de que as mudanças acarretaram uma perda no método. Elsner e Lorenz, por exemplo, ao descreverem o possível "constrangimento" de Panofsky pela aproximação de sua proposição teórica com estudiosos que se revelaram nazistas – aqui, fazem referência aos momentos em que Panofsky faz uso das ideias de Heidegger em seu ensaio de 1932 –, afirmam que isso "pode explicar sua necessidade persistente de revisar o ensaio em 1939 e 1955, bem como o empobrecimento [*dumbing down*] de um argumento proposicional para um pragmatismo didático" (ELSNER; LORENZ, 2012, p. 511).

Enquanto Levine pontua que:

> Ainda assim, é a triste verdade que uma tragédia da emigração seja que a tradução – tanto linguística quanto cultural – da erudição de Panofsky acabou por produzir ideias que foram *purificadas de sua sutileza e embotadas em seu impacto*. Se a Primeira Guerra Mundial levou Cassirer e Panofsky, inspirados por Warburg, a expandir a noção de racionalidade, então a Segunda Guerra Mundial teve o efeito oposto: o medo da destruição humana pela irracionalidade mostrou a importância dos absolutos (LEVINE, 2013, p. 329).[7] [grifos meus]

A importância da migração de Panofsky da Alemanha para os Estados Unidos, determinada pela ascensão do nazismo, é inegável. Entretanto, a sua utilização enquanto mecanismo de transformação principal na obra do autor acaba por produzir uma oposição binária entre uma fase alemã e uma fase estadunidense. Tal contraste é crucial e encontra respaldo na comparação entre 1932 e 1939/1955, mas acaba por simplificar um processo que, em nossa perspectiva, incide em outros fatores ao largo da tradução linguística e cultural. Em uma primeira medida, é preciso delimitar o que se tornou a proposta de Panofsky para descrição e interpretação de objetos artísticos,

[7] Texto original: "Yet it is the sad truth that one tragedy of the emigration is that the translation - both linguistic and cultural - of Panofsky's scholarship ultimately yielded ideas that were purified of their subtlety and blunted in their impact. If the First World War led Cassirer and Panofsky, inspired by Warburg, to expand the notion of rationality, then the Second World War had the opposite effect: fear of human destruction through irrationality showed the importance of absolutes".

para além das noções de pragmatismo e didatismo. Para essa primeira questão, é possível traçar uma perspectiva à qual nos alinhamos.

Enrico Castelnuovo e Maurizio Ghelardi, na introdução para a tradução italiana de *Meaning in the visual arts (Il significato nelle arti visive)*, buscam delimitar o que se tornou o método de Panofsky, ressaltando que não se trata somente de uma tradução dos termos:

> [...] a simplificação da terminologia e da linguagem que caracteriza a versão de 1939 não é a simples consequência de uma mudança linguística, ou seja, não é atribuível a um dado puramente formal, visto que a tradução inglesa representa a codificação da iconologia como método de investigação e como disciplina inserida na história da arte (CASTELNUOVO; GHELARDI, 2010, p. XXIX).[8]

Assim, as alterações terminológicas e estruturais viriam a refletir a mudança de um "procedimento cognitivo geral" para um "método de pesquisa particular" (CASTELNUOVO; GHELARDI, p. XXIX). Enquanto em 1932 Panofsky apresenta uma nova possibilidade de procedimento para descrição e interpretação das obras de arte a partir de objetos artísticos particulares, em 1939 e, especialmente, 1955, ganha lugar um método cuja marca principal é ser replicável, aquele que acabou inscrito na identidade disciplinar da historiografia da arte da segunda metade do século XX.

É importante destacar, adicionalmente, o papel operado pelo próprio Panofsky ao produzir uma narrativa sobre sua trajetória em seu conhecido escrito *Three Decades of Art History in The United States – Impressions of a Transplanted European, epílogo de Meaning in the visual arts*[9]. Em um texto menos voltado paras as especificidades metodológicas e epistemológicas da disciplina, Panofsky apresenta um panorama da história da arte nos Estados Unidos, em especial sob sua perspectiva de emigrado. Sustenta que as raízes da disciplina e seus fundamentos foram originados na Alemanha, mas que

[8] Texto original: "Se confrontiamo questo intervento del 1932 con la versione pubblicata nel 1939 come introduzione a Studies in Iconology, e poi come saggio autonomo nel Significato nelle arti visive, giungiamo a due conclusioni importanti. Anzitutto: la semplificazione della terminologia e del linguaggio che caratterizza la versione del 1939 non è la semplice conseguenza di un mutamento linguistico, cioè non è riconducibile a un dato puramente formale, visto che la traduzione inglese rappresenta la codificazione dell'iconologia come metodo di indagine e come disciplina all'interno della storia dell'arte. In secondo luogo: l'omologia uomo-mente, opera-artista, che costituisce il presupposto dell'interpretazione iconologica, ci rivela che l'iconologia non è concepita da Panofsky come un metodo esaustivo, ma in stretta connessione con la storia della cultura. Anzi, proprio la "conoscenza documentaria" implica quella pluralità dei metodi di indagine sottolineata nella lettera a Von Simson".

[9] Publicado originalmente como *The History of Art*, publicado em 1953 na obra *The Cultural Migration: The European Scholar in America*, editada por W. R. Crawford. O texto foi posteriormente republicado em 1955 em *Meaning in the Visual Arts* sob o título: *Three Decades of Art History in The United States – Impressions of a Transplanted European*.

encontrou na América do Norte a possibilidade de expansão do pensamento para além das fronteiras nacionais. Em adição, menciona que tal amplitude do pensamento permite que historiadores da arte se posicionem frente às expressões artísticas contemporâneas com o mesmo rigor científico que olha para o passado, argumentando que a "'distância histórica' [...] provou ser substituível pela distância cultural e geográfica" (PANOFSKY, 1955, p. 329). A distância da Europa, que décadas antes poderia ser considerada uma fraqueza, se torna um atrativo, em sua perspectiva.

Um aspecto fundamental é a percepção de que o próprio Panofsky, em 1953, traça uma explicação para as mudanças em suas perspectivas e na própria história da arte, semelhante à que descrevemos anteriormente. Tanto a tradução cultural, quanto a tradução linguística são destacadas como centrais na trajetória pessoal e disciplinar:

> Talvez o maior lucro que o erudito estrangeiro poderia colher com sua transplantação era estar permanente e diretamente exposto a uma história da arte sem limitações provinciais no tempo e no espaço e poder tomar parte na evolução de uma disciplina animada por um espírito jovem de aventura. Além disso, era uma benção para ele entrar em contato – e, às vezes, em conflito – com um positivismo anglo-saxão que, por princípio, repudiava a especulação abstrata; tomar maior consciência dos problemas materiais (colocados, por exemplo, pelas diversas técnicas de pintura e gravação e os fatores estáticos na arquitetura) que na Europa tendiam a ser considerados como concernentes mais aos museus e escolas de tecnologia que às universidades; e, finalmente, mas não menos importante, ser forçado a se expressar, de qualquer modo, em inglês (PANOFSKY, 2014, p. 420).

Vê-se que, em sua concepção, a própria interlocução encontrada nos Estados Unidos, muitas vezes não-profissional, obrigou os intelectuais a se expressarem de maneira mais precisa e compreensível (PANOFSKY, 1955, pp. 329-330). Com isso, ficam evidentes que alguns dos elementos utilizados para explicar a profunda mudança na produção de Panofsky, especialmente no que tange ao seu método iconográfico e iconológico, são frutos de uma análise do próprio autor ao refletir sobre os vinte anos que passara naquele país, até então.

Sendo assim, visando a abarcar as nuances de um método tão difundido disciplinar e intelectualmente, propõe-se um novo percurso analítico. É necessário traçar histórias pluralizadas da iconologia, tendo em vista que esta foi recebida, interpretada e aplicada de maneiras distintas em diferentes comunidades acadêmicas ao redor do mundo e em diferentes momentos do tempo. Sob essa premissa, uma leitura amplificada das múltiplas manifestações em torno de uma ferramenta

disciplinar, neste caso o método iconológico, pode proporcionar um novo entendimento das especificidades de suas histórias locais.[10]

Dessa maneira, concluímos que a identificação dos modos explicativos frequentes para a transformação do método e daquilo que se tornou a iconologia é apenas o primeiro passo. O estudo das transformações no método iconológico de Panofsky implica uma revisão de seus escritos, de seus círculos intelectuais, bem como de seus intérpretes. Será possível, assim, repensar usos e funções de um legado intelectual, sem desconsiderar as disputas institucionais que acarretava. Além das transformações externas, é importante examinar as transformações internas do método no curso da sistematização proporcionada pelo autor e pelos intérpretes de sua obra. Erwin Panofsky e seu esquema metodológico permanecem em uso recorrente na academia da atualidade. Essa permanência esquemática permite propor que as perspectivas filosóficas sobre a natureza e a interpretação de obras de arte, deram lugar a um modo de operação que difundiu publicamente sua obra. Portanto, é significativo ultrapassar o esquema para, através dele, iniciar o rastreamento das trajetórias constitutivas do método.

Referências bibliográficas:

CASTELNUOVO, Enrico & GHELARDI, Maurizio. 97 Battle Road. In: PANOFSKY, Erwin. **Il significato nelle arti visive**. Turim: Piccola Biblioteca Einaudi, 2010.

ELSNER, Jas & Lorenz, Katharina. The Genesis of Iconology. **Critical Inquiry**, v. 38, n. 3, 2012, pp. 483-512.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HART, Joan. Erwin Panofsky and Karl Mannheim: A Dialogue of Interpretation. **Critical Inquiry**, v. 19, n. 3, 1993, pp. 534-566.

[10] A perspectiva de uma leitura amplificada para este caso surge em acordo com a abordagem de *distant readings* conforme encontramos em Pomata (2014). Ao analisar o caso, Pomata sugere essa leitura amplificada para explorar as raízes do caso médico enquanto gênero epistêmico. Vale destacar que, no caso desta pesquisa, a pluralização das histórias de uma ferramenta ou prática do conhecimento diz respeito aos seus usos e efeitos imediatos e subsequentes às publicações, e não à uma busca por suas origens.

HOLLY, Michael Ann. **Panofsky and the Foundations of Art History**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1984.

LEVINE, Emily J. The Other Weimar: The Warburg Circle as Hamburg School. **Journal of the History of Ideas**, v. 74, n. 2, 2013.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais** (Trad. Kneese & Guinsburg), 2014.

PANOFSKY, Erwin. **Meaning in the Visual Arts**. Garden City: Anchor Books, 1955.

PANOFSKY, Erwin. On the problem of Describing and Interpretating Works of the Visual Arts (Trad. ELSNER, Jás & LORENZ, Katharina). **Critical Inquiry**, v. 38, n. 3, 2012, p. 467-482.

PANOFSKY, Erwin. **Studies in Iconology**: Humanistic Themes In the Art of the Renaissance. Nova York: Oxford University Press, 1939.

PANOFSKY, Erwin. Zum Problem der Beschreibung und Inhaltsdeutung von Werken der bildenden Kunst. In: KAEMMERLING, Ekkehard (Ed.). **Ikonographie und Ikonologie:** Theorien - Entwicklung – Probleme. Köln: DuMont, 1979.

POMATA, Gianna. The Medical Case Narrative: Distant Reading of an Epistemic Genre. **Literature and Medicine**, v. 32, n. 1, 2014, pp. 1-23.

Temporalidades

Artes visuais como ferramenta de inteligibilidade para o conhecimento histórico: análises sobre o tempo nas obras de Tiago Sant'Ana[1]

Visual arts as an intelligibility tool for historical knowledge: analysis about the time in the works of Tiago Sant'Ana

Ligia Kalina Domingueti Faria
Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
kalinastyles@yahoo.com.br

Recebido: 28/04/2023
Aprovado: 17/07/2023

Resumo: Esse artigo procura compreender como as artes visuais brasileiras contemporâneas são fontes de inteligibilidade para o conhecimento histórico, indo contra uma corrente presente na História da Arte que tende a tratar as imagens exclusivamente como fontes documentais. Para fundamentar a argumentação e demonstrar a possibilidade desse movimento, são utilizadas obras do artista visual baiano Tiago Sant'ana, produzidas entre 2017 e 2019, que dialogam com o tempo presente e o passado brutalizador da colonização.

Palavras-chave: artes visuais; tempo; Tiago Sant'Ana.

Resumen/Abstract: This article seeks to understand how contemporary brazilian visual arts are sources of intelligibility for historical knowledge, going against a current in Art History that tends to treat images exclusively as documentary sources. To substantiate the argument and demonstrate the possibility of this movement, works by the bahian visual artist Tiago Sant'ana, produced between 2017 and 2019, are used, which dialogue with the present time and the brutalizing past of colonization.

Palabras clave/Keywords: visual arts; time; Tiago Sant'Ana.

[1] Esse artigo foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa "A história como sutura. Artes visuais e significações do passado no Brasil e em Portugal", coordenado pela professora Ana Paula Sampaio Caldeira e financiado, com uma bolsa de Iniciação Científica, pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG.

Introdução

A história da arte está sempre a recomeçar. O discurso histórico está sempre a recomeçar. Tais lições, aprendidas com o filósofo Didi-Huberman, serão o nó que prenderá o caminho deste artigo, que buscará compreender como as artes visuais brasileiras contemporâneas são formas e fontes de inteligibilidade para o conhecimento histórico, dando um foco específico para a questão do tempo e como ele aparece e é construído nessas artes - porém, reconhecendo que para abordar esses tópicos terei que reforçar que a história da arte e o discurso histórico estão sempre a recomeçar, uma vez que a forma de análise das obras e a forma da compreensão do conhecimento histórico presente nelas vão contra uma corrente de pensamento que foi hegemônica no discurso histórico e na escrita da história. Os trabalhos selecionados para a análise fazem parte de uma série do artista visual baiano Tiago Sant'Ana, que trazem o açúcar como elemento constitutivo da narrativa presente nas obras - açúcar este que esteve presente na construção de estratificação social da sociedade brasileira, onde o trabalho de pessoas negras e escravizadas gerava esse produto na chaga colonial brasileira.

A história da arte no sentido moderno da palavra "história", no seu modelo "científico", nasce a partir do alemão Winckelmann, que parece construir algo como um método histórico de análise, crítica e comparações, superando o simples colecionar e admirar obras (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.15). Didi-Huberman, em seu livro "A imagem sobrevivente" (2013), aponta que, apesar da inovação de método, a história que interessava à Winckelmann era a das coisas passadas, das coisas falecidas, o que faria surgir, portanto, uma história da arte que seguisse o modelo temporal de grandeza e decadência, um modelo biológico. Também se tratava de uma história da arte que se preocupava com a "essência" da arte - ou seja, preocupava com o que seriam os "belos objetos", seguindo uma norma estética. Importante notar que essa metodologia da história da arte ia caminhando junto também com uma metodologia da história enquanto disciplina, onde parecia haver uma tentação permanente de polir o passado, buscando encontrá-lo num estado que, na verdade, nunca existiu.

Didi-Huberman aponta como surge uma história da arte complexa, contraditória, em que não se deve apenas admirar e julgar artes de acordo com o gosto, mas onde a norma estética persegue a narrativa histórica. Aponta também como esse tempo dado para as imagens, o tempo da "vida" e da "morte", da ascensão e decadência, é um tempo limitado, que não leva em conta a complexidade

temporal presente nas imagens. Essa história da arte contraditória se estabelece como disciplina "científica" que acaba por se parecer tão sólida, que não conseguimos ver com clareza quais heranças somos devedores em tal mundo de pensamento (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.22). Assim, uma tradição sobre a metodologia da história da arte vai se construindo e se estabelecendo, desconsiderando autores que viriam propor outras visões, como Aby Warburg, Walter Benjamin e Carl Einstein. A história da arte como "disciplina humanista", diz Didi-Huberman (2015, p.195), continua hoje, globalmente, sendo o que foi nos círculos acadêmicos do século 16: uma história-calendário, "a crônica servil dos campeões" da arte, sustentada por um "vago esteticismo" e uma "psicologia anedótica" que reduz toda a história a um romance familiar.

Ao longo desse artigo procurarei, portanto, evocar justamente esses autores que foram desconsiderados, com auxílio das leituras feitas destes pelo filósofo Didi-Huberman, diante uma hegemonia para pensar sobre os recomeços que estes propuseram não apenas para a história da arte, mas também para o conhecimento histórico no todo. Autores que ajudam a pensar a imagem não mais como um objeto encerrado em sua própria história, mas como o ponto de encontro dinâmico de instâncias históricas heterogêneas e sobredeterminadas (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.41). Autores que com suas propostas permitem uma outra história da arte senão aquela fundada por Winckelmann e reiterada ao longo dos anos. E justamente por procurar uma história da arte outra, que permite pensar a imagem, as artes visuais, não como esse objeto encerrado, mas sim um objeto que abriga um tempo complexo, compreendo a possibilidade das obras de arte como instrumentos de inteligibilidade do conhecimento histórico. Ora, Ivan Jablonka no seu recente livro "A história é uma literatura contemporânea" diz:

> Falei, neste livro, do encontro entre ciências sociais e literatura. Seria preciso escrever outro para evocar as artes visuais e o cinema. Mas a ideia está lançada: não somente ousar novas experiências, mas projetar em mil suportes as ferramentas de inteligibilidade que nossos antecessores forjaram e que nos são importantes. Virá um tempo em que não parecerá maluco incarnar o raciocínio histórico em uma exposição de fotos, em uma HQ, em um jogo de videogame, em uma peça de teatro (JABLONKA, 2021, p.400).

Sendo assim, adoto a ousadia de novas experiências e procuro nas obras de Tiago Sant'anna retirar reflexões acerca do tempo. Ressalto novamente que as artes visuais contribuem para a inteligibilidade de fenômenos reais, mas é o raciocínio histórico que, em última instância, a comanda

(JABLONKA, 2021, p.254). Assim, entendemos que as observações de Jablonka para a ficção podem ser válidas também para as artes visuais:

> Essa constatação incita a considerar a ficção de outra forma, não como uma representação (ainda que fosse de um realismo espantoso), mas como uma operação cognitiva. A ficção deixa de ser uma imitação, um desdobramento de um "dado" que chamamos de real ou de história, mas uma ferramenta que ajuda a construir um saber acerca do mundo. Em vez de considerar, como na teoria do reflexo, que os fatos disponíveis são retomados pelo romance, pode-se supor que certas ficções participam de um raciocínio capaz de estabelecer fatos (JABLONKA, 2021, p.254).

Há, portanto, uma preocupação de tirar as imagens como simples documentos para a História e trazê-las como suportes de reflexões teóricas. Trabalhar com as imagens dessa forma é trabalhar em cima de uma história da arte recomeçada, onde esta é capaz de inventar "novos objetos originários", capaz de criar turbilhões, fraturas, rasgos no próprio saber que ela tem por tarefa produzir, como explicita Didi-Huberman (2015, p.96). Seguindo as reflexões do filósofo francês, esse movimento de recomeço da história da arte é também um movimento "a contrapelo", como reivindicava Walter Benjamin:

> Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Pois, ora, se considerar a história "a contrapelo" é reverter o ponto de vista, apostar num conhecimento vindo pela montagem, tendo feito do não saber (a imagem ressurgente, originária, turbilhonante, intermitente, sintomal) (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.132), e também apostar no conhecimento produzido pelos vencidos, é uma forma de subverter a história hegemônica, ir contra a corrente da versão oficial da história. É uma forma também de atender o recomeço proposto por Carl Einstein, onde o ponto de vista estético (que, segundo o mesmo, isola a obra de seus

procedimentos próprios e do conjunto da história) deveria ser criticado e substituído por uma teoria capaz de identificar, nas obras de arte, não o que está "destinado a adular a sensibilidade", mas o que faz dela um "conhecimento" fundamental - um conhecimento entendido aqui à maneira de uma antropologia filosófica (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.191). Também, ainda de acordo com o proposto por Carl Einstein, ultrapassar a questão estética das obras é também compreender de como estas são capazes de modificar a realidade e o aspecto do mundo - como a obra de arte destrói ou ultrapassa determinada concepção do mundo, sendo essa metodologia uma tentativa de uma sociologia, uma etnologia da arte, em que a obra não seria mais considerada como um fim em si, mas como uma força viva e mágica (EINSTEIN, apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 192).

Assim, indo contra uma corrente que costuma tratar as imagens apenas como fontes que darão respostas para fatos históricos, onde há uma busca em obras de artes para compreensão de determinados períodos históricos, ou então busca analisar uma obra a partir de características estéticas, procuro aqui fazer um outro movimento: entender como obras de artes auxiliam os historiadores a pensarem questões que são questões teóricas históricas. Para fundamentar minha argumentação e demonstrar a possibilidade desse movimento, usarei especificamente as obras da série "Refino" e da série "Sapatos de açúcar" de Tiago Sant'ana, produzidas entre os anos 2016 e 2019.

Impulso Historiográfico

Tiago Sant'Ana é artista visual, baiano e negro, e seus trabalhos envolvem as tensões e representações em torno das identidades afro-brasileiras, abordando temas que perpassam o passado da brutalidade colonizadora, trabalhando, portanto, com dinâmicas que mexem com a história, a memória e o tempo. Tiago Sant'Ana nasceu em 1990, inicia sua graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em 2008, fazendo parte de uma geração que entrou na universidade pública num contexto de elaboração e construção da lei de cotas - que impactará na produção intelectual negra acerca de temas como o Brasil colonial e a escravidão. Esse impacto, vale notar, merece um estudo mais aprofundado, visto a falta de produção acadêmica sobre o tema. Mestre e na presente data doutorando pela Universidade Federal da Bahia, sendo o primeiro título obtido através de pesquisas acerca da cena queer brasileira, e o último sendo construído com o

título "Casa de purgar - o açúcar como catalisador das relações raciais na Bahia: cruzamentos entre arte, memórias, territórios, subjetividades e religiosidades" - tema que é caro para a construção deste artigo. Na cena da arte, além de suas produções visuais, Tiago também é curador - o que ele ressalta em entrevista que também é uma forma de produção de arte. Também, carrega uma bagagem de prêmios importantes, como a bolsa de fotografia ZUM com o Instituto Moreira Salles, em 2021, o prêmio Soros Arts Fellowship, em 2020, e também foi indicado ao prêmio PIPA - que é um dos prêmios mais relevantes brasileiros de artes visuais no Brasil - em 2020 e em 2023. Assim, situo o artista em uma posição de relevância e de reconhecimento no cenário das artes visuais brasileiras.

Segundo a historiadora e curadora Lilia Schwarcz,

> A arte de Tiago Sant'Ana faz política com estética, com a força das formas, a potência libertadora do negro insubmisso, com o branco do açúcar para exportação e o comércio da mão de obra escrava que atravessou. (...) Tiago Sant'Ana borra propositadamente temporalidades, transformando o simbolismo em metáfora; o sofrimento em potência que por sua vez vira poesia e arte. (SCHWARCZ, 2018).

Esse jogo com as temporalidades encaixa naquilo que a artista Giselle Beiguelman (2019) irá chamar de impulso historiográfico - um movimento que surge em confrontos com imagens do poder estabelecido com obras que problematizam a monumentalização da história. Esse movimento conta com artistas historiadores, que como a mesma autora classifica, são aqueles que procuram fazer com que memórias e documentos, muitas vezes perdidos ou apagados, tornem-se visíveis e legíveis, fomentando uma contramemória. Essa ação pode ser compreendida como uma ação de subversão, uma ação a contrapelo, uma ação que muda a hierarquia da partilha do sensível.

Jacques Rancière (2009, p.15-17) apresenta a partilha do sensível como a existência de um comum partilhado e partes exclusivas, onde a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. Um momento na história da arte parece subverter essa lógica hierárquica, onde há modo de ser sensível próprio aos produtos da arte. Esse momento será chamado pelo filósofo de regime estético das artes, momento onde há uma reinterpretação daquilo que a arte faz ou daquilo que a faz ser arte, onde há uma destruição dos limites de como a partilha do sensível funcionava, e com isso, uma subversão das hierarquias. Isso pois, não mais uma política ou

uma norma estética guia o que pode ser visto ou deve ser visto, mas sim um momento onde o artista toma para si a partilha, participando e estando nos espaços das discussões públicas.

Tiago Sant'ana parece construir uma historiografia outra, como um espaço-temporal inconsciente no qual os conteúdos reprimidos de maneira disruptiva e as diferentes práticas se mesclam em constante atrito (BEIGUELMAN, 2019, p.32). Ao tratar de um passado ancestral seu, ele subverte uma historiografia hegemônica que por muito tempo olhou apenas para os heróis nacionais, tratou a história de forma machista e racista, dando aos negros um caráter dócil. Ele subverte a hierarquia política, toma para si a sua parte na partilha do sensível, toma para si a palavra, passa a participar das discussões públicas. E também, provoca fraturas simbólicas subversivas que confrontam uma totalidade simbólica autoritária, expõe fraturas históricas, não apenas para expô-las, mas sim para trabalhar por meio delas, propondo novas cadeias de sentido político (Ibid, p.40).

Um ponto de interesse aqui é ressaltar as aproximações das práticas de artistas que fazem parte dessa corrente do impulso historiográfico com as práticas de historiadores. Isso pois, ora, para além de tratarem de temas que são caros para a história, e para além de permitirem reflexões sobre conceitos que fazem parte da categoria histórica, o trabalho desses artistas também envolve mexer com fontes e documentos. Artistas contemporâneos brasileiros que conversam e partilham de espaços com Sant'Ana, como Rosana Paulino, Gê Viana e Bianca Turner, chamam cada vez mais atenção por trazerem na sua prática um trabalho de arquivo, trazendo imagens que são consideradas canônicas, arquivos de revistas e jornais, etc. Esses arquivos, como aponta bem Albuquerque Júnior (2013, p.12), são arquivos que não são apenas da ordem do racional, uma vez que emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador/artista, se tornam dignos de eleição ou não. São arquivos que para esses artistas mostram sua potencialidade de tensionar o debate público e serem dignos, portanto, de estarem em suas artes. Uma forma que o arquivo aparece nas obras de Sant'Ana, Rosana Paulino e Gê Viana, é como permissão de imaginar aquilo que não pode ser verificado, aparece como uma narrativa outra de um passado irrecuperável, aparece como a possibilidade de uma História contra o arquivo (HARTMAN, 2020, p.30). Ora, quando Gê Viana em "Atualização traumática de Debret", faz colagens sobre imagens de Debret representando não mais o escravizado sendo torturado, mas sim festejando, ela faz uma história contra o arquivo. Dessa forma, para além do simples trabalho com o arquivo e com os documentos, que parece, portanto, aproximar o artista do

historiador, o tratamento com estes parece ser aquele que vem sendo reivindicado na historiografia recente. Um tratamento para com os arquivos que seja o de enxergar nestes promessas de novos sentidos, restos que podem vir a ter sentido pelo presente, restos de vidas, de um passado, de experiências e lamentos. É um tratamento que ajuda a questionar a história oficial que defende o status quo.

O tempo e a dialética

Giselle Beiguelman (2020, p.8) ao discorrer sobre o impulso historiográfico, aponta que as artes historiográficas produzidas são tanto uma meta-história, no sentido de organizar uma narrativa que explica seus procedimentos e representações, como uma Nova História, por ser menos preocupada com origens absolutas do que com tempos vividos múltiplos. A noção de Nova História e os tempos vividos múltiplos aqui dialogam com a dialética das imagens. Ora, as obras produzidas por artistas historiadores estão dialogando com tempos múltiplos. Com o tempo de agora, pois a imagem, como nos lembra Didi-Huberman (2013, p.40) não deve ser dissociada do agir global de uma sociedade nem do saber próprio de uma época, e porque a produção e os temas que surgem nelas surgem do "agora", de um estado de nossa experiência presente de onde emergem, entre o imenso arquivo de textos, imagens ou testemunho, um momento de memória e de legibilidade (DIDI-HUBERMAN, 2019, p.22). Dialogam também com um passado, seja ele da escravidão, da colonização, de regimes militares.

O Brasil é marcado pelas garras da colonização, do imperialismo, e disputas em torno desses temas se firmam cada vez mais - inclusive no campo das artes. Artistas negrodescendentes têm angariado atenção no mundo da arte questionando cânones e regras a regerem processos de legitimação, circulação e visibilidade na arte brasileira (MARCONDES, 2020, p.375) - o que é o caso de Tiago Sant'ana. O artista é atraído por dois momentos da história do Brasil vinculado à colonização: a escravidão africana e os impasses do processo da abolição, sendo esse primeiro momento, que parece distante no tempo, convertido em objeto presente, reciclado na violência que a juventude negra é submetida, pelo racismo estrutural da sociedade brasileira (BEILGUEMAN, 2020, p.32). Suas obras encenam a luta de classes entre o refinamento dos espaços de moradia dos latifundiários da economia canavieira e a brutalidade do trabalho escravo de origem africana (Ibid,

p.34). Suas obras têm principalmente o açúcar em sua composição, a cor branca (simbolicamente importante para religiões de matriz africana) e a cor azul.

> Tiago trabalhou com os engenhos de açúcar e o gosto agridoce do produto. Doce por causa dessa verdadeira mania, que, ainda no século XVIII mudou hábitos alimentares e o comércio mundial. Azedo por causa do agrume da escravidão, que fez do Brasil um lugar central nas histórias afro-atlânticas que se iniciaram a partir do século XVI. Nesse caso, o açúcar invade a tudo, e sobrevive aos engenhos outrora grandiosos do Recôncavo, que agora guardam apenas uma estrutura corroída pelo tempo. Entre o negro dos escravizados e o branco do produto agrícola surge uma sinfonia estranha, que mistura poder, hierarquia e decadência. O branco do açúcar não lembra mais pureza, e sim a violência desse sistema que supunha a posse de uma pessoa por outra (SCHWARCZ, 2018).

O trabalho de artistas negrodescendentes surgem quase como um processo de cura de um tempo sofrido, onde a revisão dos fatos históricos por um olhar dos elementos subalternizados permite recontar os fatos, trazer novos entendimentos do estar em sociedade, faz com que haja uma revisão das regras estabelecidas por aqueles desde 1500 vêm ocupando os status sociais mais elevados e atuando para a manutenção de hierarquias em diálogo com o projeto colonial (MARCONDES, 2020, p.381).

"Refino" é o nome recebido de uma série de obras do artista baiano. Darei atenção aqui para quatro delas: "Refino #2", "Refino #3", "Refino #4" e "Refino #5", produzidas entre 2017 e 2019. Importante notar que o contexto de produção dessas obras é um Brasil dominado por discursos fascistas e racistas, com a ascensão de Jair Bolsonaro e meios de (des)comunicação como Brasil Paralelo, que colocavam em jogo questões como: não existe racismo no Brasil, negros fazem racismo consigo mesmo; os portugueses tiveram um papel crucial para acabar com a escravidão; ou então, a colonização foi algo bom para o Brasil.

Refino #2 (2017) se trata de uma obra realizada no antigo Engenho de Oiteiro, construção do século XIX, localizado na cidade de Terra Nova, no Recôncavo da Bahia - região onde o artista nasceu. Sant'ana, em participação do Festival Zum de 2022, na palestra "Estranhando a História do Brasil", diz que a performance vem de uma inquietação de tentar recontar uma história sobre outro ponto de vista, de repensar aquele lugar. Como artista historiador, que trabalha com documentos e fontes, Sant'ana diz que em 2017 encontrou um inventário feito pelo governo do estado da Bahia, e que nesse inventário possuía um volume sobre o Recôncavo onde tinha registros sobre patrimônios

culturais com relevância para o patrimônio artístico e cultural da Bahia - e a maioria desses registros eram de engenhos de açúcar. O inventário em questão foi produzido na década de 1970, e a partir de 2017 o artista passou a visitar esses lugares por um incômodo de notar que o patrimônio cultural era apenas "pedra e cal". Segundo o artista, o dado humano, o dado da crueldade, o dado sobre quem movia os moinhos dos engenhos, não era registrado. A partir disso, Sant'ana faz suas obras através de vídeos, performances e fotografias nesses lugares para propor um outro registo para além da "pedra e cal", mas um registro do invisível, um registro do que aquele lugar sussurra.

Em "Refino #2", uma cascata de açúcar, como se estivesse saindo do próprio engenho, cai sob corpo de Sant'ana. Cascata ininterrupta que acaba criando uma espécie de véu em torno do artista, um véu de cor branca que quase torna invisível o artista, mas que não o consegue apagar completamente. Esse aspecto é interessante por nos remeter ao próprio movimento que a historiografia dada como oficial fez e também o próprio sistema colonial: a tentativa de um apagamento do negro, uma tentativa de apagamento da escravidão - posta como algo que aconteceu na história do Brasil, naturalizada no curso da história, e não problematizada. Uma tentativa de apagamento do sujeito, que se torna parte de uma máquina. Uma normalização da violência - a escravidão afetou pessoas, individuais, e não apenas massas, não apenas números. Me parece que Tiago mostra a partir dessa obra uma tentativa de apagamento que não é completa. Não é completa porque não há de ser. Não há como apagar uma história que envolve sujeitos complexos, uma história que possui uma ação resistente. O véu de açúcar aparece tentando apagar, mas não consegue. Outro aspecto interessante é a forma que Tiago se encontra: sem camisa e com uma calça branca - cor simbólica para o candomblé por simbolizar o resguardo dos filhos dos Orixás de coisas ruins. Interpreto a escolha de Tiago para essa cor, além de ser pontuada como uma cor sagrada por ele mesmo, como o simbolismo, a proteção sua contra o açúcar, que foi motivo de morte e escravidão.

Em Refino #3 e Refino #4 (2017), Sant'ana continuará a usar o açúcar como elemento constitutivo, mas dessa vez irá trabalhar sob obras de Jean-Baptiste Debret, onde é registrado o trabalho negro nos sistemas coloniais. Novamente entrando na corrente do impulso historiográfico, Sant'ana revisita obras que são tomadas como cânones na história para criar fraturas sobre elas. Debret, artista francês, participante da Missão Francesa em 1816, teve uma importância inegável na elaboração do imaginário que contribuição o processo de "invenção do Brasil" e de "construção da

civilidade pela estética" numa perspectiva eurocêntrica (ALVES, 2020, p.7). Em Refino #3, obra também registrada em vídeo, acontece um primeiro movimento: sob um livro aberto com as obras "Calceteiros" e "Engenho manual que faz caldo de cana", ambos trabalhos do artista francês que demonstra escravizados trabalhando, se vê açúcar refinado caindo como chuva. Caindo e apagando aquilo tudo aquilo que se vê. Em Refino #4, por outro lado, um movimento contrário é feito. Com uma colher, o açúcar vai sendo retirado, revelando novamente as imagens de Debret no livro.

Sant'ana ao fazer esse movimento, insiste na necessidade de revisitar, estranhar e interferir na historiografia brasileira. As obras escolhidas trazem pessoas escravizadas realizando trabalhos braçais, como fazer um engenho funcionar e fazer calçadas nas ruas. As anotações de Debret sobre esses contextos parecem naturalizar uma condição forçada, como aparece nas anotações sobre "Engenho manual que faz caldo de cana":

> A simplicidade do mecanismo deste pequeno modelo, exige um negro a mais, colocado atrás da máquina para repassar a cana, já esmagada pelo primeiro cilindro, no segundo o qual a esmagará mais uma vez. (...) Nas grandes moendas, o segundo negro é substituído por cilindro a mais, colocados de maneira a forçar a cana a passar entre os últimos rolos que acabam de esmagá-la, recolocando-a para o lado em que fora introduzida. (...) O mais inteligente dos negros é encarregado de introduzi-la entre os cilindros a de retirar o bagaço, que ainda cheios de suco é aproveitado na alimentação de cavalos e bois, pois fortificam e engordam em pouco tempo. (DEBRET, 1971, p.20).

Ora, Debret é um estrangeiro em terras brasileiras, representa a realidade diante de seu olhar eurocêntrico, mas ainda sim, essas obras são tomadas como representações da realidade colonial. São usadas e canonizadas, estampadas em livros didaticos, usadas como materiais iconográficos sobre a escravidão. Em Refino #3 o açúcar aparece numa tentativa de apagar a reprodução da violência e sua naturalização, no segundo momento, ele sai de cena e o ato de escavar/revelar aparece como principal. Esse movimento provocativo de esconder e depois revelar também aparece na necessidade de trazer um olhar outro para a historiografia. Um movimento contrapelo.

As últimas obras a serem analisadas são "Refino #5 (Pés)" e "Sapatos de açúcar", ambas produzidas em 2019. Os sapatos são objeto de atenção do artista para a construção dessas obras. Em "Refino #5 (Pés)", Sant'ana continua tendo como pano de fundo obras de artistas europeus que retratam os escravizados brasileiros - sendo aqui os artistas usados Debret e Rugendas. Algumas das obras desses artistas apresentam pessoas negras escravizadas de forma dócil, bucólica e organizada.

O artista cobre as obras selecionadas com açúcar, deixando descoberto apenas os pés - que são retratados descalços, uma vez que no período colonial do Brasil os escravizados tinham a impossibilidade de serem calçados.

> Na segunda série, "Refino #5 (Pés)", vemos pés descalços retirados de gravuras coloniais oitocentistas. Detalhes das aquarelas dos viajantes europeus, que descreveram o Brasil de maneira sempre idealizada, sem violência, mas com muita hierarquia, ganham agora o primeiro plano. Se nas ilustrações os pés descalços somem como detalhes desimportantes, aqui eles merecem lugar de destaque. Pés alongados, com dedos separados, surrados, sempre negros aparecem pisando a terra das ruas, o solo das casas grandes, ou o sisal de que são feitas as esteiras das senzalas. Novamente pés dialogam, de forma ruidosa, com o açúcar que dessa vez cristaliza em volta dos detalhes das gravuras, quase que compondo uma moldura. Uma moldura doce para uma imagem amarga. (SCHWARZ, 2018).

Em "Sapatos de açúcar" uma série de fotografias são feitas em torno de sapatos esculpidos de açúcar. Sant'ana, vestido de branco, segura os sapatos nas mãos. Fotografias são feitas perto do mar. Se em "Refino #5" é mostrado os pés descalços, em "Sapatos de açúcar" é posto em questão justamente esse símbolo precário de libertação. Alforriados, quando libertos, compravam sapatos - uma conquista de sair da condição de escravizado. Ainda sim, diante dos inúmeros obstáculos postos para os libertos, com a perpetuação do racismo, o sapato aparece como um símbolo frágil. Tiago mostra essa tensão entre o símbolo frágil, mas ainda sim um símbolo de conquista, ao criar sapatos de açúcar e tensiona-los diante do mar. Açúcar que pode ser dissolvido em água, mas que ainda sim deve ser protegido. O mar, travessia de navios negreiros, onde almas foram roubadas, destruídas, onde povos conviveram com os seus mortos, é tratado em diversas obras literárias e cinematográficas, como o premiado filme "Atlantique" (2019), de Mati Diop. É interessante refletir como Tiago escolhe esse lugar para ser o lugar que será tensionado o seu símbolo de liberdade. Um lugar onde as almas foram roubadas. Daniel Faria, em seu artigo "Oceano sem lei. A história do Brasil vista do porão do Navio Manaus" (2021), trabalha a questão do oceano, do mar, e a sua representação na literatura brasileira. Tomo algumas reflexões do autor para pensar sobre a presença da água na fotografia. Faria pontua como o mar aparece frequentemente como o palco traumático de um futuro ameaçador - um futuro, porque o trauma é antes de tudo um acontecimento violento de um passado que está sempre por vir, repetindo-se (2021, p.853). Assim, interpreto que a escolha de Tiago pode ter sido feita pensando justamente nesse espaço traumático que recalca, pois, ainda a

liberdade da população negra não é efetiva em razão de um passado que assombra políticas públicas, pensamentos sociais. Assim, penso que o mar aparece como esse espaço que está pronto para dissolver a liberdade representada pelos sapatos de açúcar, justamente por representar o retorno do trauma.

As obras de Sant'ana evidentemente exalam temas que perpassam discussões historiográficas, que tratam sobre períodos da história brasileira traumáticos. Mas para além de reconhecer esse potencial nas obras de arte, vejamos o que elas nos podem trazer com relação a reflexões sobre tempo e memória. Reconhecendo que Tiago Sant'ana dialoga com o regime estético das artes, onde há uma subversão na partilha do sensível, ressalto que, segundo Rancière (2009, p.37), nesse regime há uma temporalidade própria, que é a de uma co-presença de temporalidades heterogêneas. Não se trata mais de olhar para o tempo como uma linha única, onde há um passado concluído, desaparecido do nosso horizonte - onde as coisas já tiveram seu tempo. Não, não se trata mais disso, mas sim de reconhecer que o passado sobrevive, ou então:

> Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética - não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta (BENJAMIN, 2006, 504).

Ora, como posto por Didi-Huberman de forma poética (2015, p.123), o leito da história é complexo, não cristalino, semelhante a um monte de trapos, portanto não se deve olhar para o tempo e tentar ver nele uma linha progressiva. E a imagem, por seu caráter de comportar as múltiplas temporalidades, nos serve para compreender esse tempo outro no qual Walter Benjamin e Aby Warburg, reivindicavam. O passado se torna legível, conhecível, quando as singularidades aparecem e se articulam dinamicamente umas com as outras - pela montagem, escrita, e também pelas imagens (DIDI-HUBERMAN, 2019, p.20).

Pensemos então as obras do artista baiano: todas obras dialogam com o passado violento da colonização, mas todas feitas no presente. Obras feitas a partir de urgências do presente, a partir de necessidades de visitar as sobrevivências de um passado que deixa marcas em corpos racializados, a partir de urgências de trazer essas sobrevivências à tona para promover a reflexão, o diálogo, acerca das persistências. Como pontuado por Beiguelman (2019, p.32), frequentemente em suas obras,

Sant'ana estabelece um jogo dialético entre o período colonial e o contemporâneo, que se explicita no gosto agridoce que confere ao açúcar e entre as técnicas e os estilos da história da arte. Em "Sapatos de açúcar" isso se evidencia: o sapato feito de açúcar, aquilo que era gerado através de trabalho forçado e sem liberdade, é o objeto valioso. Ainda que frágil, valioso por carregar o simbolismo da liberdade que era experimentada minimamente pelos escravizados que eram libertos. Obra que se dialoga com o presente: após mais de um século, negros ainda possuem sua liberdade restringida, uma vez que, mesmo com os avanços feitos com relação a lei de cotas, políticas afirmativas, o racismo ainda persegue corpos racializados - segundo Ramos (2022), em 2021, 65% das vítimas em estados analisados (Bahia, Ceará, Maranhçao, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo) eram negras.

De forma semelhante, as obras da série "Refino" também trazem questões presentes a partir de um passado. Falam sobre a valorização de espaços no presente que no passado foram lugares de horror, falam sobre o apagamento de corpos que esses lugares fizeram - e que geraram consequências que continuam apagando estes. Falam sobre obras violentas que são valorizadas, obras violentas que criaram um imaginário que persiste no presente. Tiago Sant'ana dialoga com um passado sequestrado, como ele persiste no presente e como ele dialoga com a realidade vivida por aqueles que sofrem devido a esse sequestro.

Abrir os olhos sobre um acontecimento histórico não significa captar um aspecto visível que o resumiria como um fotograma, abrir os olhos sobre a história significa temporalizar as imagens que nos restam dela (DIDI-HUBERMAN, 2019, p.31). Assim, vejamos que Sant'ana faz com que não só o passado aparece como um fotograma, como algo finalizado, mas como algo que que encontra o presente - se firmando assim, como uma imagem dialética, que é o ponto de encontro entre o anacronismo da imagem e a historicidade de que emerge (DA COSTA, 2009, p.88).

Compreendo que o tempo que emerge nas obras de Sant'ana também dialoga com a memória, pois é ela quem decanta o passado de sua exatidão, ela quem configura o tempo, entrelaça suas fibras, assegura suas transmissões, devorando ao passado uma impureza essencial (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.41). Ao trabalhar sobre obras de Debret, ou sobre engenhos, o artista baiano faz um jogo contra-memória, criando faturas sobre aquela já estabelecida, mas também invoca a memória como constituinte de suas obras: só foi possível tratar de temas que perturbam o presente

diante de uma revista na memória formada sobre o período tratado. Daí emerge o anacronismo: só é possível voltar ao passado pelo presente de nossos atos de conhecimento.

Sobre a imagem

Diante das reflexões feitas sobre a obra de Tiago Sant'ana, procuro retomar aquilo que propus pensar: como as obras de arte nos ajudam a refletir questões de cunho histórico, como o tempo e a memória. A obra de Tiago abriga um tempo complexo, que dialoga com o passado, o presente, e o futuro - sendo estas, pontuo, não categorias separadas, mas sim dadas, produzidas, a partir de uma relação dialética entre elas mesmas. Assim, como Didi-Huberman afirma (2014, p.33-34), uma imagem resulta dos movimentos provisoriamente sedimentados ou cristalizados, portanto ficamos diante dela como diante de um tempo complexo.

Aby Warburg (1866-1929), historiador da arte, reconhece nas imagens a constituição de um fenômeno antropológico real, uma cristalização e uma condensação particularmente significativa do que era uma cultura num momento de sua história (Ibid, p.40).

> O modo de análise criado por Warburg nos coloca diante da imagem como algo que não se define apenas por um conjunto de coordenadas positivas (como autor, data, técnica, iconografia etc.). Uma composição visual é uma sedimentação de uma multiplicidade de movimentos históricos, antropológicos e psicológicos que começam e terminam fora dela. Não é um corte em uma linha do tempo, mas um "nó" de temporalidades. (...) Nessa perspectiva, a obra de arte não se deixa resolver tão facilmente pela história, apresenta-se antes como um "ponto de encontro dinâmico" de historicidades heterogêneas e sobredeterminação: relações com as múltiplas dimensões da vida, com os modos de agir, pensar ou crer, sem os quais toda imagem, segundo Warburg, perderia "seu próprio sangue". (GIOVANNI, 2014, p.349).

Assim como Warburg, Walter Benjamin reconhece na imagem essa complexidade, esse encontro dinâmico de historicidades heterogêneas, reconhecendo uma dialética presente nas imagens - imagens dialéticas, portanto. A imagem dialética pode ser compreendida como um campo reflexivo no qual a imagem possui uma amplitude cognitiva, histórica e de pensamento, sendo tratada como um campo de imagens aberto, sobreposto, multidimensional (DA COSTA, 2009, p. 88).

A imagem abrigando essas multiplicidades, abriga mais de um tempo. A imagem dialoga com o tempo em que foi feita, com o tempo que permitiu sua sobrevivência, com o tempo que a permitiu que fosse vista, fosse historicizada. A imagem é anacrônica, e assim, ela desmonta a história - coloca

a história diante daquilo que mais é temido por parte dos historiadores que seguem uma tradição positivista. O anacronismo aparece como um modo temporal de exprimir a exuberância, a complexidade, a sobredeterminação das imagens, sendo ele, portanto, necessário e fecundo (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.20). O passado parado em um ponto único não é suficiente para dar conta de todas as camadas que possuem determinado fato ou imagem. A data da produção de uma imagem não é o suficiente para compreender toda sua complexidade. O presente no qual a imagem é vista e analisada também não. A imagem reúne e faz explodir um conjunto de modalidades ontológicas contraditórias: de um lado, a presença, de outro, a representação; de um lado, o devir daquilo que muda, e, de outro, a estase plena daquilo que permanece (Ibid, p. 127). Pensemos então que, mais que tratar sobre o passado da colonização, mais que as questões contemporâneas do reflexo que esse passado produz no presente, o tempo em que foram produzidas as artes de Tiago, o tempo que permitiu que estas forem divulgadas, o tempo que garantiu a relevância destas, também fazem parte desse tempo complexo que permite ser refletido a partir das obras. A imagem produzida a partir de Tiago é uma imagem que nos permite pensar a dialética da sua mobilidade.

As obras de artes nos ocupam na medida em que elas contêm modos suscetíveis de modificar a realidade, a estrutura do homem e o aspecto do mundo (EINSTEIN apud DIDI-HUBERMAN, 2015, p.192). Ora, trazer um tempo outro é uma forma de modificar a realidade e a forma que lidamos com ela.

Conclusão

Nas últimas décadas, a historiografia tem se voltado sistematicamente a refletir sobre a questão temporal, devido, em parte, pelas profundas transformações que a sociedade contemporânea passa na sua relação com o tempo (TURIN, 2017, p,57). Parte das reflexões, na qual eu concordo, olham para o passado como fragmentos que surgem, que devem ser pegos em instantes de perigo, como Walter Benjamin aponta em suas teses sobre a história, e, diante desses fragmentos, devemos fazer uma leitura criativa para aumentar a visibilidade dos tempos, por meio dos detalhes, da combinação das temporalidades (PINTO, 2020, p.35), por meio das expressões poéticas do imaginário.

Diante disso, reconheço que Tiago Sant'ana e suas obras são formas de auxiliar nesse aumento de visibilidade dos tempos. Tiago Sant'ana faz um movimento de recomeço na história da arte. Um movimento onde não se olha mais para o estético produzido, mas sim para as múltiplas temporalidades que uma obra abriga, pelas reflexões possíveis tiradas delas. Um recomeço tal como proposto por Aby Warburg, onde a história da arte não segue mais um modelo natural de vida e morte, mas um modelo cultural no qual os tempos se exprimem por estratos, rizomas, complexidades específicas, sobrevivências e retornos (DIDI-HUBERMAN, 2013, p.25).

A obra do artista baiano segue um modelo dialético, um modelo onde os tempos conversam, se relacionam. A radical novidade dessa prática é que ela não parte dos fatos passados, tomados como uma ilusão teórica, mas sim do movimento que os relembra e os constrói no saber presente do artista historiador (DIDI-HUBERMAN, 2015, p.116). Essa novidade, assim como Carl Einstein reivindicava, traz a obra de arte como transformadora de visões de mundo, transformadora da realidade. Esse movimento deve ser apropriado na prática do historiador, e nada mais útil do que usar obras de artistas visuais contemporâneos - como Tiago Sant'ana, Gê Viana, Rosana Paulino, Tiago Gualberto etc., para refletir sobre esse tratamento com o tempo.

Referências bibliográficas:

ALVES, Patricia Maria Macedo et al. **O imaginário escravista em algumas imagens da obra de Debret**: possibilidades de leitura. 2020.

BEIGUELMAN, Giselle. **Impulso historiográfico.** São Paulo: Peligro Edições, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Tradução e coordenação: Willy Bolle. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ UFMG, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas.** Vol.1 Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1987.

DA COSTA, Luciano Bernardino. **Imagem dialética/imagem crítica**: um percurso de Walter Benjamin à George Didi-Huberman. Encontro de História da Arte, n. 5, p. 87-93, 2009.

DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos**: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. ArtCultura, v. 15, n. 26, 2013.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, 1816-1831**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução: Vera Ribeiro. Editora Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução: Vera Casa Nova, Márcia Arbex. Editora UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido**: o olho da história, 2. Editora UFMG, 2019.

FARIA, Daniel. **Oceano sem lei.** A história do Brasil vista do porão do Navio Manaus. Varia Historia, v. 37, p. 851-881, 2021.

GIOVANNI, Julia Ruiz Di. **Histórias de fantasmas para gente grande**. Revista Topoi, v.15, n.28, 2014.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos.** Revista ECO-Pós, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Tradução: Verônica Galíndez. Editora UnB, 2021.

MARCONDES, Guilherme. **Conexões de cura na arte contemporânea brasileira.** Arte & Ensaios, v. 26, n. 40, p. 375-391, 2020.

PINTO, Júlio Pimentel. **Do fingimento à imaginação moral**: diálogos entre história e literatura. Tempo, v. 26, p. 25-42, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2019v260102

RAMOS, Silvia et al. **Pele alvo**: a cor que a polícia apaga. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009. SCHWARCZ, Lilia. "Com açúcar e sem afeto", 2018. Disponível em: <https://www.simonecadinelli.com/critica-lilia-schwarcz>. Acesso em: 31 jan 2023.

TURIN, Rodrigo. **A polifonia do tempo**: Ficção, trauma e aceleração no Brasil contemporâneo. ArtCultura, v. 19, n. 35, p. 55-70, jul./dez. 2017.

Temporalidades

Documentário *Terra Cabocla*: os sons e as vozes remanescentes do Contestado[1]

Documentary *Terra Cabocla*: the remaining sounds and voices of Contestado

André Vinicio Bialeski Vieira
Mestrando em História
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
avbvieira125@gmail.com

Recebido: 29/03/2022
Aprovado: 12/04/2023

Resumo: O presente texto tem por intuito analisar os sons e as vozes presentes no documentário *Terra Cabocla* (2015) produzido por Márcia Paraiso. Marcada pela Guerra do Contestado (1912-1916), a região do planalto catarinense ainda tem como habitantes os descendentes dos sujeitos que lutaram nesse conflito, o que acabou permitindo que a cultura desses se mantivesse viva até contemporaneamente. Logo, partiu-se da cena final do documentário com o objetivo de se apresentar as diversas manifestações culturais dos caboclos, principalmente aquelas ligadas à cultura musical. Junto disso, buscou-se aqui dar voz aos principais atores desse documentário com a finalidade de valorizar sua cultura, já que se compreende que é por meio dessa que se constrói e reconstrói os sentidos sociais. Além disso, traz-se uma contraposição à narrativa dominante em relação aos caboclos. Assim, percebeu-se que essa cultura tem por marca uma resistência de constante ressignificação cultural que perpassa desde antes da guerra, mas que acima de tudo, tem esse conflito como um fator presente na memória desses sujeitos.

Palavras-chave: Documentário *Terra Cabocla*; Guerra do Contestado; Cultura cabocla.

Resumen/Abstract: The present text aims to analyze the sounds and voices present in the documentary Terra Cabocla (2015) produced by Márcia Paraiso. Marked by the Contestado War (1912-1916), the region of the Santa Catarina Plateau still has as inhabitants the descendants of the subjects who fought in this conflict, which ended up allowing their culture to remain alive until today. Therefore, the final scene of the documentary was chosen with the objective of presenting the diverse cultural manifestations of the caboclos, especially those related to musical culture. Along with this, we sought to give voice to the main actors of this documentary in order to value their culture, since we understand that it is through this culture that social meanings are built and reconstructed.

[1] Agradeço à professora Dra. Marcia Ramos de Oliveira pelo convite na disciplina de História e Música a pensar este texto e ao meu orientador Dr. Rogério Rosa Rodrigues por ao longo de diversas conversas e reflexões me ajudar a pensar sobre este trabalho.

Furthermore, it brings a counterpoint to the dominant narrative in relation to the caboclos. Thus, it was noticed that this culture has as a mark a resistance of constant cultural re-signification that goes back to before the war, but above all, has this conflict as a factor present in the memory of these subjects.

Palabras clave/Keywords: Documentary *Terra Cabocla*; Contested war; Cabocla Culture.

Introdução

Ouvir e ver são exercícios exigidos da pessoa que entra em contato com produções audiovisuais para compreender a narrativa existente. Quando o assunto é uma trilha sonora para um filme em que a música está associada a uma cena, a um contexto e a determinados personagens, ouvir sem ver, torna-se um exercício alheio ao próprio processo de produção de sentidos em que a montagem do áudio e da imagem foi feita, logo, compromete não apenas o entendimento de quem analisa, como desvirtua a narrativa construída.

Por muito tempo, o exercício de analisar o cinema foi colocado em posição periférica nas análises históricas, contudo, foram sendo aceitas e trabalhadas enquanto exercício historiográfico nas últimas décadas. Como destacado por Rosenstone (2010) os filmes acabam sendo um grande formulador do imaginário histórico dos sujeitos. Sendo toda obra fruto de seu tempo, cada produção cinematográfica potencialmente carrega consigo questões e problemáticas existentes nesse recorte temporal, podendo elas serem resultados de uma questão imediata, ou algo que ocorreu a muito tempo, mas que ainda reverbera na memória e nas relações sociais no período em que a película foi feita. Por isso é muito importante aos historiadores e historiadoras ocupar esses espaços de criação e de análise dessas produções audiovisuais.

É levando essa situação em consideração que este texto se propõe a trabalhar com a análise do documentário *Terra Cabocla* (2015), dirigido por Márcia Paraíso. Esse filme busca apresentar ao espectador a memória dos remanescentes da Guerra do Contestado (1912-1916)[2], assim mostrando

[2] A Guerra do Contestado foi uma Guerra Civil ocorrida no sul do Brasil, mais especificamente na atual região do Contestado em Santa Catarina, no oeste e meio-oeste catarinense. De um lado, esteve o exército brasileiro em conjunto com as oligarquias locais; do outro lado, esteve a população cabocla – que tinha como seu fator de unificação a crença no monge João Maria. Essa população se viu prejudicada com a estrutura oligárquica vigente, sobretudo a partir da chegada da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que levou muitos moradores da região a serem expulsos de suas terras para que fossem entregues à *Brazil Railway Company*. Os estudos sobre o conflito - antes, durante e após a Guerra - têm envolvido áreas como Sociologia, História, Geografia e Antropologia. Esses

que mesmo após cem anos do conflito, o povo dessa região ainda sofre os efeitos da repressão político-militar e resiste por meio da sua tradição. Aqui, não se propõe o exercício de analisar a obra fílmica como um todo, tampouco em julgar essa obra, mas sim o de perceber e ressaltar os sujeitos presentes nesse documentário e suas colocações, sendo através de suas falas e da sua produção cultural, destacadamente nos meios musicais. Por isso ver, mas acima de tudo ouvir, foi uma atividade essencial no desenvolvimento deste trabalho.

Assim, trazer as tensões, as práticas culturais e as memórias no entorno desse conflito, para o debate por meio do documentário é "[…] um modo de os reapresentar para que o inominável saia dos trilhos da história e possa permanecer, sempre, não como fato consumado e petrificado na história, mas como 'um pode ser', incompleto e fragmentado. Trata-se de rememoração, catarse, restituição." (FRANÇA, 2008, p.9). Logo, o que se busca apresentar aqui, é que a Guerra do Contestado não é um evento que ocorreu e está no passado, mas sim, um conflito que ainda se faz presente e que apresentam outras narrativas, que não a oficial, na qual apresenta os caboclos[3] enquanto fanáticos ou ignorantes. Esses sujeitos apresentam uma riquíssima cultura resultado do encontro de diversos indivíduos, de diversos locais diferentes da sociedade.

Logo, a apresentação das experiências resultantes dessas práticas culturais e históricas, buscam o "[…] afastamos [d]o documentário da condição de um cinema que espelha ou reflete o real, ou uma verdadeira imagem do passado, para tê-lo como um constructo do e sobre o mundo vivido" (TOMAIM, 2019, p.122), com isso, valorizando a experiência do ser caboclo. Aqui, então, trabalha-se com a perspectiva de que o documentário não busca representar um passado pronto fechado em si mesmo, mas sim em constante construção e que se coloca na condição de sujeito capaz de ouvir e passar adiante as histórias narradas. Conforme argumentado por Rogério Rosa Rodrigues (2021), o documentário funciona como uma espécie de fiador das testemunhas do

trabalhos têm trazido uma série de abordagens para narrar o conflito. Entre elas, para ver o papel dos militares no conflito, como feito por Rodrigues (2008); sobre as lideranças do Contestado e sua relação com a organização do povo caboclo durante o contexto da Guerra, de modo que fez Machado (2004); e as discussões sobre a religiosidade dos caboclos e caboclas, em que se destacam os seguintes trabalhos: Monteiro (2011), Queiroz (1981) e Cabral (1960).

[3] O caboclo se trata de uma autodefinição dos/as remanescentes do Contestado, na concepção usual da população do planalto, não designa um grupo étnico-racial, mas se trata de uma identidade cultural, associada a tradições e costumes do povo do planalto catarinense e sua interconexão com a luta pela terra e pela religiosidade de São João Maria.

Contestado. Isso ocorre tanto pela sensibilidade em ouvir, quanto em tornar pública essa memória atingindo público além das fronteiras catarinenses. Portanto, aqui essa modalidade de filme é "[…] engajado politicamente com a memória de um determinado acontecimento histórico, e a sua produção é marcada por um dever, o documentarista busca fazer justiça ao passado" (TOMAIM, 2019, p.124).

Portanto, a importância desse exercício se deve pelo impacto que essa guerra teve e tem no território do Contestado no planalto catarinense. Além de milhares de pessoas serem mortas e perseguidas politicamente nesse conflito, esse episódio teve por marca silenciar esses sujeitos e seus descendentes ao longo dos anos. Alguns meios como a cultura, as músicas e as tradições, são mecanismos que permitiram a manutenção da memória dos mortos para que essas chegassem até o presente. *Terra Cabocla* acaba por ser um lugar o qual permite que esses personagens possam se manifestar e se expressar, ressaltando e destacando a cultura cabocla e assim apresentando seus pontos em relação a memória hegemônica da guerra. Tendo isso em mente, novamente se ressalta, ouvir é um exercício essencial.

Com isso, o objetivo deste texto consiste em provocar uma reflexão sobre a cultura cabocla através da trilha sonora do documentário *Terra Cabocla* (2015), dirigido por Marcia Paraiso, de forma a levar o leitor a pensar a construção dessa cultura através dos sons presentes nessa produção audiovisual. Aqui se dialoga com Pinheiro (2015, p.38) para se compreender a ideia de "som", pois este apresenta o conceito de trilha sonora como "[...] constituída por todo o conjunto de sons que lhe caracteriza, isto é, música, efeitos sonoros, diálogos e comentários [...]". Desse modo, pensar nos sons e músicas presentes no filme é refletir sobre esses sujeitos e pensar modos de ser e estar no mundo, pois é por meio da cultura que se constrói e reconstrói os sentidos sociais.

Pensando na estrutura deste trabalho, a primeira parte consiste em refletir sobre os sons presentes no documentário *Terra Cabocla*. Para isso, partiu-se da cena final do filme para pensar os sons e vozes presentes e como esses se encontram dentro de um contexto sócio-histórico ligado aos caboclos, com isso recuperando momentos chaves dentro do filme que ajudam na reflexão partida da cena recortada. A segunda parte é a conclusão, na qual se apresenta uma reflexão sobre a necessidade

de ouvir os sujeitos apresentados no filme, assim, percebendo que estes trazem consigo uma cultura plural e de resistência secular.

Com isso, objetivou-se apresentar que os sons presentes no documentário *Terra Cabocla* fazem parte de uma cultura própria da região do Contestado, que tem como marca um processo de resistência e de constante ressignificação cultural que perpassa desde antes da guerra, mas que acima de tudo, tem esse conflito como um fator presente na memória e cultura desses sujeitos.

Os sons em *Terra Cabocla*

Convido o leitor a imaginar uma mulher, Noeli Palhano, sentada em uma cadeira com suas mãos mexendo enquanto fala, seu cabelo está preso e sua roupa é uma blusa estampada abotoada por cima de uma blusa preta e com uma calça da mesma cor. Seus olhos não olham para a câmera. Ao seu lado há um homem em pé, com um boné na cabeça olhando para o lado. Ao fundo, duas portas de uma casa, sendo que uma está aberta enquanto a outra está fechada. O conteúdo da fala da mulher é simples: o ensinamento dos antigos. Segundo ela, esses se encontram presentes nas comidas, danças e músicas. Nesses últimos dois pontos, uma se destaca: a dança da Ratoeira. "Tudo é a dança da ratoeira", diz Noeli, "todo baile que eles fazem, que eles vão fazer apresentação é a dança da ratoeira".

A próxima cena que é apresentada são pessoas andando em um círculo com um homem e uma mulher no meio dançando uma valsa ao som da *Ratoeira*. No entorno desse, há um círculo, composto por pessoas de mãos dadas enquanto dançam ritmados pelo som dos instrumentos e das vozes em coro. Seus pés se arrastam um atrás do outro em formato de zigue-zague. Ao fundo notamos uma banda tocando com viola e uma gaita ponto[4]. Em volta, algumas pessoas assistem a apresentação, outras filmam com celular, ou batem palma. Em seguida, treze pessoas aparecem

[4] Aqui neste trabalho "gaita ponto" e "acordeão diatônico" são tratados enquanto sinônimos. Essa escolha tem por base o trabalho de FRANCESCON (2017), que é um estudo desse instrumento no recorte sul do país. Afirma a autora "Acordeão, cordeona, gaita, pé-de-bode ou sanfona? Geralmente resulta em grande confusão explicar a diferença entre a nomenclatura, que na grande maioria dos casos é convencionada por regionalismos. Entre características visíveis e não visíveis, há diferenças" (FRANCESCON, 2017, p.12). Embora haja diferenças entre diferentes regiões do Brasil, a mesma autora usa o termo "gaita ponto" e "acordeão diatônico" para se referir ao mesmo instrumento no recorte espacial do sul do país.

sorrindo em sua maioria para a câmera; de diferentes sexos, cor, idade e forma de se vestir, essas pessoas tem como semelhança frequentarem o espaço da confraternização. Ao fundo *A Ratoeira* continua tocando: "O cravo, a rosa e o manjericão/ Dão três pancadinhas no meu coração/ Dão três pancadinhas no meu coração/ O cravo, a rosa e o manjericão/ Ratoeira bem cantada/ Faz chorar, faz padecer/ Também faz um triste amante/ O seu amor esquecer".

A música aqui tratada acaba por criar um sentimento de alegria e de emoção. Essa situação se aproxima com o conceito de "música empática" apresentada por Chion (2008, p.14 que levanta que "[...] a música exprime diretamente a sua participação na emoção da cena, dando o ritmo o tom e o fraseado adaptados, isto evidentemente em função dos códigos culturais da tristeza, da alegria, da emoção e do movimento". Com isso, encontramos na cena uma representação cultural dos caboclos através da música *A Ratoeira*, que dentro dessa comunidade apresenta seus sentidos e, em seu contexto, acaba por dar o ritmo no encerramento do documentário.

A *Ratoeira Bem Cantada*, mencionada por Noeli, é uma manifestação cultural e também uma brincadeira de roda que embora seja constituinte do mundo caboclo, tem por origem as populações açorianas presentes no litoral catarinense. Em sua tradição, essa música é cantada por mulheres que na maioria das vezes usam vestidos e roupas com rendas e bordados. Estas se preparam no momento em que cantam para mandar recados para pretendentes (LIMA, 2013). Aos olhos atentos de quem assiste o documentário, pode-se notar que algumas mulheres presentes na cena estão usando roupas com esses detalhes apresentados, com isso, mostrando que essa é uma prática presente na comunidade cabocla ali filmada.

Quando nos voltamos à Terra Cabocla notamos que há algumas coisas para se refletir em relação à *ratoeira* e à cultura cabocla. Embora ela tenha como característica a sua origem ser de descendentes de açorianos que vivem no litoral, nota-se que ela acabou por se interiorizar no estado catarinense, tendo em vista que essa faz parte de uma prática cultural antiga na região do Contestado - ensinado pelos antigos, como dito por Noeli -, assim, exemplificando traços culturais açorianos entre os caboclos. Ao observar a cena, notamos que não são apenas as mulheres que estão participando do canto. Os homens se fazem presentes nesse espaço. Silva (2007) aponta que embora essa seja uma tradição de canto que tenha um recorte de gênero, homens quando participam estão ali

como intermediadores de namoros. Pereira (1991, apud LIMA, 2013) aponta que *a ratoeira* teria por função ser um espaço de conquista dos amores durante o desenvolvimento do canto e das rimas. E pensando nas rimas desse canto, cabe aqui ressaltar que a música não é algo pronta, parte de suas letras constitui em improvisação e desafios em trovas (SILVA, 2007). Com isso, Lima (2013) destaca que quando as mulheres se preparavam para ir a um evento em que *A Ratoeira* seria cantada, acabavam já levando versinhos prontos para entoar.

Contudo, refletindo sobre a frase da Noeli anteriormente exposta, percebe-se que *A Ratoeira* é algo presente no entorno da tradição cultural dos caboclos. Para além da questão do romance, há um conjunto de práticas com o intuito de confraternização social, divertimento e troca de amizade, assim buscando o fortalecimento da comunidade, momento esse que é destacado na cena descrita anteriormente no documentário. Vemos uma cena de divertimento coletivo, que leva a muitos a participar, a ver e até filmar. A presença dessa música na tradição dessas pessoas é grande, pois, como ressalta Noeli Palhano em *Terra Cabocla*, "todo baile que eles fazem, que eles vão fazer apresentação é a dança da ratoeira".

Porém, há mais um ponto a se destacar, e talvez um dos mais importantes: a relação entre a música e a natureza. "Em relação à poética musical da Ratoeira, é interessante notar uma espécie de surrealismo, ou realismo fantástico, presente nas letras, que mistura alguns sentidos e estabelece estranhas relações entre corpo e plantas, ou seja, entre cultura e natureza" (SILVA, 2007, p.8). Com esse apontamento o autor destaca a relação entre o ambiente físico, social e cultural que o cancioneiro popular possui, ela aparece pelas ervas destacadas, "o cravo, a rosa e o manjericão" e a conexão que elas possuem com o afeto amoroso: "três pancadinhas no meu coração". Cabe aqui destacar que

> Semelhante a outras populações tradicionais, os caboclos da região do Contestado, tinham seu modo de vida dependente da terra, já que viviam da coleta da erva-mate, do pinhão, do plantio de subsistência, da criação de porcos soltos pelas matas de araucária, eram camponeses que tiravam sua sobrevivência da terra que ocupavam. (MACHADO, 2017, p.166)

A relação entre os sujeitos caboclos e a terra tem por constituição um respeito entre si, por isso desse destaque da natureza na música. A terra por esses personagens não era tratada enquanto uma mercadoria como imposta pelo mundo capitalista e intensificado pela República no episódio que levou a guerra. Para os caboclos, esse espaço é destacadamente um lugar de produção cultural e de relação para sobrevivência. Com isso, percebe-se a presença na cultura cabocla dos ensinamentos indígenas (MACHADO, 2017), que foram e são perseguidos, mas que acabam por resistir e encontraram nesse espaço que aqui está sendo apresentado, um lugar de resistência. Esse simples detalhe da relação estreita com a terra que aparece na música - inconscientemente ou não - dá indicativos da importância que essa tem na sociedade cabocla. Esse fator acaba sendo consequência de "[...] heranças culturais que incluem tradições das populações indígenas, afro-brasileiras e também de imigrantes europeus" (RODRIGUES, 2021, p.144) e, provavelmente, por carregarem essas marcas sociais e por também não se encontrarem em espaços urbanos, acabam sendo marginalizados aos olhos do mundo capitalista, e por consequência tem suas memórias e vozes negadas.

Ao permitir que a música *A Ratoeira* apareça em uma cena do seu documentário, Marcia Paraiso permite que o espectador, consciente ou inconscientemente, aproxime-se de uma série de práticas culturais que destacam desde a memória de seus antepassados - que se mantêm vivos através da música - até as práticas desenvolvidas com o corpo como a dança. Com isso destacamos que a música é um espaço social gerador de ações: "o fazer 'musical' é um tipo especial de ação social que pode ter importantes consequências para outros tipos de ação social. A música não é apenas reflexiva, mas também gerativa, tanto como sistema cultural quanto como capacidade humana." (BLACKING, 2007, p.201). Assim, aponta-se que a música permite ser um espaço de resistência pois é onde esses sujeitos encontram as manifestações da sua cultura e dos seus antepassados. É na repetição dos passos e no canto que os seus anteriores são rememorados e exaltados.

Contudo, se faz necessário voltar novamente para a cena que descrevemos anteriormente para se destacar essa ideia aqui esboçada. Segundo Silva (2007), o acompanhamento da *A Ratoeira* normalmente é feito por uma viola ou sem nada. Porém, em *Terra Cabocla* notamos a presença de uma gaita ponto enquanto a música é cantada. Vale ressaltar que esse instrumento musical faz parte de toda a constituição da trilha sonora do documentário. Uma possível explicação para isso é por

esse instrumento ser normalmente associado à cultura gaúcha do Rio Grande do Sul, e por ser o planalto catarinense marcado pela migração de famílias majoritariamente provenientes dessa região.

Francescon (2017) apresenta que durante o século XIX este instrumento ganhou espaço no cenário musical dos gaúchos e assim, construiu a imagem associada a essa cultura. Torna-se importante destacar que nesse mesmo século, a região do atual oeste catarinense, a região do Contestado, acabou por sofrer um processo de migração de gaúchos, que muito provavelmente acabou trazendo consigo a gaita ponto para a região e, por consequência, essa tenha se inserido na cultura cabocla e por isso se faz presente na cena e no filme. Por se tratar de uma narrativa que trabalha com relatos orais, o uso do acordeão diatônico pode ter sido escolhido por esse instrumento ter uma ligação com culturas populares e com a tradição oral (FRANCESCON, 2017). Através desse mecanismo de oralidade, foi possível que as memórias e histórias dessas pessoas sobrevivessem ao processo de violência que não se restringiu à guerra. Tendo esse elo entre a tradição oral e o uso da gaita ponto, podemos refletir a colocação de Blacking, que apresenta que

> Os instrumentos musicais e as transcrições ou partituras da música neles tocada não são a cultura de seus criadores, mas as manifestações desta cultura, os produtos de processos sociais e culturais, o resultado material das "capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade". (BLACKING, 2007, p.204)

Assim, esse instrumento acaba sendo utilizado no meio social dos caboclos enquanto um mecanismo de manifestação cultural, tendo em vista que a prática desse é desenvolvida por aqueles que buscam valorizar a narrativa oral. O uso do acordeão diatônico nesse espaço é devido a um contexto sócio-histórico que levou ao desenvolvimento de uma ligação entre a acordeão diatônico e os mecanismos para se narrar a história desses sujeitos. E cabe aqui trazer um exemplo do uso desse instrumento.

Em outra cena do documentário *Terra Cabocla*, Vicente Telles toca sua gaita-ponto e seus dedos se movimentam rapidamente entre seus botões. Esse sujeito que destacamos participando da trilha sonora, Vicente Telles, é descrito por Rodrigues (2021) como o bardo do Contestado. Sempre

acompanhado por uma gaita ponto, Vicente construía representações artísticas com o intuito de cantar a história do povo rebelde que resistiu e lutou pela terra:

> Ele foi mais que um divulgador da história do Contestado, ele reativou e atualizou a memória do conflito, lutou contra as versões que teimavam em derrogar essa experiência e jogá-la na vala do fanatismo, da ignorância e do banditismo. Como fiador das testemunhas silenciadas, ele viveu todas as dores e delícias de se colocar como fiel seguidor dos ideais dos monges e dos rebeldes mortos (RODRIGUES, 2021, p.146)

Sendo um especialista na história do Contestado, Vicente Telles utilizou da união do instrumento musical com a tradição oral dos caboclos para construir apresentações que representam a história desses sujeitos e mantém as suas memórias vivas. O uso desse instrumento e a participação de Vicente no documentário, pode ter por função construir esse elo entre a cultura sócio-histórica da presença da gaita ponto e a existência de uma tradição oral, que se encontra presente também nas representações artísticas desenvolvidas pelo bardo.

Contudo, o som da gaita ponto aparece em diversos momentos do documentário e muitas vezes dando o tom e o ritmo da narrativa desejada. A importância de se refletir sobre essa presença do som enquanto trilha sonora se deve por "[...] temporali[zar] a imagem não só pelo efeito do valor acrescentado, mas também impondo muito simplesmente uma normalização e uma estabilização da velocidade do desenrolar do filme" (CHION, 2008, p.21). Assim como na cena do canto da *Ratoeira* ela é construída conforme o ritmo da música, em diversos momentos é o acordeão diatônico que acaba por criar um ritmo da construção da imagem e da narrativa em *Terra Cabocla*.

Uma cena que exemplifica essa situação, e que chama a atenção do uso da trilha sonora para dar o ritmo da imagem, é uma em que o som da gaita ponto busca representar o som do trem. É uma cena rápida, não dura quinze segundos. Mas, aos olhos e ouvidos mais atentos, têm um grande significado. Nesse momento, a trilha sonora acaba por trazer àquele que assiste uma ideia de movimento associada ao trem, com isso gerando um efeito de ilusão no qual "[...] o som faz ver na imagem um movimento rápido que não está lá!" (CHION, 2008, p.21). Esse som é acompanhado pela sucessão de imagens de uma locomotiva e dos trilhos. Com essa cena, o efeito ilusório se

constrói na cabeça do espectador enquanto resultado de uma montagem de sucessão de imagens e sons. Nesse momento, acaba por se ressaltar toda a "magia" do cinema e que é apresentada por Walter Benjamin (2012) em seu texto *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Os produtos audiovisuais consistem em montagens de imagens e sons coletados e capturados em um determinado momento que tem por função representar um processo desejado pelo grupo de pessoas que monta a produção. O cinema, logo, é ilusão que, como podemos notar na cena do trem, se constrói através de uma série de imagens acompanhadas do som da gaita ponto, que constroem esse efeito de deslocamento do trem.

Percebe-se também, que a presença do trem na narrativa do documentário traz consigo tensão. E não poderia ser diferente. Além dos conflitos entre sociedade e oligarquias e a forte desigualdade social, a chegada da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande da empresa *Brazil Railway Company* na região do Contestado foi mais um fator que atacou diretamente a vida dos caboclos. A chegada acabou por levar o Estado brasileiro a permitir que a empresa tivesse posse de terras ocupadas por posseiros, estendendo-se a 15 km de cada margem da estrada de ferro. Com isso, essa empresa se aproveitou e destruiu o território com o desmatamento e a perseguição daqueles que viviam na região (MACHADO, 2017). Desse modo, essa simples cena de menos de 15 segundos acaba por apresentar tensões existentes na região e na história dos caboclos. Destaca-ae-se aqui que

> [...] as fontes audiovisuais e musicais são, como qualquer outro tipo de documento histórico, portadoras de uma tensão entre evidência e representação. Em outras palavras, sem deixar de ser representação construída socialmente por um ator, por um grupo social ou por uma instituição qualquer, a fonte é uma evidência de um processo ou de um evento ocorrido, cujo estabelecimento do dado bruto é apenas o começo de um processo de interpretação com muitas variáveis." (NAPOLITANO, 2008, p.240)

Assim sendo, essa representação do trem através da trilha sonora produzida com o som do acordeão diatônico e da sucessão de imagens do vagão acaba permitindo - mesmo que rapidamente - uma ideia de ritmo à cena através do áudio, mas também de introduzir àquele que assiste as tensões no entorno da memória da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Esse exercício de percepção

através da audição, possibilita perceber a presença do impacto da estrada de ferro na cultura e memória dos caboclos apresentados em Terra Cabocla.

Conclusão: Ouvir é necessário

Mas por que fazer esse exercício de ouvir *Terra Cabocla*: as vozes, as narrativas, os instrumentos presentes nesse documentário? O conflito apresentado no filme é muitas vezes esquecido e pouco apresentado em livros didáticos ou em livros de uma "História do Brasil". Quando aparecem, esses personagens são distorcidos e apresentados enquanto fanáticos. Infelizmente, essas pessoas acabam sendo esquecidas e apagadas na memória da história geral do Brasil e com isso, o processo de violência iniciado antes mesmo da guerra, se mantém no presente. Mais do que isso, esses sujeitos trazem consigo recortes sociais que são escanteados na atual sociedade em diversos espaços pois

> [...] as atuais testemunhas do Contestado possuem um recorte de gênero, de classe, e de raça, e isso é mais um motivo para que muitos desqualifiquem suas memórias. Os sujeitos dessa experiência não vivem nos centros urbanos e não tiveram acesso a grandes meios de comunicação de massa, capazes de concorrer com narrativas hegemônicas sobre o conflito. (RODRIGUES, 2021, p.144)

Por esta razão, abrir nossa sensibilidade para ouvir se faz necessário, pois é através das narrativas contadas que esses sujeitos se apresentam e resistem; pois é através das músicas que a longa tradição desses sujeitos sobrevive; pois, se o espectador se permitir, é através dessas histórias presentes em *Terra Cabocla* que se humaniza e conecta a memória social da luta pela terra do movimento rebelde do Contestado com a tradição e cultura cabocla atual.

Terra Cabocla, de Márcia Paraíso, é um espaço que permite a esses sujeitos, 100 anos após a guerra, se expressarem e falarem para os outros o que é ser caboclo. Como apresentado por Pinheiro (2015, p.38) "som e imagem definem o nosso entendimento do Outro e da realidade representada. O próprio ato de mediar essa realidade se faz por meio de som e imagem.". É através desse exercício de

ver esses sujeitos que aprendemos a compreender eles e sua cultura. É através dessa atividade que conhecemos os caboclos no documentário.

E é nesse exercício que nós descobrimos que a cultura cabocla não é algo estático, ela é dinâmica. Dinâmica porque o caboclo não é alguém que se identifica através de uma etnia ou de uma cultura diretamente ligada a uma miscigenação racial: é possível identificar nesses sujeitos traços culturais de indígenas, afro-brasileiros e de imigrantes europeus (RODRIGUES, 2021), mas a riqueza dessas trocas reside na religiosidade, nos hábitos, nas tradições e, por que não, na musicalidade. Trata-se, como geralmente o é, de uma cultura dinâmica, pois houve sujeitos que chegaram após o conflito e conseguiram se inserir nessa cultura e acrescentar a ela. Dinâmica pois ela é centenária e se reverbera na resistência que acabou por levá-la a se reconstruir ao longo desse período para se manter. Dinâmica porque ela é plural. Diversos são os sujeitos que dão voz a ela. Vicente Telles, Noeli Palhano e Célia Belli são pessoas que junto dos pesquisadores presentes no documentário, como Rogério Rosa Rodrigues, Paulo Pinheiro Machado, Tânia Welter e a diretora Marcia Paraiso, permitem que essas histórias e memórias por meio de sua fala se mantenham vivas. O diálogo entre esses sujeitos de diversos lugares da sociedade enriqueceu muito a construção da narrativa em *Terra Cabocla*. Ser caboclo é, por fim, manter uma ligação com sua terra - assim como os indígenas que ali viviam e vivem - pois é lutando por esse espaço e essa região que a memória cabocla se faz viva.

Assim, a trilha sonora de um filme, como destacado no início do texto, não consiste em sons de fundo apenas. Consiste em músicas, vozes e ruídos que junto com as imagens constroem a narrativa. A memória compartilhada através das falas do documentário são parte da trilha sonora que nos permite enxergar esses sujeitos como agentes que resistem há mais de cem anos. Suas vozes dão ritmo e sentido para o documentário. A trilha sonora que acompanha as falas acaba sendo outro fator que dá ritmo ao documentário e que expressa as tradições orais e de representações atreladas ao uso da gaita ponto - presente em boa parte dos sons do documentário. Além disso, esse instrumento permite representar sons que lembram tensões e disputas presentes no conjunto da memória desses sujeitos.

A presença dessas questões em uma produção audiovisual, não se deu apenas por um motivo de interesse por parte da diretora, mas também como uma forma de engajamento político na defesa

da memória desses sujeitos que por muito tempo foram atacados e apresentados enquanto fanáticos. Nessa produção, essas pessoas podem mostrar, falar e expressar quem são e não há nada mais político do que isso quando por tanto tempo se buscou reprimir e distorcer suas falas e, por conseguinte, suas práticas e herança político-cultural.

A cena em que os sujeitos dançam *a ratoeira* descrita anteriormente pode ser uma síntese dessa construção sócio-histórica da cultura cabocla. Diferentes sujeitos, de diversos locais da sociedade, unidos pela memória e embalados pelo som da gaita ponto. Instrumento esse que é ao mesmo tempo reminiscência do passado e afirmação da resistência no presente. Alguns dançam *a ratoeira*, ao som de violão e acordeão diatônico, outros assistem, outros aplaudem, alguns cantam e alguns filmam. Nesse espaço, rico de diferenças, essa questão não é um fator de desagregação social, mas sim algo que acrescenta, e muito, na cultura desses sujeitos, que veem na terra cabocla o seu ponto de semelhança.

Documentário

Terra Cabocla. Brasil (Plural Filmes, 2015), 82 min. Direção, roteiro e produção: Márcia Paraíso. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5n6kplSnks4.

Referências bibliográficas:

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012.

BLACKING, John. Música, cultura e experiência. **Cadernos de Campo** (São Paulo 1991), v. 16, n. 16, p. 201-218, 2007.

CABRAL, Oswaldo R. **João Maria**: Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CHION, Michel. **A audiovisão: som e imagem no cinema**. Texto & Grafia, 2011.

TOMAIM, Cássio Dos Santos. Documentário, história e memória: entre os lugares e as mídias "de memória". **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 46, n. 51, 2019.

FRANÇA, Andréa. O cinema entre a memória e o documental. **Intexto**, n. 19, p. 18-31, 2008.

FRANCESCON, Maryanne. **A gaita ponto na região sul do Brasil**: relação dialética entre seus aspectos socioculturais e técnico-musicais. Orientador: EID, Félix Ceneviva. 2017. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Música, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/3194. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

LIMA, Sumaya Machado. Ratoeira bem cantada" e cantigas de amigo: possíveis diálogos que atravessaram o tempo. **Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas. 1912 - 1916. 1ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MACHADO, Cristina Buratto Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 158-172, 2017.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**: Um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Edusp, 2011.

PINHEIRO, Joceny de Deus. Breves considerações acerca dos sons no filme etnográfico. In: MAIA, Guilherme; SERAFIM, José Francisco(Org). **Ouvir documentário: vozes, músicas, ruídos** . Salvador: EDUFBA, 2015.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912-1916. 3.ed. São Paulo: Ática, 1981.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: A História depois do papel In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo : Contexto, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande Sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Rogério Rosa. A solidão das testemunhas: Trauma, memória e história do Contestado. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane. **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Rodrigo Moreira da. A Ratoeira e seu contexto Sócio-Cultural. In: XVII Congresso da ANPPOM, 2007, São Paulo. **Anais do XVII Congresso da ANPPOM,** 2007.

Temporalidades

Saudade dos "anos dourados" e a alegoria da debacle nacional em *Santiago* (2007), de João Moreira Salles

Longing for the past and the allegory of national decay in *Santiago* (2007), by João Moreira Salles

Vinícius Alexandre Rocha Piassi
Doutorando em História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
viniciuspiassi@yahoo.com.br

Recebido: 30/04/2022
Aprovado: 29/04/2023

Resumo: Este artigo discute a articulação de um discurso saudoso dos chamados "anos dourados", a mítica década de 1950, com um diagnóstico de decadência contemporânea do Brasil no documentário *Santiago* (2007), do cineasta e produtor carioca João Moreira Salles. A partir de uma análise fílmica voltada para o percurso espacial traçado na rememoração das lembranças de infância e juventude do diretor nessa produção, abordada pela crítica cinematográfica sobretudo do ponto de vista de seus méritos estéticos e por sua autorreflexividade, esta reflexão focaliza a construção imagética no filme da antiga residência da família Moreira Salles no Rio de Janeiro, destacando a atribuição de um sentido alegórico totalizante para o seu cenário e a elaboração de um discurso ancorado na saudade de um passado áureo, tanto familiar quanto nacional.

Palavras-chave: documentário; alegoria; decadência.

Resumen/Abstract: This paper discusses the articulation of a longing discourse of the so-called "Golden years", the mythical 1950s, with a diagnosis of contemporary decadence in Brazil in the documentary *Santiago* (2007), by filmmaker and producer from Rio de Janeiro, João Moreira Salles. From a film analysis focused on the spatial path traced in the remembrance of the director's childhood and youth memories in this production, approached by film critics mainly from the point of view of its aesthetic merits and its self-reflexivity, this review focuses on the imagery construction in the film of the former residence of the Moreira Salles family in Rio de Janeiro, highlighting the attribution of a totalizing allegorical meaning to its scenario and the elaboration of a discourse anchored in the longing of a golden past, both family and national.

Palabras clave/Keywords: documentary; allegory; decay.

Lembranças edulcoradas da casa natal

Em uma reflexão sobre a multiplicidade temporal da saudade abarcada pela memória, Albuquerque Júnior (2018, p.92) pondera que "num mesmo tempo, o presente, convivem, graças à memória, acutilada pela saudade, diversos outros tempos, desde tempos pessoais, individuais, até tempos coletivos, nacionais". No célebre documentário *Santiago* (2007),[1] do cineasta e produtor carioca João Moreira Salles, os tempos da saudade se multiplicam, pois referem-se a passados pessoais, individuais e familiares, relativos aos períodos da infância e da juventude do cineasta vividos na casa da Gávea ao longo das décadas de 1960 e 1970, e a passados coletivos, nacionais, anteriores até ao próprio nascimento do diretor, os quais remontam à década de 1950, período da construção da casa.

A partir da análise de *Santiago*, podemos entrever os processos de elaboração das lembranças de infância e juventude de Salles e de sua memória familiar realizados a partir de 1992, ao iniciar o projeto do filme, quando o diretor retornou à antiga residência onde viveram os Moreira Salles no Rio de Janeiro, a tal "casa da Gávea", então abandonada, e se encontrou com o antigo mordomo de sua família em seu apartamento no Leblon para entrevistá-lo. Ao longo desse percurso o documentarista busca reconstruir figuras de referência para sua memória familiar, problematizando a retomada das imagens de arquivo de seu projeto nas sucessivas tentativas de montagem para a finalização de sua edição depois de treze anos.

A realização de *Santiago* indica uma descontinuidade em relação às produções anteriores de Salles, caracterizando-se como um ponto de inflexão subjetiva e autobiográfica em sua filmografia, a partir do qual ele experimenta a estratégia de assumir um ponto de vista oblíquo, pessoal, introduzindo-se como presença explícita em seus documentários. Desse modo, em *Santiago,* como na produção mais recente de Salles, o documentário *No Intenso Agora* (2017), é possível perceber como o cineasta mobiliza um olhar afetivo para a sua história pessoal e para a história de sua família, em um movimento em que se vê implicado como diretor e personagem, ao tentar encenar e reconstruir

[1] Utilizamos como referência o ano de estreia do filme no Brasil, mas nos servimos do seu exemplar em DVD lançado em 2009 pela VideoFilmes, a produtora e distribuidora cinematográfica fundada por João e seu irmão Walter Moreira Salles Júnior, em 1987. Essa edição, em DVD único, contém a versão final do filme, de 2006, a primeira sequência montada em outubro de 2005, o resultado do primeiro corte realizado em novembro de 2005, o primeiro corte da versão final, de fevereiro de 2006, uma faixa comentada pelo diretor e os montadores, com mediação do crítico de cinema Carlos Alberto Mattos, gravada em 2008, além dos cine-poemas *Poesia é uma ou duas linhas e por trás uma imensa paisagem* (1989) e *Dois poemas* (1992). O estojo do DVD contém ainda uma sinopse de autoria de Jean Claude Bernardet e a transcrição completa da narração do filme, escrita em 2005.

figuras de referência para a memória familiar como sua mãe, Elisa, e o antigo mordomo, Santiago. [2] Como afirma Diego Franco (2019):

> Quando sua vida passa a ser objeto de investigação fílmica em *Santiago* (2007), atrelado a uma certa performance de sua subjetividade[,] notamos uma significativa mudança da postura de Salles em relação às imagens, o que parece ser elaborado e aprofundado em *No Intenso Agora* (2017) (FRANCO, 2019, p. 27).

A produção de *Santiago* caracteriza-se, então, como uma experiência singular na trajetória profissional de Salles como documentarista. Sua realização marca o início de um processo de elaboração autobiográfica com a exploração do doméstico, do privado e das relações familiares do diretor por meio do cinema, colocando em cena imagens pessoais do passado, da casa de sua infância e de momentos em família.

Os arquivos individuais, formados por imagens pessoais, pequenos objetos e fotografias e filmes de família, são produtos de uma cultura visual da intimidade, da privacidade, ou, ainda, da esfera privada, de acordo com as denominações propostas por Joseph Imorde (2016). Como campo de problematização interdisciplinar, a cultura visual pode ser entendida, de modo abrangente, considerando a abertura de possibilidades de investigação das dimensões de migração, constituição e funcionamento de imagens no campo social do cinema, em referência à "diversidade do mundo das imagens, das representações visuais, dos processos de visualização e de modelos de visualidade" (KNAUSS, 2008, p. 154-155).[3]

Para Imorde, a cultura visual do "lar" caracteriza-se especificamente por um ideal de autoafirmação, uma vez que a coleção desses artefatos de memorabilia permite a elaboração de histórias invividuais como narrativas simples e prazerosas, multiplicando as possibilidades de empoderamento e autodocumentação. O autor ainda chama a atenção para a carga sentimental atribuída às imagens e objetos que compõem esses arquivos, outorgando-lhes a função de "permitir a lembrança nostálgica de um passado que foi intencionalmente purificado de todas as máculas" (IMORDE, 2016, p. 205). Nessa perspectiva, a essa cultura visual corresponde uma historicidade alternativa, "uma historicidade que pode ser percebida como grandiosa em sua construção e heroica

[2] Partindo dos elementos dos dois últimos documentários de Salles, *Santiago* e *No Intenso Agora,* que "ajudam a vê-lo mais de perto", a pesquisadora Marta Maia escreveu um breve perfil do documentarista, "João, o bilionário ilustrado", publicado no portal *online Outras Palavras* e no livro da autora, *Perfis no jornalismo: narrativas em composição* (2020). Cf. MAIA, 2020.

[3] Para uma discussão mais detida das aproximações entre história e cultura visual, cf. SANTIAGO JR., 2019a; SANTIAGO JR., 2019b.

em seu gosto autônomo" (Ibid., p. 212). Mas qual será a carga afetiva associada à cultura visual da esfera privada mobilizada a partir do trabalho com imagens de arquivo nos documentários de Salles?

Para nossa análise de *Santiago,* a montagem de imagens de arquivo, entre as quais as da casa da Gávea assumem significativa relevância, impõe questões fundamentais. O crítico e historiador Ismail Xavier é assertivo a esse respeito: "o problema de trabalhar em cima de material de arquivo é fazer uma interpretação desse material" (XAVIER, 2006, p. 39). O autor ressalta o caráter interpretativo do trabalho de montagem, descrevendo-o como um gesto poético e estético, sendo a estética a dimensão a partir da qual se poderia alcançar um nível de compreensão histórica e social.

Essa questão também é levantada por Georges Didi-Huberman, o qual identifica a montagem como um procedimento ético, estético e polítco, com a discussão do conceito de legibilidade das imagens. Para sua elucidação, o autor considera que o problema fundamental do trabalho com imagens é criar a partir da visibilidade e da temporalidade, sua legibilidade, ou seja, fazer das imagens questão de conhecimento. Didi-Huberman desenvolve a articulação dinâmica entre a legibilidade e a visibilidade da história a partir do pensamento de Walter Benjamin, argumentando que lidar com imagens demanda rearranjá-las em uma ordem de legibilidade, produzir uma reflexão, posicionar-se, isto é, construir com elas um saber. Para questionar esse saber construído nos documentários, seguindo as sugestões do autor, nos debruçaremos sobre as "tomadas de posição" do cineasta e dos montadores diante de tais documentos, problematizando sua singularidade no jogo de relações entre imagens estabelecido em cada filme, de modo a "abrir o campo de nossa reflexão histórica e política" (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 128).

Com o falecimento de Elisa Margarida Vianna Gonçalves, mãe do cineasta, em 1988, sua família deixou a casa da Gávea, que permaneceu inutilizada por quinze anos. Quando Salles retornou em 1992 ao espaço associado às suas primeiras memórias afetivas para realizar o projeto de *Santiago,* o imóvel, que de sua inauguração até o seu "período áureo" representava para o cineasta a ousadia e a ambição brasileiras das décadas de 1950 e 1960, passou a ser visto como "geografia sem história", como ele diz na faixa comentada do filme, porque para ele a casa havia perdido o sentido. Em uma entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* em 2007 para divulgar o lançamento de *Santiago* no Brasil, o cineasta faz uma declaração ao encontro dessa ideia:

> Aquela [a casa da Gávea] é uma casa da década de 50, quando o Brasil tinha uma arquitetura importante; produzia uma literatura muito inovadora; teve grande ambição no cinema, com o cinema novo; e na música, com a bossa nova. De uma

> maneira miúda, a casa se inseria na idéia de que, no concerto geral das nações, o Brasil não era irrelevante. Isso inclui a dimensão econômica, política e social. Do ponto de vista dessas esferas, a casa era uma espécie de centro. Por ali passava muita gente que tinha expressão na política, na economia, no mundo social. O Rio era uma cidade importante, ainda não tinha perdido o rumo. Quando fiz o filme, o país estava inteiramente sem rumo. Tornava-se a cada dia mais irrelevante. Não sei se melhoramos muito de lá para cá (SALLES, 2007).

Como podemos ver, o diagnóstico de Salles à época da finalização de *Santiago*, a respeito do período de gravação de seu projeto (1992), era de que o horizonte de expectativas para o futuro do Brasil havia se encurtado em relação às promessas que o país apresentava na mítica década de 1950, os chamados "anos dourados".[4] Nas generalizações elaboradas nesse trecho da entrevista, o cineasta chega a situar nesse período o Cinema Novo brasileiro – movimento considerado de reinvenção do cinema nacional que seria desenvolvido somente nas décadas seguintes, com propostas de valorizar a produção de filmes autorais e independentes voltados para a cultura popular e a realidade brasileira – para justificar seu ponto de vista de que as ambições do país se tornariam mais "medíocres", motivo pelo qual "o filme alternaria a decadência do presente com o esplendor do passado" (SALLES, 2007).

Um argumento semelhante é apresentado pelo diretor em uma entrevista ao *Estadão*, em 2009, com vistas a justificar a contraposição das imagens da entrevista de Santiago às da casa da Gávea como vetores opostos de tempo e espaço, história e geografia, que se complementariam no filme:

> Com todas essas ideias na cabeça, concluí que aqueles corredores e galerias já não tinham sentido, que a história tinha passado e o que sobrara era apenas espaço. A pretensão era essa: a casa como alegoria da decadência da cidade e do País, um espaço sem profundidade, um eixo horizontal pelo qual a câmera deslizaria sem pouso; e Santiago como a história, o eixo vertical do tempo que fixa a câmera no chão. Era uma ideia conservadora, uma lamentação do presente que celebrava, com nostalgia, o passado (SALLES, 2009).

Para o cineasta, essa decadência da qual a casa da Gávea se tornou uma alegoria se refere à perda da centralidade política e econômica do Rio de Janeiro no cenário nacional, passando pelo declínio social de sua família com a morte de sua mãe e a aposentadoria de seu pai, e culminando nas conjunturas política, econômica e cultural do país nos anos 1992 e 1993. Nesse sentido, a casa vazia, capturada pela câmera em preto e branco, indicaria que o tempo passou e restou apenas o espaço abandonado, a ser preenchido com as lembranças edulcoradas de Santiago.

[4] Sobre a construção do mito dos "anos dourados" e a mitificação de Juscelino Kubitschek, cf. AMORIM, 2008. p. 22-35.

Segundo Salles (2022), com a política de desmonte do setor cultural empreendida pelo governo Collor e o interrompimento das políticas públicas para o audiovisual, a VideoFilmes se tornou uma produtora de publicidade muito ativa no mercado publicitário e João e Walter passaram a atuar nesse campo. Nesse período de crise do cinema brasileiro, no qual identificamos um hiato profissional na carreira do documentarista, foi gestado o projeto de *Santiago*, com as sobras de película dos trabalhos publicitários, como tentativa de realizar um trabalho de cunho pessoal. Mas, não tendo montado o filme naquela época, o retorno de Salles à cena documental, concomitantemente à recuperação da produção nacional, se daria com a realização do documentário *Jorge Amado* (1995), quando Salles se consolidaria como um dos principais diretores da cinematografia brasileira, segundo Fernão Pessoa Ramos (2018, p. 466), no período da chamada Retomada.[5]

Na produção cinematográfica nacional posterior à Retomada, Lúcia Nagib observa que "a nova utopia brasileira necessariamente significou olhar para trás e reavaliar propostas passadas centradas na nação" (NAGIB, 2006, p. 26). Nos comentários de Salles sobre *Santiago*, o diretor destaca a orientação conservadora do filme em seu lamento do presente diagnosticado como decadente e em sua celebração do passado, identificada como nostálgica. Entretanto, podemos ver em suas reflexões a idealização de um período anterior ao seu próprio nascimento, a saudade de um Brasil que ficara perdido no passado, cujas expectativas não teriam se realizado, como um indício de desterritorialização subjetiva. Diante de tamanha defasagem entre o tempo lembrado e o tempo da lembrança, entre o passado e o presente (ALBUQUERQUE JR, 2018, p.86), o diretor elege a casa da Gávea como símbolo de um passado de esplendor e alegoria do presente em decadência.

Essa interpretação alegórica da casa da Gávea proposta por Salles ecoa uma longa tradição de estudos do cinema brasileiro, a qual se tornou uma forma privilegiada de articular os sentidos dos

[5] Lúcia Nagib descreve a "retomada" do cinema brasileiro como parte de um processo de revigoramento da produção cinematográfica na América Latina, iniciado em meados da década de 1990, especialmente no Brasil, na Argentina e no México. De acordo com a autora, "nesses países, a retomada derivou do estabelecimento de governos democráticos, que instituíram políticas culturais propícias e incentivos ao cinema; mas também da sintonia com uma situação mundial que garantia espaço a expressões multiculturais, sobretudo quando temperavam impulsos autorais com cor local e uma certa dose de gêneros consagrados" (NAGIB, 2006, p. 17). Em relação ao fenômeno ocorrido especificamente no Brasil, Melina Marson considera que "o termo Cinema da Retomada não diz respeito a uma nova proposta estética para o cinema brasileiro, nem mesmo se refere a um movimento organizado de cineastas em torno de um projeto coletivo [...]. O Cinema da Retomada se refere ao mais recente ciclo da história do cinema brasileiro, surgido graças a novas condições de produção que se apresentaram a partir da década de 90, condições essas viabilizadas através de uma política cultural baseada em incentivos fiscais para os investimentos no cinema" (MARSON, 2006, p. 11). Como Marson utiliza a ideia de "ciclos", vale ressaltar que a Retomada é uma denominação historiográfica do presente, ou seja, trata-se da invenção de um fato cinematográfico na história, realizada contemporaneamente ao fenômeno que designa.

filmes, voltados ou não para a tematização do passado. Segundo a definição de Santiago Júnior, "a alegoria é um uso da tradição, que instaura a diferença como um desvio da imagem ou figura original, que cria um misto de *sobrevivência & deslocamento* na articulação da memória" (SANTIAGO JR, 2016, p 236. Grifo do autor). Trata-se de uma estratégia de uso do passado não exclusiva da alegoria nacional, como ressalta o autor, mas esse ponto de vista se consolidou como chave de leitura fundamental das operações de significação, sobretudo do passado, no cinema nacional das décadas de 1960 e 1970, para compreender a falência dos projetos artísticos, políticos, revolucionários e democráticos do país. Essa perspectiva melancólica, como Santiago Júnior a denomina, constituirá um *topos* interpretativo da história cultural do cinema brasileiro.

Para compreender como o documentário pode operar como alegorização do passado nacional, como sugeriu Salles, precisamos analisar o agenciamento da imagem da casa da Gávea como ruína. Ao atribuir às imagens da casa, filmada em preto e branco, como cenário inerte, praticamente vazio e abandonado, uma carga simbólica saudosa e um sentido alegórico totalizante, a casa figura como alegoria da ruína nacional e familiar, de um país, de uma cidade e de uma família considerados decadentes.

Nesse sentido, *Santiago* se aproxima do filme *O desafio* (1965), de Paulo César Saraceni, considerado um marco do Cinema Novo brasileiro e uma obra inaugural de uma autocrítica no espaço político urbano. De acordo com Mônica Campo, essa produção é "a primeira obra cinematográfica a absorver e trabalhar esteticamente o impacto de um mundo em ruínas" (CAMPO, 2011, p. 244), referindo-se ao período da história brasileira imediatamente posterior à ruptura política produzida com o golpe civil-militar de 1964. Além disso, segundo Carlos Eduardo Pinto (2020), esse filme marca o início de uma linhagem de filmes cariocas intimistas, no qual a arquitetura modernista também é mobilizada como elemento narrativo, alegoria da decadência do país e espaço privilegiado para uma rememoração emotiva e nostálgica do passado, como diz o autor.

Espaço de recordação, espaço de saudade

Como *Santiago* é realizado a partir de um retorno de Salles à casa da Gávea, esse espaço tão intimamente associado às memórias de sua infância e juventude, o documentário tem sido descrito de modo recorrente como "uma volta nostálgica de João à sua infância", como na crítica de Camila Fink (2008). O "anseio de voltar à casa" sintetiza o significado da palavra nostalgia, conforme

indicam suas raízes gregas νόστος (*nóstos)* e ἄλγος *(álgos)*. Tendo em vista a etimologia da palavra, a crítica literária e artista visual russa Svetlana Boym define teoricamente o conceito como "um desejo por um lar que não existe mais ou nunca existiu", ou seja, "nostalgia é um sentimento de perda e deslocamento, mas é também uma fascinação com a própria fantasia" (BOYM, 2017, p. 153).

Não se restringindo aos planos da consciência individual, Boym desenvolve uma abordagem da nostalgia moderna como "um sintoma de nossa época", ou uma "emoção histórica", elaborada durante o romantismo e contemporânea à emergência da cultura de massa, para a qual propõe uma definição visual a partir de suas ambivalências:

> A exposição dupla ou a sobreposição de duas imagens – da terra natal e da estrangeira, do passado e do presente, do sonho e da vida cotidiana – é uma boa imagem cinematográfica da nostalgia. No momento em que tentamos encaixá-las em uma única imagem, ela rompe o quadro ou queima a película (Ibid., p 153).

Segundo a autora, apesar de remeter à lembrança de um lugar, a nostalgia constitui um anseio por um outro tempo, o qual deseja revisitar como espaço, "o tempo de nossa infância, dos ritmos mais lentos de nossos sonhos" (BOYM, 2017, p. 154). Caracteriza-se, assim, não como um sentimento antimoderno, mas contemporâneo à modernidade europeia ocidental, justamente como um aspecto da condição moderna resultante de suas concepções espaço-temporais, no cerne da qual estão a dor pelo deslocamento geográfico e a angústia diante da irreversibilidade do tempo. Trata-se, enfim, de "uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história e do progresso" (Ibid., p. 154).

De acordo com a tipologia proposta por Boym para esclarecer alguns mecanismos de sedução e manipulação da nostalgia, podemos distinguir a "restauradora" e a "reflexiva" como dois tipos básicos de nostalgia, as quais não correspondem a absolutos binários, podendo apresentar sobreposições, sem, no entanto, coincidir. Como recurso conceitual, servem para "identificar as principais tendências e estruturas narrativas da trama nostálgica na produção de sentido para anseios e perdas que se pode ter" (Ibid., p. 159). A autora relaciona a nostalgia restauradora ao apego às tradições e à defesa de uma verdade absoluta, sentimento que a autora identifica no cerne dos recentes reavivamentos de nacionalismos e no recrudescimento de fundamentalismos religiosos. Inclinada para a cultura oral e símbolos coletivos, esse tipo de nostalgia se enreda nas narrativas de retorno às origens e de teorias da conspiração, apresentando uma retórica de continuidade com o passado baseada em valores tradicionais. A partir de um sentimento de perda da comunidade política e vazio de significado social e espiritual, a nostalgia restauradora pode ser usada politicamente

visando restabelecer a coesão social, uma sensação de segurança e uma relação de obediência à autoridade.

A nostalgia reflexiva, por sua vez, incorpora as contradições da modernidade e coloca em questão verdades absolutas, podendo apresentar desafios éticos e criativos, favorecendo a criação da individualidade estética. Voltada para a reflexão sobre a história e a passagem do tempo, orienta-se para narrativas individuais, valorizando detalhes e signos da memória. Sua retórica não se caracteriza por uma única trama, ao contrário, "explora formas de ocupar muitos lugares simultaneamente", como diz Boym, "trata de viver o tempo fora do tempo e de aproveitar o presente fugaz" (BOYM, 2017, p. 159).

Portanto, enquanto a nostalgia restauradora se esforça por domesticar e espacializar o tempo, a reflexiva temporaliza o espaço, abre múltiplos planos de consciência e mobiliza o pensamento crítico, possibilitando a convivência de memórias afetivas com a reflexão crítica. Inclusive, termos como *nostalgizing* e *nostalgize,* propostos por Katharina Niemeyer (2014) e traduzidos para o português como *nostalgização* e *nostalgizar*, respectivamente, têm sido utilizados para destacar a positividade da nostalgia, sua ação, seu exercício, ou seu potencial de agência no presente. Entretanto, se nos voltarmos para *Santiago* adotando uma metodologia distinta, ou seja, detendo-nos na língua pela qual o documentário se expressa, a língua portuguesa, podemos compreender melhor como a memória dos fatos que ele elabora em sua narrativa se articula a uma memória dos sentimentos ao trazer pra o primeiro plano da análise fílmica a saudade.

A análise do documentário do ponto de vista de um investimento nostálgico de Salles está presente em diversos autores, como Almeida e Oliveira (2018), Coelho (2007), Coli (2007), Fink (2008), Tupiassú (2009), Souza (2011) e Milani (s/d.). Por outro lado, apenas Finco (2012) e Oliveira (2013) fazem breve menção ao sentimento saudoso, como produto das lembranças projetadas no filme e traço sentimental da narração. Devemos lembrar que o filme não nomeia os sentimentos envolvidos no retorno do cineasta à casa de sua infância, descrevendo o trajeto da câmera pelos seus espaços vazios com comedimento e pudor sentimental. Desse modo, nem a nostalgia nem a saudade são verbalizadas de modo explícito pelo narrador de *Santiago*, mas os sentimentos de perda e identificação com o passado estão presentes em sons e imagens, corporificados, por exemplo, nos planos vazios e monocromáticos, na cadeira enquadrada com folhas secas no chão, no contraste

entre uma narração que diz o que acontecia na casa com os seus cômodos desocupados, bem como na presença da voz do irmão do diretor, orientando narrativamente seu discurso.

A partir das reflexões desenvolvidas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em suas pesquisas mais recentes sobre a saudade (2013b; 2018; 2021b), podemos defini-la de modo sintético como um sentimento que resulta da perda e se relaciona a um desejo de reconstruir o passado perdido. Originalmente associado à perda de um lugar, às experiências de deslocamento no espaço, migração, desterritorialização, fatos fundamentais da modernidade, constitui um sentimento moderno elaborado na língua portuguesa como saudade, ou, ainda, a manifestação de uma sensibilidade reativa ao mundo moderno.

Ao reconstruir a historicidade do universo semântico da palavra saudade, os sentidos a ela atribuídos e suas singularidades históricas, o autor recorre à sua etimologia, discutindo a derivação latina da palavra *solitude* e o parentesco da saudade com a solidão, sentimento igualmente característico da modernidade, relacionado ao fim das formas comunitárias de existência e à emergência do indivíduo; enfim, ao desenvolvimento do sentimento de si no mundo moderno. Além da saudade ser um sentimento que pode aflorar na solidão, ambas são associadas à perda de referências, mudanças e transformações. Todavia, não podemos perder de vista a especificidade da saudade. Como diz o autor,

> como esse conceito é específico da língua portuguesa, é um sentimento específico dos povos que falam essa língua, sem ignorar que o sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém, seja um sentimento partilhado por todos os humanos; mas, ao serem nomeados com outros conceitos, outros sentidos adquirem (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 156).

Sentir saudade, portanto, como "modalidade de consciência e sensibilidade" (Ibid., p. 157), supõe uma experiência social, cultural e histórica de um aprendizado doloroso através da perda e do luto. Intimamente relacionada à memória, devemos lembrar que é também inseparável do esquecimento, sua outra face. Pode ser expressa de diferentes formas, por meio de uma linguagem, materializado em gestos, enunciados, performances, imagens, ações e reações que denotam seu conteúdo cultural, social e histórico.

Partindo das reflexões do movimento saudosista português, sobretudo das ideias do filósofo Leonardo Coimbra, de forte inspiração bergsoniana, sobre as figuras do tempo envolvidas no sentimento da saudade, Albuquerque Júnior (2018) aborda as relações da saudade com as noções de tempo, história e memória, destacando o caráter múltiplo das elaborações temporais originadas do

sentimento saudoso. O autor identifica o ser saudoso como alguém que se sente deslocado, exilado do tempo em que vive, alguém que nutre o desejo de viver no passado ou revivê-lo no presente.

Assim, podemos perceber como nostalgia e saudade se assemelham, mas não se confundem. Na definição dos portugueses, a saudade se diferencia da nostalgia pois se referem a temporalidades diversas (ALBUQUERQUE JR., 2021b). A nostalgia alude a um tempo remoto, longínquo, a uma perda pacificada ou a um luto realizado, enquanto a saudade está relacionada a uma temporalidade recente, a qual aproxima passado e presente e projeta o passado no futuro, o qual deve repeti-lo ou trazê-lo de volta. Por esse motivo, muitas das subjetividades/sensibilidades saudosistas tendem a ser conservadoras do ponto de vista social e político, uma vez que pretendem que o passado se prolongue no futuro. Nesse sentido em que a saudade articula uma promessa de reencontro futuro com o passado, ela se aproxima especialmente da nostalgia restaurativa, discutida por Boym. Destacando a presença do futuro entre as temporalidades implicadas no sentimento saudoso e sua dimensão projetiva, Albuquerque Júnior afirma: "a saudade pode ser a base da construção no presente de um outro futuro, um futuro passado" (Idem, 2013b, p. 171). Nesse ponto, chegamos ao paradoxo da saudade, à medida que faz do desejo de retorno ao passado o seu futuro, constitui um "sentimento que, vivido no presente, evoca o passado e o convoca como futuro" (Idem, 2018, p. 111).

Esse sentimento polissêmico e que admite múltiplas formas de encenação, apresenta ainda uma ambivalência na medida em que pode se acompanhar de sensações de alegria e de tristeza, nos lembra o autor, que as descreve como "um lado luminoso e outro sombrio, trágico", da saudade, que possibilita "momentos de claridade e de trevas" (Ibid., p. 98), em referência à experiência feliz de encontro com o ser ausente que a recordação saudosa favorece, mas que se sucede da infeliz constatação da sua ausência. A letra da canção *Toda Saudade* (1989), de Gilberto Gil, traduz de forma poética essa duplicidade:

Toda saudade é a presença
Da ausência de alguém
De algum lugar
De algo enfim
Súbito o não
Toma forma de sim
Como se a escuridão
Se pusesse a luzir
Da própria ausência de luz

O clarão se produz
O sol na solidão
Toda saudade é um capuz
Transparente
Que veda
E ao mesmo tempo
Traz a visão
Do que não se pode ver
Porque se deixou pra trás
Mas que se guardou no coração
(GILBERTO GIL, s/d.)

Ao comentar a letra da música, o cantor ressalta a imagem bifacial da saudade que ela apresenta, em referência à sua dupla função de "admitir a ausência[,] mas ao mesmo tempo instalar a presença".[6] Esse aspecto dúplice da saudade constitui outra importante semelhança com a nostalgia, qualificada como um afeto agridoce por Fred Davis por acompanhar determinadas elaborações mnemônicas ao sabor de uma mistura de melancolia e contentamento: "Agridoce' é uma palavra adequada às vezes empregada neste contexto, para sugerir que a nota de tristeza serve apenas para aumentar a qualidade da alegria ou contentamento recuperado" (DAVIS, 1997, p. 418. Tradução nossa).[7]

Portanto, a saudade pode ser compreendida como acontecimento histórico, temporal, humano, e por isso mesmo também carnal e sensível, uma vez que se inscreve no corpo pela sensibilidade, adquirindo corporalidade (ALBUQUERQUE JR., 2018, p. 108). Nos filmes de Salles, *Santiago* e *No Intenso Agora*, mas sobretudo no primeiro, a saudade se manifesta principalmente nas imagens da casa da Gávea, a casa de sua infância, eleita como condição sensível para a sobrevivência e reconstrução de sua memória familiar.

Podemos dizer que as incursões do diretor em ambos os filmes pela casa da Gávea por meio das imagens de arquivo buscam reencontrar não apenas o tempo perdido, mas também o espaço perdido da casa natal. Como lembra Jacy Alves de Seixas sobre a dimensão espacial do tempo proustiano, "muito mais que reencontrado, ele é retomado, recriado, *reatualizado*" (SEIXAS, 2004, p. 49. Grifo da autora). O espaço da casa, apesar de vazio, como aparece na maioria das imagens de *Santiago*, é ao mesmo tempo denso pois atravessado por múltiplas e diversas temporalidades, as quais,

[6] Extraído do livro *Gilberto Gil – Todas as Letras* (Companhia das Letras, 2003), reproduzido na página *online* oficial do artista. Disponível em: https://gilbertogil.com.br/conteudo/musicas/?busca=toda+saudade.
[7] No original: "'Bittersweet' is an apt word sometimes employed in this context, as if to imply that the note of sadness serves only to heighten the quality of recaptured joy or contentment" (DAVIS, 1997, p. 418).

sobrepostas, o constituem como um espaço de saudade, como diria Albuquerque Júnior (2011),[8] ou como um espaço de recordação, nos termos de Aleida Assmann (2011).

Nesse caso, o conceito de Assmann de "espaço de recordação" é preferível ao clássico "lugar de memória", de Pierre Nora, pois não supõe que a memória, pautada por discursos espontâneos, seja subsumida pela história, como um discurso racionalista. Como observou Seixas (2001, p. 40), as reflexões de Nora sobre memória e história radicalizam as oposições de Maurice Halbwachs entre memória individual e memória coletiva, e, especialmente, entre memória coletiva e história. Para Nora (1993), a contemporaneidade se debruça tanto sobre a memória porque ela não existiria mais, ou não existiriam mais meios de memória, e, por isso, se erigem os chamados lugares de memória. Constituindo-se em lugares de uma memória histórica, são, na verdade, lugares de história.[9]

Na elaboração teórica do conceito de lugares de memória de Nora, Seixas identifica uma negligência em relação à espacialização do tempo, "um traço instituidor da memória", o qual diz respeito justamente à capacidade de "exprimir-se, materializar-se e atualizar-se através de *lugares*" (SEIXAS, 2004, p. 44. Grifo da autora). Assim, aproveitamos a redefinição do conceito de lugares de memória feita pela autora, de acordo com a qual estes "representariam menos uma ausência de memória ou a manifestação de uma memória historicizada do que irrupções afetivas e simbólicas da memória em seu diálogo *sempre atual* com a história" (Ibid., p. 44. Grifo da autora).

Do ponto de vista da memória cultural, Assmann (2011) também se opõe a perspectivas que asseguram o fim da memória, além de argumentar que ela é domínio tanto de indivíduos quanto de grupos e coletividades, contra visões essencialistas desse fenômeno. Para a autora, as formas de recordar são históricas e definidas culturalmente, e por isso ela descreve a memória a partir de atributos plásticos, e não como vestígio ou armazenamento. Nesse sentido, Assmann considera a história como uma das formas de recordação e propõe modos de relação de aproximação com a memória para a produção do conhecimento histórico, ao invés da sua exclusão ou recalque.

[8] Referência ao título do segundo capítulo de **A invenção do Nordeste e outras artes**, "Espaços da saudade" (ALBUQUERQUE JR., 2011).

[9] Atentos às reflexões de Seixas sobre a legitimidade do estatuto teórico próprio à memória especificamente histórica e à pertinência de tal formulação, ou seja, à sua particularidade em relação a outras categorias e conteúdos da memória, como a literária ou a individual (SEIXAS, 2002, p. 60-62; Idem, 2004, p. 38), manteremos a expressão "memória histórica", a qual originalmente privilegia a dimensão voluntária da memória em sua interlocução com a história, sem, no entanto, excluir de seus "planos" aqueles traçados pela memória involuntária, a qual contempla a dimensão afetiva e descontínua da vida e das ações humanas (Idem, 2002, p. 74-75).

Acreditamos que a abordagem da saudade em sua multiplicidade temporal nos oferece uma chave de interpretação da memória em relação com a história que valoriza suas especificidades.

No documentário de Salles, a edição final o encaminha para uma rememoração afetiva dos anos vividos em família na casa da Gávea, a qual reforça a saudade em relação a esse passado familiar, como expressa um texto lido nos últimos momentos do filme, o qual Fernando teria escrito em homenagem ao seu pai por ocasião de sua morte: "Dele, hoje, plantei as cinzas/Virando a terra com meus irmãos./Será um dia pé de silêncio junto ao rio de minha infância./No orvalho do jardim, cresce um pau-brasil./Pena, eu lá não brinco mais."

Se para Gaston Bachelard (1978) a casa está fenomenologicamente associada a um corpo de imagens maternais, relacionadas aos sentidos de proteção, estabilidade e segurança, nas imagens de *Santiago,* o espaço da casa da Gávea está investido de um tropo de gênero masculino (STAM, SHOHAT, 2004, p. 212), figurando como "casa paterna". Aliás, podemos ver na maçaneta de sua porta de entrada, marcada literalmente pela mão de seu antigo proprietário, um símbolo da masculinidade fálica. Essa casa representava, assim, parte do mundo masculino do poder político, econômico e social, legitimado pelo deslumbre de seu luxo (FRANÇA, 2009).

Nesse sentido, é significativo que um dos irmãos de João, o banqueiro Pedro Moreira Salles, tenha comentado em uma entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, em 2012, que a casa da Gávea constituía "uma espécie de instrumento de trabalho, um lugar que não hospedava, recebia" (GREENHALGH, 2012). Em seu relato das relações sociais desenvolvidas no ambiente doméstico familiar, a função política parecia se sobrepor à dimensão privada do lar, lembrado por ele com "cara de embaixada", o que nos ajuda a compreender como a generificação masculina do espaço da casa se relaciona com a rememoração afetiva empreendida no documentário.

Um dos dados levantados por Lourenço (2016, p. 42) acerca das "grandes dinastias familiares" é o contínuo investimento na manutenção do seu patrimônio material ao longo das gerações, bem como na preservação do legado dos seus antepassados. Vejamos, por exemplo, o uso do tropo genealógico da árvore como símbolo de continuidade da família presente no necrológio escrito por Fernando, filho de Walther com sua primeira esposa, Helène Matarazzo. Nesse sentido, também é significativo que entre os homens da família Moreira Salles alguns nomes se repitam, como ocorreu com Walter Moreira Salles Júnior, depois de seu pai, Walther Moreira Salles (1912-2001), e com João Moreira Salles, seu filho caçula, batizado em homenagem ao avô paterno, João Theotônio

Moreira Salles (1888-1968), identificado nessa genealogia masculina como pioneiro nos negócios que alavancariam a família economicamente.

Outro gesto que exemplifica a dupla preocupação da família com seu patrimônio material e cultural é a transformação da casa da Gávea em sede do Instituto Moreira Salles, após um rigoroso processo de restauro, reforma e adaptação que se estendeu de 1995 a 1999, [10] visando perpetuar o trabalho de patrocínio e produção no mercado cultural brasileiro desempenhado pela família. Tombado como patrimônio cultural do Rio de Janeiro em 2018,[11] no aniversário de 453 anos da cidade, esse marco da arquitetura moderna brasileira abriga atualmente uma das maiores instituições culturais privadas do país, sem fins lucrativos, mantida pelo conglomerado Itaú Unibanco, que reúne importante patrimônio em acervos de fotografia, em maior número, e também de música, literatura e iconografia, além de promover diversas atividades culturais, e que atrai público visitante também pelo seu conjunto arquitetônico e paisagístico. [12]

Em *Santiago,* a herança material e imaterial dos Moreira Salles é revisitada nas sequências em que o cineasta percorre a casa da Gávea e a voz *over*[13] associa aos seus espaços lembranças saudosas de momentos vividos em família que expressam um desejo de reconstruir a memória familiar; uma memória, sobretudo, patriarcal. Sem perder de vista a historicidade do conceito de patriarcalismo, ou de família patriarcal, e sua invenção por Gilberto Freyre para descrever as relações familiares predominantes no Brasil do período colonial ao século XIX (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p. 125), o consideramos apropriado para descrever o tipo de rememoração elaborada no documentário de Salles a partir de um olhar masculino, proveniente de uma classe dominante e diante de um presente visualizado como decadente. Nesse sentido, ressaltamos como a elaboração freyreana do conceito se relaciona com a ruína das próprias relações que descreve, como expressão de certa "nostalgia de uma forma de relacionamento social, que passava pela família, porque essa servia de modelo e era a

[10] Sobre o processo de restauro, cf. DUTRA, MENEZES, 1999.

[11] O decreto de tombamento, nº 44279 de 01 de março de 2018, apresenta uma abordagem do bem imóvel centrada em seus aspectos formais, estilísticos e arquitetônicos. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4427/44279/decreto-n-44279-2018-determina-o-tombamento-definitivo-e-cria-area-de-entorno-de-bem-tombado-da-residencia-walter-moreira-salles-situada-na-rua-marques-de-sao-vicente-n-476-gavea-vi-r-a?r=p. Último acesso em 18 nov. 2021.

[12] O Instituto Moreira Salles, fundado em 1992, com a criação de seu primeiro centro cultural na cidade de Poços de Caldas, atualmente conta também com a unidade do Rio de Janeiro e uma em São Paulo. Cf. SOBRE O IMS. **Instituto Moreira Salles.** Disponível em: https://ims.com.br/sobre-o-ims/. Último acesso em 22 mar. 2022.

[13] A narração em "voz *over*" no documentário refere-se a uma voz descorporalizada, cuja origem se situa fora do espaço diegético da produção, ou seja, consiste em um comentário sobre a imagem exibida, proveniente de uma fonte não visível no quadro Cf. DOANE, 1983, p. 466-467.

instituição central para todas as demais relações na sociedade" (ALBUQUERQUE JR., 2013a, p. 131).[14]

Portanto, em *Santiago*, a casa natal figura como suporte mnemônico a partir do qual o documentarista pode construir voluntariamente uma narrativa monumentalizante sobre o seu passado e o de sua família. Nessa incursão pela história familiar, ele recorre ao auxílio de Santiago, na função do "último guardião da memória, a última testemunha", para quem a casa da Gávea se assemelhava a um palácio florentino; afinal, "de todas as pessoas que passaram por aquela casa, Santiago foi o único que preservou a memória de seus grandes momentos",[15] diz Salles (DIELEKE; NOUZEILLES, 2014, p. 145. Tradução nossa). Essa narrativa saudosa, é elaborada no documentário de modo que, de bem patrimonial herdado entre espólios materiais, a casa da Gávea passa a ser considerada um monumento para a família do cineasta mais por um valor afetivo e simbólico a ela agregado por Salles e seus irmãos que pelos seus atributos históricos e estéticos, posteriormente reconhecidos oficialmente quando a propriedade se tornou parte do patrimônio cultural da cidade.

Os gestos do cineasta, de sua família e da Prefeitura do Rio de Janeiro expressam investimentos diversos em relação à casa da Gávea. Como afirma Santiago Júnior, a noção de patrimônio envolve diferentes usos do passado em sua formulação: "o bem patrimonial não é dotado de um valor intrínseco homogêneo, mas indexado de aspectos mnemônicos e não mnemônicos em múltiplas relações que disputam o mesmo bem cultural" (SANTIAGO JR., 2015, p. 260).

A investida do cineasta em relação à casa por meio do documentário se consuma no decorrer das diversas temporalidades que o filme congrega, iniciando-se com a produção das imagens da casa ainda abandonada, em 1992. Não dispomos de informações para afirmar se nessa época já existia um projeto de restauro da casa, tampouco se o cineasta sabia que seu pai desejava transferir a sede do instituto para suas dependências, o que ocorreu em 1999, e se antecipou às transformações promovidas para sua patrimonialização para fazer as gravações. Quando ele retoma o projeto do filme, em 2005, a casa da Gávea já havia se tornado sede do instituto da família e, ainda assim, a montagem do documentário, finalizada em 2006, é realizada com as imagens antigas de seus cômodos vazios, apesar de terem sido feitas novas tomadas em estúdio para serem incorporadas à

[14] Leituras feministas mais recentes do conceito de patriarcalismo têm proposto sua substituição pelo termo "patriarcapitalismo", para explicitar sua indissociabilidade do capitalismo. Ver GABRIELE, 2018.
[15] No original: "of all the people that had passed through that house, Santiago was the only one who preserved the memory of its great moments" (DIELEKE; NOUZEILLES, 2014, p. 145).

produção. A crítica de Marcelo Coelho se detém sobre a visualidade nostálgica, ou saudosa, diríamos, dessas imagens:

> As imagens da mansão abandonada dos Moreira Salles, que voltam várias vezes no filme, reiteram discretamente essa nostalgia. João Moreira Salles não evitou nem mesmo a simbologia, pouco original[,] mas sempre eficaz visualmente, das folhas de outono caindo sobre a piscina onde já ninguém mergulha (COELHO, 2007).

A saudade é comumente associada a fenômenos de ocaso, como o outono, o qual simboliza momentos de passagem, transição ou ruptura entre temporalidades distintas, indicando mudanças na experiência existencial (ALBUQUERQUE JR, 2021b). Enquanto o restauro e a transformação da casa da Gávea em centro cultural pela família Moreira Salles, inaugurado em 1 de outubro de 1999, a retiram da condição de ruína, viabilizando sua reapropriação simbólica, econômica e funcional e seu posterior tombamento pelo poder público municipal se soma ao processo de sua patrimonialização, promovendo o reconhecimento e a preservação legal da propriedade como bem cultural, identificamos em *Santiago* um gesto saudoso de captura cinematográfica da casa como alegoria da ruína familiar, da cidade e do país, o qual podemos compreender como "forma de minorar a ausência querida, de reviver mesmo como um reflexo pálido aquilo já vivido" (ALBUQUERQUE JR., 2013b, p. 168). Entretanto, ressaltamos que a ideia de reflexo não se adequa à nossa perspectiva de análise fílmica, uma vez que remete a um original refletido pela superfície espelhada. Enquanto filme de arquivo, *Santiago* retoma a "natureza" básica da imagem fílmica – a projeção espectral – como uma presença da imagem como luz. Há ali uma fenomonelogia do reflexo-impressão na película (ou transformação digital), mas no que se refere ao discurso saudosista, seria mais como um paradoxo, um espectro em luz do já vivido que restaura, como imagem, o passado ausente, mas reencontrável como resto em suas imagens de arquivo da casa da Gávea.

Existe uma "ruinofilia" na encarnação material da nostalgia em construções arquitetônicas modernas, segundo Boym. A autora define esse apego, afeição ou gosto pelas ruínas como "um tipo de amor e tolerância por ruínas modernas que mantém vivas memórias da destruição e de múltiplas histórias controversas, de temporalidades coexistentes" (BOYM, 2017, p. 162), o qual podemos identificar na base da produção alegórica das imagens saudosas da casa da Gávea como ruína. Desse modo, as imagens da casa que compõem o documentário competem com o dispositivo patrimonial que a converte em monumento, buscando encerrá-la em um passado saudoso.

O patrimônio se relaciona à memória e ao espaço como vetores de identidade, apresentando-se como "um convite à anamnese coletiva", segundo a expressão de François Hartog (2006, p. 266). Ele é fundamental para a construção de uma memória identitária, à medida que possibilita que os grupos sociais se identifiquem afetivamente com o objeto convertido em patrimônio. Fazer da casa da Gávea um lugar de patrimônio contribui para construir uma identidade para a cidade do Rio de Janeiro, mas também para os Moreira Salles, elegendo uma história, a qual tem efeito de produzir território e continuidade para a família (Ibid., p 268; 270). A operação de patrimonialização constitui ainda uma forma de uso do passado que produz para ele uma visualização (GUIMARÃES, 2007, p. 12). Por meio dela, a casa da Gávea se torna uma instituição que oferece suporte à visualização do passado da cidade, do país e da família do cineasta, constituindo um espaço de memória da classe dominante brasileira, caráter reforçado pela monumentalidade de sua edificação.

Em ambos os sentidos, o agenciamento das imagens da casa em *Santiago* vai ao encontro do dispositivo patrimonial, mas diverge dele quando age para ressignificar os seus traços materiais. Como diz Manoel Luiz Salgado Guimarães, o patrimônio opera "fazendo com que seus objetos possam ser vistos como algo diferente daquilo que o foram quando criados. Reinscritos e lidos sob nova chave, viabilizam formas peculiares de visualidade para o passado, aquela necessária ao nosso presente" (Ibid., p. 17). Todavia, o uso das imagens de arquivo da casa no filme de Salles diverge de sua patrimonialização na medida em que este processo age para ressignificar os seus traços materiais, ao passo que o documentário pretende inscrevê-la num passado idealizado.

Portanto, em *Santiago*, no espaço da casa da Gávea se aglutinam diferentes temporalidades: (1) a época em que a casa abrigou a família Moreira Salles, rememorada como seu período áureo, em que a casa figura como epítome do modernismo brasileiro e (2) a fase de produção do filme, que se estende da tomada das primeiras imagens da casa abandonada para o projeto até a edição final anos depois, ao longo da qual o diretor elabora a imagem da casa como alegoria da decadência ou ruína de sua família, do Rio de Janeiro e do país. Além disso, (3) as imagens do filme contêm virtualmente também o seu futuro, e, uma vez que a casa foi preservada, restaurada, transformada em instituto cultural e alçada à condição de patrimônio cultural do Rio de Janeiro, quando assistimos ao filme hoje, o conhecimento dessas informações acrescenta mais uma camada de sentido ao seu espaço, a qual entra em tensão com aquelas prescritas pelo diretor.

Em suma, quando o filme foi lançado, a casa havia sido restaurada, já era instituto e uma fundação para preservação cultural, o que a inscreve numa temporalidade comunitária do tipo patrimonial. *Santiago*, portanto, instaura um outro passado para a casa, expondo traços da intimidade familiar, inscrevendo outra memória que concorre com a temporalidade patrimonial pública. Uma via de acesso a este tempo saudoso privado, rememorado no trabalho com os materiais de arquivo e reconstruído por meio da montagem, permanece aberta pelo documentário, apresentando a casa da Gávea ao espectador como imagem-ruína totalizante.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. A invenção do patriarcalismo. In: **Nordestino:** a invenção do "falo" – uma história do gênero masculino (1920-1940). 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2013a. p. 125-136.

_____. Os tempos de uma saudade: as reflexões sobre a noção de tempo no saudosismo português. In: SALOMON, Marlon (Org.) **Heterocronias:** estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Ricochete, 2018. p. 84-112.

_____. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. **Revista História Hoje**, v.2, n.4, p.149-174, 2013b.

_____. Uma Clio saudosa: os desafios contemporâneos para o discurso historiográfico. Mesa de abertura – A modernidade e as folhas que caem no fim do verão. Semana de História UFU 2021. **YouTube**, 13 set. 2021b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LruC9v7CCAY. Último acesso em 20 dez. 2021.

ALMEIDA, Rafael de; OLIVEIRA, Paulo Passos de. Santiago: a solidão sob o prisma do filme-ensaio. **Galáxia** (São Paulo, *online*), n. 38, mai-ago., 2018, p. 114-126.

AMORIM, Rose Mary Guerra. **O governo JK e a revista Manchete:** a criação do mito dos anos dourados. Dissertação (mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro: [s.n] 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. **História da Historiografia**. Ouro preto, n. 23, abril 2017. p. 153-165.

CAMPO, Monica Brincalepe. O Desafio: filme reflexão no pós-1964. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé (Orgs). **História e Cinema:** dimensões históricas do audiovisual. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

COELHO, Marcelo. Eles não usavam Rolex. **Folha de São Paulo**, 17 out. 2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1710200725.htm. Último acesso 25 mar. 2022.

COLI, Jorge. O culpado não é o mordomo. **Folha de São Paulo**, 11 nov. 2007. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1111200702.htm. Último acesso 25 mar. 2022.

DAVIS, Fred. Nostalgia, Identity and the Current Nostalgia Wave, **Journal of Popular Culture**, 11:2 (1997:Fall).

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Remontagens do tempo sofrido.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DIELEKE, Edgardo; NOUZEILLES, Gabriela. The Spiral of the Snail: Searching for the Documentary – An Interview with Joao Moreira Salles, **Journal of Latin American Cultural Studies**: Travesia, 2008, 17:2, 139-153.

DOANE, Mary Ann. A voz no cinema: a articulação de corpo e espaço. In: XAVIER, Ismail (Org.). **A experiência do cinema:** antologia. Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilme, 1983. p. 456-475.

DUTRA, Maria Luiza; MENEZES, Walter Arruda de. Instituto Moreira Salles – Rio de Janeiro: Projeto e Obra de Restauro, Reforma e Adaptação. **Anais do III Seminário DO.CO.MO.MO Brasil**, dez. 2019. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Maria_dutra.pdf. Último acesso 24 mar. 2022

FINCO, Henrique. **Imagem tensa e performance como testemunho em filmes documentários no Brasil.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, SC, 2012.

FINK, Camila. Relações de poder no fazer cinematográfico. **Caleidoscópio**, Ensaios, ago. 2008. Disponível em: http://cinecaleidoscopio.com.br/relacoes_de_poder_no_fazer_cinematografico.html Último acesso em 25 mar. 2022.

FRANÇA, Renata Reinhoefer. Arquitetura Cifrada: a Casa da Gávea de Walther Moreira Salles. **Arquitextos**, São Paulo, ano 09, n. 104.05, Vitruvius, jan. 2009. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.104/84. Último acesso em 25 mar. 2022.

FRANCO, Diego Morais Vieira. **No intenso agora:** ensaio sobre o cinema de arquivo. 2019. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2019.

GABRIELE, Camila V. B. El biopoder patriarcapitalista y la destrucción de la masculinidad. La resistencia em clave femenina y feminista. **Acheronta: Revista de Investigación en filosofia,** n. 3, 2018. Disponível em: https://revistas.unne.edu.ar/index.php/ach/article/view/%20%203081. Último acesso em 04 fev. 2022.

GILBERTO GIL. Conteúdo, Músicas, Toda Saudade. Disponível em: https://gilbertogil.com.br/conteudo/musicas/?busca=toda+saudade. Último acesso em 16 mar. 2022.

GREENHALGH, Laura. Empresário, diplomata, mecenas. E uma só vida. **O Estado de São Paulo**. Política, p. 1-2, 28 mai. 2012. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empresario-diplomata-mecenas-e-uma-so-vida,878980>. Último acesso em 25 mar. 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. N. Sér. v.15. n.2.p. 11-30. jul-dez. 2007.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

IMORDE, Joseph. Em casa: a cultura visual da privacidade. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto (Org.). **Cultura Visual e História.** 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016.p. 201-218.

KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: arte, história, imagem. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 151-168, 2008.

LOURENÇO, Júlio César. **Imagens da elite:** a trajetória do Documentalista João Moreira Salles dentro do Campo Cinematográfico Brasileiro (1987-2007). Tese (Doutorado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2016.

MAIA, Marta. João, o bilionário ilustrado. **Outras Palavras**, Poéticas, 09 out. 2020. Disponível em: https://outraspalavras.net/poeticas/joao-o-bilionario-ilustrado/. Último acesso em 07 jan. 2022.

MARSON, Melina Izar. **O Cinema da Retomada: Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine.** Campinas, SP: [s.n.], 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MILANI, Robledo. Santiago. **Papo de Cinema**, Filmes. Disponível em: https://www.papodecinema.com.br/filmes/santiago/. Último acesso 25 mar. 2022.

NAGIB, Lúcia. **A utopia no cinema brasileiro**: matrizes, nostalgia, distopias. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NIEMEYER, Katharina. **Media and nostalgia.** Yearning for the past, present and future. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n° 10, pp. 07-28, 1993.

OLIVEIRA, Érika Bauer. **A construção do afeto nos filmes "Nelson Freire" e "Santiago", de João Moreira Salles.** Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

PINTO, Carlos Eduardo. A razão agoniza em uma casa vazia. **Revista Prumo**, [S.l.], v. 5, n. 8, mar. 2020.

RAMOS, Fernão Pessoa. A Retomada: nação inviável, narcisismo às avessas e má consciência. In: RAMOS, Fernão Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila. (Org.). **Nova História do Cinema Brasileiro.** V. 2. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. p. 410-471.

SALLES, João Moreira. Cineastas do Real. [Entrevista cedida a] Amir Labaki. Canal Brasil, **Spotify**. 26 jan. 2022. [Foi ao ar originalmente em 2015] Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2Hgxs55oPSopwaVoeDd2oz. Último acesso em: 26 jan. 2022.

_____. Entrevista com João Moreira Salles. [Entrevista concedida a] Silvana Arantes. **Folha de São Paulo**, 13 ago. 2007. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1308200714.htm. Último acesso em 25 mar. 2022.

_____. "Santiago: uma entrevista com João Moreira Salles". [Entrevista concedida a] Luiz Zanin. **Estadão**, 07 abril 2009. Disponível em: https://cultura.estadao.com.br/blogs/luiz-zanin/title-519/. Último acesso em 25 mar. 2022.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-51. e08**, São Paulo, v. 27, ed. e08, p. 1-51, 29/04 2019a.

_____. Dimensões historiográficas da virada visual ou o que pode fazer o historiador quando faz histórias com imagens?. **Revista Tempo e Argumento**, [S.l.], v. 11, n. 28,

p. 402 - 444, out. 2019b.

_____. O passado como questão, a tradição como mediação: cinema, espaço público e o regime civil-militar. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto (Org.). **Cultura Visual e História.** 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016. p. 233-254.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. (orgs.). **Memória e ressentimento:** indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004. p. 37-58.

SOUZA, Eneida Maria. **Janelas indiscretas:** Ensaios de crítica biográfica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

TUPIASSÚ, Lúcia. João Moreira Salles, de "Santiago". **XXXII Intercom**, Curitiba, set. 2009, p.1-12.

XAVIER, Ismail. Entrevista concedida a Eugênio Puppo e Arthur Autran. In: PUPPO, Eugênio (Org.). **Catálogo da mostra A Montagem no Cinema realizada no Centro Cultural Banco do Brasil**, 2006. p. 37-40.

Temporalidades

Cinema, História e Memória: O testemunho no documentário *Compañero Victor Jara of Chile* (1974)

Cine, Historia y Memoria: El testimonio en el documental *Compañero Victor Jara of Chile* (1974)

Maria Luiza Franca Ramalho
Mestranda em História e Cultura Social
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
marialuizafrancaramalho@gmail.com

Recebido: 14/04/2023
Aprovado: 12/09/2023

Resumo: O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 teve um grande impacto internacional e foi amplamente divulgado por meio da imprensa, televisão e cinema de diversos países. A violenta derrocada do governo da Unidade Popular (UP), com o aprisionamento e morte de milhares de partidários do projeto da "via chilena ao socialismo", motivou a realização de reportagens e filmes de denúncia à repressão militar. Após ser preso, torturado e assassinado no Estádio Chile, o "*cantautor*" e multiartista comunista Víctor Jara (1932-1973) passou a ser visto como "mártir de resistência". Exilada em Londres, a bailarina Joan Turner, viúva de Jara, mobilizou-se como ativista pelos Direitos Humanos e relacionou-se com redes de solidariedade internacionais. Neste contexto, este artigo analisa o documentário *Compañero: Victor Jara of Chile* (1974), dirigido e produzido pelos cineastas britânicos Martin Smith e Stanley Forman, como parte do "fenômeno audiovisual de solidariedade". Tem-se como objetivo examinar a formulação de uma narrativa de memória sobre Víctor, bem como, a elaboração do testemunho de Joan sobre a UP e o golpe civil-militar, no início de seu exílio.

Palavras-chave: Víctor Jara; Cinema e Memória; Golpe Militar no Chile;

Resumen: El golpe de Estado del 11 de septiembre de 1973 tuvo una gran repercusión internacional y fue ampliamente difundido a través de la prensa, la televisión y el cine de varios países. El derrocamiento violento del gobierno de la Unidad Popular (UP), con el encarcelamiento y muerte de miles de simpatizantes del proyecto de la "vía chilena al socialismo", motivó la producción de reportajes y películas de denuncia contra la represión militar. Detenido, torturado y asesinado en el Estadio Chile, el cantautor y multiartista comunista Víctor Jara (1932-1973) pasó a ser visto como "mártir de la resistencia". Exiliada en Londres, la bailarina Joan Turner, viuda de Jara, se movilizó como activista por los Derechos Humanos, relacionándose con movimientos de solidaridad internacional. En este contexto, este artículo analiza el documental *Compañero: Victor Jara of Chile* (1974), dirigido y producido por los cineastas británicos Martin Smith y Stanley Forman, como parte del "fenómeno audiovisual de la solidaridad". Tiene como objetivo examinar la formulación de una narrativa de memoria sobre Víctor, así como, la elaboración del testimonio de Joan acerca de la UP y del golpe cívico-militar al inicio de su exilio.

Palabras clave: Víctor Jara; Cine y Memoria; Golpe Militar en Chile;

Introdução

Em 2017, Martin Smith declarou, em depoimento publicado no canal de *youtube* da Fundación Víctor Jara[1], que quando Stanley Forman o convidou para dirigir um curta-metragem de 10 minutos sobre o assassinato de Víctor Jara – cantor relacionado ao movimento da Nova Canção Chilena, morto no início da ditadura militar no país –, ele ponderou se realmente queria fazê-lo:

> [...] Eu gostava de Stanley, ele era um comunista e eu não queria fazer um filme para um comunista, na verdade. Mas, por outro lado, eu estava furioso com o que havia acontecido no Chile um ano antes, furioso com Pinochet, com os assassinatos, com o envolvimento do governo americano e da CIA [...] (SMITH, 2017[2]).

Segundo o diretor britânico, ele esteve em dúvida sobre o projeto até conhecer a bailarina Joan Turner, viúva de Víctor. Conhecê-la mudou sua ideia sobre fazer o filme, e conforme enfatiza, afetou-o pessoalmente. Exilada em Londres desde outubro de 1973, Joan concedeu entrevistas para diversos veículos de imprensa, com o intuito de denunciar o assassinato do marido e os demais crimes perpetrados pela Junta Militar. Tornou-se um nome importante desde o início da luta internacional contra a ditadura militar, e trabalhou com comitês que auxiliaram na acolhida dos exilados e na liberação de presos políticos chilenos.

Joan Jara[3] foi entrevistada para o documentário *Compañero: Victor Jara of Chile* (1974, 55') –dirigido e produzido por Martin Smith e Stanley Forman –, objeto da nossa atenção nesse trabalho. Lançado após um ano do golpe de Estado encabeçado pelo general Augusto Pinochet Ugarte, o filme faz parte de um amplo fenômeno: o interesse audiovisual de vários países pelo Chile, após o 11 de setembro de 1973. Como a historiadora Carolina Amaral de Aguiar (2017b) aponta, o golpe – cuja violência teve como imagem simbólica o bombardeio do Palácio de La Moneda e a morte do presidente Salvador Allende – despertou um interesse global pela situação do país. Tão impactantes quanto as imagens do "*Once*", foram as informações que seguiram esta data:

> [...] começaram a proliferar, em toda a imprensa internacional, notícias sobre as detenções (especialmente aquelas realizadas em estádios desportivos convertidos

[1] A Fundação Víctor Jara foi criada em 1993 por Joan Jara e suas filhas, Manuela e Amanda, com o objetivo de preservar e projetar a vida e obra de Víctor Jara.

[2] As traduções das fontes e da bibliografia em inglês e espanhol foram feitas livremente, exceto quando indicado o contrário. O vídeo citado encontra-se disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=9jW1EoLEBn0 >.

[3] Conforme defende em seu livro, a partir do exílio, passou a usar o nome de casada de "maneira política", "com orgulho e como um desafio" (JARA, 1998, p. 10).

> em campos de prisioneiros); sobre os assassinatos (inclusive de figuras públicas, como Víctor Jara) e sobre o exílio massivo (AGUIAR, 2017b, p. 18)

Desse modo, na imprensa, televisão e cinema de vários países, o Chile passou a ser um tema destacado e, conforme a autora defende, as diversas produções do período podem ser consideradas um "fenômeno audiovisual de solidariedade". Partindo dessa constatação, podemos situar *Compañero* em uma ampla circulação de filmes produzidos no contexto pós-golpe, que buscaram divulgar os crimes cometidos pelos militares chilenos.

No documentário, a morte de Víctor Jara no *Estadio Chile*[4], menos de uma semana após o golpe, é tomada como representativa da violência perpetrada à mando da Junta Militar que, já nos primeiros dias da ditadura que durou 17 anos, torturou e assassinou milhares de civis. O artista tornou-se importante símbolo para a esquerda chilena e latino-americana, passando a ser conhecido, internacionalmente, como exemplo de "artista revolucionário" e "mártir de resistência". Para tanto, o engajamento de Joan com a "memória", durante seu exílio, teve um papel fundamental.

A bailarina Joan Alison Turner Roberts nasceu em Londres, no ano de 1927. Mudou-se para Santiago do Chile em 1954, a partir de seu primeiro casamento com Patricio Bunster – bailarino chileno de quem divorciou-se, em 1959, antes do nascimento de Manuela Bunster, única filha do casal. Quarto dos cinco filhos do casal Amanda Martínez e Manuel Jara, Víctor Lidio Jara Martínez nasceu em 28 setembro de 1932, e passou grande parte de sua infância em Lonquén – cidade na área rural, localizada a menos de 50 km de Santiago. Na juventude, morou na *población* Nogales, área periférica da Região Metropolitana. Após a morte de sua mãe, passou um tempo no Seminário da Ordem dos Redentoristas de São Bernardo, e depois cumpriu o treinamento militar de um ano na Escola de Infantaria de São Bernardo.

Joan conheceu Víctor Jara na Universidade do Chile, quando ele cursava atuação, e ela lecionava a disciplina de expressão corporal. Casaram-se em 1964, ano de nascimento de Amanda – batizada em homenagem à avó paterna. Rememorado principalmente como folclorista, compositor e intérprete, Víctor formou-se em atuação e direção teatral, e foi enquanto diretor de peças como *Ánimas de día claro* (1962) e *La remolienda* (1965), do dramaturgo Alejandro Sieveking, que começou a ser reconhecido na imprensa. O multiartista foi filiado ao Partido Comunista do Chile (PCCh) e em sua obra artística destaca-se, como um dos principais recursos, a descrição crítica do modo de vida

[4] O Estádio Chile funcionou como um lugar de detenção, tortura e morte de milhares de prisioneiros políticos chilenos, e de um elevado número de estrangeiros entre 1973 e 1974. Em 2003, foi rebatizado como *Estadio Víctor Jara.*

do "povo". Em suas composições, evidencia-se o protagonismo do "universo rural" e dos sujeitos vistos como "populares" e/ou "marginalizados" – como, por exemplo, indígenas, operários, estudantes universitários e guerrilheiros-urbanos.

Na década de 1960, após deixar o conjunto Cuncumén[5], Jara passou a focar em sua carreira como compositor e cantor solo. Em 1965, tornou-se parte do núcleo fixo da *Peña de los Parra* – espaço criado pelos irmãos Ángel e Isabel Parra, filhos de Violeta Parra. Esta *peña*[6] foi frequentada por intelectuais e artistas de esquerda, unia arte e política e, segundo o historiador chileno Ariel Hernán Mamami (2013), configurou um espaço pioneiro, constituindo-se como espécie de "núcleo inaugural" do movimento da Nova Canção Chilena (NCCh). Desse modo, a partir da segunda metade dos anos 60, Víctor começou a ser celebrado pela imprensa de seu país também como *cantautor*[7], especialmente após receber o principal prêmio do *I Festival de la Nueva Canción Chilena*, em 1969, pela composição de "*Plegaria a un labrador*"[8].

A consolidação da Nova Canção Chilena se deu no contexto da Guerra Fria, da Guerra do Vietnã, das influências de esquerda provenientes da Revolução Cubana e dos processos de descolonização de países da África e da Ásia. Além disso, as esquerdas da América Latina iniciaram uma etapa de "renovação cultural", responsável pelo surgimento de movimentos musicais que reivindicavam uma "tradição folclorista", mas que tinham o intuito de atualizá-la frente às "lutas do presente" (GARCIA, 2005). Em diálogo com as diferentes propostas de renovação do cancioneiro "popular" das décadas de 1960, a NCCh participou ativamente da ascensão ao poder de um projeto político de esquerda. Em 1970, o movimento serviu como plataforma para a campanha de Salvador Allende, candidato à presidência pela Unidade Popular (UP) – coalizão de partidos formada pelo Partido Comunista, Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), e membros do Movimento de Ação Popular Independente (API) e do Movimento de Ação Popular

[5] O conjunto foi criado pela folclorista Margot Loyola, em 1955, e tinha como mote a difusão massiva de gêneros, danças e repertórios de diversas etnias e regiões do país. A participação de Víctor (1958 a 1962) abarcou a interpretação – como cantor, violonista e dançarino –, gravação de alguns discos, composição e direção de um LP.

[6] Existentes desde a década de 1950 no Chile, as "*peñas*" eram pequenas casas de espetáculos nas quais se apresentavam artistas ligados ao repertório de raiz folclórica.

[7] Na historiografia chilena, o termo designa o cantor e compositor que interpreta canções com linguagem direta, isto é, a partir de uma estética específica que liga sua figura ao "popular".

[8] Organizado pelo radialista Ricardo García, o festival ocorreu em julho de 1969 e procurou projetar músicas que se caracterizaram por inovações estético-ideológicas. "*Plegaria*" foi interpretada no festival por Víctor em parceria com o conjunto Quilapayún, e dividiu o prêmio com "*La chilenera*" de Richard Rojas. Sobre a relação do festival com a "invenção" do movimento da NCCh, ver: SCHMIEDECKE, 2015.

Unificado (MAPU). O programa do governo – a chamada "*via chilena ao socialismo*" – propôs efetivar uma transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática e pacífica.

A "via chilena" alicerçou-se fortemente na "potencialidade revolucionária" da arte, isto é, em sua capacidade de sensibilizar e "conscientizar" a população da importância da construção de uma sociedade igualitária e com ideais humanistas. Conforme Natália Ayo Schmiedecke apresenta, "a música foi concebida como um meio privilegiado para o engajamento de artistas interessados em tomar parte ativa no "processo revolucionário"" (2013, p. 198). Os músicos identificados com o movimento da Nova Canção procuraram reatualizar as representações da identidade nacional chilena, a partir de um discurso voltado à mobilização da sociedade para a necessidade das "mudanças estruturais". Dentre a obra discográfica lançada por Víctor durante o período, destacam-se os álbuns: *Canto Libre* (EMI Odeon, 1970), *Pongo en tus manos abiertas...* (1969), *Derecho de Vivir en Paz* (1971) e *La Población* (1972), estes últimos lançados pela DICAP (Discoteca del Cantar Popular), gravadora do PCCh[9].

Como coreógrafa, bailarina e professora, Joan Jara participou do surgimento do movimento do "Balé Popular" que procurou levar esta atividade artística para áreas periféricas e rurais. O Balé buscou "transformar a vida cotidiana em fonte de inspiração para as coreografias" (JARA, 1998, p. 195). Dessa forma, após a vitória de Allende nas eleições de 1970, os artistas – bailarinos, cineastas, escritores, músicos – relacionados à campanha tiveram uma participação ativa no governo, colocando-se a serviço da "*experiência chilena*". De acordo com Joan, quase todo o trabalho que ela e Víctor realizavam em suas "diferentes áreas, contra forças superiores, sem apoio e quase de maneira subversiva, se transformou em política oficial num abrir e fechar de olhos" (1998, p. 213).

Conforme o historiador chileno César Albornoz ressalta, o violento golpe de Estado encontrou a atividade cultural chilena em plena marcha, e os "protagonistas da cultura" da Unidade Popular encontraram-se com uma quebra severa, "possível, mas imprevisível", muito brutal (ALBORNOZ, 2005, p. 175). Nesse sentido, importa salientar que, além de ter perdido brutalmente seu companheiro – tornando-se "herdeira" e promotora de seu legado musical –, Joan também foi uma "protagonista da cultura" durante o governo da UP. Engajada na luta por memória, justiça e reparação, a artista foi testemunha dos três anos da via chilena ao socialismo e do violento golpe de

[9] Em relação à análise dos *LP*s mencionados, indicamos a dissertação de Schmiedecke (2013). Especialista no tema da Nova Canção Chilena, em seu mestrado, a historiadora investigou o universo de referências estéticas, políticas e históricas presentes na discografia de Jara, e dos conjuntos Inti-Illimani e Quilapayún.

11 de setembro, e procurou defender a "positividade" histórico-cultural do governo deposto (PINTO VALLEJOS, 2005, p. 5). Acreditamos que sua participação no documentário *Compañero: Victor Jara of Chile* permite examinar à mobilização de um depoimento testemunhal, em que estão demarcados tanto a elaboração social do trauma histórico[10] vivido por Joan, como o início da formulação de uma narrativa memorial em torno da figura de Víctor.

Víctor Jara como símbolo da "causa chilena"

Dentre os objetivos do presente artigo está a análise do documentário em seu "teor testemunhal". O crítico literário[11] Marcio Seligmann-Silva (2003) formulou esta noção como espécie de denominador comum, que permite pensar um paralelo estrutural e semântico do conceito de testemunho. Na segunda metade do século XX, o conceito passou a ter diversas elaborações teóricas, no contexto da expansão da "cultura da memória", relacionada às vítimas do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial (JELIN, 2012, p. 44-45).

Segundo Seligmann-Silva, o testemunho pode designar um elemento literário, partícipe de diversos gêneros, alocado entre a história e a literatura; como também, um tipo específico relativo especialmente à América Latina, que se denomina "*testimonio*". Este último constitui-se:

> [...] como gênero que se institucionalizou em 1970. Nos anos 1970, o governo Allende e a ditadura chilena a partir de 1973 também foram responsáveis pelo estabelecimento do gênero *testimonio* na América Latina. [...] A *verdade* e a *utilidade* são, portanto, fundamentais na concepção de *testimonio* [...]. Poderíamos, ainda, desenvolver certas categorias mais ou menos constantes dentro da teoria do *testimonio*, tais como a ideia de *testimonio* como uma modalidade de contra-história; a ideia de que o *testimonio* representa a vida não de uma pessoa em particular, mas sim de alguém *exemplar* (que vale *pars pro toto* pela *comunidade*); o maior peso da visão de testemunho como *testis* (ao menos até o final dos anos 1980), ou seja, acentuando seu valor jurídico/histórico [....] (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 33-34) [Grifos no original].

Conforme o autor defende, o sentido de *testis* e o de *superestes* são as duas significações básicas. O primeiro refere-se ao sentido jurídico e histórico: o termo em latim *testis* designa o "terceiro", que viu e/ou participou de um fato e é capaz de assegurar sua veracidade. O *superestes*,

[10] O historiador Dominick LaCapra difere o "trauma estrutural" do "trauma histórico". O primeiro relaciona-se ao trauma a que todos estão expostos, comum ao humano. Já o "histórico" refere-se à elaboração do processo traumático que cria vítimas específicas. Nesse caso, a "categoria" vítima é social, política e ética (2005, p. 98).

[11] Ao utilizarmos o conceito, levamos em conta, como exposto na introdução do livro "*Cinema: estética, política e dimensões de memória*" (2019), que parte considerável da análise do campo cinematográfico foi criada a partir de bases oferecidas pela Teoria Literária.

"sobreviver", remete a passar por um evento-limite, o que conforma uma experiência que problematiza a relação entre a linguagem e a realidade. Desse modo, na elaboração do trauma, mesclam-se a "imperiosa necessidade de narrar e, paradoxalmente, de calar, pois se tem consciência da impossibilidade de construir um sentido coerente para o horror experimentado" (VIEIRA, 2017, p. 379).

A memória, antes de ser individual, é coletiva (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 12). No caso específico dos que sofreram sob o Terrorismo de Estado no Chile, esta coletividade refere-se, especialmente, ao sentido empregado pela luta dos que se opuseram ao Estado de Exceção. Podemos pontuar que, alguns cidadãos que participaram da "experiência chilena" como "protagonistas" do processo, passaram a elaborar narrativas de memória que ressaltavam a "positividade" do governo da Unidade Popular, focando em defender seus ideais democráticos, igualitários e humanistas e, ao mesmo tempo, culpabilizar principalmente aos setores da burguesia chilena e ao intervencionismo estadunidense pelo golpe – como podemos notar no(s) testemunho(s) de Joan Jara.

Se o testemunho – tanto o artístico/literário como o jurídico – pode servir para a criação de um novo espaço político e para construir novos laços políticos, para além dos traumas que serviram para esfacelar a sociedade (2010, p. 12), tais aspectos de construção de novos laços podem ser observados na ampla formação de redes de solidariedade em prol da chamada "causa chilena". Diversos autores salientam que, se relacionado ao fenômeno dos exílios latino-americanos da segunda metade do século XX como um todo – expatriações de cidadãos considerados "subversivos", apoiadas em políticas de extermínio, e inscritas na Doutrina de Segurança Nacional de diversos países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai –, o exílio chileno pode ser dimensionado de maneira singular. Isso devido ao "fenômeno de solidariedade" que pode ser notado pela enorme acolhida internacional aos exilados e que, como Carolina Amaral de Aguiar (2017b) apresenta, também pode ser apreendida pela prolífica produção audiovisual fruto dessa diáspora.

Para Pablo Yankelevich (2001), o privilégio de contar com uma ampla rede solidária, a nível global, se deu pela excepcionalidade desses exilados, em sua grande maioria, terem participado do primeiro projeto socialista democraticamente eleito. Assim, a acolhida incluiu tanto os regimes comunistas do leste europeu, como a social-democracia europeia e latino-americana e setores liberais e progressistas dos Estados Unidos.

A violência e as ações repressivas adotadas pelos militares fizeram com que se causasse um "choque emocional planetário", conforme aponta o historiador Olivier Compagnon (COMPAGNON, 2013 *apud* AGUIAR, 2017a). Segundo o autor, o golpe de 1973 no Chile pode ser considerado como um "evento-mundo" – ideia originalmente desenvolvida pelo historiador francês Jean-François Sirinelli –, cujo impacto transcendeu a esfera regional. As mortes do *cantautor* Víctor Jara, do poeta Pablo Neruda[12] e do presidente Salvador Allende tornaram-se representativas da formulação de "memórias emblemáticas" (STERN, 2000) – isto é, política e culturalmente influentes – relacionadas, simbolicamente, ao 11 de setembro. Allende e Jara foram considerados como espécie de "mártires" e suas mortes contaram com representações "mitificadas"[13].

Steve J. Stern argumenta que a construção de narrativas de memória sobre o golpe de Estado chileno – uma relação dinâmica entre as "memórias emblemáticas" e a "memória solta" (ou espontânea) – se deu no período de 1973 a 1983. Em relação às "memorias emblemáticas", o historiador identifica quatro principais categorias: a "memória como salvação", visão de que a intervenção militar era necessária como medida ao período de caos econômico; a "memória como ruptura", na qual a ditadura é vista como responsável por um trauma histórico coletivo, que afetou famílias devido aos assassinatos, "desaparecidos" e exílios; a "memória como prova da consciência ética e democrática", que considera que o governo militar impôs medo à população chilena e inseriu todos os "bons cidadãos" em um processo de luta e compromissos democráticos e éticos; e, por fim, a "memória como esquecimento", como uma "caixa" que deveria ser fechada.

Se no Chile, a partir de setembro de 1973, a direita, como campo político hegemônico, procurou promover a "memória como salvação", internacionalmente, a "resistência" pautou-se na memória como ruptura. A ampla divulgação da morte de Jara, designada por Javier Rodríguez Aedo

[12] Pablo Neruda faleceu em 23 de setembro de 1973, com câncer de próstata. Seu funeral, em 25 de setembro, foi considerado a primeira manifestação pública contra o regime militar chileno. Recentemente, uma discussão renovada sobre a causa da morte do poeta veio à tona, supondo um assassinato por envenenamento. Os restos mortais de Neruda foram exumados em 2013, e em fevereiro de 2023 foram divulgados os resultados da análise de cientistas forenses. Os especialistas encontraram uma grande quantidade da bactéria *clostridium botulinum*, o que indica envenenamento. Sobre o assunto, ver: "El informe pericial concluye que Pablo Neruda murió envenenado, según la familia". *El País* (Chile). Santiago, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://elpais.com/chile/2023-02-13/la-familia-de-pablo-neruda-asegura-que-el-premio-nobel-murio-envenenado.html>. Acesso em 15 fev. 2023.

[13] Durante diversos anos, o suicídio de Salvador Allende foi escondido nos relatos testemunhais dos sobreviventes aos bombardeios do Palácio La Moneda. Em 2011, a causa da morte do presidente ainda era objeto de investigação e seus restos mortais foram exumados. Allende morreu com um disparo na boca, recusando-se a cair nas mãos dos militares.

e Marcy Campo Pérez (2022) como "acontecimento transnacional", torna-se exemplo da visibilidade do golpe como "evento-mundo".

De um músico até então conhecido, regionalmente, por alguns povos latino-americanos, Víctor transformou-se, mundialmente, no "cantor das mãos cortadas" (BIANCHI, 1978, p. 5 *apud* CAMPOS PÉREZ; RODRÍGUEZ AEDO, 2022, p. 26). A "crônica" – atualmente desmentida, mas ainda difundida – das mãos decepadas, após cantar e tocar violão desafiadoramente durante os dias de prisão e tortura no Estádio Chile, converteu-se em lugar comum na disseminação pública sobre seu assassinato. Como Campos Pérez e Rodríguez Aedo apresentam, o processo de divulgação da morte do artista foi bastante complexo, e não se tratou de um acontecimento que "brotou de forma espontânea": envolveu uma trama transnacional onde interatuaram diversos países – como a França, Itália, Espanha, Alemanha Oriental, Argentina e o Chile –; "atores heterogêneos" – escritores, jornalistas, políticos e músicos –, e alguns meios de comunicação.

Obedecendo às instruções da *Central Única de Trabajadores* (CUT), de que frente a qualquer tentativa de golpe os trabalhadores deveriam ocupar seus lugares de trabalho, Víctor Jara dirigiu-se à *Universidad Tecnica del Estado* (UTE) no "fatídico" 11 de setembro de 1973. A universidade foi bombardeada e metralhada na manhã do dia 12, e funcionários, alunos e professores foram levados como prisioneiros para o *Estadio Chile* – ginásio que funcionou como centro de detenção, tortura e morte de milhares de prisioneiros políticos entre 1973 e 1974. Preso e submetido a sessões de tortura, Jara foi assassinado em 16 de setembro.

Joan soube da morte do marido uma semana após o golpe, graças à Héctor Herrera – funcionário do Gabinete Central de Identificação do Estado – e Víctor foi enterrado, sem alarde, no Cemitério Geral de Santiago. Em entrevista para Smith e Forman, no documentário gravado ainda no começo de seu exílio de uma década, a viúva narra sua ida ao necrotério e alguns detalhes sobre o aprisionamento do cantor. Segundo Rodriguez Aedo e Campos Pérez,

> Foi mais tarde que ela teve conhecimento das condições da detenção no Estádio Chile. No documentário *Compañero: Víctor Jara of Chile* de Stanley Forman e Martin Smith (1975)[14], ela conta que havia "conhecido gradualmente nos últimos meses" muitos detalhes graças ao testemunho de alguns ex-presos que haviam compartilhado a detenção com o cantautor. Através desse *arquipélago* de

[14] Com base nos artigos de imprensa consultados no Archivo Víctor Jara - durante viagem de campo feita graças à Reserva Técnica da bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – averiguamos que o documentário foi lançado em 1974, em Londres. A partir de 1975, foi veiculado internacionalmente em canais de televisão.

> testemunhos, de maneira solitária e sem ajuda da justiça chilena, conseguiu "elaborar uma história própria sobre o que aconteceu nesse lugar". Isto é, reconstruiu os últimos instantes de Víctor Jara a partir da pluralidade de vozes que haviam escapado da repressão. Além disso, assim foi como o último poema escrito por Víctor Jara, intitulado "Estadio Chile /Somos cinco mil", pode ser difundido fora do Chile. Os prisioneiros o guardaram na memória e *para* a memória. Este acontecimento, traçado a partir das recordações de outros, foi transmitido posteriormente por Joan Jara em forma de entrevistas, documentários e livros. [...] (CAMPOS PÉREZ; RODRÍGUEZ AEDO, 2022, p. 10) [Grifos no original].

Na obra *Victor: An Unfinished Song*, lançada em 1983, Joan procurou narrar da maneira mais fidedigna possível o que teria acontecido no Estádio, desmentindo que Jara tivera as mãos cortadas – uma vez que ela própria viu o cadáver (BORELLI; BRUM, 2015, p. 28). Nesse sentido, importa mencionar a luta de Joan, Manuela e Amanda por justiça e reparação, contra a impunidade, foi um processo árduo e contínuo, e durou décadas. Estabeleceu-se, juridicamente, que Víctor Jara foi assassinado em 16 de setembro de 1973, mediante 44 tiros (CAMPOS; RODRÍGUEZ AEDO, 2016, p. 171). Em dezembro de 2012, antigos oficiais envolvidos no assassinato foram acusados[15] e, apenas em 2018, ex-militares[16] foram condenados a 18 anos de prisão.

Os projetos *de* e *para a* memória empregados durante o exílio de Joan, e após seu retorno ao Chile, foram diversos. Em seu livro, cita a "profunda solidariedade cultural" expressa por artistas de todo o mundo "em todos os tipos de mídia e muitas línguas" (JARA, 1998, p. 354). Durante a segunda metade da década de 1970, Jara passou a ser homenageado em festivais espalhados por várias cidades:

> Em dezembro de 1973, o primeiro grande concerto em tributo a Víctor aconteceu em Paris, e, logo depois, houve outro em Roma, outro em Berlim (janeiro), outro em San Francisco (maio), outro em Essen e outros mais. [...] Fui muitas vezes para os Estados Unidos, passei um mês viajando por todo o Japão; e fui convidada mais de uma vez para ir a países como Austrália, Nova Zelândia, a antiga União Soviética, Finlândia, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Itália, Suécia e ambas as Alemanhas (Ocidental e Oriental) [...] (1998, p. 355).

Em Londres, Joan trabalhou diretamente com o *Chile Committee for Human Rights* (CCHR) e com o *Chile Solidarity Campaign* (CSC). Ambas as organizações auxiliaram prisioneiros políticos,

[15] Em 2012, o ex-tenente Pedro Pablo Barrientos Núñez tornou-se réu por homicídio qualificado, e foi condenado, em 27 de junho de 2016, pela Corte Federal de Orlando, na Flórida, por participar da tortura e assassinato de Víctor. Sobre o assunto, ver: JARA BUSTOS, Francisco; UGÁS TAPIA, Francisco, 2017.

[16] Identificados como Hugo Sánchez Marmonti, Raúl Jofré González, Edwin Dimter Bianchi, Nelson Haase Mazzei, Ernesto Bethke Wulf, Juan Jara Quintana, Hernán Chacón Soto e Patricio Vásquez Donoso.

exilados e suas famílias. O CSC, especialmente, promoveu iniciativas culturais, e através da venda de discos, ingressos para shows e exibição de filmes, angariou fundos para a "causa chilena". Segundo a bailarina, os convites para festivais e atos tornaram-se ainda mais frequentes "depois que foi exibido um documentário britânico sobre Víctor, chamado *Compañero*, em emissoras de televisão de todo o mundo" (1998, p. 355).

A estreia de *Compañero Victor Jara of Chile* ocorreu na quarta-feira, 11 de setembro de 1974, às 10:30 p.m., no National Film Theatre, localizado no bairro South Bank, em Londres. O filme foi produzido e distribuído pela Educational and Television Films Ltd. (ETV), empresa de Stanley Forman. Em 1975, o documentário foi um dos indicados ao *Robert Flaherty Award* do BAFTA (British Academy of Film and Television Arts); e ganhou o prêmio "Golden Dove" no New York Film Festival. A partir de então, foi exibido por algumas emissoras de TV, entre as quais, podemos citar o *channel* 26, em Washington, D.C., em 11 de dezembro de 1975 (DREYFUSS, 1975)[17].

O diretor Martin Smith menciona, no vídeo citado no início do presente artigo, que o documentário foi feito sem roteiro. Embora escassos, ele e sua equipe encontraram alguns materiais de arquivo, e graças ao "maravilhoso trabalho" da editora Shelagh Brady, o filme "*started to come together*", ou seja, passou a ter coesão, sentido. Além do longo depoimento de Joan, na montagem foram utilizados imagens e vídeos de arquivo sobre o Chile, algumas fotos do acervo da viúva, e algumas canções de Víctor. Dessa forma, *Compañero* é uma fonte audiovisual profícua também por suas transferências culturais, e torna-se importante mapear, mesmo que brevemente, a trajetória profissional dos cineastas britânicos envolvidos com o projeto.

Solidariedade como contexto de produção

Na introdução do livro *Cinema: estética, política e dimensões da memória*, expõe-se que tomar o objeto fílmico como fonte de conhecimento histórico, demanda atenção permanente às especificidades do cinema (2019, p.7). Ao examinar regimes de representação dos tempos presente e passado, seja no cinema de ficção ou documentário, o historiador deve levar em conta fontes documentais "extrafílmicas". Desse modo, para a análise de *Compañero: Victor Jara of Chile*, nos

[17] Recorte de imprensa consultado no Archivo Víctor Jara. O recorte em questão faz parte do fundo Pós-73, e tem como código de referência: CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0138-C1.

atentamos à materialidade do filme, mas procuramos também elucidar o contexto da produção da obra, a partir de artigos de imprensa.

Conforme já citado, a ideia do filme, que então seria um curta-metragem de denúncia sobre o assassinato de Víctor, partiu de Stanley Forman (1921-2013). No obituário de Forman, publicado no periódico inglês *The Guardian*, seu neto, Daniel, comenta que o cineasta comunista foi conhecido como coletor e distribuidor de "vídeos e documentários raros" por trás da "cortina de ferro". Filho de imigrantes judeus que se mudaram para Londres para escapar da perseguição antissemita no Leste Europeu, Stanley nasceu na área East End da capital inglesa (FORMAN, 2013).

Na adolescência, passou a visitar a Marx Memorial Library[18], e fez parte da Juventude Comunista. Impulsionado pelo desejo de "mudar a política britânica por meio da exibição de filmes" (SYSKA, 2021) e com o auxílio da British-Soviet Friendship Society[19] e do Partido Comunista da Grã-Bretanha, fundou sua primeira empresa de mídia na década de 1950, a Plato Films, que mais tarde passou a se chamar Educational and Television Films (ETV)[20]. A partir de viagens a vários países do bloco comunista, Forman recolheu "filmes socialistas e comunistas" para a distribuição e exibição em Londres sob o slogan "veja o outro lado do mundo" ("*see the other half of the world*"). Nesse processo, também passou a criar seus próprios curtas sobre os "problemas políticos e sociais da época".

O diretor de cinema Martin Smith nasceu em 1939. Sua carreira como documentarista iniciou-se na segunda metade da década de 1960, quando passou a editar e dirigir filmes e séries para a televisão. Trabalhou como editor dos documentários *The Doors Are Open* (1968) e *Johnny Cash in San Quentin* (1969), do canal Granada Television. Na década de 1970, colaborou na direção de episódios de *World at War* (1973-1974), série documental de Jeremy Isaac sobre a Segunda Guerra Mundial, exibida no canal Thames. Utilizou-se das coleções da ETV em diversos projetos e, em 1974, foi convidado por Stanley Forman para fazer um filme sobre "a vida e morte" de Víctor Jara.

[18] Trata-se de uma biblioteca e arquivo de alcance comunitário, focada em estudos marxistas, socialistas, comunistas e do movimento dos trabalhadores.
[19] Organização não-governamental britânica ativa de 1946 a 1991, dedicada em progredir as relações políticas e culturais entre a Grã-Bretanha e a URSS.
[20] Segundo Daniel Forman, após se aposentar, em 2002, Stanley doou a coleção da ETV para o British Film Institute.

Em depoimento a Forman, Manny Yospa e Gloria Sachs, para o The British Entertainment History Project[21], Martin assinala que, inicialmente, a colaboração com um cineasta declaradamente comunista o preocupava. Segundo ele, não sabia o quão "doutrinário" o colega seria, já que ele não era um "homem de partido" (SMITH, 2001), mas que, afinal, a colaboração ocorreu sem grandes entraves. Por fim, a realização do filme, que descreve a "trágica história de amor enraizada na política do século XX", tornou-os amigos de longa data (SMITH, 2013).

Martin comenta que Stanley conheceu Joan Jara através de reuniões da *Chile Solidarity Campaign* e que ambos se preocuparam em auxiliá-la a divulgar a violência perpetrada pela ditadura militar. Com o filme, tiveram a ideia de que ela pudesse falar acerca de outras coisas, além da experiência traumática do golpe e do luto. A maior parte do documentário trata-se de uma entrevista com Joan que, além de narrar o golpe e o que até então sabia sobre os últimos dias de Víctor, comenta sobre a vida do marido, e sobre a "experiência chilena". Em relação à entrevista, Smith expõe que esta ocorreu durante dois dias e meio, no apartamento em que Joan vivia com as filhas, no bairro Hampstead, em Londres, e foi filmada por Ian MacMillan.

Um dos maiores desafios para a montagem do documentário, e uma das maiores preocupações da editora Shelagh Brady, foi a escassez de vídeos de arquivo que retratassem o contexto histórico, político e social do Chile, e o baixo orçamento para comprá-los. Embora a Educational and Television Films tivesse alguns materiais de arquivo sobre o país – recolhidos por Forman na Alemanha Oriental e na Rússia –, estes eram escassos (SMITH, 2001). Assim, nos créditos, além da ETV, cita-se à "Nich U.S.A." e "Theatre of Latin America" como provedores de "material adicional"[22].

Na montagem, podemos reparar que os cineastas também utilizaram fotos de família, do acervo pessoal de Joan. Além disso, no total, trechos de 9 canções de Víctor fazem parte da trilha sonora: "*La Partida*", "*El Arado*", "'*Movil Oil' Special*", "*Cuando voy al trabajo*", "*Ni chicha, ni limoná*", "*El hombre es un creador*", "*Manifiesto*", "*Plegaria a un labrador*" e "*Te Recuerdo Amanda*". Ademais, recita-se o último poema do artista, "*Estadio Chile*", composto durante a prisão. Elaborado, originalmente, para

[21] O The British Entertainment History Project é um projeto de História Oral britânico que promove entrevistas com trabalhadores das indústrias de cinema, televisão, teatro e rádio do Reino Unido.
[22] No presente artigo, não nos aprofundaremos na investigação das particularidades do material de arquivo, o que demanda uma análise específica.

exibição a um público anglófono, o filme apresenta, junto à reprodução das canções, declamações das letras traduzidas do espanhol para o inglês, pelo poeta socialista Adrian Mitchell e por Joan Jara.

Importa comentar que Adrian mobilizou-se, significativamente, com a rede de solidariedade formada em torno da "causa chilena", e auxiliou diretamente Joan e suas filhas. Ambos trabalharam em conjunto nas traduções das letras das canções para o inglês. O poeta também escreveu um poema em homenagem ao cantor, intitulado "*Victor Jara of Chile*"[23] – e podemos inferir que venha daí a inspiração para o subtítulo do documentário, embora não seja citado no filme.

Em 16 de novembro de 1974, uma resenha de Mitchell sobre o documentário e outros "filmes para serem usados contra a Junta Militar chilena"[24] foi publicada no periódico *Socialist Worker*. Nela, o autor defende que ele e Joan não estavam tentando transformar Víctor em uma "lenda", mas que falavam dele como uma das milhares de vítimas do fascismo no Chile. Como Jara era uma das poucas pessoas sobre a qual se conheciam alguns detalhes da morte, e que, como artista, ainda podia se comunicar "através de suas belas e poderosas canções" (MITCHELL, 1974, p. 11)[25], ambos procuravam divulgar sua história de vida. Segundo ele, "*Compañero*" também se relacionava à "determinação corajosa" de Joan em contar a história do *cantautor*.

Em relação ao contexto de produção do documentário, nota-se que este esteve atrelado ao "fenômeno audiovisual de solidariedade" citado nos trabalhos da historiadora brasileira Carolina Amaral de Aguiar. Nesse caso específico, percebe-se que a produção esteve relacionada com figuras da esquerda britânica, como o cineasta Stanley Forman, dono da ETV, e o poeta Adrian Mitchell; e com a rede de solidariedade com a "causa chilena" formada em Londres. Conforme aparece nos créditos, e em artigos de imprensa, a venda de ingressos de algumas das exibições de *Compañero* foi, inclusive, revertida para angariar fundos para o *Chile Solidarity Campaign* (DIGNAM, 1974)[26].

[23] O poema aparece na contracapa do álbum póstumo *Manifiesto Chile September 1973* (XTRA, 1974) – LP analisado em nossa pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento. Importa também citar que o poema foi musicalizado pelo cantor Arlo Guthrie e lançado no álbum "Amigo" (Reprise, 1978).
[24] Além de *Compañero*, Mitchell cita *El tigre salto y mató, pero morirá… morirá…* (1973, Santiago Álvarez); *Septiembre chileno* (1973, Bruno Muel); *Cuando despierta el pueblo* (1973, Andrés Racz e Alfonso Beato); e *Chile: The Reckoning* (1973, Mike Beckman) episódio do programa "*World in Action*", do qual Martin Smith fez parte.
[25] Também consultado no Archivo Víctor Jara, este recorte de imprensa tem como código de referência: CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0068.
[26] Tem como código de referência: CL-AVJ-PO-A-S6-SB8-0040.

Documentário sobre a agonia da família Jara e a "agonia do Chile"

No que se refere às especificidades do cinema documentário, Christian León expõe que diversos autores argumentam que características próprias ao gênero o fazem ser um "dispositivo, um discurso e uma prática propícia à expressão da memória" (LEÓN, 2019, p. 156). Entre as características citadas, estão: o caráter "indexical", sua ligação com o mundo histórico-social e sua capacidade de trabalhar com o testemunho de "atores reais". Nesse sentido, enfatiza que o documentário apresenta uma relação íntima com o passado histórico e com o "trabalho subjetivo da memória":

> Nos estudos do documentário, essa dupla dimensão tem sido problematizada através do uso do testemunho e do arquivo, duas formas fundamentais de referência ao passado dentro da linguagem cinematográfica não ficcionalizada. São duas dimensões que marcam polaridades em permanente tensão e interseção dentro das estruturas figurativas e narrativas do documentário. Do lado do testemunho está o polo subjetivo da narração, associado aos processos de memória e à fidelidade do ato de testemunhar. Do lado do arquivo fica o povo objetivo da narração, relacionado com os processos da história e a veracidade dos atos de documentação. Um e outro são uma espécie de dobra, determinando-se mutuamente de acordo com distintas modulações do tecido audiovisual (2019, p. 157).

Embora exista uma dupla dependência entre tais polos, León indica que é possível estabelecer duas "categorias": o "documentário de memória" e o "documentário histórico". A partir de formulações de Gustavo Aprea, o autor cita que os documentários de memória se caracterizam, fundamentalmente, pelo trabalho com "palavras das testemunhas presenciais de um fato, que, desde a subjetividade de sua experiência, abordam tanto o momento da rememoração quanto o momento rememorado" (APREA, 2015, p. 95 *apud* LEÓN, 2019, p. 157). Nesse caso, os testemunhos operam como espécie de "tradução" da objetividade da história para a vivência de um ator. Por outro lado, os documentários históricos trabalham, sobretudo, com imagens não produzidas pelo próprio cineasta, que são ressignificadas através da montagem, com o uso da voz e de cartelas de texto – que pode incluir *found footage films*[27] e *compilation films*.

Conforme procuramos demonstrar a seguir, podemos considerar *Compañero: Victor Jara of Chile* em um "entre-lugar" entre essas duas categorias: trata-se tanto de um documento de memória,

[27] Em tradução literal, significa "filmagem encontrada". De maneira simplificada, pode ser definida como uma técnica cinematográfica que se vale de materiais alheios, produzidos originalmente com outras finalidades, que são "reapropriados" e, por vezes, ganham novos sentidos a partir de nova edição, colagem ou montagem.

como de um documentário histórico. Há uma articulação entre a história familiar e a história política recente no Chile: o trauma da família Jara relaciona-se diretamente à formulação de uma memória sobre o governo da Unidade Popular e o golpe civil-militar. Ao mesmo tempo, a utilização de materiais de arquivo, da *voz over*[28] de David Naden, e o uso das músicas de Víctor Jara também são elaborados de maneira que podem atrelar o documentário à categoria de "histórico".

Os créditos iniciais e o prólogo têm como trilha sonora um fragmento da música instrumental "*La Partida*" (do álbum *El Derecho de Vivir en Paz*, 1971). No prólogo, a partir da narração de Naden e do uso de fotografias do acervo pessoal, Víctor, Joan e as crianças, Manuela e Amanda, são apresentados ao espectador (figuras 1 a 4). Inscreve-se o trauma histórico que afetou à família: após o assassinato do cantor – "um dos '*folk singers*' mais conhecidos do Chile" – sua "esposa inglesa" e "ex-bailarina" exilou-se com as filhas na Inglaterra.

Imagens 1 a 4. Fotogramas do prólogo do documentário. A família Jara é apresentada.

Fonte: *Compañero Victor Jara of Chile* (1974).

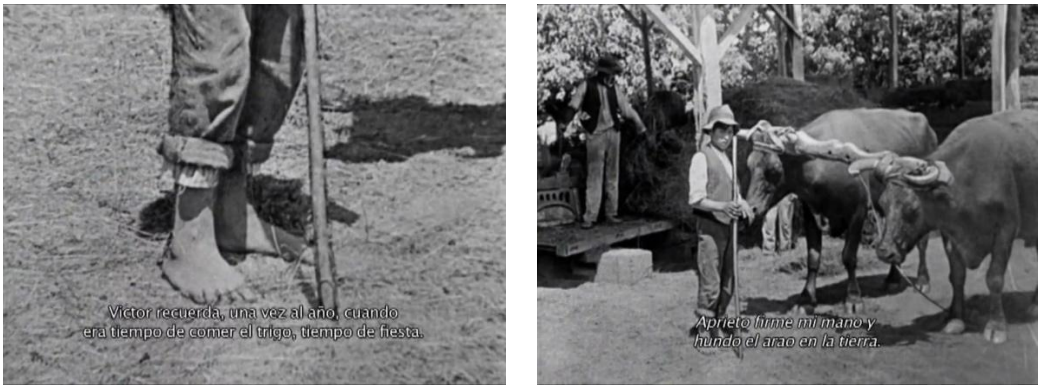
[28] Trata-se da voz sem identificação do emissor, utilizada como recurso narrativo em documentários.

Em relação à imagem empregada para o trecho da narrativa sobre a morte, é interessante notar a escolha de uma foto de Víctor de perfil, com semblante sério, combativo – o que pode ser relacionado à representação de sua figura como "mártir de resistência". Além disso, o cineasta utiliza-se do recurso de *close* para enfatizar a dramaticidade. E, após essa breve contextualização do prólogo, o mesmo recurso é utilizado para anunciar Joan, e as lentes focam no rosto da viúva, há poucos meses exilada, que diz:

> Eu acho que qualquer um que passou pelo que aconteceu no Chile em 11 de setembro e, de alguma forma, viu ou sentiu tão próximo quanto nós o que o fascismo realmente significa... sua vida muda completamente. Pelo menos a minha mudou [...]. Sinto que tudo o que posso fazer é continuar a contar [...] as nossas experiências, mesmo as mais pessoais, para que compreendam profundamente o que isto significa para o ser humano. [...] Aqui estou falando em nome de todas as pessoas no Chile que foram silenciadas, que não podem falar por si mesmas (01:22-2:20').

Em depoimento, coloca-se como porta-voz de denúncia da violência, em nome dos chilenos presos, assassinados e silenciados pela ditadura militar. Em seguida, a artista passa a discorrer sobre a vida de Jara. Enquanto alude à infância humilde do marido – "filho de um arador e de uma verdadeira cantora *folk*" –, algumas imagens de arquivo de camponeses chilenos são exibidas (figuras 5 e 6). Frente à pobreza e fome dos arrendatários, cita às festas da colheita do trigo – "primeiras lembranças" de Víctor. Em seguida, adiciona-se um trecho de uma canção que traz à tona a figura do "*campesino*" chileno: "*El Arado*" (*Víctor Jara*, 1966), recitada, paralelamente, em inglês por Adrian Mitchell.

Figuras 5 e 6. Enquanto toca *El Arado*, exibem-se imagens de camponeses chilenos.



Fonte: *Compañero Victor Jara of Chile* (1974).

Ao analisar o cancioneiro de Jara, Schmiedecke identificou que o compositor procurou reafirmar sua origem rural e humilde, ao recorrer com frequência à imagem de certos personagens para abordar temas como as tradições culturais, o mundo do trabalho e a crítica social (2013, p. 110). De maneira similar, as imagens de arquivo utilizadas na montagem permitem ver que tal recurso também foi adotado no documentário.

Com o intuito de melhoria de vida, como milhares de camponeses chilenos, Víctor e sua família também migraram para a cidade, e acabaram por experenciar também à "pobreza urbana". A mãe do cantor, a *señora* Amanda, mudou-se com seus cinco filhos para Santiago, e estes passaram a viver na região periférica da capital do país, na *población* Nogales. Dessa maneira, salienta-se a infância e juventude humilde do artista, e enquanto veiculam-se imagens de moradores de *poblaciones callampas*[29], a *voz over* contextualiza sobre a situação de vulnerabilidade das crianças no Chile: até 1968, uma criança morria de fome a cada 36 minutos, 86 a cada 1.000 bebês morria durante o primeiro ano de vida.

Joan menciona que a vulnerabilidade social enfrentada não era apenas "experiência de Víctor, era normal", reiterando que a origem do cantor era similar à de diversos cidadãos chilenos durante a primeira metade do século XX. No documentário, ressalta-se que o artista foi um dos poucos que teve a "sorte" de adquirir educação completa e ingressar na Universidade. Após veicular o trecho "*Los estudiantes chilenos / y latino-americanos / se tomaron de las manos / matatiretirundín*", de "'*Móvil' Oil Special*" (1968) – canção composta no contexto do movimento da Reforma Universitária –, David Naden narra o contexto de formação da coalização de esquerda que deu origem à UP:

> Trabalhadores e camponeses chilenos, como o resto da América Latina, exigiam liberdade da fome e do desemprego e independência da dominação estrangeira. Em dezembro de 1969, os socialistas, os comunistas, os radicais e outros partidos políticos formaram uma aliança. Seu título: Unidade Popular. O candidato à eleição presidencial de 1970 foi o médico Salvador Allende. Víctor Jara foi um de seus apoiadores proeminentes (07:46-08:17).

Emocionada, Joan rememora a vida em família durante a década de 1960 e o começo da década de 1970, referindo-se a atributos pessoais de Jara: alegre, criativo e divertido. Nesse trecho, podemos notar a "imperiosa necessidade de narrar e, paradoxalmente, de calar" (VIEIRA, 2017, p. 379) em seu testemunho. Ao conceder seu depoimento, gravado menos de um ano após perder o

[29] *Poblaciones* são bairros situados na periferia das cidades chilenas. O termo "*callampa*" (cogumelo) é aplicado as poblaciones nascentes, geralmente localizadas em terrenos úmidos.

marido, torna-se doloroso para a viúva rememorar mesmo os "bons tempos". Sobre o lar, "cheio de amor", discorre que Víctor era participativo, e exprime, de maneira agoniada: "[...] *what else can I tell you about it? I don't know*." ("O que mais posso te contar sobre? Eu não sei").

Logo depois, toca-se um fragmento de "*Cuando voy al trabajo*" – canção composta por Víctor em 1973 –, enquanto a viúva recita os versos em inglês e exibem-se fotos da família Jara e vídeos do período da Unidade Popular. Daí em diante, foca-se na abordagem sobre o governo, sua crise e sua derrocada. Intercalam-se a *voz over* de Naden – com panoramas históricos, sociais, políticos e econômicos sobre o Chile –; músicas que Víctor Jara compôs no período da UP; e o depoimento de Joan, que apresenta suas interpretações sobre a experiência chilena, a polarização política, o intervencionismo estadunidense, a crise no ano de 1973 e o violento golpe.

Durante a campanha e o governo, Jara decidiu-se pelo "poder das canções", comprometendo-se diretamente com o processo revolucionário e colocando-se a serviço das "mudanças sociais". Joan sorri ao evocar lembranças do dia 4 de setembro de 1970 – data da eleição –, e da "atmosfera" da grande festa nas ruas em celebração à vitória de Salvador Allende. Enquanto são veiculados vídeos de arquivo, em preto e branco, Naden narra que "forças da direita" tentaram impedir à ratificação da eleição pelo Congresso, e em outubro, o general René Schneider – então Comandante-em-chefe das Forças Armadas Chilenas – sofreu um atentado e foi assassinado. Em relação a Schneider, Joan declara que o "assassinato político parecia nada ter a ver com o Chile" – aludindo ao chamado "mito da excepcionalidade chilena"[30], imagem do país como modelo de estabilidade política se comparado aos países sul-americanos vizinhos. Contudo, ao mesmo tempo, afirma que a morte do General "pareceu um sinal", que as pessoas não levaram em conta eficientemente.

Oficialmente, Allende foi proclamado presidente da República em novembro de 1970. Joan Jara defende que, "de repente", ocorreu uma "mudança absoluta, de alguma maneira, nas relações humanas", pois, pela primeira vez, a classe trabalhadora estava sendo ouvida. Assim, salienta que o período nunca seria apagado da história do país. Destaca que, se antes o grande elogio era ser chamado "cavalheiro" ("*gentleman*"), durante a Unidade Popular, o grande elogio era tornar-se um "*Compañero*" – "mais que um amigo, mais que um amigo no trabalho". Dessa maneira, ressalta mudanças relacionais do período, citando o "especial sentido" do trabalho coletivo (figuras 7 e 8).

[30] Sobre o "mito da excepcionalidade chilena", ver: CAPELATO, 2021.

Figuras 7 e 8. Joan explica o significado do termo "*Compañero*" durante o governo da UP. Foca-se nas mãos de Víctor: "trabalhador do violão".

Fonte: *Compañero Victor Jara of Chile* (1974).

Ao passo que se aponta para o sentido especial da palavra "*Compañero*", o efeito *close* foca nas mãos de Víctor em uma foto de uma apresentação. Tal efeito remete à representação do artista como "músico trabalhador do violão", "verdadeiramente" revolucionário e comprometido com a classe trabalhadora[31]. Sobre a classe média chilena, Joan comenta que alguns destes não sabiam se decidir por um dos "dois lados", que seriam: o "lado reacionário" ou o "lado dos trabalhadores". E cita "*Ni chicha ni Limonâ*" (1970), canção que se dirigia aos que estavam "em cima do muro" durante o governo.

Ao abordar-se a medida de nacionalização do cobre durante o governo da UP, menciona-se que as indústrias eram, majoritariamente, controladas pelos Estados Unidos. Em retrospecto, dilata-se o tempo histórico narrado no documentário, e a *voz over* discorre sobre o período colonial. Informa-se que o território chileno foi um dos últimos da América do Sul a ser colonizado pela Coroa Espanhola; que, após a Independência, no século XIX, a indústria britânica instalou-se no Chile, e tornou o país um "satélite" de sua economia – aborda-se que muitas fortunas foram feitas, em Londres, a partir de rendimentos das minas de salitre. E, por fim, o monopólio estadunidense é citado como uma "terceira" forma de colonização. No documentário, deflagra-se o intervencionismo dos EUA, a partir de ações da multinacional ITT (*International Telephone and Telegraph Corporation*), da

[31] Em relação às representações do artista engajado no governo da Unidade Popular, ver: SCHMIEDECKE, 2013.

CIA, e do bloqueio econômico, que tinham como objetivo desestabilizar e impedir o processo da via chilena ao socialismo.

Joan discorre sobre a crescente instabilidade econômica e o contexto de crise, aludindo às manifestações de rua da oposição, que chama de "primeiras demonstrações" do plano para a derrocada do governo. Cita a "marcha das panelas vazias" ("*Marcha de las Cacerolas*"), quando as damas de classe média se organizaram em protesto, reclamando da "falta de comida" (figura 9). Chama o ato de "estúpido" e reitera que, pelo contrário, os pobres, que durante muito tempo realmente passaram fome, "pela primeira vez" tinham o bastante para comer. O "*paro de octubre*" de 1972 é mencionado como um protesto mais sério para desestabilização da Unidade Popular. A greve dos caminhoneiros articulada pelos partidos e grêmios de direita da política chilena, com financiamento indireto dos EUA, levou à escassez de abastecimento de alimentos no país.

Segundo Joan, apesar do clima instável, os partidários do processo da UP organizaram-se em trabalho voluntário para tentar reverter a crise e "fazer o país seguir" (figura 10). A artista sugere que o dinheiro estrangeiro financiava os boicotes ao governo de Allende, ressaltando que, embora a greve tenha durado um mês, o preço no mercado negro e do dólar diminui, em vez de subir.

Figuras 9 e 10. A esquerda, a "marcha das panelas vazias", em 1971; à direita, Víctor como exemplo da mobilização dos partidários com o trabalho voluntário, em 1972.

Fonte: *Compañero Victor Jara of Chile* (1974).

Entre a veiculação das canções "*El hombre es un creador*" e "*Manifiesto*", transmitem-se fotos de Víctor, e materiais de arquivo que retratam o cotidiano dos trabalhadores durante o governo, nas

poblaciones aparecem os murais coloridos do período e bandeiras e posteres da UP. Durante o trecho de "*Manifiesto*" – uma das últimas canções de Víctor, composta em 1973 – vídeos de prisioneiros políticos e cidadãos assassinados aparecem no documentário pela primeira vez. Em *close*, foca-se as mãos amarradas de um partidário do governo sendo preso por militares e, paralelamente, novamente aponta-se para as mãos de Víctor tocando violão. À medida em que vídeos das filas das eleições parlamentárias de 1973 são transmitidas, Joan narra que, a partir de então, a oposição teve a certeza de que "por vias democráticas" não havia maneiras de derrotar à UP. Menciona-se a primeira tentativa de golpe, o "*tancazo*", em junho, e a artista comenta que, naquele dia, a classe média ficou em casa – o que indica que eles foram previamente informados.

O único vídeo do cantor no documentário trata-se de um fragmento de uma gravação privada, de uma apresentação ao vivo tocando "*Plegaria a un labrador*" – que, segundo se informa, ocorreu em um "*folk club*" (uma "*peña*"), em agosto de 1973. Após manifestações de rua dos partidários da UP serem transmitidas, são exibidas imagens do dia do golpe, entre as quais uma do Palácio La Moneda em chamas. Acontece a última participação narrativa da *voz over* de David Naden abordando que, após três anos difíceis, o apoio ao governo seguia crescendo; porém, em 11 de setembro, as Forças Armadas de extrema direita intervieram: por volta das 3 horas da tarde, os militares já haviam tomado o poder e Allende estava morto.

Daí em diante, apresenta-se o depoimento de Joan como testemunha do golpe. Como sobrevivente, a bailarina comenta o cotidiano no fatídico dia. Emociona-se ao descrever o que até então sabia sobre o aprisionamento e os últimos dias de Víctor Jara no *Estadio Chile*; conta que sobreviventes do estádio enfatizaram em seus relatos a "coragem moral" do cantor, que teria inspirado aos companheiros de prisão, cantando[32]. Em seguida, "*Chile Stadium*", tradução em inglês do poema composto por Víctor na prisão, é declamado por Adrian Mitchell. A partir de um efeito que lembra a exibição de fotos por projetores antigos, são expostas imagens de prisioneiros sendo rendidos por militares, intercaladas pela tela de fundo preta (figuras 11 e 12).

[32] Apesar de reproduzir a crônica sobre Víctor ter cantado no Estádio, Joan cita que as mãos do cantor teriam sido quebradas, e não decepadas.

Figuras 11 e 12. A esquerda, uma das imagens transmitidas enquanto o poema de "*Chile Stadium*" é recitado. À direita, Joan, emocionada, ao relatar o trauma histórico do golpe.

Fonte: *Compañero Victor Jara of Chile* (1974).

Joan rememora os horrores vivido por elas e pelas filhas, enquanto escutavam os bombardeios próximos de sua casa, sem saber como Víctor estava. Relata o trauma de sua ida ao necrotério em 18 de setembro, quando reconheceu o corpo do marido entre o de milhares de vítimas da primeira semana da ditadura militar. A última música veiculada no documentário trata-se de "*Te Recuerdo Amanda*" (1969), canção de "denúncia social, mas, retratada de forma lírico-amorosa" (GARCIA, 2021, p. 164). Esta descreve o relacionamento entre dois trabalhadores, uma jovem e um operário que, vítima fatal de um "acidente de trabalho", desaparece de sua vida. Os protagonistas são nomeados a partir dos nomes dos pais de Víctor: Manuel e Amanda. A viúva recita os versos da tradução em inglês, e transmitem-se fotos da família Jara, sorridentes, e imagens do cotidiano de trabalhadores e das manifestações populares durante o governo da Unidade Popular.

Como mãe, artista, sobrevivente e viúva, Joan oferece seu testemunho sobre os anos do governo de Allende e do golpe violento que o interrompeu. Sua família, como outras tantas no Chile, experenciou o trauma histórico e a violência desse "evento-mundo", o que as mudou completamente. De acordo com ela, Manuela nunca seria a mesma, e Amanda cresceria com isso dentro de si. Por fim, alude à acolhida solidária no exílio, com esperança que suas filhas e ela pudessem seguir na defesa de uma luta coletiva.

Considerações finais

Fruto do fenômeno audiovisual de solidariedade internacional, a produção e distribuição de *Compañero: Victor Jara of Chile* – gravado, montado e lançado em 1974 – auxiliou na difusão das denúncias dos crimes cometidos pelos militares no Chile, após o 11 de setembro de 1973. No documentário, a figura, o cancioneiro e trajetória de Víctor Jara aludem à história política, cultural e social do Chile. Evocado como "mártir de resistência", o cantor converte-se em símbolo do comprometimento coletivo da Unidade Popular, um verdadeiro "*Compañero*": "artista revolucionário" e "trabalhador do violão".

O filme também permite analisar o início da elaboração do trauma por Joan Jara e a importância de seu testemunho e empenho na difusão de uma narrativa sobre o marido. A viúva tornou-se importante figura da resistência à ditadura, ao trabalhar com comitês de defesa aos Direitos Humanos. Atuou como herdeira do "legado" do cantor, e esteve envolvida com diversos "projetos de memória" relacionados à disseminação da obra musical de Jara e da Nova Canção Chilena internacionalmente[33]. Professora e bailarina durante a *experiência chilena*, e testemunha do violento golpe que brutalmente pôs fim à via democrática ao socialismo, a artista procurou "aprender a falar" (JARA, 1998, p. 9), a fim de defender a "positividade histórica" da UP, e denunciar os crimes da ditadura. Em seu depoimento para o filme, podemos perceber suas interpretações acerca da crise, período de desabastecimento de alimentos, do papel do intervencionismo estadunidense, e sua direta crítica à classe média chilena, e a defesa de seus "valores" humanistas e "populares" do governo.

Com o uso de materiais de arquivo, o filme de 55 minutos de Martin Smith e Stanley Forman procura enfatizar a ideia de um país dividido em dois grupos sociais: os setores populares e a burguesia. O cancioneiro de Víctor Jara torna-se importante "personagem" do filme, à medida que fragmentos de canções são utilizados para evocar imagens contrastantes entre as áreas pobres e ricas do país, além de vídeos e fotos que retratam manifestações e o cotidiano durante o governo de Salvador Allende.

O documentário está relacionado à elaboração de uma memória coletiva sobre a UP e o golpe civil-militar, mas também pode ser considerado "documentário histórico". A montagem, uso de materiais de arquivo, e das músicas, relacionam-se a um entrelaçamento narrativo que evidencia à história política, social e cultural do Chile no século XX. Da mesma maneira que a história familiar

[33] Nos debruçamos sobre tais projetos em nossa dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento.

de Joan, Víctor, Manuela e Amanda articula-se como representativa da "positividade" da via democrática ao socialismo, além da agonia, trauma e luto ocasionado pelo golpe; evoca-se à trajetória de Víctor Jara, a partir de sua origem humilde, pertencimento e comprometimento com o "imaginado povo chileno" (GARCIA, 2021, p. 55), como representativa da história "do Chile".

Referências bibliográficas:

ADAMATTI, Margarida; AGUIAR, Carolina Amaral de; CARVALHO, Danielle Crepaldi; MONTEIRO, Lúcia Ramos; VILLAÇA, Mariana (org.). **Cinema**: estética, política e dimensões da memória. Porto Alegre: Sulina/Fapesp, 2019.

AGUIAR, Carolina Amaral de. A ditadura chilena pelas câmeras estrangeiras: a vida social sob repressão na TV e no cinema internacionais. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 667-680, 2017a.

_____. Los prisioneros y la muerte del poeta: el Chile de la dictadura ante las cámaras extranjeras. **Archivos de la filmoteca**: revista de estudios históricos sobre la imagen, n. 73, p. 17-23, out. 2017b.

ALBORNOZ, Cesar. La cultura en la Unidad Popular: Porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: PINTO VALLEJOS, Julio (ed.). **Cuando hicimos historia**: La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.

BORELLI, Viviane; BRUM, Maurício Marques. Estádio Chile, 1973: os dias finais de Víctor Jara, uma vítima da ditadura chilena. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, 2015. Disponível em: < seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2709/1666 >. Acesso em: 13 de abril de 2023.

CAMPOS, Marcy; RODRÍGUEZ AEDO, Javier. Reconstruir el acontecimiento: la muerte de Víctor Jara en las representaciones audiovisuales y sonoras sobre la dictadura de Pinochet. In: KUNZ, Marco; et al. (org.) **Acontecimientos históricos y su productividad cultural en el mundo hispánico**. Zurich: Lit Verlag, 2016.

CAMPOS PÉREZ, Marcy; RODRÍGUEZ AEDO, Javier. La muerte de Víctor Jara: mediaciones y lecturas políticas de un acontecimiento transnacional (1973-1975). **El oído pensante**, v. 10, n. 1, p. 5-30, 2022. Disponível: < oidopensante/article/view/11336/10093>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Democracia e socialismo no Chile. In: PRADO, Maria Ligia (org.). **Utopias latino-americanas**: política, sociedade e cultura. São Paulo: Contexto, 2021.

COMPAÑERO VICTOR JARA OF CHILE. Direção de Stanley Forman e Martin Smith. Inglaterra: ETV, 1974. (55 min).

DIGNAM, Virginia. 'Companero' off for showing to world. **The Morning Star**. Londres, 1974.

FORMAN, Daniel. Stanley Forman obituary. **The Guardian**. Londres, 28 mar. 2013. Disponível em: < https://www.theguardian.com/film/2013/mar/28/stanley-forman-obituary >. Acesso em: 30 de março de 2023.

FUNDACIÓN VÍCTOR JARA. **Saludos de Martin Smith, director de Compañero Víctor Jara of Chile**. Santiago: Fundación Víctor Jara, 30 out. 2017, 1 vídeo (4:37 min). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=9jW1EoLEBn0 >. Acesso em: 24 mar. 2023.

GARCIA, Tânia da Costa. Nova Canção: *manifesto* e manifestações latino-americanas no cenário político mundial dos anos 60. In: **Anais do VI Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para Estudio de la Música Popular**. Buenos Aires: IASPM, 2005.

_____. **Do folclore à militância:** a canção latino-americana no século XX. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

JARA, Joan. **Canção inacabada**: a vida e a obra de Víctor Jara. Rio de Janeiro: Record, 1998.

JARA BUSTOS, Francisco; UGÁS TAPIA, Francisco. Jara con Barrientos: El caso Víctor Jara ante la justicia universal. **Anuario de Derechos Humanos**, n. 13, p. 161–173, 2017. Disponível em: < anuariocdh.uchile.cl/index.php/ADH/article/view/46896/49115 >. Acesso em: 10 abr. 2023.

LACAPRA, Dominick. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LEÓN, Christian. Usos criativos do arquivo e políticas da memória do documentário equatoriano (2000-2013). Tradução: Lúcia Ramos Monteiro. In: ADAMATTI, Margarida; AGUIAR, Carolina Amaral de; CARVALHO, Danielle Crepaldi; MONTEIRO, Lúcia Ramos; VILLAÇA, Mariana (org.). **Cinema**: estética, política e dimensões da memória. Porto Alegre: Sulina/Fapesp, 2019.

MITCHELL, Adrian. Films to use against the Chilean junta. **Socialist Worker**. Londres, 16 nov. 1974.

PINTO VALLEJOS, Julio (ed.). **Cuando hicimos historia**: La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005.

SCHMIEDECKE, Natália Ayo. ***"Tomemos la historia en nuestras manos"***: utopia revolucionária e música popular no chile (1966-1973). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências

Humanas e Sociais – UNESP Franca, 2013. Disponível em: < repositorio.unesp.br/handle/11449/93254 >. Acesso em: fev. 2021.

_____. Os primeiros festivais da Nova Canção Chilena e a invenção de um movimento musical. **ArtCultura**, v. 16, n. 28, 2015. Disponível em: < seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/30606 >. Acesso em: 28 mar. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (org.). **História, memória, literatura:** O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: < www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1894 >. Acesso em: 21 mar. 2023.

SMITH, Martin; FORMAN, Stanley; SACHS, Manny; YOSPA, Manny. Interview with Martin Smith. **The British Entertainment History Project**. Londres, 6 mar. 2001. Disponível em: < https://historyproject.org.uk/interview/martin-smith >. Acesso em: 30 de março de 2023.

_____. Stanley Forman: Film producer and distributor who advanced the socialist cause for 50 years. **Independent**. Londres, 5 mar. 2013. Disponível em: < https://www.independent.co.uk/news/obituaries/stanley-forman-film-producer-and-distributor-who-advanced-the-socialist-cause-for-50-years-8520000.html >. Acesso em: 14 de abril de 2023.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario *et al*. **Memoria para un nuevo siglo:** Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.

SYSKA, Alicja. **Using Documentary Film as a Historical Source**. Research Methods Primary Sources. Marlborough: Adam Matthew Digital, 2021. Disponível em: < pearl.plymouth.ac.uk/bitstream/handle/10026.1/18634/Final%20publication.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 3 de abril de 2023.

VIEIRA, Beatriz. **A palavra perplexa**: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 1970. São Paulo: Hucitec, 2017.

YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.) **Caminhos Cruzados**: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

Temporalidades

Cinema e legislação censória: reflexões relativas à censura cinematográfica durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)

Cine y legislación de censura: reflexiones relativas a la censura cinematográfica durante la dictadura militar brasileña (1964-1985)

Gabriel Bandeira Alexandre
Mestrando em História
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
gabriel.bandeiraa@ufpe.br

Recebido: 22/06/2022
Aprovado: 25/05/2023

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a atuação censória ao cinema durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Para tanto, ultrapassaremos os limites temporais da ditadura, haja vista a necessidade de relacionarmos o arcabouço legislativo da censura não só do período ditatorial, mas também de épocas anteriores. A partir disso, assim como de casos de filmes censurados, perceberemos: i) as distâncias entre as normas e as práticas censórias; ii) os diferentes atores, para além dos censores, interferindo nas atividades de censura; iii) as proximidades e os distanciamentos entre normas censórias, durante o pré-1964 e o pós-1964; iv) a dificuldade de afastarmos a censura política da censura moral; e v) a relação entre censurar e liberar, na medida em que a atividade censória não se restringe a *interditar*, mas, igualmente, a *ditar* o que e como se expressar. Assim, pensaremos a censura enquanto enraizada culturalmente na sociedade brasileira, percebendo-a como uma prática não circunscrita a períodos ditatoriais.

Palavras-chave: Cinema; Censura; Ditadura Militar.

Resumen: El objetivo de este trabajo es discutir la actuación de la censura durante la dictadura militar brasileña (1964-1985). Para esto, iremos más allá de los límites temporales de la dictadura, dada la necesidad de relacionar el marco legislativo de la censura no sólo con el periodo dictatorial, sino también de épocas anteriores. A partir de esto, así como de casos de películas censuradas, percibiremos: i) las distancias entre las normas y las prácticas de censura; ii) los diferentes actores, además de los censores, interfiriendo en las actividades de censura; iii) las proximidades y los distanciamientos entre normas de censura, durante el pre-1964 y el post-1964; iv) la dificultad de alejar la censura política de la censura moral; y v) la relación entre censurar y liberar, en la medida en que la actividad de censura no se restringe a *prohibir*, sino también a *dictar* qué y cómo expresarse. Por lo tanto, pensaremos la censura mientras enraizada culturalmente en la sociedad brasileña, percibiéndola como una práctica no circunscrita a períodos dictatoriales.

Palabras clave: Cine; Censura; Dictadura Militar.

Introdução

Um regime de caráter ditatorial contemporâneo (seja militar, seja civil) se utiliza de vários mecanismos repressivos para se manter no poder, tendo em vista a sua natureza violenta e impositiva contrária à democracia, baseada, especialmente, na ideia da eleição dos governantes pela população. Nesse sentido, em contraposição à ditadura romana, a fundante, o moderno Estado ditatorial está assentado, sobretudo, na alteração da Constituição e no não estabelecimento de limites temporais, conferindo-lhe a condição de *inconstitucional*[1]. No contexto de uma ditadura, dessa forma, além do Estado se tornar mais forte com o executivo mais fortalecido, os direitos dos cidadãos são suspensos, sendo as liberdades civis uma das mais afetadas a fim de que possíveis contestações não existam (STOPPINO, 1998; SILVA, 2009).

Tendo em vista essas considerações, bem como de outras explicitadas durante o texto, compreendemos que o regime instaurado a partir de março de 1964 no Brasil foi uma ditadura militar. No entanto, é necessária uma diferenciação entre a ditadura e o que a precedeu: o Golpe de Estado. Esse evento inaugurou a ditadura, representando a sua inconstitucionalidade desde o início, uma vez que um Golpe tem como principal característica o rompimento da ordem constitucional vigente (BARBÉ, 1998; SILVA, 2009). Embora os militares tenham, durante os 21 anos seguintes, se perpetuado como os únicos presidentes, o apoio e participação ativa de uma significativa parcela da sociedade civil no Golpe, nos permite classificá-lo enquanto de caráter civil-militar, em contraposição à ditadura, predominantemente militar.Tal perspectiva se baseia na análise de Fico (2014), o qual pontuou que a natureza de um evento não pode ser considerada somente pelo *apoio político*, tornando-se mais apropriado levar em conta a *atuação dos sujeitos históricos* na concretização do acontecimento, que, no caso da ditadura de 1964, foi essencialmente militar e, portanto, "a solução dos problemas viria *manu militari*" (FICO, 2001, p. 22). Dessa forma, ao passo que Fico (2014, 2017) destaca a superfluidade e a imprecisão dos termos *civil-militar* e/ou *empresarial-militar* (HIRSCH, 1981) – bem como a indiscutibilidade da caracterização *militar* à ditadura –, Napolitano (2017) atenta para a permanência dos militares no centro decisório do poder durante todo o período ditatorial. Assim, considerando i) que um Golpe de Estado não precisa ser necessariamente militar, embora a maioria seja protagonizada por esse grupo (BARBÉ, 1998; SILVA, 2009); ii) o afastamento, pelos militares,

[1] Para uma discussão acerca do conceito de Ditadura e as diferenças entre a romana e a moderna, ver Spindel (1984) e Stoppino (1998).

de diversos setores da sociedade civil do governo, no decurso do pós-Golpe civil-militar; e iii) a essencialidade e a responsabilidade dos militares para a estruturação e para a manutenção da ditadura, este estudo adotará o léxico *ditadura militar* mediante as aproximações conceituais entre Fico e Napolitano, pensando a *configuração imanente* de tal regime como militarmente orientada (FICO, 2017).

Nesse sentido, os militares brasileiros, preocupados com a sua permanência nos principais cargos de poder e a conservação da ordem instaurada durante o pós-1964, se baseavam, dentre outras formas de violência, na eliminação da liberdade de expressão através da censura, a qual atingia, para além do âmbito das Diversões Públicas (rádio, teatro, cinema, televisão, música, entre outras) e da Imprensa, também as pessoas envolvidas nas produções. Tal preocupação se revela no uso da censura, pois se se utilizavam dela, era por reconhecer o potencial de transformação que as ideias e as imagens poderiam causar, especificamente as antagônicas à ditadura. Nesaa relação de forças, cabe ressaltar a análise de Bresciani (2004) ao, a partir das teses de Hannah Arendt, considerar a imposição do silêncio ao outro como o fim da política, tendo em vista que essa se relaciona com o debate de ideias, consensuais ou não. Por essa razão, os sucessivos governos militares, ao negarem a livre circulação de pensamento, estavam eliminando o exercício da política e privilegiando a ação coercitiva

Napolitano (2017) afirma que o regime era formado por um *tripé repressivo* por meio do qual atuavam: 1) as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS); 2) o Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); e 3) a Divisão e Serviços de Censura de Diversões Públicas/Departamento de Polícia Federal (SCDP e DCDP/DPF). Fico (2001), em análise acerca dos órgãos de informação e de espionagem, também destaca outras estruturas que colaboravam para o funcionamento da repressão militar, como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Sistema Nacional de Informações (SISNI), o Sistema de Segurança Interna no País (SISSEGIN), as Divisões de Segurança e Informações (DSI), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)[2]. A partir disso, consideramos os órgãos de censura relacionados a outras instituições, as quais, para além da censura, produziam informações, controlavam e vigiavam, objetivando, no âmbito artístico-cultural, criar suspeitas e impor silêncio.

[2] Vale ressaltar que Fico também dedica um subcapítulo para o debate acerca da atuação censória. Para tanto, cf. Fico (2001, p. 168-181).

Assim, diante do exposto acima, o presente estudo visa discutir a atuação censória ao cinema durante a ditadura militar brasileira e, para tal fim, analisaremos, primeiramente, essa prática desde sua constituição no período pré-republicano até o momento em que foi regulamentada, em 1946, a principal legislação que regeu a censura cinematográfica durante o pós-1964. A partir disso, perceberemos continuidades e rupturas com relação ao arcabouço legislativo utilizado pelos militares no decurso de seus governos, a fim de que a produção de imagens em movimento não interferisse nos objetivos autoritários. Notaremos, ainda, a existência de tensões entre as normas legais e o exercício da censura, assim como a defesa desse ato *antipolítico* por uma parcela da população civil, demonstrando que tal atividade sofreu interferências de segmentos não restritos aos militares e agentes de censura.

Atuação da censura cinematográfica durante a ditadura militar

A atuação da censura no Brasil não pode ser compreendida como iniciada no decurso da ditadura militar, pois tal prática existia desde o período colonial. Segundo Garcia (2009), a censura brasileira tem origens portuguesas e, como *prática social*, esteve relacionada à Igreja quando da condução de processos inquisitoriais; enquanto *prática institucional*, por sua vez, remonta ao período imperial, a partir de D. João VI, com a atuação censória sobre livros e jornais, bem como a D. Pedro I, por meio da oficialização da censura ao teatro (cf. Decreto n.º 425, de 19 de julho de 1845 e Decreto n.º 2.557, de 21 de julho de 1897).

Contudo, foi no início do século XX, em meio às transformações no contexto da Primeira República, especialmente nas áreas urbana, censória e policial, que se encontram as primeiras demonstrações de uma atuação censória no campo cinematográfico[3], que se tornaria uma *ação sistemática* no âmbito cinematográfico. Filmes como *Os Estranguladores* (1908), de Francisco Marzullo, e *A Vida de João Cândido*, de Alberto Botelho, são exemplos de tal prática cuja condução estava a cargo da polícia (SIMÕES, 1999). Nesse sentido, se constata uma preocupação, por parte da instituição policial inicialmente, com as temáticas de caráter sociopolítico que o cinema poderia abordar, nos possibilitando pontuar a existência, mesmo no decurso dos períodos colonial e imperial, de uma censura constantemente preocupada com a ordem vigente, independentemente de seu foco direcionado às questões morais.

[3] Para mais, ver Simões (1999, p. 21-24).

O cinema, nas décadas de 1920-1930, se desenvolveu enquanto uma das principais diversões no Brasil, sendo considerado, para além de uma forma de entretenimento, de importância cultural, educacional e propagandística. Remonta ao período varguista, nesse aspecto, a primeira legislação no que tange à censura aos filmes, demonstrando o interesse do Estado no campo cinematográfico. Assim, mediante o Decreto n.º 21.240/1932, foi regulamentada a censura ao cinema a partir da nacionalização do *serviço de censura dos filmes cinematográficos*, em que ficou reconhecida a relevância dos filmes para a educação e a cultura. Além da relação entre Cinema, Cultura e Educação, destacada no texto da norma, a referida importância fica explícita por mais três motivos: primeiro, porque a censura ao cinema estava associada ao Ministério da Educação e Saúde Pública; segundo, a atuação censória, de acordo a lei, passou a obter um caráter *acentuadamente cultural*; e, por último, por necessitar, para compor a comissão de censura (dentre outros responsáveis) de um professor e de uma educadora (cf. Decreto n.º 21.240, de 4 de abril de 1932).

Em vista disso, verificamos o desenvolvimento dos princípios estruturantes da atuação censória dos anos posteriores, especialmente os da ditadura militar, os quais se basearam, sobremaneira, no arcabouço legislativo construído durante o governo de Getúlio Vargas. Além do referido decreto de 1932, cabe ressaltar outras duas normas importantes que influenciaram as atividades de censura às diversões públicas durante o pós-1964. Primeiro, o Decreto-lei n.º 1.949, de 1939, o qual tratou das atividades a serem seguidas pela imprensa e propaganda e cuja fiscalização estava sob regência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 através do Decreto-lei n.º 1.915; segundo, o Decreto n.º 20.493, de 1946, responsável pela aprovação do regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas, vinculado ao Departamento de Polícia Federal de Segurança Pública (SCDP/DFSP), criado no ano de 1945 por meio do Decreto-lei 8.462 e transformado em Divisão de Censura de Diversões Públicas, subordinado ao Departamento de Polícia Federal (DCDP/DPF), através do Decreto n.º 70.665, de 2 junho de 1972[4].

Embora seja notória, durante os anos do governo Vargas, a presença de intelectuais conferindo às ações censórias um *caráter reflexivo* – motivo pelo qual os censores as consideravam como um *trabalho de cunho intelectual* (KUSHNIR, 2004), comparando as ordens acima mencionadas ordens, notamos que a presença da polícia, em graus variados, sempre foi uma necessidade nas

[4] A DCDP foi estruturada a partir do Decreto n.º 73.332, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d73332.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

decisões relacionadas à censura, tanto ao cinema como às outras formas de diversão. Observamos tal quadro, por exemplo, nos: **1)** *Decreto n.º 21.240*, de 1932, nos art. 6.º (em que se determinava a presença de um representante do Chefe de Polícia na comissão de censura) e art. 23 (o qual indicava, *ipsis litteris*: "ás autoridades policiais, em todo o território nacional, incumbe a fiscalização das exibições cinematográficas, afim de verificar se as mesmas obedecem ao disposto nos arts. 2º, 8º, §§ 2º e 3º, 9º, 12 e 13"); **2)** *Decreto-lei n.º 1.949*, de 1939, no art. 46, o qual estabelecia: "ao D.I.P., às autoridades policiais e ao juizado de menores incumbirá a fiscalização das exibições cinematográficas em todo o território nacional, cabendo àquele a imposição de multas e outras penas estabelecidas neste decreto-lei"; e no art. 108, a partir do qual se designava que:

> Quando fôr requerida a interdição de representação artística, audição musical ou irradiação, que não tenha sido regularmente autorizada, o D.I.P. solicitará à Polícia Civil as necessárias providências no sentido de ser proibida a representação, execução, ou irradiação até ser exibida a autorização respectiva.

E **3)** *Decreto n.º 20.493*, de 1946, cujo art. 1.º apontava que o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) estaria subordinado, diretamente, ao Chefe de Polícia, do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).

Durante a ditadura militar, a estrutura legislativa concernente à censura, além de outras, foi necessária para o arranjo legal reciclado e instaurado pelos militares através dos Atos Institucionais, dos decretos, dos decretos-lei, das portarias e das leis, que, ao redefinirem as estruturas de poder, transformaram a ordem legal vigente instaurando o que Klein (1978) definiu como *nova legalidade*, diminuindo o *grau de autonomia das instituições políticas* e *alterando ou impedindo* o funcionamento dessas. Ainda conforme Klein (1978, p. 90), orientada por uma perspectiva weberiana, "o que ocorreu se configura como uma tentativa de legitimar uma ordem política prescindindo-se da ordem legal que lhe dava sentido".

Vinculamos tal reflexão à de Tavares, o qual, ancorado na noção de *padrão moderador* de Alfred Stepan, sugere que os militares, não mais empenhados em intervir temporariamente na política como *guardiães de uma ordem constitucional*, redefiniriam o seu papel político (1982, p. 165):

> Como instituidores revolucionários de uma nova ordem política, o que implicaria em transitar da perspectiva de objetivos limitados, que se consumariam numa intervenção militar transitória, para a concepção de objetivos que – dotados de maior extensão, envergadura e complexidade – exigiriam permanência.

Tais normas vigentes durante os governos militares foram sustentadas a partir da coerção/coação, bem como do consenso – "a legislação autoritária existiu porque uma parcela conservadora da sociedade clamava por essas ações repressivas e/ou preferia fechar os olhos para a sua existência" (KUSHNIR, 2004, p. 140)[5]. Assim, na análise de Figueiredo (1978), as ações coercitivas foram utilizadas como *recurso político* para que normas, valores e padrões de comportamento fossem implementados e conservados mediante o comando dos que detinham o poder de decisão. Em vista disso, o poder arbitrário do regime estava alicerçado não só nos *poderes excepcionais*, mas também na aquiescência de alguns setores civis.

Essas considerações nos permitem inferir que houve um processo de consolidação de um estado de exceção durante a ditadura militar, em que os militares, junto aos seus partidários civis, se preocupavam em conferir um aspecto de legalidade ao que, desde o princípio, demonstrou ser inconstitucional. Dessa forma, no sentindo de discutir a legislação censória, destacamos a noção de Agamben (2004) quando afirma que um estado de exceção não é uma ditadura, *mas um espaço vazio de direito* ou *kenomatico*, em que a ordem jurídica é suspensa e, no caso da ditadura militar brasileira, os poderes governamentais ampliados, através do Executivo investido de *plenos poderes*[6] com capacidade para *promulgar decretos com força de lei*. É nesse sentido que, relacionando a perspectiva de Agamben às de Klein (1978) e de Figueiredo (1978), consideramos a existência, durante o pós-1964, de um aparato legislativo censório e coercitivo que, além de reger a atuação da censura cinematográfica, fazia parte do caráter excepcional do Estado baseado no autoritarismo militar, apesar de tal estrutura ser, além de fruto da participação ativa da sociedade civil, preexistente ao período ditatorial *per se*.

Durante o pós-1964, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), de 1946, foi o órgão central responsável por regular as atividades de censura ao cinema até 1988, quando a Constituição aboliu oficialmente a censura. Todavia, apesar do SCDP haver sido criado no período de redemocratização, com o fim do Estado Novo (1937-1945), o decreto responsável pela regulamentação do seu funcionamento continha, concernente às exibições cinematográficas a partir de então inseridas na dimensão de Diversões Públicas, continuidades com ordens anteriores, tais como a de n.º 21.240/32 e a de n.º 1.949/39. Isso fica patente quando observamos a preocupação

[5] Mesmo antes da ditadura militar, negociações entre civis e militares se constituíram como uma realidade. Para tanto, cf. Tavares (1982, principalmente p. 165).
[6] Conforme pontua Agamben (2004, p. 17), "a expressão 'plenos poderes' define uma das possíveis modalidades de ação do poder executivo durante o estado de exceção, mas não coincide com ele".

das três normas com o decoro público, os costumes, os crimes, o regime vigente, a religião, as forças armadas, dentre outras questões que poderiam causar interdição, total ou parcialmente, da obra cinematográfica[7]. Logo, se nota que as regras atinentes à atuação censória ao cinema mantêm relação com determinações precedentes, as quais remontam tanto ao período anterior quanto ao posterior à ditadura varguista, demonstrando a utilização, durante a ditadura militar, de regulamentos elaborados em épocas democráticas e ditatoriais.

Esse histórico da censura, e não só ao cinema, presente na sociedade brasileira desde o período colonial, indica a existência de uma *cultura censória* consolidada pela tradição portuguesa, cuja execução, para além da presença preponderante da polícia, esteve vinculada também à Igreja, a qual foi relevante em sua influência nas questões relacionadas à moral. Um exemplo importante dessa influência cristã no campo da censura, especialmente cinematográfica, pode ser constatado na encíclica *Vigilanti Cura* (1936), produzida pelo Papa Pio XI[8], cujo conteúdo versava, a partir de uma perspectiva católica, sobre o cinema e sua relação com a censura e a moral.

Dentre outras temáticas, na carta foi destacada a influência do cinema, a sua importância para a educação e para o divertimento, além da necessidade de vigilância aos filmes, elogiando os cristãos empenhados em tal tarefa, de maneira que películas que se desviassem da moral cristã não fossem assistidas, haja vista a preocupação no estabelecimento de uma produção cinematográfica inspirada nos princípios morais cristãos. Assim, consideramos que a prática da censura estava enraizada no Brasil e que os governos militares, embora utilizando, sobretudo, uma legislação censória de 1946, não se restringiu a ela, pois foi reformulada no sentindo de acompanhar a modernização conduzida pelos militares (KUSHNIR, 2004; LUCAS, 2015b, 2015c).

[7] Para uma comparação, ver art. 8.º, do Decreto n.º 21.240, de 1932, em que foram definidas as justificativas para a interdição de filmes (disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21240-4-abril-1932-515832-publicacaooriginal-81522-pe.html); art. 15, do Decreto-lei n.º 1.949, de 1939, o qual também trata do que poderia causar a não exibição de filmes (disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1949-30-dezembro-1939-412059-publicacaooriginal-1-pe.html); e art. 41, do Decreto n.º 20.493, de 1946, que determinou o que poderia causar a interdição às Diversões Públicas.

[8] Documento disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html. Acesso em: 27 jul. 2019. Cf., igualmente, a Carta Encíclica *Miranda Prorsus* (1957), redigida pelo Papa Pio XII, disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus.html. Acesso em: 24 maio 2023.

Diante disso, cabe discutir sobre o que é censurar, apesar desse ato não haver sido empreendido de forma homogênea nos diferentes tipos de contextos em que esteve presente. Para tanto, nos basearemos nas análises de Pinto (2005, 2006) e Lucas (2015a, 2015b, 2015c)[9], as quais definem o que é e o que não é a prática censória. Lucas (2015b) defende que a censura não está somente relacionada à interdição[10], mas também à *hierarquização*, à *classificação* e à *proposição*, esse último aspecto essencial para pensarmos que quando o Estado ditatorial, através de normas, define por um lado o que não pode ser dito e/ou exposto; determina, por outro, o que pode circular livremente. Por isso, sem a existência da liberdade de expressão, o ato de liberar estava vinculado ao de censurar, uma vez que, quando da imposição do que deve ser proferido e/ou representado, o *liberado* passa pelo crivo da censura possibilitando uma relação de distanciamento e de proximidade entre liberdade e censura. Em vista dessa concepção, reconhecemos que todos os filmes submetidos à censura, embora nem sempre proibidos ou cortados, foram, mesmo os liberados, censurados previamente (cf. art. 4.º, inciso I, e art. 5.º, do Decreto-lei 20.493/46).

Pinto (2005, 2006), por sua vez, considera que a censura não está vinculada à classificação de idade ou ao controle de horários das programações; mas, diferentemente, ao ato de proibir as liberdades individuais com a negação do direito da liberdade de expressão e com a manipulação de informações e vidas. Por meio dessa acepção, censurar está associado ao impedimento do livre exercício da cidadania – uma regra no contexto da ditadura militar –, contrastando com o entendimento de Fagundes (1974), cuja interpretação associa essa prática ao *exame*, à *classificação etária*, à *adequação à capacidade de compreensão do espectador* e à *proteção contra impressões prejudiciais à sua formação intelectual, psíquica, moral e cívica.*

À vista disso, na análise do exercício da censura, nos desvincularemos da ideia de desorganização e de ignorância por parte dos censores, comumente defendida quando se remete à censura e/ou em estudos sobre a censura[11]. Lembremos, entretanto, que tal percepção também está presente em investigações atinentes a outros âmbitos, como é o caso, por exemplo, de escritos sobre

[9] Cumpre ressaltar, da mesma forma, as análises de Darnton (1992) e de Stephanou (2004) acerca de tal conceito.
[10] Cf., também, a análise de Ortiz (2014) no que diz respeito ao ato de *interditar* e sua relação com o de *desenvolver*, no âmbito das estratégias militares, garantindo que, para além da contenção das produções culturais, essas fossem desenvolvidas.
[11] Questão discutida por Stephanou (2004), o qual se distancia da memória construída por alguns setores sociais acerca do ato de censurar, segundo a qual a censura "é apresentada sempre como *burra*, *arbitrária*, *ignorante*, *caótica*, *estúpida* e *incompetente* (p. 5).

a comunidade/os órgãos de informações, na medida em que alguns trabalhos jornalísticos têm privilegiado o lado grotesco dos órgãos de informações a partir de seus equívocos, fomentando o "folclore sobre as 'trapalhadas'" e ignorando o fato de que, inobstante a existência de erros, o SNI "constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes", uma vez que permaneciam "quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados (FICO, 2001, p. 74-75). Posta tal problemática, retomemos à especificamente censória.

Ortiz (2014, p. 70), por exemplo, pontua que:

> À primeira vista, a escolha do que deve ser censurado parece errática, oscilando entre objetos, aspectos e assuntos desconexos. Vários testemunhos de jornalistas e autores da época, assim como alguns intérpretes, enfatizam justamente esse aspecto: a censura não possuía critérios objetivos para a realização dos cortes. Entretanto, do ponto de vista da ideologia da segurança nacional, pode-se dizer o contrário: o afã de se controlar qualquer tipo de manifestação cultural. A disparidade dos temas nada tem de fortuita, ela traduz a sistematicidade da intenção, nada deveria escapar à sua mira.

Por isso, em adequação à legislação censória, o ato de censurar, institucionalmente organizado, deveria obedecer às determinações do Estado[12], o qual, desde a segunda metade dos anos 1950, havia começado a investir em políticas culturais na área cinematográfica e, no decurso dos anos pós-1964, objetivou, progressivamente, centralizar a atuação cinematográfica[13]. Isso pode ser explicitado, por exemplo, nas fundações do Instituto Nacional do Cinema (INC), em 1966, através do Decreto-lei n.º 43, de 18 de novembro 1966, e da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme), em 1969, mediante o Decreto-lei n.º 862, de 12 de setembro de 1969. Ademais, destaca-se que o decreto-lei responsável pela criação do INC também determinou, em seu art. 26, ser de competência da União a censura aos filmes, antes descentralizada, o que causava confusões a respeito da liberação ou não dos filmes[14]. Nesse sentido, como pontuou Fagundes

[12] Pontuamos, contudo, que, embora a censura institucionalizada corresponda à praticada pelo Estado, "isso não exclui outras formas de censura como as não institucionalizadas que também podem ser realizadas pelo Estado" (GARCIA, 2019, p. 112).

[13] Uma análise no que diz respeito a essa questão foi realizada por Ramos (1983), por Bernardet (2009), por Martins (2009) e por Garcia (2014).

[14] Em 2 de maio de 1961, o então presidente Jânio Quadros assinou o Decreto n.º 50.518, que determinou ser o exercício da censura às diversões públicas também responsabilidade dos estados. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50518-2-maio-1961-390451-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 28 jul. 2019.
Para uma discussão sobre os desentendimentos entre a censura estadual e federal, além de sua relação com a sociedade civil, ver Simões (1999). Cf., igualmente, Garcia (2014).

(1974), o INC deveria funcionar em conformidade com a censura, tendo em vista que os dois setores serviam ao governo.

Essa perspectiva se relaciona com os objetivos do Estado ditatorial em conter o comunismo, inimigo central dos governos militares e de seus apoiadores, baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – de influência tanto norte-americana como francesa e pensada pela Escola Superior de Guerra (ESG) criada desde 1949 por meio da Lei n.º 785, de 20 de agosto de 1949. Preocupada com o planejamento da Segurança Nacional, essa instituição, como indica Hirsch (1981), foi responsável por incorporar no país ideias e atitudes maniqueístas próprias do contexto da Guerra Fria, além de, a partir de uma *aproximação ideológica* entre oficiais militares e empresários, compartilhar valores desenvolvimentistas a fim de estimular o crescimento industrial.

Dessa maneira, a censura ao cinema, compreendida como algo necessário e legítimo, tinha objetivos específicos atuando em conformidade com a ideologia defendida pelo Estado, o qual se preocupava com as questões de caráter moral e político, nos permitindo concordar com a perspectiva defendida por Simões (1999) ao afirmar que, com a justificativa de defender a moral e os bons costumes em conformidade com a sociedade, o exercício da censura funcionava no sentido de preservar o Estado e os seus poderes. Para Garcia (2014, p. 100-101), por isso, "devolver à censura de diversões públicas fundamento de ordem moral não significou extinguir critérios de natureza política, pois a legislação vigente não só legitimava a censura moral como também a política", de sorte que, com frequência, aspectos de ordem política misturavam-se às avaliações atinentes à moralidade.

No entanto, o ato de interditar ou o de cortar partes dos filmes, embora executados por censores e defendidos pelo Estado, correspondiam também aos interesses da população desejante da existência de tal instituição – especialmente a mais conservadora e simpatizante da ditadura, tais como as entidades religiosas, as congregações marianas, as donas de casa defensoras da moral e dos bons costumes, além de políticos[15]. Assim, também pensamos o ato de censurar como efeito da

[15] Esse aspecto pode observado em Fico (2002) quando analisa a censura às diversões públicas através de documentos administrativos e das cartas enviadas aos órgãos censórios por integrantes da sociedade civil reivindicando mais censura. Em seu perfil vinculado a uma rede social, Carlos Fico publicou a imagem de uma dessas correspondências que, endereçadas ao departamento de censura, reclamavam a aplicação e a proteção da censura. Não digitalizada pelo Arquivo Nacional (de acordo com Fico, na sua postagem) e não exposta no artigo acima referido, a fotografia de tal missiva, por ele reproduzida em 2001, está disponível em: https://twitter.com/CarlosFico1/status/1655184502652633089 e em: https://twitter.com/CarlosFico1/status/1657394079854895105. Acessos em: 24 maio 2023.
Para casos análogos, mais especificamente com relação a filmes, ver Simões (1999).

aprovação de alguns segmentos da sociedade civil (KUSHNIR, 2004), representando, em certo sentido, uma *vontade de censura* com o intuito de preservar valores e costumes julgados como ideais: enfim, um interesse em salvaguardar a estrutura vigente.

No que concerne ao trabalho dos censores, esse não deve ser visto como algo que funcionou somente a partir das percepções subjetivas dos agentes da censura, ainda que alguns tenham demonstrado certo desconhecimento com relação a algumas questões presentes em determinadas películas[16]. Em tal ponto, Lucas (2015b, 2015c) ressalta que os pareceres eram produzidos, incialmente, a partir de três orientações: 1) a qualidade técnico-artística; 2) a mensagem que o filme passava; e 3) adequação à classificação etária. Posteriormente, os pareceres expuseram mais complexidade em seus conteúdos demonstrando maior esclarecimento por parte dos técnicos de censura, os quais realizavam uma análise fílmica em uma perspectiva relacional, considerando tanto à cinematografia quanto o contexto sócio-histórico brasileiro e/ou mundial.

Isso decorre do investimento no campo da censura em que os censores tinham consultoria técnica, de modo que pudessem perceber nos filmes mensagens subversivas, o que, nesse aspecto, demonstra uma preocupação com o caráter político das obras cinematográficas. Além disso, os cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional[17] abrangiam diversas áreas, tais como: *Introdução à Ciência Política* e *à Sociologia*, *Psicologia Evolutiva e Social*, *Legislação Especializada*, *História da Arte*, *História e Técnica de Teatro*, *Técnica de Cinema* e *de Televisão*, *Comunicação Social*, *Literatura Brasileira*, *Ética Profissional*, *Técnica Operacional* e *Segurança Nacional* (SIMÕES, 1999; FAGUNDES, 1974).

Essa especialização também foi influenciada pela legislação censória que, em novembro 1968 determinava, a partir da Lei n.º 5.536, conhecida como *nova lei de censura*, que: a) estaria alterada a denominação de censor federal para *Técnico de Censura* (art. 14); e b) para ser um técnico de censura, era necessária a apresentação de diploma de curso superior em algumas das seguintes áreas: Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia (§ 1.º, do art. 14). Além disso, essa lei, por meio do art. 15, criou o Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça e responsável por rever as decisões, emitidas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia, concernentes à censura às diversões públicas e aos espetáculos (art. 17). No entanto, esse órgão

[16] Essa problemática foi exposta por Simões (1999); e, no que tange às diversões públicas, de modo geral, por Berg (2002).
[17] Além de cursos, houve também, a partir de 1974, concursos públicos para técnicos de censura. Para tanto, ver Kushnir (2004).

recursal só começou a funcionar em 1979 por meio do Decreto n.º 83.973, de 13 de setembro de 1979. O CSC foi reconhecido pela sua atuação considerada progressista, tendo em vista que filmes, antes interditados, foram liberados pelo Conselho. Um ex-membro do órgão, Ricardo Cravo Albin (2002), salientou que a instituição liberou primeiramente o filme *O Encouraçado Potemkin* (1925)[18], do cineasta soviético Serguei Eisenstein, proibido durante grande parte da ditadura por ser considerado como apologia ao comunismo, seguido de outras obras tidas com conteúdo politicamente perigoso para o regime. Com esse exemplo, percebemos que a censura cinematográfica não restringiu sua atuação aos filmes nacionais, tampouco apenas aos filmes produzidos no período.

O exame censório, por seu turno, era praticado por três censores – os quais não pensavam do mesmo modo, o que causava diferenças e discordâncias nos pareceres[19] –, determinação regulamentada no art. 13 da *lei de censura* (n.º 5.536/68), os quais emitiam pareceres liberando, interditando ou definindo cortes à obra. Esse certificado tinha duração de cinco anos (§ 2.º, do art. 7.º, do 20.493/46; e art. 10, da 5.536/68), ficando o filme, depois de excedido esse limite, sujeito a uma nova censura (§ 3.º, do 20.493/46). Entretanto, **i)** nem sempre as obras eram avaliadas por três censores, uma vez que o número que poderia ser ultrapassado caso o filme abordasse questões relacionadas à religião, à homossexualidade, a conflitos étnicos e à política. São exemplos, os filmes *Terra em Transe* (1967), do diretor Glauber Rocha, com participação de cinco censores; *O Bravo Guerreiro* (1968), de Gustavo Dahl, com quatro; *Desaparecido: Um Grande Mistério* (1982), de Costa-Gravas, com sete; e *O Ocaso de uma Estrela* (1972), de Sidney J. Furie, com cinco. A ultrapassagem do limite de censores também ocorria se o filme fosse produzido por determinados diretores, como Jean-Luc Godard e Glauber Rocha, ambos considerados perigosos para o regime e, portanto, precisavam de atenção especial por parte dos órgãos censórios[20] (SIMÕES, 1999; LUCAS, 2015a, 2015b).

E, **ii)** da mesma forma, algumas vezes, o prazo de cinco anos dos certificados de censura não era respeitado, decorrendo em casos nos quais o parecer era cassado, como ocorreu antes de 1964, a exemplo do filme *Rio, 40 Graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, liberado em agosto de 1955 e

[18] Simões (1999, p. 37-40) realizou uma breve discussão sobre a situação desse filme no Brasil e em outros países, o qual, de acordo com ele, foi, possivelmente, o *mais censurado da história do cinema*.
[19] Lucas (2015a, 2015b), por outro lado, ressalta as convergências nos exames dos técnicos de censura.
[20] Glauber Rocha era considerado o principal seguidor de Godard e suas obras eram vistas como um estímulo à subversão, como pensava, por exemplo, Waldemar de Souza, consultor em análises de técnicas cinematográficas (SIMÕES, 1999, p. 147-152).

interditado no fim do mês de setembro; ou no decurso do pós-1964, como no caso de *El Justicero* (1967), do mesmo diretor, proibido em 1969, três anos antes do período para exibir ser finalizado. Do mesmo modo, acontecia o oposto quando películas, antes proibidas, foram liberadas, como o ocorrido com *A Chinesa* (1967), de Godard, que teve sua exibição permitida em 1968 (SIMÕES, 1999).

Como observa Ridenti (2014, p. 241), de 1964 a 1968, houve um processo de *superpolitização da cultura* em consequência do constante *fechamento dos canais de representação política institucional*, na medida em que muitos, objetivando participar da vida política, se engajaram em manifestações artísticas que se opunham à ditadura[21]. Nesse aspecto, muitas obras cinematográficas tratavam de questões sociais e políticas, sobretudo a dos integrantes do Cinema Novo[22], mas que comumente recorriam às metáforas no intuito de escapar de proibições, o que, além de possíveis cortes, dificultava a compreensão dos espectadores (PINTO, 2006). Esse fechamento, vale frisar, atingiu seu ápice com a decretação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, em que se determinou, a partir da ideia de que houve uma revolução em 1964, por exemplo: a) o recesso do Congresso Nacional (art. 2.º); b) a suspensão, por 10 anos, dos direitos políticos de qualquer cidadão (art. 4.º); c) a proibição manifestações de natureza política (art. 5.º, inciso III); e d) a suspensão do direito de habeas corpus (art. 10). Todavia, esse endurecimento do regime não representou uma transformação na natureza da ditadura, cuja violência ficou explícita desde 1964[23], como no caso de *Cabra Marcado Para Morrer* (1984), do diretor Eduardo Coutinho, em que as filmagens foram interrompidas no primeiro dia da ditadura impedindo a conclusão do filme, bem como atingindo, coercitivamente, as pessoas envolvidas nas filmagens.

No tocante ao uso alegorias, a fim de evitar cortes e interdições, identificamos uma relação com a *autocensura*, uma vez que os cineastas antes de produzir algo precisavam ser cuidadosos a fim de não exporem questões que lhes causassem problemas com a censura, isto é, os próprios realizadores se autocensurando para que não sofressem sanções censórias. Em certo sentido, podiam tratar de assuntos que lhes interessassem, todavia, a forma como a temática seria abordada não

[21] Ver, igualmente, Napolitano (2001a; 2001b; 2017).
[22] Um estudo sobre tal movimento pode ser visto em Xavier (2001) e em Malafaia (2012).
[23] Análise baseada na perspectiva de Fico (2014), o qual defende uma mudança de *escala*, mas, de *natureza*, não. Além dele, Napolitano (2017) também propõe uma discussão nesse sentido, em que se questiona a acepção da existência de uma *ditabranda* entre os anos 1964 e 1968.

poderia se manifestar de qualquer maneira, o que fica explicitado na utilização de metáforas com o intuito de driblar os censores. Se analisarmos o cinema como produtor de discursos, reconhecemos, como pondera Foucault (1970), que em toda sociedade há a existência de *procedimentos de exclusão*, dentre os quais cabe destacar o da interdição, objetivando afastar os perigos e poderes, e sugerindo que não se pode dizer tudo, nem falar de tudo em qualquer momento. Assim, os discursos fílmicos – produzidos em um contexto ditatorial no qual o processo de interdição atua de modo mais explícito e acentuado –, eram controlados, de um lado, pelo Estado por meio dos censores; e, de outro, pelos artistas intentando não serem prejudicados por suas criações, as quais poderiam estimular o dissenso se distanciando, por conseguinte, do objetivo autoritário em torno do consenso.

Em 1970, completando a legislação censória no que tange aos filmes, foi promulgado o Decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, o qual estendeu a censura prévia aos meios de comunicação, abrangendo a imprensa escrita, considerados enquanto a serviço de um *plano subversivo* que punha em perigo a segurança nacional. Com base nessa lei, além das citadas anteriormente, notamos a impossibilidade de realizar uma separação rígida entre censura moral e censura política nos distanciando, assim, do pensamento defendido por Soares (1989) de que a DCDP não operava diretamente em *atividades de censura política*.

Para discutir sobre o que poderia causar interdição aos filmes, destacaremos o art. 41, do 20.493/46, os arts. 2.º e 3.º, da 5.536/68 e os arts. 1.º e 7.º, do 1.077/70, em que se expõe uma mistura entre questões de cunho moral, em defesa dos *bons costumes*, bem como de viés político, com uma preocupação explícita com a segurança nacional e o regime instituído, o qual era qualificado, segundo consta nos arts. 2.º e 3.º da nova lei de censura (5.536/68), enquanto *democrático e representativo*. Além dessas normas, vale destacar a importância das leis de segurança nacional no que diz respeito às interdições, tendo em vista que a partir delas foram definidos quais eram os crimes contra a segurança nacional. Nesse aspecto, era considerado crime, sob pena de detenção, quando o cinema fosse utilizado para veicular *propaganda subversiva*. Dessa forma, nos aproximamos do pensamento de Kushnir (2004) quando ela caracteriza toda atuação censória como *sempre política* e, portanto, operando na qualidade de um *ato político*.

Cumpre ressaltar, ainda, que a censura não atingia somente aos filmes em si, mas também os materiais de propaganda referentes às películas (arts. 10 e 11, do 20.493/46), os empresários de cinema, bem como de outros espaços destinados às diversões públicas (art. 93, do 20.493/46), e os

artistas (Capítulo VIII, do 20.493/46). Tal questão se associa ao que foi mencionado no início deste artigo sobre a relação entre os órgãos de censura e outras estruturas repressivas, pois, segundo Garcia (2019, p. 129), a comunidade de informações considerava que os agentes do SCDP/DCDP "deveriam ser informados e informar não só sobre as obras analisadas ou em análise pela censura e pelos censores, como também sobre atividades políticas e públicas dos envolvidos e, se possível, as privadas ou 'clandestinas'". Esse ato de extrapolar as funções que cabia a cada órgão está relacionado ao que Fico (2001) denominou de "complexo 'segurança e informações'", em que ambas as dimensões, apesar de funcionarem "segundo normas e objetivos próprios, interagiam entre si" (p. 138), garantindo que os órgãos de informações também realizassem *operações de segurança*, isto é, de repressão (p. 92).

Em vista desses cruzamentos/colaborações estratégicos entre diferentes setores que estruturavam o aparato burocrático-militar do regime, recorramos a Berg (2002) ao compreender a censura mediante três categorias: a) a *preventiva*, relacionada à censura prévia; b) a *coercitiva*, referente à repressão quando havia invasão de teatros, espancamentos, ameaças e prisão de artistas; e c) a *punitiva*, considerada um recurso extremo responsável pelo exílio e pelas mortes. Vale ressaltar, por outro lado, a perspectiva do censor Coriolano Fagundes (1974, p. 153) quando pontua que a censura era *eminentemente preventiva*:

> Dizemos que os aspectos maléficos do mau espetáculo são potenciais, porque a proibição da censura dá-se antes da primeira apresentação pública da comunicação social. Portanto, os efeitos prejudiciais ao espectador, que lhe forem inerentes, em princípio nunca chegarão a atingir o público, causando-lhes danos.

Ademais, para que uma projeção cinematográfica brasileira pudesse ser exibida no exterior, se fazia necessária a classificação de *Livre para Exportação* (art. 20, do 20.493/46), concedida pelo SCDP, mas que, para tanto, não poderia ser realizado filme com *vistas desprimorosas para o Brasil*; com fotografia malfeita; sem que se recomendasse a arte do Brasil no exterior; ou contivessem *zonas que interessem à defesa e segurança nacionais* (§ 2.º, do art. 37, do 20.493/46). Ou seja, observa-se um cuidado para com a imagem do país construída pelo Estado, a qual se baseava na negação e ocultamento dos problemas políticos, econômicos e sociais, especialmente no que dizia respeito à noção de que havia uma ditadura no Brasil.

Outras categorias classificatórias, além da supracitada e das de idade (art. 14, do 20.493/46), eram emitidas pelo Serviço, tais como a de filme *educativo*, a de filme *recomendado para a juventude* (ou

para crianças) e, tratando-se de produção nacional, a de filme *de boa qualidade* (art. 19, do 20.493/46). No que tange aos certificados liberatórios de censura, destaca-se o fato deles precisarem ser exibidos antes do início da película, de acordo com o art. 20, do 20.493/46. Dessa maneira, havia a existência do *certificado-película* e *certificado-papel* (FAGUNDES, 1974).

Em tal contexto de interdições, de cortes e de liberações, as películas financiadas pelo Estado estavam isentas de censura, de acordo com o parágrafo único do art. 5.º, do 20.493/46, mas, embora comumente liberadas, essas obras também foram cortadas e classificadas de acordo com a idade, como ocorreu com o filme *Toda Nudez Será Castigada* (1972), de Arnaldo Jabor, financiado pela Embrafilme. Além disso, as produções para serem exibidas na televisão eram censuradas de modo mais rigoroso, vide a possibilidade de mais pessoas assistirem aos filmes em casa – lugar no qual era reduzida a atuação censória, especialmente por parte dos fiscais de censura[24]. Dessa forma, algumas obras só foram liberadas para a televisão depois da ditadura, como *O Conformista* (1970), do cineasta Bernardo Bertolucci, em 1988. Ou, ainda, os processos fílmicos poderiam ser armazenados de maneira que nenhum parecer fosse expedido, mantendo a obra sem liberação, sem análise de censura e, consequentemente, sem exibição permitida, como foi o caso de *Pra Frente, Brasil* (1982), de Roberto Farias (ALBIN, 2002; PINTO, 2006; LUCAS, 2015a).

Tais episódios, mesmo durante o pós-1985 (recordemos, de igual modo, a censura ao *Je vous salue, Marie* (1985), de Godard, em 1986), demonstram que, embora o contexto concernisse ao do processo de *abertura política*[25], iniciado em 1974 sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), com a existência de um órgão liberalizante como o CSC – a despeito de também interditar obras, como nos lembra Albin (2002) – e da Lei de Anistia (n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979), a censura cinematográfica continuava existindo. Assim, antes, durante e após a ditadura, a atuação censória foi uma realidade por meio de diferentes maneiras e por meio do apoio de diversos segmentos civis, o que nos sintoniza à avaliação de Kushnir (2004, p. 35) quando argumenta que tal prática, na qualidade de uma política de Estado, constituiu-se enquanto *um ato de fundação* no Estado brasileiro republicano.

[24] Fagundes (1974) realizou uma breve análise de alguns meios de comunicação, precisando, em escala ascendente, quais áreas de entretenimento mereciam mais rigor censório.
[25] Sobre esse período, ver Napolitano (2017), Gaspari (2014a; 2014b) e Skidmore (1988).

Considerações finais

Por meio das discussões acima, pontuamos alguns aspectos tocantes ao funcionamento da censura ao cinema no período da ditadura militar, sem, no entanto, nos eximirmos de uma análise para além dos anos 1964-1985, a qual se fez necessária, objetivando uma compreensão não superficial dessa instituição. Nesse sentido, percebemos que o ato de censurar filmes não foi uma invenção criada no período ditatorial, mas que, contrariamente, foi baseada em normas anteriores, as quais datam das primeiras décadas do século XX, adaptando-as e garantindo a legalidade do que, democraticamente, não deveria ser legal. Ademais, desconsideramos uma separação entre censura moral e censura política, vide a proximidade entre ambas, em que o exercício da censura tinha um direcionamento político definido.

Do mesmo modo, essa prática não ficou circunscrita aos órgãos de censura, em que os técnicos de censura e censores agiram sozinhos, tendo em vista que alguns segmentos civis, órgãos de informações e de segurança, além de instituições defensoras do regime intervieram direta e indiretamente no processo de cerceamento da liberdade de expressão, o que nos conduz a outra questão: os objetivos autoritários dos militares não se distanciavam dos anseios de parte da população, sendo, portanto, as relações *militares-civis*, *militares-militares* e *civis-civis* mais complexas do que a dicotomia entre militares comandando, de um lado; e, de outro, população civil obedecendo e/ou resistindo.

Convém mencionar, por fim, que, apesar da Constituição de 1988 haver abolido oficialmente a censura (ver, *e.g.*, inciso IX, do art. 5.º, e o § 2.º, do art. 220), ainda se mantêm presentes as manifestações dessa prática em casos que envolvem filmes, livros e exposições de arte[26], sendo as redes sociais uma importante aliada nesse processo. Diante de tal questão, retomamos as ideias de Lucas (2015a, 2015b, 2015c) e de Kushnir (2004), ao pontuarem, respectivamente, a existência de uma *cultura censória* ou *cultura da censura*, para compreendermos que o ato de censurar foi e ainda é uma

[26] Alguns exemplos são: 1) "Ancine corta apoio a dois filmes sobre LGBTs; produtores acusam censura". Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/ancine-corta-apoio-a-dois-filmes-sobre-lgbts-produtores-acusam-censura/. Acesso em: 27 set. 2019; 2) "Marcelo Crivella manda censurar HQ dos Vingadores na Bienal do Livro, no Rio". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml. Acesso em: 27 set. 2019; e 3) "Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html. Acesso em: 27 set. 2019.

realidade, embora violando a legislação vigente. Assim, se antes verificamos a presença da censura baseada em normas censórias; atualmente, entranhada em nossas práticas sociais e cotidianas, tal expediente ainda subsiste, mas sob um outro enquadramento: não é mais uma política de Estado, institucionalizada, *i.e.*, vigora às margens das atuais estruturas legislativas (brasileira e internacional), alicerçadas nas liberdades de expressão e de pensamento.

Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBIN, Ricardo Cravo. **Driblando a censura**: de como o cutelo vil incidiu na cultura. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (coordenação). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 545-547.

BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984). São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DARNTON, Robert. O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, p. 1-22, 1992.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & liberdade de expressão**. São Paulo: Taika, 1974.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 251-286, 2002.

_____. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

_____. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Marcus. A política de coação no Brasil pós-64. *In*: KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 105-202.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GARCIA, Miliandre. **A censura de costumes no Brasil**: da institucionalização da censura teatral no século XIX à extinção da censura da Constituição de 1988. Rio de Janeiro, 2009. (Relatório de pesquisa apresentado ao Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional – PNAP/FBN). Disponível em: https://antigo.bn.gov.br/producao-intelectual/documentos/censura-costumes-brasil-institucionalizacao. Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. Quando a moral e a política se encontram: a centralização da censura de diversões públicas e a prática da censura política na transição dos anos 1960 para os 1970. **Dimensões**, v. 32, p. 79-110, 2014.

_____. Teatro, censura e "supercensura" na ditadura militar. *In*: FONTANA, Fabiana Siqueira; GUSMÃO, Henrique Buarque de (org.). **O palco e o tempo**: estudos de história e historiografia do teatro. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 109-142.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

_____. **A ditadura encurralada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

HIRSCH, Rene Armand Dreifuss. **1964**: a conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

KLEIN, Lucia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. *In*: KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 11-103.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LUCA, Meize Regina de Lucena. A tessitura dos fios de Ariadne: arquivo e censura cinematográfica no Brasil. **Antíteses**, Londrina, v.8, n. 15, p. 134-153, jan./jun. 2015a.

_____. Cinema e censura no Brasil: uma discussão conceitual para além da ditadura. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 220-244, jan.-abr. 2015b.

_____. Usos do passado: entre a censura e a representação no cinema brasileiro. **Revista Em Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2015c.

MARTINS, William de Souza Nunes. **Produzindo no escuro**: políticas para a indústria cinematográfica brasileira e o papel da censura (1964 – 1988). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 103-124, 2001a.

_____. Em busca do tempo perdido: utopia revolucionária e cultura engajada no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 16, p. 149-152, jun. 2001b.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. *In*: AARÃO REIS FILHO, D.; RIDENTI, M. S.; MOTTA, R. P. S. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 67-75.

PINTO, Leonor Estela Souza. **(Des)caminhos da censura no cinema brasileiro**: os anos de ditadura. 2005. Disponível em: http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/Des_caminhos_da_censura.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

_____. O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988. *In*: CHAGAS, C. M. F., ROMÃO, José Eduardo E; LEAL, S. A. G. (org.). **Classificação indicativa no Brasil**: desafios e perspectivas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006. p. 75-94.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais**: anos 50, 60, 70. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. Cultura. *In*: AARÃO REIS FILHO, D. (org). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 233-283.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SIMÕES, Inimá. **Roteiro da Intolerância**: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

SPINDEL, Arnaldo. **O que são ditaduras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **O procedimento racional e técnico da censura federal brasileira como órgão público**: um processo de modernização burocrática e seus impedimentos (1964-1988). 2004. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In*: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 368-379.

TAVARES, José Antônio Giusti. Do autoritarismo populista ao autoritarismo burocrático-militar. *In*: _____. **A estrutura do autoritarismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 159-181.

XAVIER, Ismail. **O cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Temporalidades

As mobilizações e o protagonismo do movimento feminista no Brasil: indícios, associações e lutas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 352p.

Jamile Pinheiro da Silva
Graduanda em História
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
jamilepinheiro.silva@aluno.uece.br

Recebido: 30/09/2022
Aprovado: 31/03/2023

A obra é o mais recente trabalho sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil. O livro é organizado pelas pesquisadoras Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy e reúne artigos que nos apresentam uma contribuição da história do feminino e da memória social das mulheres. Memória essa que é possível observar na própria atuação das autoras que também colaboram no percurso das lutas pelos direitos de igualdade social e emaciação do gênero feminino.

O livro lançado pela editora Bazar do Tempo em 08 de março de 2022 é uma realização que pretendeu construir uma rememoração sobre as lutas de protagonistas que instauraram as primeiras associações feministas no Brasil. Articulado em nove capítulos, as temáticas são situadas de forma cronológica sobre as peculiaridades do movimento. Além disso, busca a todo instante apresentar fontes como imagens e entrevistas para melhor situar a passagem dos acontecimentos. Ao fim do exemplar, é restaurado de forma historiográfica e bibliográfica a ocupação e vivências das mulheres que fizeram parte dessa construção.

Nos três capítulos iniciais, I, II e III são abordados como performa-se a teoria dos campos históricos sobre estudos de gênero apontando a sistematização do patriarcado e as primeiras mulheres a lutarem e contribuírem para um desfecho na desigualdade de gênero no país. Antes

mesmo de posicionar as mulheres em um grupo visivelmente determinante na história as autoras exibem o fator de inferioridade existente pelo sistema patriarcal, ou até antes mesmo da formação de um conjunto que também já classificava o poder predominante entre os homens, descritos através da atitude de pecado realizada por Eva, condenada como responsável pela maldade do mundo.

Diante desse aspecto, são exibidas múltiplas alusões com relação ao tratamento das mulheres ao longo dos séculos, sendo resgatadas as facetas que as ocultaram da história, demonstrando que eram citadas em poucas fases a partir de uma que as mostrava desfavoravelmente. Através de inúmeros exemplos podemos ressaltar o homem como o sujeito universal e as condições hostis em que incessantemente fora posto o gênero feminino.

Na II, são retratadas mulheres consideradas percussoras que se transforaram em referências para as brasileiras. No ano de 1782 na Inglaterra, Mary Wollstonecraft foi convicta ao publicar *Reivindicações dos direitos da mulher*. Mary escreve o livro como forma de manifestar seus direitos e apelos, diferentemente do que era condicionado ao seu sexo. Já no século XX estadunidenses e inglesas, mediante numerosas resistências, as declaravam sujeitos civis e determinantes, precisando comprovar sua "competência, coragem e patriotismo por sua participação nas frentes de batalha e no esforço doméstico durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), para que seu voto fosse finalmente conquistado" (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 58-59).

Ainda no século XIX, mas já no Brasil, também há indícios de tentativas de mudar o estado civil instruído pelos homens. Com uma tradução livre da obra *Reivindicações dos direitos da mulher*, Nísia Floresta foi uma das primeiras a trazer discussões como estas no intento de tentar mudar o contexto desfavorável em que estavam inseridas as mulheres brasileiras. Depois disso, várias outras mulheres foram se manifestando de diversas formas, como é visto no texto,

> Violante Bivar e Velasco, nascida em 1817, em Salvador, funda, em 1852, o primeiro jornal redigido por mulheres, o *Jornal de senhoras*. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, nascida em São João del Rei, funda, 21 anos depois, em 1873, outro jornal todo editado por mulheres, *O sexo feminino*, abolicionistas, republicano e sufragista. Josefina Álvares de Azevedo, em 1878, inaugura a revista *A família*, e escreve e encena, em São Paulo, a peça *O voto feminino* (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 65) [Grifo das autoras].

Em continuidade, no terceiro capítulo, no ano de 1932, são abordadas as sufragistas do Brasil. Com o enfretamento e conquista do voto feminino, elas iniciam um processo de questionamento mais sistemático a um estado tradicionalmente determinado por homens. Deste modo, a história do voto da mulher é acompanhada pela trajetória também das mesmas na academia embora sua inserção naqueles espaços tendo ocorrido de forma tardia.

Antes de 1932, algumas mulheres se destacaram por exercerem cargos e votarem. É preciso então apresentar o protótipo de mulher que protagonizou a obtenção do voto. Seguindo esse contexto, Bertha Lutz se revela como uma das mais importantes sufragistas expondo a público uma carta redigindo os diretos do seu sexo. Ainda que oriunda da elite e tendo passando sua juventude na Inglaterra, Bertha despertou cedo seu interesse pela luta das mulheres.

Encerrando os três capítulos iniciais, as organizações das sufragistas brasileiras mostraram os primeiros passos do movimento feminista conhecido como Primeira Onda. Contudo, essas mobilizações deixaram lacunas que posteriormente foram revistas a partir das discussões das vertentes feministas que hoje conhecemos como Marxista, Seccional e, principalmente, aquela conhecida como Feminismo Negro. Isto é importante, pois é importante não esquecermos que as mulheres que lutaram pelo voto tinham notadamente uma classe social mais abastada, além de serem brancas, algo que suas lutas não fossem de fato coletivas, muito embora houvessem exceções como o caso da "Antonieta de Barros, eleita deputada estadual em 1934" (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 75).

O ano de 1968 foi intenso e ficou marcado mundialmente por ocorrerem em várias partes do mundo mobilizações estudantis, a articulação de movimentos operários solicitando melhores condições de trabalho, além de inúmeras mobilizações de gênero. Desta forma, nos capítulos IV, V e VI, são discutidas as articulações das resistências organizadas pelos jovens que foram as ruas lutar contra a Ditadura Civil-Militar brasileira que havia se iniciado após o Golpe de 1964. Desta forma, é possível observar nestes trechos da obra o protagonismo feminino agindo junto as instituições de partidos naquele momento vistos como ilegais, indo às marchas e se rebelando contra a censura e perseguição a tudo aquilo que era encarado como comunista, subversivo ou mesmo uma ameaça à família e aos "bons costumes".

Mediante a conjuntura posta pelo sistema autoritário dos militares, as mulheres enfrentavam uma dupla dificuldade. Neste sentido, as autoras discorrem sobre o interessante conceito de "dupla militância", ação que se constituía pela resistência tanto contra a ditadura como também contra o machismo dentro dos partidos e demais associações de esquerda/resistência. Foi nos anos de 1970, período posteriormente nomeado de "Década da mulher" que ocorreu a criação de vários núcleos e grupos feministas que se articulavam em prol da democracia e da diversidade.

Com essas reflexões e o impulso da participação de alguns grupos feministas na Semana Brasileira de Imprensa (ABI), esses núcleos ganharam estatutos e espaços concretos que foram usados para acolher mulheres que sofriam qualquer tipo de violência. Assim, nos capítulos V e VI, são analisados os principais grupos que realizaram atividades de apoio as mulheres a partir daquele contexto, sendo citados o Centro da Mulher Brasileira (CMB), o Coletivo de Mulheres Brasileiras, o SOS Mulher e o Grupo 8 de março dentre outras organizações como o Fórum Feminista e Advocacia Feminista, que também auxiliavam as mulheres contra a repressão e demais violências.

Na sequência das criações de todos os centros e instituições vinculadas ao aparato de defesa e apoio das mulheres brasileiras, nos capítulos finais da obra, Alves e Pitanguy detalham outras comissões produzidas pelas mesmas fundamentadas no envolvimento que elas tiveram ao adentrarem na política. No fim da década de 80, já em um contexto de busca por uma redemocratização do país, especialmente a partir das manifestações de Diretas Já, pode-se perceber uma interessante mobilização social no intento não só de questionar a Ditadura, mas em também reconhecer o poder de todos esses grupos. Com essas articulações e emancipações dos movimentos, as autoras destacam uma Carta Constitucional escrita por Silva Pimenta,

> Após 21 anos da ditadura de 1964 a 1985, nosso país foi berço de efervescência política admirável que impulsionou a sociedade civil a participar ativamente da construção de uma nova Constituição, plenamente garantidora dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Vale ressaltar que o Brasil não explodiu miraculosamente... (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 228).

Foi nesse contexto de lutas e transformações no interior do Estado brasileiro que em 1985 fora fundado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que conduziu a maior comissão da segunda onda feminista no Brasil. Espalhados em grupos menores por todos os Estados, o

CNDM recebeu numerosas agentes que auxiliaram em diversos aspectos a luta das feministas, de forma que as autoras ressaltam: "Com o objetivo de criar uma política de Estado transversal, buscou interlocução com os ministérios do Trabalho, Educação, Saúde, Cultura, Justiça, Reforma Agrária, para que se incluíssem em seus programas a perspectiva de gênero..." (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 239). No entanto, mesmo com um grande apoio inicialmente, ao longo dos anos permaneceram inúmeras problemáticas que dificultaram as execuções do concelho.

No último capítulo é realizado uma reflexão sobre os caminhos percorridos nas vivências de todas essas mulheres que ajudaram a construir caminhos e a questionar as barreiras que o sistema patriarcal impõe até os dias atuais a todas as mulheres. Além disso, nas páginas finais da obra são exibidas ainda as notas das autoras e algumas fotos dos grupos e movimentos feministas discutidos.

Referências bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil**: memórias de quem fez acontecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

Conexões Angola e Portugal para além da dominação portuguesa: o protagonismo dos Axiluanda e Nâmbios

Carta Patente de Antonio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, nomeando D. Francisco Mateus de Domingos no posto de governador dos Axiluanda e Nâmbios, da Ilha de São João da Cazanga, do rio Kwanza, no lugar de D. George Antônio. Três de junho de 1763. Local: Luanda 02pp BR RJIHGB 126 PADAB DVD 03,16 DSC000361

Mariany Mathias Rosa dos Santos
Mestranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Marianymathias@hotmail.com

Rafaela Ferreira de Andrade
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
rafa.f_andrade@hotmail.com

Gabriella Oliveira Silva Araujo
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
gabriella.o.s.araujo@gmail.com

Francisca Cardoso do Prado Maciel
Graduanda em Ciências Biológicas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
fran.cardoso.maciel@gmail.com

Bruna de Almeida Pereira
Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
brunadork@gmail.com

João Guilherme Gomes Mansur
Graduando em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Jguilhermemansur@hotmail.com

Recebido: 30/04/2023
Aprovado: 17/07/2023

Comentário

A fonte transcrita data do ano de 1763 e é uma Carta patente. A carta patente é um documento oficial em que autoridades, como o monarca ou o governador, designam um direito, posse ou título a um vassalo. Esse documento é utilizado como carta aberta a fim de informar a nova designação e conscientizar a todos os envolvidos e aqueles que estão sob proteção da nova demanda. Com o auxílio do escrivão, que é eleito para o cargo público, a autoridade oficializa o registro declarando quem é e seu cargo, a demanda e o local com o ano que foi escrita e com o nome do escrivão ao final do registro, podendo, assim, identificar diferentes processos sobre quando aquela ação foi estabelecida.

A escrita da carta era realizada com canetas de tinteiros, em que se percebe sua influência na forma de escrita, como por exemplo, algumas palavras serem grudadas umas nas outras justamente para evitar afastar a ponta da caneta do papel e correr o risco de borrar a folha. Para além da escrita, percebemos, também, o estado de conservação do papel, que mesmo muito bem conservado, visto os anos passados desde a confecção da fonte, se encontra com marcas de traça e com alguns pedaços da Carta patente quase ilegíveis. Assim, a soma de todos esses fatores mostra-se importante na análise da fonte pelo historiador, visto que, para além do conteúdo escrito, pode trazer novas informações sobre o período e o contexto estudado a partir de outros elementos materiais que a compõem.

A carta patente é um exemplo de escrita histórica com a finalidade de exercer determinado controle de informação. Assim como ela, o uso da escrita no governo português em Angola serviu como canal de comunicação entre os súditos africanos e seus governantes portugueses de modo a trocar dados de interesse político e econômico. Embora grande parte da cultura africana esteja voltada à oralidade, a escrita começa a coexistir com os relatos orais, com o intuito de registrar as rotas comerciais, produtos e ações culturais tais como forma de governo e hierarquias africanas, que afetam diretamente os acordos entre líderes africanos e portugueses (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 496-509).

O documento expressa a nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos ao cargo de governador dos povos *Maxiluanda* e *Nâmbios*, povos habitantes da Ilha de *São João de Kazanga*, que

é uma das ilhas que compõem o arquipélago de *Luanda*, em Angola. A nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos ao cargo foi feita por Antônio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, por intermédio de um escrivão, no lugar de seu antecessor D. George Antônio, que faleceu. Neste documento, Vasconcelos designa Francisco Matheus de Domingos para o cargo vago. Deixa claro que cabe a ele, D. Matheus de Domingos, até segunda ordem, desfrutar dos privilégios que a nova função exige. Essa nomeação, declarada em documento aberto seguindo os protocolos reais, oficializa a nova ordem, expondo o nomeado à população que irá reconhecê-lo.

O termo *Maxiluanda*, citado no documento transcrito, é um dos muitos etnônimos utilizados para nomear os habitantes da Ilha de *Luanda*, localizada na atual Angola. Ao longo de sua colonização por parte dos portugueses, foram atribuídos a eles diferentes nomenclaturas, como: *Mixiluandas, Mexiluandas, Maxiluandas, Muxiluandas*; porém, de acordo com o dicionário *Kimbundu*, que é a língua africana falada na região de *Luanda*, a forma mais correta de referir-se a tal etnônimo no plural seria *Axiluanda*, e no singular ficaria *Muxiluanda*.

Os povos *Axiluanda* são conhecidos por sua ligação sobrenatural com o mar e com as *Kyandas,* além de desenvolverem seu trabalho ao entorno do mesmo, sendo considerados grandes pescadores, mercadores, marinheiros, condutores de canoas; além de diversas outras atividades que desempenhavam por toda Ilha de *Luanda*.

A *Kyanda*, também conhecida como *yanda*, *kíximbi* ou *kituta*, é um gênio da natureza que faz parte do imaginário dos *Kimbundu* (CARVALHO, 1986, p. 283-287). As denominações e descrições variam de região para região e, segundo relatos, ela possui metade do corpo humano e metade de peixe (COELHO, 1996, p. 179-214). Elas são brancas, alvas ou cristalinas, com cabelos brancos e longos. Normalmente, as pessoas não a veem de forma direta, mas sim a seus sinais, a luz é um traço fundamental da presença delas. Cintilações luminosas, com sons vibrantes e envolventes, conduzidos por ventos e redemoinhos marcam sua presença.

Esses seres estão muito relacionados às águas e a árvores específicas, em especial, os imbondeiros. Dizem, inclusive, que as árvores que as personificam, quando cortadas ou derrubadas, choram e sangram sem parar. Além disso, também estão relacionadas à fecundidade feminina, sendo o nascimento de gêmeos provocado justamente por influência delas. São muitas vezes, erroneamente, confundidas com *sereias*, o que evidencia a influência ocidental nas culturas africanas.

A relação com esses gênios da natureza vem a longo prazo, desde o mito de origem do mundo e fixação desses povos e, inclusive, atualmente, há diversas referências relacionadas a esses

gênios nas propagandas e estabelecimentos de *Luanda*, demonstrando o impacto no imaginário social daqueles que nem estavam inseridos nas crenças desses povos. A tradição oral dos *Axiluanda* é de demasiada força, sobrevivendo mesmo a todo o descaso e desserviço ao qual os colonizadores portugueses tinham com sua identidade cultural e religiosa, ao misturar seus nomes e tentarem, aos poucos, apagar suas culturas e tradições por meio da colonização.

É importante destacar que a *escravidão compulsória* foi imposta aos *Axiluanda* a partir do século XVII, justificada pelos colonizadores portugueses ser devida ao auxílio que prestaram aos holandeses na invasão do *Reino de Angola*, ocorrida entre 1641-1648. Em outras palavras, eles deveriam fazer o mesmo trabalho que já realizavam anteriormente; mas, agora, sem pagamento ou mediante um "pagamento simbólico". No geral, é muito importante o estudo aprofundado dos povos *Axiluanda* e a compreensão do processo de apagamento de sua identidade histórica promovido pela colonização portuguesa. Vale lembrar que os documentos encontrados no PADAB (Projeto Acervo Digital Angola – Brasil) são fonte importante de investigação documental sobre esse grupo e para a construção de sua própria narrativa desatrelada da ótica de dominação a qual foi submetida.

Outro grupo citado no documento são os *Nâmbios* ou *monâmbios*, descritos como caçadores, pescadores e exímios navegadores que viviam e dominavam a geografia do rio Kwanza. Atuavam principalmente conduzindo as embarcações para entrada e saída da região da *barra do Kwanza*, que, por ser muito sinuosa, oferecia diversos obstáculos para a navegação, sendo eles conhecidos como os únicos capazes de guiar uma viagem segura para dentro do território. Moravam, principalmente, em *quintallas* - são como sobrados suspensos - por ser uma região de manguezal, na qual também atuavam retirando a madeira de mangue (FERREIRA, 2012, p. 120).

Eram referenciados como vassalos dos sobas (líderes locais) Mani Koamza, Mani Quivingi e Kamona Kasonga, estando sob a jurisdição do governador de *Luanda*, de administração portuguesa, e de seus respectivos governadores locais. De forma que, por serem essenciais para o deslocamento de pessoas e mercadorias, tanto para o comércio local quanto para o externo, eram participativos em movimentos de resistência ou conflitos entre sobas da região; o que gerava impacto no fluxo de mercadorias e, de acordo com as fontes, acabaram sendo atacados entre 1676 e 1680 durante o governo de Saldanha e Meneses (CADORNEGA, 1972, p. 58-78).

A ilha de *São João de Kazanga* é uma das ilhas do arquipélago de *Luanda*. Além de ser o nome da ilha, é também como referem-se à freguesia da igreja que ali se instala. Possui clima

ameno, fresco, com influência do sol menos significativa que em outras partes. É um espaço de festividades paroquiais, dada a influência da igreja e seus devotos locais e, por esse motivo, recebe visitantes da cidade, de outras ilhas e paróquias, sendo um espaço de trocas e vida social intensas com outras localidades pertencentes à grande ilha de *Luanda* (PARREIRA, 1990, p. 82; CADORNEGA, 1972, p. 34-44).

Outro local mencionado no documento transcrito é *Musulo*. A ilha de *Musulo* é o local de origem de D. Francisco Matheus de Domingo, o homem escolhido para assumir o lugar de governador dos *Axiluanda* e *Nâmbios*. Segundo o dicionário *Glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola*, *Musulo* é uma região costeira do *Kongo* que fica situada entre os rios Dande e Logi, ao norte de *Luanda* (PARREIRA, 1990, p. 165). Segundo o dicionário *Kimbundu*, *Musulu* são pescadores de *São João da Barra da Korimba*, que fica na fronteira da ilha de *Kazanga*, sendo uma ilha pertencente da província de *Luanda*. Somente durante o período de maré baixa é que essa ilha se torna uma península ligada ao continente. Na maior parte do ano, o continente e a ilha ficam separados pelo mar (ASSIS JUNIOR, 1963, p. 154,274,343).

Vale salientar a ligação que há entre os termos aqui comentados. A análise sobre a Ilha de *São João de Kazanga* - território a ser governado por D. Francisco Matheus de Domingos, de acordo com a carta patente -, interliga-se com os outros termos a ele associados, como os *Axiluandas*, *Nâmbios* e *Musulos*. A localização territorial é, por fim, de extrema importância para a interpretação do documento, visto que auxilia e facilita a contextualização e interpretação.

Continuando a análise do texto e de seus elementos geográficos e sociais, a ilha de *Musulo*, a ilha de *São João de Kazanga* e *Luanda* eram lugares importantes para a dominação colonial, visto que os habitantes dessas ilhas sabiam como navegar os rios que levavam os colonizadores ao interior do território do *Reino do Kongo* e de *Angola*. Logo, era importante que o administrador dessa região fosse tanto um homem de confiança dos colonizadores, para que pudesse auxiliá-los na dominação dos Sertões (área do interior de Angola, distante de *Luanda*, na Costa), quanto conhecedor do lugar e de suas práticas.

É, também, possível identificar a presença de uma personagem pouco convencional em um documento oficial: a Maria Adam. Para além do posto de mãe do futuro governador dos pretos *Axiluandas* da ilha de *São João da Kazanga* e *Nâmbios*, Adam traz consigo um provável status social que deve ser destacado e respeitado, o de *envale*. Envale é um cargo hierárquico social adquirido por mulheres de determinadas comunidades africanas onde é reconhecida como a principal mulher de um soba. Dentre suas obrigações, a envale aparece como uma personagem

que tem determinadas funções dentro de sua comunidade e sua menção em um documento como essa carta patente demonstra um destaque importante que deve ser ressaltado na análise (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 402).

Em suma, o documento irá apontar como se davam as relações diplomáticas entre africanos e portugueses naquele período. Nesse sentido, refletindo a fonte transcrita a partir de uma perspectiva cosmoperceptiva - conceito criado pela socióloga e professora nigeriana Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (OYEWÙMÍ, 2021) -, esvaziando-se da "cosmovisão" ocidental, nota-se a atuação política ativa de africanos em cargos/posições decisivas na dita ilha de *São João de Kazanga*, o que desmistifica também a retrógrada noção de "inferioridade africana" imposta pela epistemologia dominante durante séculos. Mesmo que haja uma dominação evidentemente portuguesa no território africano devido ao contato e à empresa colonial investidos, faz-se necessário ressaltar também o protagonismo africano, uma vez que este contato se deu de forma complexa, permeado de negociações e conflitos, e não facilmente passiva como encontrado em algumas narrativas.

Transcrição[1]

[fl.1] [ao final da página, à margem direita] D. Francisco
Matheus de Domingos Governador
dos pretos Maxiluanda
Antoniode vas concellos etca Faço Sa
ber aos q ueesta minha Cartavirem quepor estarvago
oposto de governador dos pretos Maxiluandas da Ilha deS am Jo am daCanzanga eN ambios
do Rio
Quanza per falecimento do preto Dom geo
[fl.1v] George Antonio p ser [rasura]
pessoa idonea , e deSatisf [rasura]
digo diogo [rasura]
Maxiluandas e Nambios. E tudo respeito aboa infor-
maçaõ quemefoy dada do Preto D.Francisco Matheus

[1] Carta patente de Antonio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, nomeando D. Francisco Mateus de Domingos no posto de governador dos Axiluanda e Nâmbios, da Ilha de São João da Cazanga, do rio Kwanza, no lugar de D. George Antônio. Três de junho de 1763. Local: Luanda 02pp BR RJIHGB 126 PADAB DVD 03,16 DSC000361

de Domingos naturaldo Citio do Musulo de Jurisdição
de Freguezia dadita Iha deSam Joam daCazanga filho
do Preto Matheus de Domingos e da Preta Maria
Adam concorreremnelle os requizitos nessecearios para
oexercitar. Hey porbem deoprover Comoporesta
faço no dito posto degovernador dos Maxiluandas da
dita ilha deSam Joam deCazanga eNambios do Rio
Quanza emquanto eũ ohouver por bem e Sua Magestade
nam mandarocontrario ecomelle gozará da Jurisdição
privilegios efranquezas que em Rezaõ do dito posto lhe
tocarem da qual poresta hey permitido deposse delle
tomando primeiro ojuramento naformacostumada deque
Sefará acento nas costas destaCartaPatente. Pelo
quem ando a todos os referidos Maxiluandas e Nan
bios con heção ao dito D.Franscisco Matheus de Domingos
como aseuGovernador eComo tal obedeçaõ cumpraõ ego-
ardem Suas ordens como devem esam obrigados E
porfirmezadetudo lhemandey passara prezente pormim
asignadaesellada Como Signete grande deminhas Armas a
qual Será registadanos Livros daSecretaria deste Reino
eadondemaistocar. DadanestaCidadedeSamPaulo
de Asumpção aos tres dias domes deJunho Francisco
Martiń s a fes Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus
Christo demil Setecento sssentaetres = o Secretário
deEstado João Jozé de Lima afesEscrever
Antonio de vasconcellos.

Referências bibliográficas:

Fonte impressa:

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Anotado e corrigido por José Matias Delgado. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972, v. III, p. 34-44.

Referências:

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Ana a manda: os filhos da rede. Identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda [1986]**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

COELHO, Virgílio. **Imagens, símbolos e representações *"Quiandas, Quitutas, Sereias"* imaginários locais, identidades regionais e alteridades**. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 8*:* p. 179-214, 1998.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. **A Kisama em Angola, do século XVI ao XX**: autonomia, ocupação e resistência. Luanda: Kilombelombe, 2012, vol. 1.

JUNIOR, A. De Assis. **Dicionário Kimbundu-Português*:* Linguístico, botânico, histórico, Cartográfico.** 1ºEdição. Cidade: Luanda Editora Argente, Santos & cia e Lda., 1963.

OYEWÙMÍ, Oyèronké. **A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARREIRA, Adriano. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

TAVARES, Ana Paula ; SANTOS , **Catarina Madeira. " África e Monumenta - A Apropriação da Escrita pelos Africanos "**. vol 1 . Lisboa, Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

Temporalidades

A revolta dos escravizados de José Henriques Flores (Vale do Itajaí, 1867): transcrição do processo judicial

MJC. Fundo: Comarca de Itajaí. Ação: Perguntas. Partes: José Henriques Flores. Autor: Escravos do Capitão José Henriques Flores. Ano: 1867. Caixa 857. Número 226.

Vinícius Bonsignori
Mestrando em História
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
viniciusbonsignori@gmail.com

Recebido: 26/04/2023
Aprovado: 20/06/2023

Comentário

Fugas, quilombos, suicídios, assassinatos e revoltas. Essas são apenas algumas das formas em que africanos e "crioulos", do século XVI ao XIX, no Brasil, resistiram ao sistema escravista. Pelo menos é o que os pesquisadores da História Social da Escravidão têm inferido em suas pesquisas desde os anos de 1980. Constituindo, desde então, uma vasta literatura a respeito da agência e resistência escrava.

Na tentativa de agrupar os principais historiadores desse campo historiográfico no Brasil, especificamente os voltados à investigação das revoltas escravas, João José Reis e Flávio dos Santos Gomes organizaram um respeitável volume intitulado *Revoltas Escravas no Brasil*, publicado no ano de 2021, sob a edição da Companhia das Letras. De acordo com os organizadores dessa obra, diferentemente de algumas das formas já citadas de resistência à escravidão:

> As revoltas representam o estilo mais radical de protesto coletivo dos escravizados, embora não fossem tão frequentes como os quilombos. Mas, como estes, elas – talvez na sua maioria – não previam a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade dos cativos nelas diretamente envolvidos. Muitas revoltas visavam tão somente corrigir excessos de tirania,

> diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a devolução de direitos costumeiros sonegados –, ou atacando senhores e feitores particularmente cruéis. Eram levantes que pretendiam reformar a escravidão, não destruí-la, movimentos emergenciais, embora não exatamente "espontâneos" (REIS; GOMES, 2021, p. 11-12).

As grandes revoltas de escravizados no Brasil, segundo os mesmos historiadores, aconteceram, sobretudo, durante o século XIX. Não coincidentemente, foi o período em que o Brasil mais recebeu cativos da África, fazendo com que esse revigoramento da escravidão oitocentista fosse chamado por alguns pesquisadores da escravidão e da diáspora africana de "segunda escravidão" (REIS; GOMES, 2021).[1]

Algumas das revoltas e conspirações escravas que ocorreram no século XIX seguiam os períodos festivos e de rituais religiosos celebrados por senhores ou escravizados. Por exemplo, as revoltas que foram realizadas próximas aos festejos natalinos, quais sejam: a revolta haussá de 1809, desenrolada no Recôncavo da Bahia; e o levante de Campinas, ocorrido no ano de 1832 (REIS; GOMES, 2021; REIS, 2021; PIROLA, 2021).

Se, por um lado, as insurgências de cativos observavam os calendários litúrgicos e períodos de festas, por outro, também havia quem estivesse atento aos eventos políticos que se sucediam no Brasil do século XIX. Destacamos, nesse sentido, os levantes de escravizados influenciados pelo contexto da Guerra do Paraguai.

Isadora Moura Mota, nesse sentido, identifica a relevância que a guerra teve na província de Minas Gerais. Segundo a autora, somente em 1865, ano seguinte ao início da Guerra da Tríplice Aliança, como também é chamada, cerca de vinte levantes de escravizados foram registrados pelo Ministério da Justiça brasileiro. Grande parte dessas revoltas estava pautada na ideia de que o conflito recém-instaurado trouxesse o fim do cativeiro no país (MOTA, 2021).

Nessa mesma época, em Viana, província do Maranhão, outra expressiva revolta aconteceu. Conforme nos conta Flávio dos Santos Gomes e Maria Helena Machado, em julho de 1867 vários quilombolas cercaram a fazenda Santa Bárbara e espancaram o feitor e a família dele. Além disso, dias após o massacre da fazenda Santa Bárbara, os mesmos revoltosos seguiram para o engenho

[1] Sobre a "segunda escravidão", ver: Tomich (2011); Marquese e Parron (2011).

Timbó e prenderam os seus proprietários, e saquearam seus gados, armas e pólvoras. Com aproximadamente 30 capturados pela polícia, abriu-se um processo judicial contra os insurgentes. E um deles, inquirido pela autoridade judiciária do por que participou da revolta, respondeu que participou, pois "os brancos já tinham ido para o Paraguai, e não tinha aqui quem o batesse" (GOMES; MACHADO, 2021, p. 614).

Situações similares também estouraram no sul do Brasil. O historiador Paulo Roberto Staudt afirma que a Guerra do Paraguai, na província do Rio Grande do Sul, forneceu um quadro favorável para insurreições escravas. Segundo ele, os cativos aproveitaram das desavenças das elites políticas e econômicas acerca do conflito em curso para se levantarem contra seus senhores. E, assim, lograrem espaço para negociar ações de seus interesses (MOREIRA, 2021).

Na província vizinha a do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, não foi diferente. Em 19 de agosto de 1867 a situação na fazenda "Bôa Vista", localizada na freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, ficou tumultuada. Dez escravizados do capitão da Guarda Nacional, José Henriques Flores, evadiram-se da senzala de sua fazenda e foram parar na sede da Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí, na qual o seu senhor era presidente da Câmara Municipal.

José Henriques Flores, casado com Maria Clara da Conceição Breves da Silveira (prima dos comendadores José e Joaquim Breves), era um fluminense, natural de Piraí, que havia se estabelecido em Itajaí na segunda metade da década de 1830. Fazendeiro, credor, grande senhor de escravizados e expoente membro do partido conservador local, viu-se surpreendido quando, alguns dias depois da fuga de seus cativos, esses o denunciaram na delegacia da vila por maus-tratos (PIMAZZONI FILHO, 2019; BOSIGNARI, 2022).

Os africanos Simão, Antônio, Belizário, Sabino e Pedro, juntamente com os "crioulos" David, Mariano, Francisco, Mathias e Luiz alegaram ao delegado de polícia local, Antônio Pereira Liberato, que seu proprietário dava-lhes má vida. Isto é, não fornecia a alimentação necessária para as suas subsistências, além de privá-los do descanso nos dias santos e santificados, querer trancafiá-los na senzala durante as noites e não fornecer roupas e nem mantas apropriadas para se protegerem do frio. Também manifestaram à autoridade pública a vontade de servirem como soldados na Guerra do

Paraguai ou de serem vendidos a outros senhores caso o seu proprietário não lhes desse condições melhores de trabalho e sobrevivência.

Sem entrar em maiores detalhes, nas páginas a seguir trouxemos a transcrição paleográfica desse processo judicial que atualmente encontra-se custodiado no Museu do Judiciário Catarinense, localizado na capital de Santa Catarina. Também avidamos de antemão ao leitor que para a execução deste trabalho seguimos as *Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos* do Arquivo Nacional (2000), bem como nos valemos do dicionário *Abreviaturas* elaborado pela professora Maria Helena Ochi Flexor (2008) para a identificação e desenvolvimentos das abreviaturas contidas no documento supracitado.

Desejamos, assim, que esta transcrição possa contribuir aos pesquisadores da temática da História Social da Escravidão no Brasil, especialmente àqueles cujo interesse se dá no âmbito das revoltas escravas ocorridas no período da Guerra do Paraguai.

Transcrição

[fl. 01] Numero 226
1867
Delegacia de Policia da[2]
Villa do Santissimo Sacramento de Itajahy, quarta comarca de Nossa Senhora da Graça da Provincia de Santa Catharina
O Escrivam interino
Tavares
O capitão Jozé Henriques Flôres em virtude da representação verbal feita pelos seus escravos
Autuação

[2] Registrado no Livro Geral numero 92 Campos.

O Anno do nascimento de Nosso Se-
nhor Jesus Christo de mil oitocen-
tos sescenta e sete, aos vinte de Agos-
to do dito anno, n'esta Villa de
Itajahy, em meu cartorio por parte
do Delegado de Polícia em exercicio
o cidadão Antonio Pereira Liberato
me foi entregue a portaria que a-
diante segue, mandando autual-a
e proseguir no que n'esta se contem;
do que fiz esta autuação e dou fé.
Francisco Ezequiel Tavares Escri-
vão interino o escrevi.
[fl. 01v, em branco]
[fl. 02] Tendo se appresentado nésta Delegacia no
dia 19 do corrente os Escravos de propriedade
do Capitan Jozé Henriques Flôres, em numero de
déz queixando-se de maus tratos que recebem
de seu senhor o Escrivão respectivo autu-
ando ésta cómppareça neste juizo e casa
de minha rezidencia no dia 21 as 10 horas da
manhã para se proceder na forma da
lei; Itajhi 20 de Agosto de 1867
O Delegado de Policia
Antonio Pereira Liberato
Auto de perguntas ao escravo
Simão
Aos vinte um dias do mez de Agosto do an-
no do nascimento de Nosso Senhor Jezus

Christo de mil oitocentos sessenta e sete,
nesta Villa de Itajahy, e em casa da
residencia do cidadão Antonio Pereira
Liberato Delegado de Policia, e este presente, ahi presente Simão escravo do capitão Jozé Henriques Flores, commigo escrivão interino de seu cargo abaixo nomeado pelo dito Juiz forão feitas ao
mesmo escravo as seguintes perguntas:
Qual seu nome, idade, estado, filiação,
naturalidade e profissão? Respondeu
chamar-se Simão, idade ignnora, cazado, ignnora seus pais, natural d'Africa
profissão
[fl. 02v] profissão lavrador. Perguntado pelo
Juiz qual o motivo que o trouxe a este
Juizo quaixando de seu Senhor? Respondeu que por seu Senhor lhe dar má
vida, não lhe dar o sustento precizo,
privando-o do descanço nos dias Santificado, e bem assim querer encerrar
os mesmos escravo digo encerrar a elle respondente em casa feichada
durante as noites não dando vestuario se não uma muda para o
anno, assim como não lhe dar manta para cubrir-se, isto a dez annos[3]

[3] Liberato.

a esta parte. Perguntado mais=
qual a quantidade de alimento que
recebe para seu sustento diario? Res-
pondeu que almôço e jantar consta
de feijão e farinha de milho, sem
files, que elle respondente e seus compa-
nheiros trouxerão na propria gamel-
la em que comem para esta autori-
dade tomar em consideração; Em-
quanto a ceia nada recebem. Per-
guntado ainda se são elle escravo ri-
gorozamente maltradas corporalmente
por açoites? Respondeu que não.
Perguntato mais qual a exigencia
que queria de seu Senhor? Respondeu
que se conformava digo que sendo ali-
mentado convenientemente e não lhe
privando os dias Santificados e não
lhe encerrando como já disse, e dando
lhe roupa preciza, estava prompto
a obdecer
[fl. 03] a obdecer o captiveiro, ao contrario
quer servir ao estado como soldado.
E como nada mais foi perguntado, nem
respondido, assigna digo respondido
e por elle respondente dizer que não
sabia ler nem escrever assigna a seu
rogo Leopoldino Jozé da Silveira de-
pois de lhe ser lido e achar conforme; o

qual vai tambem assignado pelo Juiz
e rubricado pelo mesmo; do que tudo
dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares**
Escrivão interino o escrevi.
Antônio Pereira Liberato
Leopoldino Silveira
Interrogatorio digo Auto de perguntas[4]
ao escravo Antonio
E no mesmo dia mez anno e lugar
no auto retro declarante, ahi presente
o Delegado de policia o cidadão Anto-
nio Pereira Liberato, comigo escrivão
interino de seu cargo abaixo nomeado,
presente Antonio, escravo do capitão
Jozé Henriques Flôres pelo Juiz forão
feitas ao mesmo escravo as per-
guntas seguintes: Perguntado qual
seu nome, idade, estado, filiação na-
turalidade, profissão? Respondeu
chamar-se Antonio, idade ignnora,
cazado, ignnora tambem seus pais, na-
tural d'Africa, lavrador. Foi pergun-
tado pelo Juiz qual o motivo que o
trouxe a este Juizo queixando-se de
seu Senhor
[fl. 03v] Senhor? Respondeu que por seu Senhor
lhe dar má vida, não lhe dar o sus-
tento precizo, privando-o do descan-

[4] Liberato.

ço nos dias Santificados e que quer
encerrar a elle respondente em casa
feichada, durante as noites, não
dando vestuario se não uma mu-
da para o anno, assim como não
lhe dar manta para cubrir-se, is-
to a dez annos a esta parte. Per-
guntado qual a comida que recebe
para seu sustento. Respondeu que almôço e jantar consta de feijão
e farinha de milho simples; que
elle respondente trouxe e seus com-
panheiros na propria gamella em
que comem para ser apresentada
a autoridade; e emquanto a ceia na-
da recebe. Foi perguntado mais[5]
que digo mais se é elle respondente
rigorozamente maltrado por seu Se-
nhor por açoites? Respondeu que
não, mais que elle respondente é quem
sustenta seus filhos e veste. Per-
guntado qual a exigencia que elle
quer de seu Senhor? Respondeu que
sendo alimentado convenientemente
não lhe privando-o os dias santifi-
cados e não lhe encerrando como
já disse, e dando-lhe roupa preci-
za, estava prompto para obdecer
a seu Senhor, ao contrario quer ser-

[5] Liberato.

vir ao estado como soldado. E como nada
[fl. 04] nada mais foi perguntado, nem respondido e por elle respondente dizer que não sabia escrever assigna a seu rogo Leopoldino Jozé da Silveira depois de lhe ser lido e o achar conforme; o qual vai tambem assignado pelo Juiz e rubricado pelo mesmo; do que dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares** Escrivão interino o escrevi.

Antonio Pereira Liberato

Leopoldino Silveira

Auto de perguntas ao Escravo Belizario

Em mesmo dia mez anno, e lugar[6] retro declarado, em casa da residencia do Delegado de policia o cidadão Antonio Pereira Liberato, este presente comigo escrivão interino de seu cargo abaixo numerado, ahi presente Belizario escravo do capitão Jozé Henriques Flores, pelo mesmo Juiz forão feitas ao mesmo escravo as seguintes perguntas: Perguntado qual seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade, profissão? Respondeu chamar-

[6] Liberato.

se Belizario, idade ignnora, cazado, ignnora tambem seus pais, natural d'Africa, profissão lavrador. Perguntado qual o motivo que trouxe a elle respondente a este Juizo a queixar-se
[fl. 04v] se de seu Senhor? Respondeu que é por seu Senhor lhe dár má vida, não lhe dá o sustento precizo, privando-o do descanço nos dias Santificados e que quen digo que quer encerrar a elle respondente em caza feichada durante a noite, não dando vestuario se não uma muda para o anno, assim como não lhe dar manta para cubrir-se isto á muito tempo. Perguntado qual a comida diaria que recebe para seu sustento? Respondeu que almôço e jantar consta de feijão e farinha de milho, sem carne, a qual comida trouxe elle e seus companheiros na propria gamella para apresentar a autoridade; emquanto a ceia nada recebe. Foi mais perguntado se elle respondente é maltrado com açoites pelo seu Senhor? Respondeu que não. Perguntado o que elle respondente exige de

seu Senhor? Respondeu que quer
que o trate em relação ao sustento
comvenientemente, não lhe privando
os dias Santificados e não lhe
encerrando como já disse e dando lhe
roupa preciza para si e seus fi-
lhos estava prompto a servir a seu
Senhor, e ao contrario quer servir ao
Estado como soldado. E como nada
mais foi perguntado, nem respon-
dido
[fl. 05] respondido e por elle respondente di-
zer que não sabia escrever assigna
a seu rogo Samuel Heyse, depois de
lhe ser lido e achar conforme; o qual
vai tambem assignado pelo Juiz e
rubricado pelo mesmo; do que dou fé.
Francisco Ezequiel Tavares Escrivão
interino o escrevi.
Antonio Pereira Liberato
Samuel Heusÿ
Auto de perguntas ao escravo Sa-
bino.
Em mesmo dia, mez, anno e lugar re-
tro declarado em casas da residencia
do Delegado de policia o cidadão An-
tonio Pereira Liberato este presente
comigo escrivão interino de seu cargo
abaixo nomeado, ahi presente tam-

bem o escravo Sabino de proprieda-
de do Capitão Jozé Henrique Flores
ao qual o mesmo Juiz fez as se-
guintes perguntas: Perguntado
qual seu nome, idade, estado, filia-
ção, naturalidade, profissão? Res-
pondeu chamar-se Sabino, idade
ignnora, e bem assim seus pais, sol-
teiro, Africano, profissão lavrador.
Perguntado pelo Juiz qual o mo-
tivo por que veio apresentar-se
a autoridade? Respondeu por que
seu Senhor lhe dá má vida e não
lhe dá o sustento precizo, privando-o
do descanço
[fl. 05v] descanço nos dias Santificados e que
tenta encerrar a elle respondente em
casa feichada durante a noite, não
lhe dando vestuario se não uma mu-
da por anno, assim como não lhe
dá manta para cubrir-se, isto
á muito tempo. Perguntado qual
a comida diaria que recebe para
seu sustento? Respondeu que almô-
ço e jantar consta de feijão e fari-
nha de milho sem carne, a qual
comida trouxe elle e seu compa-
nheiros na propria gamella pa-
ra apresentar a autoridade com-

petente; emquanto a ceia nada recebe. Foi mais perguntado se[7] elle respondente é maltratado com açoites ou outro qualquer castigo corporal? Respondeu? Respondeu [sic] que não. Perguntado o que elle respondente exige de seu Senhor? Respondeu que quer que o trate convenientemente em relação a roupa, comida, não lhe privando os Santificados digo os dias Santificados e não lhe encerrando como já disse, estava prompto a servir seu Senhor, e ao contrario quer servir ao estado como soldado. E como nada mais foi perguntado nem respondido, e por elle respondente dizer que não sabia escrever assigna a seu rogo Manoel

[fl. 06] Manoel Antonio do Nascimento depois de lhe ser lido e achar conforme; o qual vai rubricado pelo mesmo; do que dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares** Escrivão interino o escrevi.

Antonio Pereira Liberato

Manoel Antonio do Nascimento

[7] Liberato.

Auto de Interrogatorio digo de per-
guntas ao escravo Pedro
E no mesmo dia mez anno e lugar retro[8]
declarado, em casa da residencia do
Delegado de Policia o cidadão Antonio
Pereira Liberato, este presente, comigo
escrivão interino de seu cargo a di-
ante nomeado, presente tambem
o escravo Pedro de propriedade do
Capitão Jozé Henriques Flôres, pelo dito
Juiz foi feita ao referido escravo
as seguintes perguntas: Pergu-
tado qual seu nome, idade, estado,
filiação naturalidade e profissão?
Respondeu chamar-se Pedro, ignno-
ra sua idade, solteiro, ignnora tambem
seus pais, Africano, lavrador. Pergun-
tado pelo Juiz qual o motivo por que
veio apresentar-se a esta autorida-
de? Respondeu por que seu Senhor
não lhe dá o sustento precizo, pri-
vando-o do descanço nos dias Santi-
ficados
[fl. 06v] Santificados, e que tenta encerrar
a elle respondente em casa feicha-
da durante a noite, não lhe dando
vestuário se não uma muda por
anno, assim como não lhe dá man-

[8] Liberato.

ta para cubrir-se, isto á muito
tempo. Perguntado qual a comida
diaria que recebe para seu sustento?
Respondeu que almoço e jantar cons-
ta de feijão e farinha de milho
sem carne, isto por longo tempo,
a qual comida elle respondente e seus
companheiros trouxerão na pro-
pria gamella para apresentar
a autoridade, e esta tomar conhe-
cimento; emquanto a ceia nun-
ca tiverão. Foi perguntado a el-
le respondente é maltratado com
açoites ou outros castigos corpo-
ral? Respondeu que não. Per-
guntado o que elle respondentes exi-
ge de seu Senhor? Respondeu que
tão somente exige que o trate con-
venientemente com relação a comida
roupa, não lhe privando os dias San-
tificados e não lhe encerrando já
digo encerrando como já disse, esta-
va prompto a servir seu Senhor,
e ao contrario quer servir ao Estado
como soldado. E como nada mais
foi perguntado nem respondido e
por elle respondente dizer que não
sabia escrever assigna a seu rogo
Jacob

[fl. 07] Jacob Heyse, depois de lhe ser lido e o achar conforme; o qual vai rubricado e assignado pelo mesmo Juiz do que dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares**
Escrivão interino o escrevi
Antonio Pereira Liberato
Jacob Heusÿ

Auto de perguntas ao escravo David

Em mesmo dia, mez, anno, e lugar[9] retro declarado, em casa da residencia do Delegado de Policia o cidadão Antonio Pereira Liberato, este presente e comigo Escrivão interino de seu cargo abaixo nomeado; presente tambem o escravo David de propriedade do capitão Jozé Henriques Flôres, e ao mesmo escravo o Juiz lhe fez as seguintes perguntas: Perguntado qual seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e profissão? Respondeu chamar-se David, ignora a idade, assim digo idade, solteiro, filho de Antonio, natural desta mesma Villa e lavrador. Perguntado pelo Juiz qual o motivo por que veio apresentar-se a este Juizo? Respondeu por que seu Senhor não lhe

[9] Liberato.

dá sustento precizo privando o do
descanço nos dias Santificados, is-
to é nos dias Santos e bem assim
querer
[fl. 07v] querer encerrar a elle interrogado em
casa feichada durante as noites,
não dando vestuario se não uma
muda por anno, assim como não
lhe dá manta para cubrir-se,
isto a dez annos a esta parte.
digo cubrir-se á muito tempo. Per-
guntado mais qual a qualidade
de alimentos que recebe para seu sus-
tento diario? Respondeu que almo-
ço jantar consta de feijão e fari-
nha de milho, que ele respondente
trouxera na propria gamella, e seus
companheiros a presença d'autorida-
de para esta remediar as privações
que de á muito sofre. Emquanto[10]
a ceia nada recebe. Perguntado ain-
da se são maltratados corporalmente
com açoites por seu Senhor? Respon-
deu que não. Perguntado finalmen-
te qual a exigencia que queria de
seu Senhor? Respondeu, que sendo
alimentado convenientemente e não
lhe privando os dias Santificados

[10] Liberato.

e não lhe encerrando como já disse
e dando-lhe roupa preciza, estava
prompto a obdecer ao captiveiro, e ao
contrario quer servir ao Estado como
soldado. E como nada mais foi per-
guntado e nem respondido, e por
elle respondente dizer que não sabia
escrever assigna a seu rogo Samu-
el Heyse depois de lhe ser lido e o
achar
[fl. 08] achar conforme, o qual vai tambem
assignado pelo Juiz e rubricado
pelo mesmo; do que dou fé **Fran-
cisco Ezequiel Tavares** Escrivam
interino o escrevi.
Antonio Pereira Liberato
Samuel Heusÿ
Auto de perguntas ao escravo
Mariano
E no mesmo dia, mez, anno e lugar
retro declarado em cadas da residen-
cia do Delegado de Policia o cida-[11]
dão Antonio Pereira Liberato, e este
presente comigo escrivão interino
de seu cargo ao diante nomeado,
ali presente Mariano escravo do
Capitão Jozé Henriques Flôres, ao
mesmo escravo o Juiz lhe fez as se-

[11] Liberato.

guintes perguntas: Perguntado
qual seu nome, idade, estado, filia-
ção, naturalidade e profissão? Res-
pondeu chamar-se Mariano de
vinte annos de idade mais ou menos
solteiro, filho de Belizario, natural
d'esta Villa, e lavrador. Foi pergun-
tado pelo Juiz qual o motivo que
apresentar-se a cadêa? Respondeu
que é por que seu Senhor não lhe dá
o sustento preciso, privando-o dos
dias Santificaodos e que quer encerrar
a elle respondente em uma casa fei-
chada
[fl. 08v] feichada durante as noites para
cujo fim achar-se preparando uma
não lhe dando de vestir, só apenas
uma muda por anno, e nunca
possuia manta para cubrir-se. Per-
guntado mais qual a quantidade
de alimentos diario que recebe pa-
ra manter-se? Respondeu que
ao almôço jantar farinha de mi-
lho com feijão e ceia não recebe,
e que o mesmo alimento elle res-
pondente e seus companheiros trou-
xerão na propria vazilha em que
elles comem para apresentar a
autoridade. Perguntado ainda se é

maltratado corporalmente com açoi-[12]
tes ou outros castigos semelhantes?
Respondeu que não. Perguntado fi-
nalmente qual a exigência que
queria de seu Senhor? Respondeu
que exige que seu Senhor lhe susten-
te convenientemente bem como
lhe vista e não lhe prive os dias
Santificados e não lhe encerre como
[ilegível] está prompto a servir seu
Senhor e no caso contrario quer ser
vendido. E como nada mais foi
perguntado, nem respondido, e por
elle respondente dizer que não sabia
escrever assigna a seu rogo Samu-
el Heyse depois de lhe ser lido e o
achar conforme o qual vai tambem
assignado pelo Juiz e rubricado pelo
mesmo
[fl. 09] mesmo do que dou fé. **Francisco**
Ezequiel Tavares. Escrivam interino
o escrevi
Antonio Pereira Liberato
Samuel Heusÿ
Juntada
Aos vinte um dias de Agosto de
mil oitocentos sessenta e sete, nes-
ta Villa de Itajahy, em meu

[12] Liberato.

cartorio, junto a estes autos a
petição e rol dos escravos que ao
diante segue; do que fiz este ter-
mo. Eu Franco Ezequiel Ta-
vares Escrivão interino o escrevi.
[fl. 09v, em branco]
[fl. 10] Illustrissimo Senhor Delegado de Policia
Numero 1
[ilegível]
Itajahÿ 20 de Agosto de 1867.
Marino. Campos.
Diz Jozé Henriques Flores, que de sua
fazenda, no dia 18 do corrente fugi-
rão dez escravos de propriedade d'elle
Supplicante, cujos nomes e [ilegível] são os cons-
tantes da relação junta, os quaes conta
ao Supplicante que andão publicamente por
esta Villa e na sua réde; e como não
pode o Supplicante promover a captura d'elles
sem intervenção da força publica, vem
por isso a presença de vossa senhoria requerer o
seu auxilio e ordens determiante para
serem prezos onde forem encontrados
e recolhidos a cadêa publica.
Néstes termos
Peço a vossa senhoria se digne
providenciar na for-
ma requerida, para
que se evitem males

maiores, visto que
tem o Supplicante sérios
receios de que venhão
os mesmos escravos
pertubar a seguran-
ça e ordem publica.
Espera Receber Mercê.
Itajahy, 20 de Agosto de 1867.
Por meu Pai, **Joze Henriques Flores Filho**.[13]
[fl. 10v, em branco]
[fl. 11] Relação dos escravos de Jozé Henriques
Flores, que se evadirão de sua fazenda.
1º Simão, côr preta, estatura regular pouca barba
2º Antonio Idem, Idem, Idem
3º Belizario Idem Idem barbudo
4º Sabino côr fula Idem Idem
5º Pedro côr preta baixo pouca barba
6º David Idem estatura alta Idem
7º Mariano Idem estatura regular Idem
8º Francisco Idem estatura alta sem barba
9º Mathias Idem Idem Idem
10º Luis Idem baixo Idem.
Itajahÿ, 20 de Agosto de 1867.
Por meu Pai, Jozé Henriques Flores Filho
Numero 2 200
Pago duzentos reis
Itajahÿ, 20 de Agosto 1867.
Martins O Esteves

[13] Achando-se já recolhidos a cadêa os Escravos que menciona, seja ésta junta áos autos. Itajahi 21 de Agosto de 1864. Liberato.

Concluzão
E logo, no mesmo dia mez anno e lugar
retro declarado, em meu cartorio faço
este autos conclusos ao Delegado de
Policia o cidadão Antonio Pereira
Liberato; do que fiz este termo. **Francisco**
Ezequiel Tavares Escrivam interino o es-crevi.
Concluzão
Não tendo se concluido hoje com o auto
[fl. 11v] de perguntadas a todos os Escravos continua o mesmo
no dia seguinte Itajahi 21 de Agosto 1867
Liberato
[ilegível] supra 21
Liberato
Data
Em seguida por parte do Delegado
de Policia o cidadão Antonio Pereira
Liberato me foi entregue estes autos
com seu despacho supra; do que fiz
este termo. Francisco Ezequiel Tava-
res Escrivam interino o escrevi.
Auto de perguntas ao escravo
Francisco de propriedade do Capitão Jo-
zé Henriques Flores
Aos vinte dous dias do mez de Agosto do[14]
anno do nascimento de Nosso Senhor
Jezus Christo de mil oitocentos sessen-
ta e sete, nesta Villa de Itajahy, e

[14] Liberato.

cazas da residencia do Delegado de
Policia o cidadão Antonio Pereira Li-
berato, este presente, comigo escrivão in-
terino abaixo nomeado, presente tam-
bem o escravo Francisco de propriedad-
e do Capitão Jozé Henriques Flores
a este o mesmo Juiz lhe fez as se-
guintes perguntas: Perguntado
qual o motivo que elle respondente
veio apresentar-se a cadêa d'esta Vil-
la? Respondeu que por seu Senhor
o maltratar em relação a sustento,
[fl. 12] roupa digo perguntas: Perguntado
qual seu nome, idade, estado, filiação
naturalidade, profissão? Respondeu
chamar-se Francisco, ignnorando sua
idade, solteiro, filho de Antonio, es-
cravo, natural de Itapocorohy, la-
vrador. Perguntado pelo Juiz qual
o motivo por que elle respondente veio
apresentar-se a cadeâ d'esta Villa?
Respondeu que é por que o seu Senhor
não lhe dá sustento precizo privan-
do-o dos dias santificados, e que
tenciona encerrar a elle respondente em
uma casa feichada durante as noi-
tes, a qual casa está preparando,
não lhe dando de vestir, apenas dá-
lhe uma muda para o anno.

Perguntado mais qual a qualidade
diaria do sustento que recebe? Res-
pondeu que a comida diaria é aquel-
la que ele e seus companheiros trou-
xerão em uma gamella na qual
comem para mostrar a autorida-
de, e que encerra-se esta comida
com feijão e farinha de milho sem
files. Perguntado ainda se é mal-
tratado corporalmente com açoites
ou outro castigo semelhante? Res-
pondeu que não. Perguntado fi-
nalmente o que elle exige de seu
Senhor
[fl. 12v] Senhor? Respondeu que exige que seu
senhor o alimente convenientemente
e lhe dê roupa para o serviço, e não
o encerre como pretende, e lhe dando
os dias Santificados está prompto
a servir ao senhor, e ao contrario quer
ser vendido. E como nada mais foi
perguntado nem respondido e por
elle respondente dizer que não sa-
be escrever assigna a seu rogo Leo-
poldino Jozé da Silveira, depois
de lhe ser lido e achar conforme; o
qual vai tambem rubricado pelo[15]
Juiz e assignado pelo mesmo; do que

[15] Liberato.

dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares**
Escrivam interino o escrevi. Em tempo foi declarado pelo Leopoldino Jozé da Silveira que não assignava a
rogo do respondente, e avista d'esta declaração assigna a rogo do mesmo respondente Frederico Xavier de Souza, depois de lhe ser lido e o achar conforme, o qual vai tambem rubricado
pelo Juiz e assignado pelo mesmo do que dou fé. Francisco Ezequiel Tavares Escrivam interino o escrevi
Antonio Pereira Silveira
Frederico Xavier de Souza
E no mesmo dia mez anno e lugar retro declara
[fl. 13] declarado, em casasas [sic] da residencia do Delegado de Policia o cidadão Antonio Pereira Liberato, este presente comigo
escrivão interino de seu cargo ao diante nomeado, presente tambem o escravo Mathias de propriedade do Capitão Jozé Henriques Flôres, ao mesmo escravo o Juiz lhe fez as seguintes perguntas: Perguntado qual seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e profissão? Respondeu chamar-se Mathias, ignnora sua idade, solteiro, filho

de Antonio escravo, natural d'esta
mesma Villa, profissão lavrador
Perguntado mais pelo Juiz qual o
motivo por que elle respondente veio
apresentar-se a cadêa d'esta Villa?
Respondeu que veio apresentar-se a
razão é por que seu Senhor não lhe dá
sustento conveniente privando-o dos
Domingos e dias Santos, e que seu Se-
nhor está fazendo uma casa para
encerrar a elle respondente, durante as
noites, e que não lhe dá se não úma
muda de roupa para o anno, e que
elle respondente nunca teve úma man-
ta para cubrir-se. Perguntado qual
é a qualidade de comida diaria que
recebe? Respondeu que almôço jan-
tar
[fl. 13v] jantar e ceia é feijão e farinha de
milho digo jantar é feijão e fa-
rinha de milho simplesmente e
que ceia nunca tiverão, e a comi-
da constante é aquella que elle res-
pondente e seus companheiros trou-
xera na propria gamella que el-
les comem para apresentar. Per-
guntado ainda se é maltratado
corporalmente com açoites ou ou-
tro castigo semelhante? Respon-

deu que não. Perguntado final-
mente a exigencia que faz de
seu Senhor? Respondeu que quer
que seu Senhor lhe alimente conve-
nientemente para poder resistir ao[16]
trabalho, e lhe dê roupa para o
serviço bem assim para resguar-
dar-se do frio, e não o encerre como
pretende dando-lhe os dias Santi-
ficados, que está prompto a servir-
seu Senhor, e ao contrario quer ser
vendido. E como nada mais foi
perguntado nem respondido e por
elle respondente dizer que não sabia
escrever assigna a seu rogo Claudi-
no Jozé Francisco Pacheco depo-
is de lhe ser lido e o achar confor-
me o qual vai assignado pelo
Juiz e rubricado pelo mesmo. do
que
[fl 14] que dou fé. **Francisco Ezequiel Tavares**
Escrivão interino o escrevi,
Antonio Pereira Liberato
Claudino J. Franco Pacheco
Auto de perguntas feito ao es-
cravo Luiz de propriedade do Ca-
pitão Jozé Henriques Flôres
E no mesmo dia, mez, anno e lu-

[16] Liberato.

gar retro declarado, em casas da residencia do Delegado de policia o cidadão Antonio Pereira Liberato, este presente comigo escrivão interino de seu cargo ao diante nomeado, ahi presente tambem Luiz escravo de propriedade do Capitão Jozé Henriques Flôres, ao mesmo escravo o Juiz lhe fez as seguintes perguntas. Perguntado qual seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade e profissão? Respondeu chamar-se Luiz, ignnora seu idade, solteiro, filho de Simão escravo, natural d'este municipio, lavrador. Perguntado qual o motivo por que veio elle respondente apresentar se a cadêa d'esta Villa? Respondeu que é por que seu Senhor não lhe dá sustento conveniente, privando-o dos

[fl. 14v] dos dias Santificados e que seu Senhor está fazendo uma casa para os encerrar durante as noites, e não lhe dá se não uma muda de roupa para o anno, nem tão pouca dá a seus escravos mantas para cubrir-se. Perguntado qual a comi da diaria que elle recebe para ali-

mentar-se? Respondeu que jan-
tar e almôço feijão com farinha
de milho, e isto mesmo trouxéra
elle e seus companheiros para apre-
sentar a autoridade e que ceia nun-
ca teve. Perguntado mais se elle
é castigado corporalmente com açoi-[17]
tes ou outro qualquer castigo se-
melhante? Respondeu que não.
Perguntado finalmente o que el-
le quer que seu Senhor o faça?
Respondeu que apenas exige que
seu Senhor lhe sustente para assim
poder resistir ao serviço assim co-
mo encerrar a elle respondente co-
mo pretende dando-lhe os dias
Santificados está prompto a ser-
vir seu Senhor, e ao contrario quer
ser vendido. E como nada mais
respondeu nem foi perguntado e
por elle respondente dizer que não
sabia
[fl. 15] sabia escrever assigna a seu rogo
Jozé Rodrigues dos passos, depois
de lhe ser lido e o achar conforme;
o qual vai tambem assignado
pelo Juiz e rubricado pelo mesmo
do que dou fé. **Francisco Ezequiel Ta-**

[17] Liberato.

vares Escrivam interino o escrevi.

Antonio Pereira Liberato

Jozé Rodrigues dos Passos.

Juntada[18]

Aos vinte trez de Agosto de mil oito-
centos sessenta e sete, nesta Villa
de Itajahy, em meu cartorio, junto
estes autos a petição que ao di-
ante segue; do que fiz este termo.
Francisco Ezequiel Tavares Escri-
vão interino o escrevi.

[fl. 15v, em branco]

[fl. 16] Illustrissimo Delegado de Policia
Numero 3 [ilegível]
[ilegível]
Itajahÿ, 23 de Agosto de 1867
Martins [ilegível]

Diz Jozé Henriques Flores, que tendo esta
attendido ao requerido pelo Supplicante para
captura de seus escravos, que fugirão da
fazenda do Supplicante na noite de 19 do corren-
te e ordenado o recolhimento a cadêa
publica com a devida segurança; e bem
assim, procedido á indagações das couzas
que derão lugar a esse acto de insubor-
dinação e desrespeito ao Supplicante, pela quaes
veio ao conhecimento, que o fim foi exi-
girem do Supplicante a sua venda, vem o Supplicante

[18] Liberato.

declarar que concorda c'ella, não pela
imposição que ousarão fazer, no que
Vossa senhoria há de convir, que para moralização
publica e exemplo de tal con-
dição, não devia o Supplicante sujeitar-se a
essa exigencia, mas o faz pela circuns-
tancia de que nunca pretendeu possuir
escravos contra a sua vontade, porque é
impossivel obter bons serviços de
quem os faz sem expontaneidade;
e tambem porque, não quer o Supplicante
ter o desgosto de vêr reproduzirem
se esses factos, que muito influencia
no interesse geral da população e
podem trazer graves consequéncias
contraria a ordem e segurança pu-
blica
[fl. 16v] blica, que o Supplicante como cidadão paci-
fico dezeja e está prompto a conce-
der para não serem ella alteradas:
portanto, vem requer a vossa senhoria se digne
ordenar que continúen prezos os es-
cravos do Supplicante e com toda a segu-
rança, até que o Supplicante procurara
a sua venda como melhor enten-
der, sendo ormicamente soltos
quando o Supplicante assim o requerer.[19]
Peço a Vossa Senhoria o seu deferi-

[19] Mão alheia na margem inferior esquerda: N'estes termos. Nos autos como requer, Itajahi 23 de Agosto 1867. Liberato.

mento de justiça
Espera Receber Merce
Itajahy, 23 de Agosto de 1867.
Jozé Henriques Flores
[fl. 17] Concluzão
Aos vinte trez de Agosto de
mil oitocentos sessenta e se-
te nesta Villa de Itaja-
hy, em meu cartorio faço-
estes autos conclusos ao
Delegado de policia o cida-
dão Antonio Pereira Liberato
do que fiz este termo. **Fran-**
cisco Ezequiel Tavares Escrivam
interino o escrevi
Concluzão
[ilegível] faça-no conclusos
Itajahi 23 de Agosto de 1867
Liberato
Data
Incontinenti por parte do meretis-
simo Juiz Delegado de Policia
o cidadão Antonio Pereira Libera-
to me foi entregue estes autos
com o despacho supra; do que
fiz este termo. **Francisco Ezequiel**
Tavares Escrivão interino o escrevi
A pagar o sello de
quinze folhas inclusi-

ve a que segue em bran-
co. Itajahy 23 de Agto de
1867.
O Escrivam interino
Tavares[20]
Concluzão
[fl. 17v] Concluzão
E logo no mesmo dia mez anno e lugar
retro declarado, em meu cartorio faço
estes autos conclusos ao Delegado de
Policia o cidadão Antonio Pereira Li-
berato; do que fiz este termo. **Francisco**
Ezequiel Tavares Escrivam interino o es-
crevi.
Concluzo com o preparo
Visto estes autos a pelo auto de pergunta
feito aos Escravos Simão, Antonio, Belizário,
Sabino, Pedro, David, Mariano, Franco, Mathias,
Luiz de Capitam Jozé Henriques Flores verifi-
ca-se que pelo Senhor. do mesmo escravo não
forão praticadas sciencias ou outra qual-
quer offença que se poça qualificar
criminoso o acto que [ilegível] lugar apre-
zentação dos mesmos escravos neste Juizo,
apenas resulta do interrogatório que
allegou os escravos mau trato de comida
de roupa e que por isso querem ser
vendidos circunstancia essa que con-

[20] Numero 8. 2:500. Pago mil e quinhentos. Itajahi 23 de setembro de 1867. Martins Esteves.

corda o Senhor nos termos de sua petição
de folhas. 17 portanto julgando não ser crimi-
noso e deferindo ao requerimento de folhas. 17
sejão os mesmos escravos encerrados
na prizão a requerinto digo reque-
zição do Senhor que pagará as custas
Itajahy 26 de Agosto 1867
Antonio Pereira Liberato
[fl. 18] Data
Aos vinte quatro dias de Agosto de mil oito-
centos sessenta e sete, nesta Villa de Ita-
jahy em meu cartorio por parte do Delega-
do de Policia o cidadão Antonio Pereira
Liberato, me foi entregue estes autos com
sua sentença retro do que fiz este termo.
Francisco Ezequiel Tavares Escrivam interino o
escrevi
Data digo intimação
Dou fé intimar em sua propria pes-
sôa ao Capitão Jozé Henriques Flores
por todo o conteudo da petição digo con-
teudo da sentença retro; do que ficou
bem sciente. Itajahy 24 de Agosto de
Agosto de 1867[21]
O Escrivam interino
Francisco Ezequiel Tavares
Pago em tempo 200 de sello
Era ut supra. Tavares

[21] D=1000.

	[fl. 18v] Conta		
920	Ao Juiz Sentença		2$000
	Dez Auto de perguntas a 500		5$000
			7$000
	Ao Escrivam		
	Autuação	300	
925	Auto de perguntas (10)	20$000	
	Termo data e (9)	1$800	
	Intimação (1)	1$000	23$100
			30$000
	Conta		1$000
930	Somma [ilegível]		31$100
	Liberato[22]		

Referências bibliográficas:

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro: Casa Civil da Presidência da República, 2000.

BOSIGNARI, Vinícius. **Elite senhorial e escravidão no Vale do Itajaí:** as fazendas de José Henriques Flores (c.1836- c.1890). 2022. 107 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas:** manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T.. Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX). In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 588-645.

[22] Vistos em correição de 1869. Sª Ramado.

MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 97–117, jul. 2011.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. "Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo": revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do Oitocentos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 413-457.

MOTA, Isadora Moura. Escravos abolicionistas nas terras diamantinas (Minas Gerais, 1864). In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 325-363.

PIMAZZONI FILHO, Renato Jose La Porta. **Família Flôres (Açores, Portugal):** os Breves do Sul. Joinville: Clube de Autores, 2019.

PIROLA, Ricardo. Laços da rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832). In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Um guia para a revolta escrava. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 227-261.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Um guia para a revolta escrava. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 7-29.

REIS, João José. A revolta haussá de 1809 na Bahia. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Um guia para a revolta escrava. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Revoltas Escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 177-226.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão:** Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Edusp, 2011. 248 p.

Entrevista com o Dr. Frederico Duarte Garcia

O **Dr. Frederico Duarte Garcia** é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e é doutor em Biologia Celular e Molecular pela *Université de Rouen* (Universidade de Ruão), na França. Tem ainda formação em terapias comportamentais e cognitivas pela *Association Française des Thérapies Cognitives et Comportementales* (Associação Francesa de Terapias Cognitivas e Comportamentais). Entre algumas de suas muitas áreas de atuação estão a psiquiatria, adictologia, neurociências e neuroimunologia. Possui diversos prêmios nacionais e internacionais, entre eles o prêmio de pesquisador da *World Federation of Societies of Biological Psychiatry* (WFSBP) (Federação Mundial das Sociedades de Psiquiatria Biológica) em 2013. É tesoureiro da WFSBP; membro titular da Associação Brasileira de Psiquiatria; e, membro do corpo editorial dos periódicos *Frontiers in Psychiatry* (Fronteiras em Psiquiatria), *Gentics and Molecular Research* (Genética e Pesquisa Molecular) e da Revista Médica de Minas Gerais. Atualmente é professor associado no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFMG. É bolsista de pesquisa nível 2 do CNPq, lidera o Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS) e ainda coordena o Centro de Regional de Referência em Drogas (CRR) da UFMG.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2658762200370578

Entrevista elaborada por Thabata Tosta (mestranda), membro da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2023/2024, pertencente ao Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História. Entrevista concedida via videoconferência.

[Revista Temporalidades]: Doutor Frederico Duarte Garcia, antes de mais, é um prazer ter a oportunidade de entrevistá-lo para a Revista Temporalidades. Agradecemos pela sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Algo que chamou muito atenção em seu extenso currículo foi a área da Psiquiatria Biológica. O senhor poderia explicar um pouco sobre o que vem a ser este campo e como ele se relaciona com a questão da dependência química?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: No começo do século passado, no século XX, nós não tínhamos muita noção do que causavam as doenças, de forma geral. Dentro desse não saber, as doenças psiquiátricas ficavam num meio mítico. Sabemos que existe uma psiquiatria que Freud[1] ajudou a construir, onde existia uma parte que era a psicanálise. Tentou-se dar uma explicação social, sócio-histórica, da construção da doença mental. Até por volta dos anos 1970, todas as doenças mentais eram compreendidas a partir de questões de traumas infantis e sociais. A partir deste período, com o desenvolvimento das técnicas de biologia molecular, neurobiologia e neuroimunologia, passou-se a ter uma melhor compreensão sobre como as neurociências eram constituídas, o que começava a conseguir explicar as doenças mentais. Dentre uma delas, a explicação, por exemplo, da depressão, é o déficit de serotonina e dopamina. Então, começa-se a entender que essas doenças, anteriormente explicadas apenas por construções sociológicas, na verdade, talvez fossem também alterações do sistema nervoso central. À medida em foram desenvolvidas as neuroimagens, como ressonância magnética e outros exames, um *corpus* de conhecimento sobre como funciona o cérebro e sobre como funciona o cérebro doente, passou a ser constituído. As dependências químicas são um modelo de doença em psiquiatria e saúde mental. Trata-se de uma doença muito particular. Diferente de outras doenças mentais, onde não se sabe com certeza a causa, na dependência química, estamos sabedores de qual é o fator causal. Logo, se a pessoa não usar a droga, ela nunca virá a ser dependente química. É simples assim. Então, a dependência química tem uma causa biológica bem determinada. Com o avanço dos estudos, os pesquisadores que nos antecederam, entenderam que esse mecanismo era replicável em animais. Então em 1966, Skinner[2] desenvolve um modelo chamado de "caixa de Skinner",

[1] O Doutor Frederico Duarte Garcia refere-se aqui a Sigmund Freud (1856-1939), neurologista e fundador da psicanálise.

[2] O Doutor Frederico Duarte Garcia refere-se aqui a Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), psicólogo comportamental e filósofo social.

onde, ao usar a auto injeção de drogas em animais, demonstrou que, depois de um tempo, se expostos às drogas, esses animais perdiam o controle e acabavam, por vezes, a vir a óbito pelo excesso desta auto-injeção. Hoje, a dependência química é a doença sobre a qual existe o melhor conhecimento do ponto de vista neurobiológico. Por que? Porque temos modelos animais, que são replicáveis, onde conseguimos induzir a doença e testar tratamentos dentro destes modelos. Nossa pesquisa, neste sentido, rompe com aqueles conhecimentos místicos/religiosos, com algumas crenças que foram sendo construídas de modelos etiológicos e sociais. Entramos no âmbito no qual a dependência química é uma doença, uma doença do cérebro, passiva de prevenção e, por consequência, tratável.

[Revista Temporalidades]: Como surgiu o interesse do Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS)[3] por desenvolver um trabalho com a dependência química?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Primeiro, a visão é que a função da Universidade, além de formar recursos humanos de alta qualidade, é de trazer soluções que melhorem a vida dos cidadãos do país onde vivemos e, se possível, fora dele. Então, trabalhamos nesta ótica, tanto de realizar estudos que empoderem governos, conselhos, legisladores, sensos… pesquisas epidemiológicas ajudam nossos políticos a terem mais informação para construírem políticas que, de fato, atendam as necessidades do nosso povo e não fiquem só no "achismo" ou só na "informação" do Whatsapp, essa é a grande questão. Segundo, achamos que, um outro papel da universidade é trazer soluções, farmacológicas, psicoterapêuticas, sociais, que ajudem, de fato, a mudar a realidade da sociedade e foi neste sentido que começamos a trabalhar.

[Revista Temporalidades]: Qual a missão do NAVeS, quem é o público a ser atendido e quais são algumas de suas principais abordagens?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Nós, do NAVeS, trabalhamos para buscar soluções. Este é o grande passo que temos tomado em direção ao tratamento da dependência de crack e cocaína,

[3] O Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidade e Saúde (NAVeS), faz parte do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

mas também para outras doenças. Temos, por exemplo, pesquisas para estratégias psicoterápicas para o tratamento de tabagismo, pesquisas com estratégias para abordagens de populações em situação de rua. Todo o intuito não é simplesmente trazer as soluções, mas testar se elas são, de fato, efetivas para estas populações. É neste ponto que nos situamos. Estamos situados dentro da psiquiatria social, de estudos epidemiológicos, de saúde mental, propriamente dita, que é onde temos uma maior produção. Temos um leque vasto de abordagens com populações extremamente vulneráveis. Populações em situação de rua, atingidos por barragens, LGBT+, esquizofrênicos, dependentes químicos que, normalmente, são negligenciados. Todos querem estudar, por exemplo, o deprimido, que enche os consultórios e é uma pessoa tranquila, que não dá trabalho, mas ninguém quer ir lá ver como é tratar a psicose em pessoas em situação de rua e o quanto isso é desafiador. O nosso grupo encara estas questões.

[Revista Temporalidades]: O senhor poderia discorrer sobre a importância do uso de fármacos no tratamento de pessoas afligidas por este e outros tipos de doenças mentais?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Se não existem remédios para uma determinada doença, o que se faz é o uso de meros paliativos, não é? Até hoje não existe nenhum remédio registrado para o tratamento, por exemplo, da dependência de cocaína e crack. O que abre uma lacuna enorme para um grande problema. Neste contexto, o paliativo é a redução de danos. Porém, não é algo que visa tratar pacientes com dependência química, mas sim, minimizar o impacto da droga nessas pessoas. Bom, uma atitude nobre quando não se tem o que fazer. Por exemplo, quando foi feita a campanha de distribuir camisinhas e educar profissionais do sexo, foi ótimo para diminuir a quantidade de pessoas com Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). Contudo, quando surgiu a medicação para tratar a doença, surgiu também o espaço para salvar vidas e integrar essas pessoas na sociedade. Buscamos, dentro da dependência química e das doenças mentais, fazer com que essas pessoas sejam reintegradas. Assim, trazer aportes farmacológicos que sejam benéficos e facilitem esse processo é um grande desafio, mas é uma necessidade social a ser pesquisada. Eu costumo falar que, lugares como a Cracolândia, são "não-lugares". Porque acabaram virando espaços para pessoas com um estigma, seja de possuir uma doença mental, seja

de ser usuário de drogas, seja de ser considerado vagabundo… São lugares onde esses indivíduos se escondem da sociedade. É uma área de exclusão, uma exclusão bilateral, numa sociedade que exclui, mas na qual, também, a pessoa ali se exclui, se escondendo de alguma forma. Esta exclusão sempre existiu na história, na história da medicina. Quando não se tinha uma medicina bem constituída e a explicação etiológica era religiosa, eram os mosteiros quem recolhiam aqueles que faziam parte deste processo de exclusão social. Porque, a causa etiológica na época, era que, a doença, era uma punição divina. Quando o eugenismo foi criado, um resultante do darwinismo social, surgem os manicômios como lugar de exclusão. Por que? Porque não se tinha o que fazer. A partir do momento em que se passa a ter o que fazer, surgem tratamentos libertadores. Parte destes tratamentos são as medicações. Em um exemplo recente, o que permitiu o fechamento dos manicômios e tratamentos psicológicos, em parte, foi a descoberta dos anti-psicóticos. Temporalmente, o marco é bem definido: no ano de 1956 com o começo dos testes de Clorpromazina[4], e, em 1960, quando se começa a falar de movimento antimanicomial[5] no mundo. É óbvio que o movimento antimanicomial é histórico-político, mas existiu uma solução farmacológica a potencializar e permitir esta libertação. Assim, quando falamos em trazer um remédio para a dependência química, é num entendimento de que a doença mental é um aprisionamento, é uma perda de liberdade. De alguma forma o paciente perde o direito de escolha de usar ou não usar a droga. Do mesmo modo que o psicótico-esquizofrênico perde o direito de delirar ou não delirar. Simplesmente, ele delira. O medicamento vem como uma estratégia para ajudar a parar o delírio. Só isso basta? Não. Só isso não basta. É preciso ressignificar o delírio, ajudar o paciente a se reinserir socialmente, existe uma série de outros processos que precisam acontecer. Porém, sem este pilar para ajudar a pessoa a voltar à liberdade, ela continua presa.

[4] A Clorpromazina ($C_{17}H_{19}ClN_2S$) é um fármaco antipsicótico usado para controlar e tratar esquizofrenia, transtorno bipolar e psicose aguda. Informação disponível no site da National Library of Medicine NIH, National Center for Biotechnology Information.

[5] De acordo com o site da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, no Brasil, o Movimento da Reforma Psiquiátrica teve início no final da década de 1970. A Luta Antimanicomial resultou na "aprovação da Lei 10.216/2001, nomeada 'Lei Paulo Delgado', que trata da proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de assistência". Para maiores informações, consultar: 18/5 – DIA Nacional da Luta Antimanicomial. Ministério da Saúde, Brasília, s/d. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-2/>. Acesso em:01/09/2023.

[Revista Temporalidades]: Amplamente divulgada, a Calixoca, a ser desenvolvida pela UFMG, tem o intuito de auxiliar no tratamento da dependência de crack e cocaína. Como se deu o surgimento desta vacina?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: A vacina Calixcoca nasce da necessidade de trazer uma solução para o dependente químico, mas ela apareceu em um momento que foi muito crítico, uma vivência muito crítica nossa. O Ministério Público tinha publicado uma norma na qual os médicos se tornavam obrigados a declarar, no momento do parto, se encontrassem mães que fossem usuárias de drogas. Como consequência, os bebês eram encaminhados para a adoção[6]. Isto nos sensibilizou muito. Estas mulheres sofrem demais em não conseguirem parar de usar e saberem que precisam parar porque estão grávidas e precisam proteger os seus bebês. Elas começaram a chegar de caminhão no meu ambulatório e pediam, pelo amor de Deus, para que nós fizéssemos alguma coisa. A maternidade é algo importante para elas, elas queriam ficar com os seus bebês, mas o Ministério Público levava as crianças. Então foi uma situação muito crítica assistir o sofrimento destas mulheres e não poder fazer nada. Foi então que nós começamos a trabalhar neste projeto de desenvolver uma vacina com o intuito de ajudar estas mães, tanto no tratamento quanto na prevenção. Caso se mostre eficaz em seres humanos, a vacina Calixcoca servirá para ajudar nestes dois pontos. Este foi um percurso de 10 anos que nos permitiu construir uma equipe multidisciplinar dentro da universidade. O que também é um grande desafio. Nós temos professores da Medicina, Química, Farmácia, Veterinária e do Direito a

[6] O Doutor Frederico Duarte Garcia refere-se aqui a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas e moradoras de rua em Belo Horizonte, a denúncia, feita em audiência pública no dia 05/09/2017, reportava "mais de 300 casos na cidade desde 2014". Segundo notícia no site do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, "em 2014, foram editadas duas recomendações do Ministério Público da Infância e Juventude de Belo Horizonte que determinavam a comunicação obrigatória de que a gestante fazia uso de substâncias químicas e a posterior retenção das crianças na maternidade até decisão da Justiça sobre a questão". Trata-se da Recomendação nº.05/2014 e da Recomendação nº.06/2014, ambas emitidas pela 23ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Civil de Belo Horizonte. Este posicionamento foi reiterado pela portaria nº03/2016 pela Vara Cível anteriormente citada. A suspensão desta Portaria ocorreu no ano de 2017 através da emissão da Minuta de Portaria do Processo de Medidas de Proteção referentes ao Processo Administrativo Judicial 2015/76377. Para maiores informações, consultar: CONADA debate na Câmara dos Deputados denúncia de retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas. Ministério da Saúde, Brasília, 14/05/2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/bebes-maes-usuarias>. Acesso em: 01/09/2023.

trabalharem conosco. É uma equipe bastante sólida, um dos poucos exemplos dentro da universidade. E temos conseguido fazer com que o medicamento seja desenvolvido de A a Z dentro de uma universidade pública brasileira. Nós temos hoje no Brasil um grande desafio chamado de "vale da morte das zonas de conceito". Os pesquisadores das ciências básicas e das ciências aplicadas desenvolvem uma determinada molécula, ou um determinado produto que poderia virar um remédio para o país mas, infelizmente, por não termos a estrutura exigida pelas agências regulatórias, não podemos sintetizar, testar e registrar essas provas de conceito. Isto acaba por virar uma patente dentro de uma gaveta. Acreditávamos ser a UFMG quem não conseguia resolver isso, mas o que descobrimos, no caminho percorrido, foi o fato de o Brasil ter assinado os termos com a Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) e ter esquecido da necessidade de investir para que pudéssemos criar esta plataforma de desenvolvimento de novos remédios dentro do país. O que nós estamos tentando, além do projeto da vacina ou, com o projeto da vacina, é montar esta estrutura dentro da UFMG, de forma que estas patentes da UFMG e as patentes de outras universidades do país e, até do exterior, possam ser sintetizadas e testadas aqui. Caso se mostrem eficazes, que possam vir a ser produtos para a nossa indústria farmacêutica e, com isto, deixarmos de sermos exportadores de milhões de toneladas de minérios das nossas montanhas, das nossas cachoeiras, dos nossos córregos, para nos tornarmos exportadores de quilos de remédios. É uma inversão de lógica necessária para o nosso país e demanda um investimento relativamente alto, mas é um investimento que trará um retorno muito importante. Por exemplo, um remédio para tratar a neurodistrofia, é uma doença que leva paralisia total dos membros, cada dose mensal custa cerca de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Trinta doses pagaria esta infraestrutura que nós queremos construir. A vacina também trouxe um movimento dentro da UFMG, no sentido de nós desenvolvermos esta plataforma de inovação farmacológica para que possamos alcançar a autonomia e a capacidade de podermos fazer os remédios para os nossos próprios cidadãos.

[Revista Temporalidades]: A seu ver, no decorrer da história da ciência do Brasil e, até o momento, quais foram os tratamentos de dependência química mais eficazes?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: No mundo, a eficácia no tratamento de dependência química é baixíssima. São atingidos 20% de abstinência em 5 anos. É um valor baixo e um valor sobre o qual não se é falado, porque, em 5 anos, é preciso fazer um grande investimento para 1 em cada 5 indivíduos conseguir sair desta situação. Isto é algo extremamente desafiador. No Brasil, a história é antiga, desde que viramos República já se começaram a ser feitas leis e instituições para tratarem dos dependentes de álcool e drogas. No Brasil República já existiam alguns decretos que criaram o sanatório do Rio de Janeiro e davam ao poder público a possibilidade de encaminhar pessoas para tratamento obrigatório. Nós, no Brasil, caminhamos sempre numa dicotomia: este é um problema de justiça ou é um problema de saúde? Depois da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a grande prioridade foram as doenças infecto-parasitárias, o atendimento de urgências e a elaboração dos sistemas de prevenção. Nunca sobrou muito espaço para o tratamento de dependentes químicos. Depois de ter sido possível atingir um platô, que estas outras doenças atingiram um certo nível de controle, a doença mental apresenta-se como uma necessidade de abordagem. O grande problema é que ainda temos, no meu ponto de vista, uma defasagem muito importante das estratégias existentes e aplicadas no Brasil, em comparação com aquelas validadas clinicamente e cientificamente no mundo. Acredito que aqui, nós temos medo de assumir estas coisas ou não estejamos investindo para adquirir este conhecimento. Hoje, o Brasil adotou uma política, que na verdade é uma técnica. O que eu quero dizer com isso, a política pública para abordagem do paciente com dependência química é chamada de "redução de danos". A redução de danos é uma estratégia de estabelecimento de vínculo e diminuição do impacto da droga. Porém, ela não pode ser um fim, nem uma política. Isto é paradoxal. Por que ela não pode ser um fim? Porque não podemos apenas compactuar em deixar o indivíduo usar a droga sem que ele consiga retomar a liberdade desse uso. Esta é uma crítica que eu faço à política e à técnica. No mundo inteiro, a redução de danos é *uma* das *cinco* etapas que precisamos utilizar no Brasil para abordar a pessoa com dependência química. É como se nós estivéssemos estagnados numa briga ideológica, que é o que está acontecendo. Ficamos presos em uma única visão, sendo que, na verdade, precisamos de cinco técnicas diferentes para sermos mais eficazes. Este é o primeiro ponto. Dentro destas técnicas, nós teremos alguns pacientes que irão demandar a internação, enquanto outros irão fazer o tratamento em casa. Uma vez estáveis, existirá a demanda da terapia

ocupacional para que eles possam voltar a ter uma rotina, a conseguir se inserir profissionalmente. Haverá a demanda da psicoterapia para que consigam gerir a questão do estigma, das coisas pelas quais eles passaram, e assim por diante. Então, no Brasil, nós temos um déficit muito grande de estratégias de fato eficazes para abordar estas pessoas, bem como suas famílias, que sofrem com dependência química. O triste desta história é que isso abre um flanco para uma série de outras abordagens socialmente criadas Elas têm seu valor em algumas situações, mas acabam sendo feitas de improviso, temporariamente, e não atendem como política pública a estas demandas, por exemplo, as comunidades terapêuticas e os grupos de autoajuda. Hoje no Brasil, temos vários déficits, este é o resumo desta história. Infelizmente, no nosso país, temos uma deficiência importante das técnicas validadas internacionalmente. Poderíamos estar a utilizá-las, porque precisamos de abordagens mais eficazes. A vacina pode vir a ser uma delas, caso se mostre efetiva. Para recapitular, as cinco etapas de tratamento seriam: 1) redução de danos; 2) quando o paciente entra no processo, uma estratégia chamada de "entrevista motivacional", e, apenas depois desta entrevista é que se faz possível implementar os tratamentos; 3) para os tratamentos, será necessária uma equipe multidisciplinar, e aqui, algumas pessoas irão precisar de internação, outras de acompanhamento médico, outras de acompanhamento ambulatorial e, neste ponto, estão inseridas as medicações — a vacina está inserida neste ponto. Por que? Porque aqui é o dano, quando o psiquiatra consegue fazer a abstinência, seja ambulatorial, seja no regime de internação, e é onde a vacina entraria como uma estratégia para aumentar aqueles 20% para um valor um pouco maior; 4) uma vez que o paciente esteja estável, ele precisa de técnicas e grupos para se reinserir socialmente, é aí que a terapia, a terapia ocupacional e mais uma política de inserção social funcionaria muito bem, e, 5), a remediação do impacto da droga na vida do usuário, tanto pela neuropsicologia quanto pelas psicoterapias. Atualmente, no Brasil, acabamos por atuar na redução de danos e na psicoterapia, mas o "miolo" fica faltando. Nós temos recebido muita crítica dos grupos de saúde mental como se a vacina fosse ser uma estratégia bio-política de exclusão social e coisas desse tipo. Não, não é isso. É um tratamento que tem o objetivo muito bem específico o qual tentaremos validar e ver se, de fato, trará um benefício. Esse benefício será atingido por uma pessoa que deseja entrar em abstinência, e, uma vez neste estado, deseje manter-se abstêmio. Essa abstenção, uma vez atingida, é onde a

vacina entraria, para aumentar a chance da pessoa não recair, ou se ela recair, não vir a reativar os circuitos cerebrais que a levam a ter a compulsão pela droga.

[Revista Temporalidades]: Visto que a Calixcoca é uma vacina terapêutica, o senhor poderia explicar para os nossos leitores qual a diferença entre uma vacina dita "convencional" e uma vacina terapêutica?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Esta é uma história bem legal de ser contada. Quando tiveram a "sacada" do "quem sabe nós não fazemos uma vacina?!", o nome "vacina" é errado, mas é o nome que pega. Qual é a grande questão? A cocaína é uma molécula muito pequenininha. Ela não produz resposta imune no organismo. Porém, a cocaína é fabricada no meio do mato, é fabricada com dejetos de morcego que caem por cima, folhas, ratos morrendo, etc. e aí, estes contaminantes, fazem com que algumas pessoas desenvolvam espontaneamente os anticorpos anti-cocaína. Ao mesmo tempo, o organismo já reage, porque, a cocaína, quando usada em excesso, produz algumas alterações no sistema imune. O que acontece, é que o corpo acaba se tornando mais sensível a esses contaminantes e estes fazem com que sejam produzidos anticorpos. Olha que bonito! É como se o organismo estivesse fazendo força para não ter que sofrer com aquilo que está fazendo mal para ele mesmo. Na descoberta, que foi por acaso — os pesquisadores estavam tentando entender porque é que algumas pessoas usam grandes quantidades de drogas e não têm grandes efeitos —, eles acharam estes anticorpos nestas pessoas. Então tiveram uma epifania: se isso funciona desta forma para determinadas pessoas, por que não tentamos modular o sistema imune para produzir esses mesmos anticorpos que, para alguns, já está sendo produzido? O que nós estamos fazendo, é potencializar o mecanismo do próprio organismo. E aí, quando falamos sobre "vacina terapêutica", é como se fosse uma vacina de alergia. Nós usamos esse nome, mas se você for parar para pensar, ela não é preventiva, ela é uma vacina que ensina para o seu sistema imune a não reagir de forma alarmante quando vê poeira, quando vê ácaro, quando vê camarão. Esta exposição, faz aquela reação exagerada se tornar modulada, e é um pouco do que as vacinas terapêuticas fazem. As vacinas terapêuticas já existem em outras situações. Nós utilizamos esse nome "vacina" porque é um modulador do sistema

imune. Da mesma forma que a vacina da Covid modula o seu sistema imune para quando você encontrar o vírus, sua reação contra o mesmo seja de uma forma muito intensa e não de uma forma fraca. Como vacina terapêutica, a Calixcoca tem uma ação que é na dependência química. Então, uma vez produzidos os anticorpos, todas as vezes que a pessoa usar a cocaína, ela irá bloquear a passagem dessa droga para o cérebro e não perceberá seu efeito, além disso, o circuito que leva à compulsão da droga não será reativado. Ela é terapêutica neste sentido. Nós acreditamos que, para esta determinada população, ela possa ser útil. Nas grávidas, ela é terapêutica *e* preventiva, porque impede a droga de passar para o cérebro da mãe e pela placenta, agindo no feto. Então, pelo menos em nossos modelos animais, tivemos um ganho de 30% a mais de peso e uma prole 50% maior do que as das ratas não vacinadas. Então nós prevenimos o aborto espontâneo, previnimos o pequeno crescimento uterino, prevenimos uma série de consequências. É complicado explicar isso para as pessoas porque nós não temos nenhum estudo sobre a possibilidade do uso preventivo. "Ah, vou dar para o meu menino para ele não ficar dependente de cocaína!", ninguém sabe se isso pode funcionar, então não temos como falar isso. Também não é algo que você dá e vai resolver o problema. É uma *ferramenta* que vai entrar no programa de tratamento e pode ajudar a resolver os problemas da pessoa.

[Revista Temporalidades]: Em seres humanos, é sabido que os bebês costumam nascer com diversos problemas causados pelo uso de drogas materno, incluindo, mas não limitados aos já mencionados crescimento prejudicado e baixo peso, além de defeitos congênitos, desenvolvimento cerebral alterado, síndrome de abstinência neonatal (SAN), síndrome da morte súbita do lactente (SMSL), dentre outros. Nos animais é possível observar o mesmo?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: É possível. Nós temos testes comportamentais e avaliações de circuitaria cerebral que dizem se houve ou não lesão. Demonstramos que a vacina passa pela placenta e age também no feto, protegendo-o dos efeitos negativos da cocaína. Acreditamos que, se essa solução chegar a se mostrar eficaz e puder ser registrada, ela poderá trazer um benefício bastante importante do ponto de vista societal para a primeira e segunda gerações, um grande salto no ponto de vista de desenvolvimento histórico.

[Revista Temporalidades]: No podcast "Saúde com Ciência"[7], produzido pelo Centro de Comunicação Social da Faculdade de Medicina, o senhor fala sobre a questão da quantidade mínima de doses da Calixcoca a serem ministradas para que haja o efeito esperado. Porém, é sabido que dependentes químicos possuem alta resistência a certos tipos de medicação. No caso da Calixcoca, existem expectativas que esta dosagem possa vir a variar de acordo com cada organismo? Ou esta resposta só virá de forma concreta após a fase de testes humanos?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Temos uma replicação de resultados em três espécies de vertebrados, sendo um deles primatas não-humanos. Isto maximiza as chances de termos as mesmas respostas nos humanos. Porém só os estudos de fase é que nos ajudarão a determinar a dose, efeitos e segurança. Nós precisamos aguardar essa segunda etapa que é a avaliação da Calixcoca em humanos.

[Revista Temporalidades]: Já em entrevista à Revista VEJA, de 2016, o senhor disse que, "usada em conjunto com a psicoterapia e medicamentos, essa nova vacina seria uma estratégia importante", visto que, ao diminuir a euforia da droga, "os usuários não teriam motivos para o consumo"[8]. Em termos práticos, isto quer dizer que, ao usar a droga, seja ela a cocaína ou o crack, o usuário ainda assim seria capaz de sentir seus efeitos, embora com intensidade diminuída? Ao mesmo tempo, a compulsão pelo consumo seria, consequentemente, menor?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: Aqui nós temos duas questões. No começo do uso a pessoa terá a euforia, uma sensação agradável, bem estar, essa coisa toda. Porém, ao consumir a droga, ela estará lesando esse circuito cerebral, o circuito de recompensas. O que irá acontecer, progressivamente, é que ela não terá mais prazer, mas sim o alívio pelo uso da droga. Porque quando a pessoa não usa, ela entra em abstinência, tem a sensação de mal estar, e assim por diante. Então, existe essa mítica que nós iremos cortar o prazer da droga, mas o dependente

[7] SAÚDE com Ciência responde dúvidas sobre a Calixcoca. Faculdade de Medicina UFMG, Belo Horizonte. Disponível em: <https://tinyurl.com/calixcoca-saude-com-ciencia>. Acesso em: 01/08/2023.
[8] LOIOLA, Rita. Saiba como funciona a vacina brasileira contra o vício em cocaína. VEJA, São Paulo, 07/09/2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/calixcoca-noticia-veja>. Acesso em: 01/08/2023.

químico já não tem mais prazer, ele já não tem mais o efeito agradável, e sim o alívio, porque ele sente abstinência. Mas a grande questão é, como este circuito é lesado, todas as vezes que a droga entra nele, ela reativa o circuito, fazendo com que, de uma certa forma, este indivíduo perca de novo o controle. O objetivo que nós queremos atingir com a vacina é permitir a esta pessoa ficar mais tempo sem reativar este circuito. É por isso que a vacina entra *depois* do tratamento de abstinência, como um mecanismo para aumentar as chances da pessoa manter-se neste estado e conseguir progredir dentro dos seus projetos de vida.

[Revista Temporalidades]: Por fim, em matéria publicada no mês de agosto de 2023 no site da Faculdade de Medicina da UFMG, foi noticiado que a Calixcoca venceu a categoria Inovação Tecnológica Aplicada à Saúde do Prêmio Euro 2023 e está concorrendo ao Prêmio Euro Inovação na Saúde. No Podcast Saúde com Ciência, o senhor cita que, muito embora estas premiações sejam importantes para angariar recursos e alavancar o modo experimental, ainda assim serão necessários outros além destes para a execução de três fases e registro da medicação. De forma breve, no que consistiriam as três fases citadas?

[Dr. Frederico Duarte Garcia]: A primeira fase é conseguirmos fazer a síntese desse medicamento dentro de uma exigência de qualidade chamada de "Boas Práticas Laboratoriais". A partir do momento em que nós consigamos fazer isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já reconhece o remédio como remédio que pode ser usado em seres humanos. A segunda fase, é fazermos o que chamamos de "Estudo de Fase 1", ou seja, aplicarmos, pela primeira vez em humanos e avaliar os efeitos colaterais, se teremos uma resposta imunizante e qual a dose disso. A terceira fase é um estudo que, de fato, é um estudo clínico. Vamos oferecer a participação neste estudo dentro de hospitais e clínicas que fazem tratamento de abstinência, onde algumas pessoas receberão placebos e, outras, a vacina. Elas farão o tratamento que já deveriam fazer e vamos acompanhá-las por 6 meses para ver como será a taxa de recaída e de consumo de drogas através de urina. Normalmente, a ANVISA exige uma fase na qual devemos replicar estes estudos em vários centros. Contudo, existe uma prerrogativa que vem sendo usada pela indústria, que é: quando nós não temos nenhuma solução, fazemos os "Estudos de Fase 3",

depois que a ANVISA permite a introdução no mercado, já que ela se mostrou eficaz e é a única solução que se tem para o tratamento de uma determinada doença. Então nós iremos pleitear esta solução para que possamos encurtar o tempo de desenvolvimento e o prazo do paciente, que é de urgência, por ser um problema de saúde pública tão importante, que nós temos acompanhado.

Entrevista com a Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes

A **Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes** possui graduação em Física, especialização em Física Nuclear e doutorado em História Social, todos pela Universidade de São Paulo (USP). Possui ainda pós-doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em França. Em 2001, organizou e publicou pela Editora FIOCRUZ o livro "Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930", a abordar os espaços institucionais de ciências no Brasil Império e Primeira República. Em 2012, juntamente com a Dra. Márcia Regina Barros da Silva, organizou e publicou pela Editora Fundação Miguel de Cervantes, o livro "Arnaldo Vieira de Carvalho: e a história da medicina paulista (1867-1920)", sobre Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho (1867-1920), fundador da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Além destes, possui 28 capítulos de livros publicados, dentre os quais pode ser destacado aquele presente no livro "Mulheres na Física: Casos históricos, panorama e perspectivas", organizado por Saitovitch *et. al.*, onde, na seção "Mulheres Pioneiras na Física Brasileira", colaborou com Walkiria Costa Fucilli Chassot para escrever um sobre a primeira mulher a receber o título de doutorado em física no país, Sonja Ashauer (1923-1948). Atualmente, é membro do corpo editorial e revisora dos periódicos "Cadernos de História da Ciência", da equipe do Laboratório Especial de História da Ciência do Instituto Butantan e "História, Ciências, Saúde - Manguinhos", publicação trimestral da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). É ainda professora (sênior) aposentada do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Atua na área de História, com ênfase em história das ciências no Brasil.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2799884618533478

Entrevista elaborada pelos membros da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2023/2024, Thabata Tosta (mestranda) e Pietro Monteiro (doutorando), pertencentes ao Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História. Entrevista concedida via correio eletrônico à Thabata Tosta.

[Revista Temporalidades]: Doutora Maria Amélia Mascarenhas Dantes, é um grande prazer ter a oportunidade de entrevistá-la para a Revista Temporalidades. Agradecemos pela sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Como sua trajetória acadêmica teve início na física, vamos começar por este tópico. Como surgiu seu interesse neste campo e, dentre os nomes da história da ciência do Brasil, existiram um ou mais personagens que a inspiraram a seguir esta linha de estudos em um primeiro momento?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: Eu fui fazer graduação em física porque, desde menina, gostava muito de matemática, o que ajudou na minha aprovação no vestibular. Também, nos anos 1960, quando entrei na universidade, o curso de física era bastante valorizado e visto como uma área científica com boa perspectiva profissional.

[Revista Temporalidades]: A senhora escreveu um capítulo de livro sobre a primeira mulher a receber o título de doutorado em física no país, Sonja Ashauer. Qual a importância para o Brasil em conhecer e reconhecer as mulheres nas ciências e a senhora acredita que estas respostas tenham alguma influência na formação de mais mulheres na área?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: Hoje, no Brasil, é muito forte a presença de mulheres nas áreas científicas e as estatísticas mostram que há mais mulheres que homens atuando em pesquisa científica. Mas este é um fato recente. Estudos históricos vêm mostrando que, nas primeiras décadas do século XX, era pequena a presença de mulheres em instituições de ensino superior, as faculdades de direito, medicina e engenharia. Este quadro começou a mudar com as faculdades de filosofia das primeiras universidades brasileiras, criadas nos anos 1930.

Neste sentido a trajetória de Sonja Ashauer é bem ilustrativa. Sonja fez a graduação em física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP e seu doutorado na Inglaterra nos anos 1940. Nas faculdades de filosofia brasileiras formaram-se as primeiras gerações de mulheres que passaram a atuar profissionalmente nas áreas científicas, tanto nas ciências físicas e naturais, como nas ciências sociais e políticas.

[Revista Temporalidades]: Com o lançamento do filme Oppenheimer[1] a física nuclear está, uma vez mais, à frente da consciência popular. Infelizmente, é indissociável do imaginário coletivo a associação imediata às armas nucleares, como aquelas detonadas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, ou, então, a acidentes catastróficos como o de Chernobyl, na Ucrânia — muito embora este ramo da física contribua para áreas como por exemplo, na produção de energia elétrica e na medicina. A senhora considera este interesse do grande público, em especial do público brasileiro, como algo positivo?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: Sim, por várias razões considero positivo que o interesse público se volte para este filme que trata de um tema marcante da História da Física e que, além de trazer informações sobre o trabalho do pesquisador científico, toca em questões como sua inserção no contexto social mais amplo e a utilização de conhecimentos básicos (a Física Nuclear) para a produção de armamentos. No entanto, para pessoas interessadas em estudos mais precisos sobre as diferentes questões focalizadas pelo filme – a produção e aplicação de conhecimentos científicos e mesmo a produção da primeira bomba atômica – existe uma ampla bibliografia que merece ser levantada nas áreas dos chamados Estudos da Ciência: História, Filosofia e Sociologia da Ciência.

[Revista Temporalidades]: No Brasil, diversas universidades públicas possuem excelente qualidade no ensino de física, sendo que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidades de São Paulo (USP) oferecem cursos de pós-graduação na área nuclear. Este ano,

[1] Oppenheimer, filme de 2023, dirigido por Christopher Edward Nolan (1970-) é uma cinebiografia sobre o físico americano Julius Robert Oppenheimer (1904-1967), diretor do Manhattan Project, responsável pelo desenvolvimento e produção da bomba atômica. O filme teve sua estreia nos cinemas brasileiros em 20 de julho de 2023.

de acordo com notícia do site da Câmara dos Deputados, foram aprovados, no dia 14 de junho, dois acordos firmados entre o Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN). Segundo a publicação, a medida permitirá o acesso de pesquisadores e empresas brasileiras e, com isso, participação no desenvolvimento tecnológico de diversas áreas[2]. Como a senhora vê estes avanços para a história da ciência do país?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: Os estudos em História das Ciências no Brasil tem mostrado que as relações científicas internacionais estiveram presentes nos vários momentos da história brasileira. Assim, já no período colonial foram estabelecidas redes de difusão de conhecimentos que integraram intelectuais do continente americano e europeu. Também temos hoje muitos estudos sobre os períodos imperial e republicano que mostram como médicos, naturalistas e estudiosos brasileiros estavam integrados à comunidade científica internacional. Quanto à participação de físicos brasileiros em equipes internacionais, os casos de Sonja Ashauer e de seu colega de turma Cesar Lattes, mostram que esta integração já ocorria nos anos 1930 e 1940. Assim, este novo projeto é mais um exemplo da participação, hoje corrente, de pesquisadores brasileiros em equipes e projetos internacionais das várias áreas do conhecimento.

[Revista Temporalidades]: Qual a relevância da história da ciência, não apenas para a academia, mas também nos contextos sociais, políticos e econômicos do Brasil?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: A História da Ciência é uma disciplina bastante elucidativa sobre diferentes aspectos das atividades científicas e de como foram mudando nos vários períodos históricos e contextos sociais. É assim uma disciplina que traz informações esclarecedoras sobre temas como: as características do conhecimento científico; as relações entre atividade científica e outras dimensões da vida social, política e econômica; ou ainda sobre o papel desempenhado pela produção científica nos diferentes períodos históricos.

[2] Para ter acesso ao artigo completo, ver: LOURES, Vinícius. Brasil será membro associado da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Brasília, 14/06/2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/brcern2023>. Último acesso em: 20/07/2023.

[Revista Temporalidades]: No âmbito acadêmico, quais passos a senhora acredita serem importantes para o avanço do corpus do estudo da história das ciências? Existem ramos da história da ciência a serem negligenciados e que, por esta razão, deveriam ser mais explorados e melhor conhecidos?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: A História da Ciência é hoje uma disciplina institucionalizada no Brasil, com vários cursos de pós-graduação e pesquisadores atuantes nas várias regiões do país. Os eventos da SBHC, por exemplo, contam com centenas de pesquisadores que trabalham com temas e enfoques variados. Pensando especificamente sobre a História das ciências no Brasil, nos últimos anos, por exemplo, foram realizados estudos sobre a convivência de diferentes saberes (acadêmicos e populares) no território brasileiro e, mais recentemente, tem-se discutido bastante sobre as especificidades históricas dos países colonizados. Quanto a temas ainda pouco trabalhados, penso que os períodos históricos mais recentes ainda vem recebendo pouca atenção dos pesquisadores.

[Revista Temporalidades]: Por fim, dos avanços da produção científica do Brasil pós-independência, na sua opinião, quais são aqueles que merecem maior destaque?

[Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes]: Trata-se de um período histórico muito amplo e diversificado, no qual a produção científica passou por muitas transformações no Brasil. O que podemos destacar são alguns dos marcos de uma história institucional das ciências no país. Ainda no período joanino, por exemplo, foram criadas as primeiras escolas de engenharia e medicina e, em 1818, instalado o Museu Real do Rio de Janeiro. Estas instituições permaneceram atuantes durante o período imperial e se tornaram espaços de formação de cientistas e de produção de conhecimentos. Já no início do período republicano, ganharam destaque instituições de ciências biomédicas, como o Instituto Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan, atuantes até os dias de hoje. Como já citamos, nos 1930, as primeiras universidades brasileiras ganharam destaque como espaços de ensino e pesquisa. Um outro marco foi a criação, em 1951, do CNPq que deu início a uma nova fase do financiamento de atividades científicas no país. Também considero que merece

destaque a implantação em 1970, a nível nacional, dos programas de pós-graduação, que levaram a um crescimento exponencial da pesquisa científica no país. Assim, nos últimos anos, segundo dados da FAPESP, o Brasil está entre os quinze maiores produtores científicos mundiais.

Entrevista com a Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos

A **Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos** é a primeira mulher na história do Brasil a assumir o cargo de chefia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). É Engenheira Eletricista, graduada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi presidente do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM) (seu mandato foi de 1995 a 1996); deputada Estadual de Pernambuco (seu primeiro mandato foi de 1997 a 1998 e, o segundo, de 1998 a 2000) e prefeita de Olinda (seu primeiro mandato foi de 2000 a 2004 e, o segundo, de 2004 a 2008). Por suas administrações recebeu o prêmio "Prefeita Amiga da Criança" da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, o prêmio "Expressão em Administração" da Casa do Administrador de Pernambuco (CAPE), e o prêmio "Governador Barbosa Lima Sobrinho" na categoria "Prefeito Empreendedor" do jornal Diário de Pernambuco. Foi ainda secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Estado de Pernambuco (mandato de 2009 a 2010); deputada federal de Pernambuco (seu primeiro mandato foi de 2011 a 2015 e, o segundo, de 2015 a 2019); e vice-governadora de Pernambuco (mandato de 2019 a 2023), além de presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (seu mandato teve início em 2015 e ainda neste ano de 2023 continua em vigor).

Entrevista elaborada por Thabata Tosta (mestranda), membro da Comissão Editorial da Revista *Temporalidades*, gestão 2023/2024, pertencente ao Programa Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Ciência e Cultura na História. Entrevista gentilmente concedida via correio eletrônico à Thabata Tosta.

[Revista Temporalidades]: Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos, antes de mais, é um imenso prazer e uma grande honra ter a oportunidade de entrevistá-la para a Revista Temporalidades. Agradecemos pela sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. A senhora tem uma trajetória política de ascensão, tendo sido presidente do Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM); deputada estadual; prefeita de Olinda; secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco; deputada federal e vice-governadora de Pernambuco; presidente nacional do PCdoB, e, agora, é a primeira mulher a ocupar o cargo de chefia no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação[1]. Qual a significância pessoal para a senhora sobre este feito histórico, para as mulheres no Brasil e, principalmente, para as mulheres nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática?

[Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos]: É uma satisfação participar da Revista Temporalidades. Valorizamos muito estes espaços em que podemos falar um pouco mais do nosso trabalho. Sobre a sua pergunta, do ponto de vista pessoal, é uma honra ser a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, e uma grande responsabilidade, porque sei que esse é um fato histórico e carregado de simbolismo: as mulheres podem estar onde elas quiserem. Esse lugar do pioneirismo, por outro lado, também revela o quanto nós ainda precisamos lutar para combater as desigualdades de gênero. Nesse sentido, é necessário ampliar a participação feminina nos espaços de poder e decisão, porque, quando ocupamos esses espaços, avançamos na construção dos caminhos que possam alterar essa realidade. Estar à frente do ministério que cuida de uma área estratégica para o desenvolvimento nacional, mas tradicionalmente ainda reservada aos homens, constitui uma oportunidade de abrir portas para outras mulheres, assegurando o direito de ascender nas carreiras científicas e tecnológicas com condições de igualdade com os homens. É nessa perspectiva que estamos trabalhando no MCTI. A ciência precisa ter a cara do Brasil: mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+.

[1] Estes e outros dados estão disponíveis em: LUCIANA Santos. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, GOV.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/ministra>. Acesso em: 01/08/2023.

[Revista Temporalidades]: No discurso de posse, a senhora afirmou que, em sua gestão, irá "honrar as milhares de mulheres que produzem e pesquisam nesse país, sua luta por respeito, inclusão e valorização", algo de extrema importância para o país. A senhora poderia elaborar um pouco mais sobre o que tem feito e ainda pretende fazer neste sentido?

[Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos]: Costumo dizer que a participação das mulheres na produção científica e tecnológica não é apenas uma questão de justiça e equidade, mas uma questão de excelência. Ao não incentivar ou valorizar talentos femininos, o país perde também a diversidade de olhares que enriquece a sua produção científica. Promover a inclusão no ambiente científico é tornar a sociedade um lugar mais diverso, equilibrado e justo. E é ampliar as possibilidades de enfrentar os desafios de nosso tempo. Por isso, temos investido na construção de políticas públicas que equilibrem o jogo. Há 10 anos, o programa Futuras Cientistas[2] é exemplo de exitosa política de estímulo à participação das mulheres na ciência. Neste ano, durante a 75ª Reunião Anual da SBPC[3], em Curitiba, no Paraná, lançamos o novo edital do programa, uma iniciativa de imersão científica, que estimula a participação de professoras e alunas do Ensino Médio nas carreiras científicas e tecnológicas por meio da aproximação com instituições de ensino e pesquisa. Pelo segundo ano, o programa terá abrangência nacional. São 470 bolsas disponíveis para todo o país. Temos atuado para expandir o programa e somá-lo a outras iniciativas. É uma agenda que trabalhamos de forma consistente sob a marca "Pesquise como uma mulher". Nesse sentido, também, estamos estruturando um edital do CNPq, no valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) até 2026, para ampliar o acesso e a ascendência das mulheres nas carreiras científicas. Outra iniciativa é o programa Mulheres Inovadoras, que apoia startups lideradas por mulheres e contribui para ampliar a representatividade feminina no cenário

[2] A Ministra se refere aqui ao "Futuras Cientistas", "um programa do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) que estimula o contato de alunas e professoras da rede pública de ensino com as áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática; a fim de contribuir com a equidade de gênero no mercado profissional". Maiores informações estão disponíveis em: FUTURAS Cientistas. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, GOV.BR. Disponível em: <https://tinyurl.com/futuras-cientistas>. Acesso em: 01/09/2023.

[3] A Ministra se refere aqui à 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorreu entre os dias 23 a 29 de julho de 2023 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, Paraná, e, cujo tema, foi "Ciência e democracia para um Brasil justo e desenvolvido". Maiores informações estão disponíveis no endereço eletrônico: https://ra.sbpcnet.org.br/75RA/.

empreendedor nacional. Quer dizer, temos buscado, de forma transversal, dar conta desse desafio.

[Revista Temporalidades]: No mês de Agosto de 2023 a senhora inaugurou, no Rio de Janeiro, uma exposição sobre os 200 anos da ciência e da tecnologia no Brasil[4]. Dentre as inovações desenvolvidas ao longo da História do Brasil, presentes nesta exibição, qual ou quais delas chamou mais a atenção da senhora? E, a seu ver, qual a importância da valorização do patrimônio científico brasileiro?

[Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos]: O Museu de Astronomia e Ciências Afins é uma espécie de guardião do patrimônio científico do Brasil e promove uma série de iniciativas de popularização da ciência. Isso é fundamental, sobretudo porque precisamos superar o negacionismo promovido pelo governo anterior e reafirmar a confiança na ciência como norteadora da formulação das políticas públicas e como pilar do desenvolvimento nacional. Portanto, a exposição é mais um passo nessa direção. Nela, podemos acompanhar a história do desenvolvimento científico e tecnológico do país por meio de objetos e artefatos. E, assim, é possível compreender melhor o papel da ciência brasileira na formação e consolidação da nossa nação. Durante a visita que realizei no mês de agosto, chamou minha atenção a presença dos óleos de Lobato, que são amostras de óleo recolhidas em 1934, em Lobato, na Bahia, que comprovaram a existência de petróleo em solo brasileiro.

[Revista Temporalidades]: Durante palestra proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em Julho de 2023[5], a senhora enalteceu o papel da Academia para o desenvolvimento científico. Em sua opinião, no decorrer da história da ciência do Brasil, quais são alguns dos pontos de atuação da Academia que mais reforçam esta afirmação?

[4] MINISTRA Luciana Santos abre exposição sobre os 200 anos da ciência e tecnologia no Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, GOV.BR. Disponível em: <https://tinyurl.com/200-anos-cien-tec-br>. Acesso em: 01/08/2023.

[5] MINISTRA Luciana Santos enaltece papel das universidades para o desenvolvimento científico do Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, GOV.BR. Disponível em: <https://tinyurl.com/uni-cien-br>. Acesso em: 01/08/2023.

[Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos]: Desde que assumi o MCTI, tenho dito que as nossas instituições de ensino e pesquisa não são espaços de balbúrdia, mas instituições de excelência, centros produtores de conhecimento, que prestam serviço inconteste ao país. Para se ter uma ideia, as universidades respondem por mais de 90% da produção científica nacional. No período recente, a Academia foi decisiva na defesa da ciência.

[Revista Temporalidades]: Por fim, quais são as suas maiores expectativas e esperanças para o futuro da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil?

[Ministra Luciana Barbosa de Oliveira Santos]: Vivemos um novo tempo e temos muitos motivos para estarmos otimistas. No governo do presidente Lula, a ciência não é programa de um Ministério. Ela integra a agenda de todo o governo como pilar do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: no combate à fome; na nova política de industrialização; no combate ao desmatamento e no desenvolvimento sustentável da Amazônia; na construção de uma arrojada agenda climática; nas políticas de transição energética e transformação digital; e na garantia de uma Nação independente e soberana. Temos a compreensão de que a ciência é instrumento para geração de valor, de riquezas, de soluções para os desafios nacionais, de inclusão social. É nisso que acreditamos e para isso que estamos trabalhando.